HAL
open science

Julio Ribeiro na historia das ideias linguisticas no Brasil

José Edicarlos de Aquino

To cite this version:

José Edicarlos de Aquino. Julio Ribeiro na historia das ideias linguisticas no Brasil. Linguistics. Université Sorbonne Paris Cité; Universidade estadual de Campinas (Brésil), 2016. Portuguese. NNT : 2016USPCA088 . tel-01541881

HAL Id: tel-01541881

https://theses.hal.science/tel-01541881

Submitted on 29 Nov 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem

UNIVERSITÉ SORBONNE NOUVELLE – PARIS III
École Doctorale 268 - Langage et langues : description, théorisation, transmission

Thèse de doctorat en sciences du langage

José Edicarlos DE AQUINO

JÚLIO RIBEIRO NA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

Sous la direction de
Mme le Professeur Carolina María RODRÍGUEZ ZUCCOLILLO
et la codirection de
M. le Professeur Jean-Marie FOURNIER

Soutenue le 30 novembre 2016

JURY
Mme Carolina María RODRÍGUEZ ZUCCOLILLO, professeur des universités, Universidade Estadual de Campinas
M. Jean-Marie FOURNIER, professeur des universités, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3
M. Christian PUECH, professeur des universités, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3
M. Philippe MONNERET, professeur des universités, Université Paris Sorbonne - Paris 4
M. Eduardo GUIMARÃES, professeur des Universités, Universidade Estadual de Campinas
M. Luiz Francisco DIAS, professeur des universités, Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem

UNIVERSITÉ SORBONNE NOUVELLE – PARIS III
École Doctorale 268 - Langage et langues : description, théorisation, transmission

Thèse de doctorat en sciences du langage

José Edicarlos DE AQUINO

JÚLIO RIBEIRO DANS L'HISTOIRE DES IDÉES LINGUISTIQUES AU BRÉSIL

Sous la direction de
Mme le Professeur Carolina María RODRÍGUEZ ZUCCOLILLO
et la codirection de
M. le Professeur Jean-Marie FOURNIER

Soutenue le 30 novembre 2016

BANCA EXAMINADORA:

Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo

Jean-Marie Fournier

Christian Vincent Emile Puech

Philippe Monneret

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Luiz Francisco Dias

Vanise Gomes de Medeiros

Phellipe Marcel da Silva Esteves

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

IEL/UNICAMP
2016

Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

Para

Amorzinho

&

Patouta,

amores de uma vida,

amours pour toute une vie !

AGRADECIMENTOS

À Carolina María Rodríguez Zuccolillo, minha caríssima orientadora, por ter me ensinado tudo aquilo que eu ainda não terminei de aprender!

À Jean-Marie Fournier, mon super co-directeur, pour m'avoir fait passer de "tu généralises trop" à "tu es trop spécifique" !

À FAPESP, pelo auxílio concedido, fundamental à realização do presente trabalho.

À CAPES, pelo financiamento do doutorado sanduíche em Paris.

Aos professores Christian Puech, Philippe Monneret, Eduardo Guimarães e Luiz Francisco Dias, pela honra de tê-los como membros da banca. Merci de tout mon cœur !

Ao professor Lauro Baldini, pela participação valiosa na banca de qualificação. Por essa mesma razão, meus agradecimentos renovados ao professor Eduardo Guimarães.

À professora Maria Fausta Pereira de Castro, pela orientação generosa no Exame de Qualificação Geral.

À Vanise Medeiros, pela aventura de abraçar o mistério do mundo e ensinar que o agora merece que se lute por ele.

Ao Phellipe Marcel, por ter se tornado imprescindível *tout simplement*.

Ao Gabriel Leopoldino dos Santos e à Luiza Katia Castello Branco, pelo presente resistente e sem devolução da amizade.

À Aurélia Elalouf et Alejandro Diaz Villalba, mes frères exotiques en Fournier, pour m'avoir si bien accueilli dans la famille.

À Guilherme Adorno, Daniela Giorgenon e Thaís Costa, que transbordaram em luz e afeto a cidade já iluminada.

À Shirley Xavier e ao Zich Moyses, pela insistência amistosa em permaneceram lá.

À Bruna Polachini, pelo companheirismo acadêmico acima das divisões institucionalizadas.

À dona Francisca Maria de Aquino Freire, minha mãe, e ao seu João, meu pai, Cleia e Isabela, Rodrigo e Antônio, Gabriel, Alice e Flaviana, irmãos, sobrinhos e cunhada, criaturas do meu afeto que, nem sabem, mas estruturam a morada desta tese.

Ao Eduardo Lopes, pela persistência em embelezar a vida com todas aquelas tantas coisas que continuam difíceis de serem lembradas e todos aqueles muitos afetos que permanecem impossíveis de serem esquecidos.

À Patrice Lénard, pour la pertinence fabuleuse de cet amour beau comme un bisou devenu fragment du cœur de la Vie !

JÚLIO RIBEIRO NA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

RESUMO

O presente trabalho analisa o lugar de Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil. Situados no campo da História das Ideias Linguísticas, procuramos compreender como se constrói a imagem de Júlio Ribeiro como um autor fundador na história dos estudos sobre o português no Brasil em três instâncias: 1) nas pesquisas realizadas no eixo do projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil e nas dissertações e teses que nos últimos anos, a partir dessas pesquisas, têm tomado o autor como objeto de estudo; 2) na sua própria obra; 3) na obra de autores posteriores a ele até a instauração da Norma Gramatical Brasileira em 1959. Com isso, mostramos como o próprio Júlio Ribeiro se representa numa história brasileira de reflexão sobre a linguagem e como ele é incorporado ou apagado no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira. A análise do conjunto da obra de Júlio Ribeiro nos permitiu mapear as suas primeiras posições sobre o estudo das línguas e da linguagem e dar publicidade e analisar em detalhes obras do autor únicas no seu gênero em sua época e até agora completamente esquecidas, caso dos *Traços Geraes de Linguistica*, o primeiro livro de linguística produzido no Brasil, e a *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*, um dos raros exemplares de gramática voltada para a infância no Brasil do século XIX. Além disso, pudemos verificar o modo como Júlio Ribeiro compõe os seus textos com a utilização de obras de terceiros em procedimentos de tradução e adaptação e com a reutilização dos seus próprios escritos, bem como o modo como o autor rebateu as acusações de plágio despertadas por esses métodos de composição de seus textos e em reação a seus posicionamentos teóricos mas também políticos. Aprofundando o conhecimento sobre as ideias linguísticas em circulação no Brasil na virada do século XIX para o século XX, nosso trabalho busca lançar um novo olhar sobre o próprio trabalho de Júlio Ribeiro como um gramático que adota a gramática histórica e comparada, apontando interpretações não ortodoxas quanto ao objeto central do comparatismo, a mudança linguística, e chamar a atenção para a existência de todo um movimento gramatical importante no Maranhão a ser considerado além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, pela análise da polêmica entre Júlio Ribeiro e o maranhense Augusto Freire da Silva, mostrando que a gramática geral também foi modelo de cientificidade na gramatização brasileira do português. Além disso, defendemos que, para além de gramático, Júlio Ribeiro pode ser tomado também como um autor de linguística, que retoma e inova as questões da gramática histórica, e também como um historiador das ciências da linguagem, que apresenta interpretações particulares da história da linguística, inserindo a língua portuguesa e as línguas indígenas brasileiras nas questões gerais do conhecimento científico sobre a linguagem no século XIX. No fim das contas, pudemos concluir haver uma contradição entre um duplo apagamento de Júlio Ribeiro como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas e também da maior parte de suas obras no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira e um discurso histórico, sustentado por um número reduzido de autores de finais do século XIX e primeira metade do século XX, que o coloca a cada instante em primeiro lugar na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas, Gramatização Brasileira, Filiações Teóricas, Júlio Ribeiro, Gramática Histórica, Gramática Geral, Linguística.

JÚLIO RIBEIRO DANS L'HISTOIRE DES IDÉES LINGUISTIQUES AU BRÉSIL

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse la place de Júlio Ribeiro dans l'histoire des idées linguistiques au Brésil. Dans le domaine de l'Histoire des idées linguistiques, nous essayons de comprendre comment se construit l'image de Júlio Ribeiro comme auteur fondateur dans l'histoire de l'étude du portugais au Brésil dans trois cas de figure: 1) dans les recherches menées sur l'axe du projet Histoire des idées linguistique au Brésil et dans les mémoires et les thèses qui, à partir de ces recherches, dans ces dernières années ont eu l'auteur comme objet d'étude; 2) dans son propre travail; 3) dans l'œuvre des auteurs postérieurs jusqu'à l'introduction de la Norme grammaticale brésilienne en 1959. Dans ce cadre, nous montrons comment Júlio Ribeiro lui-même se représente dans une histoire brésilienne de réflexion sur le langage et la façon dont il est incorporé ou effacé dans l'horizon de rétrospection de la grammatisation brésilienne. L'analyse d'ensemble de l'œuvre de Júlio Ribeiro nous a permis de cartographier ses premières positions sur l'étude des langues et du langage et de faire connaître et d'analyser en détail les œuvres d'un auteur unique en son genre en son temps et jusqu'alors complètement oublié : *Traços Geraes de Linguistica*, le premier livre de linguistique produit au Brésil ; et *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*, l'un des rares exemples de grammaire destinée aux enfants dans le Brésil du XIXe siècle. En outre, nous avons pu observer comment Júlio Ribeiro compose ses textes par l'utilisation d'œuvres de tiers dans les procédures de traduction et d'adaptation, et la réutilisation de ses propres écrits, ainsi que la façon dont l'auteur a rejeté les accusations de plagiat suscitées par ces méthodes de composition de ses textes et en réaction à ses positions théoriques, mais aussi politiques. En approfondissant la connaissance des idées linguistiques en circulation au Brésil depuis la fin du XIXe siècle jusqu'au milieu du XXe siècle, notre étude vise à porter un nouveau regard sur le travail de Júlio Ribeiro comme grammairien adoptant la grammaire historique et comparative, montrant des interprétations peu orthodoxes de l'objet central du comparatisme - le changement linguistique, et à attirer l'attention sur l'existence de tout un mouvement grammatical important au Maranhão, à considérer au-delà de l'axe Rio de Janeiro-São Paulo, montrant par l'analyse de la controverse entre Júlio Ribeiro et le maranhense Augusto Freire da Silva que la grammaire générale a également été un modèle scientifique dans le grammatisation brésilienne du portugais. Par ailleurs, nous défendons que, plus qu'un grammairien, Júlio Ribeiro peut être aussi considéré comme un auteur de linguistique, qui reprend et réinvente les questions de la grammaire historique, et aussi comme un historien des sciences du langage, qui présente des interprétations particulières de l'histoire de la linguistique, en insérant la langue portugaise et les langues indigènes brésiliennes dans les questions générales de la connaissance scientifique sur le langage au XIXe siècle. En fin de compte, nous concluons qu'il existe une contradiction entre un double effacement de Júlio Ribeiro comme référence de l'analyse grammaticale et linguistique et aussi de la plupart de ses œuvres dans l'horizon de rétrospection de la grammatisation brésilienne et un discours historique, soutenu par un petit nombre d'auteurs de la fin du XIXe siècle et de la première moitié du XXe siècle, qui le mettent à chaque moment en première place dans l'histoire des études grammaticales et linguistiques au Brésil.

Mots-clefs : Histoire des idées linguistiques, Grammatisation brésilienne, Filiations théoriques, Júlio Ribeiro, Grammaire historique, Grammaire générale, Linguistique.

JÚLIO RIBEIRO IN THE HISTORY OF LINGUISTIC IDEAS IN BRAZIL

ABSTRACT

This paper analyzes the place of Júlio Ribeiro in the history of linguistic ideas in Brazil. Situated in the field of History of Linguistic Ideas, we try to understand how the image of Júlio Ribeiro is constructed as a founding author in the history of Portuguese studies in Brazil in three instances: 1) in the research carried out in the axis of the project History of Linguistic Ideas in Brazil and in the dissertations and theses that in recent years have taken the author as object of study; 2) in his own work; 3) in the work of subsequent authors until the establishment of the Brazilian Grammatical Norm in 1959. With this, we show how Júlio Ribeiro himself is represented in a Brazilian history of reflection on language and how he is incorporated or erased in the horizon of retrospection of Brazilian grammatization. The analysis of the whole Júlio Ribeiro's work allowed us not only to map his first positions on the study of languages and language; but also to publicize and analyze in detail works of the author unique in their genre in their time and until now completely forgotten – two of them are: *Traços Geraes de Linguistica*, the first book of linguistics produced in Brazil, and *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*, one of the rare examples of grammar directed to childhood in nineteenth-century Brazil. Besides, we have been able to verify how Júlio Ribeiro composes his texts with the use of third-party works in translation and adaptation procedures, and with the reuse of his own writings; as well as how the author countered the accusations of plagiarism aroused by these methods of composition of their texts and in reaction to their theoretical but also political positions. Deepening the knowledge about the linguistic ideas circulating in Brazil at the turn of the 19th century to the 20th century, our work seeks not only to throw a new look at Júlio Ribeiro's work as a grammarian who adopts historical and comparative grammar, pointing to unorthodox interpretations; but also to draw attention to the existence of an important grammatical movement in Maranhão to be considered beyond the Rio de Janeiro-São Paulo axis, for the analysis of the controversy between Júlio Ribeiro and Augusto Freire da Silva (from Maranhão), showing that the general grammar was also a model of scientificity in the Brazilian grammatization process of Portuguese. Furthermore, we argue that, besides being a grammarian, Júlio Ribeiro can also be taken as an author of linguistics, who takes up and innovates the questions of historical grammar, and also as a historian of the language sciences, who presents particular interpretations of the history of Linguistics, inserting the Portuguese language and the Brazilian indigenous languages in the general questions of the scientific knowledge on language in the 19th century. In the end, we could conclude that there is a contradiction between a double erasure of Júlio Ribeiro as a reference for performing grammatical and linguistic analyses and also most of his works in the horizon of retrospection of Brazilian grammatization and a historical discourse, supported by a reduced number of authors of the late 19th and first half of the 20th century, which puts Júlio Ribeiro at all times in the first place in the history of grammatical and linguistic studies in Brazil.

Keywords: History of Linguistics Ideas, Brazilian Grammatization, Theoretical Afilliations, Júlio Ribeiro, Historical Grammar, General Grammar, Linguistics.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

CAPÍTULO I - O TRABALHO COM A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS 33

1.1 O conceito de gramatização 38

1.2 O conceito de horizonte de retrospecção 43

CAPÍTULO II - AS IDEIAS LINGUÍSTICAS INAUGURAIS DE JÚLIO RIBEIRO E A DISPUTA COM O MARANHENSE AUGUSTO FREIRE DA SILVA PELO MODELO DE CIENTIFICIDADE PARA A GRAMÁTICA NO BRASIL NO FIM DO SÉCULO XIX 47

2.1 Natureza da linguagem articulada 49

2.2 O aparelho vocal 54

2.3 Bases científicas do estudo da linguagem 56

2.4 Definição da gramática 59

2.5 Divisão da gramática 68

2.6 Orientação teórica da gramática 80

2.7 Registro e descrição da língua portuguesa 101

CAPÍTULO III - JÚLIO RIBEIRO COMO AUTOR DA PRIMEIRA OBRA DE LINGUÍSTICA PRODUZIDA NO BRASL E HISTORIADOR DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM 108

3.1 Sede da linguagem articulada 115

3.2 Aparelho da fonação 121

3.3 Origem e desenvolvimento da linguagem articulada 125

3.4 Evolução linguística 133

3.5 Famílias de línguas 147

3.6 História da ciência da linguagem 160

CAPÍTULO IV - JÚLIO RIBEIRO FALA DE SI E RESPONDE A ACUSAÇÕES DE PLÁGIO 173

4.1 Autoprojeção de um lugar de destaque nos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil e no cenário internacional 173

4.2 Ideal de ciência e acusação de plágio 191

CAPÍTULO V - COMO JÚLIO RIBEIRO COMPÕE SEUS TEXTOS 214

5.1 Da A Grammar of the English Language para a Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia 218

5.2 Reaproveitamento que Júlio Ribeiro faz dos seus próprios textos 252

CAPÍTULO VI - O LUGAR DE JÚLIO RIBEIRO NO HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO DA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA 257

CONSIDERAÇÕES FINAIS 295

REFERÊNCIAS 303

ANEXO 316

RÉSUMÉ ÉTENDU DE LA THÈSE 355

APRESENTAÇÃO

Não entendo. Isso é tão vasto que ultrapassa qualquer entender. Entender é sempre limitado. Mas não entender pode não ter fronteiras. Sinto que sou muito mais completa quando não entendo. Não entender, do modo como falo, é um dom. Não entender, mas não como um simples de espírito. O bom é ser inteligente e não entender. É uma benção estranha, como ter loucura sem ser doida. É um desinteresse manso, é uma doçura de burrice. Só que de vez em quando vem a inquietação: quero entender um pouco. Não demais: mas pelo menos entender que não entendo.

Clarice Lispector, *A Descoberta do Mundo*

Para o grande público, Júlio Ribeiro é o autor do romance *A Carne*, um dos livros mais populares no Brasil desde a sua publicação em 1888, o que lhe garantiu não apenas uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, mas principalmente um lugar entre os representantes do naturalismo literário no século XIX. Júlio Ribeiro tem sua presença sentida também na religião, na política e no jornalismo, constituindo uma página da história do presbiterianismo, do Partido Republicano Paulista e da imprensa no Brasil, como mostram respectivamente Cobra (2011), Silveira (2005) e Sodré (1999). No mundo das letras, Júlio Ribeiro é também o autor da *Grammatica Portugueza*. Nas pesquisas realizadas no eixo do projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil especificamente, é consenso tomar Júlio Ribeiro como o discurso fundador da gramática no país, como a referência primeira na gramatização brasileira do português na segunda metade do século XIX.

Descrevendo esse processo de gramatização brasileira do português, Guimarães e Orlandi (1996, p. 10) mostram que "os estudos de linguagem passam a se caracterizar como uma questão brasileira a partir do século XIX, quando se coloca a questão do Português do Brasil e não somente a questão do Português", sendo que antes, desde o século XVI, como parte do movimento de gramatização das línguas do mundo e resultado do processo de colonização do Brasil por Portugal, "a questão da linguagem era só um modo de apropriação

do Brasil pela Europa", uma vez que "a gramatização de uma língua indígena é o primeiro momento da análise de linguagem em território brasileiro".

Nos termos de Guimarães (1996a, p. 136), "a gramatização da Língua Portuguesa se dá, no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, em meio, incialmente, a uma discussão entre diferenças entre Português do Brasil e de Portugal", surgindo, assim, como "um procedimento de independência de Portugal" e se desenvolvendo "tanto na busca de outras filiações teóricas que não as vindas somente através de Portugal, quanto na medida em que os estudos do português no Brasil se dedicam a especificidade brasileira do Português". Dessa forma, conforme analisa Guimarães (1996a, p. 137), a "gramatização brasileira do Português é, também, um modo de constituir o português como língua única e nacional" do Brasil, isso a partir de "uma ação do Estado pela via do ensino". Nesse sentido, Guimarães e Orlandi (1996, p. 13) concluem que a "constituição da língua nacional no Brasil é um efeito construído pela história contraditória da gramatização brasileira". Por funcionar dessa maneira, a gramatização brasileira do português no século XIX é descrita por Orlandi (2009, p. 48) como a construção de uma "hiperlíngua brasileira", conceito mobilizado para expor que o português do Brasil "não é apenas uma contextualização (um efeito pragmático diferente) do português de Portugal; ele é uma historicização singular, efeito da instauração de um espaço-tempo particular diferente do de Portugal", espaço-tempo esse "estruturado pelos sujeitos e pelos objetos que o ocupam e com capacidade linguística particular". Além disso, Orlandi (2005) caracteriza a identidade linguística brasileira fabricada no processo de gramatização por uma "memória heterogênea", que posiciona a língua portuguesa no nosso país entre o imaginário de autonomia e de unidade com Portugal, tendo fomentado vários debates sobre o nome da língua falada pelos brasileiros, entre eles o projeto apresentado ao parlamento brasileiro em 1826 propondo que os diplomas dos médicos fossem redigidos em "linguagem brasileira" ou, como mostram Orlandi e Guimarães (2001), os títulos de gramáticas que evitam a discussão do nome da língua e colocam a especificidade da língua no Brasil pelo sintagma "língua nacional".

Orlandi e Guimarães (2001, p. 25) consideram que o processo de gramatização brasileira é "fortemente marcado, de um lado, pela relação que o Brasil teve com as ideias filosóficas e científicas de outros países que não Portugal e, de outro, pela instituição escolar

brasileira que foi posta em funcionamento a partir da fundação do Colégio Dom Pedro II". Sobre o primeiro ponto, Guimarães (2004, p. 29) observa que "a linguística histórico-comparativa afeta e modifica a concepção de gramática e isto trabalha o processo de gramatização brasileira do português", mas que "a gramática filosófica permanece no Brasil, sendo um aliado constante do purismo". Nessa linha, Orlandi (2000, 2002) analisa as gramáticas que começam a ser publicadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, agrupando-as em duas filiações, isto é, aquelas que seguem uma relação com a gramática geral apesar de reivindicarem a autoridade do comparatismo e aquelas que seguem efetivamente as gramáticas históricas, e afirmando que "no Rio de Janeiro, a filiação é predominantemente a da Gramática Histórica, e, em São Paulo, a da Gramática Filosófica" (2000, p. 21). Um elemento importante nessa questão é o argumento do novo mobilizado pelos gramáticos brasileiros contra a tradição portuguesa de estudos linguísticos, pois, como explica Guimarães (2004, p. 67), a gramatização brasileira do português "se faz, entre outros aspectos, argumentando a favor de um rompimento com a tradição gramatical portuguesa, notadamente Jerônimo Soares Barbosa", o que é realizado a partir da exaltação de uma "nova corrente, vinda de outros países, notadamente a 'Alemanha' e a França" (p. 83).

Na questão da instituição escolar, Orlandi (2000) explica que a fundação de escolas é parte constitutiva do pensamento linguístico formado no processo de gramatização brasileira do português no século XIX. A autora toma os colégios fundados no Brasil nesse período como "lugares de formação e elaboração de programas que configuram formas de cidadania e, no que diz respeito à língua, apresentando-se como lugares de conhecimento legítimo, da garantia da unidade linguística (nacional) e do domínio da 'boa' língua, da 'boa' retórica, da 'boa' escrita" (2002, p. 179). Nessa história, Orlandi e Guimarães (2001, p. 25) colocam o Programa de Português para os Exames Preparatórios para o Colégio Pedro II, organizado em 1887 por Fausto Barreto para estabelecer as condições para a entrada nos cursos universitários no Brasil, como um "fato decisivo neste processo de gramatização brasileira do português", por motivar o aparecimento de várias gramáticas, obras que, escritas justamente por professores dos colégios, "respeitam as instruções do programa e dizem querer romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica".

A gramatização brasileira toma corpo no processo de constituição do Estado e da nação brasileira. “Com a Independência, em 1822, o Estado brasileiro se estabelece e a questão da língua se evidencia”, expõe Orlandi (1997, p. 3), explanado ainda o seguinte: “Nos anos que se seguem e com a vinda da República, tanto o Estado, como a questão da língua brasileira, se configuram mais decididamente e a emergência das gramáticas no século XIX atesta o vigor dessa época e dessa relação língua e Estado”. A proclamação da Independência leva à aproximação de ideias científicas e filosóficas vindas de outros países que não Portugal, como também, no plano das ideias linguísticas, ao trabalho de demonstrar que o português falado e escrito no Brasil era diferente do de Portugal, como expõe Guimarães (2004). Segundo o autor, a consideração sobre as diferenças entre o português na América e na Europa, sobretudo no plano do léxico, está presente nas gramáticas e dicionários produzidos a partir dos anos 1880. Nesse sentido, Orlandi (2009, p. 154) defende que os gramáticos brasileiros do final do século XIX e início do século XX “assumem a posição-autor de um saber linguístico que não reflete meramente o saber gramatical português”, sendo a gramática “o lugar em que se institui a visibilidade de um saber legítimo para a sociedade brasileira e torna visível a língua que falamos”, num “processo de re-significação, de historicização, tanto da língua quanto do saber sobre ela” e de “ruptura no processo de colonização”.

A tomada de Júlio Ribeiro como o “primeiro gramático” do processo da gramatização brasileira se dá no reconhecimento de que existe um papel fundador na construção de um lugar brasileiro de dizer sobre a língua atribuído a Júlio Ribeiro por nomes decisivos na história da gramática do Brasil, como, por exemplo, Eduardo Carlos Pereira, cuja gramática, publicada em 1907, conheceu mais de 100 edições. Desse modo, Orlandi (2002, p. 131) defende que Júlio Ribeiro “se qualifica, na história da gramatização, como um lugar de referência absoluto, aquele que significa um discurso fundador da história da gramática brasileira”, acrescentando que “não é o uso de fato de sua gramática (na escola, por exemplo) que dá sua importância, mas o mecanismo de *citação* que faz dele a referência primeira”. Essas afirmações sintetizam um olhar sobre Júlio Ribeiro que se firma no programa da História das Ideias Linguísticas no Brasil, no qual então Júlio Ribeiro é significado, para aproveitar outra formulação de Orlandi (2002, p. 131-132), como “uma figura emblemática do processo de gramatização brasileira da língua nacional”, que “realiza de modo exemplar a

relação Estado/Língua/Conhecimento Linguístico como autor nacional", de forma que, com ele, "passamos a ter uma gramática brasileira para nossa língua".

As primeiras publicações do projeto História das Ideias Linguísticas já trazem Júlio Ribeiro no horizonte do estudo sobre a construção de um saber metalinguístico e a construção de uma língua nacional no Brasil. No primeiro número da série *Relatos*[1], quando estabelece uma periodização para os estudos do português no Brasil levando em conta fatos de ordem política e institucional, Guimarães (1994) situa Júlio Ribeiro, por via de sua gramática, no início do período correspondente à realização da gramatização do português no Brasil:

> O primeiro período iria da "descoberta" em 1500 até a primeira metade do século XIX, momento em que se desenvolvem debates entre brasileiros e portugueses a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses. Deste momento é a célebre polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas; ou a polêmica entre Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco.
>
> O segundo período iria da segunda metade do século XIX, iniciada pelos debates referidos no parágrafo anterior pela publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro em 1881, pela fundação da Academia Brasileira de Letras (em 1897), até fins dos anos 30, quando da fundação das Faculdades de Letras no Brasil. Tanto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (em 1937) quanto a Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil (em 1939).
>
> O terceiro período iria do final dos anos 30 até meados da década de 60, quando o Conselho Federal de Educação torna a Linguística disciplina obrigatória no Brasil, para os cursos de Letras.
>
> O quarto período iria de meados dos anos 60 até hoje. Período em que a linguística se implantou em todos os cursos de graduação em Letras e ao mesmo tempo foram implantados cursos de Pós-graduação em Linguística em alguns centros universitários brasileiros. (GUIMARÃES, 1994)

É assim, dentro de uma reflexão sobre a história da gramatização brasileira, que Júlio Ribeiro entra no mapa dos estudos do projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil. Assim, a partir da ideia de que a gramatização brasileira se caracteriza pela militância a favor da especificidade do português do Brasil em meio a uma discussão sobre diferenças com o português de Portugal, Guimarães (1994) registra que a atitude de Júlio Ribeiro de opor-se às gramáticas portuguesas e buscar uma outra influência teórica corresponde a uma distanciamento da influência direta de Portugal.

---

[1] Publicada como boletins dos resultados das pesquisas sobre a história das idéias linguísticas no Brasil desenvolvidas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a série *Relatos* teve sete números lançados entre 1994 e 2001.

Também na série *Relatos*, num dos primeiros textos sobre o tema, Orlandi (1997) enquadra Júlio Ribeiro no movimento gramatical brasileiro do século XIX de assumir uma posição de um saber linguístico que não se reduz a refletir meramente o saber gramatical português e de produzir gramáticas que funcionam como lugar em que se institui a visibilidade de um saber legítimo sobre a língua para a sociedade brasileira. No lote dos primeiros gramáticos brasileiros que estariam participando da construção do Estado brasileiro ao trazer o gesto de autoria para si, Júlio Ribeiro aparece na pena de Orlandi (1997), para guardar a expressão da própria autora, na teorização sobre o que significa "ser autor de gramática no século XIX no Brasil".

Orlandi e Guimarães (2001) ensinam que o que marca a gramatização brasileira é o fato de a gramática no Brasil se distanciar da tradição da gramática portuguesa, particularmente do modelo da gramática filosófica de Jerónimo Soares Barbosa, num processo ligado ao ensino da língua portuguesa no Brasil. É nesse ponto que Júlio Ribeiro, posicionado como "um dos iniciadores da gramatização brasileira do português" (2001, p. 27), ganha toda sua importância. Para Orlandi e Guimarães (2001, p. 29), Júlio Ribeiro "representa a tendência da Gramática Filosófica na sua filiação naturalista" por considerar que os estudos gramaticais como os de Jerónimo Soares Barbosa derivam de uma metafísica, propondo, na citação do estadunidense William Dwight Whitney, uma gramática limitada à exposição de fatos, mas mantendo uma "relação muito nítida com a gramática filosófica, na tendência de Port-Royal". Dessa forma, é justamente na recusa de Júlio Ribeiro da tradição estabelecida por Jerónimo Soares Barbosa, pela definição da gramática como exposição metódica dos fatos da linguagem, que Orlandi (2009, p. 54) vai enxergar "um gesto fundador que constrói uma filiação à qual os gramáticos brasileiros farão referência sistemática", gesto por meio do qual "Júlio Ribeiro está afirmando uma nossa origem, a que resulta de uma ruptura no processo de colonização".

De acordo com Orlandi (2009, p. 175), Júlio Ribeiro "toma a palavra do gramático para constituir-se emblematicamente no primeiro autor de gramática no Brasil", posição dada pelo fato de ele "inaugurar uma discursividade e uma posição crítica face aos gramáticos portugueses na produção que faz do processo colonizador, agora não mais sob o

governo português", no que se ressalta que, empiricamente, outros gramáticos poderiam ocupar esse lugar. Afirma Orlandi:

> Júlio Ribeiro, ao recusar a tradição estabelecida por J. S. Barbosa e ao definir a gramática como "exposição metódica dos fatos da linguagem" estabelece a ruptura que será mencionada por todos os gramáticos quando querem fundar uma filiação de gramática brasileira. Mesmo Eduardo Carlos Pereira, em sua *Gramática Expositiva*, a ele se refere em seu prefácio. (2002, p. 131).

E ainda:

> É preciso compreender que a forma da gramática traz em si o efeito-leitor de que deriva (ou determina) seu uso. Júlio Ribeiro é um parâmetro da ruptura com a tradição gramatical portuguesa, parâmetro de citação do novo que irrompe no Brasil do século XIX (com sua independência, e a República). (2002, p. 149)

Nesse ponto, Guimarães (2004) destaca a importância da acusação de Júlio Ribeiro de que as antigas gramáticas portuguesas foram mais dissertações de metafísica do que exposições dos usos da língua, reação interpretada novamente como um distanciamento da influência direta de Portugal e busca de uma outra orientação teórica.

Orlandi e Guimarães (2001), como mencionado, postulam o papel fundamental que a questão do ensino desempenha no processo da gramatização brasileira do português. Como vimos, os autores mostram que um fato decisivo nesse processo foi a publicação do Programa de Português para os Exames Preparatórios, organizado por Fausto Barreto em 1887, por ter motivado a publicação de uma série de gramáticas. Júlio Ribeiro entra nessa história na análise da recepção desse programa pelos gramáticos da época. Orlandi e Guimarães (2001, p. 25) observam que "Júlio Ribeiro disse em seu jornal *Procellarias* que o Programa se fez sobre bases científicas".

Na avaliação sobre como, no Brasil do final do século XIX, para aproveitar a palavra dos próprios autores, "os títulos das gramáticas e o desenvolvimento dos estudos gramaticais se inscrevem em um processo de gramatização que criou o espaço da diferença com Portugal sem no entanto atentar contra a unidade com Portugal", Júlio Ribeiro tem o nome da sua gramática, *Grammatica Portugueza*, estimado como um título que "funciona a partir de uma posição de dominação que marca a relação com Portugal" (2001, p. 27).

Ressaltando que "Júlio Ribeiro é muito conhecido como autor do mais importante romance naturalista do Brasil (*A Carne*), o que lhe confere uma posição singular em relação à literatura que se faz em Portugal", Orlandi e Guimarães (2001, p. 28) situam o gramático na discussão sobre as diferentes posições dos autores brasileiros de gramáticas no século XIX, argumentando que eles ocupam uma "dupla posição institucional" por serem também professores, escritores, historiadores ou jornalistas, e que essas diferentes posições "significam implicitamente que a língua, a história, a literatura desempenham, a partir de um mesmo lugar, um papel na formação do Brasil".

Ao definir as filiações das gramáticas brasileiras no século XIX, Orlandi e Guimarães (2011) tomam a definição de Júlio Ribeiro de gramática como "exposição metódica dos fatos da linguagem" para demonstrar a existência de uma corrente da gramática filosófica na tendência de Port-Royal na gramatização brasileira, sendo o autor tomado assim, como mostrado acima, como um representante da gramática filosófica na sua filiação naturalista. Essa mesma definição de gramática apresentada por Júlio Ribeiro é ainda resgatada para falar do funcionamento da normatividade nas gramáticas brasileiras, momento em que, por exemplo, Orlandi e Guimarães (2001, p. 29) marcam que é importante observar que "Júlio Ribeiro distingue aprendizagem do bom uso por seus bons oradores ou pela gramática".

O nome de Júlio Ribeiro é frequentemente retomado nos estudos do projeto História das Ideias Linguísticas, inserindo-se, assim, sua presença de forma regular na história de estudos sobre o português do Brasil. Dessa forma, quando retoma a questão da definição de gramática ao abordar a formulação de um lugar para a normatividade nas gramáticas brasileiras, Guimarães (2004, p. 67) encontra na definição de gramática de Júlio Ribeiro, "pela via de uma filiação à linguística histórica do século XIX, a busca de uma concepção de gramática não-normativa", ressaltando a respeito dele e também de Pacheco da Silva e Lameira de Andrade que, "se não formularam o lugar para uma gramática normativa, é uma gramática normativa que realizam no corpo da gramática". No mesmo trabalho, Guimarães mostra novamente como Júlio Ribeiro participa do movimento dos gramáticos brasileiros na gramatização brasileira do português no século XIX na afirmação do argumento do novo.

Também na retomada da questão da definição de gramática, Orlandi (2002, p. 137) vai mostrar a filiação da definição da gramática de Júlio Ribeiro com Whitney, afirmando sobre o brasileiro que ele "não é apenas uma figura emblemática em relação ao nosso processo de gramatização mas, pelas suas qualidades intelectuais e sua contemporaneidade, um gramático que já nos coloca no campo de reflexão geral sobre a língua", acrescentando que "nessa filiação de ideias em que se inscreve Júlio Ribeiro a 'criação' de uma norma é a afirmação de uma legitimidade e não apenas a imposição coercitiva que regula os falantes" .

Nos últimos anos, ampliou-se o conjunto de referências bibliográficas[2] relativas a Júlio Ribeiro com o surgimento de artigos, dissertações e teses que o tomam como objeto de análise. De um modo geral, esses trabalhos recentes foram motivados pelas pesquisas realizadas pelo projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, que introduziram toda uma linha de reflexão sobre o conhecimento linguístico que permitiu falar, entre outros conceitos, de gramatização brasileira de português, e colocar em primeiro plano a produção de autores como o próprio Júlio Ribeiro. Muito do que esses novos trabalhos trazem, não apenas sobre Júlio Ribeiro, mas sobre a história da gramática no Brasil, é de alguma maneira uma ampliação do conjunto de questões trazidas para a reflexão pelo projeto inicial, mesmo que às vezes por outros caminhos e a partir de perspectivas diferentes. O que se nota, na verdade, é um endossamento de um conhecimento que foi disponibilizado pelo projeto em questão. É justamente por isso que o propósito desta apresentação não é simplesmente fazer uma resenha dos trabalhos que já falaram sobre Júlio Ribeiro, mas de mostrar como se constrói, pela repetição de certos dizeres, a ideia de Júlio Ribeiro como um autor fundador na história da gramatização brasileira. Dessa forma, consideramos importante observar esse conjunto de referências justamente para compreender o lugar atribuído a Júlio Ribeiro na história que se conta sobre as ideias linguísticas no Brasil.

Priorizando as dissertações e teses, cabe marcar a relativa diversidade institucional desse conjunto de trabalhos recentes sobre Júlio Ribeiro, defendidos em universidades no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo, e no exterior. Em pesquisas dessa natureza, são esperadas certas notícias biográficas. Assim, quase como uma obrigação, relata-se o nascimento de Júlio Ribeiro em Sabará (Minas Gerais) em 1845 e de sua morte em Santos

[2] Uma lista completa desses trabalhos se encontra no fim desta tese, nas referências bibliográficas.

(São Paulo) em 1980, sua passagem por instituições como o Instituto de Instrução Secundária e a Faculdade de Direito de São Paulo, o Colégio Culto à Ciência em Campinas, sua inclusão na Academia Brasileira de Letras, na Academia de Filologia de São Paulo e no Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, além de seu trabalho na imprensa como proprietário e diretor de jornais. Esses recortes biográficos trabalham por vezes no sentido de explicar as condições que possibilitaram a Júlio Ribeiro formular determinadas reflexões sobre a linguagem.

Um ponto interessante é a classificação que fazem das obras de Júlio Ribeiro. Os livros *A Carne, Padre Belchior de Pontes, Cartas sertanejas* e *Uma polêmica célebre* são creditados por Santos (2013) como trabalhos do Júlio Ribeiro romancista. Para Polachini (2013), os romances de Júlio Ribeiro são apenas *Padre Belchior de Pontes* e *A Carne,* ao passo que as gramáticas são *Grammatica Portugueza* e *Nova Grammatica de Lingua Latina.* A produção intelectual de Júlio Ribeiro é descrita por Parreira (2011) como composta por romances, nos quais se incluem *Padre Belchior de Pontes, Cartas Sertanejas* e *A Carne*, por obras de estudos linguísticos, nos quais se contam *Traços Geraes de Linguistica, Procelarias* e *Holmes Brasileiro ou Gramática da Puerícia* e, por fim, pela *Grammatica Portugueza.* Para Cobra (2011), as *Cartas Sertanejas* são um ensaio político, enquanto os *Traços Geraes de Liguistica* e a *Grammatica Portuguea* são textos de filologia, citando ainda uma publicação tida como de antropologia, o artigo *Phenicios no Brasil.*

Esse procedimento aleatório de classificação mostra o pouco conhecimento que se tem da obra de Júlio Ribeiro, sendo quase sempre reduzida à sua gramática de 1881 ou ao romance de 1888, sempre lembrado como uma obra símbolo do naturalismo brasileiro e duramente criticado na época pelo seu conteúdo sexual. Se para o grande público Júlio Ribeiro é o autor de *A Carne*, muito geralmente para o pesquisador da história das ideias linguísticas no Brasil, Júlio Ribeiro é o autor da *Grammatica Portugueza*. É curioso inclusive marcar a regularidade da formulação "a gramática de Júlio Ribeiro"[3], como se houvesse apenas uma única gramática escrita por ele, quando, na verdade, ele chegou a escrever três. De nossa parte, pensamos que se deve levar a sério o que Orlandi (2009, p. 80) diz sobre a importância das outras publicações dos gramáticos no processo de gramatização brasileira,

[3] Por vezes, aparece igualmente de forma regular a expressão "Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro" ou ainda "a Grammatica Portugueza (1881), de Júlio Ribeiro".

escritos que, para a autora, "têm a mesma importância que as gramáticas" e que "fazem parte de um processo discursivo mais amplo que tem a ver, nos países colonizados, com a relação dos falantes com sua língua e a visibilidade e legitimidade da mesma".

Não há nada de factual, e com essa palavra queremos dizer também neutro, na forma como Júlio Ribeiro é nomeado. Ele é chamado de filólogo, gramático, jornalista, romancista, professor, periodista, latinista, republicano, literato, polemista, romancista, apenas para citar os nomes mais regulares, nomes esses que procuram circunscrever uma dimensão institucional e que mostram a multiplicidade das atividades exercidas por Júlio Ribeiro. Apenas para colocar uma questão que será mais bem debatida mais tarde, chamamos a atenção para uma ausência, isto é, o fato de Júlio Ribeiro não ser chamado de linguista. Isso pode ser encarado como um dado de que não havia terreno fértil no período inicial da gramatização brasileira para acolher o termo linguística. No entanto, o próprio Júlio Ribeiro se referiu a alguns de seus contemporâneos, não apenas no exterior, como seria esperado, mas também a brasileiros, como linguistas, o que mostra que a nomeação de linguista estava em circulação no Brasil da segunda metade do século XIX. Para nós, essa ausência é um índice do desconhecimento da obra de Júlio Ribeiro ou mesmo, e esse é o ponto principal para nós, do efeito de apagamento do livro *Traços Geraes de Liguistica* no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira.

Esses trabalhos, baseando-se frequentemente nas pesquisas da História das Ideias Linguísticas no Brasil, desenham uma imagem de Júlio Ribeiro como o primeiro gramático do processo de gramatização brasileira da língua portuguesa no século XIX, ou melhor, como a referência primeira na construção de um modo brasileiro de fazer gramática no Brasil. Em suma, Júlio Ribeiro é tomado, com maior ou menor entusiasmo, como um autor inovador, e mesmo fundador, por instalar algo novo no cenário de estudos linguísticos no país. O lugar de destaque reservado a Júlio Ribeiro na história que se conta sobre as ideias linguísticas no Brasil é fundamentado na defesa do seu protagonismo em pelo menos três pontos: 1. ter iniciado a gramática científica no Brasil, rompendo com os modelos anteriores da gramática geral e trabalhando com a gramática histórico-comparativa; 2. ter sido o primeiro a explicitar as marcas próprias do português do Brasil; 3. ter sido a referência primeira dos outros gramáticos brasileiros.

Quando explicitamos a argumentação que constrói o fato de Júlio Ribeiro como o gramático responsável por introduzir a gramática histórico-comparativa no Brasil, vemos que essa introdução significa como a própria iniciação da gramática científica pelo rompimento com gramática geral, mas com a ressalva de que ele não se desvinculou completamente da tradição filosófica que ele dizia rejeitar, sendo Júlio Ribeiro reputado recorrentemente como um naturalista.

Fervoroso na defesa do pioneirismo de Júlio Ribeiro, Vidal Neto (2010) afirma que "o papel de Ribeiro transcende ao ato de desbravar, pois foi o gramático que efetivamente instituiu novas teorias no cenário gramatical brasileiro, iniciando assim o chamado período científico" (p. 24) e que Júlio Ribeiro "foi o responsável pela introdução, na rotina da gramática brasileira, dos métodos daqueles que adaptaram à análise da linguagem a doutrina positivista, de Augusto Comte" (p. 25) e, portanto, por promover a inserção do positivismo, "merece, de fato, o título de pioneiro e renovador de rotinas" (p. 26). Esse modo de argumentar assume a defesa da cientificidade dos estudos histórico-comparativos e esquece que é justamente o caráter do que é científico que está em jogo na produção de gramáticas brasileiras na virada do século XIX para o XX, pois, como mostraremos no nosso trabalho, há autores da época que reclamam a cientificidade da gramática geral.

Para Parreira (2011, p. 38), a *Grammatica Portugueza* "se constituye en la primera de su tradición que supone el fin del racionalismo para dar paso a un modelo gramatical basado en el concepto de codificación normativa, con cierto trasfondo de los supuestos positivistas e historicistas", acrescentando que ela "amplia las fuentes histórico-comparadas, al mismo tiempo que adopta nuevas teorías positivistas a partir de los autores portugueses y de los neogramáticos" (p. 95). Parreira (2011, p. 175) defende ainda que Júlio Ribeiro "aplica al estudio del portugués los conocimientos más avanzados de su época", particularmente "las investigaciones darwinistas sobre el origen y evolución de las especies", ressaltando, por fim, que "el pensamiento gramatical que aflora en Europa en este momento llega a Brasil a través de la *Grammatica Portugueza* y, como consecuencia de ello, desencadena una renovación y, por qué no decir, una revolución lingüística y gramatical" (p. 186).

Retomando diretamente as afirmações de Orlandi, Santos (2013, p. 66-67) vai enxergar na *Grammatica Portugueza* "um gesto de autoria em que o gramático anuncia um

deslocamento da filiação filosófica portuguesa citando autores de outra perspectiva teórica, naturalista", ajuntando em seguida que a "gramática de Julio Ribeiro dá inicio à gramatização brasileira justamente por procurar romper com a tradição europeia da gramática filosófica e se filiar aos estudos histórico-comparativos", mas ressaltando poder encontrar "em sua gramática elementos dessa tradição filosófica que o autor rejeita". De qualquer forma, Santos (2013, p. 43) trata a obra de Júlio Ribeiro como "a primeira gramática no Brasil que busca romper com a tradição de Portugal".

Na mesma linha, retomando as afirmações de Orlandi e Guimarães, Emídio (2013, p. 9) toma a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro como uma obra que "anunciava um novo posicionamento em relação aos estudos sobre a língua no Brasil, que se distanciavam da tradição e buscavam novas influências". Ela defende ainda que as definições que Júlio Ribeiro dá de gramática "legitimam o lugar de locutor-professor-brasileiro que é autorizado a definir e ressignificar o que seja a gramática, no Brasil, a partir da filiação a novas tendências, como é o método histórico-comparativo" (p. 122), concluindo que é na "ruptura com a gramática filosófica e com as tendências portuguesas gramaticais que reside o espaço de diferença proposto por Ribeiro – é neste espaço que se possibilita a enunciação da gramática segundo um locutor-professor-brasileiro que é autorizado a dar novos sentidos para a gramática gerando um espaço de escrita nacional." (p. 124).

Polachini (2013, p. 57) defende que Júlio Ribeiro é "o gramático que será responsável ao menos por reivindicar um novo posicionamento da gramaticografia brasileira" (p. 57), afirmando que nas últimas duas décadas do século XIX "haveria rupturas" em relação ao modelo da gramática geral francesa, "a primeira, permeada por uma forte *retórica revolucionária*, seria a de Ribeiro (1881), que seria seguida, posteriormente, pela de Maciel (1902[1894]), menos enfática do ponto de vista retórico, mas correspondente à consolidação de conceitos e terminologia novos, cuja fonte eram os estudos histórico-comparativos, amparados em análises de pretensão empírica" (p. 205).

Para marcar uma posição em relação à ressalva constante de que Júlio Ribeiro não se desvinculou completamente da tradição filosófica que ele dizia rejeitar, precisamos dizer que, para nós, essa relação de Júlio Ribeiro, e tantos outros gramáticos brasileiros no período, com a gramática geral tem mais a ver com o próprio prolongamento dessa gramática geral após a instauração do comparativismo nos estudos da linguagem do que com um insucesso do

autor no esforço de retirá-la do campo de atuação gramatical, como parecem sugerir os trabalhos que resenhamos. Mais do que um fracasso, essa presença da gramática geral no Brasil argumenta a favor, na verdade, de uma contribuição brasileira para a história das ideias linguísticas, na medida em que confronta uma ideia fixa ainda fortemente em voga na história da linguística de que a gramática geral morre como paradigma com a instauração do método histórico-comparativo. Como já mostramos em outros trabalhos (AQUINO, 2012), a obra de Júlio Ribeiro comprova que a tradição da gramática geral, viva no Brasil, continua a animar a reflexão sobre a língua ainda na virada para o século XX, e isso é um ponto positivo por questionar justamente essa ideia de que a emergência do método histórico-comparado teria sufocado a tradição da gramática geral no Ocidente. Além disso, e este é um ponto que procuramos desenvolver nesta tese, longe de ser uma marca do insucesso ou do atraso dos gramáticos brasileiros e mais do que uma aliada do purismo, a gramática geral é reivindicada como modelo científico para o trabalho gramatical na gramatização brasileira do português na virada do século XIX para o XX.

É interessante notar que, se a relação de Júlio Ribeiro com a gramática geral é descrita como marcada por uma tensão, por ele criticar e ser afetado ao mesmo tempo por ela, bem diferente é a descrição que se faz de sua ligação com a gramática histórica, como se ela se desse plenamente, sem interpretações particulares. Como outro ponto que procuramos desenvolver nesta tese, Júlio Ribeiro apresenta uma explicação não ortodoxa de alguns elementos centrais do comparativismo, como, por exemplo, a questão da mudança linguística. O autor estabelece como critérios para a mudança linguística “os costumes”, “as relações exteriores”, “as ciências”, “a indústria”, “o gênio literário”, “a instrução pública” e “o trabalho intelectual”, critérios que ressignificam, portanto, a gramática histórica e comparada, que, principalmente na versão mais extrema dos neogramáticos, desconsidera qualquer elemento extralinguístico e toma unicamente as leis fonéticas como causas da mudança linguística. Assim, se é verdade, com se marca frequentemente, que Júlio Ribeiro é afetado pela mesma tradição que ele procura negar, é igualmente verdade que ele ressignifica a tradição que ele diz reivindicar, a da gramática histórico-comparativa, tomando em conta fatores de ordem social, econômica, política e cultural.

A questão que aparece como principal quando Júlio Ribeiro é apontado como um autor fundador por ser considerado o primeiro a explicitar as marcas próprias do português do

Brasil é a da legitimação da língua falada no Brasil com a marcação das diferenças em relação ao português falado em Portugal. Nessa avaliação, outros pontos que aparecem levantados é o recurso ao latim e a outras línguas românicas para a descrição da língua portuguesa. Em alguns casos, a própria questão da normatividade é tomada como uma contribuição inédita de Júlio Ribeiro para a gramática no Brasil.

Vidal Neto (2010, p. 14) afirma que "Ribeiro foi o primeiro autor responsável por gramatizar o Português do Brasil", primazia que significaria o "pioneirismo deste gramático em registrar a hiperlíngua brasileira", falando de um "olhar sociolinguístico" de Júlio Ribeiro como se existisse uma antecipação dos estudos de sociolinguística no seu trabalho de registrar marcas linguísticas de sua época. Assim, a certa altura, Vidal Neto (2010, p. 90) vai afirmar que "o pensamento evolucionista de Darwin, ou melhor, a leitura que Ribeiro fez da teoria da *evolução* de Darwin foi decisiva para que Ribeiro fundamentasse seu conceito de *dialeto* e, a partir dele, considerasse a variante brasileira do Português em sua *Grammatica*". Para Vidal Neto (2010, p. 110), por "fazer menção a *usos* típicos de nossa variante do Português, Ribeiro abre espaço para o início de uma longa discussão sobre *a nacionalidade lingüística brasileira*, levada a cabo intensamente, em território nacional, na primeira metade do século XX".

Parreira (2011, p. 18) afirma que a gramática de Júlio Ribeiro "reúne los fundamentos de la tradición anterior, proporciona un modelo descriptivo del idioma contemporáneo y aporta conocimientos históricos y contrastivos del portugués en sus diferentes variedades, de modo que esta obra constituye la primera propuesta cabal de una gramática normativa del portugués". Parreira (2011, p. 171) não deixa de reconhecer assim da parte de Júlio Ribeiro "nuevas atribuciones a la gramática que aún no habían sido consideradas en esta tradición", explicando que "Ribeiro pone de relieve la función comunicativa y, especialmente, social de la lengua". Por fim, Parreira (2011, p. 387) marca também uma importância da *Grammatica Portugueza* na tradição gramatical brasileira pelo recurso a outras línguas românicas e ao próprio latim para a descrição do português, ressaltando, por exemplo, que "esta es la primera vez en la tradición brasileña que se explican usos sintácticos del portugués por medio de la comparación entre las lenguas modernas, pero sin tomar en consideración preferente las diferencias con el latín y el francés".

Sempre retomando as afirmações de Orlandi, Santos (2013) considera "a importância dos estudos de Julio Ribeiro para a legitimidade do falante do português do

Brasil" (p. 67), argumentando que ele "vai instituindo a norma de uma língua falada no Brasil, que se marca diferente da língua imposta pelos portugueses" (p. 83). "Tendo como projeto deslocar o saber metalinguístico de Portugal para o Brasil, deu visibilidade a um saber legítimo pertencente à sociedade brasileira como um todo", resume Santos (2013, p. 129) sobre a contribuição "fundadora e continuadora" de Júlio Ribeiro na "construção do saber metalinguístico e da constituição da língua nacional" no Brasil.

Polachini (2013, p. 88) marca que Júlio Ribeiro "é certamente o autor, dentre os seis analisados, que cita elementos declarados específicos do português brasileiro com mais freqüência". Ele se refere a Morais Silva, Coruja, Sotero dos Reis, Freire da Silva e Maciel. Um ponto de destaque para Polachini (2013, p. 89) é que Júlio Ribeiro "parece valorizar a fala caipira, ainda que ela não esteja de acordo com as regras do português falado em Portugal ou mesmo dos clássicos". Tomando a *Grammatica Portugueza* como um exemplo do maior valor dado ao *usus* na história da formação da gramaticografia brasileira, Polachini (2013, p. 200) afirma que a "partir da gramática de Ribeiro, haveria um encaminhamento para o *Programa Descritivista*, visto que tanto Maciel quanto Ribeiro buscam os fatos e normas da língua, e já não analisam a expressão do pensamento, além de suas análises focarem-se frequentemente na comparação entre línguas".

São várias as descrições do português falado no Brasil feitas pelos gramáticos brasileiros na virada para o século XX, autores que levantam frequentemente os mesmos fenômenos descritos por Júlio Ribeiro. Antes de colocar a questão de saber se o início dessas descrições se fez a partir e através de Júlio Ribeiro, nos parece mais coerente pensar que são fenômenos observados na medida em que estão amplamente em voga na época, a ponto de serem percebidos como diferenças em relação ao português europeu. Os gramáticos brasileiros não são surdos a formas e construções que, como mostra o trabalho de Tarallo (1996), são sintomáticas das mudanças em curso do português no Brasil, mesmo que muitas vezes tomadas como erro. Júlio Ribeiro compõe um grupo de autores que trazem à luz essa questão. Em suma, se o critério para tomar Júlio Ribeiro como um autor fundador no processo de gramatização brasileira é o fato de ele ter sido o primeiro a registrar as marcas próprias do português do Brasil, cabe dizer que Pinto (1978) demonstra que já na década de 1820 é possível assistir às primeiras manifestações sobre a natureza do português no Brasil, quando Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, faz menção ao "idioma brasileiro"

e aponta diferenças lexicais de sentido entre o português do Brasil e o português de Portugal. Olhando também para o texto de Pedra Branca, mas igualmente para os trabalhos de Macedo Soares, Baptista Caetano e Pacheco da Silva, Orlandi e Guimarães (2001, p. 30) afirmam que a "caracterização do português do Brasil pelo léxico já é perceptível desde a primeira metade do século XIX".

Os argumentos que tomam Júlio Ribeiro como o grande nome do processo de gramatização brasileira o descrevem como um gramático que abriu um novo caminho nos estudos sobre a língua no Brasil. Em suma, Júlio Ribeiro é exposto como um autor que conquistou seguidores, que deixou um legado. Assim, notamos a circulação do discurso de um gesto fundador de Júlio Ribeiro na construção de uma filiação teórica, de Júlio Ribeiro enquanto alguém a quem se fará referência sistemática, de Júlio Ribeiro como um marco a partir do qual se estabelece um antes e um depois na história da gramática no Brasil, como um gramático a partir do qual se organizam cronológica e epistemologicamente os trabalhos brasileiros sobre a língua no século XIX. Esses gestos de interpretação são produzidos quase exclusivamente sobre a gramática de 1881, de modo que, se Júlio Ribeiro é tomado como um autor fundador por ser a referência primeira na gramatização brasileira, ele o é enquanto autor da *Grammatica Portugueza*.

Mais uma vez retomando as afirmações de Orlandi, Santos (2013, p. 34) afirma que Júlio Ribeiro "ocupa o lugar fundador da gramática no Brasil". Posta ao lado da publicação de dicionários do português do Brasil na segunda metade do século XIX, a *Grammatica Portugueza* e esses dicionários são tomados como "publicações pioneiras" que "fundam no país uma memória do conhecimento científico sobre a língua que se falava no Brasil, como forma de legitimá-la e de reafirmá-la como unidade de um Estado nacional independente de Portugal" (p. 31). A ideia de Júlio Ribeiro como um marco na história da gramatização brasileira pode ser percebida claramente quando Santos narra que "ao longo do século XIX, trabalhos importantes para o processo de gramatização, anteriores e posteriores à gramática de Júlio Ribeiro, foram publicados no Brasil" (p. 34). Na mesma linha, e a partir das mesmas referências, Emídio (2013, p. 15) define a gramática de Júlio Ribeiro como "um instrumento linguístico extremamente relevante para o acontecimento da gramatização brasileira", ressaltando que ela foi "aclamada pela sociedade letrada da época".

Gurgel (2008, p. 53) considera que "as gramáticas originalmente brasileiras surgiram a partir do ano de 1880 porque foi somente nesse momento que um 'exemplar' brasileiro surgiu para orientar o grupo de profissionais ligados aos estudos da linguagem naquele período: a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro". Nesse sentido, a autora fala em "liderança intelectual de Júlio Ribeiro", argumentando que a retórica de ruptura teórica com a tradição filosófica encontrada nas introduções dos textos gramaticais do período comprova que "o esforço que Júlio Ribeiro fez em promover uma nova visão aos estudos da linguagem surtiu efeito" (p. 55). Gurgel (p. 58-59) chega ao ponto, infundado, de defender que a "obra de Júlio Ribeiro não foi, certamente, a única fonte a ser seguida pela geração mas, sem dúvida, foi o modelo de descrição de língua que inspirou também a elaboração dos programas de Fausto Barreto", sendo esses dois elementos entendidos como "duas das principais causas da gramaticização brasileira" (p. 62).

Vidal Neto (2010, p. 28) reforça que Júlio Ribeiro é "um gramático que rompeu modelos", destacando "o quanto Ribeiro foi representativo no cenário gramatical brasileiro, pois mesmo para os que não o seguiram totalmente, ele serviu de referência", caso de Eduardo Carlos Pereira. Por essa razão, Vidal Neto (2010, p. 53) contempla a "gramatização do Português do Brasil" como um "processo que teve início apenas com a *Gramática Histórico-Comparada*, com a publicação da *Grammatica*, de Ribeiro, em 1881".

Polachini (2013, p. 203) posiciona Júlio Ribeiro num movimento de rupturas e continuidades em relação a Morais Silva, Coruja, Sotero dos Reis, Freire da Silva e Maciel, decretando não haver algo que determine uma ruptura total ou uma continuidade absoluta no tratamento de certas questões da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX (sentença, concordância, regência, sintaxe figurada e vícios), mas explicando que uma "ruptura maior, entretanto, teria ocorrido entre Ribeiro e todos os gramáticos anteriores, porque mesmo temas que ganhavam continuidade, como a noção de 'sentença' e a noção de 'complemento' foram subvertidos em Ribeiro, entretanto, existe ainda a continuidade, como a concepção de 'verbo substantivo' que resulta na 'cópula'". É também num movimento de rupturas e continuidades que Parreira (2011) posiciona Júlio Ribeiro no estudo que faz do tratamento das partes da gramática, das classes de palavras, da sintaxe e da semiologia em gramáticas brasileiras no século XIX. Essas análises específicas parecem jogar contra o absolutismo da posição de que Júlio Ribeiro é uma referência incontornável na gramatização brasileira, no entanto, mesmo

esses trabalhos não deixam de destacar uma importância central da obra de Júlio Ribeiro na gramatização brasileira.

Se outro critério para considerar Júlio Ribeiro como um autor fundador no processo de gramatização brasileira é o fato de ele ter assumido a posição de referência incontornável para falar sobre a língua no Brasil, adiantamos que uma das conclusões da nossa tese é que seu nome é relativamente pouco mencionado no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira. Na verdade, sem nos determos especialmente em critérios como quantidade de número de citações, o que procuramos com nosso trabalho é justamente compreender como se constitui um lugar para Júlio Ribeiro no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira, mostrando que sua centralidade na história da gramática no Brasil não é assumida por todos os principais autores contemporâneos e posteriores a ele. A própria incongruência em relação a seu lugar nessa história é um fenômeno que mostramos ser digno de explicação. A partir desse estudo, mostramos os fundamentos que colocam Júlio Ribeiro por vezes numa posição de destaque dentro da história da reflexão sobre a linguagem no Brasil, apontando as questões para as quais o seu nome é mobilizado. Enfim, o que interrogamos é a centralidade de Júlio Ribeiro no conjunto dos trabalhos brasileiros publicados desde o aparecimento de sua *Grammatica Portugueza*, em 1881, até a instituição da Norma Gramatical Brasileira em 1959, mostrando, primeiro, que não havia consenso quanto ao seu peso, e, segundo, que a maior parte da sua produção foi completamente apagada.

A verdade, e este é um outro ponto desenvolvido nesta tese, é que o próprio Júlio Ribeiro reivindica uma posição de destaque na história da gramática do Brasil, se dizendo um inovador e um ponto de inflexão nessa história. Assim, procurando reconstituir a maneira como ele se auto-representa e como ele compõe seus textos, fazemos um estudo detalhado de sua obra, trazendo textos até agora completamente apagados e que mostram que, para além de gramático, ele pode ser tomado também como um linguista e mesmo como historiador da ciência da linguagem em certa medida. Isso nos permite notar como Júlio Ribeiro foi estudado em certos aspectos, como trabalhar com a gramática histórica e comparada, mas completamente ignorado e apagado por outros, como o fato de ter escrito o primeiro livro de linguística no Brasil ou um dos raros exemplares de gramáticas direcionadas para crianças no início do processo de alfabetização no século XIX no país. Além disso, como já marcamos,

nosso trabalho busca lançar um novo olhar sobre o próprio trabalho de Júlio Ribeiro com a gramática histórica e comparada, apontando interpretações não ortodoxas quanto ao objeto central do comparatismo, a mudança linguística. Ao mesmo tempo, como também já indicamos, nossa tese mostra que a gramática geral também foi modelo de cientificidade na gramatização brasileira do português, especialmente no Maranhão, o que nos permite conceber a existência de todo um movimento gramatical importante a ser considerado além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Para tratar dessas questões, nossa tese está estruturada em seis capítulos, além desta apresentação e de uma conclusão. No primeiro capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos a partir dos quais abordamos a História das Ideias Linguísticas, explicando os conceitos de gramatização e de horizonte de retrospecção.

No segundo capítulo, analisamos como Júlio Ribeiro se insere no debate das ideias linguísticas no Brasil no fim do século XIX a partir da polêmica com o gramático maranhense Augusto Freire da Silva entre 1879 e 1880, cujos textos trazemos para análise. Além de confirmar alguns pontos levantados pelo projeto História das Ideias Linguísticas, como o problema da nomeação da língua falada pelos brasileiros e o emprego do argumento do novo na legitimação de um modo de dizer sobre a língua que se pretende científico, as análises desse segundo capítulo mostram que esse argumento do novo não foi sinônimo exclusivo de gramática histórica e comparada, sendo igualmente mobilizado em torno da gramática geral. Demostrando que os dois autores apresentavam um conhecimento aprofundado e atualizado sobre o que se produzia em matéria de estudos da linguagem na época, indicamos que a natureza da linguagem articulada, o aparelho vocal, as bases científicas do estudo da linguagem, a definição, a divisão e a orientação teórica da gramática, o registro e as descrições da língua portuguesa constavam como elementos que estavam em circulação e debate no Brasil no fim do século XIX, analisando as posições divergentes em cada um desses pontos.

No terceiro capítulo, fazemos uma análise detalhada de cada um dos capítulos do livro *Traços Geraes de Linguistica*, de 1880, procurando compreender os sentidos do termo linguística mobilizados no texto e notando as questões abordadas e os autores referidos, a fim de determinar como Júlio Ribeiro se insere no debate de autores de referência das ciências da

linguagem na sua época. Tomando esse livro como a primeira obra de linguística produzida no Brasil, procuramos mostrar o gesto de Júlio Ribeiro como um autor de linguística, que retoma e inova as questões da gramática histórica, e também como um historiador das ciências da linguagem, que apresenta interpretações particulares da história da linguística, inserindo a língua portuguesa e as línguas indígenas brasileiras nas questões gerais do conhecimento científico sobre a linguagem no século XIX. Observamos ainda que o autor toma posições modernas no que diz respeito ao reconhecimento da alteridade como condição para a reflexão linguística e do Renascimento como um marco fundamental para os estudos da linguagem, por reunir e organizar um acervo de línguas a partir do qual será possível formular uma série de ideias linguísticas e mesmo operar uma revolução na linguística. Nessas análises, notamos as diferenças em relação à emergência do termo linguística no Brasil e na Europa.

No quarto capítulo, passamos pelas obras de Júlio Ribeiro para mostrar como ele se auto-representa na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil, trazendo também para a análise as acusações de plágio de que ele foi alvo em 1885. Assim, analisando os textos da polêmica com Augusto Freire da Silva (1879-1880), os *Traços Geraes de Linguistica* (1880), a *Grammatica Portugueza* (1881), o conjunto de suas *Cartas Sertanejas* (1885), os artigos do seu jornal *A Procellaria* (1887) e o romance *A Carne* (1888), descrevemos os elementos mobilizados por Júlio Ribeiro para justificar sua posição de proeminência em relação aos estudos brasileiros, mas também em relação ao conjunto geral de estudos sobre o português e mesmo dos estudos linguísticos no contexto internacional, colocando-se como aquele que fez o que não teria ainda sido feito e que atualizou aquilo que estaria parado no passado. Além de apontar como os textos de Júlio Ribeiro serviram como arquivo para a história da reflexão sobre a linguagem no Brasil, trazendo inclusive para essa história o acontecimento da publicação do Programa de Português de Fausto Barreto (1887), analisamos também as questões mobilizadas pela acusação de plágio, quais sejam, a importância dos estudos clássicos, o caráter da universalidade da educação, o modelo de organização das ciências e os modos de utilização de escritos de terceiros na composição de textos gramaticais e linguísticos.

No quinto capítulo, analisamos como Júlio Ribeiro compõe seus textos, trazendo um dos raros exemplos de gramáticas brasileiras produzidas no século XIX no Brasil para a

escolarização das crianças nas séries iniciais no ensino de língua portuguesa, a *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia* (1886). A partir dessa obra, analisamos detalhadamente os procedimentos de utilização, tradução e reformulação realizados por Júlio Ribeiro a partir de textos de terceiros, ilustrando em detalhes como se opera uma transferência tecnológica entre línguas e mostrando como essa operação se produz especificamente nas condições particulares do início da gramatização brasileira do português no século XIX, lançando luz sobre um elemento pouco avaliado na história das ideias linguísticas no Brasil, isto é, a alteridade que a gramática estadunidense representa para a gramatização brasileira. Ao mesmo tempo, buscando eventuais mudanças de posição e questões que foram deixadas de lado ao longo do desenvolvimento do seu pensamento sobre a linguagem e as línguas, analisamos também o reaproveitamento que Júlio Ribeiro faz de partes de seus próprios escritos, mostrando como esse é um procedimento regular de sua parte e que os textos da polêmica com Augusto Freire da Silva podem ser tomados como seus escritos inaugurais, por trazerem teses que serão incorporadas e desenvolvidas posteriormente tanto nos *Traços Geraes de Linguistica* quanto na *Grammatica Portugueza*, com questões que chegam inclusive a figurar no seu romance *A Carne*.

Por fim, no sexto capítulo, examinamos trinta e seis obras produzidas no Brasil de 1881 até a instauração da Norma Gramatical Brasileira em 1959, nas quais procuramos analisar o lugar atribuído a Júlio Ribeiro nos estudos linguísticos no Brasil, observando como sua obra é incorporada no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira. Dessa forma, procuramos analisar os discursos sobre Júlio Ribeiro e apontar as questões gramaticais e linguísticas nas quais seu nome é mobilizado, mostrando a falta de consenso sobre o seu lugar na história da reflexão sobre a linguagem no Brasil e o apagamento completo do seu livro *Traços Geraes de Linguistica* e da maior parte de sua obra no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira.

CAPÍTULO I

O TRABALHO COM A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

A História das Ideias Linguísticas, campo de conhecimento no qual enquadramos nosso trabalho, não é apenas um nome alternativo para a História da Linguística, mas um modo de pensar a constituição do saber sobre a linguagem e as línguas a partir dos procedimentos metodológicos produzidos pela equipe do Prof. Dr. Sylvain Auroux na França desde 1980 e, na década seguinte no Brasil, no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, com a coordenação inicial da Profa. Dra. Eni Orlandi. Esses procedimentos dizem respeito à instrumentação das línguas através de vocábulos, enciclopédias, dicionários, gramáticas etc.

Trabalhos consagrados à história dos conhecimentos linguísticos são comuns desde o início do século XIX, conforme Auroux (1992). Nesse meio, como argumenta o autor, a História das Ideias Linguisticas lança uma forte crítica ao mito da cientificidade expandido pela historiografia das ciências da linguagem no século XIX, de acordo com o qual os estudos sobre a linguagem só seriam verdadeiramente científicos a partir do comparatismo, pois ela procura compreender o apagamento de um saber metalinguístico mesmo antes da instituição da linguística. Nesse sentido, Auroux (1989) argumenta que o historiador deve recusar a tentação de dizer de forma normativa qual deveria ser o estatuto científico da linguística. Para Auroux (2007), uma primeira tarefa intelectual de quem faz História das Ideias Linguísticas é refutar a representação da ciência como um discurso desnudado de referência temporal, com a história servindo como uma simples modalidade de argumentação, e, assim, romper com a atemporalidade nos estudos da linguagem. De forma geral, para Auroux (2006, p. 105), assumir a posição de historiador das ciências "é ser capaz de estabelecer cronologias e linhas causais (o último ponto é o que distingue o historiador da historiografia que se limita a contar, ainda que o discurso seja ele próprio uma trama explicativa); mais ainda, é ser capaz de

construir representações e explicações”[4]. Para tanto, ele adverte que o historiador deve se esforçar para não recorrer à teleologia, isto é, explicar o passado pelo futuro, defendendo que o “historiador das ciências não pode se contentar em utilizar uma temporalidade extrínseca, o que significaria dizer que as representações que ele constrói situam simplesmente seus objetos (que são eles próprios representações) em um quadro temporal, uma cronologia, mesmo se essa cronologia é a condição mínima da história”[5] (2006, p. 105). Essa tarefa, no entanto, adverte o autor, não deve ser pensada como a de reconstituir a história real na sua realidade.

Auroux (1987a) define o historiador das ciências como um pesquisador que se interessa por um domínio empírico constituído por dados, tais como documentos e arquivos, e por fatos, como a publicação de um livro ou a falsificação de uma teoria. Escrever uma história é para Auroux (1995, p. 20) “homogeneizar o diverso”, de forma que o trabalho do historiador consistiria em “projetar fatos em um hiper-espaço que comporta essencialmente três tipos de dimensão: uma cronologia universal, uma geografia e um conjunto de temas”[6]. O historiador das ciências da linguagem é especificamente definido por Auroux (1995, p. 4) como aquele que toma as ciências da linguagem como objeto, e não aquele que toma diretamente como objeto os fenômenos que as ciências da linguagem tomam como objeto, no que estaria a diferença, por exemplo, entre um foneticista e um historiador da fonética, uma vez que esse último não procuraria descrever fenômenos sonoros, concentrando-se antes nos textos, discussões e argumentos, havendo, no entanto, uma continuidade entre as duas atividades, pois “se queremos compreender alguma coisa de uma teoria linguística, não

---

4 No original: « Etre historien des sciences c’est être capable d’établir des chronologies et des lignes causales (ce dernier point est ce qui distingue l’historien de l’historiographe qui ne fait que raconter, encore que le récit soit en lui-même une trame explicative) ; plus encore, c’est être capable de se construire des représentations et des explications. »

5 No original: « L’historien des sciences ne peut pas se contenter d’utiliser une temporalité extrinsèque, ce qui reviendrait à dire que les représentations qu’il construit situent simplement leurs objets (qui sont eux-mêmes des représentations) dans un cadre temporel, une chronologie, même si cette chronologie est la condition minimale de l’histoire. »

6 No original: « Quoi qu'il en soit de la diversité d'historicisation, écrire une histoire consiste à homogénéiser le divers. Tout travail d'historien consiste à projeter des faits dans un hyper-espace comportant essentiellement trois types de dimensions : une chronologie universelle, une géographie, et un ensemble de thèmes. »

teremos uma atividade intelectual diferente dos inventores ou dos utilizadores dessa teoria”[7]. Em outras palavras, Auroux (1992, p. 13) determina que o trabalho com a História das Ideias Linguísticas corresponderia a responder “sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico” e “como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem”. No entanto, Auroux (1995) adverte que é preciso recusar explicações que tomam a ciência como uma totalidade dos momentos do seu desenvolvimento e/ou que buscam no passado elementos convenientes aos preconceitos definidos pelo ponto de vista moderno.

Auroux (1995, p. 5) entende por resultados no campo da História das Ideias Linguísticas “seja o estabelecimento de um fato então desconhecido, seja a construção de um modelo descritivo ou evolutivo correspondente a uma classe de fenômenos, seja a confirmação ou falsificação de um modelo conhecido, seja enfim a constituição de materiais de base (edições críticas, exame minucioso de arquivos, bibliografia, etc.)”[8].

Trabalhar com a História das Ideias é, segundo sintetizam Colombat, Fournier e Puech (2010), explorar os textos, inclusive aqueles muitas vezes esquecidos, a fim de criar as condições de uma reflexão informada sobre a epistemologia das ciências da linguagem por meio da produção de informações sobre as teorias antigas, os conhecimentos que elas produziram e os conceitos que elas elaboraram; sobre a forma como os problemas foram postos e concebidos; e sobre problemas mais gerais e mais fundamentais, tais como a concepção que gramáticos e linguistas tiveram do seu objeto em vários momentos, a forma como foram tomados e concebidos os fatos e os dados, bem como as regras e/ou as leis que os organizam, ou ainda como foram distinguidos o possível e o impossível de língua, o que se poder dizer e o que não se pode dizer, ou também como foram definidas as condições de validação das descrições. No entanto, tal como sustenta Pfeiffer (2002), os texto analisados

---

7 No original: « Être historien des sciences du langage, c'est les prendre pour objet, et c'est donc ne pas prendre directement pour objet les phénomènes que les sciences du langage prennent pour objet. Il y a une différence de spécialisation entre, par exemple, un phonéticien et un historien de la phonétique. Le second ne cherchera pas à décrire des phénomènes sonores ; il connaîtra d'abord des textes, des discussions, des arguments. Autrement dit, l'historien des sciences du langage n'est pas un praticien au même titre que les autres linguistes. Il y a certes une continuité entre les deux activités ; si on veut comprendre quelque chose à une théorie linguistique, on n'aura pas une activité intellectuelle différente de celle des inventeurs ou des utilisateurs de cette théorie. »

8 No original: « Par "résultat" en histoire des théories linguistiques, il faut entendre : soit l'établissement d'un fait jusque-là inconnu, soit la construction d'un modèle descriptif ou évolutif correspondant à une certaine classe de phénomènes, soit la confirmation ou la falsification d'un modèle connu, soit enfin la constitution de matériaux de base (éditions critiques, dépouillements d'archives, bibliographie, etc .). »

não devem encarados como documentos que refletem ideologias e escondem sentidos que precisam ser achados, mas como parte da construção dos sentidos na história.

Para Orlandi (2001, p. 16), a especificidade da História das Ideias Linguísticas está no trabalho com a história do pensamento sobre a linguagem antes mesmo da instalação da linguística e a partir de um olhar interno à ciência da linguagem:

> Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definitiva; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. Não se trata de uma história da Linguística externa, o que poderia ser feito por um historiador da ciência simplesmente. Trata-se de uma história feita por especialistas da área e portanto capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua.

Nos termos de Guimarães e Orlandi (1996), o trabalho da História das Ideias Linguísticas envolve a questão da língua, dos instrumentos tecnológicos a ela ligados e de sua relação com a história do povo que a fala. Como a constituição das ideias linguísticas está ligada de forma incontornável às práticas humanas, não faz sentido, portanto, determinar um método de estudo histórico dessas ideias que não contemple essas práticas humanas. Dessa forma, acreditamos não ser possível tratar historicamente das ideias linguísticas fora das condições históricas em que elas foram produzidas e postas em circulação. Como lembram os autores, falar da história das ideias linguísticas no Brasil é levar em conta a constituição de um saber metalinguístico nas condições próprias da história brasileira. Assim, o fato de o Brasil ter sido uma colônia portuguesa que se torna independente no início do século XIX não é um dado secundário, mas, ao contrário, constitutivo do pensamento sobre a linguagem no Brasil. Por fim, ainda segundo os autores, no momento em que se toma a constituição do pensamento linguístico no Brasil nas condições específicas de sua história, abre-se a possibilidade de reconhecer, para além de influências das ideias europeias na produção do conhecimento linguístico brasileiro, a construção de um lugar próprio na história das ciências.

A apreciação dos instrumentos tecnológicos da gramatização na escrita da História das Ideias Linguísticas se justifica na medida em que o exame da constituição desses

instrumentos tecnológicos diz muito sobre o modo como uma sociedade constrói sua identidade, pois "a produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente", como notam Guimarães e Orlandi (1996, p. 09). Dessa forma, observar a constituição de instrumentos tecnológicos brasileiros é uma maneira de perceber como se constrói uma identidade brasileira. Uma vez que, como registram Guimarães e Orlandi (1996, p. 14), "a língua e os instrumentos linguístico são objetos históricos que estão intimamente ligados à formação do país, da nação, do Estado", a produção de instrumentos tecnológicos relacionados com a linguagem se revela um ponto privilegiado para a observação da forma como uma sociedade produz conhecimento relativo à sua realidade.

Ao retomar o modelo de análise triádica desenvolvido por Auroux (1992) e Chevalier e Delesalle (1986), Guimarães (2004, p. 11) estabelece que "é preciso que uma história das ideias considere uma análise das obras específicas pertinentes, as instituições em que este saber se constitui e os acontecimentos que, nestas instituições, catalisam aspectos específicos da produção deste saber". Considerando então que o trabalho com a História das Ideias Linguísticas envolve, de forma não somatória, as instituições, os acontecimentos e as obras, sem negar a relação que esses elementos estabelecem entre si, assinalamos que nossa pesquisa é um trabalho de História das Ideias Linguísticas realizado na análise de obras. Segundo Guimarães (2004, p. 16), é preciso levar em conta para a análise das obras que elas são afetadas pela exterioridade que as constitui, relacionando-se, dessa maneira, com os acontecimentos institucionais:

> Se se toma como centro de atenção as obras dos autores relevantes para cada tipo de questão, a análise destas obras se faz considerando que elas são afetadas por uma exterioridade que as constitui. A própria análise do pensamento dos autores, enquanto análise de seu discurso, traz para cena um conhecimento sobre as instituições, pelo simples fato de que a análise das obras trará para cena sua relação com acontecimentos institucionais e suas condições históricas. Ou seja, a produção de uma compreensão histórica das ideias de uma obra produz também elementos para uma história das instituições como parte dela. A análise dos trabalhos pertinentes específicos é feita considerando que: eles são produções de sujeitos constituídos ideologicamente em condições históricas específicas, a produção de conhecimento é uma prática histórica, materialmente determinada; Os sujeitos, para produzirem conhecimento, se acham individualizados pelas instituições a que estão vinculados.

Nessa perspectiva, para compreender a maneira como Júlio Ribeiro se representa ao apresentar suas reflexões sobre a linguagem e as línguas e para entender o lugar reservado

ao autor no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira, nosso trabalho analisa o conjunto de obras publicadas pelo próprio Júlio Ribeiro, resgatando algumas que eram desconhecidas até agora, e também um conjunto de obras publicadas no Brasil desde a publicação da *Grammatica Portugueza*, em 1881, até a instauração da Norma Gramatical Brasileira, em 1959.

1.1 O conceito de gramatização

Tratamos a gramatização a partir da definição dada por Auroux[9] (1992, p. 65): "Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário". Definida nesses termos, salvo os casos de gramatização "espontânea", a gramatização deve ser entendida como um processo de transferência de tecnologia entre línguas e, dada a relação entre língua e cultura, inegável mesmo que conflituosa, deve igualmente ser entendida como um processo de transferência cultural entre povos. A partir da posição dos sujeitos em relação à língua para qual operam a transferência, Auroux (1992) estabelece uma diferença entre endotransferência e exotransferência, cujos desdobramentos são, respectivamente, endogramatização e exogramatização. Dessa forma, a endogramatização se dá quando alguém escreve gramáticas e dicionários para sua própria língua, ao passo que a exogramatização corresponde à escrita desses instrumentos para a língua de outrem. A gramática latina, por exemplo, é um caso de endogramatização e endotransferência a partir do grego, enquanto que as gramáticas das línguas ameríndias, quando escritas por missionários europeus que propagam a doutrina religiosa, são típicos casos de exogramatização e exotransferência. Por outro lado, é possível haver tradições linguísticas "espontâneas", isto é, tradições que se estabelecem sem o suporte de um esquema de transferência, assentadas, segundo Auroux (1992), no fato de serem

[9] O conceito de gramatização é engendrado por Balibar (1985, p. 178) para falar de algo como « la formation grammaticale commune à tous les citoyens ». Assim, a autora procura caracterizar com o conceito de gramatização o processo por meio do qual se aprende uma gramática escolar. A autora reconhece na gramatização um fenômeno de uniformização linguística ligado ao modelo republicano francês: cada cidadão da nação deve compreender as leis, os jornais e as declarações para formar uma opinião e manifestá-la através do voto. Formulada dessa maneira, a gramatização parece se restringir à institucionalização da língua francesa.

originalmente monolíngues e não terem por objetivo o aprendizado de uma língua. Dessa espécie de tradição linguística nasce a gramatização "espontânea", como é o caso do grego.

A gramatização é um processo de instrumentação das línguas que altera os espaços de comunicação e permite uma maior estabilidade linguística. Isso ocorre porque seus produtos, a gramática, o dicionário e outras publicações sobre a língua, ampliam e alteram a capacidade linguística dos falantes, construindo normas e referências, quer dizer, uma imagem de língua, de unidade linguística. Nessa perspectiva, esses produtos da gramatização não são considerados simples representações da atividade linguística dos homens, mas, ao contrário, verdadeiros instrumentos linguísticos. Como afirma Auroux (1992, p. 69), é preciso tomar a gramática como um instrumento linguístico porque "do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor". Na mesma linha, Orlandi (2009, p. 110-111) defende que "a gramática em seu processo de produção faz muito mais do que ser um lugar de conhecimento ou um repertório de normas", sendo, antes, "a forma da relação da língua com a sociedade na história, realizada por um sujeito também representado no modo como a sociedade ser organiza". Em outros termos, para Orlandi (2001, p. 9), a gramática é um "objeto histórico" que "pode e deve ser trabalhada de modo a promover a relação do sujeito com os sentidos, relação que faz história e configura as formas da sociedade". Como apontam Colombat, Fournier e Puech (2010), os instrumentos linguísticos são objetos técnico-culturais e sócio-históricos. Enfim, gramatizar é construir instrumentos linguísticos e construir instrumentos linguísticos é criar uma língua e um saber sobre ela. De acordo com Auroux (1992), a alteração das práticas linguísticas pela norma escrita veiculada pelas gramáticas se pode sentir na transformação das pronúncias, na suscitação de novas associações semânticas e na formação de novas interpretações morfológicas das unidades. Como explica Pfeiffer (2007, p. 123), "todos os instrumentos linguísticos implicados na construção da gramatização de uma língua e na sua administração supõem necessariamente a construção do efeito imaginário da unidade linguística"[10], sendo que o problema fundamental é que esses instrumentos são tomados como a própria língua, de forma que tudo aquilo que não é tratado neles é tido como erro, desvio, regionalismo etc.

---

[10] « Tous les instruments linguistiques impliqués dans la construction de la grammatisation d'une langue et dans son administration supposent nécessairement la construction de l'effet imaginaire de l'unité linguistique. »

O ponto inicial do processo de gramatização é, segundo Auroux (1992), o aparecimento do primeiro saber metalinguístico de uma língua dada. Cabe aqui expor a distinção que o autor faz entre conhecimento epilinguístico e conhecimento metalinguístico. Em linhas gerais, o primeiro diz respeito ao saber linguístico não representando; já o segundo, ao saber construído e manipulado com o apoio de uma metalinguagem. A fabricação dos instrumentos linguísticos é o ponto de efetuação do processo de gramatização, isto é, o momento em que a gramatização se efetiva de fato. Falamos em ponto de efetuação e não em ponto final, pois, nas palavras do próprio autor (1992, p. 73-74), "o processo de gramatização nunca termina, porque, de um lado, as línguas evoluem, e, de outro, é difícil definir até onde pode-se levar o processo de gramatização, cuja extensão foi muito variável segundo as línguas". Enquanto processo de transferência de tecnologia entre línguas, isto é, fora do quadro da gramatização "espontânea", a gramatização supõe uma língua-fonte (Lf) e uma língua-alvo (La). Como observa o autor, a gramatização é um processo contrastivo que dota as línguas da posição de observatório umas frente às outras, o que possibilita a observação e a determinação de semelhanças e diferenças entre as línguas. Entre o ponto de início e o ponto de efetuação do processo de gramatização, é possível registrar uma série de eventos que se constitui em torno dessas línguas, que, segundo Auroux (1992), pode ser esquematizada da seguinte maneira:

1. Alfabetização de La a partir dos meios de escrita disponíveis em Lf e dos elementos metalinguísticos fonético-gráficos construídos para Lf;
2. Citações de expressões de La em um relato de viagem ou um texto histórico;
3. Glosa de um texto de Lf em La;
4. Tradução de um texto da língua-fonte Lf em La;
5. Tradução em La de uma gramática de Lf;
6. Adaptação da gramática de Lf para fazer uma gramática de La;
7. Utilização de meios gramaticais gerais, isto é, não específicos a uma língua qualquer, para descrever La;
8. Colocação em correspondência bi- ou n-língue de listas de expressões ou de elementos menores, notadamente lexicais;
9. Dicionários bilíngues, com autonomia relativa das partes, tema e versão;
10. Dicionário monolíngue.

Se podemos determinar um ponto inicial e um ponto de efetuação do processo de gramatização, não é possível, contudo, estabelecer uma mesma ordem intermediária dos diferentes momentos desse processo para todas as línguas, nem mesmo garantir que todos os processos listados por Auroux (1992) estejam presentes nas línguas gramatizadas, embora o autor defenda que, com exceção do dicionário monolíngue, todos os momentos apontados podem ser encontrados em todas as línguas gramatizadas.

O período que se estende por toda Idade Média pode ser considerado um prefácio ao movimento de gramatização que se desenvolve no Ocidente a partir do Renascimento. Nesse intervalo de tempo, assiste-se à gramatização do irlandês e do islandês e também à gramatização do gaulês e do provençal. Para Auroux (1992, p. 37), o processo de gramatização que antecede o Renascimento representa um acontecimento esporádico, "nada comparável, quantitativa ou qualitativamente, ao processo que se dá no final do século XV a partir das línguas que vão daí para frente dominar a história da Europa". Com efeito, o fio da gramatização que passa ao longo das margens ocidentais do antigo Império Romano atinge outra espessura ao se direcionar ao centro da Europa. Na verdade, as condições sociopolíticas que afetam a gramatização que se desenrola entre o período tardo-antigo e o fim da Idade Média não são as mesmas daquelas que afetam a gramatização que se desenvolve no Renascimento.

O processo de gramatização que se dá no Renascimento mantém certa independência das tentativas anteriores, o que ocorre graças à situação particular do mundo latino e à mudança da orientação prática da gramática. Nas palavras de Auroux (1992, p. 41), "no mesmo território observamos, ao mesmo tempo, um fenômeno de dispersão e de fragmentação e a persistência de um potente fator de unificação". Enquanto as invasões e a fragmentação do Império Romano atuam a um só tempo no desaparecimento vernacular do latim e no aparecimento dos vernáculos neolatinos, o latim é conservado como língua da administração, da vida cultural e religiosa. De acordo com Auroux (1992, p. 42), é justamente a ambivalência dessa situação que estabelece as condições da mudança de orientação prática da gramática, de maneira que ela se torna uma técnica de aprendizagem da língua e não apenas de acesso à escrita de uma língua que já se conhece:

> Foi necessário primeiro que a gramática de uma língua já gramaticalizada fosse massivamente empregada para fins de pedagogia linguística, porque esta língua se tornou progressivamente uma segunda língua, para que a gramática se tornasse – o que tomará um tempo considerável – uma técnica geral de aprendizagem, aplicável a toda língua, aí compreendida a língua materna.

A necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira se impõe como primeira condição da gramatização na Europa do Renascimento, condição também em vigor na Idade Média. Como mostra Auroux (1992), podem ser citadas como condições da gramatização a necessidade de acesso a uma língua de administração, a um *corpus* de textos sagrados, a uma língua de cultura; as relações comerciais e políticas; as viagens; a implantação e exportação de uma doutrina religiosa e a colonização. Como efeito de uma política de línguas, entram também nessa lista a organização e regulação de uma língua literária e o desenvolvimento de uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

A espera pelo século XVI para que a gramatização dos vernáculos europeus se generalize não se justifica no preconceito forjado pelos historiadores liberais do século XIX, para quem, conforme Franklin de Oliveira (1997), a Idade Média é um período de trevas na história da humanidade. Nesse sentido, o autor nos lembra que a Idade Média não é apenas a época de Roger Bacon e de Dante Alighieri, mas também a de Giotto e Petrarca, dos trovadores provençais, da enciclopédia de Abelardo de Bath e das pinturas dos irmãos Eyck e Rogier van der Weyden, o momento em que as cidades ressurgem e que o comércio se desenvolve, o período em que Aristóteles é redescoberto e que a Universidade é criada. Como afirma Auroux (1992, p. 46), "é impossível recorrer simplesmente à ignorância" para explicar a gramatização esporádica dos vernáculos, pois a "Idade Média europeia teve consciência da diversidade dialetal e linguística". Dessa forma, se o processo de gramatização se tornou massivo a partir do Renascimento, ultrapassando o limite das línguas neolatinas e atingindo também as línguas não pertencentes à família indo-europeia, aí compreendidas as línguas de populações espalhadas pela África, Ásia e América, descobertas pelos europeus na empresa das grandes navegações, isso se deve ao fato político-histórico do Estado nacional e à expansão do poder político da Europa nos demais continentes. Assim, o fato de a gramatização do período medieval permanecer esporádica – sendo afetada, principalmente,

pela necessidade de organização e regulação de uma língua literária e dando existência às primeiras gramáticas dos vernáculos europeus (islandês, irlandês, gaulês, provençal) – não se explica pela falta de técnica, mas de motivação política, o que surgiria justamente com o Estado nacional.

Se a gramatização é um processo de instrumentação das línguas que altera os espaços de comunicação e a capacidade linguística dos falantes, a partir do Renascimento, ela está a serviço do Estado nacional – e da expansão colonial –, de forma que a imagem de unidade linguística criada pelos instrumentos linguísticos produzidos pela gramatização é justamente a imagem da unidade linguística promovida pelo Estado nacional. Quando se fala em Estado nacional o que está em jogo, na verdade, são as transformações políticas e jurídicas, econômicas e socioculturais associadas à sua emergência. Na Europa, são exemplos dessas transformações a necessidade do conhecimento das leis, o surgimento do capitalismo mercantil e o acesso da burguesia emergente às fontes da cultura clássica. Não se pode, contudo, perder de vista o caráter técnico do processo de gramatização. Para os europeus, segundo Auroux (1992, p. 65), ela supõe a "transcrição de uma língua em caracteres latinos", o que o autor chama de alfabetização. Podemos mesmo admitir que só seja possível a gramatização de uma língua com o suporte de elementos metalinguísticos fonético-gráficos e um conjunto de ideias sobre a linguagem e as línguas. No entanto, se a gramatização é uma questão técnica, seu caráter massivo a partir do Renascimento está indissociavelmente ligado ao fato político-histórico do Estado nacional.

1.2 O conceito de horizonte de retrospecção

Falar em horizonte de retrospecção é reconhecer que o conhecimento guarda necessariamente uma relação com o tempo, servindo, dessa forma, para sustentar que não há conhecimento instantâneo. É dessa perspectiva que Auroux (2006) considera que os conhecimentos que um sujeito qualquer mobiliza para resolver um problema foram produzidos antes de sua atividade cognitiva, isto é, das competências adquiridas e desenvolvidas ao longo de sua formação, o que o leva a pensar o horizonte de retrospecção justamente como o conjunto desses conhecimentos antecedentes. Tal como formulado pelo autor, e conforme ele mesmo explica, o conceito de horizonte de retrospecção tem sua origem

na crítica a uma concepção excessivamente idealista da ciência muito em voga na década de 1970 segundo a qual existiriam "entidades" que corresponderiam a "conhecimentos linguísticos", conhecimentos linguísticos esses tomados por definição como "abstratos e universais", de forma que haveria uma "ciência" una e parecida com ela mesma em toda parte. Nesse cenário, como avalia Auroux (2006), a única questão que surgia para o historiador era de saber se essa ciência havia sempre existido, questão que recebia geralmente uma negação como resposta, o que levava a um esforço de datação de um ponto inicial, ponto esse representado frequentemente pelo comparativismo, por Ferdinand de Saussure ou por Noam Chomsky, no qual se supunha sempre um grande período "pré-científico" na história das ciências da linguagem.

É a partir da ideia de horizonte de retrospecção que Auroux (1995, p. 10) mostra que a atividade do conhecimento e sua expressão são sempre situadas no tempo, permitindo, por exemplo, argumentar contra a transparência de um enunciado quando afirma que ele, o enunciado, "é, como forma de expressão, sempre prisioneiro de suas condições de enunciação e uma das primeiras tarefas do historiador é justamente reconstituir as condições de compreensão para os receptores que não estão nas mesmas condições enunciativas e não dispõem mais dos mesmos meios de enunciação"[11]. A questão fundamental que destacamos do conceito de horizonte de retrospecção é a da construção de uma memória e de um projeto de futuro implicados na produção de um conhecimento:

> Todo ato de conhecimento é uma realidade histórica; seu modo de existência real não é a a-temporalidade ideal da ordem lógica do desenvolvimento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição no dia a dia do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui por definição uma espessura temporal, um horizonte de retrospecção, bem como um horizonte de projeção. O conhecimento (ou as instâncias que o implementam) não destrói seu passado, como se acredita frequentemente de maneira errônea, ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, da mesma forma que ele antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o

[11] « il est, comme forme d'expression, toujours prisonnier de ses conditions d'énonciation et l'une des premières tâches de l'historien est justement de restituer des conditions de compréhension pour des récepteurs qui ne sont pas dans les mêmes conditions énonciatives et ne disposent plus des mêmes moyens d'énonciation. »

> constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.[12] (AUROUX, 1995, p. 11)

Essa posição, já encontrada em outros trabalhos de Auroux (1987a, 1989, 1992), nos permite considerar o horizonte de retrospecção como elemento fundamental de análise na medida em que se concebe que todo texto traz em si a constituição simultânea de um passado e de um futuro. Não é algo que se acrescenta a um texto, anacronicamente, no momento da análise, mas, ao contrário, algo que a análise deve reconstruir a partir das marcas presentes no próprio texto. Assim, de forma geral, o horizonte de retrospecção pode ser tratado de duas formas: uma factual, por assim dizer, no qual se pode olhar os autores citados, e outra mais discursiva, quando há uma retrospecção mesmo quando não existe um nome citado, como, por exemplo, quando Fournier (2013) mostra o tratamento das teorias do tempo segundo Prisciano nas gramáticas francesas ainda que ele não venha referido. Se, no primeiro caso, é possível analisar uma filiação reivindicada, notando as obras de referência que um autor aponta para seu próprio trabalho, no segundo caso é preciso prestar atenção a elementos como epígrafes, dedicatórias, organização da obra, terminologia empregada, críticas a outros autores, montagem do *corpus* ilustrativo, tratamento das partes do discurso, da fonética, da morfossintaxe, etc. Nesse ponto, Orlandi (2002) nos lembra que existe uma relação constitutiva nas pesquisas de linguagem entre teoria, método, procedimentos analíticos, objeto e inscrição em uma filiação filosófica, de maneira que a observação desses elementos pode nos dar importantes pistas da montagem de uma filiação teórica. É sobre o primeiro caso que vamos nos debruçar nesta tese, procurando, como já marcamos, as referências ao nome de Júlio Ribeiro em obras brasileiras publicadas até a instauração da Norma Gramatical Brasileira em 1959.

Tendo em vista os sentidos produzidos sobre Júlio Ribeiro na história da reflexão sobre a linguagem no Brasil de modo geral e no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira especificamente, além daqueles produzidos na própria obra do autor, articulamos o

---

12 « Tout acte de connaissance est une réalité historique ; son mode d'existence réel n'est pas l'a-temporalité idéale de l'ordre logique du déploiement du vrai, mais la temporalité ramifiée de la constitution au jour le jour du savoir. Parce qu'il est limité, l'acte de savoir possède par définition une épaisseur temporelle, un horizon de rétrospection, aussi bien qu'un horizon de projection. Le savoir (ou les instances qui le mettent en oeuvre) ne détruit pas son passé, comme on le croit souvent à tort, il l'organise, le choisit, l'oublie, l'imagine ou l'idéalise, de la même façon qu'il anticipe son avenir en le rêvant tandis qu'il le construit. Sans mémoire et sans projet, il n'y a tout simplement pas de savoir. »

conceito de horizonte de retrospecção com o de discurso fundador, tal como formulado por Orlandi (1993), isto é, um discurso que funciona como referência básica no imaginário constitutivo do país e que não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria que o analista deve delimitar pelo próprio exercício de análise.

CAPÍTULO II

AS IDEIAS LINGUÍSTICAS INAUGURAIS DE JÚLIO RIBEIRO E A DISPUTA COM O MARANHENSE AUGUSTO FREIRE DA SILVA PELO MODELO DE CIENTIFICIDADE PARA A GRAMÁTICA NO BRASIL NO FIM DO SÉCULO XIX

Entre 17 de dezembro de 1879 e 16 de janeiro de 1880, Júlio Ribeiro travou uma discussão nos jornais com o gramático maranhense Augusto Freire da Silva, o primeiro escrevendo no *Diario de Campinas* e o outro na *Provincia de São Paulo*. Os textos dessa polêmica são um lugar privilegiado para observar as primeiras posições de Júlio Ribeiro sobre o estudo das línguas e da linguagem, posições que serão incorporadas e desenvolvidas em outras produções, tanto naquelas que o levaram a ter notoriedade, caso da *Grammatica Portugueza*, quanto em obras que são hoje esquecidas, como o *Traços Geraes de Linguistica*. Essa é uma primeira contribuição que procuramos dar à história das ideias linguísticas no Brasil com o presente estudo. Com efeito, podemos afirmar que o grosso do que Júlio Ribeiro vai tratar sobre a linguagem já se encontra nesses artigos publicados no *Diario de Campinas*, mesmo que, na reunião desses escritos no livro *Questão Grammatical*[13], publicado em 1887, o próprio Júlio Ribeiro tenha declarado que "já se modificaram muitos dos seus modos de pensar relativos ao assumpto; sobre algumas questões, muito outras são as theorias que elle hoje adopta" (p. 5-6). Na verdade, como será estudado detalhadamente, o reaproveitamento de partes inteiras dos próprios textos é um procedimento regular na produção de Júlio Ribeiro.

As polêmicas são comuns no Brasil do fim do século XIX como meio de debate linguístico, colocando questões sobre o modo como os brasileiros falam e escrevem e, nessa atividade, construindo discursos metalinguísticos sobre a língua nacional no período da gramatização do português do Brasil, como explica Pfeiffer (2001). Essa época vai assistir às contendas entre o escritor brasileiro José de Alencar e o filólogo português Pinheiro Chagas, entre o escritor português Camilo Castelo Branco e o jornalista e político brasileiro Carlos de Laet, entre Carlos de Laet novamente e o filólogo português Pinheiro Chagas, além da disputa

[13] É a redação desse livro que utilizamos no presente capítulo.

entre os brasileiros Carneiro Ribeiro, professor e filólogo, e Rui Barbosa, senador. Inserir Júlio Ribeiro e Augusto Freire da Silva como uma página na história das polêmicas linguísticas no Brasil, sendo ela raramente lembrada, para não dizer rasgada, constitui uma segunda contribuição pretendido por nosso estudo. É verdade que não somos os primeiros a apontar essa polêmica; contudo, para além de relatar simplesmente as questões gramaticais aí tratadas, como fazem os poucos trabalhos[14] que sobre ela já se detiveram, a contribuição que pretendemos trazer consiste em mostrar que essa polêmica é menos sobre o modo como os brasileiros falam e escrevem, embora essas questões também apareçam, do que sobre a maneira como se deve falar sobre a linguagem e produzir os instrumentos linguísticos. Dito de outro modo, essa polêmica é menos sobre as línguas do que sobre as ideias sobre elas, isto é, sobre a descrição e a explicação linguística, enfim, sobre o saber metalinguístico. De fato, à diferença de outras querelas, as bases científicas do estudo da linguagem e os fundamentos teóricos da gramática não aparecem como derivação de outras questões, mas constituem antes o ponto de partida e o próprio fundamento da disputa entre Júlio Ribeiro e Augusto Freire da Silva.

Nessa polêmica, identificamos alguns pontos levantados pelas pesquisas do projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, tais como o problema da nomeação da língua falada pelos brasileiros e o argumento do novo para legitimizar um modo de dizer sobre a língua que se pretende científico. Assim, a partir da leitura dos textos da polêmica, propomos analisar de que forma tais questões aparecem formuladas e ressignificadas, produzindo deslocamentos importantes no conjunto das ideias linguísticas estabelecidas na época. Dessa forma, um elemento central que gostaríamos de apontar é que esse argumento do novo e da cientificidade nem sempre é sinônimo de gramática histórica e comparada, pois, para Augusto Freire da Silva, esses elementos são próprios da gramática geral. Ao mesmo tempo, Júlio Ribeiro é um autor que ressignifica a própria gramática histórica e comparada no momento em que trabalha com ela, com a maior parte de suas referências sendo composta por autores franceses. Com isso tudo, procuramos mostrar que, além do lugar central do eixo Rio Janeiro e São Paulo já trabalhado por Orlandi (2000, 2002), que explica que maior parte das gramáticas publicadas no fim do século XIX foi escrita por professores de colégios dessas

[14] Na verdade, encontramos apenas um único trabalho sobre essa polêmica. Trata-se de um artigo de Maurício Silva (2010), cuja referência pode ser encontrada no final desta tese.

duas regiões, existiriam outros movimentos gramaticais importantes no Brasil. Essa é uma terceira contribuição pretendida por nosso trabalho. De fato, a participação de Augusto Freire da Silva, um autor do Maranhão, na polêmica com Júlio Ribeiro, um mineiro que fez sua vida em São Paulo, justifica nossa posição de que a introdução da produção de gramáticas no Rio de Janeiro e São Paulo não significou a ausência ou o fim da gramática em outras partes do Brasil.

Na medida em que a polêmica entre os dois autores nos permite observar as ideias que estavam em circulação e debate no Brasil do fim do século XIX, uma época determinante para a reflexão sobre a linguagem no país e para a construção de uma língua nacional, organizamos o capítulo em torno justamente das questões por eles discutidas.

2.1 Natureza da linguagem articulada

O problema levantado por Júlio Ribeiro é o da propriedade da linguagem articulada como elemento de distinção entre o homem e o animal, bem como enquanto elemento relacionado à inteligência e índice do grau de desenvolvimento e funcionamento do cérebro, inclusive como meio possibilitador da evolução progressiva do homem. Entra nessas questões a consideração da existência de uma linguagem animal, entendida aproximadamente como capacidade de comunicação e emissão de sons, o que leva à formulação de uma faculdade geral da linguagem, partilhada entre homens e animais. Essas reflexões colocam o estudo da linguagem pelo viés da caracterização fisiológica do homem a partir de trabalhos de antropologia, especificamente o livro de Paul Topinard e, através dele, os trabalhos de M. Gaussin e M. Condereau, nomes com passagem pela *Société d'anthropologie de Paris,* numa rede que traz também os nomes de Abel Hovelacque e Broca. Dessa forma, a faculdade da linguagem articulada é concebida como algo que caracteriza fisiologicamente o homem, no que se nota a ideia de desenvolvimento, de progresso, operando distinções, em relação ao cérebro e à linguagem, entre seres humanos e animais, mas também entre os próprios seres humanos, com o estabelecimento de raças superiores e raças inferiores. No estabelecimento de critérios para considerar uma linguagem articulada, um ponto central é a afetação recíproca

entre o desenvolvimento do cérebro e o aperfeiçoamento da linguagem, no que entra também a relação entre ideias e linguagem.

A linguagem articulada é apresentada por Júlio Ribeiro como aquilo que "assigna ao homem a primazia sobre todos os entes vivos" e que "o colloca acima dos outros animaes" (p. 7). Na sequência, ela é também descrita como "instrumento e interprete da inteligencia", como uma espécie de índice do grau de desenvolvimento e funcionamento do cérebro humano, pois o autor afirma que a linguagem articulada "accusa no homem uma conformação maravilhosa de cérebro, uma delicadeza quasi inconceptivel de systema nervoso" (p. 7), conformação e delicadeza essas que estariam "sujeitas á lei fatal do progresso; a um aperfeiçoamento lento, mas incessante" (p. 7). Para Júlio Ribeiro, o "instrumento por meio do qual se effectúa essa evolução progressiva é a linguagem articulada" (p. 7).

Júlio Ribeiro segue com explicações sobre a linguagem animal, momento no qual defende que "muitos animaes, sinão todos, communicam entre si os pensamentos que têm, referentes a sua vida habitual" (p. 8). Essa língua animal, na qual se daria a comunicação do pensamento, se caracterizaria pelo uso de intonações e modulações da voz, que, segundo se ensina, "correspondem a intenções determinadas", e pela tradução de diferentes sentimentos e necessidades, como medo, alegria, sofrimento, fome, reprodução, etc. Se os animais "fazem-se comprehender pelos companheiros", a ressalva que se faz é que eles, por outro lado, "em geral não articulam", sendo que alguns poucos "associam pequeno numero de vogaes e de consoantes: repetem, porém, mais do que variam" (p. 8). Nesse ponto, a linguagem dos pássaros é lembrada como a linguagem animal que mais se aproxima da linguagem articulada. Antes de avançar, é interessante notar o quão essa dita linguagem animal está circunscrita à realidade imediata, ou, nas palavras do texto, à "vida habitual dos animais", sem referências, por exemplo, a abstrações. Assim, se os animais comunicam entre si seus pensamentos, essa vida habitual parece ser o conteúdo e o limite de tais pensamentos.

Numa referência vaga à M. Gaussin, mas que descobrimos ser ao texto *Sur la faculté d'expression*, apresentado em 1865 na *Société d'anthropologie de Paris*, explica-se que existe uma faculdade geral, chamada expressão, que é "commum ao homem e aos animaes, pela qual se liga uma ideia a um signal", sendo que "a expressão mímica e a voz são modos"

dessa faculdade geral (p. 8). É interessante marcar a concepção de que a faculdade geral compartilhada por homens e animais se expressa de diferentes modos. O exemplo do cão de caça que vira a cabeça para se assegurar de que está sendo seguido pelo seu dono ou daquele que arranha a porta para que seja aberta é dado como uma prova de que a mímica existe em todos os animais. Por outro lado, a escrita é evocada como uma atividade exclusivamente humana, ligada a certas condições fisiológicas, pois se afirma que "só o homem escreve, e não admira que seja elle o unico a fazel-o, porque a todos os outros animaes falta o necessario desenvolvimento cerebral e a conformação perfeita da mão" (p. 9). Podemos inferir que é justamente por não apresentar tais condições que o autor afirma que "é só pela voz e pela mimica que se relacionam os animaes" (p. 9). O verbo relacionar aí empregado parece marcar a faculdade geral da qual se fala como um modo de convivência. Assim, se os outros animais se relacionam apenas pela voz e pela mímica, os homens, tendo condições de desenvolver algo mais e servindo-se desse algo mais, a escrita, vão além. O texto cita vagamente um estudo de M. Condereau sobre "a linguagem tão variada da galinha", que descobrimos ser a comunicação *L'intelligence et ses rapports avec l'instinct*, apresentada em 1866 também na *Société d'anthropologie de Paris*, para indagar se nessa linguagem, na qual as "intonações multiplas" corresponderiam a "cada ordem de idéias provocadas pelo numero limitado dos sentimentos e necessidades", haveria "sons articulados, syllabas que formem o que chamamos lingua" (p. 9). Uma nota de rodapé remete essa passagem do estudo de Condereau ao livro *Anthopologie*, de Paul Topinard, que, em sua própria obra, já havia citado também o trabalho de M. Gaussin. Na verdade, toda a sequência que começa com a afirmação de que muitos ou todos os animais comunicam entre si os seus pensamentos e vai até a citação do estudo de Condereau é uma tradução de parte do quinto capítulo do livro de Topinard, a partir do qual, portanto, se fazem as referências de Júlio Ribeiro a M. Gaussin e a M. Condereau.

O livro de Topinard, publicado em 1876, é organizado em três grandes eixos temáticos: *De l'homme considéré dans son ensemble et dans ses rapports avec les animaux*; *Des races humaines*; *Origine de l'homme*. O primeiro eixo reúne capítulos que tratam, na terminologia do autor, de características físicas, fisiológicas e patológicas dos homens em relação aos outros animais. O quinto capítulo, a partir do qual Júlio Ribeiro trabalha, como indica o seu título, *Caracteres Physiologiques*, vai tratar justamente das características fisiológicas dos homens, apresentando os seguintes tópicos: *Développement du corps*,

Embryogénie, *Sutures et épiphyses*, *Dents*, *Détermination de l'âge et du sexe sur le squelette*, *Fonctions générales et particulières*, *Manifestations psychiques*, *Faculté générale d'expression*. Como se nota, a faculdade da linguagem figura como um dos elementos que caracterizam fisiologicamente o homem. No corpo do texto, Topinard esclarece que vai tratar "de la faculté du langage, ou mieux de cela d'articuler les sons" (p. 168). Na sequência desse posicionamento, Topinard argumenta que as línguas primitivas faladas pelo homem eram, e essa seria a avaliação de todos os linguistas, monossilábicas, e que pouquíssimas sílabas elementares bastavam para constituir uma língua articulada na origem. A questão para Topinard era então saber quantos sons articulados ou sílabas simples é preciso para algo merecer o nome de língua e onde está o limite entre a linguagem relativamente aperfeiçoada de algumas espécies animais e a linguagem primitiva dos ancestrais humanos mais inferiores.

O animal, defende Topinard, tem ideias, a faculdade de exprimi-las, por alguns sons mais ou menos bem articulados, mas isso em estado rudimentar. No homem, ao contrário, tudo tomou grandes proporções, suas ideias se multiplicaram ao longo das eras, seu centro de expressão se aperfeiçoou pelo uso, seus nervos e músculos aprenderam a lhe obedecer, comparando-se, que da mesma forma que um instrumento torna os sons mais harmoniosos à medida que os dedos adquirem mais agilidade e o pensamento musical mais potência, a linguagem deve ter começado por ensaios e ter se desenvolvido progressivamente no curso infinito dos séculos. Topinard pergunta se a multiplicação das ideias primitivas deu nascimento à linguagem ou foi a linguagem que impulsionou o desenvolvimento intelectual. Numa referência ao trabalho de *La Linguistique* de Havel Hovelacque, o autor afirma que essa é questão de fundo.

Júlio Ribeiro retoma parte dessas ideias, reproduzindo, inclusive, algumas frases de Topinard, pois ele afirma o seguinte:

> O animal tem idéias; possue a faculdade da expressão; emitte sons quasi articulados: tudo isto é, porém, rudimentario.
>
> No homem tudo tomou grandes proporções: suas idéias multiplicaram-se através dos seculos; sua faculdade de articular aperfeiçoou-se com a pratica; seus nervos e seus musculos aprenderam a obedecer-lhe com precisão. (p. 10)

Antes disso, no entanto, respondendo, negativamente, a questão de saber se na linguagem das galinhas há sons articulados e sílabas que formassem algo como uma língua, Júlio Ribeiro apresenta cinco critérios, ou exigências segundo sua própria terminologia, para considerar uma linguagem articulada: 1) pensamento e vontade, 2) faculdade geral de expressão, 3) faculdade particular de articulação, 4) transmissão de nervos, 5) execução pelos músculos. Para o autor, essas "funcções estão perfeitamente combinadas e largamente desenvolvidas no homem" (p. 9). Ora, como listado pelo próprio Júlio Ribeiro, os animais apresentam a maior parte dessas chamadas funções da linguagem articulada. A ressalva feita de que elas estão em estado rudimentar nos animais e em estágio de grandes proporções nos homens nos leva a considerar que o que marca uma diferença entre homens e animais não é tão somente a posse ou não dessas funções mas antes o seu grau de desenvolvimento. De qualquer forma, para Júlio Ribeiro, "a séde da linguagem articulada está na parte esquerda do cerebro, na terceira circumvolução frontal, chamada de Broca" (p. 10). A prova em favor de tal argumento é o mesmo dado por Topinard de posse dos estudos de Broca: "Uma lesão aguda nessa região do cérebro produz a aphasia ou mutismo idiota, ou a aphemia ou perda da palavra com conservação da intelligencia" (p. 10). É flagrante o procedimento de hierarquização, entre animais e seres humanos e mesmo entre os próprios seres humanos, produzido por tais concepções, uma vez que Júlio Ribeiro defende que "pelo estado pouco desenvolvido dessa circunvolução é que raças humanas inferiores têm uma phonetica rude e pobre" e que "nos animais inferiores não existe a circunvolução de Broca: nos proprios anthropoides é ella rudimentaria" (p. 10). O exemplo dado de rudeza e pobreza fonética das raças humanas inferiores devido ao pouco desenvolvimento da circunvolução de Broca é o do "preto africano" e o do "Chim" que "não podem pronunciar pistola, camarão" respectivamente (p. 10), num procedimento que toma a pobreza da qual fala não com algo da ordem própria da língua, mas como uma falta, uma limitação, fisiológica, de uma raça. Como se nota, a hierarquização põe as chamadas raças humanas inferiores no meio caminho entre os animais inferiores e a(s) raça(s) humana(s) superior(es), pois se há uma raça humana inferior, certamente existe uma raça humana superior. Os discursos de discriminação não poderiam estar melhor servidos quando Júlio Ribeiro, no que pode ser tomado como um desenvolvimento das explicações de Topinard, afirma que o "desenvolvimento da linguagem articulada está, pois, em proporção com o desenvolvimento do cerebro" (p. 10), afinal, a

articulação que se faz entre grau do desenvolvimento do cérebro, grau de desenvolvimento da linguagem, raças humanas inferiores e animais inferiores não apenas põe algumas raças em posição superior a outras, mas também aproxima algumas raças humanas dos animais, como se algumas raças humanas fossem mais humanas que outras, enquanto que outras se assemelhassem mais aos animais.

Se Topinard põe em forma de questão as relações entre ideias e linguagem, perguntando se a multiplicação das ideias primitivas deu nascimento à linguagem ou se foi a linguagem que conduziu ao desenvolvimento intelectual, Júlio Ribeiro retoma essa questão de forma mais assertiva, afirmando que "se o cerebro bem desenvolvido produz uma linguagem aperfeiçoada, claro está que, por uma razão de reciprocidade, aperfeiçoar a linguagem, methodisando-a, regularisando-a, simplificando-a, é fornecer ao cerebro meios de desenvolvimento, é alargar os horizontes á raça humana" (p. 11). É na afetação recíproca entre desenvolvimento do cérebro e aperfeiçoamento da linguagem que se vai alargando os próprios horizontes da raça humana.

2.2 O aparelho vocal

Após pedir à fisiologia alguma coisa menos nebulosa sobre a linguagem articulada, Júlio Ribeiro passa a conceituar uma série de termos como fonética, som, voz e voz articulada, numa reflexão que traz referências ao nome de Max Müller. Poderíamos dizer, portanto, que a conceituação desses termos seria definida a partir da fisiologia. Todo esse estudo sobre o aparelho vocal será reaproveitado por Júlio Ribeiro nos seus *Traços Geraes de Linguistica*. Tratamos dessa obra no próximo capítulo, momento em que analisamos detalhadamente as ideias de Júlio Ribeiro a respeito do tema.

Em resumo, Júlio Ribeiro vai considerar a laringe como o órgão essencial para a produção dos sons, abordando o papel dos pulmões e da traqueia-artéria; vai tomar o tubo vocal como o aparelho da voz articulada, explicando a composição do tubo em laringe, boca e fossas nasais; vai esmiuçar a anatomia do laringe humano e a efetuação da aspiração e da espiração através da glote, a produção das vozes na expiração, e intensidade das vozes na

razão direta da força com que o ar é expelido; vai tratar igualmente da modificação das vozes na parte superior do tubo vocal, da composição do tubo vocal em membranas e músculos, em orgãos móveis e imóveis; vai apresentar o véu do paladar, língua, faces e lábios, arcada dentária inferior como os órgãos móveis e fossas nasais, abóboda palatina, arcada dentária superior como os órgãos imóveis.

Júlio Ribeiro vai explicar as três maneiras pelas quais se modifica o aparelho vocal na prolação dos sons laríngeos e, por consequência, as três categorias de vozes articuladas, livres, constrictas e explodidas, não sem deixar de criticar o que chama de velha distribuição dos elementos fônicos em sons simples e consonâncias, que proveria da observação imperfeita dos gramáticos dos fenômenos de vocalização, no que se nota, e essa não será a única vez, o argumento do novo. Cabe aí notar a formulação de um problema da ordem da observação, ou de má observação. Cabe perguntar de que gramáticos Júlio Ribeiro fala, pois ele formula a questão de forma geral, como se fossem todos os gramáticos, ou pelo menos todos os gramáticos até o momento presente, até chegar a ele próprio, mas, evidentemente, sem incluí-lo. Para Júlio Ribeiro, fazendo uma distinção entre análise rigorosa de um lado e gramáticos de outro, como se os gramáticos não fizessem análise rigorosa, "à luz de analyse rigorosa, tanto vozes como consonancias são sons laryngeos, são vozes propriemente ditas, que se modificam no atravessar a parte superior do tubo vocal" (p. 29). Por ser assim, a análise rigorosa de que fala Júlio Ribeiro aparece portanto como observação perfeita. A partir de uma referência ao trabalho *Nouvelles leçons sur la science du langage*, de Max Müller, a redação faz então menção aos gramáticos hindus, de quem se diz que teriam conhecido e descriminado bem os fatos tratados por Júlio Ribeiro. Se Júlio Ribeiro havia criticado todos os gramáticos, ou todos os velhos gramáticos, ou todos os gramáticos e fisiologistas, ele poupa aí os gramáticos hindus. Haveria assim um fato conhecido do passado pelos gramáticos hindus.

O estudo segue com Júlio Ribeiro lastimando "que se vão perpertuado classificações absurdas, e ainda mais que, sob a denominação de vogaes e de consoantes, confundam-se kharacteres representantes e sons representados" (p. 30). O problema portanto é o da perpetuação de classificações absurdas e de erros conduzidos pela terminologia, além da confusão entre elementos representados e representantes.

2.3 Bases científicas do estudo da linguagem

Cabe notar logo de início o grande número de nomes citados por Júlio Ribeiro quando ele invoca as bases científicas do estudo da linguagem. Mais importante do que o nome de cada um dos autores citados, é a posição em que são colocados uns em relação aos outros. De um lado, estariam aqueles que estabeleceram as bases científicas da ciência da linguagem, que trabalham com a comparação e classificação das línguas e que consideram a evolução, aos quais Júlio Ribeiro reivindica se filiar. Do outro, estariam aqueles significados negativamente pelo trabalho com a metafísica. Essa divisão marcaria não apenas o cenário internacional, mas também o brasileiro, com os estudos de gramática do português, no que se estabelece ainda uma separação entre brasileiros e portugueses. Na disputa entre esses dois lados, Júlio Ribeiro se apresenta como aquele que vence o atraso nos estudos que, para além do campo da linguagem, serviriam também a outra áreas do conhecimento como a sociologia, a biologia e a física. Assim, no conflito entre o velho e o novo, a linguística, a filologia e a gramática comparada são descritas como disciplinas reunidas pelo fato de trabalharem com a linguagem e com as línguas e de terem se originado a partir dos estudos fisiológicos sobre o desenvolvimento do cérebro, estando justamente aí uma das marcas de sua modernidade. Nesse quadro, o estudo da linguagem é posto como uma parte essencial da antropologia, sendo a gramática tomada como uma ciência, na medida em que é marcada por posições naturalistas. Cronologicamente, as bases ditas científicas do estudo da linguagem são localizadas na passagem do século XVIII para o XIX.

A afetação recíproca entre desenvolvimento do cérebro e aperfeiçoamento da linguagem é apresentada por Júlio Ribeiro como uma “verdade” que se tornou “patente aos pensadores modernos”, sendo que “das investigações a que procederam originou-se a linguistica, a philologia, a gramática comparada” (p. 11). Todas essas disciplinas que trabalham com a linguagem e as línguas têm portanto suas origens ligadas aos estudos fisiológicos sobre o desenvolvimento cerebral. Os nomes de W. Jones, Bopp, Schleicher, Grimm, Kuhn, Chavée, Spiegel, J. Müller, Whitney, Breál, Hovelacque são citados como estudos que “têm, de cem annos a esta parte, estabelecido em bases científicas o estudo da

linguagem, quer sob o ponto de vista physiologico, quer sob o ponto de vista historico e comparativo" (p. 11). Cronologicamente, a passagem do século XVIII para o XIX é localizada como o período em que se estabelecem as bases científicas do estudo da linguagem. Epistemologicamente, tais bases científicas se ligam aos estudos de fisiologia na origem, afinal o ponto de vista histórico e comparado do estudo da linguagem de que fala o autor tem, enquanto uma disciplina que trabalha com a linguagem, suas origens nos estudos fisiológicos, pois, como relatado no texto, todas as disciplinas que trabalham com a linguagem são descritas como originadas dos estudos fisiológicos sobre o desenvolvimento cerebral. Na verdade, Júlio Ribeiro vai defender que o "estudo da linguagem articulada é hoje uma parte essencial da anthropologia, e a gramática é uma sciencia" (p. 12). Como mostra o livro de Topinard, que se intitula uma obra de antropologia, a fisiologia é um dos conteúdos da antropologia na época, com as questões da linguagem tratadas enquanto um tópico de fisiologia. Em uma passagem da obra, Topinard vai falar inclusive sobre a definição de linguística e a classificação das línguas[15].

Se a linguagem articulada é uma parte essencial da antropologia, ela o é na medida em que a fisiologia figura como uma parte essencial dessa disciplina e abarca as questões da linguagem. Dessa forma, tomar a gramática como uma ciência nesse quadro é jogá-la numa rede de sentidos em que o científico é fortemente marcado por posições fortemente naturalistas, por assim dizer. Tendo isso em conta, é importante notar qual a natureza desse trabalho que tem estabelecido as bases científicas do estudo da linguagem. Segundo enumera Júlio Ribeiro, os "infatigaveis obreiros", numa referência àqueles nomes anteriormente listados como responsáveis justamente por estabelecer as bases científicas da linguagem, têm por trabalho decifrar inscrições, comparar textos, aproximar dialetos, classificar línguas, estudar as leis da fonação no jogo dos músculos, trabalhos esses que, como resultado, mostram que "o dom assombroso que tem o homem de armazenar e de communicar as suas conquistas, é apenas um producto logico, naturalissimo da evolução sociologica,

[15] « La linguistique, pour le dire de suite, est l'étude comparée des éléments de chaque langue comme la philologie est l'étude comparée des productions littéraires dans ces langues. Les deux points fondamentaux, sur lesquels la première porte, sont le vocabulaire et la grammaire, leur état actuel, leurs dérivations, leur origine. Toute langue a passé par trois états, a eu trois phases de perfectionnement. Les unes les ont traversées rapidement, les autres en sont restées, après une durée infinie, à la première ou à la seconde. De là trois types de langues : les monosyllabiques, les polysyllabiques ou langues agglutinatives, et les langues à flexion. Les premières sont représentées par le chinois et ses dialectes, les secondes par les idiomes américains, basques, berbers, mongols, finnois, etc.; les troisièmes par les langues sémitiques et aryennes. Nos langues d'Europe appartiennent, à deux exceptions près, à cette dernière classe. » Topinard, 1876, p. 445-446.

cerebral, physica", algo que, na avaliação de Júlio Ribeiro, parecia "milagre e capricho" (p. 11). Tomada como um produto incontornável (lógico) da evolução, a linguagem é significada não apenas como comunicação, mas também como armazenagem. O aspecto geral do termo "conquistas" nos faz pensar não ser pequena essa capacidade da linguagem de armazenagem e comunicação.

Ao determinar que a linguagem articulada é uma parte essencial da antropologia e que a gramática é uma ciência, Júlio Ribeiro aponta quem são aqueles que avançaram e aqueles que ficaram para trás nos estudos da linguagem:

> Longe vamos, felizmente, do dogmatismo feroz do padre Manuel Alvares, das utopias abstrusas de Leibnitz, da metaphysica subtil de Condillac.
>
> *Longe vamos*, escrevi eu.
>
> Longe vão os Alemães, os Inglezes, os Francezes, e até… os Russos.
>
> Nós continuamos como estavamos, socegadamente, rotineiramente.
>
> Ainda dividimos com toda a irracionalidade (a expressão é do sr. Theophilo Braga) a grammatica em quatro partes –*Etymologia, Syntaxe, Prosodia* e *Orthographia*, vamos adubando com muita subtileza soporifica um mixtiforio de *orações absolutas, principaes, approximadas, incidentes, integrantes, restrictivas, explicativas*; architectamos pyramides de complementos esdruxulos, ouriçados de distincções cerebrinas, e afinal de contas obtemos o resultado brilhante de não escrever duas linhas sem erros, e de fazer com que os rapazes fujam das classes de gramática como o diabo da cruz. (p. 12)

De um lado, Manuel Alves, Leibniz e Condillac. Do outro lado, superando o dogmatismo, a utopia e a metafísica que marcariam os primeiros, estão os ingleses, os alemães, franceses e mesmo os russos, como se esses últimos não fossem esperados nessa posição. Como se percebe pelo trecho acima, o "nós" empregado por Júlio Ribeiro joga os estudos brasileiros do lado do atraso representado pelo dogmatismo, a utopia e a metafísica de Manuel Alves, Leibniz e Condillac, atraso esse que, no caso brasileiro, seria manifesto na forma da divisão da gramática e na profusão, confusão e arranjo de termos, sintáticos, no que se percebe uma questão de terminologia, mas igualmente, e talvez mais forte, de estrutura mesmo da língua, o que traria efeitos pedagógicos negativos, com o desestímulo do estudo da gramática nos jovens. Na verdade, Júlio Ribeiro não fala apenas dos estudos brasileiros, mas do conjunto dos estudos gramaticais do português feitos por brasileiros e portugueses. Nesse conjunto, figuram como exceção os "trabalhos monumentaes" de Adolfo Coelho, Teófilo

Braga e Pacheco Junior, “desgraçadamente pouco vulgarisados”, sendo a regra a “repetição do que disse Sotero dos Reis, que repetiu o que disse Soares Barbosa, que repetiu o que disse Lobato, que repetiu o que disse Amaro de Roboredo, que repetiu o que disseram os Affonsinhos” (p. 13), numa linhagem que – a ironia é forte – passaria por Noé, Matusalém e Enoque e chegaria a Adão. Em posição contrária a de Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Pacheco Junior como inovadores no estudo da gramática do português, os nomes de Sotero dos Reis, Soares Barbosa, Lobato e Amaro de Roboredo, frequentemente criticados na obra de Júlio Ribeiro – sobretudo os dois primeiros –, são alvos de deboche por seus estudos que se assemelhariam a fantasias, a mitos, marcados pela repetição, pela não inovação, enfim, pelo atraso. O espaço da falta, daquilo que precisa ser feito para vencer o atraso, é apontado e respondido por Júlio Ribeiro pelas ações de popularizar, demostrar, analisar, colecionar, classificar, deduzir e formar estudos que considerem os temas da formação da voz e da articulação, do funcionamento da linguagem no cérebro e do tratamento dos fatos linguísticos para a construção de leis, de doutrinas, que, para além do campo da linguagem, serviriam também à sociologia, à biologia e mesmo à física:

> Popularisar o estudo da formação da *voz* no larynge, e da *articulação* na cavidade buccal; demonstrar a existencia do movel da palavra nas circumvoluções do cerebro, e nas redes do systema nervoso, analysar os factos linguisticos; collecional-os e classifical-os pacientemente, scientificamente; deduzir deles leis sociologicas, biologicas e até physicas e generalisar essas leis; formar um corpo de doutrina positiva, provado, util, pratico: eis o que não fazemos e nem curamos de fazer. (p. 13)

2.4 Definição da gramática

Tendo como ponto de partida as definições de Sotero dos Reis de gramática geral e gramática particular, a disputa entre Júlio Ribeiro e Augusto Freire da Silva em torno da definição da gramática traz como questão, além de preocupações de ordem pedagógica, a validade de princípios universais da palavra, debate que tem por base o embate entre universalidade e mutabilidade como princípios que governam a linguagem. Tomando partido da mutabilidade, Júlio Ribeiro evoca elementos como a evolução do cérebro e a ação do meio como fator da mudança linguística, meio esse descrito por itens como clima, alimentação e

viver social, numa reflexão que rejeita a arbitrariedade e defende a lei da evolução. Augusto Freire da Silva, por seu turno, mesmo que não negue a mudança linguística, reconhecendo uma dimensão universal e uma dimensão particular do fenômeno linguístico, ambos regidos por princípios, não apenas sustenta a universalidade, como também rejeita qualquer influência do desenvolvimento cerebral na linguagem, numa defesa da imutabilidade dos princípios regentes da linguagem e numa teorização que traz como componentes o arbítrio dos povos e o gênio da língua. Entram em consideração nessa exposição as filiações e as diferenças entre o português e o latim.

Mais do que um conjunto de autores mobilizados para fundamentar o que se considera como verdades sobre a linguagem e, em consequência, como correta definição de gramática geral e de gramática particular, um ponto que está em jogo nessa rixa é a interpretação acertada de autores, sendo um exemplo central o nome de Du Marsais. Nesse confronto, como questões de ordem terminológica e mesmo epistemológica, está em discussão a pertinência de empregar ou não termos como princípio geral e o bom uso de outros termos como instituições, fatos e leis. Para Augusto Freire da Silva, a definição de gramática passa pela tomada em conta da composição do pensamento, no que parece estar em jogo a defesa de uma tradição filosófica frente aos avanços da gramática histórica. É nesse quadro que se insere a questão do juízo, que também revela uma disputa entre universalidade e mutabilidade. Em todo caso, tanto Augusto Freire da Silva quanto Júlio Ribeiro tomam a gramática enquanto uma ciência, sendo variáveis justamente os critérios que sustentam um modo científico de fazer gramática, ao que vem se juntar relações entre ciência, doutrina filosófica e arte.

Júlio Ribeiro considera defeituosas, sob o ponto de vista prático, e falsas, sob o ponto de científico, as definições do gramático brasileiro Sotero dos Reis de gramática geral como “a sciencia dos principios immutaveis e geraes da palavra pronunciada ou escripta em todas as línguas” e de gramática particular como “a arte de aplicar aos principios mutaveis e geraes da palavra as instituições arbitrarias e usuais de qualquer lingua” (p.15). Seriam defeituosas do ponto de vista prático “porque não levam luz á intelligencia do alumno, que não sabe quaes sejam esses princípios immutaveis e geraes da palavra a que elle tem de applicar as instituições usuaes e arbitrarias (!) da sua língua” (p. 15-16), no que se nota não

apenas a questão do ensino, mas também e principalmente a da validade de princípios universais em uma palavra.

Em seguida, são apresentadas as razões de considerar tais definições falsas sob o ponto de vista científico. Em primeiro lugar, Júlio Ribeiro aborda a mutabilidade dos princípios pelos quais se rege a linguagem humana, sendo a mudança considerada inclusive no tempo da vida humana. Para o autor, a mudança das línguas comprova que eles, os princípios pelos quais se regem a linguagem humana, são mutáveis, defendendo mesmo que é preciso que sejam mutáveis para que haja mudança. É interessante perceber o apontamento, ou pelo menos a sugestão, da mudança como ocorrência pelos sons mal articulados quando o autor argumenta: "Si esses principios fossem immutaveis, nunca os sons mal articulados, proferidos pelo homem do período terciario, se teriam convertido nas linguas actuaes; nem mesmo haveria pluralidade de linguas" (p. 16). Temos aí uma explicação do erro como fator da mudança linguística? Em todo caso, Júlio Ribeiro fala explicitamente em ação do meio, pois afirma que os princípios pelos quais se rege a linguagem humana "mudam com o desenvolvimento de cerebro sob a acção dos meios em que vivem as raças, sob a acção das necessidades, dos recursos, dos habitos", para logo em seguida notar que um "adulto não fala como uma criança, e nem um cidadão de hoje como um burguez da idade media" (p. 16). Estaria ele abrindo caminho para falar de algo como variação?

Como segundo ponto, que diz respeito à terminologia, Júlio Ribeiro critica a redundância que representaria falar em princípio geral, termo que, segundo o autor, é um "pleonasmo grosseiro", chegando a perguntar se haveria princípios particulares. O que se vê nesse apontamento de ordem terminológica, logo epistemológica, é justamente a natureza do princípio em jogo.

Em um terceiro tópico, Júlio Ribeiro argumenta a favor da não arbitrariedade das instituições. As instituições linguísticas – o termo é dado por ele – são designadas como "consequencias demonstradas, logicas, fataes da evolução cerebral", evolução essa que, numa curiosa associação entre o que é da ordem do natural e o que é da ordem do social, seria "influenciada pelo clima, pela alimentação, pelo viver social, pelo *meio* enfim" (p. 16), razão pela qual elas não poderiam ser arbitrárias. Uma prova chamada pelo autor para a não arbitrariedade das instituições linguísticas é a lei de Grimm, "formulada claramente,

mathematicamente". Em lados que se mostram opostos, temos o que é matemático e aquilo que é arbitrário. A lei é formulada matematicamente, ela não é arbitrária. No entanto, Júlio Ribeiro emprega o termo *instituições* e o toma como aquilo que é provado por uma lei formulada matematicamente. Dessa forma, poderíamos dizer portanto que não há aí nada de social, ou então que esse social funciona de uma maneira muito particular, na medida em que está na relação com elementos como clima, alimentação, evolução do cérebro e leis formuladas matematicamente.

O quarto e último ponto levantado por Júlio Ribeiro trata da possibilidade de aplicar princípios a instituições arbitrárias e usuais e da impossibilidade de aplicar instituições arbitrárias a princípios, o que seria possível "só si fosse possivel aplicar um facto a uma lei, ou uma nuca a um caustico!" (p. 17). Nesse movimento de colocar em debate a natureza, o caráter, a definição de princípios e instituições, fatos e leis, Júlio Ribeiro acusa uma utilização indevida do "grande nome do grande" Du Marsais nas definições de gramática geral e gramática particular da forma como foi apontada e criticada. Cabe ressaltar que, após transcrever as definições de gramática geral e gramática particular, Júlio Ribeiro afirma que essas são "as definições que se nos antolham ao abrirmos os compendios de grammatica mais em voga entre nós" (p. 15). Na verdade, como já mencionamos, essas definições são do gramático brasileiro Sotero dos Reis. Cabe explicar que Júlio Ribeiro não cita o nome de Sotero dos Reis ao criticar as definições de gramática geral e de gramática particular. Poderíamos dizer que o fato de Júlio Ribeiro colocar em primeiro plano as definições e suprimir o nome do autor mostra que o problema não é um indivíduo, mas antes uma escola gramatical. É da má utilização de Du Marsais no ambiente brasileiro de que fala Júlio Ribeiro, portanto. Nas palavras exatas do autor, o "grande nome do grande Du Marsais não salva tão carunchas definições de um naufragio vergonhoso" (p. 17).

Apresentando, em nota de rodapé, a definição de Holmes da linguagem como "o termo generico proprio da manifestação dos pensamentos por meio de sons articulados, e não exprime, como diz o sr. d. F. de S. Luiz, em geral qualquer meio artificial ou natural de que os servimos para communicar aos outros os nossos pensamentos, senão em estylo figurado" (p. 18), na articulação entre gramática e linguagem, Júlio Ribeiro define justamente a gramática como um conjunto de leis e princípios por que se governa a linguagem, razão pela qual,

segundo seu próprio argumento, ele define a gramática a partir de Holmes como a ciência da linguagem. Essa definição de linguagem trazida de Holmes como expressão do pensamento por meio de sons articulados vai ser reproduzida por Júlio Ribeiro na sua *Grammatica Portugueza*. Nessa obra, a definição de gramática, no entanto, vai estar ligada antes ao nome de Whitney. De qualquer forma, nessa definição de gramática ligada voluntariamente a Holmes, vemos a ideia de que a linguagem se governa por leis e princípios. Cabe também apontar que, na observação de que o termo linguagem não exprime qualquer meio artificial ou natural de que nos servimos para comunicar aos outros nossos pensamentos, senão em estilo figurado, mas tão somente a manifestação dos pensamentos por meio de sons articulados, existe a ideia de que não é exclusivo da linguagem comunicar aos outros o pensamento, havendo outros meios para isso.

Augusto Freire da Silva retoma as definições de gramática geral e de gramática particular, acusando a pretensão de Júlio Ribeiro de mandar afundar em paz tais definições e defendendo, pelo contrário, que elas "não afundaram, nem para salvarem-se de vergonhoso naufragio se faz mister o grande nome do grande Du Marsais" (p. 57), numa posição que considera que não é o nome de Du Marsais que garante a correção das definições de gramática geral e gramática particular apresentadas por Sotero dos Reis, tal como foi manifestado por Júlio Ribeiro. Essas definições teriam validade mesmo sem o amparo de Du Marsais. Assim, para Augusto Freire da Silva, o que salva tais definições são as verdades que elas encerram: "Salvam-n'as a verdade que encerram, e que as fez serem abraçadas por Beauzée, Douchet, Girault-Duvivier, Bescherelle, Leger Noél, Sotero e outros" (p. 58). Ora, se, como criticado por Júlio Ribeiro, as definições de gramática geral e de gramática particular de Sotero dos Reis se escoram no nome de Du Marsais, tal gesto, segundo sugere Augusto Freire da Silva, não pode ser interpretado como um simples argumento de autoridade, pois a ligação entre Sotero dos Reis e Du Marsais se explica pelo fato de que ambos, ao lado de Beauzée, Douchet, Girault-Duvivier, Bescherelle, Leger Noél, enxergaram e abraçaram certas verdades sobre a linguagem que os forçaram a definir gramática geral e gramática particular da única maneira possível. Em suma, a definição da gramática está ligada, é devedora e a ilustração de certas verdades.

As verdades que fundamentariam a definição de gramática dizem respeito à composição do pensamento. O que parece estar em jogo aqui é a defesa de uma tradição filosófica frente aos avanços da gramática histórica. Augusto Freire da Silva explica, primeiro, que todo homem pensa; depois, que o entendimento procede sempre às mesmas operações na elaboração do pensamento; e, por fim, que tais operações são enunciadas observando-se sempre os mesmos princípios. É nesse quadro que Augusto Freire da Silva insere o tratamento do juízo, argumentando que a enunciação do juízo não é devedora de "pátria, língua ou raça", mas um algo universal, portanto, feita sempre da mesma maneira, não apresentando mudanças ao longo do tempo, não sendo afetada pelo tempo, sempre igual a ela mesma. Nessas considerações, vemos aparecer o sujeito, atributo e o verbo enquanto termos a partir dos quais se enuncia um juízo, cada qual apresentando como se representando por uma classe de palavras diferentes, e exprimindo coisas diferentes:

> Quer, por exemplo, um homem, seja qual fôr a sua patria, lingua ou raça, enunciar um juizo, ha de necessariamente fazê-lo, como o têem todos feito, desde que ha humanidade, por meio de tres termos: pelo *subjeito*, representado pelo substantivo ou algum dos seus equivalentes, que designa a pessoa ou cousa a que se attribue alguma qualidade; pelo *attributo*, representado pelo adjectivo qualificativo, ou cousa que o valha, que exprime a qualidade que se attribue ao subjeito; e pelo *verbo*, que affirma que a qualidade existe no sujeito, ou lhe convém (p. 58).

Por estar fora do tempo, do espaço e das condições de vida, a enunciação de um juízo é apresentada como uma operação constante, realizada com o emprego de termos igualmente constantes, imutáveis. Augusto Freire da Silva fala inclusive em fatos de eterna verdade:

> A propriedade que tem o substantivo de designar a pessoa ou cousa, a que tem o adjectivo qualificativo de exprimir a qualidade, e a que tem o verbo de affirmar a existencia da qualidade na substancia ou no sujeito, são factos de eterna verdade, que nunca mudam, que são sempre observados por qualquer individuo da especie humana na enunciação do pensamento, e que dizem respeito ao mesmo pensamento de que seguem a analyse, e são o resultado (p. 58-59).

Os três termos a partir dos quais se enuncia um juízo apresentam propriedades universais, observadas em todo e qualquer ser humano na enunciação do pensamento. Em sua

essência, a enunciação do pensamento se dá da mesma forma em qualquer indivíduo da espécie humana. Enunciação e elaboração do pensamento são tratadas da mesma maneira por Augusto Freire da Silva, parecendo ser tomadas como sinônimos, mas, ao mesmo tempo, como duas operações que se realizam exatamente da mesma forma. Se for assim, o autor defenderia que a enunciação do pensamento não difere do seu modo de elaboração, de produção. Em outras palavras, a enunciação do pensamento se daria da mesma forma que a sua própria elaboração. Indo mais longe na sua formulação, Augusto Freire da Silva sustenta que as palavras, sejam elas pronunciadas ou escritas, apresentam propriedades e princípios imutáveis e gerais em todas as línguas:

> Conseguintemente são taes propriedades principios immutaveis e geraes da palavra pronunciada ou escripta em todas as linguas; constituindo o conjuncto de todos estes principios a sciencia grammatical ou a grammatica geral, perfeita é a definição, que della dá Du Marsais, já sob o ponto de vista pratico, porque, assim explicada, fica o alumno sabendo quaes sejam os principios immutaveis e geraes da palavra, já sob o ponto de vista scientifico, porque baseia-se em doutrina philosophica (p. 59).

Passando do pensamento para o juízo e desse para a palavra, saltando da palavra para a escrita, Augusto Freire da Silva dita propriedades e princípios universais do pensamento e da linguagem. É interessante notar a indiferença que faz para a palavra, e para o juízo e para o pensamento, ser ela pronunciada ou escrita, uma forma de dizer que, quanto à elaboração e enunciação do pensamento e da linguagem, não apenas não há variação de língua para língua, mas que também não há variação de registro dentro de uma mesma língua. É nesse esquema que Augusto Freire da Silva instrui que a gramática geral, chamada por ele de ciência gramatical, é constituída pelas propriedades e pelos princípios imutáveis e gerais da palavra pronunciada e escrita em todas as línguas. Existe, portanto, uma ciência gramatical que, na observação do modo de elaboração e enunciação do pensamento, se define de uma certa maneira, um modo de fazer gramática que é científico, e perfeito, na medida em que observa e compreende o próprio modo de elaboração e enunciação do pensamento. No que se nota a questão da generalidade da ciência, é justamente por estar em consonância com a ideia da existência de propriedades e princípios imutáveis e gerais da palavra pronunciada ou

escrita em todas as línguas que a definição de gramática de Du Marsais é tomada como perfeita por Augusto Freire da Silva.

É notável a descrição da gramática como uma ciência e, enquanto uma ciência, significada em articulação com a perfeição, perfeição de definição, de explicação e de doutrina. Uma vez mais, como vemos pelo trecho acima, uma doutrina filosófica é posta como credora da gramática, ou mais precisamente, da definição de gramática. Assim, a posição, científica e perfeita, de que as palavras têm propriedades e princípios imutáveis e gerais em todas as línguas do mundo se baseia em doutrina filosófica. Na definição de gramática, no debate sobre as ideias gramaticais, a gramática entra na mesma rede em que se articulam ciência, perfeição e doutrina filosófica.

Há aí também um lugar para as preocupações de ordem pedagógica, ela mesma ligada a uma ordem científica, enriquecida por uma ordem científica, e, portanto, impelida a seguir uma ordem científica. O estabelecimento de dois pontos de vista, um prático e outro científico, mostra bem que como a questão pedagógica não está desligada da fazer gramatical na consciência do sujeito gramático, mesmo quando a gramática é trabalhada numa ordem que se quer científica, quer dizer, os ditames da cientificidade no fazer gramatical não apagam os interesses pedagógicos das gramáticas. Em uma frase, os pontos de vista práticos, leia-se pedagógicos, e os pontos de vista científicos não são excludentes.

A questão posta por Augusto Freire da Silva é a de saber se o desenvolvimento do cérebro exerceria alguma influência na imutabilidade dos princípios que ele vem descrevendo, se o "adulto como a criança, um cidadão de hoje como um burguez da idade média deixariam por ventura de observar taes principios, toda a vez que tivessem de anunciar o seu pensamento" (p. 59). Pelo que vimos até agora, a resposta deve ser negativa. Para responder a questão que coloca, Augusto Freire da Silva explica inicialmente que as línguas divergem sensivelmente uma das outras, "conforme sua indole":

> Umas tem casos, outras supprem-n'os pelas preposições com seus complementos, ou possuem ao mesmo tempo caos e preposições; tal tem muitos modos; ha dellas que contam apenas dous; esta é summamente pobre em fórmas verbaes, aquella é de uma riqueza admiravel nellas; a maior parte tem artigo, muitas, ao contrario, não o possuem. (p. 60)

Se, por um lado, as línguas obedecem a princípios universais e imutáveis, por outro lado, elas também têm uma índole, índole essa ligada às divergências que apresentam umas em relação às outras. Falando de forma geral, haveria assim uma dimensão universal e uma dimensão particular do fenômeno linguístico. Estaria aí uma diferença entre linguagem e língua(s)? De qualquer forma, para Augusto Freire da Silva, o campo das divergências entre as línguas estaria marcado pela posse ou ausência desse ou daquele elemento, pela pobreza ou riqueza dessa ou daquela língua.

É interessante perceber que Augusto Freire da Silva vai falar também de princípio para abordar aquilo que estaria ligado ao gênio da língua, ao que caracterizaria particularmente cada língua. Nas palavras exatas de Augusto Freire da Silva, divergências do tipo entre português e o latim "constituem outras especies de principios, designados na definição de grammatica particular, pelas expressões instituições arbitrarias e usuaes de qualquer lingua, por serem de uma verdade hypothetica, ou dependente do arbitrio dos povos que os adoptaram, ou puseram em uso" (p. 60-61). Assim, cada língua teria seu gênio segundo certos princípios. Haveria, portanto, duas instâncias de princípios, aqueles que valem para todas as línguas e aqueles que valem para uma língua em particular, aquilo que caracterizaria todas as línguas e aquilo que caracterizaria uma língua como diferente das outras, aquilo que marca todas as línguas, a linguagem, e aquilo que distingue uma língua no lote comum das línguas. É a gramática particular que se ocupa das outras espécies de princípios que não os princípios universais e imutáveis. A gramática particular trabalha no domínio das diferenças, da alteridade, domínio esse caracterizado por tudo aquilo que seria arbitrário e usual. Se cada língua contém expressões arbitrárias e usuais, a diferença entre as línguas está justamente naquilo que é arbitrário e usual. O uso é a faceta arbitrária das línguas, algo aparentemente submetido à ordem da vontade e da tradição e, talvez por isso mesmo, variável. A faceta arbitrária das línguas é, na verdade, um aspecto ligado aos povos. Em suma, os princípios dependentes do arbítrio dos povos marcam a diferença de uma língua para outra e correspondem à gramática particular. Não se pode esquecer, contudo, que Augusto Freire da Silva dita a existência de um gênio da língua, o que põe a questão de saber a relação exata entre gênio da língua e arbítrio dos povos. De qualquer forma, é importante notar que os povos são mostrados como aquilo que faz as línguas serem particulares, que faz as diferentes

línguas. E para falar de gramática particular, línguas particulares e povos, Augusto Freire da Silva emprega a expressão *verdade hipotética*, talvez uma forma de marcar aquilo que não é universal e imutável, aquilo que é variável. Para os princípios das particularidades das línguas, a natureza da verdade é hipotética. A "eterna verdade", para lembrar a expressão antes usada por Augusto Freire da Silva, é guardada para os princípios universais e imutáveis.

Augusto Freire da Silva aponta não apenas diferenças entre línguas, mas também diferenças em uma mesma língua no tempo, afirmando que divergências "outras se dão na mesma lingua de seculo para seculo, porque apraz ao uso modificar ou abonar praticas já estabelecidas" (p. 61), no que se nota claramente a ideia de que é pelo uso que se dá a mudança da língua no tempo, uso esse ligado anteriormente ao arbítrio dos povos, sendo, no fim das contas, pela ação do povo que as línguas mudam. Assim, não é banal o fato de Augusto Freire da Silva falar em práticas. Falar em práticas é falar e um exercício da língua, ou melhor, é falar da língua enquanto um exercício. As línguas são assim práticas linguísticas. Para exemplificar sua ideia, recorrendo às mudanças na história do português, Augusto Freire da Silva vai explicar que houve um tempo "em que o plural dos nomes acabados em, s, formava-se da mesma maneira, por que formamos hoje o plural dos que terminam em, r ou z; e dizia-se, alfereses, ourivises, em logar de, alferes, ourives, como actualmene dizemos", argumentando em seguida que "com o correr do tempo, muitos nomes que eram de um genero, passaram a ser de outro; e verbos que eram regulares, converteram-se em irregulares, e vice-versa" e, por fim, concluindo que o "estudo de cada lingua consiste no conhecimento destes principios ou instituições arbitrarias e usuaes, applicadas ou acomodadas aos principios immutaveis e gerais da palavra" (p. 61). A gramática particular aparece finalmente como a "arte" que ensina tais princípios ou instituições arbitrárias e usuais aplicados ou acomodados aos princípios imutáveis e gerais da palavra, definição que, conforme reitera Augusto Freire da Silva, foi realizada com maestria por Du Marsais. Por tudo isso que expõe, Augusto Freire da Silva considera que "devem desapparecer os escrupulos do sr. Julio Ribeiro em acceitar as expressões principio geral e principio particular" (p.61-62).

2.5 Divisão da gramática

A disputa entre uma divisão da gramática em quatro (prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia) ou duas (lexeologia e sintaxe) partes, respectivamente as posições de Augusto Freire da Silva e de Júlio Ribeiro, organiza-se em volta da palavra e da tipificação dos seus elementos constitutivos, momento em que se fala de raiz, derivação, desinência e flexão, e traz como questão os critérios envolvidos na definição de um termo e no bom uso da nomenclatura. Justificando preferências terminológicas, esses critérios elencam certos pontos que atuam explicitamente na delimitação das partes da gramática, agindo na definição do que entra e do que fica fora dela, numa discussão que é também sobre o conteúdo e a utilidade de uma gramática. Ligado a tudo isso, há também um conflito a respeito da possibilidade de extensão de significação dos termos gramaticais, isto é, as condições que legitimariam ou não a mudança da significação original dos termos gramaticais, no que entra em jogo itens como tradição, benefícios, aceitação de outros gramáticos e de figuras de autoridade. Nesse confronto, a linguística e uma série de nomes de autores aparecem invocados como argumentos a favor da definição dos termos gramaticais e das divisões e subdivisões da gramática. Da mesma forma, o português aparece ligado ao latim e, através desse, a uma rede de línguas que passa pelo grego e pelo sânscrito.

Júlio Ribeiro recorre ao nome de Teófilo Braga (*Grammatica Portugueza*) para qualificar de irracional e velha a divisão da gramática em quatro, isto é, prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia. A discussão se encaminha inicialmente para a questão de saber qual é o lugar dos sons elementares na gramática, no que Júlio Ribeiro indaga se a ortografia é uma parte distinta da gramática ou antes uma subdivisão da fonologia com o fim específico de estabelecer leis para a representação gráfica dos sons. Nesse ponto, o autor pergunta se "na conta da pobre etymologia, que só tem por dever tractar da derivação historica, faremos correr a tarefa de classificar ideologicamente as palavras, e a de flexional-as segundo a sua natureza" (p. 17-18). Deveria ou não a etimologia receber uma tarefa mais importante? Vale observar a expressão "classificar ideologicamente as palavras".

Na tarefa de estabelecer as divisões da gramática "com methodo, com logica, com bom senso" (p. 18), Júlio Ribeiro explica o duplo aspecto sob o qual se apresentam à mente as palavras que compõem uma sentença: 1) entidades linguísticas individuais (consideradas em si, separadas); 2) entidades linguísticas coletivas (consideradas em sua coordenação, agrupadas). É por essa distinção que, segundo o autor, se dá a "divisão natural, lógica,

necessaria da grammatica em duas partes" (p.19), lexeologia e sintaxe, divisão essa ligada por Júlio Ribeiro a Burgraff (*Principes de Grammaire Générale*), Allen e Cornwell (*English Grammar*), Ayer (*Grammaire Comparée de la Langue Française*) e Bastin (*Étude Philologique de la Langue Française*).

Júlio Ribeiro destaca que as palavras isoladas podem ser consideradas sob o ponto de vista fônico e sob o ponto de vista morfológico, o que deriva a subdivisão da lexeologia em fonologia e morfologia. Há ainda a observação de que a fonologia considera os sons em três aspectos, a saber, isolados, agrupados e representados graficamente, o que leva à subdivisão da fonologia em fonética, prosódia e ortografia. No que diz respeito ao ponto de vista morfológico, explica-se que a morfologia toma a palavra em três aspectos, a saber, 1) "como formando grupos correspondentes aos grupos de ideias que constituem o pensamento", 2) "como revestindo-se de formas flexionais" e 3) "como originando-se umas de outras", no que dá a subdivisão da morfologia em taxeonomia, kampenomia e etimologia (p. 20). Por fim, a sintaxe é apresentada como o tratamento "da coordenação das palavras entre si para formar sentenças, e da coordenação de sentenças entre si para formar sentido completo" (p. 21), o que justificaria assim a divisão em sintaxe léxica e sintaxe lógica. A passagem se encerra com uma observação sobre uma preferência terminológica de Júlio Ribeiro, o termo sentença, ao invés do termo período. Tal preferência, marca o próprio autor, se daria por seu seguimento dos "mestres inglezes".

Augusto Freire da Silva toma a divisão da gramática a partir do estudo da palavra, colocando esse estudo como o próprio objeto da gramática e como algo feito de duas formas, "mechanica ou logicamente, considerando-se as palavras, ou como meros vocabulos, ou como rigorosas palavras" (p. 43). No caso do estudo das palavras mecanicamente, faz-se atenção tão somente à forma ou ao material do vocábulo, ao passo que, no caso do estudo das palavras logicamente, a atenção é dada à ideia que a palavra exprime. Em seguida, Augusto Freire da Silva estabelece os dois pontos de vista pelos quais se deve considerar a forma do vocábulo, quais sejam, o vocábulo em seus elementos fonéticos e o vocábulo em seus elementos gráficos. É por esse caminho que Augusto Freire da Silva, que parece empregar livremente os termos vocábulo e palavra como sinônimos, vai reservar à prosódia o estudo dos "elementos phoneticos ou dos sons elementares e fundamentaes, isto é, de tudo quanto entende com a

correcta pronuncia delles, e pontanto, dos vacabulos", destinando, por outro lado, à ortografia o estudo dos "elementos graphicos ou das lettras, isto é, de tudo quanto entende com a correcta escriptura dos vocabulos" (p. 43-44). Cabe observar como a noção de correção atua explicitamente na definição dessas duas partes da gramática, a prosódia e a ortografia, havendo, portanto, a invocação de uma pronúncia correta e de uma escrita correta, colocando, consequentemente, a correção como uma tarefa da gramática, do gramático.

Numa observação aparentemente sem importância de Augusto Freire da Silva sobre o emprego do termo prosódia, podemos ver um verdadeiro comentário sobre as mudanças de posição que se operam na história da gramática quanto ao emprego e à significação dos termos. O autor afirma que "o termo prosodia, rigorosamente considerado, tem uma accepção restricta, qual a de significar o estudo da quantidade e do accento ou tom da voz", emendando que "ha muito, porém, que os grammaticos o acceitam com a significação lata da palavra orthoépia, ou como a parte da grammatica, que ensina a correcta pronuncia dos vocabulos" (p. 44). Toda essa explicação visa atingir a posição de Júlio Ribeiro de considerar a prosódia como significando apenas o tratado do acento tônico. A questão terminológica pressuporia portanto, para guardar a palavra de Augusto Freite da Silva, um argumento de "vantagem", de forma que ele questiona o proveito de substituir o termo prosódia, "que tem hoje tal significação", por fonologia, "que tem significação restricta, como se vê de phoné, primeiro elemento componente desta palavra, o qual quer dizer som ou voz" (p. 44). A crítica de Augusto Freire da Silva é que, por essa lógica, Júlio Ribeiro deveria "querer tambem que phonologia significasse só tractado dos sons", acepção que seria empregada "tanto pelo sr. Adolpho Coelho como pelo sr. Theofilo Braga" (p. 44), uma forma talvez de dizer que fonologia não significa apenas o tratado do acento tônico, uma forma talvez de dizer que os gramáticos portugueses Adolfo Coelho e Teófilo Braga se equivocam em trabalhar a fonologia como restrita ao tratado do acento fônico, ou ainda uma forma talvez de questionar a filiação reivindicada por Júlio Ribeiro aos trabalhos de Adolfo Coelho e Teófilo Braga. A ideia não é outra senão esta: ou estão corretos os gramáticos portugueses ou está correto Júlio Ribeiro, sendo impossível todos estarem corretos ao mesmo tempo sobre esse tema, dada a lógica de definição dos termos com a qual trabalharia Júlio Ribeiro. Em todo caso, a questão que nos parece estar subjacente a essa discussão é justamente a da motivação da definição dos termos gramaticais.

Pelas bordas, Augusto Freire da Silva toca em pontos como tradição, mudança de posição e vantagem, benefícios. A questão que põe é o da validade da extensão de significação dos termos gramaticais, colocando-se ele mesmo na posição favorável a tal extensão, numa linha que seria seguida por outros gramáticos, e colocando Júlio Ribeiro na posição de defensor do sentido restrito de tais termos, como se agarrado de forma intransigente a um sentido primeiro, apesar das mudanças já aceitas, portanto, incorporadas ao fazer gramatical. Tudo nos parece dizer que Augusto Freire da Silva trata Júlio Ribeiro como um verdadeiro retrógrado. Para ele, com "o mesmo direito com que extende a significação da palavra phonologia, fazendo comprehender-se nella até a orthographia, estenderam os grammaticos a significação do termo prosodia, com acceitação de pronfudos pensadores deste e de outros seculos" (p. 44-45). É nesse movimento de estender e incluir que se inscreve Augusto Freire da Silva, movimento no qual, ao estender o sentido de um termo, inclui-se nele outros elementos, o que tem seus efeitos na divisão da gramática. Trata-se de um movimento, ou melhor, de um procedimento legítimo na medida em que recebe a aceitação não apenas de outros gramáticos, o que aponta um movimento coletivo, mas principalmente a aceitação dos "profundos pensadores". Trata-se de algo que tem projeção no passado, isto é, ancorado e justificado no passado. Está aí a legitimidade da extensão da significação dos termos gramaticais, ou tão simplesmente da mudança da significação dos termos gramaticais.

Recorrendo à etimologia para a definição dos termos, Augusto Freire da Silva afirma que prosódia e ortografia são estudos bem distintos, sendo que "como se vê dos elementos de que se fórma" o termo ortografia, "orthos (direito) e graphê (escripta), é elle o mais proprio para designar a parte da grammatica, que ensina a escrever correctamente as palavras" (p. 45). Essa explicação serve para que Augusto Freire da Silva defenda ser um erro compreender o termo ortografia no termo fonologia, um erro que significa "querer que phonê (som ou voz), signifique o mesmo que graphê (escripta), é baralhar idéas inteiramente distinctas, é não ser methodico, é ser arbitrario" (p. 45). Augusto Freire da Silva diz que som, também chamado voz, e escrita são elementos completamente diferentes. No entanto, mais importante do que isso, ele parece dizer que as extensões de significado dos termos gramaticais só são permitidas quando não embaralharam ideias, quando não são arbitrárias, quando são metódicas. Nem toda extensão de significado dos termos gramaticais é portanto válida. É preciso observar certas condições. Nesse caso, o que significa ser arbitrário e

metódico? O que significa embaralhar ideias? Ir contra a etimologia, por exemplo? Haveria aqui qualquer invocação a um sentido primeiro, portanto natural, dos termos? Não se pode esquecer, contudo, os elementos anteriormente levantados por Augusto Freire da Silva, como a aceitação dos pares e autoridade dos "profundos pensadores" do presente e do passado. Nesse ponto, cabe marcar o elogio que Augusto Freire da Silva faz a Teófilo Braga, que "julga inutil estabelecer regras em uma grammatica sobre orthografia; mas reconhece sua existencia, como um corpo de doutrinas diverso das outras partes da grammatica" (p. 45). O elogio, e portanto a posição comum, é o de tomar a ortografia enquanto uma parte autônoma da gramática, no que se nota a própria posição de Augusto Freire da Silva de considerar, diferentemente de Teófilo Braga, útil estabelecer regras de ortografia em uma gramática, posições que tocam a questão do conteúdo e, principalmente, da utilidade de uma gramática. Para Augusto Freire da Silva, o lugar das regras da ortografia é na gramática e não fora dela, reconhecendo assim seu estatuto de corpo de doutrina gramatical. Haveria também a posição, que Augusto Freire da Silva sugere ser a de Téofilo Braga, de tomar um estudo sobre a língua como uma doutrina válida, mas não apta a figurar no corpo da gramática. Em suma, para Augusto Freire da Silva, Teófilo Braga acertaria por reconhecer a existência da ortografia como um corpo de doutrinas diverso de outras partes da gramática, mas erraria ao julgar inútil incluir regras sobre ortografia em uma gramática.

Quando aborda o estudo dos vocábulos "como rigorosas palavras, como signaes de nossas idéas", Augusto Freire da Silva estabelece que tais vocábulos são "classificados em especies distinctas, segundo as idéias que enunciam, ou segundo as suas propriedades caracteristicas; ou são combinadas, conforme as suas relações de nexo, de concordancia e de subordinação, em enunciados de juizos ou proposições, que, por sua vez, se entrelaçam, para se formar o periodo composto, ou o enunciado do raciocinio" (p. 45-46). É a partir dessa divisão do estudo dos vocábulos, que denota níveis de formação e de combinação, que Augusto Freire da Silva define a etimologia, a morfologia e a sintaxe, assumindo prontamente que "o estudo logico das palavras" compreende a etimologia e a sintaxe. Assim, segundo autor, a etimologia é "a parte da grammatica que ensina a conhecer a natureza e a origem ideologica das palavras", enquanto a sintaxe é "a parte da grammatica que ensina a coordenar as palavras e as proposições", ao passo que a morfologia "como se vê do seu elemento morphê (fórma), designa o estudo das fórmas dos vocabulos" (p. 46). Como se nota, a

morfologia, diferentemente da etimologia e da sintaxe, não é conceituada como uma parte da gramática. Da mesma forma, etimologia e sintaxe, enquanto partes da gramática, são conceituadas a partir de suas funções pedagógicas, como se nota pelo emprego do termo "ensinar".

Ainda sobre a morfologia, Augusto Freire da Silva defende que tomá-la como o estudo das formas dos vocábulos quer dizer que "pertence este estudo á parte mechanica ou material da grammatica; e a ter de ser adoptado, devia se-lo, como synonimo de orthografia, visto ter esta parte da grammatica por fim indagar quaes as verdadeiras fórmas graphicas dos vocabulos, considerados em relação com as fórmas dos vocabulos das linguas de que se dirivam" (p. 47), modo de entender o termo, já havia marcado antes o autor, "em harmonia com a sua accepção propria, na qual significa a historia das fórmas que póde tomar a materia", definição que, como ele próprio explicita, é tomada do *Diccionario* de frei Domingos Vieira. O procedimento de Augusto Freire da Silva é o de fixar a morfologia no campo do chama de estudo lógico dos vocábulos, no que parece ser uma sugestão de que Júlio Ribeiro coloca indevidamente a morfologia em outro lugar na gramática. Na verdade, o interesse de Augusto Freire da Silva é de pontuar o equívoco da definição de Júlio Ribeiro e também de Teófilo Braga de etimologia, argumentando que "na etymologia o estudo das fórmas dos vocabulos é todo accidental; se se tracta nella das flexões, é por causa das varias idéas, que por meio dellas, exprimem os vocabulos", sendo prova disso o fato de que "um vocabulo póde ter uma só fórma, e ser classificado em mais de uma especie" (p. 46). O erro de Júlio Ribeiro teria sido o de tomar "um termo de significação restrita" e de dar-lhe "a seu talante, uma extensão, que, por fórma alguma, lhe póde caber" (p. 47).

Outra crítica de Augusto Freire a Júlio Ribeiro, agora no campo da sintaxe, é a de que Júlio Ribeiro, ao dividir a sintaxe em sintaxe de palavras e sintaxe de preposições, "nada mais fez que repetir a divisão seguida por Sotero, a qual soube adubar com os termos pomposos de syntaxe lexica e syntaxe logica, alegando ainda que no "uso desta nomenclatura, ainda foi infeliz o sr. Julio Ribeiro, por que syntaxe logica é um pleonasmo grosseiro", não sendo possível "que haja syntaxe que não seja logica; e isto pela simples razão de bazear-se em principios bebidos na logica" (p. 47). No fundo, portanto, retirando o verniz mal aplicado da nomenclatura, Júlio Ribeiro estaria ligado a Sotero dos Reis no estudo da sintaxe, muito

embora o primeiro tenha criticado o segundo. Como provocação, Augusto Freire da Silva pergunta "o que succederá aos rapazes, ao estudarem a divisão que da grammatica faz o sr. Julio Ribeiro, e que é uma verdadeira grammatiquice" (p. 47).

Júlio Ribeiro caracteriza de "muito prolixa e todavia muito abstrusa" a explicação de Augusto Freire da Silva sobre como tem sido entendida a divisão da gramática em prosódia, ortografia, etimologia e sintaxe. Para Júlio Ribeiro, ao invés de gastar tempo em "affirmar, affirmar e affirmar sempre", Augusto Freire da Silva deveria aduzir "raciocinios fundados na observação conscienciosa da natureza dos factos linguisticos, na historia das palavras, no seu valor etymologico" (p. 77), no que se dita que a correta explicação da divisão da gramática deve ser calcada na natureza dos fatos linguísticos e na história e no valor etimológico da palavra. Assim, a divisão da gramática em quatro partes seria infundada justamente por não observar esses elementos. De qualquer forma, fica a ideia de que os fatos linguísticos têm uma natureza e de que a palavra tem uma história e um valor etimológico. Teófilo Braga com sua *Grammatica Portugueza Elementar* é trazido por Júlio Ribeiro nessa discussão para afirmar que "taes categorias são irracionaes, e raciocionios não têm que ver com o que é irracional" (p. 77). Na sequência, Júlio Ribeiro apresenta as definições de prosódia dadas pelo "idolatrado Sotéro", pelo "rançoso Lobato", pelo "Diomedes, grammatico latino do seculo V" e pelos "lexicographos da Lingua Grega":

> Ora avalie a sr. dr. Freire.
>
> «*Prosodia*, diz o seu idolatrado Sotéro é uma palavra que quer dizer em Grego– accento conforme o canto.»
>
> «*Prosodia*, escreve o rançoso Lobato, é uma parte da Grammatica que ensina a pronunciar as syllabas com o seu devido accento.»
>
> «*Accentus dictus est ab accinendo*, explica Diomedes, grammatico latino do seculo V, *quod sit quasi quidam cujusque syllabæ cantus: apud Græcos ideo* PROSODIA *dicitur, quod* PROSÁDETAI TAÎS SULLABAÎS.»
>
> «*Prosodia*, definem os lexicographos da Lingua Grega, é o tratado da accentuação.» (p. 78)

Na comparação entre um gramático brasileiro, um gramático português, um gramático latino e os lexicógrafos da língua grega, a questão que parece central é a da significação restrita do termo, sendo que o erro de Augusto Freire da Silva seria justamente o de querer alargar essa significação restrita, abrangendo outros elementos: "Quererá s.s. que

um termo de significação restrictissima, que diz respeito sómente á parte musical dos vocabulos, comprehenda, abranja todos os phenomenos phonicos da linguagem?" (p. 78). Na evocação dos vários fenômenos da linguagem, Júlio Ribeiro defende que a prosódia estuda somente a parte musical dos vocábulos, de forma que isso que é chamado de parte musical dos vocábulos é significado como um dos estudos dos fenômenos fônicos da linguagem. Assim, para cada fenômeno fônico da linguagem haveria um estudo correspondente. Na avaliação de Júlio Ribeiro, é um erro de Augusto Freire da Silva dizer que "pensadores deste e de outros seculos têm aceitado" "a significação assim estirada do termo prosodia" (p. 78), o que quer dizer que seriam a favor de uma definição restrita do termo. Para Júlio Ribeiro, existiria uma diferença entre chamar e entender, como se fosse possível chamar algo por um nome e entender esse algo diferentemente do nome com que se chama, no que se nota que a questão é de terminologia:

> É mandar ao penso taes pensadores. Tambem o Padre Bento Pereira, que s.s. confessa não conhecer, chamou *Prosodia* a um enorme diccionario latino, a que seguem em appendice listas extensissimas de phrases e adagios portuguezes. Pois, porque o entendeu assim o Padre Bento Pereira, *Prosodia* significará *diccionario*?
>
> Querer que prosodia signifique *tractado de sons* é o mesmo que chamar *punho á espada*, e *fundinho* aos *calções*. (p. 78-79).

Ainda sobre o tratamento da prosódia, Júlio Ribeiro mostra que Augusto Freire da Silva trabalha contra o que ele próprio defende uma vez que "começa a sua Prosodia tractando dos elementos graphicos das palavras, tractando das lettras…" (p. 81). Dessa forma, para Júlio Ribeiro, Augusto Freire da Silva "tem intuições da verdade, applica-a em parte na pratica, e por espirito de rotina combate-a em theoria" (p. 82). Parece haver aí uma distinção entre conhecimento prático e conhecimento teórico, ou melhor, entre procedimento prático e conhecimento teórico, com a ideia que esses dois pontos devem estar em harmonia. Adiante, Júlio Ribeiro apresenta a definição da fonologia como "Tractado dos Sons da Linguagem", dividindo-a em três partes, 1) fonética ou tratado dos sons elementares da linguagem, 2) prosódia ou tratado do acento tônico e 3) ortografia ou tratado dos sons da linguagem representados graficamente (p. 82), definição e partição que seriam realizadas segundo a linguística. É interessante notar que, nesse momento, a fonética é tratada como uma parte da fonologia, numa explicação que toma fonética, prosódia e ortografia como partes da

fonologia, campo esse ligado ao estudo da linguagem, e não da língua, como se observa no emprego das expressões "sons da linguagem" e "sons elementares da linguagem", no que parece ser uma distinção entre sons e sons elementares da linguagem.

No passo seguinte, Júlio Ribeiro passa a examinar a definição de morfologia de Augusto Freire da Silva como o estudo das formas dos vocábulos, afirmando concordar com tal definição, mas apontando problema na utilização do termo história por seu oponente quando esse diz que tal modo de entender a fonologia está em "harmonia com a sua accepção propria na qual significa a historia das fórmas que pode tomar a materia" (p. 82). Logo em seguida, citando Bergman (*Resumé d'études d'ontologie générale et de linguistique générale*), Júlio Ribeiro afirma que toda palavra é composta por dois elementos, um ideológico e outro formal. Ele explica que o "elemento idéiológico é a concepção da mente, é o fundo, é a parte essencial, é o escopo da Linguagem" ao passo que o "elemento formal é a vestimenta physica, é o meio da Linguagem" (p. 83). Assim, a palavra se vê formadora de um fundo e de um meio da linguagem, caracterizada pelo que ela é e pela forma como ela se representa, pelo que ela é e pela forma como ela se manifesta, pelo que ela é e pela forma como ela se veicula. Embora Júlio Ribeiro fale de vestimenta física, não se trata fundamentalmente de representação escrita, mas de uma forma material, termo empregado de maneira bastante genérica e que não deve ser confundido com o conceito de forma material tal como trabalhado na Análise de Discurso. Numa referência a Mux Müller (*La science du langage*), Júlio Ribeiro acrescenta que "o elemento idéiologico de uma palavra reside na sua raiz, e que são elementos formaes não sómente as desinencias das declinações e conjugações, mas tambem todas as lettras, todas as syllabas que servem para marcar a derivação" (p. 83). Dessa forma, a raiz corresponderia à concepção da mente, ao fundo, à parte essencial e ao escopo da linguagem e, sendo o elemento essencial da linguagem, deveria ser também o elemento essencial para o estudo da linguagem, estudo esse realizado pela análise das desinências e das declinações e conjugações e também de todas as letras e de todas as sílabas que servem para marca a derivação, sendo essas marcas justamente a vestimenta física da linguagem. Numa distinção entre raiz e derivação, com a raiz significando o elemento ideológico da palavra, portanto como parte essencial da linguagem, e a derivação como elemento formal da palavra, portanto como vestimenta física da linguagem, as letras e as

sílabas aparecem como elementos formais da palavra na marcação da derivação. A diferença entre esses dois elementos é dada por Júlio Ribeiro com o exemplo do verbo *fluir*:

> Um exemplo: em *fluir* (correr, escoar), segundo Max Muller, o elemento idéiologico ou radical está na raiz *flu*, e o elemento formal ou morphologico está na desinencia ir.
>
> Mas com esta raiz *flu* e com as desinencias *encia*, *ente*, *ir*, *entemente* podemos organizar *fluencia*, *fluente*, *fluir*, *fluentemente*. E estas palavras não são todas da mesma espécie: uma é *substantivo*; outra, *adjectivo*; outra, *verbo*; e outra, finalmente, *adverbio*. Temos, pois, de dividil-as morpholoficamente em classes, e a isto é que se chama *Taxeonomia* ou *Classificação*, primeira parte da *Morphologia*.
>
> As tres palavras *fluencia*, *fluente*, *fluir*, são variaveis, isto é, podem mudar de desinencia, flexionar-se: *fluencia*, *fluencias*; *fluente*, *fluentes*; *fluir*, *fluo*, *fluimos*, *fluia*, *fluiamos*, *fluiriamos*. O estudo destas flexões, destes elementos morphologicos, das leis que os governam constituem a *Kampenomia* ou *Lei da Flexão*, segunda parte da *Morphologia*.
>
> A raiz *flu* é latina, equivale a outra tambem latina *plu*, em Grego *plu*, em Sãoskrito *plu* ou *plav*. (p. 83-84)

A explicação sobre a origem latina da raiz flu é dada a partir citação da tradução de Michel Breál para o francês da *Grammaire comparée des langues indo européennes* de Bopp, no que se vê que é pela tradução francesa de Bréal que se trabalha o texto de Bopp no Brasil. Pelo que se nota no exemplo, no trabalho de comparação, o português aparece ligado ao latim e, através desse, conectado a uma rede de línguas que passa pelo grego e pelo sânscrito. Podemos notar também a explicação de que palavras da mesma raiz podem ser de espécies diferentes e que por espécie se pode entender as diferentes classes de palavras, classe de palavra que seria indicada pelas desinências. Assim, se as palavras são divididas morfologicamente em classes, essa divisão não observaria a raiz, mas tão somente as desinências. É interessante notar ainda que a mudança de desinência das palavras é tomada como variação de palavras, de forma que são tratados conjuntamente e em articulação os fenômenos de variação de palavra, a mudança de desinência e a flexão, flexão essa, por sua vez, tratada em termos de lei, uma vez que se enuncia uma lei da flexão, que governaria os elementos morfológicos que são as flexões, que, portanto, por serem governados por uma lei, não se realizam por acaso, de qualquer maneira. Assim, duas das partes da morfololgia, a taxeonomia e a campenomia, parecem observar especificamente o elemento formal da palavra e da linguagem. Júlio Ribeiro toca nesse ponto quando parece considerar como válida a ideia de que a "raiz é elemento idéilogico, não tem que ver com a Morphologia" e pergunta se as

desinências como “elementos formaes, têm ou não têm que ver com a Morphologia” (p. 84). A questão de Júlio Ribeiro é, na verdade, saber a origem das desinências: “Mente, por exemplo, será o ablativo latino de mens, como querem os linguistas, ou será vocativo celtico ment como pretendem alguns celtomaniacos?” (p. 84-85). É digno de atenção o estabelecimento de duas posições, os linguistas e os celtomaníacos, dois grupos que estudariam o mesmo objeto, mas dariam explicações diferentes sobre ele, no caso, a origem de uma determinada desinência. Para Júlio Ribeiro, uma terceira parte da morfologia se ocuparia justamente do “estudo da origem destes elementos formaes” (p. 85), a etimologia ou derivação, numa posição que dá aos elementos formais uma origem, origem essa estabelecida a partir de outra(s) línguas(s) língua, no passado. A morfologia, no fim das contas, na medida em que não trata em suas três partes da raiz, parece jogar para fora de si o estudo do que Júlio Ribeiro chama de elemento ideológico da palavra e da linguagem. Também aqui não se deve confundir o emprego que Júlio Ribeiro faz do termo ideologia com o modo como o conceito é trabalhado na Análise do Discurso.

O emprego que Júlio Ribeiro faz do ponto de exclamação ao comentar as posições de Augusto Freire da Silva mostra que seu adversário só apresentaria erros no tratamento das questões gramaticais: “Escreve o sr. dr. Freire que o termo Morphologia «a ter de ser adoptado, devia sel-o como synonymo de Orthographia (!)», visto ter esta parte da Grammatica por fim indagar quaes as verdadeiras fórmas graphicas dos vocabulos (!!!), considerados em relação com as fórmas dos vocabulos das linguas de que se derivam (!!!!!!!!).” (p. 85-86). Deve-se entender, portanto, que a morfologia não deve ser adotada como sinônimo de ortografia e que ela não tem por fim indagar quais as verdadeiras formas gráficas. As exclamações na última frase criticariam a ideia do estudo das formas gráficas dos vocábulos considerados em relação às formas dos vocábulos das línguas de que se derivam? De qualquer modo, o que Júlio Ribeiro defende é que o som é uma forma material, capturada pelo ouvido, a exemplo do gráfico, capturado pelo olho: “Com que então só é fórma material o que é graphico, o que é accessivel ao sentido da vista. O que impressiona o ouvido não o é?” (p. 86). A questão é a da natureza da forma material, no que se inclui a questão de sua a captação, no corpo humano, de forma que Júlio Ribeiro parece falar de matéria enquanto matéria sensível.

Confirmando que seguiu a divisão da sintaxe de Sotero dos Reis, Júlio Ribeiro recorre à etimologia e ao uso histórico do termo *lógica* para responder à crítica de Augusto Freire da Silva de que teria sido infeliz no uso da nomenclatura e cometido um pleonasmo ao falar de *sintaxe lógica*:

> *Logiké* em Grego não é substantivo, é a terminação feminina do adjectivo *Logikós*, *logiké*, *logikón*, que significa *pertencente á falla*, *ao discurso em prosa*; oppõe-se a *Poeitikós*, ou a *Mousikós*.
>
> Foi nesse sentido que o empregou Diogenes Laerte, escriptor grego do seculo III, no Liv. V, 85. Para que *Logiké* signifique *arte de pensar* é preciso que se subtenda o substantivo *Tekhné* (arte). (p. 87)

Não é a expressão *sintaxe lógica* nem simplesmente o termo *sintaxe* que Júlio Ribeiro examina, mas tão somente o termo *lógica*, termo esse cujo significado ressaltado é o da ligação com a fala, com o discurso em prosa. É interessante notar a relação estabelecida entre *Logiké* e *Tekhné*, com a posição de que somente enquanto uma arte a lógica entende o pensar, e apenas assim, a arte de pensar. Em sua defesa, Júlio Ribeiro explica que, quando fala em *sintaxe lógica*, o qualificativo *lógica* não deriva do nome arte de pensar, mas, ao contrário, que é empregado para significar a arte de pensar: "Já se vê que o qualificativo empregado por mim não deriva do nome da arte de pensar; mas sim, que o nome da arte de pensar é que se deriva do qualificativo empregado por mim" (p. 88).

2.6 Orientação teórica da gramática

No apontamento de quem é preciso tomar como mestres, momento em que aparecem nomes da antiguidade, autores da gramática geral e da gramática histórica e comparada, surge a reivindicação de um espaço de autoria, com o argumento de que não existe apenas repetição. Embora falem de gramática portuguesa, tanto Júlio Ribeiro quanto Augusto Freire da Silva estabelecem uma diferença entre o gramático brasileiro e o gramático português, com julgamento favorável do primeiro em detrimento do segundo, num elogio da instauração do novo por parte do Brasil, argumento do novo esse que, em disputa, é ligado ao trabalho não apenas com a gramática histórica e comparada, mas também com a gramática

geral. Ambos os oponentes estão convencidos de seguir a verdadeira doutrina e de ter acompanhado o progresso a ciência, estando em combate justamente o que pode ser chamado de ciência e quem se colocaria legitimamente ao lado dela. O embate é sobre a verdadeira maneira científica de fazer gramática e de tratar a língua nacional, havendo concordância acerca do estatuto científico da gramática.

Está igualmente em jogo a definição e a escolha de uma teoria filosófica e de uma lógica para o trabalho gramatical. Num discussão sobre a (ir)racionalidade da classificação dos elementos gramaticais, vemos acusações e autoelogios da utilização correta da nomenclatura gramatical. É nesse ponto específico que há uma reflexão sobre a ligação entre teoria e formulação de regras, no que entra em jogo a figura do escritor, e sobre as relações entre identidade de doutrina e terminologia, bem como a deia de que é preciso conhecer uma teoria filosófica para trabalhar com os elementos gramaticais. Da mesma forma, a lógica figura como um elemento da explicação linguística.

Na luta sobre quem representa o passado ou futuro da disciplina, vemos o desenho de uma temporalidade no estudo da gramática, com a enunciação de um passado e de uma tradição, que, segundo posições conflitantes, deveriam ser seguidos ou superados, sendo o século XIX descrito como uma data de mudanças na gramática e na linguística. A batalha trabalha a separação entre metafísica e fisiologia, com uma caracterizada negativamente como modo de refletir sobre a linguagem e a outra posta na posição de ciência, bem como uma oposição entre gramáticos metafísicos e linguistas modernos. A linguística aparece aí ligada à biologia, à antropologia e à ecologia, sendo chamada para responder as questões gramaticais, numa reflexão que, entre as propostas de um lado de aplicação do método natural e da análise comparativa para o estudo da gramática, associa educação, progresso e ciência.

No momento em que declara que sua preferência pelo termo *sentença* se daria nos seguimento dos "mestres ingleses", Júlio Ribeiro pergunta o que "temos nós com as gramáticas inglesas", ao que ele mesmo responde que "temos muito, temos tudo" (p. 23). Há aí a marcação de um *nós* que parece dizer que brasileiros e portugueses deveriam ter tudo a ver com as gramáticas inglesas ou que não enxergam que têm tudo a ver com elas, que ignoram que têm tudo a ver com elas. Os ingleses, no julgamento de Júlio Ribeiro, "sabem fazer as cousas, pensam, meditam, têm bom senso" (p. 23), como se dissesse o contrário dos brasileiros e portugueses, como se dissesse que os brasileiros e portugueses não sabem fazer

as coisas, não pensam, não meditam, não têm bom senso. Por ser preciso pensar, meditar e ter bom senso, Júlio Ribeiro defende que é preciso tomar os ingleses para mestres: "E de bom senso é que nós precisamos. Tomemol-os, quanto possivel, para mestres." (p. 24)

No estudo dos termos *sentença* e *período*, Júlio Ribeiro conclui a partir de referência aos trabalhos de Cícero, Aristóteles, Quintiliano, Beauzée e Girault-Duvivier que o período é uma frase formada de muitas proposições e que pode ter um só membro, criticando prontamente a posição desses dois últimos no tema por seus "dislates metaphysicos" e pedindo à "physiologia alguma cousa menos nebulosa sobre a linguagem articulada" (p. 25). Está aí mais uma das várias vezes em que Júlio Ribeiro vai criticar a metafísica em sua obra, ou melhor, em que vai usar o termo metafísica para caracterizar negativamente um modo de refletir sobre a linguagem. Ao invés dos dislates, das besteiras metafísicas, Júlio Ribeiro sugere tomar outro caminho e seguir a fisiologia no estudo da linguagem articulada. Se, como já se tornou comum dizer, Júlio Ribeiro contrapõe regularmente metafísica e ciência, temos aí a fisiologia assumindo a posição da ciência, sendo colocada em superioridade sobre a metafísica para o tratamento correto da linguagem articulada. É interessante notar que Júlio Ribeiro condena Beauzée e Girault-Duvivier, mas poupa Cícero, Aristóteles e Quintiliano.

Augusto Freire da Silva se apresenta nesse debate como "cultor acerrimo da grammatica e lingua nacional" de longa data, afirmando ter procurado se apropriar da "verdadeira doutrina" nesses estudos e dizendo ter a "convicção de ter acompanhado o progresso da sciencia, e de ensinar o que nella ha de melhor" (p. 37). O que se disputa, como se pode antever, é a apropriação da verdadeira doutrina, é saber quem tem verdadeiramente acompanhado o progresso da ciência, é determinar o que pode ser chamado de ciência e quem se coloca legitimamente ao lado dela. O que está em jogo é, na verdade, a consideração de quem trata de maneira científica a gramática e a língua nacional. São dois lados que disputam esse lugar, jogando o oponente para fora do campo da ciência, como se fossem duas posições incompatíveis, e como se apenas uma fosse correta. Não é, portanto, neutro nem muito menos anedótico Augusto Freire da Silva se apresentar como alguém que cultiva obstinadamente a gramática e língua nacional, alguém que se apropriou da verdadeira doutrina e que acompanhou o progresso da ciência. Vale notar essa forma de falar de "gramática e língua nacional". Uma forma de não dizer gramática e língua do Brasil? Uma forma de esquivar dos

problemas enredados na nomeação da língua falada pelos brasileiros e da gramática produzida pelos gramáticos brasileiros? Como se sabe, não seria essa a primeira vez na história do país a se recorrer a tal estratégia, como nos ensinaram Orlandi e Guimarães (2001) e Dias (2001).

Augusto Freire da Silva reconhece nas críticas de Júlio Ribeiro uma crítica a suas próprias doutrinas, muito embora explicitamente Júlio Ribeiro não tenha citado o seu nome uma única vez. Para ser exato, escreve Augusto Freire da Silva que "o sr. Julio Ribeiro, refutando doutrinas que de longa data fizemos nossas, que exceptuados os srs. Adolpho Coelho, Theophilo Braga e Pacheco Junior, estão todos os mais em erro na sciencia grammatical, desde o fiat lux do Padre Eterno" (p. 37). Por Augusto Freire da Silva falar em "sciencia grammatical", e lembrando que Júlio Ribeiro havia afirmado que a gramática é a ciência da linguagem, poderíamos dizer que há uma certa concordância entre os dois autores do estatuto científico da gramática, mas ao mesmo tempo uma disputa de qual maneira de fazer gramática é a científica, uma forma de dizer que, embora a gramática seja uma ciência, nem toda forma de fazer gramática é científica, ou que a gramática é uma ciência desde que seja feita de uma determinada maneira.

Reconhecendo que "é o sr. Julio Ribeiro mui lido em assuntos attinentes á vernaculidade", Augusto Freire da Silva, como se esperasse uma posição contrária de seu oponente, como se estivesse surpreso com que ele escreveu, ou melhor, como se alguém que conhecesse os assuntos de vernaculidade não pudesse simplesmente escrever o que ele escreveu, afirma que se poderia dizer que Júlio Ribeiro nunca leu as gramáticas de Sotero dos Reis, de Barbosa Soares, além da própria gramática de Augusto Freire da Silva, sem contar a dos "Affonsinhos e ante diluvianas", que, segundo seu julgamento e respondendo ao deboche de Júlio Ribeiro, consta não existirem. Augusto Freire da Silva reconhece que ele próprio não conhece as gramáticas de Lobato, do padre Pereira e Amaro de Raboredo, alegando, no que não deixa de ser uma outra insinuação do despreparo de Júlio Ribeiro, não poder por essa razão afirmar se Júlio Ribeiro as conheceria ou não. A crítica é exatamente esta: ou Júlio Ribeiro não leu ou interpretou mal caso tenha lido essas obras. Notemos por agora que Augusto Freire da Silva diz prescindir de confrontar a sua gramática com a de Sotero, argumentando que "qualquer espirito desprevenido, que as cotejar, verá que na nossa ha muita cousa que não se encontra na de Sotero, se bem que nos tenhamos apropriado de muitas das

suas opiniões" (p. 38). Nesse sentido, manifesta que "tanto é o respeito que votamos á memória de Sotero, nosso mestre de outr'ora no Lyceu de S. Luiz do Maranhão, que sentimo-nos honrado com o asserto do sr. Julio Ribeiro, em que nos considera repetidor de suas doutrinas" (p. 38-39). Augusto Freire da Silva estabelece portanto o traçado de suas filiações com Sotero dos Reis, reconhecendo sua existência, mas apontando seus limites. Assim, se não seria uma ofensa ligá-lo a Sotero dos Reis, seria uma imprecisão afirmar que ele faz apenas a repetição do que disse o outro. Haveria, portanto, um espaço de autoria, uma posição em que os dois até podem ser ligar, mas não se confundem.

É interessante a homenagem que se faz a Sotero dos Reis, chamado de "mestre de outr'ora no Liceu de S. Luiz do Maranhão", o que mostra o lugar de destaque do autor entre os gramáticos maranhenses, dos quais se fala ainda muito pouco, muito embora estivessem ainda em plena atividade no momento em que a produção gramatical é introduzida em São Paulo e Rio de Janeiro. A crítica que os gramáticos de São Paulo e Rio de janeiro fazem a esse grupo, negando sua importância por eles estarem supostamente ligados a uma metafísica e, portanto, sem valor científico, parece ter sido incorporada de certa maneira na história das ideias linguísticas no Brasil, como se a produção gramatical no final do século XIX se reduzisse a São Paulo e Rio de Janeiro. A nosso ver, existe toda uma escola de gramáticos do Maranhão que está ainda a ser conhecida e estudada.

Para Augusto Freire da Silva, o "confronto da grammatica de Francisco Sotero dos Reis com a de Jeronymo Soares Barbosa repelle por si só a inverdade do que sobre estes dous grammaticos diz o topico mencionado" (p. 39) por Júlio Ribeiro, isto é, de que um repetiu o outro, ou mais precisamente, de que um repetiu o que o outro disse sobre a divisão da gramática em quatro partes, o tratamento da etimologia e sintaxe, a determinação da quantidade de espécies de palavras, a nomenclatura e, de forma geral, doutrinas, estilo, divisão da sintaxe:

> O confronto da grammatica de Francisco Sotero dos Reis com a de Jeronymo Soares de Barbosa repelle por si só a inverdade do que sobre estes dous grammaticos diz o topico mencionado. Soares de Barbosa tractou detidamente das quatro partes da grammatica; ao passo que Sotero cuidou mais da etymologia e syntaxe. Aquelle, admittindo na etymologia apenas seis especies de palavras, tem na maior parte dos casos uma nomenclatura e doutrinas todas suas ; este classifica as palavras em oito especies, e adopta, com leves differenças, a terminologia geralmente acceita. O

> primeiro sobre uma linguagem árida e ás vezes abstrusa, tem opiniões inteiramente avessas ás de Sotero dos Reis, que prima pela clareza, e por um estylo ameno e agradavel. O grammatico portuguez divide a *syntaxe* em syntaxe propriamente dita e em *construcção*; e subdivide aquela em *syntaxe de concordancia* e de *regencia* tractando ao mesmo tempo do que é referente ás palavras e ás proposições, e esta em *construcção directa*, *invertida* e *interrupta*, além de adoptar uma doutrina sobre as proposições deficiente e sumamente complicada; entretanto que pelo grammatico maranhense é o estudo da syntaxe desenvolvido sob um plano inteiramente novo, pois dividiu-a em *syntaxe de palavras* e *de proposições*, explanando naquella a collocação das palavras, e nesta a das proposições, sob as relações que entre umas e outras se dão, e isto por modo muito diverso do dos outros grammaticos, e em certos respeitos até com innovação. Se descessemos a uma analyse circumstanciada destas duas grammaticas, differenças mais palmares teriamos de notar, as quais não podem ser adduzidas em um trabalho como este, feito ao correr da penna" (p. 39-40)

No trecho acima, vemos uma distância estabelecida não apenas entre Soares Barbosa e Sotero dos Reis, ou entre Sotero dos Reis e o próprio Augusto Freire da Silva, na medida em que esse último admite uma certa filiação com Sotero dos Reis, mas principalmente uma distância entre o gramático brasileiro e o gramático português, entre a gramática brasileira e a gramática portuguesa, com um julgamento favorável da primeira em detrimento da segunda. É contundente na redação de Augusto Freire da Silva o elogio da instauração do novo por parte de Sotero dos Reis, um gramático que não trabalhava com a gramática histórica e comparada. Essa inovação se daria em relação a Portugal, e também em relação a outros gramáticos brasileiros, no caso específico do tratamento da sintaxe de palavras e de proposições. Há uma observação das prioridades de cada lado: o português trata das quatro partes da gramática, o brasileiro prioriza a etimologia e a sintaxe. Do lado do português, a inovação é tomada negativamente: o português se isola em suas doutrinas, enquanto o brasileiro, quando se põe dentro de uma tradição, emprega uma terminologia aceita, reconhecida, portanto, correta. O português se exprime da maneira árida e abstrusa, com uma doutrina deficiente e complicada, ao passo que o brasileiro prima pela clareza e pelo estilo agradável, numa doutrina que, sendo contrária àquela do português, só poderia ser não deficiente e simples.

Respondendo à crítica de Júlio Ribeiro de que se aduba com "muita subtileza soporifica um mixtiforio de orações absolutas, principaes, approximadas, incidentes, integrantes, restrictivas, explicativas", Augusto Freire da Silva replica que o "modo manco, por que se acha feita esta nomenclatura da theoria das proposições, dá logar a não saber ao certo qual seja o gramático, para quem foi talhada a carapuça" (p. 51), no que se nota que a

questão em jogo é justamente a da nomenclatura da teoria das proposições, pelo menos é dessa forma que Augusto Freire da Silva nomeia o problema. Em todo caso, uma vez mais a questão da nomeação dos elementos gramaticais se faz presente no debate, com críticas de ambos os lados de que a nomenclatura é feita de maneira errônea, de forma manca, para guardar o termo de Augusto Freire da Silva, numa posição que aponta portanto para a afirmação da existência de uma forma correta de estabelecer a nomenclatura gramatical. Para Augusto Freire da Silva, portanto, é Júlio Ribeiro quem trata de maneira errada a nomenclatura das proposições. No entanto, cabe observar, Júlio Ribeiro não fala explicitamente em nomenclatura ou divisão das proposições, sendo o próprio Augusto Freire da Silva que formula o problema enquanto tal. Como ele reconhece que Júlio Ribeiro fala especificamente desse assunto? Para Augusto Freire da Silva, por falar em "orações absolutas e approximadas, expressões de que, em grammaticas portuguezas, só usou Sotero, ou aquelles que têm seguido suas opiniões, parece-nos que allude o sr. Julio Ribeiro á divisão das proposições, adoptadas por este grammatico" (p. 51). Um ponto a marcar dessa passagem é o fato de Augusto Freire da Silva falar de gramáticas portuguesas e não de gramáticas brasileiras, muito embora esteja explicando o trabalho de dois gramáticos brasileiros, Sotero dos Reis e o próprio Júlio Ribeiro. O gramático é brasileiro, mas a gramática é portuguesa, o que nos remete à observação de Orlandi e Guimarães (2001, p. 27) de que o título das primeiras gramáticas brasileiras "funciona a partir de uma posição de denominação que marca a relação com Portugal". Um outro ponto a marcar é a definição de uma proeminência de Sotero dos Reis por usar terminologias que são seguidas por aqueles que fazem gramáticas portuguesas, a observação de uma especificidade de uma nomenclatura gramatical utilizada por uma linha de gramáticos que passa e se orienta por Sotero dos Reis. Tal proeminência se dá por ter sido o único entre as gramáticas portuguesas a usar certas expressões; não apenas o único mas também o primeiro, já que Sotero dos Reis fez seguidores. Sotero dos Reis tem portanto seus seguidores, entre eles o próprio Augusto Freire da Silva, que se incube a obrigação de defendê-lo por segui-lo de longa data, ou mais precisamente de defender a divisão das proposições feita por Sotero dos Reis: "Estamos, pois, na obrigação de defendel-a, por acceitarmol-a, ha muito tempo" (p. 51). Em resumo, o lugar reivindicado por Augusto Freire da Silva é o de autores de gramáticas portuguesas que têm seguido as opiniões de Sotero dos Reis.

Augusto Freire da Silva explica que Sotero dos Reis divide as proposições em absolutas e subordinadas, subdividindo as primeiras em principais e aproximadas e as segundas em circunstanciais e completivas ou integrantes, acrescentando que as circunstanciais se subdividem ainda em incidentes, conjuntivas, infinitivas e proposições particípio, com as incidentes se subdividindo também em explicativas e restritivas, enquanto que as completivas ou integrantes se subdividem em subjuntivas, interrogativas e infinitivas. Nessa apresentação da divisão das proposições, ganham referência os elementos de ligação entre as proposições, de forma que Augusto Freire da Silva ressalta que as proposições circunstanciais incidentes, conjuntivas e infinitivas são sempre ligadas por uma preposição, ao passo que as proposições completivas ou integrantes são ligadas por uma preposição ou pelo verbo no infinito. Nesse procedimento, Augusto Freire da Silva procura aproximar o trabalho de Sotero dos Reis do de Noël e Chapsal, Poitevin, Girault-Duvivier e Téofilo Braga, como forma de mostrar que a divisão, e mesmo a nomenclatura, das proposições de Sotero dos Reis é amplamente empregada. Assim, ele argumenta que as "proposições que Sotero chama absolutas são as mesmas que Noël e Chapsal chamam principaes, que são por estes subdivididas em principaes absolutas e principaes relativas, e por aquelle em absolutas principaes e absolutas approximadas", de modo que a "unica differença que ha entre estas duas opiniões, está nos termos que adoptaram, para designarem esta especie de proposições; na substancia a doutrina é a mesma" (p. 52). A única diferença marcada entre Sotero dos Reis e Noële Chapsal é a adoção dos termos, uma diferença não substancial, contudo, uma vez que a doutrina seria a mesma, com todos trabalhando as divisões e subdivisões de maneira igual. Pode-se portanto empregar termos diferentes para defender a mesma doutrina, isto é, a diferença de termos, ou melhor, a diferença de nomenclatura não determina uma diferença de opinião, de posição teórica, postura essa que dissocia termos e opinões, terminologia e doutrina. Nesse posicionamento, que não é simplesmente gramatical, mas de verdadeira ordem epistemológica, a identidade da doutrina não se determina pelo aspecto da terminologia, a substância da doutrina não é de ordem terminológica, uma vez que a terminologia pode variar. A terminologia varia. Uma doutrina pode comportar variação de terminologia. No caso das proposições, os arranjos, a organização, a divisão e a subdivisão apresentados por Sotero dos Reis e Noël e Chapsal seriam os mesmos, elementos esses que

talvez dão a entender o que marca uma doutrina, isto é, a organização, as relações, não uma terminologia.

Após mostrar a similitude entre Sotero dos Reis e Noël e Chapsal, num questionamento que se direciona às críticas de Júlio Ribeiro, de forma a invalidá-las, Augusto Freire da Silva pergunta se esses gramáticos franceses são irracionais, se "terão feito esta classificação com toda a irracionalidade", afirmando logo em seguida abonar a posição deles: "Eu abono delles, falla bem alto o numero de edições que tem tido sua grammatica. O exemplar que temos presente, é da quinquagesima quinta edição, que foi dada á estampa em 1874 !" (p. 52-53). Augusto Freire da Silva seguiria, portanto, a racionalidade da classificação das proposições segundo Sotero dos Reis e Noël e Chapsal, racionalidade essa comprovada pelo sucesso editorial da obra dos franceses, numa sugestão de que são muitos os seus seguidores. É interessante notar a (ir)racionalidade como elemento de avaliação, mesmo de correção, do trabalho gramatical.

Augusto Freire da Silva inclui também Poiteven, Girault-Duvivier entre os seguidores da divisão racional das proposições: "Esta opinião é ainda seguida por Poitevin. Não citamos a Girault Duvivier, que tambem a adoptou, de receio de molestar o sr. Julio Ribeiro", acrescentando ainda Teófilo Braga ao afirmar que "não nos podemos furtar ao prazer de citar o sr. Theophilo Braga, auctor dilecto do sr. Julio Ribeiro, que segue a mesma doutrina" (p. 53). Augusto Freire da Silva parece sugerir que Júlio Ribeiro, através de Girault-Duvivier e Teófilo Braga, estaria ligado a uma rede de autores que trabalham com a doutrina das proposições da mesma forma que o autor que ele criticaria, Sotero dos Reis. Seria como se, no fim das contas, Júlio Ribeiro e Augusto Freire da Silva seguissem a mesma doutrina, a qual chegariam por caminhos diferentes, ou para ser mais justo, como se Júlio Ribeiro não percebesse que, tendo Teófilo Braga como autor dileto, compartilha da doutrina de Sotero dos Reis. Em todo caso, o que se nota bem é a ideia da filiação entre autores brasileiros, portugueses e franceses. Augusto Freire da Silva fala certamente de M. P. Poitevin, que escreveu em 1856 uma *Grammaire générale et historique de la langue française*. Anos antes, em 1811, Girault-Duvivier havia escrito sua *Graimmaire des grammaire ou analyse raisonnée des meilleurs traités sur la langue français*e. No meio tempo, em 1823, Noël e Champson, na verdade, Charles-Pierre Chapsal e François Noël, escreveram em conjunto a *Nouvelle*

grammaire française avec exercices. Augusto Freire da Silva transcreve a seguinte passagem de Teófilo Braga para demonstrar sua ligação com Sotero dos Reis na divisão das proposições: "A reunião de duas ou mais proposições simples, póde dar-se : 1º ou ficando ellas *independentes entre si*: *Passei, vi, gostei* : etc." (p. 53.). Ele pergunta então o que são proposições independentes entre si, indagando se, na frase de Teófilo Braga (passei, vi, gostei), a primeira não seria absoluta principal e as duas outras aproximadas ou relativas, afirmando, por fim, que para "sustentarmos a doutrina das subordinadas, não é preciso muito. O mesmo sr. Theophilo Braga encarrega-se disso" (p. 53). É a partir de Teófilo Braga, um autor mostrado como relacionado a Júlio Ribeiro, que Augusto Freire da Silva valida a doutrina das subordinadas, invalidando a crítica daquele a Sotero dos Reis, uma vez que ele aclamaria Teófilo Braga, autor que estaria na mesma linha que Sotero dos Reis e Augusto Freire da Silva no tema em questão. É nesse sentido que Augusto Freire da Silva compara o trabalho de Teófilo Braga ao de Auguste Brachet:

> *Repetindo* o que disse o sr. Auguste Brachet, na sua *Nouvelle Grammaire Française*, sobre a qual calcou a sua *Grammatica Portugueza Elementar*, admitte o sr. Theophilo Braga, *com toda racionalidade*, proposições *subordinadas*, que subdivide em *completivas* ou *indispensaveis* e *circumstanciaes*; e de que, como especies, apresenta as *proposições participio*, as *infinitivas*, as *conjunctivas*, as *relativas*, que são o mesmo que as *incidentes*, já *explicativas*, já *restrictivas*, e as *integrantes*; se bem faça dellas um verdadeiro *mixtiforio*, porque não descrimina as que são subdivisões das *circumstanciaes*, das que o são das *completivas* (p. 53-54).

Na comparação do tratamento da divisão das proposições em Teófilo Braga e Auguste Brachet, afirmando que o primeiro repete e calca sua gramática sobre a do segundo e julgando que, a exemplo do autor francês, o português assume uma posição racional, Augusto Freire da Silva traz uma vez mais à tona a ideia de que o fundo de uma doutrina não depende da terminologia, uma vez que ele mostra justamente que, ao dividir as proposições da mesma maneira, apesar da utilização de termos por vezes diferentes, Auguste Brachet é seguido por Teófilo Braga, ainda que esse último, e a despeito disso, cometa uma mistura e confusão no tratamento do tema. No fundo, a doutrina é a mesma. Doutrina essa avaliada segundo um critério que já havia aparecido anteriormente na argumentação de Augusto Freire da Silva, o da racionalidade, como se reforçasse a ideia de que o tratamento correto da doutrina gramatical se faz segundo a égide da racionalidade, ou melhor, de que o tratamento da

doutrina gramatical é correto quando é racional. Assim, lembrando que Teófilo Braga, segundo a avaliação de Augusto Freire da Silva, trabalharia de forma racional ainda que misture elementos, poderíamos dizer que a terminologia, e num ponto mais sutil a organização, não demole uma doutrina gramatical. Não está aí portanto a essência de uma doutrina. É justamente falando de doutrina que Augusto Freire da Silva defende o que chama de princípios inconcussos da doutrina de Sotero dos Reis sobre as proposições:

> A doutrina das proposições, abraçada por Sotero, e por elle brilhantemente explicada, em que peze ao sr. Julio Ribeiro, assenta em principios inconcussos, visto como, pela ordem, geração e successão natural das idéas, o periodo composto, ou consta só de proposições absolutas, que, por enunciarem juizos absolutos ou *independentes entre si*, ligam-se, sem exercerem umas nas outras influencia alguma, e sem se dar entre ellas regra alguma particular de syntaxe; ou consta de proposições absolutas e subordinadas, sendo estas das que dependem, ou simples circumstanciaes, ou partes essenciaes. (p. 54)

Sotero dos Reis aparece como aquele que abraça e explica uma teoria que se assenta em princípios solidamente estabelecidos e que, portanto, não se deixariam abalar por eventuais equívocos terminógicos ou de organização, como os que teriam sido cometidos por Téofilo Braga. Na sequência, e em consequência do que foi exposto, Augusto Freire da Silva defende a necessidade de conhecer uma teoria filosófica para trabalhar o período composto: "Sem o conhecimento de uma theoria perfeita e summamente philosophica, como esta, não se póde tecer bem o periodo composto; e isso porque, por meio della, é que conhecemos as relações de nexo, concordancia e dependência, em que estão umas proposições para com outras" (p. 54-55). No apontamento da existência de uma "theoria perfeita e summamente philosophica" para tratar o período composto, Augusto Freire da Silva acaba por estabelecer uma relação entre teoria filosófica e tratamento gramatical, entre filosofia e gramática, sendo a teoria filosófica a base do tratamento gramatical, ou melhor, sendo a perfeição da teoria filosófica a garantia do bom trabalho gramatical. Assim, seria preciso um bom conhecimento filosófico para o bom tratamento da gramática. Dessa forma, o desconhecimento da teoria filosófica, de base filosófica, teria consequências negativas: "O seu desconhecimento, ao envez, é que tem dado logar a nos classicos encontrarem-se periodos incompletos, ou construídos por um modo todo enrevesado; e a muitas vezes usarem mal dos signaes de pontuação, mormente do ponto e vírgula e dos dous pontos" (p. 55). É interessante notar a

articulação que se faz entre relações sintáticas e pontuação, com a ideia de que é preciso conhecer o funcionamento das relações sintáticas para pontuar corretamente, no que está em jogo, não se pode esquecer, o conhecimento de teoria filosófica. A prática de pontuar corretamente está subordinada ao conhecimento das relações sintáticas, que, por sua vez, estão determinadas pela teoria filosófica. Outro ponto a notar é o julgamento de que faltava aos clássicos o conhecimento da teoria filosófica, falta essa que teria levado a falhas, incompletudes, enviesamentos.

Para mostrar como faz todo sentido falar em princípio geral e princípio particular, Augusto Freire da Silva apelo inclusive à lógica, "onde se ensina que, no raciocinio por inducção, se parte de um principio particular para um geral, como, por exemplo, depois de haver observado o peso de muitos corpos, se conclue que todos os corpos são pesados" e que "no raciocinio por dedução, se parte de um principio geral, para um particular, como quando de uma lei da natureza, ou um axioma mathematico, se chega a uma de suas applicações" (p. 62). A lógica é o argumento último da explicação linguística!

Em resposta a Augusto Freire da Silva, Júlio Ribeiro afirma não contestar as diferenças existentes entre a gramática daquele e de Sotero dos Reis, reconhecendo inclusive que, como teria afirmado Augusto Freire da Silva, mesmo "Sotero dos Reis e Soares Barbosa divergem em varias pontos, que têm opiniões avessas entre si, que tractam com desenvolvimento desigual esta ou aquella parte da grammatica, que a linguagem de um é abstrusa, que o estylo de outro é ameno, etc." (p. 68-69). O ponto de contestação não seria a própria existência de semelhanças entre Augusto Freire da Silva, Sotero dos Reis e Soares Barbosa, como se estivessem errados pelo simples fato de repetirem um ao outro, mas a convergência em um ponto falho, isto é, o modo de concepção da gramática:

> No que o sr. dr. Freire repete a Sotero, Sotero a Barbosa, Barbosa a Lobato etc. etc. é no modo de conceber a grammatica como uma disciplina arida, auctoritaria, dogmatica; como uma instituição metaphysica existente *a parte rei*, como uma *essencia universal* do realismo escolastico; é em dividil-a irracionalmente em quatro partes; é em não discriminar os factos nas divisões; é em definir erradamente os mesmos factos; é em não aplicar o seu estudo o methodo natural, o criterio scientifico, a analyse comparativa; é em não descobrir vida nos organismos lexicos; é em não demonstrar nessa vida o cumprimento fatal da lei da evolução, da lucta pela existencia, e a influencia profundamente modificadora do meio climatologico, do meio social; é, emfim, em estudar a gramática hoje mais desastradamente do que era ella estudada no tempo de Aristoteles, ha mais de vinte e dois seculos (p. 69).

Para Júlio Ribeiro, portanto, diferentemente do que seria para uma linha de gramáticos que vai de Lobato, em Portugal, a Augusto Freire da Silva, no Brasil, a gramática não é uma disciplina árida, autoritária nem dogmática, não sendo também uma instituição metafísica ou uma essência universal do realismo escolástico. Assim, por pensarem de forma contrária, de maneira irracional, os gramáticos apontados dividiriam a gramática de maneira igualmente irracional, em quatro partes. Para combater essa ideia, Júlio Ribeiro chama a atenção para os procedimentos que devem ser empregados na divisão da gramática, afirmando ser preciso definir corretamente os fatos. Para tanto, no estudo da gramática, seria igualmente necessária a aplicação do método natural, do critério científico e da análise comparativa. Na articulação entre esses elementos, colocados no mesmo patamar e significados mutualmente entre si, Júlio Ribeiro dita uma vida para os organismos léxicos, nomeação fortemente comprometida com aqueles três elementos trazidos pelo autor, evocando uma outra necessidade, a de demonstrar nessa vida dos organismos léxicos o cumprimento da evolução, significada como uma lei fatal, uma lei que diz respeito à luta pela existência e à influência do meio climatológico e do meio social, influência essa da ordem da modificação, da mudança. Cabe notar que esse grande valor dado ao meio social na evolução vai ser uma constante na obra de Júlio Ribeiro. Cabe notar ainda, no trecho acima, o desenho de uma temporalidade no estudo da gramática, sendo ela datada em mais de vinte séculos e ligada em suas origens a Aristóteles. O desenho dessa temporalidade é, na verdade, a enunciação de um passado e de uma tradição que devem ser superados, discurso no qual Júlio Ribeiro provoca seus opositores ao afirmar que eles estudam mais desastradamente a gramática do que no tempo de Aristóteles, no que se vê a ideia de que já se estudava desastradamente a gramática naquela época. Pode-se dizer que a superação se daria exatamente pela aplicação da lei da evolução à gramática. É ela, a lei da evolução, a nova, a melhor e a correta fase dos estudos gramaticais.

Na sequência, Júlio Ribeiro coloca Augusto Freire da Silva, Sotero dos Reis e Lobato como exemplos de discípulos de Pedro Sanchez e Júlio César Scaligero que “seguem as pisadas dos mestres, e perdem-se em abstracções, divagando em torno da verdade sem nunca attingil-a”, sendo acusados especificamente de tirarem dos “solitarios de Port Royal” a “concepção falsa” de fazer “consistir na affirmação a idéia capital do Verbo” (p. 69-70). Para

Júlio Ribeiro, a *Grammaire Générale et Raisonée* foi a primeira a definir o verbo como uma palavra que significa a afirmação, definição essa considerada injustificável:

> *Affirmação* é evidentemente o opposto de *negação*: consiste a primeira em exprimir-se entre duas idéias (o sujeito e o predicado) uma relação de concordancia, e a segunda em exprimir-se entre essas mesmas idéias uma relação de discordancia–*o papel é branco*, *o papel não é preto*. São dous torneios ou duas fórmas recebidas pelos nossos conhecimentos ou pelos nossos juizos, em virtude da diversidade de relações que concebemos entre dous termos.
>
> Uma destas fórmas, a *affirmação*, não é mais essencial ao juízo do que a outra, a *negação*; porquanto a natureza do juizo consiste na percepção de uma relação qualquer entre duas idéias, seja ella de corcondancia, seja de discordancia. Si se faz consistir a natureza do Verbo na *affirmação*, claro está em vista do que fica dito, que não haverá mais Verbo em uma proposição negativa, ou então que haverá uma *affirmação* expressa pelo Verbo e uma *negação* expressa pela particula negativa, o que fará com que nada haja, a final de contas, porque uma destróe a outra.
>
> Demais, linguas ha em que o Verbo tem duas fôrmas, uma para *affirmar* e outra para *negar* : a mesma palavra na fórma negativa deixaria então de ser Verbo.
>
> Si se sustentasse (o sr. Freire sustenta) que nas proposições negativas se *affirma a negação*, a resposta seria que ha nisso confusão de idéias e de palavras: na mesma proposição nunca se *affirma* uma *negação*, nem se *nega* uma *affirmação*; *enuncia-se* ou uma *affirmação*, ou uma *negação*. (p. 70-71).

É importante notar como a questão do juízo aparece em jogo na crítica da definição do verbo como afirmação, com o juízo sendo utilizado em sinonímia com o termo conhecimento e significado em sua natureza como a percepção de uma relação qualquer entre duas ideias. É importante notar também a acusação feita a Augusto Freire da Silva de confundir ideias e palavras no tratamento do verbo, uma forma de dizer que se trata de entidades diferentes. Tal erro, segundo Júllio Ribeiro, seria também cometido por Soares Barbosa, o que mostra bem que o problema do tratamento do verbo enquanto afirmação é a confusão entre ideias e palavras. Assim, numa referência à *Grammatica Philosophica*, Júlio Ribeiro afirma que Soares Barbosa "attribue sómente ao indicativo a affirmação", argumentando que "appliquem-se-lhe á doutrina os mesmos raciocinios mutatis mutandis, e ver-se-á que o erro é o mesmo, embora mais restricto" (p. 72).

Além da definição do verbo como afirmação, um outro ponto condenado Júlio Ribeiro é o da formulação de regras sobre o emprego do infinitivo pessoal e impessoal, sentenciando que Augusto Freire da Silva, Sotero dos Reis e Soares Barbosa formularam "uma regras que, benza-as Deus, deram resultados muito chinfrins" (p. 72), que fizeram com que Soares Barbosa, Sotero dos Reis, Aulete e outros achassem erro no verso de Camões

“Folgarias de veres a policia” e em muitas outras passagens idênticas, quando, na verdade, segundo avaliação de Júlio Ribeiro, “Camões usou muitissimo bem do infinito pessoal nesta e em outras similhantes phrases, o erro é dos grammaticos alludidos, somente dellhe” (p. 72), acrescentando que tais regras os levaram a cometer erros em seus próprios textos ao afirmar que “as mesmas regras levaram o sr. dr. Augusto Freire da Silva a commetter um solecismo palmar logo na segunda linha da primeira definição que se encontra em sua Grammatica” (p. 72). “De que não será capaz a metaphysica” (p. 73), pergunta Júlio Ribeiro, para quem esses são portanto erros da metafísica, são erros cometidos por um tratamento metafísico da formulação de regras, uma forma de dizer que as regras não devem ser formuladas de maneira metafísica, pois a metafísica leva ao erro. Para Júlio Ribeiro, antes o silêncio do que a metafísica, pois com o silêncio há menos chances de errar: “Bem fez Lobato que sobre usos de infinito pessoal não disse palavra” (p. 73). Na provocação seguinte que faz a Augusto Freire da Silva, percebe-se bem a ideia de que o uso correto depende da formulação correta das regras: “Agora tenho certeza de que estará anciadissimo o sr. dr. Freire por saber quaes as regras exactas para o uso correcto dos infinitos portuguezes” (p. 73). Assim, a metafísica deve ser recusada pois ela leva ao uso errado. A metafísica é danosa à correção da linguagem. Em oposição à metafísica, é a obra de Diez que é indicada por Júlio Ribeiro para aprender o uso correto dos infinitivos portugueses: “As regras acham-se no terceiro volume da *Grammatica das Linguas Romanicas*, pag. 202” (p. 73), que, segundo indica o autor em nota de rodapé, se trata de uma tradução francesa de Morel de Fatio e Gaston Paris, publicada em Paris em 1876. É interessante notar esse recurso a um autor estrangeiro para o aprendizado dos usos do português. O mais importante, porém, é perceber essa imagem que Júlio Ribeiro faz de uma categoria que ele chama de gramáticos metafísicos como inventores de regras que são contrárias ao gênio dos idiomas:

> Antes de passar além, os grammaticos metaphysicos são mesmo uns homens levadinhos da breca: vimos ha pouco o desplante com que Sotero, Barbosa *et reliquia* foram acoimar a Camões de incorrecto. E’ velha a balda de inventar regras para depois abitolar por ellas escriptores que as não conheceram, e que, quando as conhecessem, as não praticariam, por serem ellas contrarias ao genio dos idiomas de que serviam elles. O bom do Roboredo tambem teve para si que Sanchez era mais entendido na póda em materia de latinidades do que Cicero e Varrão. «*De estar a Latina* (grammatica) *reduzida a arte ha tantos annos*, escreveu o homme, *e ir-se sempre aperfeiçoando, podemos dizer que soube Francisco Sanchez Brotense mais grammatica em nossos tempos que Cicero e Varrão, columnas da lingua, nos seus que lhe precederam 1640 annos*». (p. 73-74)

A ideia parece ser a de que é preciso trabalhar em harmonia como gênio do idioma, uma vez que, como demonstraria a metafísica, ir contra o gênio do idioma conduz a erros. Nesse aspecto, os escritores (como Camões) aparecem como aqueles que escrevem segundo o gênio dos idiomas, isto é, de que as regras praticadas pelos escritores seguem o gênio do idioma. Dessa forma, enquanto o gramático formula e inventa as regras, o escritor é aquele que segue as regras, mas não qualquer gramático, e sim o gramático que não é metafísico. No conhecimento desses dois grupos, o escritor e o gramático não metafísico, e parece haver aí uma distinção também entre dois tipos de conhecimento, o que está em jogo é justamente o gênio do idioma, uma espécie de guia.

Na resposta a Augusto Freire sobre seu próprio "gracejo de mau gosto" sobre gramáticas dos Afonsinhos, Noé, Matusalém, etc., Júlio Ribeiro deixa entender que a sua crítica da repetição não era sobre os estudos em português sobre gramática portuguesa, como se não houvesse problemas nesse tratamento, mas nos estudos em português sobre gramática: "Eu, por exemplo, não disse que era repetição de repetição tudo o que vinha á luz em Portuguez sobre Grammatica Portugueza; mas sim o que vinha á luz em Portuguez sobre Grammatica" (p. 75). Não havendo questionamento sobre a gramática portuguesa, mas, sim, sobre a gramática, o que se põe em questão não seria outra coisa senão a concepção mesma de gramática. Júlio Ribeiro lembra que o próprio Augusto Freire da Silva estabelece diferença entre gramática e gramática portuguesa, não sendo, portanto, a mesma coisa e não devendo ser tratadas da mesma maneira. Uma, a gramática, seria tratada incorretamente em português. Eis aí o ponto de crítica segundo Júlio Ribeiro. Um outro ponto a reter nas respostas de Júlio Ribeiro é o apontamento de sua gramática, já em preparação, como uma gramática comparada: "Conclue s.s. que fica falseada a publicação de minha grammatica comparada: que s.s. assim pense comprehende-se. Em todo caso agradeço-lhe a réclame (p. 75).

Júlio Ribeiro declara ser muito forte a acusação de Augusto Freire da Silva de que "eu sou arbitrario, que não sou methodico, que baralho idéias, que quero que phonê (som ou voz) signifique o mesmo que graphê (escripta) isto por dar eu a Orthographia como subdivisão da Grammatica, como parte da Phonologia" (p. 79). Dessa forma, na sequência, Júlio Ribeiro apresenta a definição de ortografia de Burgraff (*Principes de Grammaire*

Générale) como "a representação correcta e exacta dos sons elementares da lingua fallada, por meio de certos signaes que chamamos lettras, e cujo conjunto chama-se alphabeto" (p. 79) e a de Guardia e Wierzeyski (*Grammaire de la langue latine d'après la methode comparative et historique*) como "a imagem da boa pronunciação", ressaltando, no último caso, a estreita ligação entre ortografia e fonologia (p. 80). A posição de Júlio Ribeiro é de que a representação dos sons faz parte do tratado dos sons e, portanto, de que a ortografia faz parte da fonologia. Na comparação de Júlio Ribeiro, Augusto Freire da Silva erra ao não entender que a ortografia faz parte da fonologia como "o Jesuíta Hardouin entendia que a Eneida e as Odes de Horacio tinham sido escriptas por frades da Idade Média" (p. 80). Para Júlio Ribeiro, que "a Orthographia faz parte da Phonologia, e que não pôde constituir divisão independente da Grammatica, é cousa assente entre os linguistas hodiernos" (p. 80). Temos aí uma questão gramatical respondida pela linguística, com a linguística como um argumento forte e talvez definitivo para o tratamento gramatical. Se antes Júlio Ribeiro falava negativamente em gramáticos metafísicos, ele apresenta agora com toda estima os linguistas modernos, o que nos faz pensar que haveria aqueles que não seriam modernos. Assim, o conhecimento gramatical ganha respaldo pelo conhecimento linguístico, ou melhor, significa como correto quando coincide com os resultados do conhecimento linguístico. Nesse sentido, os gramáticos deveriam se afastar dos gramáticos metafísicos e se aproximarem dos linguistas modernos. Quem são os linguistas modernos? Na avaliação de Júlio Ribeiro, tudo o que ele vem apresentando são as "theorias" "maes ou menos" "seguidas por Max Müller, por Whitney, por Coelho, por Guardia e Wierzeyski, por Bréal, por Pacheco Junior, por todos os linguistas modernos" (p. 85).

É falando em consenso que Júlio Ribeiro afirma que "o que impede o vocabulo Etymologia de desapparecer da Linguistica, é o ter elle em seu favor o consenso universal deste século", emendando que "Lexeologia seria termo muito mais proprio" (p. 85). O emprego de um termo gramatical aparece na tensão entre o consenso e a conveniência, a maior propriedade, a melhor adequação, sendo o consenso universal o elemento que impediria um termo de desaparecer.

Júlio Ribeiro responde à crítica de Augusto Freire da Silva de que ao dividir a sintaxe em sintaxe de palavras e sintaxe de proposição ele teria repetido a divisão de Sotero

Reis, adubando-a com os termos pomposos de sintaxe léxica e sintaxe lógica. Ao que parece, o problema em questão para Júlio Ribeiro é o do fundo terminológico do estudo gramatical, pois ele afirma que "a terminologia scientifica hodierna é toda tirada do Grego: eu andei com a moda, fiz como Hæckel, pilhei da cozinha grega os meus adubos" (p. 86).

Após caracterizar o ensino oficial como antiquado, como ultrapassado, Júlio Ribeiro se volta para Augusto Freire da Silva afirmando que ele "em materia de linguistica e de gramática, está atrazado cem annos ou mais" (p. 89). No fim das contas, o atraso de que fala Júlio Ribeiro é o do ensino de gramática e de linguística, consideração na qual se percebe a ideia de que houve mudanças nessas disciplinas no século XIX, mudanças essas que não teriam sido acompanhados por autores como Augusto Freire da Silva nem incorporadas no ensino oficial. Augusto Freire da Silva e o ensino oficial estariam parados no século XVIII em matéria de linguística e de gramática. Júlio Ribeiro parece colocar entre esses avanços do estudo da linguística e da gramática o tratamento da natureza da linguagem articulada e da enunciação do juízo, pois ele declara que Augusto Freire da Silva supõe que "a linguagem articulada, producto da evolução do cerebro humano, funda-se em principios invariaveis, existentes metaphysicamente ab eterno", argumentando em seguida que o gramático maranhense ignora que "o enunciado do juizo por meio de um sujeito, de um verbo e de um predicado não é, e nem póde ser facto de eterna verdade, que tal enunciado é uma fórma MERAMENTE TRADICIONAL" (p. 89-90). Assim, para Júlio Ribeiro, a linguagem articulada não se funda em princípios invariáveis, sendo antes um produto da evolução do cérebro humano, forjada pela evolução e não por princípios metafísicos, e consequentemente poderíamos emendar, devendo ser estudada não pela metafísica, mas segundo a teoria da evolução. Duas posições se colocam na definição da linguagem articulada, uma que a tomaria como uma existência metafísica, a que Júlio Ribeiro aponta ser de Augusto Freire da Silva, e a que a tomaria como produto da evolução, a que Júlio Ribeiro defende como verdadeira.

Se, por um lado, existe um conflito entre metafísica e evolução, não parecer haver, por outro lado, incompatibilidade entre tradição e evolução, o que se nota quando Júlio Ribeiro defende que o enunciado de um juízo é uma forma meramente tradicional e não um fato de eterna verdade, numa referência, em nota de rodapé, a Max Müller (*Science du Langage*). Se enunciar um juízo por meio de um sujeito, um verbo e um predicado é uma

forma meramente tradicional, essa forma de enunciar um juízo estaria aberta à mudança? O juízo poderia ser enunciado então de outra maneira? O peso da tradição não parece ser pequeno, mas não seria a tradição que caracteriza o juízo enquanto tal. Não sendo um fato de eterna vontade, o juizo se enuncia por tradição por meio de sujeito, verbo e predicado, mas não é isso que o caracteriza enquanto juízo. O que o caracteriza então? Algo ligado à evolução do cérebro humano que produziu a linguagem articulada? De qualquer forma, parece que, para Júlio Ribeiro, tudo aquilo que diz respeito à linguagem está fundamentalmente afetado pelo processo de evolução, chegando a argumentar, por exemplo, que as próprias classes de palavras nem sempre existiram quando afirma que Augusto Freire da Silva ignora que "o homem começou a exprimir-se por adjectivos, que os adjectivos concretaram-se em substantivos, que os substantivos crystallisaram-se em verbos" (p. 90), trecho em que se faz referência a Burgraff (*Principes de Grammaire Générale*), e Bergmann (*Resumé d'Études d'Ontologie Générale et de Linguistique Générale*). Burgraff é citado para dizer que o homem começou a exprimir-se por adjetivos e que esses se concretaram em substantivos; Bergmann, que os substantivos se cristalizaram em verbo. Pelo visto, Júlio Ribeiro coloca no mesmo passo a evolução das línguas e a evolução das classes de palavras. É interessante notar a ordem de surgimento das classes de palavras que o homem foi usando para se exprimir, sendo o adjetivo colocado como a primeira classe a ser criada e a base para o surgimento dos substantivos e, na sequência, dos verbos. Essa ordem não corresponde ao desenvolvimento das classes de palavras na história da reflexão sobre a linguagem, cujo ponto de início está na distinção entre nome e verbo feita por Platão, e sendo que o adjetivo não entrava nas oito partes do discurso, constituindo só muito tardiamente uma classe autônoma e separada do substantivo, como podemos aprender nos trabalhos de Desbordes (1989) e Baratin (1989).

A ideia que defende Júlio Ribeiro é de que falar "no arbitrio dos povos em questões de linguistica", tal como teria feito Augusto Freire da Silva, é uma "ignorancia de biologia, de anthropologia, de mesologia", pois em "todos os modos, em todas as relações de viver sociologico nada ha de arbitrario, de livre: tudo depende da evolução fatal do cerebro e da influencia do meio", sendo que a "evolução linguistica é producto necessario de leis inexoraveis, inquebrantaveis" (p. 90), numa nova referência ao livro *Science du langage* de Max Müller. Como se nota mais uma vez, falar em tradição não constitui um problema para Júlio Ribeiro. Antes, se não era possível falar em princípios universais, o que se censura agora

é falar de arbítrio, defendendo-se que a biologia, a antropologia, a mesologia (ecologia) e a linguística não permitiriam falar de arbítrio dos povos. Cabe notar a linguística colocada como uma área que deve observar os conhecimentos da biologia, da antropologia e da ecologia sob o risco de fornecer informações e análises ignorantes, por assim dizer. A linguística se nutria assim de forma benéfica dessas áreas, estando a elas ligada. Afirmar que não existe arbítrio dos povos em questões de linguística significaria enunciar uma imposição da linguagem sobre o homem? Existe uma determinação de ordem linguística, correspondente a uma determinação de ordem sociológica, numa explicação que põe a linguística dentro de um grande domínio do viver sociológico, viver esse dependente da evolução incontornável do cérebro e da influência do meio. É justamente por estarem submetidos à evolução do cérebro e à influência do meio que os povos não são livres em questão de linguística nem em qualquer outra relação do chamado viver sociológico. Nada é arbitrário pelo simples fato de nada escapar à evolução e ao meio. Poderíamos dizer que há algo de imutável nisso tudo, mas não à maneira de Augusto Freire da Silva e dos gramáticos escolástico-metafísicos que falam de coisas imutáveis e são criticados por essa razão por Júlio Ribeiro. O imutável seria a submissão às leis da evolução. Tudo e todos estão submetidos a leis cuja natureza é ser inexorável, inquebrantável, algo que, como já dissemos, não atinge somente a linguagem, mas todas as relações sociais, pois a linguagem está ligada e submetida ao grande conjunto das relações sociais. Em suma, não há arbítrio dos povos em questões linguísticas, pois as questões linguísticas, como todas as outras questões sociais, estão submetidas às leis, dependem da evolução do cérebro e da influência meio, não havendo como ser de outro modo uma vez que a evolução linguística é um produto necessário de leis inexoráveis e inquebrantáveis. Vale lembrar, no entanto, que se tudo isso desautoriza falar em arbítrio, nada disso, por outro, parece ser incompatível com a tradição.

A questão para Júlio Ribeiro é a da confusão entre princípios e fatos, confusão essa responsável “a dar em resultado a ridicula expressão – principio particular” (p. 90) empregada por Augusto Freire da Silva. De acordo com Júlio Ribeiro, “este desconchavo attentatorio do bom senso é condemnado pelas definições dos lexicographos, é garrotado até pela suada e estafadissima logica, que ensina que na inducção parte-se de factos para se chegar a principios” (p. 91), afirmação que reivindica uma explicação lógica que coloca os fatos como uma espécie de ponto de partida e os princípios como ponto de chegada e que

coloca a lexicografia em corcordância com essa explicação lógica. Como já havia feito Augusto Freire da Silva, Júlio Ribeiro recorre à lógica para resolver uma questão linguística, mas dando uma explicação completamente diferente. Pela lógica da indução, Júlio Ribeiro define os princípios como algo que se desenrola dos fatos, procurando separar princípios e fatos e negar a possibilidade de falar em princípio particular.

Júlio Ribeiro argumenta que o seu fim é o de "mostrar que o ensino official, cathedratico, privilegiado já não póde mais, sem estribar-se na sciencia, oppôr-se ao tentamen dos que acompanham o século, dos que querem ser úteis á causa do progresso, que é a causa da humanidade" (p. 91). No Brasil, por não seguir os cientistas modernos, o ensino oficial é um entrave ao progresso, numa ideia positivista que liga educação e progresso, que considera que o progresso é atingido por meio da educação, educação que, para levar ao progresso, deve se apoiar na ciência. Cabe notar que o termo catedrático é recorrentemente empregado por Júlio Ribeiro para tratar, não sem deboche, Augusto Freire da Silva, no que parece ser um modo de marcar uma posição de atraso das teorias por ele defendidas. Na verdade, segundo o próprio Júlio Ribeiro, o que ele atacaria seriam "theorias escolastico-metaphysicas, theorias adoptadas e peioradas por Sotero dos Reis, e sahiu-me pela frente o sr. dr. Augusto Freire da Silva, Professor Cathedratico de Portuguez na Faculdade de S. Paulo" (p. 92). Assim, bem longe de ser um signo de distinção ou de um tratamento respeitoso, o emprego constante de "sr. dr." e de "professor catedrático" para se referir a Augusto da Freire é uma maneira de mostrar como ele e suas teorias estão atrasados, não acompanhando o século, não se apoiando na ciência, não contribuindo com o progresso e com a humanidade, mas promovendo antes um entrave.

Numa nota de rodapé ligada à afirmação de que Sotero dos Reis adotou e piorou teorias escolástico-metafísicas, Júlio Ribeiro transcreve a definição de gramática particular de Du Marsais ("La Grammaire Particulière est l'art de faire concorder les principes immuables et généraux de la parole prononcée ou écrite AVEC LES INSTITUTIONS arbitraires et usuelles d'une langue particulière") indicando que ela é reproduzida por Girault-Duvivier e, em seguida, exibe a definição de gramática particular dada por Sotero dos Reis ("Grammatica Particular é a arte de applicar AOS PRINCIPIOS IMMUTAVEIS e geraes da palavra AS INSTITUIÇÕES arbitrarias e usuaes de qualquer lingua"), mostrando assim uma semelhança

entre Sotero dos Reis, Girault-Duvivier e Du Marsais no emprego de teorias escolástico-metafísicas na definição de gramática particular. Augusto Freire da Silva é pintado nesse quadro como alguém que aparece com "affirmações infundadas, robustecidas apenas por sua respeitavel assignatura; com gracejos charros; com adjectivos maldosos; com citações vagas, e na mór parte da surrada matula expulsa já do templo da ciência" (p. 92). "Responder, profligando a insciencia, é mais do que o meu direito, é o meu dever", declara Júlio Ribeiro, emendando rapidamente o seguinte: "Vejo, porém, que perco o meu trabalho em rasgar a s.s. o horizonte das idéias novas: a assimilação dessas idéias não se faz de jacto, exige annos de digestão" (p. 92-93), numa descrição de um modo de construção e de operação da ciência pela expulsão de ideias antigas e assimilação de ideias novas.

2.7 Registro e descrição da língua portuguesa

Os modos como o português é falado no Brasil e em Portugal e as semelhanças e diferenças entre a língua portuguesa e o latim, sem esquecer as relações com outras línguas românicas, com distinção de grupos de falantes e hierarquização de formas de falar, são alguns dos pontos levantados por Júlio Ribeiro e Augusto Freire da Silva. A correção gramatical é colocada como uma questão no registro e descrição da língua portuguesa, trazendo igualmente uma discussão sobre a formulação de regras e a classificação dos elementos gramaticais, com uma reflexão sobre a utilidade do emprego de certos termos e de certas divisões e subdivisões de algumas categorias gramaticais.

Dirigindo sua atenção especificamente à língua portuguesa, Júlio Ribeiro a representa como formada por 32 vozes elementares essenciais. No tratamento desse tema, Júlio Ribeiro faz observações sobre o modo de falar no Brasil e em Portugal, apontando sons "banidos hoje do uso da gente culta", a pronúncia de "caipiras desta provincia", isto é, São Paulo, e também dos "Beirões e Transmontanos", em Portugal, apontando a ancestralidade de sons que existem em português e também no passado de outras línguas, como o italiano, o francês, o inglês, o provençal, o espanhol. Nesse estudo, Júlio Ribeiro vai separando grupos – gente culta de um lado, caipiras, beirões e transmontanos de outro – e hierarquizando formas de falar, justificando-as historicamente, como se nota no trecho a seguir:

> Trinta e duas são, pois, as vozes elementares essenciaes da lingua portugueza.
>
> Há mais dous sons distinctos banidos hoje do uso da gente culta: *dje*, *tche*.
>
> Os caipiras desta provincia pronunciam *djente*, *djogo*. Os mesmos e tambem os Minhotos e Transmontanos dizem *tchapéo*, *tchave*.
>
> Frederico Diez pensa que *dje*, *tche* são as fórmas primitivas de *je* o *che*, e tudo leva a que realmente são.
>
> *Dje* é som romanico genuino: existe em Provençal, em Italiano, e no seculo XIII existia no Francez que o transmittiu ao Inglez, onde até agora se acha, ex. *Jealousy*. Em escriptos latinos do seculo IX encontram-se as fórmas *Pegiorentur*, *Pediorentur* por *Pejorentur*.
>
> *Tche* é tambem som romanico castiço: existe em Provençal, em Italiano, em Hespanhol, e existiu no Francez, donde passou para o Inglez: que ainda hoje o conserva, ex. *Chamber*.
>
> A existencia de ambas estas fórmas no fallar do interior do Brazil prova que estavam ellas em uso entre os colonos portuguezes do seculo XVI. A antiguidade e a vernaculidade do *tche* attestam-se pela sua permanencia na linguagem do Minho e de Trás-os-Montes: como sabe-se, o povo rude e conservador tenaz dos elementos arkhaicos das linguas. (p. 35-36).

É dentro de uma discussão sobre a influência do cérebro na imutabilidade de princípios e sobre a índole das línguas que Augusto Freire da Silva aborda a relação entre o português e o latim. Para ele, enquanto o latim "exprime as relações de dependencia entre as palavras pelos casos, possue verbos passivos, não tem artigo nem infinitivo pessoal, coloca as palavras em ordem transposta, etc.", o português, "com quanto della proceda, exprime, com poucas excepções, as relações de dependencia entre as palavras, por meio das preposições com seus complementos, não tem verbos passivos, possue artigo e o infinito pessoal, na collocação das palavras, observa a lei de posição, etc." (p. 60). Apesar de proceder do latim, o português apresenta diferenças, sendo justamente as diferenças, e não as semelhanças, entre as duas línguas que são apresentadas por Augusto Freire da Silva.

A zombaria em torno das "gramáticas diluviadas" guarda uma ideia a respeito das relações entre português e latim. Pelo menos é assim que Augusto Freire da Silva devolve o deboche de Júlio Ribeiro, como se estivesse expondo na provocação de seu adversário uma posição esdrúxula sobre as línguas e as gramáticas que o próprio Júlio Ribeiro não teria percebido. A ideia seria que "a lingua portuguesa existe desde o principio do mundo" (p. 41). Assim, lamentando que o dilúvio tenha destruído as "grammaticas portuguezas compostas por Noé, Mathusalem, Henoc, Seth e Adão" (p. 40) e queixando-se que o descuido de Noé tenha nos deixado "privados de livros que seriam de grande preço, por tractarem de uma língua que

ainda não era falada, e que de certo por diversão foi transmittida pela Divindade ao pae Adão, que a ensinou a Henoc, que a ensinou a Mathusalém, que a ensinou a Noé, que, em razão da destruição pelo diluvio das grammaticas ante-diluvianas, a transmittiu de viva voz aos seus descendentes, que, por seu turno a transmittiram ás gerações subsequentes até a actual" (p. 41), Augusto Freire da Silva argumenta que se a língua portuguesa existisse desde o princípio do mundo ela não poderia derivar do latim, o que seria uma ideia absurda, ficando invalidada a questão da derivação a partir da língua latina e, portanto, erradas as teses dos nomes invocados e defendidos de Júlio Ribeiro como os únicos a fazerem bons e corretos trabalhos sobre a língua portuguesa, entre eles Diez, Adolfo Coelho e Teófilo Braga. Nas palavras exatas de Augusto Freire da Silva:

> Se assim é, a lingua portugueza existe desde o principio do mundo. Existindo desde o principio do mundo, não se deriva da latina. Baldados, pois, são os trabalhos de Diez, e dos srs. Adolpho Coelho, Theophilo Braga e outros, elaborados com o fim de provar que procede ella do latim, e falseada fica em seus principios a grammatica comparada do sr. Júlio Ribeiro, que me consta ter de entrar breve para o prélo, por faltar-lhe a base morphologica e phonetica, fornecida pela glottica" (p. 41).

Há um dado aí sobre o curso da gramática de Júlio Ribeiro, que esperará até o ano de 1881 para ser publicada, tomada desde já como uma gramática comparada, como uma obra cuja base morfológica e fonética viria de autores como Diez, Adolfo Coelho e Teófilo Braga. Para nós, o mais importante nessa troça é a posição de que o português não derivar do latim é uma ideia absurda, o que bem mostra como a da tese da derivação latina do português já era um consenso bem estabelecido na época.

No debate, Júlio Ribeiro lança mão também de apontar e corrigir os erros gramaticais do seu adversário, como uma forma de desqualificá-lo, o que ele fará intensamente, por exemplo, na futura polêmica com o padre Sena Freitas, que ousou chamar seu livro *A Carne* de carniça. Fechando a polêmica, Júlio Ribeiro passa a fazer reflexões e tecer comentários sobre várias regras e doutrinas da gramática de Augusto Freire da Silva, ou, nas suas palavras exatas, a "analysar cruamente alguns dos muitos ensinamentos falsos da Grammatica do sr. dr. Freire da Silva" (p. 93). De início, ele reproduz então uma passagem

sobre a formação da voz passiva e reflexiva e, em seguida, sobre a concordância do verbo com o sujeito:

> «Diz-se que o verbo está na voz passiva quando exprime a acção do sujeito, fazendo-a recahir sobre o mesmo sujeito. Ex: Pedro é *estimado* por mim.»
>
> Segundo a definição o sujeito faz a acção, e esta recai sobre elle proprio.
>
> Ora, no exemplo–*Pedro* é o sujeito; logo é Pedro quem faz a acção.
>
> A acção recai sobre o mesmo sujeito; logo o exemplo deveria ser:–*Pedro* estima *Pedro*–, ou mais correctamente: –*Pedro* estima-*se*–.
>
> Mas isto é voz *reflexa* e não *passiva*.
>
> Porque não definir:–A voz passiva mostra uma acção que, partida de agente estranho, é soffrida ou recebida pelo sujeito?
>
> Mason define philosophicamente: «A voz passiva é constituida pelas fórmas de um verbo, que indicam que o sujeito da sentença está como o objecto da acção descrita pelo verbo. Ex.: O rato *foi comido* pelo gato». (p. 93-94)
>
> «O verbo concorda com o sujeito simples em numero e pessoa, accomodando-se a elle pela fórma, ex.
>
> *O homem* pensa.
>
> *Eu* delibero.
>
> Exceptuam-se os seguintes casos:
>
> 1º) Quando o attributo é um substantivo do plural, o verbo *ser* concorda com o attributo e não com o sujeito. Exs.
>
> A renda de Pedro *são mil escudos*.
>
> O que mais me agrada *são as pinturas*.»
>
> Esta excepção é um disparate.
>
> Os exemplos são constituidos por proposições em *ordem inversa* que se reduzem facilmente á *ordem direta*:
>
> «Mil escudos são a renda de Pedro.
>
> As pinturas são o que mais me agrada.»
>
> «*Mil escudos*» e «*as pinturas*» são os sujeitos, e, longe de haver excepção, confirma-se a regra.
>
> Segundo o modo de pensar do sr. dr. Augusto Freire em
>
> «Bom é o rei»
>
> *bom* seria o sujeito, e o *rei* seria attributo!!! (p. 94-95)

No primeiro ensinamento, que versa sobre a confusão entre voz ativa e voz reflexiva, o que parece estar em jogo é a distinção entre agente e sujeito, com Júlio Ribeiro mostrando uma contradição da parte de Augusto Freire da Silva entre definição e exemplo e apresentando então o que chama de definição filosófica de Mason para a voz passiva, numa

referência à obra *English Grammar*. Assim, Júlio Ribeiro combate o "ensinamento falso" de Augusto Freire da Silva com uma definição filosófica de Mason. No segundo ensinamento, sobre a concordância do verbo com o sujeito, Júlio Ribeiro não aponta um problema de definição (da regra), que estaria portanto correta, mas na exceção da regra, um problema de ordem das proposições que não teria sido enxergado por Augusto Freire da Silva. Na análise de Júlio Ribeiro, Augusto Freire da Silva não consegue ver que o exemplo que ele utiliza segue sem problemas à definição, não podendo ser assim usado para ilustrar uma exceção da definição. A questão é de adequação do exemplo ao enunciado de uma regra.

Júlio Ribeiro vai continuar esse trabalho de exame da gramática de Augusto da Silva, reproduzindo e analisando trechos que tratam, pela ordem, da definição de pronome pessoal como aquele que se põe no lugar do nome ou do sujeito, da divisão do adjetivo determinativo em articular, conjunctivo, numeral, quantitativo e possessivo, e da classificação dos verbos irregulares em acidentalmente irregulares ou essencialmente irregulares. Na definição do pronome pessoal, as críticas de Júlio Ribeiro são de que Augusto Freire da Silva restringe a significação do substantivo pronome e dá a entender que há pronomes que não são pessoais, mas sem indicar se tais pronomes existiriam realmente. Júlio Ribeiro condena também o fato de Augusto Freire da Silva amontoar no armazém dos adjetivos determinativos os pronomes demonstrativos, conjunctivos, entre outros, com o resultado, equivocado, de classificar *este*, *esse*, *aquele*, *que*, *qual*, etc., e também *quem*, *isto*, *isso* e *aquilo* como adjetivos, embora possam ser empregados sozinhos na oração, classificação errada na medida em que o próprio Augusto Freire da Silva define o adjetivo como "um nome que se junta ao nome appellativo para o qualificar ou determinar" (p. 98). Por sua vez, o problema da divisão do adjetivo determinativo em articular, conjunctivo, numeral, quantitativo e possessivo estaria na não inclusão do demonstrativo, que aparecia solto na gramática "sem ser convidado, sem dizer donde vem, e vai com toda a sem ceremonia dividindo-se e subdividindo-se, como si estivera em casa de sogro" (p. 99), além da explicação errada da origem dos pronomes pessoais *o*, *a* a partir do demonstrativo latino *is*, *ea*, *id*, quando viriam, segundo Júlio Ribeiro, de *hoc*, *hac*, ablativos de *hic*, *haec*, *hoc* pela queda de *c* final, exposição que toma do livro *Gênio da Língua Portugueza*, de Leoni. Por fim, o inconveniente da classificação dos verbos irregulares em acidentalmente irregulares ou essencialmente irregulares parece estar na complicação do sistema gramatical quando, segundo Júlio Ribeiro, deveria se buscar a

simplificação, momento em que reproduz um trecho do texto *Educação*, de Garrett, afirmando que Augusto Freire certamente o conhece por ter usado como epígrafe em sua obra um trecho dessa obra: "O verdadeiro sistema de gramática devera ser o de simplificar: mas parece que acintemente não tratam sinão de augmentar entidades e fazer difficultoso o que é simples e fácil, multiplicando termos e categorias de divisões e subdivisões em cousas que as não precisam" (p. 107-189).

Assim, o erro que Augusto Freire da Silva cometeria seria o de multiplicar termos e categorias de divisões e subdivisões desnecessárias. A questão é de categorização, é do modo de explicação do sistema gramatical. Numa outra citação do texto de Garrett, quando se explica que "ha muitos verbos que não são irregulares sinão em mui poucos tempos, e que facilmente se fazem entrar nas conjugações regulares" (p. 108), Júlio Ribeiro parece ditar uma proeminência da regularidade em detrimento da irregularidade, chegando ele a afirmar que "si muitos dos verbos essencialmente irregulares podem ser facilmente trazidos para o gremio dos verbos pacatos, ordeiros, burguezes, para que ha de s.s. ornar de fitas e guizos uma quantidade de verbos sisudos, que só suspiram pelo remanso do viver bonhacheirão do regularismo?" (p. 108). A questão seria também a da quantidade, a da (não) necessidade de classificar uma categoria segundo o número de casos. Nesse aspecto, Júlio Ribeiro reproduz um longo trecho da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* de Soares Barbosa como se argumentasse que o gramático português mostra como Augusto Freire da Silva erra na sua classificação dos verbos irregulares em acidentalmente irregulares ou essencialmente irregulares.

> Nunca se devem confundir as consonancias com as consoantes, isto é, os sons elementares das consoantes com as lettras consoantes que nessa orthographia usual empregou para as exprimir na escriptura. Si um som elementar soa sempre o mesmo ao ouvido, quer se escreva de um modo, quer de outro, *para que se ha de fazer da irregularidade da escriptura uma irregularidade da conjugação*?
>
> Por exemplo: as lettras *c*, *g*, antes de *a*, o, u dão a mesma consonancia que *gu*, *qu* antes de *c* e *i*. Não se devia portanto dar por irregular uma caterva de verbos portuguezes em *car* e *gar*, como *julgar*, *ficar*, etc. pela razão de nossa orthographia se servir, não já destas figuras, mas das de *gu* e *qu*, para exprimir a mesma consonancia antes de c no preterito perfeito *julguei*, *fiquei*, e no presente do subjunctivo *julgue*, *fique*.
>
> Da mesma sorte a lettra *g* antes de *e* e *i* representa ao ouvido a mesma consonancia que exprime o nosso *j* antes de qualquer vogal. Os verbos, pois, em *ger* e *gr*, como *eleger*, *fingir*, e infinitos outros desta especie *não deviam ser contados por nossos grammaticos na classe dos irregulares*, por não se escreverem com *j* em logar de *g* quando se lhe segue *a*, *o*, como *elejo*, *finja*. A anomalia, assim como a analogia, está

> sempre nos sons da lingua, e não em sua orthographia; e, si de uma cousa se póde argumentar para outra, é desta para aquela, e não daquella para esta. Só esta observação restitue á classe dos regulares um grande numero de *verbos excluidos della* SEM RAZÃO *por nossos grammaticos*. (p. 108-110)

A questão da (ir)regularidade se faz notar fortemente no trecho de Soares Barbosa selecionado por Júlio Ribeiro, que tira uma lição sobre o que deve ser feito e o que deve ser evitado pelos gramáticos, uma forma de dizer o que fazem de errado os gramáticos e como eles deveriam fazer, posições que, por tudo que vimos, seriam ocupados respectivamente por Júlio Ribeiro e os cientistas modernos e por Augusto Freire da Silva e os gramáticos escolástico-metafísicos.

CAPÍTULO III

JÚLIO RIBEIRO COMO AUTOR DA PRIMEIRA OBRA DE LINGUÍSTICA PRODUZIDA NO BRASIL E HISTORIADOR DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Em 1880, um ano antes da publicação de sua *Grammatica Portugueza*, portanto, Júlio Ribeiro vai escrever o livro *Traços Geraes de Linguistica*, que tem como fato significativo ter sido a primeira obra a se autonomear como sendo de linguística na história da reflexão sobre a linguagem no Brasil, isso seis décadas antes do lançamento de *Princípios de Linguística Geral* por Joaquim Mattoso Câmara Júnior em 1942. Nosso objetivo aqui é apresentar uma leitura detalhada de cada um dos capítulos que compõem essa obra que estava até agora completamente apagada na história das ideias linguísticas no Brasil. Com isso, nosso intuito é de compreender os sentidos do termo linguística mobilizados no texto, notando as questões abordadas e os autores referidos, a fim de determinar de que modo a reflexão de Júlio Ribeiro se insere no debate de autores de referência das ciências da linguagem na época e, assim, favorecer uma melhor compreensão sobre o nível dos estudos linguísticos no fim do século XIX no nosso país. Assim, procuramos mostrar que, além da posição de autor de gramática, Júlio Ribeiro realiza o gesto de ser também um autor de linguística, que retoma a inova a gramática histórica, e mesmo de historiador das ciências da linguagem, que apresenta interpretações particulares da história do conhecimento sobre a linguagem e as línguas. Por esse gesto de reformular as teorias linguísticas e a sua história, veremos que Júlio Ribeiro insere a língua portuguesa e as línguas indígenas brasileiras nas questões gerais do conhecimento científico sobre a linguagem no século XIX.

É importante destacar que o surgimento do termo *linguística* no Ocidente, na virada dos séculos XVIII e XIX, é contemporâneo do desenvolvimento da gramática histórica e comparada, como demonstra Auroux (1995), séculos, portanto, após a gramatização massiva das línguas do mundo e, em particular, dos vernáculos europeus no Renascimento. O autor explica que a linguística deve seu nome a um neologismo alemão de 1777, reutilizado por J. S. Vater em 1808 e adaptado em francês em 1812 para falar de uma forma de saber e de uma

prática teórica nascente no século XIX. Realizando um estudo detalhado sobre a emergência do termo em francês, Auroux (1987b) ressalta que os autores franceses escolhem a palavra *linguistique* para significar o estudo da linguagem natural, ao passo que, na Alemanha, a palavra *Sprachwissenschaf* aparece em maior uso do que o semelhante românico *Linguistik*, também introduzido pelos autores germânicos. Distinguindo historicamente os termos *linguistique* e *linguiste*, o autor nota que esse último surge no início do século XVII com o sentido de *poliglota*, sendo o termo equivalente em inglês mais frequente e usado no século XVIII, algumas vezes em títulos de livros, quando se lidava com o domínio de línguas estrangeiras. O sentido moderno do termo, que significa "um homem que é especialista em linguística", apareceria apenas quando o termo *linguistique* começa a ser usado em francês. Não sendo regularmente utilizada antes de 1826, como observa Auroux (1987b), o uso de *linguistique* nesse período apresenta três características: 1) está conectado com a ideia do início de um novo desenvolvimento nos estudos da linguagem, mas ainda sem referência especial a uma revolução metodológica como a que é hoje credita a Bopp, pois, na mente dos estudiosos do início do século XIX, a mais importante inovação teria sido o aumento do conhecimento sobre as diferentes línguas do mundo, cujas principais referências foram Adelung, Vater, Balbi ou Klaproth; 2) é sempre um rótulo para uma ciência geral da linguagem; 3) concorre com palavras como *idiomatographie*, *synglosse* ou *ethnographe*, o que seria explicado por uma metodologia ainda não fixada por padrões acadêmicos.

No Brasil, e esta é uma questão fundamental, a emergência do termo *linguística* não é apenas contemporânea do desenvolvimento da gramática histórica e comparada, mas também da ebulição do próprio processo de gramatização brasileira do português, de forma que os sentidos de *linguística* jogam desde o princípio com a questão da língua nacional. Nesse ponto, um fato significativo é a relação entre língua e conhecimento linguístico estabelecida por Orlandi (2000, p. 24) para a atividade dos gramáticos brasileiros do século XIX, quando ela explica que "se há um trabalho de filiações que prepara o caminho para a instalação da Linguística, há, sobretudo, um trabalho de institucionalização do sujeito (brasileiro) com a língua (portuguesa) e ao mesmo tempo em que se constituem lugares de representação (escola, gramática, manuais, literatura) da nossa forma de sociedade", sendo que "o conhecimento sobre sobre a língua e a identificação com uma língua nacional é fundamental para esta forma que tem a nossa sociedade e a República", de maneira que "a

institucionalização da relação com a linguagem, explicitada, entre outros, pela produção das gramáticas, produz os germens que viabilizarão a passagem para o estabelecimento da linguística". Nesses termos, sempre segundo Orlandi (2000, p. 27), "a identidade linguística, a identidade nacional, a identidade do cidadão na sociedade brasileira traz entre os componentes de sua formação a constituição (autoria) de gramáticas brasileiras no século XIX", de forma que "a posição-sujeito autor de gramática é parte essencial dessa história", uma vez que essa posição inaugura um "lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde um gesto de apropriação (autoria) dessa língua".

Nessa história, como analisa Orlandi (2000, p. 29), a instauração da Norma Norma Gramatical Brasileira em 1959 representa uma virada iniciada no começo dos anos de 1900, quando "Estado brasileiro já se configura com clareza e é ele próprio a garantia da nossa diferença em relação a Portugal". Como explica Orlandi (2000, p. 30), sob efeito da Norma Gramatical Brasileira, "que estabelece a homogeneidade de uma terminologia que desautoriza as variadas posições (gramática geral, gramática histórica, gramática analítica, gramática descritiva etc) dos gramáticos que traziam para si a responsabilidade de um saber sobre a língua", a "autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo linguista" e a "autoridade da gramática passa a necessitar da caução do linguista, já que este tem o conhecimento científico da língua", sobrando para o gramático "a normatividade, a uniformidade terminológica e o desígnio pedagógico da língua nacional".

Nesse processo, os *Traços Geraes de Linguistica* emergem como uma obra única no seu gênero no cenário brasileiro, um texto que nos permite aprofundar a compreensão sobre o alcance do que Orlandi (2009, p. 172) chama de "processo de descolonização linguística" na ação dos autores brasileiros do século XIX em assumir uma posição de saber sobre a língua portuguesa. Em suma, se Orlandi (2000, 2009) nos permite afirmar um gesto de descolonização linguística por parte dos gramáticos brasileiros que, ao escreverem gramáticas de português para um público igualmente brasileiro, proclamam um conhecimento brasileiro sobre a língua que se fala e se escreve no Brasil, a análise que fazemos dos *Traços Geraes de Linguistica* nos mostra que o gesto de autoria de Júlio Ribeiro não se dá apenas sobre o conhecimento da língua do Brasil, mas também sobre a língua dos outros e, principalmente, sobre a linguagem em geral e mesmo sobre a história da ciência da

linguagem, inserindo, assim, através desse mesmo gesto de autoria, a língua portuguesa nas questões gerais e na história do conhecimento científico sobre a linguagem. Na verdade, não apenas a língua portuguesa, mas também as línguas indígenas brasileiras.

Podemos ter uma primeira ideia desse gesto de Júlio Ribeiro a partir do emprego que ele faz do termo *linguística*, mobilizado uma dezena de vezes, conforme vemos nos trechos que reproduzimos abaixo, para falar de algo que tem princípios, princípios esses que podem ser aplicados a uma língua (dando origem a filologia), a várias línguas (dando origem à filologia comparada), e mesmo ao tratamento das religiões e filosofias (dando origem à mitologia comparada). O termo é ainda usado para descrever a "primeira ciência que concebeu e aplicou o verdadeiro método de classificação". De forma mais precisa, ele também é mobilizado para designar um domínio cujos trabalhos evidenciam uma cadeia de afinidades entre o português e o latim, estabelecendo, por exemplo, "os princípios da ortografia" da língua portuguesa. De maneira mais abrangente, o termo é ainda significado como um "método" e como algo que traz uma "análise profunda" para o estudo da linguagem:

> Tambem o unico fim que tenho em vista com esta publicação é despertar no publico estudioso uma curiosidade salutar, que póde ser amplamente satisfeita em Comte, Spencer, Darwin, Tylor, Hæckel, Broca, Letourneau, Topinard, Luys, Ferrière, Zaborowski, Bopp, Schleicher, Grimm, Max Müller, Whitney, Renan, Diez, Brachet, Bréal, Lefèvre, Theophito Braga, Adolpho Coelho, Pacheco Junior, e em cem outros mestres de **Linguistica** e das sciencias que lhe são correlatas. Que o livrinho vem encher uma lacuna, não Ha negá-lo: entre nós ainda ha muita gente de bom saber a acreditar piamente que em materias de philologia e de **linguística** disse Sotero dos Reis a ultima palavra. (p. 10)
>
> A orthographia seguida n'este livrinho é a usada pelo auctor, conforme a seguinte recommendação por elle feita ao editor: «futuros e condicionaes sem—h—; Khristo, épokha, anakhronismo, e outras palavras derivadas do grego com—kh—em vez de —ch—. Parecerá isto urna exquisitice, mas não é: são principios de orthographia estabelecidos pela **linguistica**, que consigno em minha grammatica, e de que quero dar praticamente exemplos.» (p. 12)
>
> **Linguistica** é o ramo da sociologia que tem por fim o estudo dos elementos constitutivos da linguagem articulada, e das fórmas diversas que podem tomar esses elementos. (p.13)
>
> Os principios da **linguistica** apllicados a uma lingua, considerada como instrumento e meio de uma litteratura, constituem a philologia. (p. 13-14)
>
> Os principios da **linguistica** applicados simultaneamente a varias linguas, cujo parentesco proximo ou remoto se verifica pela comparação, constituem a philologia comparada. (p. 14)
>
> Póde-se dizer que em data foi a **linguistica** a primeira sciencia que concebeu e applicou o verdadeiro methodo de classificação. Si as sciencias naturaes conservaram-se por tanto tempo cegas em presença desta verdade, é porque a mente humana é morosa em comprehender os phenomenos que tem sob as vistas. (p. 50)

> Eis um exemplo, frizante em razão de sua complexidade e de sua apparente inverosimilhança, evidenciado pelos trabalhos exactos da philologia e da **linguistica**. (p. 55)
>
> Por descobertas graduaes restringirá a sciencia o numero das especies geradoras, como a philologia e a **linguistica** o numero das linguas mães ; mas a unidade primordial escapará sempre. (p. 58)
>
> Leibnitz ousou alfim banir a ortodoxia da **linguistica**, declarando que havia tanta razão para filiar todas as linguas no Hebreu, como havia para filial-as no Hollandez. (p. 102-103)
>
> No ardor um tanto desordenado desse primeiro voo, a curiosidade atirava-se em todas as direcções, mais avida de sentimentos desconhecidos e de costumes novos, do que de comparações solidamente estabelecidas. A **linguistica** propriamente dita, a analyse profunda não tinha ainda nascido. (p. 105)
>
> A grammatica comparada tem por base a phonetica comparada, a qual por seu turno funda-se na physiologia. A **linguistica** é este methodo, esta analyse que reduz a linguagem a seus elementos grammaticaes e phonicos, que deduz de suas relações as leis da etymologia, que com a origem das palavras surprehende o nascer do pensamento. (p. 107)
>
> O campo sobre o qual se exercem tantas intelligencias afoutas ou poderosas é tão vasto que devemos nos limitar a traçar os seus limites e a indicar as suas linhas principaes. Só se trata de uma unica familia de linguas, a primeira, é verdade, entre todas, a que pertence á cabeça da humanidade ; o que aconteceria, porém, si nos fosse preciso abraçar o dominio inteiro da **linguistica**, vinte outros grupos talvez, irreductiveis um ao outro, e providos de suas grammaticas e de suas phoneticas particulares ?. (p. 108-109)
>
> Si se trata das religiões e das philosophias, do desenvolvimento das idéias, é ainda uma applicação da **linguistica**, a chamada mythologia comparada, que as esclarece com uma luz poderosa, anathematizada pelos myopes a quem ella cega. (p.112)

Uma outra diferença a ser marcada com a Europa em relação à rede de sentidos do termo *linguística* no século XIX é que, no Brasil, o emprego dessa palavra não apenas é contemporâneo do desenvolvimento da gramática histórica e comparada e do processo de gramatização brasileira do português, mas há também o fato de que própria gramática histórica e comparada terá que disputar lugar com a gramática geral, mesmo no momento em que em ela se impõe fortemente como paradigma, ou pelo menos como fundamentação teórica que se deseja mais forte, mais importante, na representação e legitimação de um dizer científico sobre a linguagem no Brasil. Assim, mesmo que os trabalhos de Fournier (2005), Raby (2005), Swiggers (2005) Bourquin, (2005), Boutan (2005) e Savatovsky (2005), entre outros, mostrem prolongamentos da gramática geral no século XIX na França, a verdade é que não é possível falar de uma hegemonia da gramática histórica e comparada no Brasil no século XIX como teria ocorrido na Europa. Há centros de resistência da gramática geral no Brasil, como a produção do Maranhão, sendo que ela vai habitar ainda por muito tempo mesmo os espíritos mais convencidos do seu obsoletismo, como o próprio Júlio Ribeiro.

Antes de entrar no livro de Júlio Ribeiro, cabe ainda destacar as temáticas privilegiadas da época de ouro da gramática histórica e comparada, o que nos permite, inclusive, enxergar a atualidade das questões tratadas pelo autor brasileiro na sua obra de linguística. O manual de Colombat, Fournier e Puech (2010), sintetizando os resultados dos trabalhos em história das ideias linguísticas na França, nos fornece um quadro resumido da pesquisa linguística no século XIX. Assim, no que toca especificamente as temáticas privilegiadas da gramática histórica e comparada, está a redescoberta do sânscrito, que, num discurso historiográfico ainda fortemente disseminado, é creditada a W. Jones, embora os vários trabalhos de Auroux nos mostrem que as afinidades do sânscrito, do grego e do latim são constatações que remontam pelo menos ao fim do século XVI, sendo a comparação histórica das línguas uma prática existente desde o Renascimento. Também figurariam entre as temáticas privilegiadas a reconstrução técnica de uma língua-fóssil, o indo-europeu, e a mutação da velha questão da origem da linguagem e das línguas, segundo uma trajetória esquemática que vai de uma abordagem genética causal (Condillac, Rousseau) a uma abordagem histórica que se pretende positiva, isto é, centrada sobre fatos (Renan). É possível citar ainda a focalização das pesquisas sobre o material morfológico (Bopp) e sobretudo fonético (Grimm) das línguas, sendo justamente a comparação das línguas o principal canteiro de obras da linguística do século XIX. Por fim, além da já citada existência de uma gramática geral tardia, cabe marcar o nascimento de uma fonética experimental ou, ainda, as pesquisas sobre aquisição da linguagem, com a importância crescente de estudos sobre as patologias da linguagem ou sobre o substrato fisiológico da atividade da linguagem.

Retornando sobre os *Traços Geraes de Linguistica*, vemos já no sumário do livro que Júlio Ribeiro trata questões como a sede da linguagem articulada, o aparelho da fonação, a origem, a evolução e a tipologia das línguas e a história das ciências da linguagem, acompanhando, portanto, as temáticas privilegiadas da pesquisa linguística no século XIX. Além de um aviso ao leitor e uma introdução, o livro é composto por 9 capítulos: 1) Séde da linguagem articulada; 2) Apparelho de phonação e sons elementares; 3) Origem e desenvolvimento da linguagem articulada; 4) Evolução linguística; 5) Linguas monossyllabicas; 6) Linguas agglutinantes; 7) Linguas flexionaes; 8) Linguas contractas; 9) A sciencia da linguagem.

É na introdução que encontramos a definição da linguística como "o ramo da sociologia que tem por fim o estudo dos elementos constitutivos da linguagem articulada, e das fórmas diversas que podem tomar esses elementos" (p. 13), bem como a distinção entre a filologia, que corresponderia aos "princípios da linguística aplicados a uma língua considerada como instrumento e meio de uma literatura" (p. 13-14), e a filologia comparada, que corresponderia aos "princípios da linguística aplicados simultaneamente a várias línguas, cujo parentesco próximo ou remoto se verifica pela comparação" (p. 14). É importante apontar que a colocação da linguística como um ramo da sociologia se faz dentro de um esquema de divisão e hierarquização das ciências que, tomado de Augusto Comte, expõe seis ordens de fenômenos e suas correspondentes ciências abstratas:

> Todos os objectos do universo são a séde de *manifestações* ou *phenomenos* que se reduzem a seis ordens principaes, a saber :
>
> 1) phenomenos de quantidade, extensão, fórma, movimento ou *phenomenos mathematicos* ;
>
> 2) phenomenos do movimento, tamanho, e distancia respectiva dos astros, ou *phenomenos astronômicos* ;
>
> 3) phenomenos de calor, luz, electricidade, magnetismo, acustica, ou *phenomenos physicos*;
>
> 4) phenomenos de composição e decomposição, ou *phenomenos khimicos* ;
>
> 5) phenomenos de organisação e vida, ou *phenomenos vitaes* ;
>
> 6) phenomenos do desenvolvimento das sociedades, ou *phenomenos sociaes*.
>
> Ha entre estas seis ordens de phenomenos uma relação de dependencia que cresce da primeira á ultima: exemplificando, os phenomenos de quantidade, extensão, fórma, movimento, acompanham e governam inevitavelmente todo o phenomeno astronomico que, por seu turno, acompanha e governa todo o phenomeno de calor, de luz, de electricidade, de magnetismo, de acustica, e assim por diante até a ultima ordem.
>
> Todavia cada uma das cinco ultimas ordens tem por kharacterisco um facto fundamental, irreductivel, que a ordem precedente não apresenta.
>
> A estas seis ordens de phenomenos correspondem seis sciencias chamadas abstractas; são: a *mathematica*, a *astronomia*, a *physica*, a *khimica*, a *biologia* e a *sociologia*.
>
> Cada uma destas sciencias subdivide-se em diversos ramos. (p. 12-13)

Bastante difundida na época, essa divisão das ciências segundo Augusto Comte é empregada por autores como Abel Hovelacque ou Émile Littré, a partir dos quais o próprio Júlio Ribeiro vai trabalhar as questões do seu livro de linguística, que começamos a apresentar a partir de agora.

3.1 Sede da linguagem articulada

No primeiro capítulo, *Sede da linguagem articulada*, Júlio Ribeiro afirma apresentar sobre o tema as "conclusões da sciencia deduzidas dos factos relatados nos boletins das sociedades de anatomia, de cirurgia, de anthropologia do mundo civilizado" (p. 16). Na verdade, a principal fonte de Júlio Ribeiro é o trabalho *Du Siège de la faculté du langage articulé*, publicado em 1865 nos *Bulletins de la Société d'anthropologie de Paris* por Paul Broca. É a esse último justamente que se devem as localizações cerebrais dos centros de linguagem, como marca Auroux (2000a), um nome que está no centro da autoridade que a Société d'Anthropologie de Paris teve no campo antropológico na França na segunda metade do século XIX, orientando a reflexão de questões como a origem e evolução da linguagem em autores como Sigismond Zaborowski e Abel Hovelacque, como explicam Dias e Rupp-Eisenreich (2000).

Retomando o texto de Broca, Júlio Ribeiro apresenta uma diferença entre faculdade geral e faculdade especial da linguagem articulada, marcando distinções também entre linguagem articulada e fala, numa discussão que se realiza em torno das funções e lesões nos hemisférios cerebrais. Desse modo, o exercício da linguagem articulada aparece subordinado ao bom funcionamento do hemisfério cerebral esquerdo, mas numa argumentação que considera que o fenômeno da linguagem articulada não pode ser explicado apenas pelo funcionamento dos órgãos. Nesse esquema, a linguagem é marcada ainda por uma aprendizagem e descrita com constituída por atos intelectuais e musculares.

Júlio Ribeiro vai explicar que o "exercicio da linguagem articulada está subordinado á integridade de uma parte mui circumscripta dos hemispherios cerebraes, e mais especialmente do hemispherio esquerdo" (p. 15), estabelecendo uma diferença entre a "Faculdade geral da linguagem articulada" (que consistiria em estabelecer uma relação determinada entre uma ideia e um sinal) e a "Faculdade especial da linguagem articulada" (que consistiria em estabelecer uma relação entre uma ideia e uma voz articulada).

Falando em "exercício" da linguagem articulada, Júlio Ribeiro explica que esse exercício está subordinado à "integridade", ao bom funcionamento portanto, de uma parte

precisa, bem localizada, do hemisfério cerebral esquerdo, localização "demonstrada pela autópsia dos afásicos", na qual se descobre uma lesão. É assim por uma lesão, pelo mal funcionamento, numa parte precisa do cérebro, a metade posterior da terceira circunvolução frontal esquerda, na quase totalidade das vezes, que se determina a sede da linguagem articulada. Para o autor, uma lesão grave da circunvolução direita não impede o uso da fala, mas impede o uso da linguagem, no que podemos notar, portanto, a distinção entre fala e linguagem articulada, de forma a ser possível a "presença" de uma, a fala, sem a presença de outra, a linguagem articulada. De qualquer forma, segundo Júlio Ribeiro, a lesão profunda das circunvoluções impede o uso da linguagem articulada, o que nos leva a pensar que a linguagem articulada exige o funcionamento pleno do cérebro, a fala não, isto é, a fala é possível através de um funcionamento parcial.

Os boletins das sociedades de anatomia, de cirurgia, de antropologia do pretendido mundo civilizado dão conta de explicar a localização da linguagem articulada, pois o autor afirma que, nesse assunto, "não há nada a acrescentar". Para o autor, contudo, "resta ainda uma questão interessantíssima", isto é, "saber por que motivo o exercicio da faculdade da linguagem articulada depende de modo muito mais particular de uma circumvolução do hemispherio cerebral esquerdo, de preferencia a depender da circumvolução parallela hemispherio direito, si bem que não pareça serem fundamentalmente differentes as funcções de um e de outro hemispherio" (p. 16). A resposta é dada pelo trabalho de Broca, referendado pelo próprio Júlio Ribeiro em uma nota de rodapé. A explicação é o fato de as circunvoluções do hemisfério esquerdo terem se desenvolvido mais precocemente do que as do hemisfério direito.

Citando diretamente o trabalho de Broca, ensina-se que o hemisfério esquerdo controla os membros direitos, que esses, pela precocidade do hemisfério esquerdo, se desenvolvem em preferência dos membros direitos, o que explica, por sua vez, o uso preferencial da mão direita, a existência maior de destros do que canhotos. O interesse é que o autor afirma, logo em seguida, que "tais expressões são tiradas da manifestação externa do fenômeno":

> «O hemispherio esquerdo que tem, accrescenta o mesmo sabio (2), sob sua dependencia o movimento dos membros direitos é, pois, mais precoce em seu

> desenvolvimento do que o hemispherio opposto. Assim comprehende-se porque, desde os primeiros annos da vida, emprega a criança de preferencia membros mais perfeitamente innervados, ou, em outros termos, porque se torna ella *dextra*.
>
> O membro superior direito, sendo deste a origem, mais robusto e agil do que o esquerdo, é por isso mesmo chamado mais vezes a funccionar, e adquire assim uma superioridade de força, e de habilidade que augmenta, com o progredir dos annos.
>
> Até aqui chamamos *dextros* aos que servem se com preferencia da mão direita, e *canhotos* aos que usam mais da esquerda.
>
> Taes expressões são tiradas da manifestação externa do phenomeno. Se, porém, considerarmos o phenomeno com relação ao cerebro e não com relação aos agentes delle, diremos que a mor parte dos homens são naturalmente *canhotos* do cerebro, e que, por excepção, alguns de entre elles que se chamam *canhotos* são, pelo contrario, *dextros* do cerebro
>
> Não é nos musculos, nem nos nervos motores, nem nos orgams cerebraes motores, taes como as camadas opticas ou os corpos estriados, que jaz o phenomeno essencial da linguagem articulada. (p. 17-18)

Existe, como se nota, um funcionamento externo ligado a um funcionamento interno do fenômeno, de forma que a observação do externo leva à compreensão do interno. O interno dita o externo e o externo demonstra o interno. Essa seria a forma de considerar o fenômeno com relação aos seus agentes, pois o autor afirma que se "porém, considerarmos o phenomeno com relação ao cerebro e não com relação aos agentes delle, diremos que a mor parte dos homens são naturalmente canhotos do cerebro" (p. 18). Impõe-se aí o conceito de natural, relacionado, portanto, ao bom funcionamento, ao bom desenvolvimento, ligados, por sua vez, a uma localização e maturação precisa de órgãos precisos, de partes precisas de órgãos precisos, numa ordem precisa. No entanto, Júlio Ribeiro afirma que "não é nos musculos, nem nos nervos motores, nem nos orgams cerebraes motores, taes como as camadas opticas ou os corpos estriados, que jaz o phenomeno essencial da linguagem articulada" (p.18). O "fenômeno essencial da linguagem articulada" não está aí, mas passaria por aí, pois, nas palavras do autor, o homem não falaria se só tivesse esses órgãos. Assim, só os órgãos, só certos órgãos, não bastam. Eles, segundo o autor, podem existir "perfeitamente são e bem conformados" em "indivíduos completamente afêmicos" ou em "idiotas que nunca puderam aprender e nem compreender linguagem alguma" (p. 18). Existiram, assim, órgãos para a linguagem sem linguagem? Ou são órgãos usados para a linguagem, mas não órgãos da linguagem? Antes de avançar, é preciso mencionar o uso da "criança" como explicação para o fenômeno descrito.

Por falar em "idiotas que nunca puderam aprender e nem compreender linguagem alguma", a linguagem aparece aí como algo que é ou que pode ser aprendido e compreendido.

Nesse sentido, se pode ser aprendida e compreendida, como existem "idiotas" que não podem aprender nem compreender, fica a questão de saber se o aprendizado e a compreensão da linguagem dependeriam de características intelectuais, de algo como inteligência, astúcia, esperteza, cultura. Para Júlio Ribeiro, a "linguagem articulada depende, pois, da parte do encephalo que está disposta para os phenomenos intellectuaes, e da qual, sob certo ponto de vista, os orgams cerebraes motores são apenas ministros" (p. 18).

Existe, segundo Júlio Ribeiro, uma "função de ordem intelectual" que "domina" a parte "dinâmica" e a parte "mecânica" da articulação. A articulação teria, portanto, uma parte dinâmica (mais à frente, fala-se em execução e coordenação dos atos intelectuais) e uma mecânica (mais à frente, fala-se em execução e coordenação dos atos musculares), possibilitadas por uma função intelectual determinada por uma parte precisa do cérebro (circunvalações, agora no plural, do hemisfério esquerdo), o que é demonstrado pelo fato de que as lesões que produzem afemia atingirem quase sempre o hemisfério esquerdo.

Júlio Ribeiro fala em hábito quando diz que o homem, quanto à linguagem, fala com o hemisfério esquerdo:

> Quer isto dizer que, quanto á linguagem, somos *canhotos do cérebro*, fallamos com o hemispherio esquerdo.
>
> E' um habito que tomamos desde a mais tenra infancia.
>
> De todas as cousas que somos obrigados a aprender é talvez a linguagem articulada a mais difficil. Nossas outras faculdades, nossas outras acções existem nos animaes, ao menos em estado rudimentario. Mas, si bem que os animaes tenham com certeza ideias, si bem que as saibam communicar, a linguagem articulada está além do seu alcance.
>
> E é esta causa complexa e difficil que a crença tem de aprender na mais tenra edade ; e ella o consegue apóz longas apalpadellas, apóz um trabalho cerebral da ordem mais complicada. (p. 19)

No trecho acima, hábito parece significar enquanto maturação, processo, como algo ditado, programado mesmo pelo corpo, como algo natural. O que é hábito é o que já está ditado, inscrito, programado, na medida em que se defende, com todas as suas consequências para a linguagem, o desenvolvimento precoce do hemisfério esquerdo e seu protagonismo com a linguagem articulada. É nesse esquema que Júlio Ribeiro vai falar em aprendizado quando defende que a linguagem articulada é talvez a mais difícil de todas as coisas que

somos obrigados a aprender, afirmando que “nossas outras faculdades” e “nossas outras ações” também existem nos animais, ainda que em estado rudimentar. Como se nota por essa afirmação do autor, ter ideias e saber comunicar não determinam a linguagem articulada.

Em todo caso, a linguagem articulada, lembrando as palavras de Júlio Ribeiro, é “esta causa complexa e difficil que a creança tem de aprender na mais tenra edade”, o que seria conseguido após um longo trabalho, um trabalho cerebral da mais complicada ordem:

> Pois bem, é-lhe imposto esse trabalho cerebral em uma épokha muito proxima dos periodos embryonarios, quando o desenvolvimento do hemispherio esquerdo está adiantado relativamente ao do hemispherio direito.
>
> Assim, não repugna admittir que o hemispherio cerebral mais desenvolvido e mais precoce esteja tambem em estado de dirigir a execução e a coordenação dos actos a um tempo intellectuaes e musculares, que constituem a linguagem articulada.
>
> Dessa arte nasce o habito de fallar com o hemispherio esquerdo, e esse habito acaba por formar parte tão intima de nossa natureza que, quando ficamos privados das funcções desse hemispherio, perdemos a faculdade de nos fazermos comprehender pela palavra. (p. 19-20)

O trabalho de que fala Ribeiro é um trabalho imposto. Não depende, portanto, da vontade do indivíduo. Não há livre arbítrio no aprendizado da linguagem articulada. Estamos condenados a ela. No esquema que apresenta, Júlio Ribeiro destaca a lógica de “o hemisfério cerebral mais desenvolvido e mais precoce” estar em “estado de dirigir a execução e a coordenação” dos atos que são “intelectuais” e “musculares” ao mesmo tempo e que constituiriam a linguagem articulada. A linguagem articulada seria, assim, constituída de atos intelectuais e musculares (havia-se dito antes que a articulação tem uma parte dinâmica e uma parte mecânica) cuja execução e coordenação são dirigidas pelo hemisfério mais desenvolvido e precoce, o esquerdo. Esse esquema é, na terminologia empregada por Júlio Ribeiro, uma “arte”, tendo afirmado que “dessa arte nasce o hábito de falar”. Uma vez mais nos deparamos com o termo hábito. Numa das primeiras vezes em que o vimos, ele aparece como um processo a que somos submetidos. Nesse segundo momento, ele aparece como manifestação mais madura, como exercício de um processo. De todo modo, para Júlio Ribeiro, “esse hábito” forma parte íntima da natureza humana de tal forma que, quando ficamos privados das funções do hemisfério esquerdo, “perdemos a faculdade de nos fazermos comprehender pela palavra”.

Em suma, o hábito de falar forma o que há de íntimo da natureza humana e a faculdade de se fazer compreender pela palavra, estando ligado às funções do hemisfério esquerdo do cérebro. Júlio Ribeiro vai ressaltar que essa faculdade pode ser perdida:

> Não quer isto dizer que o hemispherio esquerdo seja a séde exclusiva da faculdade geral da linguagem, que consiste em estebelecer uma relação determinada entre uma ideia e um signal, nem mesmo da faculdade especial da linguagem articulada, que consiste em estabelecer uma relação entre uma ideia e uma voz articulada. O hemispherio direito não é mais extranho do que o esquerdo a essa faculdade especial, e a prova é que o individuo aphemico, em consequencia de uma lesão profunda e extensa do hemispheiro esquero, não fica em geral privado sinão de reproduzir por i proprio os sons articulados da linguagem: elle continúa a comprehender o que se lhe diz, e conhece perfeitamente, por consequencia, as relações das ideias com as palavras. Em outros termos, a faculdade de conceber taes relações pertence aos dous hemispherios que, em caso de moléstia, podem supprir-se reciprocamente; mas a faculdade de as exprimir por movimentos coordenados, cuja pratica só se adquire em consequencia do longo habito, parece pertencer a um só hemispherio que é quasi sempre o esquerdo. (p. 20-21)

Júlio Ribeiro já havia afirmado em outro momento que, em caso de lesões, o uso da fala pode persistir, mas não o uso da linguagem articulada. No trecho acima, se põe de maneira explícita uma distinção entre "faculdade geral da linguagem" e "faculdade especial da linguagem articulada". Além disso, cabe perceber que Júlio Ribeiro relativiza o papel do hemisfério esquerdo como sede exclusiva da faculdade geral da linguagem e da faculdade especial da linguagem articulada, dando como prova o "indivíduo afêmico" que "não fica em geral privado sinão de reproduzir por si proprio os sons articulados da linguagem" após uma lesão "profunda e extensa" do hemisfério esquerdo. Isso nos leva a indagar se o que se privaria, no final das contas, seria o uso da fala. O problema residiria no momento da lesão em relação ao processo de desenvolvimento da linguagem articulada? Como explica Júlio Ribeiro, o tal indivíduo lesionado e afêmico "continúa a comprehender o que se lhe diz, e conhece perfeitamente, por consequencia, as relações das ideias com as palavras", o que nos leva a desconfiar que haveria uma confusão entre o uso da fala e a faculdade especial da linguagem articulada, ou, talvez, entre a linguagem articulada e a faculdade especial da linguagem articulada.

Em todo caso, de acordo com Júlio Ribeiro, a faculdade geral da linguagem estaria ligada aos dois hemisférios, ao passo que a faculdade especial da linguagem articulada pertenceria de antemão ao esquerdo. Assim, compreende-se melhor a definição da linguagem

articulada como a faculdade de exprimir a faculdade geral da linguagem (determinar relação entre uma ideia e um sinal) por movimentos coordenados (determinar relação entre uma ideia e uma voz articulada) por meio de uma prática adquirida por um longo hábito e relacionada ao hemisfério esquerdo do cérebro (de forma nativa, natural). No encerramento do capítulo, é possível apontar ainda um jogo entre "hábito" e o que Júlio Ribeiro chama de "preminência nativa" quando afirma a possibilidade de existirem indivíduos em que tal premência do hemisfério direito do cérebro inverterá a ordem dos fenômenos:

> Ora, assim como ha individuos *canhotos*, em que a preeminencia nativa do hemispherio direito dá uma preeminencia natural e incorrigivel ás funcções da mão esquerda, do mesmo modo concebe-se que é possível haver um certo numero de individuos em quem a preeminencia nativa das circumvoluções do hemispherio direito inverterá a ordem dos phenomenos que ficam indicados; em taes individuos, como consequencia de um habito contrahido desde a primeira infância, a faculdade de coordenar os movimentos da linguagem tornar-se-á apanagio definitivo do hemispherio direito.
>
> Esses individuos excepcionaes serão, relativamente á linguagem, comparaveis ao que são os *canhotos* relativamente ás funcções da mão. (p. 21-22)

Para encerrar, Júlio Ribeiro acrescenta que um indivíduo que apresentasse "atrophiada de nascença" na terceira circunvolução frontal esquerda "aprenderia a fallar e fallaria com a terceira circumvolução frontal direita, como crianca que nasce privada da mão direita torna-se tão habil com a esquerda como se costuma a ser ordinariamente com a outra" (p. 22).

3.2 Aparelho da fonação

No segundo capítulo, *Apparelho de phonação e sons elementares*, Júlio Ribeiro descreve o que chama de "mecanismo da palavra", apresenta quais seriam os órgãos da fonação e distingue também três categorias de vozes articuladas, desfilando uma gama de termos, como som, voz, voz articulada, vogal, consoante, inspiração, expiração, prolação, aparelho de fonação, aparelho vocal, fenômenos de vocalização, elementos fônicos, órgão auditivo, etc., termos esses que muitas vezes não recebem uma explicação, uma definição.

Abrindo o capítulo, encontramos a definição de som como "impressão produzida no orgam auditivo pelas vibrações isokhronas do ar", a de voz como "som laryngeo de que se

servem os animaes para estabelecer entre si certas relações" e a de voz articulada como "voz humana modificada por movimentos voluntarios do tubo vocal" (p. 23), bem como a explicação do tubo vocal, composto por faringe, boca e fossas nasais, como o aparelho da voz articulada. Nessa descrição, os chamados órgãos da fonação são divididos em dois grupos, os móveis (véu do paladar, língua, faces, lábios e arcada dentária inferior) e os imóveis (fossas nasais, abóbada palatina, arcada dentária superior).

Há termos que, tomados na sua evidência, não são explicados. Um exemplo, "ar", em torno do qual se estendem as redes de sentidos de outros termos. Termos outros, que poderiam ser considerados como igualmente evidentes, facilmente reconhecidos por todos, recebem uma explicação, não qualquer explicação, mas uma explicação enquanto funcionamento (e anatomia) do aparelho de fonação, como língua, faces e lábios. Para cada órgão, por exemplo, há uma descrição anatômica que parece levar em consideração a composição (cada parte), o funcionamento (o movimento) e a produção (o som emitido). É assim para a laringe, o véu do paladar, a língua e os lábios. Além disso, em alguns casos, são feitas comparações com objetos para melhor explicar o funcionamento dos órgãos, uma facilitação talvez para o público leitor:

> Os orgams moveis são:
>
> 1) o *véo do paladar*, divisão músculo-membranosa, quasi quadrilateral, cuja margem superior apega-se á abobada palatina, ao passo que a inferior fluctua livre sobre a base da lingua, aprentando em sua parte media a salienca chamada *uvula* ou *campainha*, e continuando-se de cada lado com a lingua e com o pharynge por meio das pregas conhecidas anatonticamente por *pilares do véo do paladar*.
>
> 2) a *lingua*, corpo musculoso, maravilhosamente flexivel, que, ligado em parte á mandibula inferior, contrai-se, alonga-se, dobrase, vibra, podendo ir tocar com sua extremidade quasi todos os pontos da cavidade buccal. Comparam-na pittorescamente e com muita justeza ao badalo de um sino.
>
> 3) as *faces* e os *labios*. Os labios formam abertura da bocca, e, fechados elles, torna-se impossivel a emissão de vozes articuladas.
>
> 4) a *arcada dentaria inferior*.
>
> Os orgams immoveis são:
>
> 1) as *fossas nasaes*;
>
> 2) a *abóboda palatina*;
>
> 3) a *arcada dentaria superior*. (p. 24-25)

Por outro lado, os órgãos face, arcada dentária inferior e todos os órgãos classificados como imóveis (fossas nasais, abóbada palatina, arcada dentária superior) não

recebem uma descrição, são apenas nomeados. A maior ou menor detalhamento da descrição parece se dar em razão da complexidade da anatomia e dos movimentos de cada órgão. De qualquer forma, após o estabelecimento desses dois grupos de órgãos, Júlio Ribeiro resume qual seria o mecanismo da palavra, numa explicação que, pela proximidade, parece ter sido tomada de Paul Topinard no seu livro *L'Anthropologie*[16]: "o ar expirado pelos pulmões entra em vibracão nos estreitamentos do larynge, onde se fórma a voz, e atrevéssa a bocca onde se faz a articulação. Os musculos do larynge modificam a primeira; os do véo do paladar, das faces, dos labios, e a lingua se encarregam da segunda" (p. 25), no qual se pode notar dois momentos, a formação da voz e, depois, a articulação.

Todo esse capítulo, na verdade, é a reunião de dois dos artigos de Júlio Ribeiro escritos no episódio da polêmica com Augusto Freire da Silva, sendo que boa parte desse material vai ser novamente utilizado na parte da fonética da *Grammatica Portugueza*, quando são indicados como referência bibliográfica sobre o tema os escritos de Bergmann (*Résumé d'Études d'Ontologie Générale et de Linguistique Générale*, 1875), Girault-Duvivier (*Grammaire des Grammaires*, 1873), Barbosa Leão (*Coleção de Estudos e Documentos*, 1878), Burgraff (*Principes de Grammaire Genérele*, 1863), Max Müller (*Nouvelles Leçons sur la Science da Langage, 1867*) e Nordheimer (*A Critical Grammar of the Hebrew Language*, 1838).

Na sequência, Júlio Ribeiro distingue três categorias de vozes articuladas, segundo as modificações do aparelho vocal na prolação dos sons laríngeos: as vozes livres, "todos os sons laryngeos que têm passagem livre pelo tubo vocal", as vozes constrictas, "todos os sons laryngeos modificados por estreitamento parcial do tubo vocal", e as vozes explosivas, "todos os sons laryngeos modificados por occlusão subita e completa do tubo vocal em qualquer de seus pontos" (p. 25). Júlio Ribeiro denuncia a "velha distribuição dos elementos phonicos em sons simples e em articulações, em vozes e em consonancias", que proveria da "observação imperfeita dos phenomenos de vocalisação" (p. 25). Para o autor, "à luz de analyse rigorosa tanto vozes como consonancias, são sons laryngeos, são vozes

[16] Nas palavras de Topinard : « Analysons chez l'homme le mécanisme de la parole. L'air entre en vibration dans le larynx et traverse ensuite la bouche; là le jeu des muscles du voile du palais, de la langue et des lèvres modifie ses vibrations, voilà l'articulation. Mais ces muscles se contractent d'une façon appropriée, *coordonnée*, sous l'influence de nerfs spéciaux qui viennent du cerveau, les mêmes muscles servent à d'autres usages, les mêmes nerfs président à d'autres mouvements des mêmes parties. Il y a donc un point à leur origine où ils reçoivent l'ordre de se contracter tantôt dans le sens de l'articulation des sons et même de tel système d'articulation et tantôt dans un autre but. » (1876, p. 169-170)

propriamente ditas que se modificam ao atravessarem a parte superior do tubo vocal" (p. 25-26), apontando então um "erro dos physiologistas", que consistiria na "apreciação falsa dos ruídos da bocca ou de qualquer outra parte do apparelho de phonação", afirmando, por fim, que "todo o som laryngeo é voz a que dá modo de ser, a que imprime fórma o jogo continuo ou momentaneo dos orgams moveis da bocca" (p. 26). Na sua apreciação, os "grammaticos hindus conheceram e discriminaram bem estes factos", tendo eles chamado as vozes de *svara*, traduzido pelo autor como *sons*, e as "pretendidas consonancias" de *vyanjana*, traduzido como "o que torna distinto", "o que manifesta". Logo em seguida, ele lastima "que se vão perpetuando classificações absurdas" e que, pior, "sob a denominação de vogaes e consoantes, confundam-se kharacteres representantes e sons representados (p. 26).

Na emissão das vozes livres, existe ainda uma distinção entre compostas e nasais (–an–, –en–, –in–, –on–, –un–), quando "contrai-se o véo do paladar de modo que passe o ar para as fossas nasaes", e primitivas (–a–, –e–, –i–, –o–, –u–), "consideradas puras" (p. 27). Nessa descrição, a voz livre –a– é apresentada como o menos complexo dos elementos da linguagem e com a maior facilidade de produção, por consistir "em uma mera emissão dos sons laryngeos por enter os lábios descerrados" (p. 27). As vozes livres –i– e –u–, por sua vez, são, respectivamente, caracterizadas pela "máxima dilatação horizontal da bocca" e pela "maxima approximação dos cantos da bocca" (p. 27). Por seu turno, as vozes –e– e –o– são tomadas como vozes livres intermediárias em relação às outras, tomadas como principais, com o –e– colocado entre o –a– e –i– e o –o– entre –i– e o –u–. Nesse momento, destaca-se que, em francês, o –e– se representa por –ai– e o –o– por –iau–. Quanto à formação das vozes constrictas, marcando os diversos pontos em que o estreitamento do tubo vocal pode ter lugar, Júlio Ribeiro vai apontar as vozes –ch–, –j–, –lh–, –nh–, –s–, –z–, –n–, –f–, –v–, –m–, –l–, –r–. Em destaque, o –R– aparece nessa lista como "um som vibrante rolado". Em seguida, descrevendo os pontos do tubo vocal em que se opera a oclusão, Júlio Ribeiro apresenta as vozes explosivas –k–, –g–, –t–, –d–, –p–, –b–.

Ao final, de forma resumida, o autor apresenta os critérios de distinção das três vozes, apontando que, para as vozes primárias, é preciso determinar "a fórma do tubo vocal"; para as vozes constrictas, "o ponto de estreitamento do mesmo tubo"; e para as vozes explosivas, "os orgams que operam a occlusão delle". Reproduz-se ainda um quadro das

“modificações que tornam as vozes ‘constrictas’ e ‘explosivas’”, no qual se nota, num provável erro de editoração, que as vozes sonoras e surdas estão invertidas:

Modificações que tornam as vozes «constrictas» e «explosivas»						
	VOZES CONSTRICTAS				VOZES EXPLOSIVAS	
	Sibilantes	Nasaes	Liquidas	Vibrantes	Sonóras	Surdas
Gutturaes	…	…	…	…	k	g
Palataes	j, ch	nh	…	…	…	…
Linguaes	…	lh	l, r	rr	…	…
Dentaes	s, z	n	…	…	t	d
Labiaes	f, v	m	…	…	p	b

A respeito desse quadro, Júlio Ribeiro diz tratar-se “de modificações e não de lettras”, afirmando que “cada modificação é nella representada por uma só lettra, embora praticamente tambem o possa ser por outras” (p. 29).

3.3 Origem e desenvolvimento da linguagem articulada

No terceiro capítulo, *Origem e desenvolvimento da linguagem articulada*, Júlio Ribeiro vai tratar, como se nota pelo título, de umas das questões mais controversas na história das ciências da linguagem, a origem das línguas, fazendo número assim ao conjunto de estudos nessa área que se desenvolveram de maneira vertiginosa no século XIX, apesar da interdição feita ao tema pela *Société de Linguistique de Paris* quando da sua fundação em 1866, e que foram conduzidos, como nos lembra Auroux (2008), pelos grandes nomes da linguística na época, como August Schleicher, Max Müller, Abel Hovelacque e André Lefèvre.

Na Alemanha, Schleicher, como nos mostra Desmet (1996), rejeita categoricamente a ideia da linguagem como uma invenção do homem ou um dom divino e recusa assim a hipótese da origem comum das línguas, colocando-se, portanto, contra o monogenetismo linguístico que, como nos explica Auroux (2008), foi incitado pelo darwinismo, mas argumentando, antes, numa posição que será partilhada por Júlio Ribeiro,

que o desenvolvimento da linguagem caminha no mesmo passo que o desenvolvimento do cérebro e dos órgãos da fala. Max Müller, por sua vez, na sua obra *Lectures on the Science of Language*, se põe a classificar, pejorativamente, as teorias da origem da linguagem, falando, assim, da "Bow-wow theory", segundo a qual as onomatopeias estão na origem da linguagem, e da "Pooh-pooh theory", segundo a qual a linguagem é derivada involuntariamente dos gritos de alerta nos animais, explicando ser impossível resolver o problema da origem da linguagem historicamente e afirmando, de maneira semelhante a Schleicher, que a ciência da linguagem só pode tocar no assunto a partir do momento em que as línguas, uma vez constituídas, começam a se desenvolver na história[17].

Na França, Hovelacque, em oposição a Schleicher, vai considerar a origem da linguagem como um problema próprio e legítimo da linguística, mas se juntando ao alemão no combate contra a ideia da origem divina das línguas. Num artigo escrito sobre o tema na *Revue de linguistique et de philologie comparée* em 1869, Hovelacque critica a defesa que seu contemporâneo L. de Rosny faz justamente da crença da origem divina da linguagem e argumenta que o problema da origem da linguagem pode ser resolvido pela introdução na linguística da doutrina do transformismo baseada na variabilidade da espécie[18]. Como explica Desmet (1996), essa abordagem de Hovelacque toma a origem da linguagem como um processo contínuo e fisiológico ligado ao desenvolvimento do homem, de forma que a faculdade da linguagem é tomada como fruto do desenvolvimento progressivo do cérebro dos primeiros primatas. Ainda na França, na obra *Études de linguistique et de philologie*, de 1877, de onde Júlio Ribeiro parece ter tirado o material para escrever seu capítulo sobre a origem das línguas, Lefèvre vai fazer coro aos protestos de Schleicher, Max Müller e Hovelacque contra a crença da origem divina das línguas e da hipótese do monogenetismo linguístico,

---

[17] Max Müller defende essas ideias no capítulo IX, *The theoretical stage, and the origin of language.* Assim, na página 392 do seu livro, vamos encontrar a seguinte passagem: "It is quite clear that we have no means of solving the problem of the origin of language *historically* or of explaining it as a matter of fact which happened once in a certain locality and at a certain time. History does not begin till long after mankind had acquired the power of language, and even the most ancient traditions are silent as to the manner in which man came in possession of his earliest thoughts and words. Nothing, no doubt, would be more interesting than to know from historical documents the exact process by which the first man began to lisp his first words, and thus to be rid for ever of all the theories on the origin of speech. But this knowledge is denied us ; and, if it had been otherwise, we should probably be quite unable to understand those primitive events in the history of the human mind." Especificamente nesse trecho, Max Müller vai trabalhar a questão a partir de Herder.

[18] Nas páginas 102 e 103 do artigo *De l'origine du langage par L. de Rosny,* encontramos as seguintes palavras de Hovelacque sobre o problema da origem da linguagem: « La question de l'origine du langage est purement d'histoire naturelle. Je n'ai pas à m'étendre ici sur la doctrine de la variabilité des espèces : il me suffira de rappeler que la transformation, qui bientôt sans doute passera à l'état de vérité indiscutable, livre seule une raison scientifique de l'origine du langage. »

argumentando que o embrião ou germe da linguagem é constituído pelo grito, comum aos animais e ao homem, e, a partir desse ponto, estabelecendo quatro grandes períodos históricos para o desenvolvimento da linguagem, um monossilábico, um aglutinativo, um amalgamante e um contractivo, sem deixar de notar, numa observação que será retomada por Júlio Ribeiro, que esses períodos não estão fechados em limites fixos. Lefèvre diz ser possível conceber, numa explicação que será bem mais desenvolvida por Júlio Ribeiro, um longo período pré-histórico da linguagem articulada, dividido em três épocas, a da interjeição propriamente dita, a da demonstração e a da designação atributiva.

No Brasil, logo na introdução dos seus *Traços Geraes de Linguistica*, Júlio Ribeiro coloca as questões de origem entre as coisas inacessíveis aos processos de investigação e verificação disponíveis aos homens:

> Os meios de investigação e verificação de que dispõe o homem fazem com que o seu conhecimento seja limitado no tempo e no espaço.
>
> O limite entre o *cognoscivel* e o *incognoscível* varia incessantemente, acompanhando os meios de investigação: assim, pois, o universo illimitado vai se tambem incessantemente dividindo com relação ao homem em *conhecido* e *desconhecido*.
>
> Cousas ha que hão de ser sempre inaccessiveis aos processos de investigação e verificação de que dispõe o homem: as questões, por exemplo, de origem e de fim, chamadas pelos metaphysicos *causas primarias* e *causas finaes*. (p. 11)

A questão da origem das línguas ultrapassaria assim, pelo menos a princípio, o limite do cognoscível da linguística. Na verdade, no que toca essa questão, o que estaria ao alcance da ciência seria o desenvolvimento da linguagem articulada, uma vez que a origem das línguas se mostra inacessível apesar todo o avanço da ciência na investigação sobre a origem dos homens. Nas palavras de Júlio Ribeiro:

> Se a sciencia pelos trabalhos de um Hæckel póde affirmar positivamente que o homem descende dos macacos katarhinios; si póde descrever a figura do avô da humanidade, do *homo primigenius* dolikhocephalo, prognatho, de longos e robustos braços, de pernas finas e sem panturrilhas, de pelle baça e vellosa, de guedelha encarapinhada; si póde quasi determinar a épokha de seu apparecimento na scena do mundo; si póde até delimitar o seu *habitato*; outro tanto não póde fazer relativamente á origem da linguagem articulada.
>
> Historicamente nunca se ha de saber quando e como o grito instictivo subordinou-se a regras para converter-se em palavra, quando e como o anthropoide se fez homem. Ignorar-se-á sempre si a linguagem primitiva foi monophylitica, como o querem Bleek e Grieger, ou se foi polyphylitica, como o pretendem Schleicher e F. Müller.

> Entretanto a investigação fundando-se em dados positivos, em analogias indiscutiveis, póde levar um raio de luz a tão tenebroso dedalo. (p. 30-31)

Como se nota, a ciência, no caso a ciência da linguagem, não emudece completamente perante o mistério da origem da linguagem. Dessa forma, está ao alcance do pesquisador dizer como a linguagem articulada se tornou o que é, o que significa igualmente dizer que ela nem sempre foi como é. De fato, segundo a descrição que Júlio Ribeiro retoma de Lefèvre, a linguagem articulada conta com um ciclo composto por sete grandes períodos, sendo que, como veremos, em cada período, a linguagem se mostra mais desenvolvida do que no período anterior:

> O cyclo da linguagem articulada conta, pois, sete grandes períodos, tres *prehistoricos* e quatro *históricos*: períodos prehistoricos— 1) o *interjectivo*; 2) o *demonstravivo*; 3) o *attributivo*; periodos historicos—1) o *monosyllabico* 2) o *agglutinativo*; 3) o *amalgamante*;4) o *contractivo*.
>
> Note-se, todavia, que estes periodos são mais de ordem racional do que de ordem khronologica; que os prehistoricos são hypotheticos; que os historicos, não estando circumscriptos em limites fixos, endossam-se uns nos outros, e continuam-se simultaneamente. (p. 38)

Mesmo sobre o desenvolvimento da linguagem articulada não é possível senão lançar algumas hipóteses, pois, como afirma o autor, os períodos pré-históricos da linguagem articulada são hipotéticos, vista a impossibilidade de acesso a uma empiria. O estabelecimento de uma divisão entre um período histórico e um período pré-histórico para o desenvolvimento da linguagem articulada está longe de ser um expediente incomum na época. Tendo sido utilizado por nomes como Schleicher e Hovelacque, tal divisão serve muitas vezes à ideia de um processo de amadurecimento e posterior decadência das línguas. Nesse ponto, Klippi (2010) nos mostra que enquanto nomes como Schlegel interpretavam a evolução linguística em termo de degeneração, outros como Humboldt e Grimm tomavam as transformações linguísticas como marcas de um progresso. De qualquer forma, a questão que se desenvolve a partir dessa divisão, e que não encontrará uma resposta, é justamente saber o que permitiu à linguagem passar de um período ao outro. Júlio Ribeiro, tratando a questão da origem das línguas a partir de Lefèvre e colocando-se assim numa filiação francesa que liga intrinsicamente linguística e antropologia, por falar justamente dessa posição, vai ligar o desenvolvimento das línguas ao próprio desenvolvimento da espécie humana, e de uma

maneira que se apresenta como científica, ao desenvolvimento e consequente hierarquização das raças.

O primeiro período de desenvolvimento da linguagem articulada, o interjetivo, tal como descrito por Júlio Ribeiro, tem como protagonista um antropóide, significado como avô da humanidade, dotado de um cérebro propício à linguagem. Esse cérebro, agindo sobre o corpo, teria habilitado o aparelho fônico a "traduzir" as diferentes impressões em diferentes gritos. Nesse processo, o exercício da voz teria reforçado e aperfeiçoado o próprio aparelho fônico de forma que, através das gerações, o pensamento e a linguagem articulada passaram a andar juntos. Como se nota pelo trecho que reproduzimos logo abaixo, o período interjetivo de desenvolvimento da linguagem articulada parece ser o limiar entre o antropóide e o homem, entre o avô da humanidade e a própria humanidade. É, portanto, a linguagem que transforma o antropóide em homem:

> Isto posto, concebe-se o anthopoide avô da humanidade como dotado de um cerebro impressionabilissimo e relativamente perfeito. A terceira circumvolução frontal desse orgam, desenvolvida pela lei fatal da evolução, habilitava-o a incumbir o seu bem conformado apparelho phonico de traduzir gritos varios as suas differentes impressões.
>
> Traduziu-as e, reflectindo sobre essa conquista da expressão vocal, reteve-a, ampliou-a, deu-lhe variedade, creou a linguagem articullada.
>
> Pelo exercicio diuturno da voz reforçou-se e aperfeiçoou-se o apparelho phonico, e a faculdade adquirida foi-se transmittindo de geração em geração pela hereditariedade, polindo-se cada vez mais.
>
> Com o correr do tempo as concepções homologaram-se com os seus instrumentos, as idéias hyposthatisaram-se com as palavras, e o pensamento e a linguagem articulada começaram a marchar par a par, auxiliando-se mutuamente, sem mais se poderem separar.
>
> [...]
>
> O anthropoide antecessor da humunidade, topando com uma pedra, magoando-se, deu um grito, voz simples ou reforçada por uma aspiração, como as nossas interjeições *ah* ! *ih* ! *oh* ! Ao deparar-se-lhe uma arvore carregada de fructos já conhecidos, a alegria irrompeu-lhe do larynge em fórma de exclamação de jubilo.
>
> Depois, ao entristecer-se ou alegrar-se elle sem causa physica visivel, pela reacção interna do systema nervoso sobre o cerebro, moralmente emfim, as mesmas manifestações phonicas reproduziram-se, fundadas na analogia das impressões moraes com as physicas. (p. 32-34)

O essencial nessa narrativa fantasiosa do antropóide que, topando com uma pedra e soltando um grito de dor, dá vida às interjeições é o processo de associação no cérebro entre as impressões morais e físicas e as manifestações fônicas. Um grito de dor ou de júbilo em

correspondência com o sentimento de dor ou júbilo seria, por essa explicação, o primeiro laço entre pensamento e linguagem, laço primeiro esse que caracterizaria, por assim dizer, a infância da humanidade. Na continuidade desse processo, desenvolve-se o período demonstrativo da linguagem articulada, no qual a linguagem emerge como um meio acentuado de comunicação social:

> Mais tarde o anthropoide já homem (porque homem foi desde que guardou na memoria a relação que estabelecêra entre a ideia adquirida e o som com que a exprimira), levado pelo viver social a ser util aos seus congeneres, indicou-lhes por gestos acompanhados de gritos, definitivamente articulados e significativos, o que a experiencia lhe ensinára ser util ou damnoso. *Isto, isso, aquillo, aqui, alli, lá*, disse elle em seu tosco mas já accentuado meio de communicação. (p. 34)

Quando descreve tal período, Júlio Ribeiro, mais uma vez, e de forma bastante explícita, caracteriza o homem pelo fato de ter uma linguagem: o homem é homem apenas a partir do momento em pôde estabelecer e guardar na memória a relação entre uma ideia e um som. Em suma, pela adição de gestos, o segundo período de desenvolvimento da linguagem articulada se notabiliza pela criação de elementos ou partículas demonstrativas (*isto*, *isso*, *aquilo*, *aqui*, *ali*, *lá*). Para além de apontar o lugar das coisas no mundo, no terceiro período de desenvolvimento da linguagem articulada, chamado período atributivo, o homem, já podendo fazer abstrações, é capaz de criar palavras que qualificam as próprias coisas:

> Afinal o cerebro humano robustecido pelo exercido do pensamento começou a fazer abstracções: da pedra que o ferira, da agua que o desalterára, da tarde sombria que o tornára melankholito separou o homem as qualidades que o tinham affectado, e attribuiu-as pela generalisação a todos os objectos ou phenomenos similhantes. *O duro! O fresco ! O triste !* exclamou elle ao vèr uma pedra em seu caminho, ao ouvir o marmurio de um regato, ao attentar no pôr do sol. (p. 35)

No primeiro período histórico de desenvolvimento da linguagem articulada, o monossilábico, as palavras interjetivas, demonstrativas e atributivas teriam se substantivado e se transformado em verbos, passando a exprimir as principais gradações do pensamento:

> As palavras interjectivas, demonstrativas e attributivas substantivaram-se, converteram-se em verbos, prestaram-se a exprimir todas principaes gradações do pensamento: o homem poude externar tudo o que sentia. Mas nessa linguagem, já relativamente perfeita, não apparece ainda traço de flexão; nada de indicação de genero, de numero, de pessoa; nada de determinação de tempo ou pessoa; nada de elementos de relação; nada de preposições; nada de conjuncções: cada palavra-raiz,

> ou antes cada raiz-palavra designa uma ideia cujo valor, cujo sentido preciso é determinado pela sua posição na phrase. (p. 35-36)

De acordo com Júlio Ribeiro, sete idiomas vivos ainda guardam as características do período monossilábico, são eles o chinês, anamita, siamês, birman, tibetano, pegu e kássia. Essas línguas não apresentariam traços de flexão, de forma que cada raiz constituiria uma palavra inteira e designaria uma ideia, cujo sentido, como afirma o autor, estaria determinado pela sua posição dentro de uma frase. No período posterior, o aglutinativo, desenvolveu-se um modo de expressão mais sintético, no qual um radical invariável, exprimindo uma ideia principal, junta-se a diferentes afixos, cada um operando alterações na ideia principal. Segundo o julgamento do autor, esse seria um meio mais racional de expressão da linguagem articulada:

> A esta *cruda fórma* da manifestação do pensamento no cyclo historico da linguagem articulada, succedeu um modo de expressão mais synthetico, mais racional, mais commodo: a um radical sempre invariavel que exprimia a ideia principal juntaram-se, para modifical-a, affixos apenas alterados, cuja significação propria só relativamente se conservou. (p. 36)

O período amalgamante da linguagem articulada é representado pelo surgimento do grupo das línguas arianas ou indo-europeias e das línguas semíticas. É nesse período que se desenvolve a flexão das palavras:

> A este periodo de invariabilidade rígida da palavras-raiz seguiu-se a *flexão* ou possibilidade de modificação da propria fórma dessa palavra-raiz para exprimir as suas relações com outras. Operou-se uma fusão intima de radicaes attributivos com raizes demonstrativas atrophiadas em desinencias. Entrevê-se ainda em cada palavra deste periodo linguistico o sentido dos elementos que a compõem; esses elementos são, porém, inseparaveis, formam um todo indivisivel cujas partes concorrem todas para accentuar-lhe a significação propria e particular. (p. 36-37)

O período contrativo da linguagem articulada representaria, nas palavras de Júlio Ribeiro, o período atual do mundo civilizado. Esse período teria durado mais de dois mil anos e criado as modificações que deram nascimento às línguas românicas a partir do latim, ao romaico a partir do grego, além da profunda transformação dos idiomas germânicos. O autor afirma o seguinte sobre essas modificações:

> As sylabas breves que precediam ou seguiam o accento tonico nas palavras flexionaes atrophiaraim-se ou desappareceram; as desinencias causaes obscureceram-se, tornaram-se indistinctas, e as gradações do pensamento que ellas exprimiam foram traduzidas por preposições. (p. 37)

Toda essa descrição dos períodos históricos da linguagem articulada retoma, como já notamos, a discussão feita por Lefèvre sobre as quatro fases morfológicas que corresponderiam aos quatro períodos que todas as línguas percorreriam, justamente uma época monossilábica, uma aglutinante, uma amalgamente e uma de contração. A periodização do desenvolvimento da linguagem apresentada por Júlio Ribeiro está diretamente alinhada ao desenvolvimento da própria humanidade, do antropóide até o homem moderno. Como se perceberá melhor mais à frente, no estudo que Júlio Ribeiro faz das famílias de línguas, essa periodização estabelece igualmente uma hierarquia das línguas em função do seu grau de desenvolvimento, de forma que, o chinês, por exemplo, é mostrado como uma língua que guardaria as características do período monossilábico, quando a língua já se mostra "relativamente perfeita", mas menos desenvolvida que as línguas romanas, que teriam surgido durante o período contractivo, o "período atual do mundo civilizado".

Tirando a questão da origem das línguas do campo teológico e levando-a para o que seria o domínio da Antropologia, uma das modificações que o processo massivo de gramatização das línguas do mundo a partir do Renascimento imprimiu na história das ciências da linguagem, como afirma Auroux (1992), Júlio Ribeiro desenha um processo de desenvolvimento da linguagem que, mesmo fantasioso, tem o mérito de reconhecer a linguagem articulada como a qualidade fundamental e definidora da humanidade. Como nos explica Auroux (2008), no Ocidente cristão, a representação da origem das línguas se organiza inicialmente a partir do mito bíblico, sendo preciso esperar até o século XVIII para o tema ser laicizado pelo Iluminismo, quando nomes como Condillac, Herder, Maupertuis, Rousseau, De Brosses, Court de Gébelin, Monboddo, Hervas e Panduro Pallas, Adelung e Vater passam a considerar em primeiro lugar os processos comuns e estáveis do que se chama "natureza", num debate que vai levar à inauguração de uma revolução filosófica que separa natureza e cultura e na qual o arbitrário da linguagem desempenha o papel de princípio de demarcação. No entanto, como esclarece Auroux (2008), é apenas no século XIX que a questão da origem das línguas passa a ter uma orientação naturalista, no sentido de tomar a língua como uma espécie natural que nasce, cresce e morre, o que tem a ver com descoberta e a divulgação das

teorias evolucionistas e com os avanços da gramática comparada, que conduzem a sustentar a possibilidade de reconstruir as línguas que falavam os antepassados e das quais não se tem nenhum testemunho. Júlio Ribeiro se junta assim ao grande número de autores que, incitados pelos desenvolvimentos da gramática comparada, segundo expressão de Renan, mais um nome que se dedica ao estudo da origem da linguagem, passam "a estabelecer a possibilidade de resolver tal problema de maneira científica"[19].

3.4 Evolução linguística

O quarto capítulo, *Evolução linguística*, se abre com um relato sobre a formulação da teoria da evolução por Darwin: "Impressionado pelo espetaculo altamente dramatico da luta que para existir sustentam todos os seres vivos, Carlos Darwin procurou e achou as causas que fazem com que uns triumphem e sobrevivam, e outros sejam derrotadas e morram" (p. 39). Argumentando, assim, que a teoria da evolução é o "resultado" das investigações de Darwin, Júlio Ribeiro explica que o assunto é tratado em um volume especial da coleção *Bibliotheca Util*[20], na qual foram publicados os próprios *Traços Geraes de Linguistica*, razão pela qual se limitaria a apresentar somente "o quadro da theoria darwinica da evolução", o que é feito em forma de tópicos, em número de três: LEIS EM QUE SE FUNDA A THEORIA; FUNDAMENTO DA THEORIA; A THEORIA.

---

[19] No prefácio do seu livro *De l'origine du langage*, Ernest Renan assim se exprime sobre o problema da origem da linguagem: « Le titre soulèvera peut-être les objections des personnes accoutumées à prendre la science par le côté positif, et qui ne voient jamais sans les études de fondation récente chercher à résoudre les problèmes légués par l'ancienne philosophie. Je suis bien aise de m'abriter à cet égard derrière l'autorité d'un des fondateurs de la philologie comparée, M. Jacob Grimm. Dans un mémoire publié en 1852, sur le même sujet et sous le même titre que le mien, l'illustre linguiste s'est attaché à établir la possibilité de résoudre un tel problème d'une manière scientifique. Ainsi qu'il fait remarquer, si le langage avait été conféré à l'homme comme un don céleste créé sans lui et hors de lui, la science n'aurait ni le droit ni le moyen d'en rechercher l'origine ; mais si le langage est l'œuvre de la nature humaine, s'il présente une marche et un développement réguliers il est possible d'arriver par de légitimes inductions jusqu'à son berceau ». 1858, p. 4-5.

[20] Organizada por Abilio A. S. Marques, em São Paulo, no fim do século XIX, a coleção *Bibliotheca Util* foi motivada, segundo palavras do próprio editor, pela "falta, no Brazil, de livros destinados ao povo, em que se lhe ministrem os conhecimentos scientificos que pouco e pouco vão transformando o mundo", o que o animou "a emprehender a publicação de uma série de volumes, em que se trate das variadas questões da actualidade", proporcionando assim ao povo "a familiaridade com as sciencias e todas as grandes idéas do século" (1880, p. I). Júlio Ribeiro se encontrava entre os colaboradores dessa coleção, que, em 1880, já havia publicado cinco títulos: *Do Espírito Positivo*, de Augusto Comte; *Da Educação*, de Nicolau França Leite; *Traços Geraes de Linguistica*, do próprio Júlio Ribeiro; *Soluções Positivas da Política Brazileira*, de Luiz Pereira Barreto; *Camões*, de Affonso Celso Junior. O livro sobre a teoria da evolução a que Júlio Ribeiro faz referência estava entre os previstos: *Darwinismo*, de Antônio Caetano de Campos; *Do Ensino Superior*, de Luiz Pereira Barreto; *Anthropologia* e *Climatologia*, de A. C. de Miranda Azevedo; *Botânica*, de Garcia Redondo; *A Poesia Contemporânea*, de Sylvio Romero; *A Theoria da Selecção Applicada à Sociedade*, de Rangel Pestana.

O primeiro item do quadro é desenvolvido em cinco pontos: 1) Lei da reprodução; 2) lei das correlações de crescimento; 3) lei da hereditariedade; 4) lei da progressão geométrica das espécies; 5) lei da constância das formas em relação à estrutura. O segundo item do quadro desenrola-se em quatro pontos: 1) Luta pela vida contra o clima; 2) luta pela alimentação; 3) vantagem da fecundidade; 4) relações mutuas entre os seres organizados. O terceiro item do quadro é subdividido em quatro outros pontos: I-Causas da selecção natural; II-Consequências da selecção natural; III-Factos explicados pela selecção natural; IV-Classificação genealógica. O subitem I (causas da seleção natural) é desenvolvido em cinco pontos: 1) O clima; 2) a alimentação; 3) o exercício e o habito; 4) a posse das fêmeas; 5) as relações mutuas entre os seres organizados. O subitem II (consequências da seleção natural) é subdividido em dois incisos: § 1º Historia Natural; § 2º Filosofia Zoológica. No inciso § 1º, listam-se 5 pontos: 1) Divergências de caracteres; 2) extinção das espécies; 3) as espécies extintas não reaparecem mais; 4) os terrenos intermediários devem conter espécies intermediárias; 5) em um pais isolado as espécies atuais devem descender das espécies fosseis. Ja no inciso § 2º, marcam-se quatro pontos: 1) A natureza não dá salto; 2) a unidade de plano ou de tipo; 3) a lei das condições de existência; 4) o progresso orgânico. O subitem III (Factos explicados pela selecção natural) é disposto em quatro pontos: 1) Distribuição geográfica dos seres organizados; 2) órgãos rudimentares; 3) persistência dos tipos inferiores; 4) desenvolvimento recorrente. Por fim, o subitem IV (Classificação genealógica) é encabeçado pela frase "communidade de origem provada" e desenrolado em quatro pontos: 1) pela constância da estrutura; 2) pelos vestígios da estrutura primordial; 3) pela uniformidade de um conjunto de caracteres; 4) pela cadeia de afinidades existentes ou reconstruída.

Ainda que não seja referenciado, o esquema acima é tomado por Júlio Ribeiro da obra *Le Darwinisme*, publicada por Émile Ferrière em 1872. Na verdade, o grosso desse quarto capítulo de Júlio Ribeiro é formado a partir da tradução da segunda parte do livro de Ferrière, que é organizada em cinco capítulos, além de uma introdução: I. *Variations dans les Langues*; II. *Causes de variations et de sélection dans les Langue*s; III. *Conséquences de la sélection dans les Langues*; IV. *Classification généalogique dans les Langues*; V. *Tableau comparé de la sélection dans les Espèces et dans les Langues.*

Após afirmar, numa referência ao geólogo Charles Lyell, certamente o texto *The geological evidences of the antiquity man*, de 1868, que "como as especies organicas que

povoam o mundo, as linguas, verdadeiros organismos sociologicos, estão sujeitas á grande lei da luta pela vida, á lei da selecção" e que "a evolução linguistica effectua-se em prazo muito menor do que o da evolução das especies", Júlio Ribeiro (p. 42) mostra seu assombro pela "incrivil multiplicidade de idiomas em certas regiões", citando a Índia Inglesa como exemplo do "serio estorvo á civilização" que essa multiplicidade pode causar. Vemos, assim, numa primeira leitura, que a multiplicidade dos idiomas apresentaria consequências negativas caso fosse muito grande. Por essa interpretação, é possível dizer que o desejado seria uma multiplicidade de idiomas baixa o suficiente para não representar problemas, ou, de outra forma, que o desejado seria uma situação de baixa multiplicidade de idiomas.

Talvez estejamos exagerando nessa análise, mas o fundamental é mostrar a razão direta estabelecida no texto entre multiplicidade de idiomas e estorvo à civilização. A partir de Humboldt, o "nosso continente", a América do Sul, o México e a África são mostrados como celeiros onde as línguas se dão em centenas. Segundo a explicação dada, essa "multidão de línguas" tem por origem três fatores: o fracionamento das povoações, o isolamento das povoações e, destaque maior, "a falta absoluta de centralização". Na outra ponta, sendo a Europa dada como exemplo, "a uniformidade de instrução imposta às nações" aparece como o principal e mais forte instrumento para o desaparecimento dos "dialetos provinciais", para a redução da diversidade linguística. É importante notar que, nesse processo de contenção das línguas, o que desaparece são os "dialetos provinciais". A escolha lexical não é sem razão, haja vista o viés marcadamente político da instrução pública como componente da uniformidade das nações e como vetor da redução do seu patrimônio linguístico. Nesse processo, quem permanece vivo no fim é "a língua", que se conjuga com a uniformidade, e quem morre são os dialetos provinciais, face indesejada da desuniformidade.

É possível apontar, mais do que a associação entre uma língua e a história de um povo, a associação pontual entre o ritmo de variação de uma língua e a história de um povo: "As variações por que passa uma lingua, mórmente no começo da historia de um povo, são tantas e tão profundas que surge quasi a tentação negar-se a identidade do antigo e do novo modo de dizer." (p. 42-43). A explicação curta reveste uma narrativa nada pobre em elementos, entre os quais o antigo e o novo modo de dizer fazem às vezes de marcos da história de um povo e índice, mesmo exemplário, das variações linguísticas, uma narrativa

cujo ponto de partida é a variação, e não a uniformidade, não a estabilidade linguística. As línguas vão se acalmando…

O juramento de Luiz o Germânico, os versos de Egaz Moniz e de Guerreira Junqueiro são evocados como testemunhos da distância entre os modos de dizer nos pontos extremos da história do povo e da língua, o antigo e o novo, mas também como provas da ligação entre esses dois pontos, afinal, a partir desses exemplos, afirma-se o seguinte: "E todavia não ha negá-lo: o francez e o portuguez de hoje descendem por varonia desses idiomas perdidos." (p. 43). Cabe notar aí a representação de uma descendência paterna, num arroubo de excitação varonil que parece não perdurar ao longo do texto! As línguas têm pais! O mais importante, contudo, é marcar que, num trabalho autoral de acréscimos, supressões, modificações e substituições de trechos, termos e exemplos, é Júlio Ribeiro quem faz e traz referências da língua portuguesa, como a menção a Guerreira Junqueiro ou, em outros momentos, a Camões e Gil Vicente, quando originalmente Ferrière faz e traz referências do francês, do italiano e do espanhol, sem mobilizar qualquer elemento da língua portuguesa.

De toda forma, defende-se que a história das "espécies atuais", as línguas, é contada a partir das "literaturas reinantes", num movimento que não apenas liga intimamente as línguas à literatura, tomando metonimicamente as línguas pelas literaturas, mas que também, e para nós é o mais importante, atribui às línguas o funcionamento próprio dos seres vivos, afirmando-se, por exemplo, que as espécies têm suas variedades e que as línguas têm seus dialetos. Nesse gesto que é mais do que de aproximação, mas de compatibilidade, de simetria, de convergência, diz-se que, saídas do mesmo tronco e no mesmo país, as línguas têm variado, bem como as espécies, sendo as "literaturas mortas" os "seus fosseis" e os "países em que florescem" as suas "estações particulares". Os sentidos de "literaturas mortas" aqui põem problemas que ilustram o paroxismo da comparação entre línguas e seres vivos. Nesse passo, topamos com a definição de variedades como "vergontaes de um tronco commum, modificadas por causas externas ou physiologicas", e, em comparação, com a explicação de que "os dialectos, nascidos de uma lingua mãe, devem suas dissimilhanças tanto ao clima, como aos costumes dos homens que os fallam" (p. 43). Assim, os dialetos estão para as línguas como variedades estão para as espécies, sendo afetados e diferenciados pelo clima e pelos costumes, da mesma forma que as espécies são afetadas e modificadas por

causas externas e fisiológicas, mas nascidos de uma língua mãe, a exemplo das espécies, saídas de um tronco comum.

Um aspecto importante a ser retido da teorização sobre a evolução linguística é o fato de a língua não ser afetada senão por intermédio do povo. E sempre pelo povo, ou em algumas vezes, conforme a redação do texto, pelos homens, no plural, e não por um homem, isoladamente. Efetivamente, à certa altura, escreve-se que a "sorte das línguas está ligada á sorte dos povos" (p. 46). Antes de avançar nesse ponto, nos voltamos para a série de elementos da vida humana assinalados como "causa de variação e de selecção" das línguas.

E aqui aparece como um segundo aspecto importante a ser retido que essa vida humana que afeta e transforma as línguas não é somente da ordem natural, mas da ordem do social, do político, do econômico, em uma palavra, da sociedade. Assim, o primeiro elemento a ser citado são as "relações commerciais, industriaes, politicas e litterarias", seguidas pelo "progresso que fazem as artes, a industria e as ciencias", raciocínio que atinge seu ápice na afirmação de que as "mais poderosas causas de selecção são de ordem politica ou litteraria", elementos descritos como "causa permanente de variação e seleção" (p. 44-45). Essa explicação que toma como causas da mudança linguística elementos como as relações comerciais, industriais, políticas e literárias dos povos não parece seguir inteiramente o programa do comparatismo clássico, sobretudo o modelo das leis fonéticas. Como explica Auroux (2000a), as duas primeiras gerações de comparatistas apelavam a uma *explicação histórica* para representar a natureza e o desenvolvimento das entidades linguísticas a partir de metáforas organicistas que tomavam a língua como um organismo vivo que nascia e crescia segundo *leis fixas.* Em outras palavras, a natureza e o desenvolvimento das línguas era o resultado de *leis históricas*. A partir dos anos de 1870, ainda segundo Auroux (2000a), os comparatistas passam a falar de leis a partir do modelo da física para tratar da natureza e do desenvolvimento das línguas, formulando, assim, a teoria das *leis fonéticas*, num movimento que procura colocar a linguística entre as ciências naturais. Chamados de neogramáticos, os comparatistas que trabalhavam sobretudo com as leis fonéticas, como explica Oesterreicher (2000), exageravam a importância do fator fonético em detrimento dos elementos semânticos, psicológicos e socioculturais. Como define Engler (2000), o teorema neogramático das leis fonéticas considera que os sons de uma língua em um dado endereço e em um certo período mudam regularmente e sem exceção. Para os neogramáticos, como diz Auroux (2000b, p.

390), “uma língua dada é uma espécie quase natural que evolui automaticamente sob a ação de leis fonéticas necessárias”[21]. Afetando uma questão central do comparatismo, sobretudo o modelo dos neogramáticos, a formulação de Júlio Ribeiro para a mudança linguística traz, como já havíamos mencionado, outros princípios explicativos que não as leis fonéticas, colocando em primeiro plano elementos de ordem social, econômica, política e cultural.

No que diz respeito aos progressos trazidos pelas artes, a indústria e as ciências e sua relação com a variação e seleção das línguas, ensina-se que a invenção da imprensa, o emprego do vapor, o uso das estradas de ferro e a aplicação industrial das descobertas feitas pela física e pela química tem “enriquecido a linguagem com grande numero de palavras e de metaphoras”, introduzindo “expressões novas” nas “linguas hodiernas”, um processo avaliado positivamente, como enriquecimento. Aparentemente nesse jogo, deflagra-se uma ação da língua sobre ela mesma, pois chama-se a atenção para “a influencia que, como força selectiva, têm os neologismos sobre as locuções antigas” (p. 44), uma vez que essas últimas veriam restritas as suas acepções, muitas tornando-se “obsoletas por não corresponderem mais ás exigencias da vida contemporâena” (p. 44-45). Essa operação, no entanto, não se daria sem luta nem de forma instantânea, mas seguindo um percurso bastante longo. Nesse ponto, fala-se de extinção (das locuções antigas), salientado-se que se trata de um acontecimento não percebido “porque insensivelmente ficou a gente habituada a prescindir dellas” (p. 45). A palavra hábito joga toda sua força na explicação das mudanças linguísticas, sendo utilizada uma dezena de vezes ao longo do livro para falar do funcionamento da linguagem e das línguas. Nesse momento, nos termos do autor, o “linguista erudito” aparece como aquele responsável por assinar o “necrológio” das locuções, o que nos leva a enxergar o estabelecimento de duas posições diferentes: a do falante, aquele que por hábito prescinde das formas linguísticas, e a do linguista, aquele que por ofício atesta o seu desaparecimento, reavivando-as, contudo, enquanto conteúdo de uma área de conhecimento.

As modificações do anglo-saxão a partir da introdução do francês na Grã-Bretanha, a consagração do Toscano sobre os outros dialetos italianos devido à *Divina Comédia* de Dante e a fixação do português no século XVI pela obra *Os Lusíadas* são exemplos dados do poderio da política e da literatura para a seleção das línguas (nessa

---

[21] No texto original: « Pour les néogrammairiens, une langue donnée est une espèce quasi-naturelle qui évolue automatiquement sous l’action de lois phonétiques nécessaires. »

passagem, fala-se apenas de seleção, e não de seleção e variação). Assim, sustenta-se que a conquista de um país "tem como resultado certo a alteração mais ou menos profunda da lingua dos vencidos" e que o "genio litterario occupa logar distincto como causa de selecção" (p. 45).

Um problema trazido pelo texto é a dificuldade de estabelecimento da genealogia das línguas "quanto mais se remonta no curso dos seculos" (p. 46), no qual se acrescenta que muitos povos desapareceram sem deixar vestígios de sua passagem. Essa é provavelmente uma posição que toma as línguas como sinais dos povos na história. No trabalho de arqueologia linguística (fala-se em "conservação de fosseis linguísticos"), a imprensa e a "diffusão das luzes" aparecem como recursos para o recolhimento e a conservação das línguas: "Sabe-se por exemplo que a litteratura grega e a latina, tão proximas da nossa, teriam-se perdido irremissívelmente, a não serem os frades benedictinos" (p. 46). De qualquer forma, a "conservação de fosseis linguisticos" é enxergada com grande admiração diante das "tão variadas e tantas" causas da destruição das línguas. E é nesse instante em que se defende a ligação do destino das línguas ao destino dos povos, afirmando-se que a probabilidade da duração de uma língua é proporcional ao numero dos homens que a falam.

A comparação com as espécies vem logo em seguida: "Tambem uma especie resiste melhor na luta pela vida si conta com grande numero de individuos" (p. 46). Retornando-se ao problema central, estabelece-se que o "affastamento do tempo" e também a "carencia absoluta de documentos" têm impedido de conhecer "as circumstancias que têm dado em resultado a decadencia ou a queda de um povo", resultando nas "grandes lacunas na filiação das línguas". Essa situação dá espaço a certos mistérios: "Sabe-se, por exemplo que ao captiveiro de Babylonia deu golpe de morte na lingua hebraica. Mas porque teve a mesma sorte o Sanskrito, apezar do seu kharacter sagrado, apezar da veneração que circumdava os Vedas, os livros sanctos dos Aryas ?" (p. 47).

Sempre na mesma linha de comparação com as espécies, explica-se que "nenhuma lingua morta poderá reviver", sendo a razão disso a "mudança de costumes", "os progressos das sciencias e das artes", "as necessidades novas", que "cavam entre o passado e o presente um abysmo insondavel". O passado não se liga ao presente senão através dos fosseis, portanto sempre de forma fragmentada. Tais fatores estão em paralelo com "a marcha do tempo e as variações acumuladas" nas espécies. Nos dois casos, o que está em jogo são as

condições de vida, ou mais precisamente, as alterações nas condições de vida, condições essas submetidas todo tempo às regras da seleção, as quais não escaparam as línguas mortas nem as línguas vivas.

Além da morte, a outra face da submissão das línguas à seleção são as perdas irreparáveis: “Pela força de variações continuas e de uma selecção sempre activa não ha uma unica lingua viva que não tenha soffrido perdas irreparaveis” (p. 47). A descrição é antes negativa, fatalista. A tribulação se apresenta, e esse é o exemplo dado, na quase inteligibilidade “para o vulgo”, “hoje”, de autores como Fernão Lopes e Azurára, Gil Vicente e do próprio Camões, que “dentro de dous ou tres seculos talvez tenha de ser traduzido em portuguez”, num claro testemunho das mudanças por que passava o português já no fim do século XIX e em mais um registro de uma posição autoral de Júlio Ribeiro em colocar a língua portuguesa como elemento de demonstração da teoria linguística. A literatura parece ser o único lado que merece ser lamentado do passado das línguas, devendo ser todo o resto deixado para trás, superado, pois o passado é cheio de “prejuizos antigos”, “fé ingenua e cega”, “costumes brutais”, “ignorancia" e “barbaria primitiva”, nada disso condizente com as “condições da vida presente”, sendo que, cada língua, assim como “a nossa lingua”, “tem deixado fosseis apóz si” (p. 48). A palavra fosseis significa positivamente quando ligada aos textos literários, como os produzidos no português pelos autores citados, mas assume um caráter predominantemente negativo quando, destituído desse suporte literário, refere-se tão simplesmente ao passado das línguas. De toda forma, como se nota, as línguas vivas também deixam seus fosseis.

Um último item apontado como causa de seleção e progresso das línguas é a divisão do trabalho: “Ora a regra de todo o progresso está na divisão do trabalho physiologico. Um animal está tanto mais elevado na escala dos seres, quanto cada uma de suas funcções se executa por orgam proprio e distincto. Dá-se o mesmo com as linguas.” (p. 48). A explicação que se dá em seguida a esse trecho é de que as línguas “tambem fazem o progresso com o tempo, e continuam fatalmente a sua marcha neste sentido” (p. 48). O progresso aparece aí como o produto de dois fatores, o tempo e a divisão do trabalho, um trabalho intelectual, num caminho inevitável como deixa claro o advérbio “fatalmente” empregado na formulação.

Uma outra ideia pulsante é a de que as línguas, assim como os povos, têm um começo, que seria marcado pela existência de poucas palavras, as palavras com "sentido mais comprehensivo", isto é, "só servia para traduzir muitas idéas differentes", o que apresentava como consequência "a obscuridade do pensamento". Isso abre todo um campo de pesquisa: "seguir as restricções que cada seculo impoe á excessiva compreensão das palavras" (p. 49). E essa é "uma verdadeira divisão do trabalho intellectual operada paulatinamente na linguagem". Um exemplo dado é a palavra *gênio*, exemplo que mostraria "a marcha seguida pelas linguas", isto é, a "eliminação successiva de sentidos diversos accumulados em uma só expressão", "uma das leis que dirigem a transformação das linguas e que as fazem acerca-se a passos lentos mas continuos de seu ideal", a "perspicuidade" e a "clareza" (p. 49). O progresso das línguas visa a um ideal, a perspicuidade e a clareza, que se realiza a partir da eliminação de sentidos acumulados, do apuramento, da restrição dos sentidos, cujo contraponto é a multiplicação do número de palavras. Nesse jogo, existe uma mútua afetação entre as línguas e a mente do homem: "As linguas por seu turno exercem sobre a mente do homem influencia salutar: ellas ajudam-na a operar sobre as idéias um trabalho analogo de divisão, e merecem assim que se lhes dê o nome de methodos analyticos" (p. 49). O progresso das línguas é obra do trabalho intelectual operado pelos homens e opera um trabalho intelectual na mente dos homens.

O restante do capítulo é consagrado à classificação nas línguas. Vamos encontrar aí referências mais diretas de Júlio Ribeiro ao português, principalmente na questão de sua filiação ao latim, numa mostra recorrente da ressignificação do texto de Ferrière pelo autor brasileiro. Esse debate se inicia por uma precisão de método de trabalho, e também uma narrativa histórica, apontando-se o início, "sempre", e a natureza desse método de trabalho, "classificação genealógica": "A classificação nas linguas tem sido sempre genealogica, porque a chamada derivação outra cousa não é sinão a filiação" (p. 49-50). E aqui encontramos novamente o emprego da palavra linguística: "Póde-se dizer que em data foi a linguistica a primeira sciencia que concebeu e applicou o verdadeiro methodo de classificação" (p. 50). A crítica que se faz às "sciencias naturaes" é a da cegueira "em presença desta verdade", a primazia da linguística na aplicação do verdadeiro método de classificação. O emprego desse verdadeiro método da classificação parece marcar uma grande virada na história da linguística: "Uma vez transviada, ella luta com difficuldades para

arrancar-se do caminho trilhado. Só constrangida pela evidencia e pelo numero esmagador de provas é que ella se decide a sacudir o erro velho e o jugo da tradição" (p. 50). A classificação das línguas por derivação, por elemento genealógico, daria mostras de que "as regras seguidas pelos philologos sejam, em outra ordem, as mesmas do methodo natural" (p. 50).

Um por um, são explicados os elementos que atestariam, que revelariam, a "comunidade de origem" das línguas, mostrando-se, sempre em comparação, que a classificação genealógica das línguas e das espécies ocorre da mesma maneira. Na verdade, o texto se estrutura apontando, em primeiro lugar, os critérios de classificação genealógica nas espécies para, no momento seguinte, mostrar que tais critérios se aplicam de forma análoga na classificação das línguas. São quatro os critérios da classificação genealógica nas línguas: 1) constância de estrutura; 2) letras rudimentares ou atrofiadas e estrutura embrionária; 3) uniformidade de um conjunto de caracteres; 4) cadeia de afinidades nas línguas vivas ou extintas. Esses itens são reunidos de forma esquemática em uma tabela no final do capítulo, logo após uma outra tabela que mostra uma comparação da seleção nas línguas e nas espécies. Eis as tabelas:

A SELECÇÃO

nas espécies	*nas línguas*
1) As especies têm suas variedades, obra do meio ou de causas physiologicas.	1) As línguas têm seus dialetos, obra do meio ou dos costumes.
2) As espécies vivas descendem geralmente das espécies mortas do mesmo paiz.	2) As línguas vivas descendem geralmente das línguas mortas do mesmo paiz.
3) Uma espécie em um paiz isolado passa por menos variações.	3) Uma língua em um paiz isolado passa por menos variações.
4) Variações produzidas pelo cruzamento com espécies distintas ou extrangeiras.	4) Variações produzidas pela introdução de palavras novas, devidas às relações exteriores, às ciências, à indústria.
5) A superioridade das qualidades physicas que asseguram a victoria dos indivíduos de uma espécie, causa da seleção.	5) O genio litterario e a instrucção publica centralizada, causas da seleção.
6) A belleza da plumagem ou a melodia do canto, causa da seleção.	6) A brevidade ou a euphoria, causa da seleção.
7) Lacunas numerosas nas espécies extinctas.	7) Lacunas numerosas nas línguas extinctas.

8) Probabilidade de duração de uma especie em o numero dos indivíduos que a compõem.	8) Probabilidades de duração de uma língua em o numero dos indivíduos que a faltam.
9) As espécies extintas não aparecem mais.	9) As línguas extinctas não reapparecem mais.
10) Progresso nas espécies pela divisão do trabalho physiologico.	10) Progresso nas línguas pela divisão do trabalho intellectual.

CLASSIFICAÇÃO GENEALOGICA

nas espécies	*nas línguas*
1) Contancia de estructuras; orgams de alta importância physiologica; orgams de importância variada.	1) Constancia de estructura; radicaes de alta importância; flexões de importância variada.
2) Vestígios de estructura primordial: orgams rudimentares ou atrophiados: estructura embryonaria.	2) Vestígios de estructura primordial: lettras rudimentarias ou atrophiadas: phase embryonaria.
3) Uniformidade de um conjunto de kharacteres.	3) Uniformidade de um conjunto de kharacteres.
4) Cadeia de affinidades nas espécies vivas ou extinctas.	4) Cadeia de affinidades nas línguas vivas ou extinctas.

Como podemos ver, muitas vezes substitui-se apenas o termo “espécie” pelo termo “língua”, mantendo-se exatamente a mesma frase, com as mesmas predicações, para as línguas e as espécies, ou, quando muito, a mudança de uma ou outra palavra.

Um outro quadro é ainda mostrado nesse capítulo quando se discute o primeiro critério para a classificação genealógica nas espécies e nas línguas, isto é, a constância de estrutura. O objetivo desse quadro seria o de tornar “evidente, pela constancia de estructura, a communidade de origem que têm as linguas italiana, hespanhola, franceza, portugueza e valaca” (p. 51). Eis o quadro:

Communidade de origem do :					
LATIM	ITALIANO	HESPANHOL	FRANCEZ	PORTUGUEZ	VALACO
Patre Parente	Padre	Padre	Père	Pae	Parinte
Mater	Madre	Madre	Mère	Mãe	Maica
Juvene	Giovane	Joven	Jeune	Joven	June
Septem	Sette	Siete	Sept	Sete	Septe
Novem	Nuove	Nueve	Neuf	Nove	Nou

Vale lembrar que tanto as tabelas quando o quadro são tomados do livro de Émile Ferrière, que, por sua, indica retomar o último quadro acima da *Grammaire Comparée*, de Egger. Como sabemos, Júlio Ribeiro vai reproduzir também em sua *Grammatica Portugueza* as tabelas que compararam a seleção e a classificação genealógica nas línguas e nas espécies.

O que nos parece fundamental é notar que, na comparação entre línguas e espécies, os "radicais" e as "flexões" das línguas são postas em paralelo com os "órgãos" das espécies, sendo mesmo chamados de "orgams lexicologicos". A estrutura dessas duas entidades, línguas e espécies, se organiza, se hierarquiza da mesma maneira, com elementos, órgãos, de diferentes graus. É por sua "constancia de estructura" que o português é integrado à "communidade de origem" das outras línguas listadas no quadro acima. Nesse momento, chama-se a atenção para o fato de que "si se organisasse um quadro comparativo geral das palavras que compõem estas diversas linguas, á primeira vista e com toda a facilidade reconhecer-se-iam as que, por variação e selecção, mais se têm affastado da lingua-mãe" (p. 51). Há aí dois pontos a marcar. O primeiro é o movimento de afastamento das línguas de suas origens, a língua-mãe, pelo processo de variação e seleção. O segundo é a eleição da palavra como o elemento da comparação, num procedimento que parece se aproximar mais de autores como *Court de Gébelin* do que da revolução operada na segunda metade do século XIX de colocar o som como unidade de referência, como explica Auroux (2008).

No segundo critério para o estabelecimento da classificação genealógica, vemos que as "lettras" são postas em paralelo com os órgãos na língua. Nesse ponto, vemos em cena a ortografia, quando se explica que a "estrutura embryonaria" nas línguas, correspondente à "estructura do embryão" nas espécies, diz respeito a "fórma que tinham as palavras e a

orthographia de uma lingua antes de ter adquirido virilidade estavel pelo desabrochar das obras primas de sua litteratura" (p. 51). Deixando de lado a imagem varonil que mais uma vez se emprega para falar das línguas, cabe notar o que seria o traçado de dois momentos na história das línguas: um momento de instabilidade, momento primeiro, das palavras e da ortografia, e um momento de estabilidade, momento segundo, sendo que a passagem de um para o outro se daria pelo cânone literário. Em outras palavras, é a literatura quem dá estabilidade às línguas. Nesse ponto, como explicação de conceitos, afirma-se que as "lettras atrophiadas são as lettras sem emprego", ao passo que as "lettras rudimentarias são as que, não tendo emprego na palavra primitiva, desempenham papel activo nas palavras derivadas" (p. 52-53). Como exemplo das primeiras, é dada a letra m em "comdemnar"; das segundas, a letra p na palavra francesa "drap". É nessa altura que Júlio Ribeiro afirma que "o portuguez moderno tem conservado muitissimos vestigios de sua origem latina" (p. 53), um "parentesco" que se mostraria mais evidentemente na "phase embryonaria" da língua. Como ilustração dessa fase embrionária do português é transcrito um pequeno fragmento de Santa Cruz de Villariça de 1225. Em uma ponta, no século XIX, temos o português moderno; na outra ponta, no século XIII, o português embrionário. É a partir desse fragmento que se reafirma que "as linguas modernas, bem como as especies zoologicas tem sua origem revelada por orgams rudimentarios e atrophiados, e possuem fosseis de maior ou menor vetustez" (p. 53-54).

As asas de certos insetos, a cor de algumas algas e a pubescência de certas partes da flor nas plantas herbáceas são os exemplos escolhidos para explicar em que sentido a uniformidade de um conjunto de caracteres é critério de classificação genealógica das espécies, para a definição de grupos e de variedades. Quanto às línguas, o exemplo dado por Júlio Ribeiro é a dos traços característicos do português e de outras línguas "filhas do latim", de forma a explicar que as línguas "oriundas do mesmo tronco" apresentam um conjunto comum de características: 1) persistência do acento tônico original; 2) o som nasal nas sílabas an, en, in, on, un; 3) o som particularíssimo dos ditongos ão, ãos, ões, ães; 4) a sonoridade musical, realçada pelos ss, das desinênicas. A partir dessa listagem, Júlio Ribeiro defende que o "Portuguez apresenta exemplos notaveis da cadeia de affinidades que liga á expressão latina a expressão moderna" (p. 54), acrescentando também que, para o português, os "seculos medievaes" funcionam como as "camadas geologicas" para as espécies, isto é, "são os

depositarios dos typos intermediarios que prendem ao antecessor a sua mais nova vergontea" (p. 54-55). O mínimo que se pode dizer desse trecho é a consideração do português como uma língua que existe desde a Idade Média. Não deixa de haver também uma certa periodização, sendo possível interpretar "antecessor" como o latim e "sua mais nova vergontea" como o português moderno. Entre esses dois pontos, os "typos intermediarios" corresponderiam à fase embrionária, medieval, do português.

Para ilustrar as ligações entre os pontos do português, de forma a mostrar a cadeia de afinidades das línguas, Júlio Ribeiro demonstra a origem das palavras *especieiro*, *espião* e *bispo*, exemplo que seria "evidenciado pelos trabalhos exactos da philologia e da linguistica" (p. 55). Numa longa exposição, ensina-se que essas três palavras "têm por origem comum" o sânscrito e que a primeira "entrou no Portuguez por intermedio do Latim"; a segunda, do alto-alemão; a terceira, do grego. Para provar "como a cadeia das affinidades restaurada pelos linguistas, mostra que o sangue do mesmo pae corre nas veias de tres filhos, em apparencia diversissimos" (p. 57-58), apontam-se as acepções novas que cada uma dessas palavras vai tomando, as leis que subordinaram essa ou aquela mudança, as relações de parentesco entre as palavras ("filha legitima", "irmã"), as ligações por troncos, galhos e ramos à "arvore sanskrita", a conversão de radicais e a inversão de letras, o escorregamento de acentos e a queda de sílabas, mas também os acontecimentos da história dos povos que proporcionaram mudanças, o que fica claro pela afirmação de que os "Latinos de Roma, acceitando o khristianismo dos Gregos da Asia Menor e de Alexandria, accommodaram ao seu idioma a palavra grega" (p. 57). Nesse exercício, a construção de uma árvore do sânscrito aparece como uma tarefa de enorme valor: "Construir a arvore inteira do Sanskrito—spas—seria dar uma imagem brilhante da descendencia das especies e de suas evoluções" (p. 55).

O problema da origem é reposto do fim do capítulo, formulado a partir das seguintes perguntas: "Derivam as linguas de uma só ou de muitas linguas ? Provêm as especies de um só ou de muitos troncos ?" (p. 58). Com uma breve menção ao capítulo anterior do livro, reafirma-se que tal problema é "o que não se sabe, o que nunca se ha de saber", padecendo a origem do destino de todo o ideal, isto é, "cada exforço approxima delle o homem que, todavia, nunca póde attingil-o", de maneira que por "descobertas graduaes restringirá a sciencia o numero das especies geradoras, como a philologia e a linguistica o numero das linguas mães ; mas a unidade primordial escapará sempre" (p. 58). A "unidade",

“typo supremo” e “corôa de todas as demonstrações” será sempre um “ideial”, haja vista a “impossibilidade de provar experimentalmente que ella existe”. No jogo entre o real e o ideal, o problema da origem se põe fatalmente no campo do último: “Nunca se poderá exclamar: «A unidade é uma realidade!» Dir-se-á sempre : «A unidade é um ideial!»” (p. 58). Contudo, por um movimento constante de aproximação levado pelas descobertas da ciência, e somente nessas condições, o problema da origem também reside no campo do real. A “unidade primordial” é um ideal, mas é bastante real e desejada a sua busca. A “certeza das inducções”, “fundadas em factos e na observação exacta das cousas”, pode “affrontar as khóleras mysticas e as criticas anakhronicas”, consciente de que o maior dos mitos, a mãe das línguas-mães, a “unidade primordial”, será para sempre um mito.

3.5 Famílias de línguas

Nos quatro capítulos seguintes, 5) *Linguas monossyllabicas*, 6) *Linguas agglutinantes*, 7) *Linguas flexionaes*, 8) *Linguas contractas*, Júlio Ribeiro descreve cada uma dessas quatro “famílias de línguas”, partindo do princípio de que as línguas e as famílias de línguas apresentam “fórmas differentes”. Desse modo, vai enumerar, segundo sua terminologia, as diversas *classes*, *grupos*, *subgrupos*, *ramos*, *ramúsculos* e *dialetos* em que se organizam as línguas segundo as suas diferentes formas. Para cada grupo de línguas, cada qual correspondendo a um “periodo linguistico” particular, além da enumeração das línguas compreendidas, aponta-se também, com menor ou maior grau de detalhes, uma série de características, um nível correspondente das ideias, uma fórmula, os povos e as regiões que as falam. Nessa empreitada, Júlio Ribeiro faz referência a Philipp von Martius, Max Müller e Abel Hovelacque, trabalhando a questão principalmente a partir desse último, recortando e traduzindo trechos do seu livro *La Linguistique* (1877), mas sem que a fonte seja indicada, e também a partir de André Lefèvre.

A tipologia das línguas é um elemento do comparatismo que será refinado ao longo de todo o século XIX, mas tendo pouco evoluído, tanto nos princípios quanto nos julgamentos de valor, desde o modelo estabelecido por Schlegel, como explica Auroux (2010a). Friedrich Schlegel, como ensina Schmitter (2000), estabelece uma classificação dos principais tipos de línguas segundo sua “estrutura interna”, dividindo-as em línguas *orgânicas*

(*flexionais*), aquelas que indicariam suas significações acessórias por uma mudança da vogal do radical, e em línguas *mecânicas* (*isolantes* e *aglutinantes*), aquelas que indicariam essas significações acessórias ajuntando elementos ao radical. Essa tipologia das línguas em isolantes, aglutinantes e flexionais será retomada por nomes célebres como Schleicher, como mostram Auroux, Bernard e Boulle (2000), sendo a sua paternidade, por assim dizer, um objeto de polêmica na época, como esclarece Trabant (2000). Esse último comenta que é alguém como Pott quem introduz na literatura linguística do século XIX a ideia de que a classificação das línguas em flexionais, isolantes, aglutinantes e incorporantes é obra de Humboldt, interpretação que será contestada por outros autores daquele tempo, como Stheinthal, que afirmava que a teoria humboldtiana desautoriza a classificação das línguas. Como antecipamos acima, embora não faça referência explícita, é a partir de nomes como Philipp von Martius, Abel Hovelacque e André Lefèvre que Júlio Ribeiro trabalha a questão da classificação das línguas, trazendo a língua portuguesa e as línguas indígenas brasileiras para esse estudo.

Numa escala, a família das línguas monossilábicas é posicionada como "a mais simples", "a forma elementar", como um "primeiro estado", como uma "primeira camada linguistica", ou ainda como um "primeiro pouso histórico". Nesse estágio, "as palavras são meras raizes", isto é, "a fórma da palavra é única : é a raiz em sua crueza, é a raiz invariavel" (p. 63). São estas as características apresentadas para a família das línguas monossilábicas: "Nenhuma indicação de pessoa, de genero ou de numero ; nenhuma indicação de tempo ou de modo; nada de elementos de relação, nada de conjuncções, nada de preposições. Apenas uma idéia muito vasta, sinão muito vaga, que nem siquer traduz a fórma, já de si tão pouco determinada, do nosso infinitivo" (p. 63). Ou ainda isto: "nada de prefixos, nenhuma indicação de qualquer genero que possa indicar uma relação, um liame" (p. 63-64). Por essas características, essa família de línguas é representada pela fórmula raiz+raiz+raiz, sendo que tais "raizes successivas" são "sempre invariaveis", o que é ressaltado como "o ponto capital a notar".

Como um estado de língua é associado a um estado de ideias, por assim dizer, a família das línguas monossilábicas é expressa como aquela na qual "só idéias essencialmente geraes" são despertadas pelas raízes, como aquela "formada de elementos cujo sentido é eminentemente geral". A partir de exemplos da língua chinesa, expõe-se como nas línguas

monossilábicas a “posição do vocabulo na phrase serve tambem muitissimo para exprimir diversidade de relações (p. 64-65), argumentando-se que “toda a grammatica das linguas monosyllabicas consiste em syntaxe”, e também como os “tons são de utilidade capital quando se trata de distinguir as significações, por vezes diversissimas, de syllabas formadas com os mesmos elementos, ressaltando-se, assim, o “papel que nas que nas linguas monosyllabicas representam as inflexões da voz” (p. 65).

A última explicação dada é a dos idiomas que compõem as línguas monossilábicas. Elas seriam “representadas por sete idiomas vivos : o Chinez (dividido em tres grandes dialectos), o Annamita, o Siamez, o Birman, o Thibetano, o Pegu e o Kassia” (p. 66). Enquanto Júlio Ribeiro põe esses sete idiomas no mesmo patamar, listando-os um ao lado do outro, Hovelacque vai tratar os quatro primeiros como “línguas monossilábicas principais” (*les langues monosyllabiques principales*), tratando o Pegu e o Kassia à parte e argumentando que “sua pouca importância nos autoriza a passar em silêncio sobre eles” (*Leur peu d'importance nous autorise à les passer sous silence*) (1872, p. 43). No mais, Hovelacque vai tratar detidamente de cada uma daquelas línguas monossilábicas principais em cerca de treze páginas que não serão aproveitadas por Júlio Ribeiro, que se limita a localizar os povos e as regiões do globo onde e pelos quais eram seriam faladas: “Os dominios destas linguas não transpõem o oriente da Asia : são falladas todas por povos da raça amarella. Todavia entre ellas não ha identidade de raízes” (p. 66). É importante notar mais uma vez, e essas citações deixam bastante claro, as articulações estabelecidas entre uma língua, um período histórico (de desenvolvimento da própria língua), uma região geográfica e um povo, uma raça.

No caso das línguas aglutinantes, correspondentes já a um “segundo período histórico”, “muitos elementos se juxtapõem realmente, se agglomeram, se agglutinam dai o nome de linguas agglutinantes ou agllomerantes” (p. 67). Sendo assim, na questão do sentido, os “elementos que entram na confecção da palavra não possuem mais todos seu valor proprio, seu valor primo”, de forma que um desses elementos, apenas um, “fica com a idéia principal, com a significação, com o sentido” ao passo que os outros perderiam “o seu valor independente”, ainda que possam conservar “um alcance pessoal, individual, mas inteiramente relativo” (p. 67). Dessa maneira, completa o autor, o “elemento, cuja significação tiver persistido, verá gruparem-se-lhe em torno outros elementos que, tendo

perdido o seu valor primitivo, só servirão para determinhar-lhe o modo de ser, o modo de acção" (p. 67).

O autor apresenta três fórmulas possíveis para representar as línguas aglutinantes, –rR–, –Rr– e –rRr–, com –R– representando "o elemento persistente" e a série –rr– "os elementos relativos": "— rR—a raiz significativa precedida de um elemento de relação ; —Rr —a mesma raiz seguida de um elemento de relação : —rRr—a mesma raiz entre dons elementos relativos, e assim por diante" (p. 68). Nesse momento, apresentam-se os conceitos de prefixo, sufixo e afixos: "Collocado antes da raiz, o elemento de relação chama-se prefixo ; eollocado depois, chama-se suffixo. Prefixo e suffixo têm o nome geral de affixos" (p. 68). O exemplo dado para "melhor comprehender a Theoria" é o da palavra raçó em Tupi: "—raçó— em Tupy dá a idéia de «levar» ; —araçó—«levo», —reraçó—«levas»,— oraçõ—«leva» são productos da formula —rR; oracóan—«levou» são productos da formula —rRr—. E assim sempre" (p. 68). Nessa explicação, o exemplo dado originalmente por Hovelacque era o da palavra *kértëk* na língua húngara.

Na continuação, são apresentados os dois fatos característicos que distinguem a classe das línguas aglutinantes da classe das línguas monossilábicas. O primeiro é que, nas línguas aglutinantes, "a palavra não é mais composta da raiz só, mas é formada pela reunião de muitas raizes" (p. 68-69). O segundo é que, nessa justaposição, "uma só das raizes agglomeradas conserva o seu valor real : as outras raízes veem a sua significação diminuir, passar para a esphera inferior ; ficam só servindo para tornar preciso o modo de ser ou de acção da raiz principal, cuja significacão primitiva persistiu" (p. 69).

As línguas aglutinantes são, nas palavras do autor, "mais numerosas actualmente do que quaesquer outras, são falladas nas cinco partes do mundo" (p. 69), sendo divididas em doze grandes classes: dradivianas, mongolicas, tartaras ou turcas, samoyedas, finnezas, boreaes, do caucasoa, africanas, oceanicas, americanas, escutar (ou euscara, uscara, vasconço), japonez e koreano. Algumas dessas uma dessas doze grandes classes serão ainda subdividades em outras *classes*, *ramos*, *ramúsculos*, *grupos* e *dialetos*, segundo a terminologia empregada no texto. Assim, por exemplo, as línguas mongólicas seriam divididas em duas classes, a saber, a "mongolica propriamente dito" e o "tonguse", enquanto que as línguas tártaras ou turcas seriam divididas em três ramos, o "Turco do Djagathai", o "Turco Septentrional" e o "Turco Occidental". Essas subdivisões ganham algumas vezes

outras subdivisões. Dessa forma, por exemplo, as línguas finezas compreenderiam cinco ramos, o "Ugriano", o "Bulgaro", o "Permiano, o "Tshude" e o "Esthonio", com o ramo "Ugriano" sendo subdividido em outros três ramos, o "madgyar," o "vogul" e o "ugro-ostiaco". Algumas vezes, o número de subdivisões chega a dezenas. É o caso das línguas americanas, que contariam com vinte e seis grupos de idiomas distintos, subdividos, por sua vez, "em uma infinidade de ramúsculos pouco conhecidos" (p. 75). Como se nota, fogem desse painel as línguas que ainda são desconhecidas e também aquelas que não foram ainda suficientemente conhecidas, registradas, estudadas. Em todo caso, esse painel gigantesco de línguas apresentado dá uma ideia do grau de conhecimento e de descrição das línguas faladas no mundo no século XIX.

É no grupo das línguas americanas que vamos encontrar as línguas faladas no Brasil:

> Relativamente ás linguas do grupo tupy-guarany, satisfaz bastante a subdivisão ethnographica de Martius.
>
> Este grande investigador faz dos povos da America Meridional um immenso grupo, a que dá o nome de brasilio-guarany, e o subdivide em
>
> a) *Tupys* ou *Guaranys*, provavelmente originarios da região cortada pelo Paraná e pelo Rio Grande, donde se espalharam para o norte até a Guyana e a foz do Amazonas, onde eram chamados *Tupinambás*. Dividem-se em muitas tribus, sendo uma das mais numerosas a dos *Omaguas*, que habitam no centro, em os territorios do Tocantins, do Madeira, do Tapajoz superior, e nas vizinhanças da fronteira do Perú.
>
> b) *Ges* ou *Crans*, numerosa familia de que são membros os *Cayapós*, os *Chavantes*, os *Mongoyos*, os *Cotochos*, etc., espalhados desde o Rio Pardo e do Rio de Contas até o Solimões superior e o Jurúa de uma parte e de outra até o norte de Goyaz e Maranhão.
>
> c) *Goytacazes* muito disseminados e quasi extinctos, em outros tempos estabelecidos no território do Rio de Janeiro.
>
> d) *Crens* ou *Guerens* divididos em *Purys*, *Coroados*, *Ararys*, *Aymorés*, *Goyanazes*, etc. Os Aymorés são conhecidos vulgarmente por *Botucudos*.
>
> e) *Parixis* ou *Poragis*, comprehendendo os *Guaxis*, *Cabichis*, *Mekens*, *Tamaris*, etc. occupam o *plateau* do Tapajoz, Madeira e Paraguay.
>
> f) *Guaikurús* ou *Lengoas*, Indios do Gran Chaco e das regiões circumvizinhas divididos em muitas nações conhecidas sob diversos nomes.
>
> g) *Guks* ou *Cocos* espalhados desde a ribeira de Cayena até o Amazonas.
>
> h) *Aruaks* que habitam a Guyana Franceza indo até ao Rio Negro.
>
> i) *Carahybas*, da região do Baixo Orenoco e das Pequenas Antilhas, donde já desappareceram. (p. 75-77)

Essa referência à classificação de Carl Friedrich Philipp von Martius não é feita através de Hovelacque, que não menciona o trabalho desse pesquisador alemão que fez expedições no Brasil no início no século XIX. Quando trata das línguas americanas, Hovelacque se limita a listar o tupi-guarani entre os vinte e seis idiomas ou grupos de idiomas estabelecidos por Max Müller para a população da América:

> Le *tupi*, le *guarani* et l'*omagua*. Les deux premiers forment à eux deux un groupe plus particulier ; ils comprennent des idiomes parlés dans la région du Parana, du Paraguay, de l'Uruguay.
>
> Dans ces mêmes contrées l'on rencontre quelques idiomes, tels que celui des Botocudes à l'est du San-Francisco, qui ne semblent pas appartenir au groupe en question. (1877, p. 171)

É, portanto, uma iniciativa do próprio Júlio Ribeiro dar destaque ao grupo das línguas tupi-guaranis, num gesto de autoria de sua parte de completar, por assim dizer, o quadro das línguas americanas desenhado por Hovelacque com a classificação detalhada que Carl Friedrich Philipp von Martius faz das línguas tupi-guaranis na América. Por esse gesto de autoria, as línguas indígenas brasileiras são inseridas nas questões gerais do conhecimento científico sobre a linguagem no século XIX.

Seguindo diferentes níveis de detalhamento, serão apontados os povos, as nações, as regiões e mesmo a quantidade de falantes para as línguas ou grupo de línguas aglutinantes. Em algumas ocasiões, é possível ver inclusive considerações sobre o grau de facilidade ou dificuldade de uma língua. Dessa forma, por exemplo, é dito que as línguas dravidiadas são faladas pela "população descendente da que os Ayanos encontraram de posse da peninsula cisgangetica, ainda hoje servem de meio de relação a cerca de quarente e cinco milhões de pessoas desde os montes Vindhya e a ribeira Narmadâ até ao cabo Camorim" (p. 69) e que as línguas samoyedas "predominam nas costas do mar glacial, e que são apenas falladas por cerca de vinte mil individuos" (p. 71), ou ainda que a língua escuara "é fallada em uma área de cerca de 190 kilometros de largura e de 50 a 80 de altura" (p. 77). É justamente a apreciação dessa língua euscara que nos dá um exemplo sobre considerações sobre a facilidade ou dificuldade de um idioma, pois dela se diz que é uma "lingua curiosa e difficil, cuja existencia na Europa tem dado campo ás divagações do ethnographos e linguistas" (p. 77), ou ainda que é "tão complicado e abstruso que, segundo Hovelacque, offerece difficuldades insuperáveis aos que só estão habituados a commentar os textos gregos e latinos

pelos processo empiricos" (p. 78). Em outros casos, encontramos também considerações sobre a literatura produzida em um grupo de línguas, situação do madgyar, a "lingua nacional Hungaros", da qual se fala que "poliu-se na Europa e illustrou-se, produzindo uma litteratura notável, cujo primeiro monumento data do seculo XII", sendo "um dos idiomas europeus mais interessantes para a sciencia, pois que, apezar da civilisação do povo que o falla e de conviver de perto com as linguas de flexão, nunca passou do estado agglutinativo", fato que a levaria a "servir de exemplo de crystalisação linguistica" (p. 72).

Na sequência, no capítulo VII, as línguas flexionais, correspondentes ao "periodo amalgamente", vão ser definidas como aquelas "em que se podem exprimir as relações que as palavras mantêm entre si, não sómente por meio de affixos, mas tambem por uma variação da propria fórma da raiz" (p. 80). Elas seriam assim caracterizadas pelo fato de a raiz poder "exprimir por meio de uma modificação de sua forma propria as relações que tem com outra raiz qualquer" (p. 80). Diante disso, a flexão é conceituada como "a possibilidade que tem uma raiz de exprimir, modificando-se assim, uma certa modificação de sentido" (p. 80). O texto ressalta que nem sempre as palavras das línguas flexionais têm a raiz "necessariamente modificada", sendo que "por vezes ella conserva-se intacta como no periodo agglutinativo: mas «póde ser modificada»" (p. 80).

As fórmulas usadas para representar as línguas flexionais são –R^er–, e –rR^e– e –rR^er–, com o índice –e– representando as modificações da forma da raiz: "Si representarmos por um expoente —e— Esta faculdade da raiz, a formula do periodo agglunitativo —Rr— converter-se-á no periodo amalgamante em —Rer— ; —rR— ficará sendo —*rR^e*— ; —*rRr*— será—*rR^er*—, e assim por diante" (p. 81-82). Em outro momento, afirma-se o seguinte: "Em uma lingua flexional a formula de uma palavra pode, pois, ser–Rre, Rere, Rrre– e assim por diante, isto é, um elemento derivativo pode tanto ser modificado em sua fórma, em vista de uma mudança de sentido, como o pode ser a propria raiz principal" (p. 83). Chama-se a atenção para o fato de não apenas a "raiz capital", mas também o sufixo, "a raiz que forma o elemento da relação", pode ser modificado. O exemplo para ilustrar tal fato é tomado das línguas indo-europeias:

> Eis um exemplo deste facto tomado das linguas indo-eruopeias: o Sanskrito—*eti*—, o Latim—*it*—cuja velha formula é—*eit*—, o Lithuano—*eiti*—, procedem todos de uma formula commum —*AIti*— «elle vai». As duas raízes que contribuíram para

> formar esta palavra são—*I*— «ir» e — *TA* —, pronome demonstrativo que encontramos em Grego —tó—«o» e em Latim —*iste*—. Na palavra em questão estas duas raízes foram submettidas á flexão. Não se sabe na verdade qual a causa que determinou a modificação do radical—I—em—AI—, mas sabe-se perfeitamente que o elemento —TA— foi mudado em —TI—para passar do sentido passivo para o activo. Encontra-se, com affeito, este pronome com sentido passivo, sempre que elle se conserva tal qual é : em Latim, por exemplo, —*scrip-tu-s*—, —*rup-tu-s*—, em Grego —*gno-tó-s*—. Pelo contrario, sob a forma modificada elle dá um sentido activo á raiz a que está suffixo : é o que se vê no Latim —*ves-ti-s*—, no Grego —*man-ti-s*—.
>
> Este suffixo–*ti*–, tomado ao acaso para exemplo, formou nas linguas indo-européas grande quantidade de nomes activos oppostos ás formas em –*ta*– passivas e mais antigas. E'o que se acha em Sanskrito :–*pati*–«senhor» ; em Latim –*poti*– «mesmo sentido» (nominativo–*potis* ou *pos* : *compos*, *impos*–); em Lithuanio–*pati*–«mesmo sentido» (nominativo–*pàts*–). (p. 82-83)

As línguas flexionais seriam divididas em três grupos, o khamitico, o semitico, e o indo-europeu, cada um também decomposto em outros diversos subgrupos e ramos. Assim, as línguas khamiticas contariam com os subgrupos Egypcio, Lybico e o Ethiope, ao passo que as língua semíticas contariam com os subgrupos Aramaico, Hebraico e o Arabico. Na divisão das línguas semíticas, Hovelacque fala na verdade em grupo cananeu e não em hebraico, como Júlio Ribeiro, colocando o hebraico e o fenício como línguas constituintes desse grupo chamado cananeu. Da mesma forma, enquanto Júlio Ribeiro fala apenas de grupo aramaico, Hovelacque vai classificar esse grupo como aramaico-assírio. As línguas indo-europeias, por sua vez, compreenderiam nove subgrupos, o Indiano, o Iraniano, o Celtico, o Hellenico, o Italico, o Germanico, o Slavo, o Lithuanico e o das "linguas ainda não classificadas". Hovelacque, no entanto, considera apenas oito grupos para as línguas indo-europeias, não contando justamente as línguas ainda não classificadas. É interessante notar essa flutuação na classificação de uma língua segundo os dois autores, no que pode ser apontado como mais um gesto de autoria de Júlio Ribeiro, que não apenas retoma as teorias linguísticas, mas também as reformula. Na maior parte desses subgrupos das línguas indo-europeias, há ainda uma divisão entre as línguas mortas e as línguas vivas. O Dacio, por exemplo, consta como uma língua morta do subgrupo das línguas indo-europeias não classificadas, sendo caracterizado como uma língua "de que só restam alguns nomes de plantas e de geographia, conservados por escriptores gregos" (p. 90), ao passo que, no mesmo subgrupo das línguas indo-europeias não classificadas, o Albanez aparece como uma língua viva, classificado como um "idioma indubitávelmente indo-europeu, mas collocade pelos philologos ora entre as linguas slavas, ora entre as itálicas, ora entre as hellenicas, e até entre as iranianas" (p. 90).

O português vai aparecer no subgrupo Itálico, no qual se colocam o Osco, o Ombrio e o Latim como línguas mortas e o Provençal, o Francez, o Italiano, o Hespanhol, o Rumano e o Grisão, Ladim ou Rumanche e o próprio português como línguas vivas. O texto destaca que as sete línguas vivas do subgrupo Italico são chamadas de "Neo-Latinas ou Romanicas". É interessante marcar que são quase inexistentes nesse capítulo das línguas flexionais os apontamentos de povos e regiões. Encontramos, na verdade, apenas dois exemplos, sendo o primeiro quando se aponta que o Lybico moderno, do subgrupo do Lybico do grupo Khamitico, "é a lingua dos Berbéres e Kabilas", e o segundo quando se aponta que o Kaldaico, do subgrupo Aramaico do grupo Semitico, "foi a lingua de Jesu-Khristo", essa última uma atribuição que não se encontra em Hovelacque. É preciso dizer ainda que boa parte desse capítulo se dedica a apresentar as particularidades que marcam as diferenças entre o grupo semitico e o grupo indo-europeu. Como Júlio Ribeiro não recupera o detalhamento feito por Hovelacque para cada uma das línguas novo-latinas, ele corta toda a passagem em que o autor francês aborda o português[22].

Por fim, as línguas contractas são descritas como "as linguas indoeuropéas vivas, principalmente as romanicas e germanicas", as "linguas modernas", caracterizadas em sua maior parte "pela atrophia ou desapparição das syllabas que seguem a syllaba accentuada", isso "em virtude de um principio biologico" (p. 91). Num outro gesto de autoria de sua parte, Júlio Ribeiro reserva um capítulo exclusivo de seu livro para tratar desse grupo de línguas, enquanto Hovelacque, sem empregar o termo língua contracta, vai estudar essas línguas nomeadas dessa forma pelo autor brasileiro no capítulo sobre as línguas flexionais. É de Lefèvre que Júlio Ribeiro parece recuperar essa categoria de línguas contractas, pois, como vimos no estudo sobre a origem da linguagem, o autor francês, no que será retomado pelo brasileiro, vai falar de quatro períodos históricos pelas quais todos os idiomas teriam passado, considerando, assim, um período época de contração depois dos estágios monossilábicos,

---

[22] Eis a descrição que Hovelacque faz do português: « Le portugais.—Il est fort rapproché de l'espagnol, mais on ne peut le considérer comme un dialecte de cette dernière langue. Le portugais et le galicien, parlé au nord-ouest de l'Espagne, forment à eux deux un rameau roman bien indépendant. Leurs plus anciens monuments sont moins vieux que ceux de la langue espagnole et ne dateraient que des dernières années du douzième siècle. Le fonds de mots arabes que l'on rencontre en espagnol est à peu près le même que celui que renferme le portugais, mais cette dernière langue possède un certain nombre de mots d'origine française étrangers à l'espagnol. Ils sont dus, pense-t-on, à la fin du onzième siècle, au temps de la domination de Henri de Bourgogne.
Le portugais, en dehors de son territoire européen, est parlé dans certaines contrées de l'Afrique et de l'Amérique, notamment au Brésil. » (1877, p. 330-331)

aglutinantes e amalgamentes[23]. O gesto de autoria de Júlio Ribeiro estaria, assim, na combinação de teorias e classificações de autores diferentes, dando destaque a um grupo específico de línguas, o das línguas contractas, com a escrita de um capítulo exclusivo de seu livro para tratar da questão. O exemplo dado por Júlio Ribeiro nos confirma essa filiação com Lefèvre na consideração de uma família de línguas contractas, pois o termo, não utilizado por Hovelacque, é empregado por Lefèvre no seu livro *Études de Linguistique et de Philologie*, de 1877, numa passagem que será retomada integralmente por Júlio Ribeiro:

Em Júlio Ribeiro, temos:

> Assim, tomando para exemplo o Francez que é a mais contracta e a mais original das linguas romanicas, em *Port-Vendres* (Portus Veneris) e em *Fréjus* (Forum Julius) desappareceram quase inteiramente todos os elementos não accentuados ; o primeiro inseriu um —*d* euphonico, o segundo passou o —*r*— para antes de —*o*—, e enfraqueceu este —*o*— em —*e*— para deixar toda a força ao segundo accento. *Père, mère, frère, sœur, fils, oncle (pater, mater, frater, soror, filius, avunculus)* e todos os vocabulos francezes anteriores ao seculo XIV apresentam contracções similhantes. (1880, p. 91)

Em Lefèvre, por sua vez:

> Ainsi, pour ne citer que le français, la langue romane la plus contractée et la plus originale, dans les noms de Port-Vendres (*Port*us *Véneris*) et de Fréjus (*For*um *Julius*), tout ce qui n'est pas accentué à peu près disparu ; le premier a inséré un *d* euphonique, le second a fait passer le *r* avant l'*o*, et affaibli ce dernier en *e* pour laisser toute sa force au second accent. Père, mère, frère, sœur, fils, oncle, et tous les vocables français qui n'ont pas été simplement calqués, à partir du quatorzième siècle, sur des mots latins, présentent des contractions analogues: (*Pat*e*r*, *mat*e*r*, *fili*u*s*, *so*r*or*, av*unculus*). (1877, p. 18)

Numa posição autoral brasileira de colocar o português em primeiro plano da explicação linguística, Júlio Ribeiro vai apresentar as transformações, nove para ser exato, pelas quais o português passou a partir do latim:

> Na transformação do Latim em Portuguez nota-se :
>
> 1) a persistencia do accento tonico latino, ex. —*amigo*, de *amíco* ; *fêmeia* de *fémina* ; *hómem* de *hómine* ; *pállido* de *pállido*— ;
>
> 2) a suppressão das vogaes breves que precedem a syllaba accentuada, ex.— *bondade* de *bonitate* (suppressão de *i*) ; *relógio* de *horologio* (suppressão de *ho*) ;
>
> 3) queda de lettras alterantes medías e até de syllabas inteiras, ex. —*alugar* de

[23] Nas palavras de Lefèvre: « Les quatre périodes que nous venons de définir peuvent être dites historiques; il en reste des échantillons plus ou moins complets, des témoignes irrécusables. Et, comme on peut en retrouver les traces confondues dans une seule et même langue, on conclut assez vraisemblablement que tous les idiomes ont passé par quatre états monosyllabique, agglutinatif, amalgamant et contracté. » (1877, p. 21-22)

adlocare (queda de *d*) ; *boi* de *bove* (queda de *v*); *dedo* de *digito* (queda de *gi*) ;

4) em geral a substituição de sons fortes por brandos, especialmente

a) de—*b*— por —*v*— ex. —*nuvem*— de *nube*— ;

b) de—*c*— por —*z*—, ex. —*dizer* de *dicere*— ;

c) de—*f*— por —*v*—, ex. —*ourives* de *aurifex*—

d) de—*l*— por —*r* ou *d*—, ex. —*lírio, escada* de *lilio*, *scalla*—;

e) de—*p*— por —*b*—, ex. —*lobo* de *lupo*— .

A transformação de —*p*— em —*v*— effectua-se por intermédio de —*b*—, ex. —de *scopa* vem *scoba*, e de *scoba*, *escova*— ;

f) *de* —*r*— em —*l*—, ex. —*alvitre* de *arbitrio*— ;

g) de —*s*— em —*z*—, ex. —*rosa* (pronuncia-se *roza*) de *rosa* (pronuncia-se *rossa*) ; também em —*j*—, ex. —*queijo* de *caseo* —.

h) de—*ss*— em —*x*—: ex. —*paixão* de *passione* —:

i) de—*t*— em —*d*— ex. —*roda* de *rota* —;

j) de—*x*— em —*z*—, ex. —*exame* (pronuncia-se *ezame*) de *examine* (pronuncia-se *egzamine*) —; tambem em —*ch*—, ex. — *luxo* (pronuncia-se *lucho*) de *luxo* (pronúncia-se *lucsu*) ;

5) a obliteração do genero neutro ;

6) o apparecimento dos artigos—*o, a, os, as, um, uma, uns, umas*—;

7) a suppressão dos casos e, conseguintemente, a passagem da declinação para o estado analytico por meio de preposições ;

8) a passagem da conjugação para o estado analytico por meio de auxiliares ;

9) a construcção direita da phrase na ordem logica do pensamento. (p. 93)-95

Diferentemente de toda a atenção dada por Júlio Ribeiro à língua portuguesa no tratamento da classificação das línguas, Hovelacque, no livro que serve de referência para o primeiro, faz apenas referências muito pontuais ao português[24], tomando-o inclusive como um dialeto do espanhol[25]. Hovelacque vai formular a questão da mudança do latim do ponto de vista dos fenômenos gerais de transformação que originaram as línguas românicas, pondo acento sobre o francês e fazendo observações também sobre o italiano e o espanhol, sem qualquer nota sobre a língua portuguesa:

---

[24] « Les cinq cents homophones mongolo-japonais, que l'on s'est plu à découvrir, ne font pas avancer la question d'un seul pas. Autant comparer entre eux l'article **portugais** *o*, *a*, l'article magyar *a*, et l'article basque *a*. » (p. 98)
« On compte sept langues novo-latines : le portugais, l'espagnol, le français, le provençal, l'italien, le ladin, le roumain. » (p. 317)
« Les limites actuelles de l'espagnol sont tracées à l'ouest par le **portugais**, dont nous parlerons tout à l'heure ; au nord par le basque, dont nous avons indiqué ci-dessus la frontière, p. 149 ; à l'est il ne s'étend qu'en tant que langue littéraire sur la Catalogne et Valence, où la langue populaire est le catalan, dont nous avons parlé en traitant du provençal. » (p. 330)
« Le **portugais**, en dehors de son territoire européen, est parlé dans certaines contrées de l'Afrique et de l'Amérique, notamment au Brésil. » (p. 331)
« *Galicien*. Parent du portugais. » (p. 429)

[25] Ver nota 22.

> On compte sept langues novo-latines : le portugais, l'espagnol, le français, le provençal, l'italien, le ladin, le roumain. Avant de parler de l'extension géographique de chacun de ces idiomes, et de dire quelques mots de leur physionomie particulière, nous devons tourner notre attention sur deux faits capitaux qui dominent toute cette étude. L'un de ces faits est le rôle de l'accent tonique dans la formation des mots novo-latins, l'autre est le passage de la déclinaison latine à l'état analytique des langues romanes.
>
> On peut dire d'une façon générale, pour toutes les langues romanes, que la formation même de leurs mots est fondée sur la persistance de l'accent tonique (I) : là où était l'accent latin, là se trouvent l'accent italien, l'accent français. Tel est le principe. Des lois accessoires se sont jointes à ce principe, mais ne l'ont pas fait fléchir. Prenons pour exemple ce qui se passe dans la langue française.
>
> A côté de la persistance de l'accent latin, le français nous montre deux principes accessoires : l'un est la suppression des voyelles brèves non accentuées qui précèdent la syllabe sur laquelle se trouve l'accent tonique ; l'autre est la chute de certaines consonnes médianes. L'accent, par exemple, est sur la voyelle a a » dans les mots *bonitatem*, *liberare*, *sanitatem*; il reste sur la voyelle corres- pondante dans *bonté*, *livrer*, *santé*, et nous voyons que dans ces trois exemples la voyelle inaccentuée « i » ou « e » a disparu. Dans *lier*, *douer*, la consonne médiane de *ligare*, *dotare* a également disparu.
>
> Remarquons-le aussi, le français sacrifie tout ce qui suit la syllabe accentuée; les terminaisons masculines « essaim, peuplé, hôtel » portent toutes l'accent, et dans ses terminaisons dites féminines, « meuble, esclandre », il faut en- core reconnaître que l'accent tonique est sur la dernière syllabe (dans le cas présent sur « eu, an »), car la voyelle terminale « e » n'est point prononcée et n'existe dans la poésie que d'une façon artificielle. En réalité, « esclandre, semaine » sont des mots de deux syllabes portant l'accent tonique sur la dernière de ces deux syllabes, sur «an » et sur « ai » .
>
> […]
>
> Arrivons au second fait capital, et non moins intéressant, qui domine, lui aussi, l'étude des langues romanes. C'est, avons-nous dit, le passage de l'état synthétique du latin qui possède une déclinaison do plusieurs cas, à l'état analytique des langues novo-latines qui ont perdu toute trace de déclinaison.
>
> Dans les plus anciens monuments de l'italien et de l'espagnol, nous ne trouvons qu'une langue analytique, complètement analytique. Il n'en est pas de même de l'ancienne langue française ni de l'ancienne langue provençale : à une certaine époque le français et le provençal se présentent, non pas avec des traces de cas, mais avec des cas véritables, avec deux cas, un cas sujet et un cas régime. (p. 317-320)

Já Júlio Ribeiro, além de apresentar detalhadamente as nove transformações pelas quais o português teria passado a partir do latim, apresenta também um comentário igualmente detalhado sobre como os substantivos portugueses foram derivados de substantivos latinos em ablativo no singular, na qual percebemos a tomada do povo como um elemento fundamental na mudança linguística:

> Os substantivos portuguezes derivam-se de substantivos latinos em ablativo no singular.
>
> A' medida que a linguagem latina popular foi desconhecendo a importancia dos casos, foram-se estes reduzindo aos que, com mais sensivel differença de flexão, exprimiam as relações mais urgentes do pensamento. Por preecher a ambos estes

> requisitos triumphou o ablativo. Mas, o que aconteceu com o plural ? A ignorancia do povo, ou antes o seu bom senso não se podia accomodar com as fórmas dversissimas e em apparencia irregulares—*filiabus, servis, ætatibus, exercitibus, speciebus*—. Foi, pois, adoptada a mais regular, a mais homologa, a menos complexe de todas, o accusativo plural, cuja flexão resumia-se quasi sempre em accrescentar um—*s*— ao ablativo singular: — de *filia*, *filias* filha, filhas ; de *servo*, *servos* servo, servos ; de *ætates ætates* idade, idades; de *exercitu*, *exercitus* exercito, exércitos ; de *specie*, *species* especia, especies —. (p. 95-96)

Toda essa discussão sobre a língua portuguesa parte de uma explicação sobre a existência de um princípio biológico, o qual, segundo Júlio Ribeiro, "conjunctamente com a acção dos meios, produz a contracção dos sons vogaes e a permutação dos alterantes chama-se o —principio da minima acção— isto é, do menor esforço a fazer para pronunciar" (p. 91-92) é baseado na lei de Grimm. É após tal explicação que o foco se volta à "contracção do Latim que deu origem ao Portuguez", processo que, "nos pontos capitães", "é identico para todas as linguas romanicas" (p. 93).

Para demonstrar como o português é "a lingua romanica que com mais fidelidade tem conservado as fórmas da conjugação latina", num discurso comum desde o Renascimento de procurar ligar as línguas ao latim e, assim, valorizá-las, o autor vai apresentar a seguinte tabela comparativa das desinências da voz ativa nos dois idiomas no fim do capítulo:

Todos os modos, excepto o imperativo				Imperativo	
		Latim	*Portuguez*	*Latim*	*Portuguez*
S.	1ª pessoa	m, o, i,	ou, o, a, ei, i, e, r		
	2ª	s, sti	s, ste	a, e, i, to	a, e
	3ª	t	a, e, i, ou, eu, iu, á, r	to,	
P.	1ª pessoa	mus	mos		
	2ª	tis	is, es	te, tote	e, i
	3ª	nt	am, ão, em	nto	

Para finalizar, Júlio Ribeiro declara que muitas "outras investigações curiosas se poderiam fazer sobre varios phenomenos do periodo contractivo, taes como a obliteração do genero neutro, a formação dos futuros e condicionaes romanicos, o apparecimento dos artigos, a creação dos advérbios em—mente— etc." (p. 96), momento em que anuncia, em nota de

rodapé, que sua gramática está prestes a ser lançada, uma obra "segundo o methodo comparativo", na qual todos esses outros fenômenos do período contractivo serão tratados. O interessante a notar é que, segundo indicação do próprio Júlio Ribeiro, essa gramática seria intitulada *Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa*, mas, como sabemos, ela acabou se chamando *Grammatica Portugueza*. Um segundo ponto a notar é a escolha do que cabe e do que não cabe dentro de um livro, um "resumo destinado sómente a popularisar o gosto dos estudos linguisticos", e de uma "grammatica especial". O detalhamento dos vários fenômenos do período contracto é para uma gramática especial, da língua portuguesa, feita segundo o método comparativo, e não para um livro de popularização da linguística.

3.6 História da ciência da linguagem

O último capítulo dos *Traços Geraes de Linguistica*, *A Sciencia da Linguagem*, é, como aponta o próprio Júlio Ribeiro em uma nota de rodapé, a tradução de um capítulo homônimo do livro *Études de Linguistique et de Philologie*, publicado por André Lefèvre em 1872. Nesse trabalho de tradução, contudo, como veremos, Júlio Ribeiro, num gesto de autoria, não deixa de fazer certas modificações, inserindo dados, exemplos, personagens e eventos não contemplados por André Lefèvre. Dessa forma, o que Júlio Ribeiro faz não é apenas ditar um conhecimento brasileiro sobre a língua e a linguagem, mas também um conhecimento brasileiro sobre a história da disciplina que se ocupa da língua e da linguagem. Em suma, se os *Traços Geraes de Linguistica* nos permitem falar de Júlio Ribeiro como um linguista que está a par das questões do seu tempo, esse capítulo específico sobre a história do conhecimento linguístico nos possibilita tomá-lo como um historiador das ciências da linguagem que, embora retome alguns preconceitos próprios de sua época, como considerar, por exemplo, a Idade Média uma época de trevas, toma posições modernas que encontram apoio em pesquisas atuais. A esse respeito, vamos mostrar aqui uma posição que reconhece a alteridade como condição para a reflexão linguística e o Renascimento como um marco fundamental para os estudos da linguagem, por reunir e organizar um acervo de línguas a partir do qual será possível formular uma série de ideias linguísticas e mesmo operar uma revolução na linguística.

O capítulo se abre com a afirmação de que a "emissão de sons articulados é o attributo kharacteristico do homem" (p. 99) e uma série de comparações entre a palavra e grito, o homem e o animal, argumentando a favor da superioridade dos primeiros sobre os últimos. Assim, enquanto "nos outros animaes dotados de voz", o grito refere-se "unicamente a impressões momentaneas", no homem, a palavra "liga um signal mnemonico a toda a sensação, a toda a cousa", enquanto o grito, "passivo e subjectivo, deixa o animal isolado no mundo", a palavra "modelando-se sobre a variedade das cousas externas com flexibilidade infinita, iguala o domínio intellectual á immensidade do universo", pois ela, a palavra, é "o poder do homem sobre a natureza, o instrumento de nossa dominação" (p. 99). É por meio da palavra que se tem podido, segundo o texto, designar, contar e classificar "as nossas riquezas", pois ela é "a álgebra da memória, a condição do pensamento":

> Tal é seu poder objectivo, que não sómente ella dota de existencia e realidade distincta todos os objectos dos sentidos, mas tambem, por um abuso, muito tempo tolerado pela sciencia, personifica as cousas mais inanimadas, e nellas faz reflectir a actividade consciente de nosso cérebro vivo. Vai ainda além : ás sensações que fixa, ás operações cerebraes que facilita e multiplica, em uma palavra, ás idéias empresta ella a illusão de uma vida propria, independente, material ; cria essas entidades famosas, esses seres metaphysicos que o anthropomorphismo encarnou em divindades. (p. 99-100)

Dessa forma, o ser humano teria deixado de ser primata "no dia em que exprimiu por sons articulados a relação de seus orgams com a realidade ambiente", ao qual se acrescenta que a palavra, "não contente de formar por si só o kharacter primordial de nossa especie", "domina o cyclo mental inteiro, o desenvolvimento da intelligencia, tanto em seus progressos como em seus desvios" (p. 100). É a partir desse ponto que se começa a falar de estudo da linguagem, ou, segundo expressão do texto, do "estudo orgânico da linguagem", estudo esse que seria "o preliminar obrigado de toda a historia e de toda a philosophia". Esse estudo "toma o seu lugar na serie das sciencias biológicas, na soleira mesmo da anthropologia" e, apesar de constituir um "dominio proprio", "fica ligada ás outras sciencias pelos serviços que lhes presta e que dellas recebe" (p. 100-101). Esses serviços que a ciência da linguagem pode prestar às outras dizem respeito à "comparação dos milhares de idiomas fallados ao mesmo tempo ou successivamente sobre a terra habitada", que permitiria "chegar a resolver ou a eliminar as questões relativas á unidade da especie, ou á pluralidade das raças"

(p. 101). Aqui, o autor é taxativo: "só a analyse physiologica dos elementos vocaes e dos processos linguisticos é que, esclarecendo a origem e determinando a natureza da linguagem pode decidir si é ella um dom miraculoso, um instincto innato, ou uma faculdade adquirida por longas apalpadellas" (p. 101).

Pode-se dizer que a Antiguidade e o fim do século XVIII são dados como marcos para a história contada da ciência da linguagem, sendo o fim do século XVIII o verdadeiro início dessa ciência. Em 16 linhas, fala-se rapidamente da Antiguidade e da Idade Média, antes de apontar o Renascimento como a data das primeiras "balbuciações" da filologia e da determinação de algumas famílias de idiomas, momento em que se critica todo o período anterior ao fim do século XVIII justamente pelo desconhecimento da "importancia do problema philologico":

> Antes dos fins do seculo passado nem se suspeitava da importancia do problema philologico. A antiguidade clássica rejeitava como barbaro tudo o que não era a Italia ou a Héllada. Como se teria ella elevado a theorias geraes ? Seu mais serio peculio consiste em observações sem nexo, consignadas nas notas dos eskholiastas, nas compilações de um Varrão, de um Festo, de um Aulo Gelio, de um Macrobio. O khristianismo, as invasões e o khaos da idade media cortaram de uma vez o desenvolvimento intellectual. Tudo se devia principiar de novo ; ora, como a philologia nunca tinha existido, pode se dizer que suas primeiras balbuciações datam da Renascença. (p. 101-102)

É interessante notar a ideia da alteridade como possibilidade, e mesmo condição, para o desenvolvimento da reflexão sobre a linguagem no relato de que a rejeição de tudo o que estava fora da Itália ou da Hélade teria impedido a Antiguidade clássica de traçar teorias gerais. Essa é uma questão defendida por autores contemporâneos da história das ideias linguísticas, como, por exemplo, Auroux (1992, p. 22), que argumenta que "o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a *alteridade*", alegando ainda, quando aborda a gramatização dos vernáculos no Renascimento, que "os contactos linguísticos se tornaram um dos elementos determinantes dos saberes linguísticos codificados" (p. 29), e Aussant (2009, p. 11), que explica que "a referência à alteridade parece ser um fator fundamental para a denominação das línguas e, além disso, para a iniciação da reflexão sobre a linguagem"[26].

---

[26] No original: « Le rapport à l'altérité semble être un facteur fondamental pour la dénomination des langues et, au-delà, pour l'initiation de la réflexion sur le langage. »

Ainda segundo a narrativa de Júlio Ribeiro, o "mais serio peculio" da Antiguidade clássica "consiste em observações sem nexo, consignadas nas notas dos eskholiastas, nas compilações de um Varrão, de um Festo, de um Aulo Gelio, de um Macrobio" (p. 101-102). Se o método de trabalho da Antiguidade é censurado, sendo pouquíssimos os autores lembrados, o que se conta sobre a Idade Média é ainda menos elogioso, sendo retratada segundo o preconceito forjado pelos historiadores liberais do século XIX, conforme explica Franklin de Oliveira (1997), como uma época perdida, negra, para o desenvolvimento intelectual, tendo sido preciso, por isso, sem solução de continuidade, "principiar de novo" todos os estudos no Renascimento. É importante notar esse apagamento dos estudos desenvolvidos nas ciências da linguagem antes do advento gramática comparada na afirmação de que mesmo a filologia "nunca tinha existido" antes do Renascimento.

É no Renascimento que a narrativa localiza a "quasi" determinação de algumas famílias de línguas:

> Algumas famílias de idiomas foram quasi determinadas ; desde o seculo XVI as affinidades do Hebreu, do Arabe, do Arameu estavam verificadas. Impossivel era tambem não prender ao Latim, o Francez, o Italiano, o Hespanhol, o Portuguez, ou deprezar as concordancias frizantes que apresentam o Latim e o Grego. Alem dessas noções summarias tudo era confusão e phantazia. Era nesse tempo que Guichard, lendo o Grego de traz para diante, julgava encontrar o Hebreu.
>
> Pois não era mesmo preciso que a lingua sagrada fosse a lingua mãe? Concebe-se o que podia ser então a etymologia : sem tirar nem pôr era um brinquedo pedantesco, justo objecto das zombarias dos *beaux esprits*. (p. 102)

Em primeiro lugar, cabe notar que o português não figura entre as línguas citadas no texto original de André Lefèvre. É Júlio Ribeiro quem, ao traduzir o texto do primeiro, insere o português na história das línguas que eram ligadas ao latim no século XVI, afirmando, portanto, a ligação do português com o latim e a presença do português na história de determinação das famílias de idiomas, num momento chave dessa história. É Júlio Ribeiro quem insere o português na história da ciência da linguagem. Ele, o português, não tem lugar no discurso, na narrativa, na história contada pelo autor francês.

Um segundo ponto a notar é a crítica ao nível dos estudos de comparação das línguas no século XVI. Eles seriam confusos e fantasiosos, contando apenas com noções sumárias, de forma que a etimologia, por exemplo, seria apenas "um brinquedo pedantesco".

Leibniz, no entanto, entra nessa história como aquele que "ousou alfim banir a ortodoxia da linguistica, declarando que havia tanta razão para filiar todas as linguas no Hebreu, como havia para filial-as no Hollandez" (p. 102-103). Dois atos de Leibniz representariam a entrada "no único trilho racional", a proposta de uma coleção de vocabulários e a redação de uma lista de termos usuais, ilustrando a afirmação de que "toda sciencia começa por um agrupamento de factos" (p. 103).

Pelo que já foi narrado antes no texto, poderíamos dizer que foi isso justamente o que faltou à Antiguidade. Ignorando a alteridade e não agrupando fatos, a Antiguidade não teria seguido um trilho racional. Por essa razão, criticam-se Fréret, os celtomaníacos e Court de Gebélin por oferecerem apenas, respectivamente, intuição penetrante, aberrações e divagações estranhas, que "assimilham-se aos sonhos mais ou menos verosimeis de uma alkhimia que não podia fructear, porque não possuía ou não sabia vêr os elementos sobre que pretendia operar" (p. 103). Assim, essas aberrações e divagações estranhas se justificariam justamente pela falta de elementos com os quais trabalhar. E é por ir na direção contrária que alguns trabalhos vão merecer ser lembrados:

> Seria, entretanto, clamorosa injustiça passar em silencio o *Glossario* de Ducange, que mostrava na baixa latinidade o hyphen que ligava ao Latim as linguas romanicas, o intermediário, a medida commum que fallecia precisamente ao estudo comparativs dos idiomas europeus. Essa base indispensável, pedida em vão ao grupo semitico, ia ser fornecida pela descoberta do Sanskrito, lingua sagrada das castas brancas da India, morta já no tempo de Alexandre. (p. 103)

Se o Glossário de Du Cange mereceu ser lembrado por ter sido uma obra que encaixou o latim como intermediário das línguas românicas, oferencendo uma "medida commum" ao estudo comparativo das línguas indo-europeias, ele entra na história das ciências da linguagem na esteira da descoberta do sânscrito. Os missionários portugueses poderiam ter tido um lugar de destaque nessa história, pois se afirma que eles "conheceram a litteratura brahminica", mas eles "só a tinham estudado no ponto de vista da fé" (p. 103-104). Dois nomes franceses também poderiam ter ganhado um lugar de destaque nessa mesma história, os padres Pons e Cœudoux, pois chegaram a assinalar "algumas coincidencias notaveis entre o Sanskrito e as linguas classicas", contudo "seus relatorios ficaram sepultados nas papeleiras das Academias, e a França, que poderia ter sido a iniciadora de uma sciencia nova, abandonou essa honra á Inglaterra conjunctamente com o imperio das Indias" (p. 104).

É interessante essa nota sobre estudos importantes que foram realizados mas não viram a luz do dia, que não circularam, que ficaram perdidos durante um certo tempo, entrando para a história pelo que poderiam ter sido, e não pelo que foram.

A honra de iniciar "uma sciencia nova", a ciência da linguagem, perdida pela França e Portugal e conquistada pela Inglaterra, é atada aos nomes de Halhed, William Jones, Colebrooke e a Sociedade de Calcutá, responsabilizados por uma espécie de efeito multiplicador de edições originais, traduções e comentários:

> A partir de 1778, e principalmente de 1784, Halhed, William Jones, Colebrooke e a Sociedade de Calcutta multiplicaram edições originaes, traducções e commentarios. Numerosas grammaticas sanskritas seguiram a do carmelita allemão Paulino de S. Bartholomeu, publicada em Roma no anno de 1790. Por esse mesmo tempo Anquetil Duperron trazia a Pariz, á custa de fadigas inauditas, os textos zends que Eugenio Burnouf tinha de decifrar mais tarde. Hervas e Adelung (1800-1806), trabalhando segundo o plano de Leibnitz, publicavam, um seu—*Catalogo de Linguas*—, outro o seu—*Mithridates*—, repertorios vastos em que estão reunidos os vocabulários de tresentos idiomas, e mais de quarenta grammaticas. Logo depois Champollion descobria a lingua do Egypto antigo. Si não havia ainda estudo methodico, ao menos aprendiam-se e ensinavam-se os dialectos de todos os pontos do mundo a que tinham accesso o Europeu. (p. 104-105)

O efeito multiplicador da descoberta do sânscrito se revela nos vastos repertórios de vocabulários e gramáticas e em descobertas como a de Champollion, conquistas, por assim dizer, que não representavam ainda um estudo metódico. Um ponto aparece aí como indiscutível, isto é, a possibilidade de aprender e ensinar os dialetos de todos os pontos do mundo. É interessante notar que essa possibilidade parece surgir como um desenrolar da descoberta do sânscrito, e não o contrário, com a descoberta do sânscrito como resultado.

É igualmente interessante notar a marcação da Europa como o centro dessa operação de aprendizado e ensino dos dialetos de todos os pontos do mundo, como centro de reunião do conhecimento de todos esses dialetos de todos os pontos do mundo. Tudo isso representava, no entanto, apenas um "ardor desordenado" do "primeiro voo" da ciência da linguagem, que se encontrava ainda no "periodo litterario, philologico", período no qual, segundo a narrativa, "estacionou a França por tanto tempo", no que se nota a ideia da variação do desenvolvimento da ciência da linguagem segundo diferentes países, de forma que alguns estacionam em um certo período, ao passo que outros avançariam para o período seguinte. O problema desse primeiro voo da ciência da linguagem é que "a curiosidade atirava-se em

todas as direcções, mais avida de sentimentos desconhecidos e de costumes novos, do que de comparações solidamente estabelecidas", de maneira que a "linguistica propriamente dita, a analyse profunda não tinha ainda nascido" (p. 105). Como se nota, a "linguística propriamente dita" é significada pela "análise profunda", que, por sua vez, parece ser significada pelas "comparações solidamente estabelecidas", elementos que marcam, portanto, o nascimento dessa ciência, elementos aos quais se subordinava o nascimento dessa ciência, para melhor dizer.

O primeiro voo da ciência da linguagem traz uma série de desafios, mas também grandes ganhos:

> Todavia desse acervo confuso de linguas trazidas bruscamente á luz, tres ou quatro se destacavam á primeira vista, inconciliaveis e accentuadamente determinadas em seus contornos Generaes, ou em algumas de suas partes. Taes eram o Chinez, o monosyllabico, sem grammatica, no qual só a inflexão da voz e o logar das palavras indicam o encadeiamento do raciocinio e o sentido da phrase ; o Turco e os dialectos finno-mongoes que juxtapõem, sem os ligar, os radicaes e as desinencias ; o Arabe e o Hebreu que parece terem passado do grito á articulação antes de terem podido distinguir as vogaes ; emfim e principalmente a familia indo-européa em que William Jones (1786) tinha feito entrar o Celta e o Gothico, e que se achou definitivamente constituida em 1808 na obra de F. Schlegel sobre—*A lingua e a sabedoria dos Indios* —. As affinidades assignaladas entre os idiomas do Occidente e os da Asia Central eram tão inesperadas, que o psykhologo Dugald Stewart recusou-se a crêr na existencia do Sanskrito; e tão frizantes que, por uma exageração contraria, os indianistas foram levados a vêr no Sanskrito o pae do Grego, do Latim, do Germano e do Slavo. Jones e Schlegel, evitando esse erro, reconhciam entre essas variedades da linguagem um parentesco collateral, mas não directo. E effectivamente todas, com o mesmo titulo, com desigualdades que se compensam, partilham a herança de um antecessor commum, do qual cada uma conservou um traço particular. Ou antes, cada uma dellas não foi em principio sinão uma pronunciação diversa de uma mesma lingua que a inducção reconstitue hoje, extrahindo das fórmas similares aquella fórma que as suppõe e explica todas. (p. 105-107)

A constituição de um acervo de línguas, ainda que confuso, aparece como um ganho desde o período imediatamente anterior ao nascimento da linguística propriamente dita. Ao considerar o Renascimento como um período chave para os estudos da linguagem por organizar um acervo de línguas e possibilitar as conquistas da linguística no século XIX, Júlio Ribeiro toca num ponto que vai ser desenvolvido minuciosamente por historiadores das ideias linguísticas da nossa época. Para Auroux (1992, p. 36), como sabemos, o Renascimento forma o eixo do que ele vai tomar como a segunda revolução técnico-linguística no Ocidente, isto é, a gramatização das línguas do mundo, que, segundo sua análise, "avança largamente o empreendimento de localização das línguas faladas e da construção de modelos que resumam

suas relações estruturais e filiações, que será uma das preocupações científicas essenciais do século XIX". Nesse sentido, Auroux (1992, p. 90) ressalta que "a gramatização dos vernáculos europeus é contemporânea de uma discussão sobre suas origens, filiações e sobre suas relações com as línguas que descobrimos no mundo". Auroux formula ainda essa relação quando trata do problema da origem das línguas:

> Será necessário esperar a ampliação do conhecimento das línguas do mundo, (notadamente a partir do Renascimento e daquilo que chamamos "a revolução tecnológica da gramatização), para, por um lado, dar um conteúdo (pela *semelhança* ou por *afinidade*, conforme os termos do Renascimento) à "filiação" e ao "parentesco" e, por outro lado, ultrapassar o quadro das línguas bíblicas por meio da integração das línguas do mundo. (2008, p. 18)

Longe de ditar qualquer relação precursora, e guardadas as devidas diferenças, o que há de comum, por assim dizer, entre a posição de Júlio Ribeiro e a posição de pesquisas atuais em história das ideias linguisticas, como as de Auroux, é a ideia de que a organização de um acervo de línguas foi determinante para um salto nos estudos da linguagem, garantindo as conquistas da gramática comparada.

Para Júlio Ribeiro, aquelas línguas trazidas "bruscamente à luz", sem organização, impunham desafios pela estranheza de suas estruturas, dados novos com os quais era preciso lidar, caso do chinês, do turco, dos dialetos fino-mongóis, do árabe, do hebreu, as línguas citadas no texto. No andamento desse trabalho, as afinidades, inesperadas, para guardar a palavra do próprio texto, vão sendo descobertas, estabelecidas por alguns autores e obras que vão sendo significados como da história da linguística: William Jones, e F. Schlegel e sua *A língua e a sabedoria dos índios*, personalizados como protagonistas numa empreitada que tem como centro o estabelecimento de um "parentesco" entre as línguas, de um "antecessor commum" de todas as línguas, uma língua original, por assim dizer, reconstituída pela indução no presente do texto, o século XIX. Existiria, portanto, uma identidade entre todas as línguas do mundo pela herança de uma língua comum e de cada uma das línguas do mundo com essa língua comum, de quem cada língua teria guardado um traço particular. Por indução, da reunião de cada um desses traços particulares, reconstitui-se aquela língua. No entanto, segundo a narrativa, é preciso mais do que "a simples verosimilhança" para "justificar tão affouta concepção":

> Tornava-se ainda mister que uma analyse penetrante tivesse desembaraçado as quinhentas raizes pouco mais ou menos, que, desenvolvidas em themas ou radicaes, atrophiadas em suffixos, em flexões, e em desinencias, entraram no organismo grammatical, e constituiram a trama da lingua. Tornava-se tambem mister que, passando das syllabas aos sons que as formam, um methodo rigoroso tivesse construido a escala delicada das vogaes e das alterantes primitivas, notando de idioma em idioma as variações harmonicas de umas e a metamorphose de outras. A grammatica comparada tem por base a phonetica comparada, a qual por seu turno funda-se na physiologia. A linguistica é este methodo, esta analyse que reduz a linguagem a seus elementos grammaticaes e phonicos, que deduz de suas relações as leis da etymologia, que com a origem das palavras surprehende o nascer do pensamento. (p. 107)

A falta marcada é sempre a mesma, isto é, a ausência de uma "análise penetrante", um "método rigoroso", que permitisse desembaraçar as raízes, seguindo temas, radicais, sufixos e flexões do organismo gramatical que constituíram a "trama da língua". Era ainda preciso um método que pudesse acompanhar a passagem das sílabas ao som para analisar as variações das vogais e alterantes primitivas de um idioma para o outro. A gramática comparada, significando a linguística, surge como esse método que faltava, método esse que teria por base a fonética comparada e, num nível mais profundo, a fisiologia, num movimento de composição de uma área pela encadeamento de outras. Na verdade, é interessante notar que a linguística, significada também, como dissemos, pelo nome de gramática comparada, aparece como a disciplina que possui esse método e também como o próprio método. Por fim, esse método é descrito por duas operações, reduzir e deduzir. O que se reduz é a linguagem a seus elementos gramaticais e fônicos, permitindo a segunda operação, a dedução das leis da etimologia a partir das relações desses elementos. Numa articulação muito íntima entre palavra e pensamento, entre linguagem e pensamento, a etimologia é descrita, enfim, como meio para chegar ao pensamento em sua origem.

Na sequência, F. Bopp é apresentado como "o fundador incontestado desta ciência" e sua *Grammatica comparada das línguas indo-europeias* como "o monumento" da ciência linguística. Ao lado de Bopp, o lugar de honra é dado a Schleicher e seu *Compendium*, que teria reconstruído "o mesmo edificio sobre outro plano", para depois serem mencionados os nomes de Grimm, Pott, Benfey, Aufrecht, Albrecht Weber, Zeuss, Spiegel, Justi, Miklosich, Corssen, Leo Meyer, Curtius, e, como contribuição da França, Regnier, Chavée, Michel Bréal e Abel Hovelacque. Segundo se afirma, o campo onde trabalham todos esses autores é "tão vasto que devemos nos limitar a traçar os seus limites e a indicar as suas linhas principaes" (p.

108). Assim, diante da dificuldade de "abraçar o dominio inteiro da linguistica", que equivaleria a "vinte outros grupos talvez", grupos de línguas esses "irreductiveis um ao outro" e providos de "suas gramáticas e de suas phoneticas particulares", o limite demarcado é o de uma única família de línguas, "a primeira", a família de línguas "a que pertence a cabeça da humanidade". A história dessa primeira família de línguas é contada no longo trecho que reproduzimos abaixo:

> Trinta seculos aos menos antes da nossa era, sobre um vasto espaço em torno ao lago Aral ao norte do Thibet, do Hindu-Kuch e dos montes Hyrcanios, desenvolvia-se uma raça branca que, pela descoberta do fogo, já se tinha elevado á concepção e ao culto do lar domestico e da familia, a um certo sentimento de justiça. Crescia ella e augmentavase sob a autoridade paternal do chefe da tribu, apascentando numerosos rebanhos, sesenhora já do boi, do cavalo, do carneiro, do porco, do cão, do ganso e do cysne ; forjava o bronze em armas e em utensílios, e cantava com intelligente admiração os aspectos varios da natureza oriental. Essa raça possuia uma lingua sonora, rica, solidamente constituida que, espalhando-se pouco a pouco, dobrava-se aos temperamentos ou ás gargantas dos grupos ou dos individuos que a fallavam, que se alterava ou embellezava ao contacto dos idiomas extrangeiros, que se expandia finalmente em dialectos como por uma lei natural, resultante das faculdades vocaes, dos climas e dos interesses diversos. Carregada por sua propria expansão, e impellida ao mesmo tempo pelo desenvolvimento de um outro grupo humano, o grupo mongol, a familia inteira se desloca, transborda para o sul e para as regiões occidentaes. Suas grandes correntes descem com vagar, carregando os costumes fundamentaes da raça, as idéias adquiridas, a propria lingua dos avós, e não sómente as raizes dessa lingua, mas a construcção, a coordenação do idioma, as fórmas grammaticaes. Pouco a pouco, no seu desenvolvimento isolado os ramos linguisticos perdem seu ar de familia. As nações irmãs cessam de se comprehender e de se reconhecer. Separadas pelas migrações ou em virtude da luta pela vida, ellas enxameiam por sua vez outras nações e outras linguas, marcadas, porém, todas com o cunho primitivo.
>
> A antiguidade relativa e o parentesco dessas nações medem-se pelo numero de palavras e de idéias que formam seu patrimonio commum. O facto, por exemplo, de os Aryas e os Persas, com exclusão das outras raças irmãs, empregarem o mesmo termo para exprimir *mil*, suppõe entre os dous povos uma longa vizinhança. Isto é apenas uma probabilidade. Mas muitas probabilidades desse genereo chegam ou chegarão a constituir uma certeza. O estado da sciencia authoriza a pensar que relações analogas existiam entre os Gregos e os Latinos, entre os Latinos e os Celtas. Pode-se crêr que os Celtas foram os primeiros que se desligaram do tronco primitivo ; nos seus vestigios marchavam os Germanos, ao passo que os Latinos e os Gregros, atravessando costa por costa a Asia Menor, os Bosphoro e o Egeu ganhavam de ilha em ilha a Héllada e a Italia ; os Slavos estendiam-se vagabundos atraz dos Germanos, ao longo da corrente irania, urgidos, precipitados depois pelo choque das hordas mongolicas. Não dá esta simples vista um semtido á historia? Não explica os encontros sucessivos e as lutas dos Celtas e dos Italiotas, dos Hellenos e dos Persas, emfim dos Germanos e do mundo greco-romano? não explica o equilibrio, lentamente fundado por mutuas resistências, transtornado por irrupções passageiras? não explica como os Allemães, detidos pelo bloco celtico, voltam-se contra os Slavos, e como estes, victimas desgraçadas de repercussões sem numero, fluctuam sem fronteiras duraveis entre a Germania e o mundo tartaro? Não apparecem as diversas invasões allemãs, inclusive a intrusão de 1870, como consequencias fataes, inevitaveis do impulso primitivo? Nada ha, nem mesmo a conquista das Americas e da Oceania, que não proceda do abalo communicado pela pressão dos Mongóes á raça aryana, ha cerca de quatro mil annos. (p. 109-112)

Entre os elementos que julgamos importante guardar dessa narrativa, é preciso destacar a localização de um lugar e de uma raça de origem e o fato de a língua entrar numa história de descobertas e desenvolvimento de técnicas, de formação de estruturas familiares e sociais e também de diásporas, de lutas, de invasões. É interessante notar como a mudança, a ramificação e a separação das línguas são explicadas pelo contato entre os idiomas e por questões como as faculdades vocais e interesses de cada povo, além do clima, uma sorte de "lei natural", para utilizar o termo do texto. Falando em interesse dos povos, o domínio do natural é afetado, portanto, por algo da ordem do social, numa interpretação muito particular do comparatismo que se repete ao longo da obra de Júlio Ribeiro, de forma que a "lei natural" que rege e explica a mudança, a ramificação e a separação das línguas funcionaria segundo acontecimentos de ordem social na história. Apesar do isolamento e das incompreensões que vão se criando, e esse é um outro ponto importante a reter, as "nações irmãs" guardariam um cunho primitivo e um patrimônio comum, sendo o índice de antiguidade e de parentesco das línguas o número de palavras e de ideias que formam esse patrimônio comum. Uma terceira questão a manter é a consideração de que o estado de desenvolvimento da ciência na época permitia estabelecer relações de vizinhança entre povos por meio da análise das línguas. Nesse ponto, cabe chamar ainda a atenção não apenas para a associação entre língua e raça, mas também para o vocabulário empregado para falar de raça, como *grupos*, *grupo humano*, *família*, *nações*, *nações irmãs* e *povos*.

Uma "nova concepção de história"! É assim que o relato é caracterizado no texto. Essa nova concepção de história teria como "obras" e "produto" da "micrographia linguistica" despachar "o plano divino e as genealogias biblicas". Nesse momento, a mitologia comparada aparece como uma aplicação da linguística no estudo das religiões, das filosofias e do desenvolvimento das ideias. Na sequência, no trecho que reproduzimos abaixo, a discussão sobre essa mitologia comparada vai falar de como os mitos são fundados no esquecimento do sentido natural e concreto das palavras, fazendo uma reflexão sobre os nomes dos deuses e de como a linguagem servia à prática do mito, além da postura de recusar a religião como o caráter primordial do reino humano. Há ainda apontamentos sobre o panteísmo, o dualismo, o monoteísmo, o niilismo de vários povos, sobre o decréscimo do domínio do desconhecido, da eliminação de quimeras e da constituição da série científica com nomes como Demócrito, Epícuro, Montaigne, Rabelais, Charron, Diderot, Voltaire, Comte e Littré. Além disso, há

também uma nota sobre a passagem da ideia de Deus para a do sentimento do divino e a posição de que os linguistas têm algo a dizer sobre a ideia de Deus:

> Os nomes divinos interrogados por homens como Khun e Max Muller, nos revelam a essencia puramente metaphorica dos deu-ses. Os mythos, desmentindo as origens symbolicas que lhes emprestava Kreutzer, nos apparecem fundados unicamente no esquecimento do sentido natural e concreto de certas palavras. *Os deuses são nomens comuns que se tornaram proprios*. O céo Luminoso, Dyaus, Zeus, Jupiter arvorou-se em deus, isto é, em uma vontade humana encarnada na extensão vaga. O orvalho da manhã converteu-se em lagrimas da Aurora ; as nuvens se animaram em rebanhos solares, em dragões celestes, em titães e em arkhanjos. E o que ha no fundo de tudo isso? o *sentimento religioso* ? Não, mas sim a curiosidade apressada, a admiração da luz e o medo das trevas, a illusão do anthropomorphismo, e a translação da consciencia humana á acção indifferente de leis impassiveis : erros quasi necessarios da linguagem que era constrangida a emprestar ás cousas as palavras aplicadas ás diversas fórmas da actividade humana. A religião, o sentimento religioso seriam, pois, não um kharacter primordial do *reino humano*, mas o exforço de uma sciencia incompleta para abraçar o mundo e o encadeiamento dos efeitos e das causas. Dahi o pantheismo vedico, ideialisado em polytheismo pelos Gregos, Latinos, Brahmines, Germanos e Celtas ; em dualismo pelos Persas e manikheus ; em monotheismo pelos philosophos, em nihilismo pelos budhistas, emfim corrompido em theurgia pelos khristãos e pelos mysticos de todas as ordens. Dahi tambem o decrescimento progressivo do dominio do desconhecido ; a protestação de Democrito e de Epicuro ; a duvida de Montaigne, de Rabelais, de Charron ; a critica de Diderot e de Voltaire ; a constituição da serie scientifica pelos Comtes e pelos Littrés ; a eliminação da khimera providencial pela observação rigorosa e pelo conhecimento do real. Já—*A idéia de Deus*—de M. Caro dá logar, da parte de M. Renan, ao *Sentimento do Divino*—o qual é apenas, segundo M. Vacherot, uma vista idéial, e, segundo os linguistas, uma quinta essencia de metaphoras, de imagens imperfeitas e anthropomorphicas daquillo que é. Ora o que é são os elementos khimicos e as suas propriedades, as fórmas e os seres formados pela combinação desses elementos. (p. 112-114)

O passo seguinte da narrativa é se transportar "para além da historia, para antes do vôo das idéias" com o intuito de "surprehender em seus rudimentos extremos essa linguagem que de um animal fez o homem". Dessa forma, explica-se onde estão os rudimentos da linguagem, como ela vai se formando e o que ela fornece para o pensamento:

> Si agora nos transportamos para além da historia, para antes do vôo das idéias, e si procuramos surprehender em seus rudimentos extremos essa linguagem que de um animal fez o homem, achamo-nos em presença das quinhentas raizes quase irreductiveis, cuja fórma primitiva, aryaca, foi restabelecida pela phonetica comparada, os quaes sustentam a trama toda de nossas linguas indo-européas. Foram, já o dissemos, esses monosyllabos que, amalgamados, agglutinados, fundidos juntos, enxertando palavra em palavra, idéia em idéia, forneceram milhões de expressões aos milhões de pensamentos e de gradações intellectuaes. Pois bem, podemos remontar a um periodo em que o arya só possuia trezentas, cem, vinte dessas raizes. E' ahi que um conhecimento profundo das linguas oceanicas, balbuciadas por povos apenas sahidos da animalidade, poderia assegurar os nossos passos, e guiar as nossas investigações. Mas já sabemos que, antes da separação dos idiomas, nossa raça branca superior só possuia tres vogaes—*a*—*i*—*u*—, dous diphtongos—*ai*—e—*au*—e umas quinze alterantes primitivas, das quaes muitas

> eram indistinctas : a aspiração e o sibilado eram sons indivisos, e o mesmo acontecia com os tres typos de gutturaes, labiaes e dentaes—*k*—*p*—*t*—. E a prova é que os Gregos e os Per-sas substituiam por uma aspiração as sibilantes iniciaes, que trocas constantes se notavam entre as tres alterantes fortes. —*R*, *l*, *n* ; *v*, *b*, *m* ; *d*, *z*—são tambem articulações que por muito tempo andaram confundidas e que substituem-se entre si com facilidade. Parece, pois, provavel que em certa epokha o homem só dispoz de dous ou tres gritos ou vogaes, e que, a aspiração quer gutural, quer labial, quer dental, forneceu-lhe pouco a pouco uma alterante, uma articulação, no começo indecisa, depois desbastada, affinada e graduada pelo exercicio da linguagem nascente e do pensamento embryonario.
>
> Affigura-se facilmente o homem servindose de dous ou tres signaes articulados para indicar o objeto proximo ou remoto, depois para indicar a si próprio e por fim, á medida que soltava-se-lhe a lingua, prendendo seus rudes monosyllabos aos actos diversos de sua vida grosseira. Temos o exemplo dos Chinezes que nesse ponto ficaram e que obviam com prodígios de gradações vocaes e de rigor logico á indigência do systema monosyllabico. Os Mongóes, Finnezes, Turcos não ultrapassaram a agglutinação, processo engenhoso, mas excessivamente simples ainda, que parece kharacterizar todos os dialectos americanos e africanos. Os Semitas e os Aryas foram mais longe no mesmo caminho : chegaram á fusão das raizes verbaes e dos suffixos pronominaes, á *flexão*, que faz da palavra um corpo, e da idéia uma especie de pessoa conhecida e determinada. Quantos séculos, porém, escoados antes que o homem articulasse os seus gritos e graduasse a sua articulação ! quantos outros antes que milhares de milhares de linguas individuaes ou familiaes se tenham fundido em um só idioma, pae por sua vez de dialectos innumeraveis! Assim, similhante á geologia que reconstitue a successão das fórmas animadas, a sciencia da linguagem, por meio de excavações delicadas, penetra tão fundo nos costumes e nas idéias de nossos avós, que vai tocar a propria origem da razão da intelligencia. (p. 115-117)

Fechando o capítulo e finalizando o livro, o trecho acima segue os passos de algumas centenas de “raizes quase irreductiveis”, base das línguas europeias estabelecida pela fonética comparada, e da “raça branca superior” para mostrar, com indicações sobre quantidade de vogais e alterantes e divisão do som, como a feição da língua dessa raça vai mudando com a divisão dos idiomas, apontando-se um caminho de mudança que passa por gregos, persas, chineses, mongóis, fineses e turcos, semitas e aryas, americanos e africanos, mostrando como uns levaram mais longe que os outros o desenvolvimento das línguas ao longo de séculos, num processo de fusão de idiomas a partir de línguas individuais ou de famílias de línguas e também de separação de idiomas em inumeráveis dialetos. Nesse trabalho, em comparação com a tarefa da geologia em reconstituir a sucessão de formas animadas, a “sciencia da linguagem” é apresentada como aquela que permite penetrar nos costumes e nas ideias dos antepassados e, assim, “tocar a própria origem da razão da intelligencia”.

CAPÍTULO IV

JÚLIO RIBEIRO FALA DE SI E RESPONDE A ACUSAÇÕES DE PLÁGIO

4.1 Autoprojeção de um lugar de destaque nos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil e no cenário internacional

Júlio Ribeiro é um autor que fala de si. Longe de procurar traçar uma espécie de perfil psicológico, o que queremos passar com essa afirmação é que, sem economia do pronome pessoal de primeira pessoa do singular, Júlio Ribeiro se põe frequentemente em primeiro plano nos seus textos, realizando assim de modo muito personalista aquela estratégia de qualquer autor em criar para si mesmo um espaço de representação em sua obra. Sem escapar ao procedimento de *dizer de si através do outro*, para parafrasear a expressão de Medeiros (2003), é com apontamento do outro que Júlio Ribeiro marca frequentemente um espaço da falta no cenário de reflexão sobre a linguagem no Brasil, retornando sobre si mesmo para descrever o preenchimento, a superação dessa falta, assumindo voluntariamente uma posição desbravadora no debate linguístico no Brasil. Assim, a partir desse jogo de dizeres, o que queremos mostrar com o presente estudo é justamente a maneira como Júlio Ribeiro se representa ao representar o estado da reflexão linguística no Brasil e no mundo.

A partir de um minucioso trabalho de arquivo, que consideramos relevante na medida em que disponibiliza textos pouco ou nada conhecidos de Júlio Ribeiro e que têm muito a dizer sobre a história da reflexão sobre a linguagem no Brasil, procuramos reconstruir detalhadamente como ele constrói sobre si o discurso da inovação, rastreando os argumentos que emprega para se revestir de representante do novo na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil e no mundo. Notamos assim que a justificativa de sua proeminente contribuição aos estudos brasileiros, mas também em relação ao conjunto geral de estudos sobre o português e dos estudos linguísticos mundiais, se dá por ações como a preferência e introdução de termos gramaticais, a disponibilização de novas referências teóricas e superação da escolástica e da metafísica, a publicação de uma obra de linguística e a escrita de uma

gramática científica que, nas palavras do próprio Júlio Ribeiro, anteciparia o Programa de Português de Fausto Barreto e reuniria as condições de preparação de um aluno não apenas para a prova de português, mas de todas as línguas ensinadas oficialmente no Brasil.

Em suma, Júlio Ribeiro coloca-se na posição de fazer o que ainda não teria sido feito e de atualizar aquilo que estaria ainda parado no passado. O prosseguimento reivindicado de nomes tratados como mestres de filologia e de linguística é descrito como uma inovação dentro do cenário de reflexão sobre a linguagem no Brasil, pela introdução de estudos que não teriam sido realizados até então no país e que só teriam passado a ser realizados por obra do próprio Júlio Ribeiro. Mas Júlio Ribeiro não se representa apenas como seguidor e divulgador de teorias linguísticas modernas, afirmando-se como um autor que segue os passos da linguística e como um gramático que segue o estudo da gramática histórico-comparativa, com suas escolhas sendo justificadas como orientadas por critérios científicos, mas também como um portador de novas investigações para a pesquisa linguística no mundo e como alguém que estaria à frente do seu tempo.

Encaminhando um ponto que será mais bem explicado no último capítulo, é sobretudo a representação de Júlio Ribeiro como introdutor de conhecimentos linguísticos de fora do país no cenário brasileiro que será retomada em discursos historiográficos sobre as ideias linguísticas no Brasil, por autores como Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira, Antenor Nascentes e Francisco da Silveira Bueno. A relevância desses nomes trabalharia em favor da imagem de Júlio Ribeiro como um marco no percurso da pesquisa linguística brasileira. Ligado a isso, cabe marcar que os próprios textos de Júlio Ribeiro funcionam como arquivo para as investigações sobre a história da reflexão sobre a linguagem e as línguas no Brasil, a partir dos quais se resgata, por exemplo, o Programa de Português para os Exames Preparatórios elaborado por Fausto Barreto. Esse seria um elemento a mais a favorecer a circulação do discurso de Júlio Ribeiro sobre seu lugar na história das ideias linguísticas no Brasil.

Vejamos o jogo de representação de Júlio Ribeiro inicialmente na polêmica com Augusto Freire da Silva. Como já havíamos mostrado, um dos pontos de discordância é a divisão da gramática em prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia. No artigo de 18 de dezembro de 1879, caracterizando essa divisão como velha e irracional e após apresentar a definição de gramática dada por Holmes como a ciência da linguagem, Júlio Ribeiro diz que

passará a estabelecer as divisões da gramática "com methodo, com logica, com bom senso" (p. 18). Na medida em que o autor fala de certa forma do cenário brasileiro, ele sinaliza um espaço da falta, isto é, falta método, lógica e bom senso aos estudos gramaticais brasileiros, sendo o próprio Júlio Ribeiro quem, pelo fato de apontar e resolver a questão, aparece colocado como aquele que traz para o cenário nacional o método, a lógica e bom senso ao estudo da gramática.

Assim, no artigo de 21 de dezembro de 1879, a preferência de Júlio Ribeiro pelo termo *sentença* em detrimento do termo *período* é tomada pelo próprio autor como uma inovação, marcando, portanto, uma contribuição sua no cenário nacional, uma adição de Júlio Ribeiro aos estudos gramaticais no Brasil: "Em meu ultimo artigo usei do termo *sentença* em vez do termo *periodo*. Foi uma innovação" (p. 23). Essa não será a última vez que Júlio Ribeiro dará a si próprio um lugar inovador na reflexão sobre a linguagem no Brasil, seja por haver preenchido um espaço vazio, no qual um elemento não teria sido ainda estudado, seja por haver corrigido ou reorientado um estudo já realizado. No caso específico do uso do termo *sentença*, como já havíamos discutido, a justificativa se dá pelo seguimento das gramáticas inglesas, como se houvesse aí, portanto, uma outra inovação da parte de Júlio Ribeiro, a observação dos estudos gramaticais ingleses, a disponibilização de novas referências teóricas:

> Ora innovações desnecessarias revelam apenas toleima por parte de quem as faz.
>
> Preciso é, pois, justificar-me.
>
> As grammaticas inglezas dão o nome de *sentença* á coordenação de palavras, formando sentido completo: só fallam de *periodo* como *ponto final*.
>
> Que temos nós com as grammáticas inglezas?
>
> Temos muito, temos tudo, respondo.
>
> Os inglezes sabem fazer as cousas, pensam, meditam, têm bom senso.
>
> E de bom senso é que nós precisamos. Tomel-os, quanto possivel, dos mestres inglezas. (p. 23-24)

Fica claro que, ligando-se às gramáticas inglesas, a inovação de que se autoproclama Júlio Ribeiro é em relação aos estudos do português, em relação a autores brasileiros e, por que não, portugueses.

No dia 06 de janeiro de 1880, o jornal *Diario de Campinas* publica uma carta de Júlio Ribeiro na qual ele caracteriza seus próprios artigos como "apontamentos ligeiros que só tinham em mira demonstrar que sobre Grammatica Portugueza ha ainda muito por fazer entre nós" (p. 63) e afirma que a gramática de Augusto Freire da Silva "não está a par do progresso do tempo, e que não ensina o que ha de melhor na sciencia, como diz com toda convicção o autor" (p. 64). Assim, na posição de fazer o que ainda não teria sido feito e de atualizar aquilo que estaria ainda parado no passado, Júlio Ribeiro anuncia que seguirá com seus artigos para responder às arguições de Augusto Freire da Silva e para analisar rapidamente os ensinamentos de sua gramática. O primeiro artigo dessa nova série sai em 8 de janeiro de 1880. Nele, nos deparamos com a imagem que Júlio Ribeiro faz de si mesmo como alguém que não se curva ao argumento da autoridade:

> Mas eu que pertenço a uma classe de escrivinhadores petroleiros, iconoclastas, que, escravos sómente do bom senso, já de ha muito hastearam bandeira de revolta contra o magister dixit; eu que, como professor, si não acceito theorias auctoritarias de grandes mestres, só porque o são, curvo a cabeça e confesso-me vencido, quando levo um quinau de um discipulo; eu peço a s.s. a devida vénia para me não considerar ainda esborrachado, para adduzir ainda em prol do que disse algumas considerações. (p. 68)

No artigo de 10 de janeiro de 1880, após citar a definição de ortografia de Antonio Zeferino Candido e a de fonologia de Lessona e Valle, Júlio Ribeiro se apresenta como um expositor fiel da linguística:

> Poderia eu ainda citar por edições, por paginas, por linhas, a Bréal, a Max Muller, a Whitney, a Hovelacque, a Bopp, a Bastin, a Diez, a Pacheco Junior, a muitos outros; porém não o faço: creio estar provado que o sr. dr. Augusto Freire da Silva não me atacou a mim, espositor indouto mais fiel, porém sim que, em nome da rotina e do passado, atacou a sciencia e o presente" (p. 81).

Temos aí, portanto, uma série de nomes de autores significados enquanto nomes de linguistas, e como tais, associados à ciência e ao presente, em oposição à rotina e ao passado, elementos tidos como próprios dos gramáticos metafísicos. Nesse esquema, Júlio Ribeiro se retrata como um expositor atualizado da ciência linguística. É para fora desse campo que são jogados Augusto Freire da Silva e os nomes a ele alinhados.

Em outro momento nesse mesmo artigo, com a linguística apontada como subsídio para a definição gramatical, ou, em outros termos da questão da repartição disciplinar, com a gramática como dependente e seguidora da linguística, vemos Júlio Ribeiro afirmar que "é exactamente o que eu quero, não digo bem, exactamente o que quer a linguistica" ao responder a crítica de Augusto Freire da Silva de que ele quer a "Phonologia significasse sómente Tratado dos sons" (p. 82). Não é Júlio Ribeiro, mas a linguística que quer que a fonologia seja definida somente como tratado dos sons. Enquanto submetido à ordem da linguística, Júlio Ribeiro não poderia definir a fonologia de outra maneira. Colocando-se do lado da linguística, sobra para Augusto Freire da Silva o lado da metafísica.

Na avaliação de Júlio Ribeiro, tudo o que ele vem apresentando sobre a etimologia e a morfologia são teorias seguidas por todos os linguistas modernos: "Estas theorias são maes ou menos as seguidas por Max Müller, por Whitney, por Coelho, por Guardia e Wierzeyski, por Bréal, por Pacheco Junior, por todos os linguistas modernos" (p. 85). Assim, ele vai reproduzir as definições de morfologia ("Questo vocabulo é stato pure applicato alla linguistica, ove indica lo studio della forma dei vocaboli e delle loro trasformazioni") e de etimologia ("Scienza che si occupa della investigazione delle origine delle parole") de Lessona e Valle, definições essas que trazem para o primeiro plano a linguística e a ciência. Em mais uma ocasião, Júlio Ribeiro se apresenta como seguidor e divulgador de teorias linguísticas modernas, teorias científicas que encontrariam consenso entre nomes como Max Müller, Whitney, Coelho, Guardia e Wierzeyski, Bréal e Pacheco Junior.

Lembremos que, na polêmica com Augusto Freire da Silva, é falando justamente em consenso que Júlio Ribeiro afirma que "o que impede o vocabulo Etymologia de desapparecer da Linguistica, é o ter elle em seu favor o consenso universal deste século", emendando que "Lexeologia seria termo muito mais proprio" (p. 85). Assim, Júlio Ribeiro se coloca como aquele que não partilha o consenso universal do seu século em torno do emprego de um termo gramatical, a etimologia, o que sugere que ele estaria, portanto, à frente do seu tempo, do seu século, livre dos consensos universais.

Na divisão em sintaxe de palavras e sintaxe de proposição, Júlio Ribeiro se apresenta, por outro lado, como um autor que anda com a moda: "S. s. sabe que a

terminologia scientifica hodierna é toda tirada do Grego: eu andei com a moda, fiz como Hæckel, pilhei da cozinha grega os meus adubos" (p. 86). Se em outro momento Júlio Ribeiro se põe na contra corrente dos consensos universais no emprego de certos termos, ele se mostra aqui como alguém que acompanhou a tendência da terminologia da ciência moderna, terminologia fundada na língua grega, colocando-se ao lado de figuras como Hæckel, numa referência vaga a esse autor. A moda, a modernidade é tomar emprestados os termos dos antigos, dos gregos. É neles que se funda a terminologia moderna da linguística. E é nessa posição que se coloca Júlio Ribeiro.

Em certo momento da polêmica, como vimos, Júlio Ribeiro confirma a acusação de Augusto Freire da Silva de que seguiu a divisão da sintaxe de Sotero dos Reis. Essa confirmação, que não se dá sem deboche, diz muito sobre a maneira como Júlio Ribeiro enxerga as suas escolhas teóricas, escolhas essas que não se dariam simplesmente pelo nome de autor, mas que seriam orientadas por critérios científicos:

> Quanto a seguir eu na divisão de *Syntaxe* o que seguiu Sótero, tenho a parguntar: queria s.s. que o homem andasse sempre a errar, que não acertasse ao menos uma vez?
>
> Com isso provo que a minha opposição a Sotéro é razoavel e não systematica : não rejeito o que é bom só porque Sotéro o acceitou. (p. 87)

Julio Ribeiro teria seguido Sotero dos Reis no que ele teria acertado pelo menos uma vez, a divisão da sintaxe, divisão essa estabelecida em critérios científicos e, por isso mesmo, seguida por Júlio Ribeiro.

Quando nega a possibilidade de falar em princípio particular e a confusão entre princípio e fato, Júlio Ribeiro mais uma vez se coloca na posição de quem adere e defende os ensinamentos da ciência moderna, reservando para seu adversário o tempo do passado e o lugar da não ciência representados pelas teorias escolástico-metafísicas:

> Em abono dos rudimentos da sciencia hodierna, que o sr. dr. Augusto Freire da Silva innocentemente ignora, poderia eu fazer mostra de erudição, citando trechos e trechos de J. Muller, de Max Muller, de Burgraff, de Whitney, de Hovelacque, de

> Broca, de Letourneau, de Bréal, de Topinard, de Hæckel, de Darwin, de Tylor, de Lubbock, de Gama Rosa, de muitos outros.
>
> E não citaria de outiva.
>
> Relembraria apenas as continuas leituras, a que me impelle o desejo ardente que tenho de diminuir o mais possivel a minha profunda ignorancia.
>
> Meu fim, porém, não é provar que tenho lido muito: com tal prova em eu lucraria, nem lucraria a humanidade.
>
> Meu fim é mostrar que o ensino official, cathedratico, privilegiado já não póde mais, sem estribar-se na sciencia, oppôr-se ao tentamen dos que acompanham o século, dos que querem ser úteis á causa do progresso, que é a causa da humanidade.
>
> Ataquei theorias escolastico-metaphysicas, theorias adoptadas e peioradas por Sotero dos Reis, e sahiu-me pela frente o sr. dr. Augusto Freire da Silva, Professor Cathedratico de Portuguez na Faculdade de S. Paulo. (p. 91-92)

Uma vez mais, vemos aproximadamente os mesmos nomes significados enquanto cientistas modernos. Uma vez mais, Júlio Ribeiro se coloca em companhia desses cientistas modernos. Uma vez mais, a linguística enquanto uma ciência moderna é colocada em oposição a teorias metafísicas.

Logo no início de seus *Traços Geraes de Linguistica*, mais precisamente no aviso ao leitor, Júlio Ribeiro se apresenta como um autor de linguística que segue e reproduz investigações de uma série de outros autores, em sua ampla maioria estrangeiros, significados eles mesmos enquanto autores de linguística. No espaço do Brasil, Júlio Ribeiro assumiria então a importância de introduzir conhecimentos linguísticos de fora do país. No entanto, Júlio Ribeiro se apresenta também como um autor que faz novas investigações. Assim, por trazer contribuições para a reflexão linguística em geral, Júlio Ribeiro teria uma importância mundial nos estudos linguísticos:

> Quasi com o mesmo direito com que nos rotulos de vinhos preciosos figura a firma dos engarrafadores, vai o meu nome na frente deste livrinho. Verdade é que são minhas algumas das investigações nelle exaradas, que é minha a exposição ; a maior e melhor parte, porém, não me pertence; pertence aos mestres cujos ensinamentos repeti, cujas palavras por vezes trasladei litteralmente. Tambem o unico fim que tenho em vista com esta publicação é despertar no publico estudioso uma curiosidade salutar, que póde ser amplamente satisfeita em Comte, Spencer, Darwin, Tylor, Hæckel, Broca, Letourneau, Topinard, Luys, Ferrière, Zaborowski, Bopp, Schleicher, Grimm, Max Müller, Whitney, Renan, Diez, Brachet, Bréal, Lefèvre, Theophito Braga, Adolpho Coelho, Pacheco Junior, e em cem outros mestres de Linguistica e das sciencias que lhe são correlatas. Que o livrinho vem encher uma lacuna, não Ha negá-lo: entre nós ainda ha muita gente de bom saber a acreditar piamente que em materias de philologia e de linguística disse Sotero dos Reis a ultima palavra. (1880, p.10)

Com o objetivo manifesto de preencher uma lacuna na área de publicações sobre linguística no Brasil e criticando fortemente o trabalho do gramático brasileiro Francisco Sotero dos Reis por estar ligado à tradição da gramática geral e filosófica, o livro de Júlio Ribeiro procura se filiar aos estudos de figuras já várias vezes significadas em sua obra como autoridades no fazer científico sobre a linguagem e as línguas. É Júlio Ribeiro, segundo sua própria avaliação, quem vai, portanto, preencher um lugar vazio na reflexão sobre a linguagem no Brasil, pela publicação de um livro de linguística, e quem vai aportar novas investigações para a pesquisa linguística no mundo.

Na sua *Grammatica Portugueza*, Júlio Ribeiro continua se afirmando como um autor que segue os passos da linguística, como um gramático que segue o estudo da gramática histórico-comparativa:

> Os factos de uma lingua qualquer só podem ser cabalmente elucidados pelo estudo historico comparativo da grammatica dessa lingua.
>
> As explicações metaphysicas, mais ou menos subtis, mais ou menos engenhosas, nunca satisfazem.
>
> Os meios que emprega o Latim, que empregam as linguas romanicas para indicar de modo abstracto a pluralidade indeterminada do agente de um verbo, têm servido do thema a milhares de divagações tão prolixas quanto abstrusas, tão requintadas quanto estereis.
>
> Analysar esses meios á luz do estudo historico comparativo das grammaticas romanicas e da latina, eis o fim que levo em vista.
>
> E não me apresento como exhibindo novidades: sigo apenas os passos dos srs. C. Waldbach e Adolpho Coelho, de Diez e Bopp, de todos os mestres de philologia e linguistica. (1881, p. 286)

Uma frase de Duarte Nunes de Leão utilizada por Júlio Ribeiro como epígrafe em sua gramática não é menos esclarecedora sobre a posição de inovação em que se ele coloca muitas vezes: “Tentei ensinar aos meus naturaes o que eu de outrem não pude aprender”. Dessa forma, se Júlio Ribeiro diz seguir os mestres de filologia e de linguística, esse seguimento funcionaria como uma inovação dentro do cenário de reflexão sobre a linguagem no Brasil, pela introdução de estudos que não teriam sido realizados até então no país e que só teriam passado a ser realizados por obra do próprio Júlio Ribeiro, um modo de dizer que marca um antes e um depois de sua atuação no trabalho linguístico no país. Assim, a repetição

do que se dizia sobre linguagem fora do Brasil é, dentro do país, uma inovação, operada, sempre segundo Júlio Ribeiro, por ele próprio. No cenário internacional, como já vimos, a contribuição de que fala Júlio Ribeiro estaria em trazer novas investigações à pesquisa linguística. Na gramática sobretudo, é na oposição às antigas gramáticas portuguesas que Júlio Ribeiro apresenta o valor de seu próprio trabalho. Essa crítica que, na primeira edição, aparece, em um estudo anexo, é transferida, a partir da segunda edição[27], logo para o início da obra, no prefácio:

> As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua.
>
> Para afastar-me da trilha batida, para expôr com clareza as leis deduzidas dos factos e do fallar vernaculo, não me poupei a trabalhos.
>
> Creio ter ferido o meu alvo. (1911, p. I)

Colocando-se no caminho oposto ao da metafísica que caracterizaria as antigas gramáticas portuguesas, Júlio Ribeiro apresenta seu trabalho de análise como a exposição de fatos deduzidos do falar vernáculo. Os nomes que aparecem como guia desse trabalho são os de Whitney, Becker, Mason, Bain, Holmes, Adolfo Coelho e Teófilo Braga:

> Duas palavras sobre esta grammatica, e em particular sobre esta edição.
>
> Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomára de Burgraff: preferi amoldar-me ás de Whitney, mais concretas e mais claras.
>
> O systema de syntaxe é o systema germanico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por C. P. Mason, e adoptado por Whitney, por Bain, por Holmes, por todas as summidades da grammaticographia saxonia.
>
> O meu modo de expôr, a ordem que segui em distribuir as materias é de Bain. Cumpre notar que, ao dar á luz em
>
> 1881 a primeira edição desta grammatica, eu ainda não tinha visto a « *A Higher English Grammar* ».
>
> Folgo de que, sem prévio accordo, eu tenha no campo do pensamento caminhando a par de espirito tão elevado. Que se concluirá de ter a minha obscuridade achado sem guia o mesmo caminho seguido pelo eminente logico inglez?
>
> E' que, sendo identico os processos que empregamos na distribuição dos factos glotticos e na maneira de encaral-os, identico foi o resultado
>
> […]
>
> Ocioso seria confessar que muito devo a Paulino de Souza, a Theophilo Braga e a outros grammaticographos portuguezes. Quem for versado em estudos de lingua vernacula, facilmente verá de quanto me valeram esses mestres.

[27] Utilizamos a décima edição, de 1911.

> Pelo que respeita a Adolpho Coelho, pergunto: quem poderá escrever hoje sobre philologia portugueza, sem tomal-o por guia, sem se ver forçado a copial-o a cada passo? (p. II-III)

Júlio Ribeiro se coloca em proeminência em relação ao *Programa de Português para os Exames Preparatórios*, cuja elaboração, como mostram Orlandi e Guimarães (2001, p. 25), representou um acontecimento determinante na gramatização brasileira:

> Um fato decisivo neste processo de gramatização brasileira do português é o "Programa de Português para os Exames Preparatórios" organizados em 1887 por Fausto Barreto, professor do Colégio Pedro II, por solicitação do Diretor Geral da Instrução Pública, Emídio Vitório. Uma série de gramáticas apareceram como resposta a esta solicitação. Elas respeitam as instruções do programa e dizem querer romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica.

Como mostra Guimarães (2014), o estabelecimento do Programa de Português para os Exames Preparatórios no Brasil é catalizador da gramatização brasileira, mudando, na medida em que abriu a porta para o aparecimento de novas gramáticas, o ensino da língua e criando uma pressão sobre o conjunto de estabelecimentos de ensino da época. Ressaltando a existência de estudos brasileiros sobre o português antes do Programa de Português, mas que eles não suscitaram um movimento intelectual como o que se veria posteriormente, Guimarães (2014) afirma que o Programa de 1887 permite identificar um momento decisivo na formação do movimento das ideias que muda as condições da produção de instrumentos linguísticos no Brasil. Na verdade, como mostra o autor, o Programa de Português se reconhece herdeiro das condições institucionais e dos conhecimentos sobre a língua que já estavam estabelecidos no Brasil, de forma que a sua publicação se apoiaria sobre um passado específico e, ao mesmo tempo, abria um novo futuro com a produção de novas gramáticas da língua portuguesa, gramáticas essas que serão escritas justamente para responder às exigências do Programa. De fato, se olharmos, por exemplo, a *Noções de Grammatica Portugueza*, obra publicada por Pacheco da Silva e Lameira de Andrade logo após a instauração do Programa de Português em 1887, vemos que o Programa de Fausto Barreto atingiu rápida e fortemente a maneira como as gramáticas passaram a ser escritas na época. A gramática desses autores, em cuja capa, após o título, consta a informação de que ela está "de accordo com o programma official para os exames geraes de preparatórios do corrente anno",

se abre com uma nota que explica como o Programa de Fausto Barreto afetou o projeto original que os autores tinham para a obra:

> Tinhamos emprehendido escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em lucta completa da lingua portugueza, rompendo em lucta a tradição, e faziamos fundamento de entregal-a em breve á publicidade. O novo programma para os exames geraes de preparatorios, porem, veio fazer-nos mudar do proposito. E' que muitos dos pontos nelle exigidos para os exames de portuguez não se encontrando nas grammaticas que por ahi correm impressas, e os alumnos não tendo fontes ondem possam haurir a instrucção de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxilio da mocidade estudiosa.
>
> […]
>
> Nem sempre o nosso parecer concidiu com a indicação do programma official; seguimos todavia, para maior segurança dos viajantes noveis, o roteiro apresentado pelo governo. (p. 3)

Cabe notar aqui a articulação do Programa com uma nova forma de fazer gramática, como um meio de romper com uma tradição a ser superada, de certa forma, uma ligação do programa com a gramática histórica ou pelo menos com um novo modo de fazer gramática que, em boa parte dos casos, significa como gramática histórica. A observação de uma discordância reforça o lugar de uma autoria, na medida em que se mostra que a gramática não seguiria exatamente o caminho traçado pelo Programa. O que é também a observação da força do Programa na história da reflexão sobre a linguagem no Brasil no momento chave da gramatização brasileira, pois, embora diga não concordar inteiramente com o Programa, o gramático o leva em consideração e modifica sua gramática para se adequar a ele.

Na medida em que regula o procedimento de avaliação para a entrada na universidade, o Programa de Português é, conforme aponta Guimarães (2014), não um instrumento da ordem da normalização da língua, mas da normalização do *que* e *como* é preciso ensinar a língua. Em resumo, ele representa um momento de grande mudança no ensino do português no Brasil, sendo que o que sustenta e projeta tal mudança foi que esse novo conhecimento exigido pelo Programa de Português era formulado pela voz oficial do Estado e garantido pela autoridade intelectual e institucional de Fausto Barreto, professor de um estabelecimento de ensino que desempenhou um papel exemplar ao longo de todo o século XIX e parte do século XX, o Colégio Imperial Pedro II. Nessas condições, continua Guimarães, introduzindo uma regulação didático-pedagógica em matéria de língua nacional

para o acesso à universidade, o Programa de Português funciona como uma memória prévia sobre o que é preciso saber sobre a língua para todos aqueles que querem se dedicar ao ensino da língua. É justamente por essa operação, mostra Guimarães, que o Programa de Português estabelece a função do autor brasileiro da gramática e uma abre uma nova via para aprofundar os conhecimentos sobre a especificidade do português do Brasil. É assim, sempre conforme Guimarães, enquanto um meta-instrumento, isto é, uma extensão de memória sobre o que é preciso conhecer sobre a língua, que o Programa de Português catalisa a produção de instrumentos linguísticos como as gramáticas e dicionários, produzido uma política de línguas e, nesse sentido, fazendo o número dos elementos decisivos para a constituição da língua nacional no fim do século XIX no Brasil.

Segundo esse modo de funcionamento, os Exames permitem argumentar contra uma origem única da gramatização brasileira, isto é, contra a ideia de que um autor teria sido o primeiro a iniciar esse processo de produção de instrumentos linguísticos no Brasil, colocando antes em primeiro plano o conjunto de trabalhos de toda uma geração de gramáticos brasileiros. O próprio estabelecimento do Programa de Português por Fausto Barreto só foi possível porque um certo conhecimento sobre a língua já estava disponível naquele momento.

Aproveitando-nos do que trouxemos de Guimarães (2014), podemos dizer que o Programa de Português não introduz necessariamente um conhecimento novo, mas, de certa forma, novas instruções para trabalhar com esses conhecimentos, condições para avaliar alguém a partir de um conhecimento que já estava disponível para toda uma geração e que permitiu, inclusive, que alguém como Júlio Ribeiro escrevesse uma gramática com base nos estudos histórico-comparativos. Júlio Ribeiro, no entanto, se coloca em anterioridade aos Exames, argumentando que sua *Grammatica Portugueza* já havia realizado tudo aquilo previsto pelo Programa bem antes de ele ser elaborado por Fausto Barreto. Mais do que isso, para Júlio Ribeiro, a *Grammatica Portugueza* seria a única no Brasil a seguir a orientação dos Exames Preparatórios. Assim, sua gramática não apenas teria se antecipado ao Programa de Português como seria também a única a estar à altura daquilo que ele exigia como conhecimento linguístico para ter acesso às universidades no Brasil.

É num artigo publicado em 17 de abril de 1887 no seu próprio jornal *A Procellaria* que Júlio Ribeiro discute, em suas palavras, o "programma para os exames geraes de preparatorios em todo o imperio". É justamente a partir desse artigo de Júlio Ribeiro que o programa elaborado por Fausto Barreto é frequentemente recuperado, como podemos notar em Nascentes (1939) e em Orlandi e Guimarães (2001), o que nos mostra o valor de arquivo de Júlio Ribeiro para a história da reflexão sobre a linguagem no Brasil.

De acordo com a apresentação que Júlio Ribeiro faz do Programa, ele era constituído por duas provas, uma escrita e uma oral. A prova escrita consiste, segundo explica Júlio Ribeiro (p. 86), em "uma composição livre sobre assumpto que a sorte designar dentre os pontos organizados diariamente pela comissão julgadora", ao passo que a prova oral consiste, em primeiro lugar, "de analyse phonetica, etymologica e syntatica de um trecho de extensão razoável, escolhido pela commisão julgadora em uma pagina sorteada", e depois, "da exposição de um dos pontos grammaticaes". Além disso, segue explicando Júlio Ribeiro (p. 87), "o examinado tambem deverá ser arguido sobre o sentido preciso de cada palavra do trecho sorteado, e sobre o sentido geral do mesmo trecho", sendo que um "dos examinadores se occupará desta parte do exame, e o outro das theorias grammaticaes". Na sequência, depois de apontar os livros marcados para os Exames[28], Júlio Ribeiro lista os quarenta e seis pontos gramaticais para a prova oral, conforme reproduzimos abaixo:

> 1. – Observações geraes sobre o que se entende por grammatica geral, por grammatica historica ou comparativa e por grammatica descriptiva ou expositiva.
>
> Objecto da grammatica portugueza e divisão do seu estudo. Phonologia: os sons e as lettras; classificação dos sons e das lettras; vogaes; grupos vocalicos; consoantes; grupos consonantaes; syllaba; grupos syllabicos; vocábulos; notações lexicais.
>
> 2. – Da accentuação e da quantidade.
> 3. – Origem das lettras portuguezas; leis que presidem á permuta das lettras; importância destas observações phonicas no processo de derivação das palavras.
> 4. – Dos Metaplasmas.
> 5. – Dos systemas de ortographia e das causas de sua irregularidade.

[28] São oito os livros recomendados para os Exames, cinco de autores portugueses (Camões, *Lusiadas*; Lucena, *Historia do padre Francisco Xavier*; Fr. Luiz de Souza, *A vida do Arcebispo*; Gabriel de Castro, *A Ulysséa*; Padre Theodoro de Almeida, *O Feliz Independente*), e três de autores brasileiros (Santa Rita Durão, *O Caramurú*; João Francisco Lisboa, *Vida do Padre Antonio Vieira*; Barão de Paranapiacaba, *A Camoneana*), em sua maioria obras dos séculos XVII e XVIII.

6. – Morphologia: estructura da palavra; raiz; thema; terminação; affixos. Do sentido das palavras deduzido dos elementos morphicos que as constituem; desenvolvimento de sentidos novos nas palavras.
7. – Da classificação das palavras. Do substantivo e suas especies.
8. – Da classificação das palavras. Do adjectivo e suas especies.
9. – Classificação das palavras. Do pronome e suas especies.
10. – Classificação das palavras. Do verbo e suas especies.
11. – Classificação das palavras. Das palavras invariaveis.
12. – Agrupamentos de palavras por famílias e por associação de ideias. Dos synonimos, homonymos e paronymos.
13. – Flexão dos nomes; genero; numero; caso. Noções de declinação latina. Desapparecimento do neutro latino em Portuguez; vestigios de neutro em Portuguez; vestigios da declinação em Portuguez. Origem do *s* do plural.
14. – Flexão dos nomes: grau do substantivo e do adjectivo; comparativos e superlativos syntheticos; comparativos e superlativos analyticos.
15. – Flexão dos nomes; flexão do pronome; declinação dos pronomes pessoaes.
16. – Flexão do verbo; conjugação; fórmas de conjugação.
17. – Formação das palavras em geral: composição por prefixos e por juxtaposição. Estudos dos prefixos.
18. – Formação das palavras em geral: derivação própria (por suffixos); derivação imprópria (sem suffixos). Estudos dos suffixos.
19. – Das palavras variaveis formadas no proprio seio da língua portugueza.
20. – Das palavras invariáveis formadas no proprio seio da lingua portugueza.
21. – Etymologia portugueza; princípios em que se baseia a etymologia. Leis que presidiram á formação do lexico portuguez.
22. – Da constituição do lexico portuguez. Linguas que maior contigente forneceram ao vocabulario portuguez.
23. – Carater differencial entre os vocabulos de origem popular e os de formação erudita; duplas ou formas divergentes.
24. – Da creação de palavras novas. Hybridismos.
25. – Etymologia do substantivo e do adjectivo. Influencia dos casos na etymologia dos nomes.
26. – Etymologia do artigo e do pronome.
27. – Etymologia das fórmas verbaes; comparação da conjugação latina com a portugueza.
28. – Etymologia das palavras invariaveis.
29. – Da syntaxe em geral. Breves noções sobre a estructura oracional, do Latim popular e do Latim culto. Typos syntaticos divergentes na lingua portugueza.
30. – Syntaxe da proposição simples. Especies de proposição simples quanto á forma e á significação. Dos membros da proposição simples.
31. – Syntaxe da proposição composta ou do periodo composto. Coordenação. Subordinação. Classificação das proposições.
32. – Regras de syntaxe relativas a cada um dos termos ou membros da composição.
33. – Regras de syntaxe relativas ao substantivo e ao adjectivo.
34. – Regras de syntaxe relativas ao pronome.

35. – Regras de syntaxe relativas ao verbo. Do emprego dos modos e tempos, correspondencia dos tempos dos verbos nas proposições coordenadas e nas proposições subordinadas.
36. – Regras de syntaxe relativas ás fórmas nominaes do verbo.
37. – Regras de syntaxe relativas ás palavras invariaveis.
38. – Syntaxe do verbo *haver* e do pronome *se*.
39. – Da construcção: ordens das palavras na proposição simples e das proposições simples no periodo composto.
40. – Da collocação dos pronomes pessoaes.
41. – Das notações syntaxicas; pontuação; emprego de lettras maiusculas.
42. – Figuras de syntaxe. Particulas de realce.
43. – Dos vícios de linguagem.
44. – Das anomalias grammaticaes; idiotismos; provincialismos; brasileirismos e dialecto.
45. – Das alterações lexicais e syntaxicas; archaismo e neologismo.
46. – A syntaxe e o estylo. (p. 87-92)

Os pontos do Programa, de acordo com Guimarães (2014), mostram que ele formula uma mudança de posição caracterizada pela adoção da linguística histórica e pelo afastamento da gramática filosófica, bem como por aspectos particulares como o lugar reservado à morfologia, separada da etimologia, e à fonologia. Um outro aspecto observado pelo autor é a inclusão de elementos importantes na caracterização das diferenças do português do Brasil e símbolos das disputas entre gramáticos portugueses e brasileiros naquele momento histórico, isto é, a questão da posição dos pronomes átonos, dos brasileirismos e dos dialetos. Além de elogiar a primeira disposição do Programa[29], que determina que o exame de português procederá a qualquer outro, a avaliação que Júlio Ribeiro faz é de que ele é organizado cientificamente sobre as bases da ciência da linguagem, enaltecendo as divisões da gramática em lexeologia e sintaxe e estimando que ele não deixa de fora nenhum ponto gramatical, num elogio da completude e também da superação da escolástica e da metafísica:

> Não ha negar; é este um programa organizado scientificamente, sobre as bases largas, solidas, da sciencia da linguagem. De uma parte a lexeologia, isto é, as

[29] Nas palavras de Júlio Ribeiro: "Nada mais acertado, nada mais methodico; com effeito, como diz Boileau, sem o conhecimento do próprio idioma, ninguem chega a escriptor; tudo, mas mesmo tudo, deve começar pelo estudo da lingua vernacula. Não sei como entendera Virgílio ou Milton o Brasileiro ou Portuguez que não entenda Camões e Gil Vicente." (p. 85)

> palavras consideradas em si phonologica, morphologica, taxeonomicamente; de outra, a syntaxe, as palavras constituindo expressão de juizo, formando sentenças.
>
> A ortographia não é mais considerada irracionalmente como uma divisão autónoma da grammatica; é tida como o que ella de facto é, como um departamento da phonologia.
>
> Nada se olvida no programma, de tudo se trata: exigem-se conhecimentos serios de *morphologia*: quer-se a raiz, o thema, a terminação, o affixo da palavra flexional; quer-se o agrupamento das palavras por familia e por associação de ideias, quer-se a *etymologia* no sentido restricto do termo; querem-se os preceitos da *syntaxe* por gradação natural, por familias de palavras; quer-se o discrimen exacto da proposição simples e da proposição composta, da coordenação e da subordinação; quer-se… Em uma palavra – nada de superfetações escholasticas, nada de metaphysica medieval: quer-se o que se deve querer; exige-se o que se deve exigir. (p. 93-93)

No fim das contas, a valorização que Júlio Ribeiro faz do Programa de Português é uma valorização do seu próprio trabalho gramatical, pois ele se representa como antecessor do Exame e também como o autor da única gramática que reune as condições de preparar um aluno não apenas para a prova de português, mas de todas as línguas ensinadas oficialmente no Brasil:

> Si foramos vaidoso, era esta a hora de rejubilar: o programma de Portuguez, bem como os de todas as outras linguas que se ensinam officialmente no Brasil, está de accordo exacto, perfeito com os principios da grammatica scientifica, que, em 1881, tivemos a ousadia de arrojar á publicidade.
>
> Hoje abundam em Portuguez monographias linguisticas valiossimas; temos a primeira parte da monumental grammatica historica de Pacheco Junior; Adolpho Coelho, Leite de Vasconcellos, João Ribeiro, Fausto Barreto, Lameira de Andrade brilham como astros de primeira grandeza no céo da nossa philologia: mas, ainda assim, é a nossa Grammatica a *unica* grammatica por onde se possa preparar um alumno para enfrentar com o actual programma de exames. (p. 93-94)

Na verdade, para Júlio Ribeiro, não é a *Grammatica Portugueza* que está de acordo com o Programa de Português, mas o Programa de Português que está de acordo com a *Grammatica Portugueza*. Assim, se o Programa é elogiado por Júlio Ribeiro por estar organizado cientificamente sobre as bases da ciência da linguagem, isso se daria pelo fato de ele estar de acordo com os princípios de sua própria gramática, uma gramática científica segundo sua descrição. Seguindo esse modo de pensar, se o Programa de Português é louvado por dividir a gramática em lexeologia em sintaxe, por superar a escolástica e a metafísica e por abordar todas as questões sobre a linguagem, é a própria gramática de Júlio Ribeiro quem

é engrandecida por essas realizações na medida em que ela é colocada como guia do Programa de Português.

Em suma, Júlio Ribeiro expõe sua gramática como uma categoria à parte em sua época, mesmo como um divisor de águas. De um lado, as gramáticas de Pacheco Junior, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, João Ribeiro, Fausto Barreto, Lameira de Andrade, valiosíssimas monografias linguísticas em português. Do outro, isoladamente, a *Grammatica Portugueza*, uma gramática científica, única capaz de preparar os alunos para as provas de português e de todas as outras línguas ensinadas oficialmente no Brasil. Os nomes dos portugueses Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos mostram que essa singularidade reivindicada por Júlio Ribeiro não se dá apenas em relação aos trabalhos dos brasileiros, mas em relação ao conjunto geral de estudos sobre o português, em relação a brasileiros e portugueses.

Uma nota de rodapé dos editores na décima edição da *Grammatica Portugueza*, publicada em 1911, joga no entanto com essa imagem de completude que Júlio Ribeiro desenha para sua obra em relação ao Programa de Português. Em anexo, são colocados dois estudos ao fim da gramática, dois "additamentos", para guardar o termo empregado na obra, um sobre sinônimos, homônimos, parônimos e antônimos e outro sobre arcaísmo, neologismo e hibridismo. Ligada a esses estudos, a nota dos editores diz o seguinte: "Estes additamentos se juntam aqui para satisfazer aos programmas do ensino official" (1911, p. 351). Por questões editoriais, a própria gramática de Júlio Ribeiro teve que passar por ajustes para responder às exigências trazidas pelo Programa de Português.

No seu romance *A Carne*, publicado no Brasil em 1888, num apurado jogo de projeções, no qual personagens criados segundo um modelo de excelência do conhecimento científico falam positivamente do seu próprio criador, Júlio Ribeiro se apresenta como separado da figura tradicional do gramático. É no trecho de um fragmento de carta trocada pelo casal de amantes do romance que Júlio Ribeiro projeta uma imagem de si:

> Encomenda de Júlio Ribeiro, um gramático que se pode parecer com tudo menos um gramático: não usa simonte, nem lenço de Alcobaça, nem pince-nez, nem sequer cartola. Gosta de porcelanas, de marfins, de bronzes artísticos, de moedas antigas. Tem, ao que me dizem, uma qualidade adorável, um verdadeiro título de benemerência – nunca fala, nunca disserta sobre coisas de gramático. (2002, p. 270)

Lenita, a remetente, é descrita como “uma rapariga desenvolvida, forte, de caráter formado e instrução acima do vulgar”, uma moça de quatorze anos que teve “ótimos professores de línguas e de ciências; estudou o italiano, o alemão, o inglês, o latim, o grego; fez cursos muito completos de matemáticas, de ciências físicas, e não se conservou estranha às mais complexas ciências sociológicas”. O destinatário, Barbosa, é apresentado como um “homem já maduro, casado, mas desde muito separado”, “metido consigo e com seus livros”, alguém que já esteve em vários países da Europa, onde “fizera centenas de dissecações anatômicas” e “aprofundara estudos de embriogenia”, enfim, um “homem muito instruído”, que “fala umas poucas línguas, e conhece bastantes ciências”, “até medicina”.

Entre passeios campestres e atos carnais, Lenita e Barbosa trocam lições sobre ornitologia, botânica, climatologia, geologia, indústria pastoril e “agricultura científica”, além detalhes técnicos da estrada de ferro e de suas consequências para o “progresso assombroso de São Paulo”, citando nomes como Van Helmont, Martius, Darwin, “cujos ensinamentos Barbosa ouvira em Londres”, e Haeckel, “cujas preleções ele seguira em Viena”. Para ficarem “embebidos em experiências” sobre a eletricidade, chegam a armar em casa um “gabinete de física eletrógica” com “instrumentos científicos moderníssimos”. No entanto, uma vez satisfeita “a curiosidade científica de Lenita quanto ao estudo experimental da eletrologia, que ela antes só aprendera teoricamente, passaram à química e a fisiologia”, em seguida “foram à glótica, estudaram línguas, grego e latim com especialidade”, além de lerem “a exposição das teorias transformistas de Darwin e Haeckel por Viana de Lima”, numa referência ao livro *Exposé sommaire des théories transformistes de Lamarck, Darwin et Haeckel*, lançado em francês pelo brasileiro Arthur Viana de Lima em 1866. No mais, desfilam ainda pensamentos sobre como o casamento é uma “instituição sociológica, evolutiva como tudo o que diz respeito aos seres vivos” ou de como o “início primordial do amor está, como dizem os biólogos, na afinidade eletiva de duas células diferentes, ou melhor, de duas células diferentemente eletrizadas”. São personagens com essa formação que falam positivamente de Júlio Ribeiro como um autor destacado, de “qualidade adorável”. Nesse esquema de representação, é como se Júlio Ribeiro realizasse, pelo menos que corresponde ao conhecimento linguístico, o nível de preparo científico que, como veremos mais à frente, ele elabora e exige das mais diferentes instâncias da sociedade brasileira.

4.2 Ideal de ciência e acusação de plágio

No conjunto das *Cartas Sertanejas*, uma série de dez artigos publicados no jornal *Diario Mercantil* em 1885, Júlio Ribeiro vai tratar, entre vários outros assuntos, da eleição de dois políticos do Partido Republicano de São Paulo, discussão na qual ele descreve o caráter de um homem cientificamente preparado. Por suas posições teóricas e, sobretudo, por suas críticas políticas, Júlio Ribeiro vai chamar a atenção do diretor do jornal *A Provincia de São Paulo*, sendo envolvido numa polêmica em que é acusado de plágio. Logo na primeira carta, de 28 de fevereiro de 1885, Júlio Ribeiro se coloca como ateu e republicano: "Agora uma declaração preliminar, quiçá desnecessária: não tenho religião e não tenho partido. Sou atheu e sou republícano intransigente" (p. 15).

Na sua segunda carta, de 4 de março de 1885, Júlio Ribeiro classifica a "eleição de dous bachareis republicanos para deputados á Assembléa Geral" como o "maior acontecimento do principio do anno da graça de 1885", pondo-se na posição contrária dos jornais brasileiros que tomariam os dois bacharéis, Campos Salles e Prudente de Morais, como "homens modernos, de vistas largas, *scientificamente preparados* para todas as luctas da idéa, para todos os comettimentos do seculo" (p. 17), como "deputados de talento masculo, solidamente nutridos em sciencia genuina" (p. 17-18). Bacharel é um termo usado por Júlio Ribeiro de forma predominantemente negativa, como vimos na polêmica com Augusto Freire da Silva, mais do que como uma descrição de classe, mas como uma condição de despreparo. Rebatendo a opinião positiva de grande parte da imprensa sobre os dois deputados, Júlio Ribeiro toma para si a tarefa de "desmancha-prazeres" para "rectificar os factos", tarefa essa justificada para satisfazer a sua atividade própria e por civismo, chegando a afirmar que o "homem que sabe servir-se da pena, que póde publicar o que escreve, e que não diz a seus compatriotas o quê entende ser a verdade, deixa de cumprir um dever, commette o crime de covardia, é mau cidadão" (p. 19).

Na terceira carta, de 10 de março de 1885, Júlio Ribeiro vai falar ainda sobre a vitória do Partido Republicano Paulista, mais especificamente sobre a heterogeneidade do seu eleitorado que, em suas palavras, "não se compunha de homens de um só pensar, agrupados

em volta de uma só bandeira, guiados por só movel, a fitar um mesmo fim", de forma que "não é *eleitorado o republicano*, é o *eleitorado do partido republicano*" (p. 31), eleitorado descrito ainda como "um amalgama de opportunistas, de conservadores, de liberaes, de atheus, de beatos, de homens sinceros, de homens refalsados, de despeitosos, de indifferentes, de violentados, de vendidos, de tudo!" (p. 32). A crítica de Júlio Ribeiro é de que "o partido perdeu terreno porque não combateu e não fez avançar nenhuma das idéas que devem constituir seu programma" (p. 32), entre as quais a descentralização administrativa, a naturalização, a liberdade de cultos e a abolição da escravidão.

O problema para Júlio Ribeiro não é o "merito pessoal dos dous deputados", mas a "vastidão dos seus conhecimentos". A questão é que eles não são "*scientificamente preparados* para debater as grandes questões que agitam a sociedade moderna" (p. 22). Imediatamente após estabelecer a universalidade de conhecimentos como primeiro requisito da educação moderna e a própria educação como base da organização social, Júlio Ribeiro descreve então o que deve conhecer um homem para ser cientificamente preparado:

> O homem *scientificamente preparado* deve conhecer, ao menos elementarmente, as mathematicas, a physico-khimica, a bio-physiologia, a psykhologia-moral. Deve ter boas noções de arithmetica, de algebra, de geometria, de mekhanica, de cosmologia, de astronomia sideral e planetaria, de geodesia, de geographia physica, de geologia, de mineralogia, de paleontologia, de botanica, de zoologia, de anatomia, de histologia, de pathologia, de ethnologia, de linguistica, de historia e geographia-historica, de industria, de arte, de litteratura, de sociologia, de legislação, de politica.
>
> E mais, deve ter estudos classicos solidos. (p. 23)

O programa apresentado por Júlio Ribeiro abraça uma dimensão gigante do saber, que, por sua abrangência, lembra o universalismo enciclopédico perseguido pelo homem do Renascimento, mas organizado de uma maneira mais próxima de Comte e de sua divisão das ciências. A profusão de nomes de disciplinas mostra a infinidade de conhecimentos que é preciso dominar para ser cientificamente preparado. Quase no fim da lista, a linguística aparece citada como um desses conhecimentos que é preciso ter para ser um homem cientificamente preparado.

Depois de defender a partir de Almeida Garrett o valor das belas letras e dos clássicos para aqueles que seguem a vocação pública, Júlio Ribeiro volta a descrever os conhecimentos que é preciso ter para ser um homem cientificamente preparado:

> Qualquer dos dous deputados será capaz de resolver uma equação do segundo gráu? –de demonstrar as propriedades da hypothenusa e das cathetas de um triângulo rectangulo? –de determinar a parallaxe da lua? –de avaliar por meio de um raio de luz a quantidade de assucar que lhe adoça o café da manhã? –de dizer que substâncias deve combinar, e em que proporções para dissolver o subsidio de um dia, caso seja pago em ouro? – de traçar a arvore genealogica da vida animal, a partir da *monera* e a terminar no homem aryano, passando como por etapas, pelos *gastreades*, pelo *acrania*, pelos *promammalia*, pelos *anthropoides*? –de reconstruir, ao menos em imaginação, as fórmas exquisitas e gigantescas dos saurios da epokha jurassica? Conhecerão eles as affinidades glotticas, o parentesco das linguas que é o das idéas, e por conseguinte dos homens!
>
> Não os horrorisará a indistincção absoluta do bem e do mal? Encararão sem tremer as bases novas em que se tem collocado a moral? admittirão os ensinamentos e as doutrinas criminaes de Luys, de Bastian, de Maudsley, de Lombroso? (p. 25-26)

Na verdade, na lista acima, mais do que conhecimentos que é preciso ter, Júlio Ribeiro descreve as atividades que é preciso saber realizar para ser cientificamente preparado. Entre essas atividades, aparece o conhecimento das afinidades glóticas, do parentesco das línguas. Nesse ponto, é interessante notar a defesa feita do paralelismo entre parentesco das línguas, das ideias e dos homens. No seguimento do texto, encontramos o francês, o inglês (pela referência a Buckle) e o latim (pela referência a César e a Tibullo) como línguas que compõem os estudos clássicos, além da apresentação de uma lista de autores que constituem o conhecimento aprofundado do português:

> Em terreno classico não pizam com mais firmeza: nenhum delles pode sustentar uma conversação em francez decente, lêr sem diccionario uma pagina de Buckle, traduzir á primeira vista um capitulo de Cesar ou uma elegia de Tibullo.
>
> Portuguez, conhecem, mas não profundamente: Barros, Couto, Frei Luiz de Souza, Frei Antonio das Chagas Lucena, Mendes Pinto, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Ferreira, Côrte-Real, são tão privados, tão conhecidos de S.S. Ex.as, como Valmiki, como Kroswitha, como o padre Tostado. (p. 26-27)

Não são apenas os dois deputados que estão despreparados, mas todos os políticos do parlamento: “Não. Scientificamente, classicamente, os dous deputados não estão mais preparados do que seus collegas de parlamento” (p. 27). E não são apenas os políticos que estão despreparados, mas os bacharéis brasileiros: “E’ um engano doce e ledo consideral-os

acima da craveira commum dos bachaereis brazileiros" (p. 27). Além disso, uma instituição como a Academia de São Paulo aparece como um "polypeiro de metaphisica e pedantismo insolente". Vamos ver logo à frente que também uma parte da imprensa não está cientificamente preparada. Dessa forma, é toda a sociedade brasileira que está cientificamente despreparada para Júlio Ribeiro. A realização do seu ideal de preparo científico parece encontrar sucesso apenas nos personagens Lenita e Barbosa do seu romance *A Carne*, personagens que, criados na literatura segundo esse ideal de preparo científico de Júlio Ribeiro, se voltam ao próprio Júlio Ribeiro, falando dele como um gramático que não repete os vícios de seus pares.

A quarta carta, de 24 de março de 1885, trata da imprensa como o instrumento por meio do qual se afere a "pujança intelectual e moral" de um país. A erudição científica é posta por Júlio Ribeiro como um dos itens que deveriam constar em um jornal. É a partir dos anseios do povo que Júlio Ribeiro estabelece o conteúdo desejável de um jornal, afirmando que o "povo tem sêde de verdade, o povo quer lêr, quer aprender, quer tomar parte na gestão dos negocios publicos, que influir nos destinos da nação" e que, sendo-lha vedada "a entrada no convivio nacional", "o povo cala-se, resigna-se, mas vinga-se voltando as costas a mentores caricatos" (p. 44). No fim do artigo, Júlio Ribeiro aponta as condições que permitem à imprensa ser uma alavanca para o progresso, momento em que a orientação da concepção científica do universo aparece como uma de suas tarefas:

> A imprensa, para ser uma alavanca de progresso, deve ser moralisada, imparcial, justa, uma sempre para com amigos, para com adversarios, para com todos; deve exforçar-se por levantar o kharacter nacional, banindo o *testa de ferro, o anonymo*, obrigando cada um á responsabilidade de seus actos como acaba de fazer a *Gazeta de Piracicaba*, pequenino semanario que por isso se tornou um colosso; deve envidar todos os exforços para despertar no povo uma curiosidade salutar que o leve ao estudo, que o leve á comprehensão de seus direitos, deve derramar a luz por todos os meios, em tempo, fóra do tempo, insistentemente, obstinadamente, sempre; deve *orientar a mentalidade* no sentido da concepção scientifica do universo, porque dessa concepção é que dependem, é que promanam todos os actos humanos; deve emfim a imprensa ser tal que, examinada no extrangeiro, dê do paiz uma idéa elevadissima.
>
> A *Provincia de S. Paulo*, synthese perfeita das idéas dos republicanos paulistas, não está neste caso: o sr. Rangel Pestana não é um benemerito. (p. 53-54)

Essas posições, como já havíamos assinalado, vão levar Júlio Ribeiro a uma nova polêmica, dessa vez com Alberto Sales, que, sob o pseudônimo de Demócrito, vai escrever no

jornal *A Provincia de São Paulo* um conjunto de longas cartas que questionam o preparo científico de Júlio Ribeiro e o acusam de plágio. Logo na sua primeira carta, de 8 de março de 1885, declarando, não sem ironia, mas de uma forma que sugere um lugar de destaque de Júlio Ribeiro no cenário nacional, que é uma temeridade de sua parte constituir "uma nota dissonante em meio d'esta grande orchestra do elogio mutuo que infelizmente já se acha perfeitamente organisada entre nós e que faz de v. s. uma especie de dictador scientifico, que impõe a lei aos profanos em questões de arte, de litteratura, de sciencia, de politica e de philosophia", Demócrito, ou melhor Alberto Sales, questiona a nomenclatura empregada por Júlio Ribeiro na afirmação de que o primeiro requisito da educação moderna como base da reorganização social é a universalidade dos conhecimentos. A questão para Alberto Sales é que Júlio Ribeiro cai em contradição na listagem que faz dos conhecimentos que um homem deve ter para ser considerado cientificamente preparado e na defesa de que esses conhecimentos constituiriam a educação moderna e, portanto, seriam base para a reorganização social. Alberto Sales fala em contradição, mas a acusação é, na verdade, de plágio do pensamento de Augusto Comte, pois ele expõe ter ficado mais certo "de semelhante contradicção quando me lembrei que aquelle aphorismo, apezar de vir desacompanhado de aspas e sem a minima referencia, pertence inteiro a um dos maiores vultos de nosso seculo", a quem Júlio Ribeiro "evidentemente pedio emprestado mas não quiz confessar ao publico visto como v. s., sómente escreve para sua alta recreação e para satisfazer sua actividade propria". Para Alberto Sales, todo "aquelle, porém, que conhecer um pouco o famoso curso de philosophia positiva de Augusto Comte ha de naturalmente se recordar de lá ter encontrado na licção quinquagesima setima este mesmo aphorismo enunciado exactamente nos mesmos termos, como o encontrou sem duvida v. s. n'estas proprias palavras", ressaltando que Júlio Ribeiro, porém, "não se julgou obrigado a declinar o nome do eminente philosopho, naturalmente porque *escreve por civismo, e na campanha que emprehende serve lhe uma arma terrivel, brutal como o aço, mas forte comme elle –a sinceridade*".

Além da acusação de plágio, há também por parte de Alberto Sales uma discordância com Júlio Ribeiro quanto à interpretação que se deve dar às ideias de Augusto Comte. Assim, ele defende que Augusto Comte "quando exigio para base da reorganisação social a universalidade dos conhecimentos, quiz antes de tudo fazer prevalecer na destribuição do saber humano positivo o ponto de vista do conjuncto", de forma a sustentar que "o

pensamento tem uma disciplina inevitavel e salutar, que consiste na *generalisação*" e, portanto, que é "espirito de *systema* que domina a universalidade da educação". Falando sobre a ascensão da anarquia intelectual e moral com o desaparecimento do regime católico feudal, Alberto Sales argumenta que a "metaphysica revolucionaria, em sua obra puramente negativamente de demolição, provocou de tal modo a dispersão das idéas e dos sentimentos e abalou por tal forma as sociedades, tanto em suas bases temporaes, com em sus bases espirituaes, que a unidade na vida social desappareceu, para dar logar a mais tremenda anarchia que se tem conhecido", dando início a uma "épocha da especialisação em todas as espheras da actvidade humana". Há aí um lamento de Alberto Sales, que alega que foi justamente para "pôr um paradeiro a essa terrivel anarchia moral e intellectual, cujos effeitos até hoje ainda se fazem sentir de uma maneira extremamente perniciosa" que Augusto Comte "concebeu a reorganisação do poder espiritual, entregando-lhe a importante funcção da educação, que deverá, por isso mesmo, se caracterisar pela sua universalidade", único meio de "combater a indisciplina mental, pôr um termo a épocha da especialisação e conseguir fazer prevalecer o *ponto de vista de conjuncto* nos dominios do pensamento".

O que está em debate é o caráter da universalidade da educação e o modelo de organização das ciências. De acordo com Alberto Sales, para Augusto Comte, a universalidade como base da reorganização social "consiste na *distribuição systhematica e methodica do ensino*, de accordo com a propria lei de organisação do saber humano positivo, segundo a ordem da generalidade decrescente e da complexidade crescente dos phenomenos, isto é segundo a sua celebre e inabalavel gerarchia scientifica, que, começando pela matemhatica, termina na sociologia". Para Alberto Sales, a organização da educação positiva é antes de tudo uma questão de método, uma questão de sistema, e não de quantidade, como seria, erroneamente, apresentado por Júlio Ribeiro. A crítica, portanto, é de que Júlio Ribeiro interpreta como uma questão de quantidade, de completude, aquilo que para a filosofia positivista de Augusto Comte é uma questão de método, de sistema. "Não é com ensino de noções de *todos os ramos dos conhecimentos humanos indistinctamente* que se obtem uma educação universal, de harmonia com a genaralisação do pensamento e caracterisada pelo seu ponto de visto de conjuncto", sustenta Alberto Sales, que ensina que o próprio Augusto Comte evitou o equívoco em que Júlio Ribeiro teria caído "quando fez a distincção entre a theoria e a pratica, entre os conhecimentos abstractos e os conhecimentos concretos". Tudo isso leva

Alberto Sales a concluir que há "muita cousa que não se precisa saber nem estudar para se ter, entretanto, conforme a opinião do eminente reformador, uma educação universal", ideia que Júlio Ribeiro não teria querido entender muito embora tivesse utilizado o aforismo de Augusto Comte. Para reforçar sua interpretação, Alberto Sales recorre ao nome de Herbert Spencer, tomado como "o maior gigante talvez do pensamento moderno", afirmando que, apesar de mostrar certa rebeldia ao sistema filosófico de Augusto Comte, Herbert Spencer confirma plenamente a sua opinião na questão da educação:

> Sciencia e erudição, diz Spencer, não variam na mesma proporção. Ainda que sem dados não seja possivel a generalisação, comtudo muitos dados accumulados em excesso e indistinctamente são um obstaculo a generalisação. Quando os conhecimentos de um homem não estão em ordem, quanto maior fôr a sua erudição tanto maior será a confusão de seu pensamento. Um individuo pode tornar-se um verdadeiro Daniel Lambert de erudição e entretanto conservar-se inteiramente imprestavel, tanto para si mesmo, como para os outros.

Júlio Ribeiro teria caído em contradição justamente por ter confundido erudição e ciência, pois, conforme argumentação de Alberto Sales, "apezar de copiar o aphorismo de Augusto Comte, desde que tentou concresitar o que aquelle philosopho chamou de *educação sentimental*, falseou inteiramente o seu pensamento e fez consistir a função da moderna educação, não no preparo de homens de sciencia, mas no preparo de simples *eruditos*". Alberto Sales vai retomar essa questão na segundo carta que escreve a Júlio Ribeiro, repetindo que "não é com o ensino de noções de *todos os ramos dos conhecimentos humanos indistictivamente* que se obtem uma educação universal, de harmonia com a generalisação do pensamento e caracterisada pelo seu ponto de vista de conjuncto" e que "ha muita cousa que não se precisa saber, nem estudar, para se ter, entretanto, conforme a opinião de Augusto Comte, uma educação universal". Não se contesta a ideia da educação universal como base de uma nova ordem social, de forma que Alberto Sales chega mesmo a defender que ela deve ser requerida "para o fim de fazer prevalecer em toda a parte, entre os povos continuadores da civilisação occidental, um systema commum de idéas e de opiniões, capaz de estabelecer a ordem e a harmonia no desenvolvimento de todas as espheras da actividade humana".

Alberto Sales fala, inclusive, em "accordo previo das intelligencias por uma genaralisação systemica e disciplinar do pensamento", sem o qual não haveria "tentativa alguma de reorganisação social que offereça garantias de estabilidade e permanencia". A

questão, mais uma vez, é a de um modo de organização da educação que não considere simplesmente a quantidade, posição apontada como sendo a de Júlio Ribeiro. Para Alberto Sales, "essa unidade, essa convergencia admiravel e espontanea das consciencias para um systema commum de idéas e de opiniões" não será alcançada "organisando-se uma educação que na distribuição do ensino procure divulgar *indistictamente* noções de todos os ramos dos conhecimentos humanos", mas, ao contrário, "pela divulgação methodica do conhecimento das leis que regem as differentes cathegorias de phenomenos, desde a mathematica até a sociologia", pois, segundo explica, somente "n'este terreno elevado da abstracção, pela interdependencia natural das sciencias fundamentaes, será possivel a realisação da harmonia e da solidariedade nos dominios do pensamento", uma vez que as "sciencias concretas, conseguintemente, ou as sciencias de applicação, nada tem que ver com a universalidade da educação positiva". Na distinção entre ciências fundamentais e ciências concretas, Alberto Sales defende que a divisão do trabalho intelectual é uma condição indispensável para o progresso das ciências, argumentando que Júlio Ribeiro não pode ignorar que "a extensão indifinida d'esse principio, trazendo com consequencia inevitavel uma especialisação exagerada, transforma-o por isso mesmo em uma fonte poderosa de embaraços ao desenvolvimento normal da actividade scientifica".

Um outro ponto de discordância com Júlio Ribeiro é o da importância dos estudos clássicos, tema tratado por Alberto Sales na terceira carta que escreve na *Provincia de São Paulo*. Como se denunciasse um erro de Júlio Ribeiro em classificar o inglês no grupo das línguas clássicas, Alberto Sales começa seu texto ressaltando que esse idioma "é uma lingua moderna de frequente applicação nas condições actuaes da vida social" quanto retoma a crítica de Júlio Ribeiro de que os deputados republicanos seriam incapazes de traduzir o inglês. Em relação ao modelo de educação e de ciência defendido e aos assuntos considerados importantes para uma formação que favoreça o progresso do país, Alberto Sales condena o "grande attentado scientiffico e philosophico" de Júlio Ribeiro de, na organização do seu plano de educação, excluir a trigonometria, a geometria analítica e o cálculo, "poderosos instrumentos da analyse mathematica, indispensaveis ao estudo da astronomia, da physica e da mechanica, e absolutamente necessarios a muitos ramos da educação especial". O interessante a notar é a sugestão de que a linguística não mereceria figurar entre os conhecimentos de um homem cientificamente preparado, ocupando indevidamente um lugar

deveria ser da economia política, pois Alberto Sales narra que Júlio Ribeiro explica que "o homem scientificamaente preparado, além de passar successivamente por toda aquella sua nomenclatura, da qual se acham *arbitrariamente excluida a economia politica,* quando entretanto alli vem *especialisada* a linguistica, deve tambem ter estudos classicos e solidos". Não se pode perder de vista o fato de que tal posição é defendida por alguém que não tem por ofício o estudo da linguagem, o que de certa maneira mostra a fraca presença e pouca importância da linguística para um público mais amplo.

Alberto Sales afirma que a importância dos estudos clássicos é, na verdade, "uma banalidade, que tem sido repudiada pelas primeiras autoridades em materia de educação", um elemento que tem envenenado a França como exclama um dos publicistas daquele país e "que rouba inutilmente o tempo á mocidade, esterelisando a sua intelligencia" quando, numa afirmação creditada ao francês Ernest Legouvé, "tantos objectos maravilhosos e uteis solicitam nossa curiosidade e reclamam o esforço de nossa intelligencia, quando todos os povos nos abrem seus annaes, quando a vida do passado e a vida do presente desdobram-se a nossos olhos debaixo de tantas fórmas, quando a natureza levanta um a um todos os seus vens diante das investigações da sciencia". Numa asserção que diz ser a de Michel Bréal, Alberto Sales coloca que a educação clássica, "na preoccupação exclusiva da forma", "se transforma em uma fonte de perigo para o espirito e para o senso moral da nação". Alexandre Bain é outro nome chamado por Alberto Sales para contestar o valor dos estudos clássicos e afirmar, por exemplo, que "não ha um só facto, um só principio das sciencias physicas ou moraes que não se ache expresso de uma maneira completa em todas as linguas modernas" ou então que "em vez de procurar o sentido da palavra original em latim, vale mais a pena apprendel-o em sua propria lingua". No julgamento de Alberto Sales, a opinião de Alexandre Bain sobre a utilidade do estudo do grego e do latim é mais valiosa do que a de Garrett, "*apezar de sua reconhecida competencia scientifica*, em assumptos de linguistica e de classismo".

Retornando, na sua quarta carta, sobre a acusação de Júlio Ribeiro de que os deputados de São Paulo não são cientificamente preparados, Alberto Sales pergunta então qual o valor de um parlamentar que possuísse boas noções de todas aquelas ciências enumeradas por Júlio Ribeiro se "não tivesse uma intelligencia bem disciplinada por um solido criterio scientifico e philosophico", questionando assim a eficácia de encher os parlamentos de engenheiros, de médicos e de industriais para o combate dos males sociais.

Nas suas palavras, “a questão é de mais qualidade do que de quantidade, a questão e de ponderação e de criterio”, momento em que cita Spencer na afirmação de que “para regular com successo a marcha da sociedade, é preciso conhecer-se a sua estructura, os principios segundo os quaes ella se acha organisada e as leis naturaes de que dependem os seus progressos”, “é preciso estar devidamente familiarisado com a sciencia social”. Dessa forma, para Alberto Sales, o que Júlio Ribeiro deveria ter feito era justamente “provar que os deputados republicanos, pelas suas concepções politicas, não estão na altura das grandes questões que agitam actualmente a sociedade brazileira; que não comprehendem o problema politico, tal como se apresenta em nossa sociedade; que desconhecem os grandes processos scientificos para a soluções dos problemas sociaes; que ignoram o passado de nossas instituições e que não sabem interpretar devidamente a fórma que estão prestes a tomar”.

Alberto Sales sentencia que Júlio Ribeiro, “apezar de ser barulhentamente apregoado pelos seus admiradores como um verdadeiro Padre Eterno de sabedoria e sciencia”, “não possue absolutamente conhecimento algum d’aquillo que escreve”, que “apezar de ter copiado um aphorismo de Augusto, não o comprehendeu”, que “não comprehende tambem o verdadeiro problema da educação moderna”, que “ignora inteiramente a mathematica, pois que um mathematico nunca se lembraria de exigir o estudo da mechanica sem o calculo, ou o estudo da geodesia sem a trigonometria”, e que “ignora até o que seja uma educação classica e torna-se por isso mesmo um repetidor inconsciente de banalidades que já tiveram o seu tempo”. Alberto Sales questiona por fim quais os títulos que Júlio Ribeiro oferece “como garantias de sua competencia, para julgar com tanta sobranceria dos homens e das cousas”. Nessas críticas, é interessante notar a menção à existência de seguidores de Júlio Ribeiro, para os quais ele seria um guia de sabedoria e ciência, para manter os termos de Alberto Sales, menção essa que nos apontaria um lugar de destaque de Júlio Ribeiro no espaço intelectual brasileiro.

A partir de sua sexta carta, Alberto Sales vai insistir na acusação de plágio, concordando com a crítica aos deputados republicanos de que eles não escreveram nenhum livro, mas provocando que “nenhum d’elles tambem tem uma bagagem litteraria tão *suja* e tão cheia de vergonhas” como a de Júlio Ribeiro, que eles “tem escripto apenas alguns artigos de fôro ou de politica; mas não tem plagiado ninguem”. Alberto Sales denuncia a “má fé habitual

em assumptos litterarios" de Júlio Ribeiro na afirmação de ser sua a exposição que apresenta nos *Traços Geraes de Linguistica*:

> Não ha duvida que v. s. mesmo declarou se simples engarrafador de vinhos alheis; mas não se esqueceu tambem de acrescentar : –«*verdade é que é minha a exposição.*» E' aqui que se descobre a sua má fé habitual em assumptos litterarios. Pois o que é *expor*? Eu não sou philologo e pouco entendo mesmo d'essas questões; mas, a dar credito ao que encontro nos diccionarios, me parece que *expor* quer dizer: –*explicar, desenvolver, explanar, interpretar*. Expor uma doutrina vem a ser, portanto, explicar, desenvolver, explanar, interpretar essa doutrina; conseguintemente, *quem expõe não copia*. Si v. s., porém, apezar de dizer que a exposição é sua, copia servilmente, e si copia sem citar o nome do autor, sem fazer a minima referencia, sem acompanhar a passagem copiada de aspas, é porque procede de má fé, com o unico intuito de fazer passar por seu aquillo que foi escripto por outro. V. s., portanto, não é simplesmente um engarrafador de vinhos alheios: é tambem engarrafador de má fé.

O plágio estaria caracterizado pela não citação do nome do autor de referência e pelo não uso de aspas que indicassem as passagens copiadas. Com esse argumento, Alberto Sales vai demonstrar que Júlio Ribeiro plagiou a definição de linguística de Hovelacque:

> Ainda na *introducção*, definindo a linguistica, diz v. s. : –«linguistica é o ramo da sociologia que tem por fim *o estudo dos elementos constitutivos da linguagem articulada e das fórmas diversas que podem tomar esses elementos.*» Abel Hovelacque, em sua interessante obra –*A linguistica*– terceira edição, assim se exprime a pagina 4: –«A linguistica póde ser definida: –*o estudo dos elementos constitutivos da linguagem articulada e das fórmas diversas que tomam ou podem tomar esses elementos*». Será sua esta exposição? Será sua esta definição? Quem foi que copiou? Foi v. s. que copiou Abel Hovelacque ou foi Abel Hovelacque que copiou de v. s.? Quem lêr os seus –*Traços geraes*– é capaz de jurar que aquella definição é sua, pelo modo porque ella vem *exposta*, mas tambem quem lêr –*A linguistica*– é capaz de jurar que ella pertence a Abel Hovelacque. E como v. s. *nem ao menos no prologo do seu livrinho cita o nome d'este escriptor*, parece que v. s. nem o conhece ou que não o leu: razão ainda mais para argumentar o meu embaraço, a minha duvida.

Na sequência, Alberto Sales compara uma passagem sobre a sede da linguagem na obra de Júlio Ribeiro e na de Hovelacque para mostrar que também nesse ponto houve plágio:

> Mas, vamos adiante. No capitulo primeiro, em que v. s. trata da séde da linguagem articulada, lê se o seguinte:
>
> «O exercicio da linguagem articulada está subordinado á integridade de uma parte mui circumscripta dos hemisferios cerebraes, e mais especialmente do hemisferio esquerdo. Essa parte está situada na margem superior da *scissura* de *Sylvius*, em frente á *insula de Rheil*, e occupa sómente a metade ou antes o terço posterior da

> terceira circumvolução frontal. Tal localisação foi demonstrada pela autopsia dos aphasicos. N'essa autopsia, com effeito, descobre-se sempre –uma lesão evidentissima da metade posterior da terceira circumvolução frontal esquerda ou direita– quasi invariavelmente, dezenove vezes em vinte, da circumvolução frontal esquerda. Uma lesão grave da circumvolução direita deixa muitas vezes persistir o uso da falla, mas –nunca se viu persistir o uso da linguagem articulada nos individuos que apresentaram na autopsia uma lesão profunda das duas circumvoluções, alludidas. A estas conclusões da sciencia deduzidas dos factos relatados nos boletins das sociedades de anatomia, de cirurgia, de anthropologia do mundo civilisado nada ha a accrescentar. Todavia resta ainda uma questão interessantissima: saber por que motivo o exercicio da faculdade da linguagem articulada depende de modo muito mais particular de uma circumvolução do hemisferio cerebral esquerdo, de preferencia a depender da circumvolução paralllela do hemispherio direito, si bem que não pareça serem fundamentalmente differentes as funcções de um e de outro hemispherio. Vem esta facto curioso de terem em geral as circumvoluções do hemispherio esquerdo desenvolvimento mais precoce do que o das circumvoluções do hemispherio direito. As primeiras, diz o sr. Broca já se acham desenhadas, quando, as segundas ainda não são apparentes.»
>
> Segue-me immediatamente a citação de Broca, com a qual v. s. conclue este capitulo. Pois bem. Na obra já citada de Abel Hovelacque, a paginas 29, lê-se o seguinte:
>
> «O exercicio da faculdade da linguagem articulada está subordinado «á integridade de uma parte muito circumscripta dos hemispherios cerebraes e mais especialmente do hemispherio esquerdo. Esta parte está situada na margem superior da scissura de Sylvius, em frente á insula de Rheil e occupa a metade posterior, provavelmente mesmo o terço posterior sómente da terceira circumvolução frontal.» N'esta autopsia, com effeito, descobre-se constantemente «uma lesão evidentissima da metade posterior da terceira circumvoluções frontal esquerda ou direita», quasi sempre, desenove vezes sobre vinte, da circumvolução do lado esquerdo. Uma lesão grave da circumvolução direita tem muitas vezes deixado persistir o uso da palavra, mas «nunca se viu persistir a faculdade da linguagem articulada nos individuos que tem apresentado na autopsia uma lesão profunda das duas circumvolução em questão.». Todavia, uma questao interessante se levante: é a de saber por que motivo o exercicio da faculdade da linguagem articulada depende de uma fórma muito mais particular de uma circumvolução do hemispherio direito, si bem que as funcções de um e de outro hemispherio não pareçam ser fundamentalmente differentes. Este facto curioso resulta de terem as circumvoluções do hemispherio esquerdo um desenvolvimento em geral mais rapido que o das circumvoluções do hemispherio direito. As primeiras se acham já desenhadas, como diz o sr. Broca quando as outroas ainda não são apparentes.»

Alberto Sales se diz admirado pelo fato de que o próprio Hovelacque citou os autores e os lugares de onde tirou os trechos que utilizou em sua obra, além de colocá-los entre aspas, ao passo que Júlio Ribeiro "apresenta tudo como seu". Para Alberto Sales, assim como Júlio Ribeiro indica ser o capítulo nono dos *Traços* uma tradução do artigo de Lefèvre, ele deveria também ter posto nota no primeiro capítulo para dizer que era uma tradução de Hovelacque. Alberto Sales apresenta outros trechos do livro de Júlio Ribeiro que, por não virem acompanhados de aspas e não apresentaram qualquer referência, seriam cópias de outros autores, no caso, mais uma vez de Hovelacque:

> Realmente, v. s. é habil, é habilissimo. Veja se, por exemplo, com que *ligeiresa* escreveu v. s. este periodo : –«nada de indicação de genero, de numero, de pessoa; nada de determinação de tempo ou de modo; nada de elementos de relação; nada de preposições; nada de conjuncções: cada palavra-raiz ou antes cada raiz-palavra designa uma idéa cujo valor, cujo sentido preciso é determinado pela sua posição na phrase.» (*Traços geraes de linguistica*, pag. 36). Este periodo, como de costume, não vem acompanhado de aspas, nem de referencia alguma. Está alli como seu. Em Abel Hovelacque, porém, encontra-se tambem o seguinte: –«estas raizes-palavras ou estas palavras-raizes não designam sinão uma idéa essencialmente geral. Nada de indicação de pessoa, de genero, de numero; nada de indicação de temo, de modo; nada de elementos de relação; nada de conjuncções.» (*La linguistique* pag. 39).

Argumentando que poderia fornecer muitos outros exemplos da "extrema habilidade na confecção de *obras ligeiras*" por parte de Júlio Ribeiro, mas que isso seria trabalhoso uma vez que seria obrigado a "transcrever quasi que inteirinhas as 117 paginas de seu livrinho", Alberto Sales se propõe a demonstrar que o mérito de Júlio Ribeiro como filólogo é tão injustificado quanto o seu mérito como linguista, passando então a mostrar casos de plágio também na *Grammatica Portugueza*:

> Demonstrado assim á saciedade quão desrrazoadas, quão injustificaveis, quão inanes são as thuriferações estrepitosas ao se merito pessoal, como linguista, passo a considerar a segunda face da questão, isto é, passo a demonstrar que egualmente desarrazoadas, egualmente injustificaveis, egualmente inanes são essas thuriferações ao seu merito pessoa, como philologo. Deixo, pois, de parte a sua *obra ligeira* e vou entrar na analyse ou antes vou applicar o mesmo processo de dissecção a sua *obra de folego*, a sua grammatica. Sei que toco no seu maior melindre litterario e scientifico; mas nem por isso devo recuar. Para rectificar os factos, para arrancar dos hombros da verdade o manto de lantejoulas que lhe encobre a formosissima nudez, não ha remedio sinão fazer alguem de desmancha prazeres. Tomei a mim essa tarefa. Vou coltejal-o com Holmes, professor da Universidade de Virginia, e tomo para materia do cotejo a syntaxe.

Numa longa passagem, Alberto Sales compara trechos da gramática de Júlio Ribeiro com a de Holmes para mostrar como o primeiro plagiou esse último:

> §–326. Sentença é uma coordenação de palavras ou mesmo uma só palavra formando sentido perfeito, ex.: *as abelhas fazem mel.* (Julio Ribeiro.)
>
> §–348. A sentence is a combination of words, or a single word, conveying a complete sense, as : *the bees make honoy.* (Holmes.)
>
> §–327. Relativamente á sua significação as sentenças são declarativas, imperativas, condicionaes, interrogativas e exclamaticas. (Julio Ribeiro.)
>
> §–353. Sentences, in respect to their meaning, or purport, may be divided into five classes-declarative, imperative, conditional, interrogative and explanatory. (Holmes)

> §–328. Sentença declarativa é a que declara ou asserverа uma cousa, ex.: *–o dia está quente*. (Julio Ribeiro)
>
> §–354. A declarative sentence is one that declares or asserts something, as: *–the day is warm.* (Holmes.)
>
> Em seguida áquelle mesmo paragrapho faz v. s. a divisão das sentenças declarativas em affirmativas e negativas, e accrescenta a seguinte observação:
>
> «Estes dous generos de sentenças são identicos em fórma e construcção grammatical, com quanto directamente oppostos em significação. Para converter se uma sentença affirmativa em negativa basta ajuntar-se lhe o adverbio não; e vice-versa, para converter-se uma sentença negativa em affirmativ é sufficiente a subtracção do mesmo adverbio.»
>
> Holmes faz a mesma divisão e observa:
>
> «These two kinds of sentences are the same in grammatical form and construction, though directly opposed in signification. The addition of the negative adverb *not* converts an affirmative into a negative sentence.»
>
> §– 329. Sentença imperativa é aquella por meio da qual se ordena, se requer, ou se pede que se faça alguma cousa. Seu caracteristico é o uso do verbo no modo imperativo. ex.: *traze fogo*. (Julio Ribeiro.)
>
> §–355. An imperative sentence is one which commands, requests, entreats, it is characterized by the use of the verb in the imperative modd, as: *–bring me pen*. (Holmes.)
>
> §–330. Sentença condicional é a que assevera uma cousa mediante uma condição, ex.: –Pedro, si fôr avisado, escapará da cilada, (Julio Ribeiro.)
>
> §–356. A conditional sentence is one in which a conditional is expressed, as: *–had you reflected, you would have acted differently*. (Holmes.)
>
> §–334. Sentença interrogativa é a que se emprega para fazer perguntas, ex.: *está chovendo?* (Julio Ribeiro.)
>
> §–357. An interrogative sentence is one employed in asking questions, as: *–is the sun warm ?* (Holmes)
>
> §–322. Sentença exclamativa é a que exprime um sentimento, opinião relativa, asseverada ou por asseverar. ex.: *–que guerra vai haver!* As sentenças exclamativas são desconnexas relativamente ao discurso em que occorrem, e podem ser consideradas como phrases interjeccionaes. (Julio Ribeiro.)
>
> §–358. An exclamatory sentence is one which expresses a feeling or opinion in regard to something stated or to be stated, as: *–how wonderful is man!* Explanatory sentences are disconnected in construction from the discourse in whiche they occur, and may be regarded as interjectional phrazes. (Holmes.)

A resposta a Alberto Sales virá em duas das *Cartas Sertanejas* de Júlio Ribeiro. Na primeira, de 7 de abril de 1885, Júlio Ribeiro vai responder as acusações de "ignorancia em materias de philosophia". Na segunda, de 12 de abril, ele vai responder as acusações de "plagiato litterario". Listando detalhadamente em dezesseis pontos cada um dos ataques de Alberto Sales, Júlio Ribeiro passa a responder uma a uma as acusações de ignorância em matéria de filosofia. Nesse intento, ele não vai recuar nas posições defendidas, sendo quase sempre a sua estratégia a transcrição de autores como Pichard, Comte, Lefèvre, Littré, Guardia, Whitney e Bréal para reforçar as suas ideias anteriormente apresentadas. Por isso

mesmo, vamos nos concentrar antes na sua resposta às acusações de plágio, que nos dão pistas importantes sobre a maneira como Júlio Ribeiro compõe e avalia seus textos. No entanto, desse primeiro lote de respostas, talvez seja interessar notar, por exemplo, a declaração de Júlio Ribeiro de que ele não se põe como escoliasta de Comte, afirmando, em primeira pessoa, que "em materia de positivismo eu nem siquer sou dessidente, quanto mais ortodoxo!" (p. 68), ou então a explicação de que ele segue a nomenclatura de Lefèvre.

Júlio Ribeiro organiza em oito pontos as acusações de "plagiato litterario" de Alberto Sales. O primeiro diz respeito ao fato de ele ter feito passar por suas páginas copiadas de Pichard e Hovelacque nos *Traços Geraes de Linguistica*, ao que responde que tomou efetivamente vários trechos dos dois autores, mas recusa que os tenha feito passar por seus:

> Que eu tomei de Pichard e de Hovelacque varios trechos que figuram no livrinho é uma verdade; que eu os quizesse fazer passar por meus, é uma calumnia.
>
> Eu disse no *prologo*: «Quasi com o mesmo direito com que nos rotulos de vinhos preciosos figura a firma dos engarrafadores, vai o nome na frente deste livrinho. Verdade é que são minhas *algumas* das investigações nelle exaradas, que é minha a *exposição*; a maior e melhor parte, «porém*, não me pertence: pertence aos mestres, cujos ensinamentos repeti*, CUJAS PALAVRAS POR VEZES TRASLADEI LITTERALMENTE.»
>
> Ora quem diz «a maior e melhor parte da obra *não lhe pertence,* mas *sim aos mestres*, cujos ensinamentos *repetiu*»; quem com hombridade confessa que «TRASLADOU *por vezes* LITTERALMENTE palavras *alheias*», não quer attribuir-se a gloria que taes ensinamentos, de taes palavras possa resultar; não é um plagiario.
>
> […]
>
> Assim pois quando eu disse que era minha *a exposição*, tive em mente, segundo o sentido proprio restricto, das palavras empregadas, declarar ter sido eu *quem reunira em portatil livrinho*, para apresentar ao leitor brazileiro, *ensinamentos, doutrinas* de varios mestres extrangeiros esparsos em diversas obras.
>
> E o não citar Hovelacque em Pichard na lista que vem no *prologo* dos *Traços Geraes de Linguistica* nada importa: aquella lista não é de todos os auctores cujas palavras eu traslaei; é dos auctores *a consultar* por quem quer conseguir um conhecimento cabal da materia. (p. 89-91)

Na resposta, Júlio Ribeiro descreve o seu trabalho como uma reunião de ensinamentos e doutrinas de mestres estrangeiros espalhados em diversas obras. É por ser um trabalho de reunião, feito em benefício do leitor brasileiro, que Júlio Ribeiro acabaria por repetir as ideias dos autores estrangeiros, sem deixar de acrescentar algumas investigações de sua própria autoria. Assim, os sentidos do verbo *expor* são direcionados por Júlio Ribeiro para a ação de *reunir*, que, por sua vez, explicaria e justificaria o procedimento de *repetir*,

combatendo por fim a acusação de *copiar*. No mais, a ausência de citação dos nomes de Pichard e Hovelacque parece se justificar por uma distinção entre autores *consultados* (por Júlio Ribeiro) e autores *a consultar* (para o leitor que procura um conhecimento cabal da linguística). No entanto, segundo esse critério, aqueles dois autores, na medida em que não são listados por Júlio Ribeiro no seu prólogo, acabam por ficar fora da lista de nomes recomendados para o estudo da linguística. De outra perspectiva, eles acabam também significados como reservados a um especialista, como Júlio Ribeiro, mas como não recomendados a um público mais amplo.

No segundo ponto, Júlio Ribeiro responde à acusação de Demócrito de que muitas definições e exemplos da sua *Grammatica Portugueza* são traduzidos de Holmes, sem que ele tenha todavia mencionado *uma unica vez* o nome desse escritor:

> Parece bem fundada esta accusação de Democrito, e, para dar-lhe cabal resposta, preciso é que eu me alongue um pouco mais que de costume.
>
> O plano de escrever uma grammatica portugueza vasada em moldes inglezes, concebi-o eu ha mais de vinte annos, no dia em que li o seguinte trecho de Garret:
>
> «Já que não temos em Portuguez um só livro de Grammatica com senso commum, pediria aos nossos mestres e mentores que lessem e estudassem a insigne e trascendente obra do americado Lindley Murray, cuja applicação do Inglez para qualquer das linguas do occidente não é mui difficil. Ella não é certamente applicavel em tudo e por tudo á nossa lingua, mas em muitas cousas o é: e, quando só em poucas se faça, sempre ha de ser incalculavel o proveito.»
>
> Desse dia em diante foi sempre plano meu fazer applicação da grammaticologia ingleza á lingua portugueza: nesse intuito, como, com o volver de tantos annos, se tivesse antiquado a obra de Murray, li dezenas de outras grammaticas inglezas, até que por conselho do me sabio amigo Rev. G. N. Morton decidi a tomar como guia a grammatica de Holmes, adoptada no *Collegio Internacional de Campinas*.
>
> Pelo que diz respeito ás definições da lexeologia, tomei-as eu quasi todas da *Grammatica Geral* do philologo belga Burgraff. Mason forneceu-me a maneira de analysar os elementos da sentença, de combinal-os, de pôl-os em construcção.
>
> Uma cousa mais que Democrito não sabe: o tractado de pontuação é tirado da *Lexiologie des Ecoles*, de Larousse.
>
> De tudo isso eu nunca fiz mysterio: aos meus collegas e amigos communiquei sempre lealmente as fontes donde hauria os meus materiaes. A alguns, como por exemplo o dr. João Kopke, pedi observações de critica, e emprestei, para confronto e explanação do que eu dizia, além de outras, as grammaticas de Mason, de Whitney, de Murray, de Bullions, e até a conhecidissima de Holmes.
>
> Porque então não declarei eu no prologo tudo isto?
>
> Por uma razão muito simples: minha grammatica não tem prologo.
>
> Mas, que tirei eu, finalmente, de Holmes, de Mason, de Burgraff?
>
> A parte metaphysica, a parte dialectica, aquillo que eu não podia inventar, mesmo porque já estava inventado.

> A este respeito desde Appollonio Dyscollo, desde Aristoteles, estão os grammaticos a repetirem-se: suas obras, em divisões e definições, têm sido sempre parodias umas de outras.
>
> Demais esta parte metaphysica, dialectica, si fôr eliminada de uma grammatica scientifica não faz muita falta: Guadia na *Grammaire Grecque*, Guardia et Wierzeyski na *Grammaire Latine*, Diez na *Grammatica das Linguas Romanicas*, Bopp na *Grammatica das Linguas Indo-Europêas*, Caix de Saint Aymour, cem outros grammaticographos, têm-se completamente abstido de taes noções, e nem por isso suas obras deixam de ser o que são: –*text-books* de grammaticologia.
>
> Si tudo o que tomei eu de Mason, de Holmes, de Burgraff, fosse expungido de meu livro, ainda elle seria o que é, –uma boa grammatica portugueza.
>
> Em repetir o que não póde deixar de ser repetido não ha plagio litterario: repetindo Holmes, que repetiu Murray, que repetiu cem outros, eu não plagiei. Eu não podia arrombar portas abertas.
>
> Quer saber Democrito o que ha de *meu* na minha grammatica?
>
> Força-me a ser immodesto: sel-o-ei.
>
> Ha a divisão grammatical synthetisada na arvore synoptica, divisão de merito verdadeiro, divisão que *se não encontra em obra nenhuma*, que é *minha*, só *minha*, exclusivamente *minha;*– ha a phonetica e a prosodia portugueza aprofundadas, desenvolvidas, elucidadas como o nunca tinham sido antes; –ha uma analyse minuciosa das fórmas, dos accidentes morphicos das palavras, analyse elogiada atépelo romanista que se me accusa de não ter exhibido.
>
> Na etymologia, sim, achei desbravado o terreno: segui a Diez e a Brachet, a Coelho e a Braga. Fui sectario fiel, paciente, consciencioso, e, uma ou outra vez, *completador.*
>
> A minha syntaxe não offerece tantas innovações como a lexeologia, e nem poderia offerecer, salvo si me mettesse eu a forgicar preceitos para absolver sandices como «*Aquella nomenclatura foi que* LHE *enterrou.*»
>
> O methodo do syntaceologo é não deixar passar observação alguma de predecessor.
>
> Esse merito, eu o tive: e tive tambem o de enriquecer o peculio vernaculo com varias regras minhas sobre os usos dos classicos.
>
> Si meu trabalho não tivesse valor real, si fosse um labor mediocre, si constituisse um livro meramente bom, não teria sido louvado por Lefèvre e por Barbosa; não teria sido classificado como *superior* por Capistrano de Abreu; não teria sido collocado acima de todas as grammaticas portuguezas por Theophilo Braga e pelo conselheiro Viale.
>
> Na opinião de Democrito é meu livro uma manta de retalhos, roubados a diversos escriptores extrangeiros!
>
> Uma grammatica *portugueza* plagiada de grammatica *inglezas!*
>
> *Stultorum numerus est infinitus…*
>
> Diz Democrito que eu não mencionei *uma unica vez* o nome de Holmes; que copiei-lhe litteralmente as definições, sem ter a *benevolencia*, a *probidade* de cital-o em minha obra de folego.
>
> Tive a pouco de ser immodesto por amor da justiça; por amor da sinceridade tenho agora de ser impolido.
>
> Democrito MENTE.
>
> Holmes está citado a pag. 68 da minha *Grammatica Portugueza.* (p. 92-98)

Narrando a história de sua gramática segundo o seu percurso institucional e o seu roteiro de leituras, Júlio Ribeiro mobiliza a própria história de elaboração do conhecimento

gramatical para responder a uma acusação de plágio que tem como critério a obrigatoriedade da menção explícita da fonte. Seu argumento é de que é próprio de uma gramática a repetição de divisões e definições, de procedimentos e conhecimentos diríamos, elementos que são passados ao longo de séculos de um gramático a outro. Com essa análise, colocando-se ora posição de desbravador, ora na de completador, Júlio Ribeiro delimita então aquilo que seria de sua própria autoria: uma árvore sinóptica que sintetiza a divisão das partes da gramática, um nível aprofundado do estudo da fonética e da prosódia do português, uma análise minuciosa das formas e acidentes e acidentes das palavras.

Além de marcar as várias referências usadas na composição de sua gramática, mencionando também as críticas favoráveis de autores brasileiros, portugueses e franceses para atestar o valor de seu trabalho, Júlio Ribeiro aponta um espaço da falta nos estudos gramaticais de língua portuguesa, significado pela ausência de trabalhos que seguissem a gramaticologia inglesa, espaço que seria preenchido pelo próprio Júlio Ribeiro pelo emprego de referências como Mason, Whitney, Murray e Holmes. Nesse serviço, Júlio Ribeiro reivindica o mérito de ter enriquecido os estudos de português com várias regras sobre o uso dos clássicos. Para nós, permanece como ponto central a compreensão que Júlio Ribeiro tem de que uma gramática não se faz de qualquer maneira, mas a partir de um modelo e de conhecimentos que estão disponibilizados há várias séculos, o que, na sua avaliação, torna inócua a acusação de que sua obra é uma manta de retalhos de escritores estrangeiros, uma cópia de outras gramáticas, uma gramática portuguesa plagiada de gramáticas inglesas. Em suma, para Júlio Ribeiro, sendo a escrita de uma gramática um trabalho de composição segundo um modelo e conhecimentos dados por uma tradição, não há plágio quando não se cita uma fonte, o que não impede que haja um espaço de autoria no qual um gramático pode trazer inovações. No fim das contas, Júlio Ribeiro demostra compreensão dos procedimentos de transferência metalinguística entre línguas a partir da tradição da gramática greco-latina para a composição de uma gramática, um ponto que exploramos melhor no próximo capítulo.

No terceiro ponto, Júlio Ribeiro responde à acusação de que tomou de Whitney a definição de gramática e o respectivo comentário e o apresentou como seu, no que se nota, como vemos abaixo, o argumento de que semelhanças de concepção não significam tradução de definição, uma forma talvez de dizer que diferenças de formulação afetariam a definição dos termos gramaticais e, por isso mesmo, impossibilitariam falar de plágio. De fato, embora

a nossa preocupação não seja defender ou endossar as acusações de plágio, mas compreender os critérios em jogo, cabe notar diferenças importantes na definição de gramática de Júlio Ribeiro e de Whitney na medida em que, em relação à linguagem, o primeiro fala de *exposição dos fatos* e o segundo de *descrição dos usos*:

> A minha definição é: «Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem.» A de Whitney resa: «English Grammar is the description of the usages of the English Language.»
>
> Ha entre uma e outra similhança de concepção; mas uma não é traducção da outra.
>
> O que é de Whitney, realmente, é o commentario.
>
> A *chamada* refere-se ao commentario, e só ao commentario.
>
> Para referir-me a uma definição de *linha* e *meia*, quando muito, não necessitava de eu indicar DUAS PAGINAS.
>
> A minha *chamada* refere-se ás pag. 3 e 4 do livro de Whitney.
>
> O commentario com effeito acha-se nas pag. 3 e 4.
>
> A definição completa contem-se em duas linhas da pag. 4 (p. 100)

No ponto quatro, sobre a acusação de que copiou sem critério e literalmente um parágrafo da gramática de Whitney, Júlio Ribeiro assim responde:

> Diz o paragrapho 375 de minha grammatica «A clausula adjectivo está sempre em relação attributiva com um substantivo expresso ou subentendido, ao qual se prende por meio de um pronome relativo.»
>
> Diz o paragrapho 430 do livro de Whitney: «The adjective clause is introduced either by such a conjonction as may also be called a relative adverb: namely *where, whence, whither, when, why*, » o que traduzido é: «A clausula adjectivo é introduzida ou por um pronome relativo, ou aliás por conjuncção tal, que se possa chamar tambem adverbio relativo, especialmente, *onde, donde, para onde, quando* e *porque.*» (p. 101)

A questão para Júlio Ribeiro é que o seu texto não é compatível com a formulação resultante da tradução do trecho de Whitney. Assim, para Júlio Ribeiro, apesar de abordarem o mesmo item, a "clausulo adjectivo", o tratamento da questão não é igual, no que parece estar em jogo a ação no gramático na escolha de termos, no emprego de exemplos e na ordem da frase, e mesmo as diferenças da ordem da língua, pelo fato de trabalharem com duas línguas diferentes. O argumento é de que ele não copiou porque não traduziu e, se tivesse traduzido, o resultado não seria o mesmo da fonte, o que abre espaço para dizer que, para chegar ao

mesmo resultado, seria preciso um trabalho de adaptação, exigido, por sua vez, pelo funcionamento particular de cada língua.

Os últimos quatro pontos não tocam necessariamente a questão do plágio, razão pela qual vamos apresentá-los aqui de forma mais breve. No quinto ponto, Júlio Ribeiro responde a acusação de Demócrito de que desprezou a crítica de Capistrano de Abreu, que teria descoberto em seu trabalho "atrasos indesculpaveis"[30]. Para tanto, faz menção às modificações operadas na segunda edição de sua gramática e destaca no texto que reproduz do próprio Capistrano de Abreu as passagens elogiosas de modo a ressaltar os méritos de sua obra.

No sexto ponto, novamente Júlio Ribeiro vai reproduzir uma crítica de sua gramática, para rebater a acusação de Demócrito de que ele não leu a opinião de um

---

[30] Tanto não desprezei que modifiquei por ella a segunda edição de minha grammatica.
Democrito não viu a critica de Capistrano de Abreu: o Mentor bigodeou-o mais uma vez:
Eis a critica:
«Chegamos um pouco tarde para fallar da *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro. O livro já chegou ás mãos daquelles a quem era destinado, e estes já lhe deram o logar que elle merece. E' o EXFORÇO MAIS SERIO E MAIS FELIZ que ultimamente se tem feito no dominio de nossa lingua.
Esta obra póde ser considerada como um trabalho philosophico, e como um trabalho grammatical. Considerada debaixo do ponto de vista philosophico, é *muito notavel*, porém é um pouco inconsistente.
O auctor, que aliás conhece tão cabalmente os progressos da sciencia de sua predilecção, em uns casos aina acceita idéas antiquadas, como o verbo substantivo, artigo como parte separada do discurso, etc., em outras apenas enuncia na syntaxe idéas que deviam ser expendidas na lexeologia. Dahi certa forma de harmonia e de homegeneidade.
Tambem é o mais que se pode dizer «A DISTRIBUIÇÃO DAS MATERIAS É SATISFACTORIA NO MAIS ALTO GRAU. O estudo das leis da transformação do Latim em Portuguez, como parte da etymologia e não a phonetica, É UMA INNOVAÇÃO PARTICULARMENTE VANTAJOSA. Ao mesmo tempo que permitte considerar o assumpto em toda a sua extensão, deixa livre a phonetica para o estudo da prosodia e da ortographia. Os que conhecem a grammatica de Theophilo Braga, sabem que o distincto escriptor, não querendo romper com a classificação que adoptára, e, não podendo nella enxertar a ortographia, *viu-se obrigado a deixal-a de parte*, e apresentar como unica regra a leitura de bons livros e dos diccionarios.
Considerada como trabalho grammatical, a obra de Julio Ribeiro NÃO É SÓ NOTAVEL, É SUPERIOR. *E' um deposito quasi inexgotavel de investigações e sobretudo de meditações. Mesmo os que não são extranhos a esta ordem de estudos* irão encontrar cousas que *não sabiam e nem suspeitavam.* Ainda aqui poderiamos fazer restricções e observações, mas são dispensaveis: nem alteram o valor do livro de Julio Ribeiro, nem este é um jornal especial em que estas questões possam discutir-se.
Terminando a leitura de Julio Ribeiro, de envolta com a *admiração que em nós provocou,* encheu-nos um sentimento de tristeza.
Eis um homem que, no centro de S. Paulo, não poupou tempo, nem exforço, nem despeza para «ensinar a seus naturaes o que de outrem não pude aprender». Este homem, porém, nem é lente de Pedro II, nem professor da Escola Normal, nem membro do Conselho Director da Instrucção Publica. Portanto, o seu livro não será adoptado, nem será lido e ficará no conceito dos Garniers muito abaixo dos livros dos Mottas *et reliqua*» (p. 102-105)

"romanista de Munich, segundo a qual sua gramática "tem uma infinidade de defeitos"[31]. Sem deixar de salientar os elogios ao seu trabalho por parte do autor em questão, Karl von Reinhardstoettner, Júlio Ribeiro recorre ao argumento do prestígio para desconsiderar os problemas que aquele havia assinalado.

No sétimo ponto, Júlio Ribeiro responde ao comentário de Demócrito de que há grande diferença entre a sua gramática e a de Bain[32]. Em nota de rodapé, ele afirma que foi Capistrano de Abreu quem lhe enviou do Rio de Janeiro a obra do gramático escocês.

No oitavo e último ponto, Júlio Ribeiro responde à crítica de que deduz fatos de leis e manda "lêr *Iphigenía*, quando todas as boccas que fallam o idioma de Camões estão a

---

[31] O *romanista* é Karl von Reinhardstoettner.
Fez-me algumas censuras justas, que eu acceito; e outras infundadas, que eu na segunda edição da minha grammatica combato. Fez-me tambem muitos elogios.
«Julio Ribeiro submetteu-se de *um modo grato* ao trabalho de compôr uma grammatica portugueza *scientifica e já não dependemos exclusivamente* do resumo de Theophilo Braga.
O valor principal deste trabalho está para nós, em primeiro logar, *no desempenho cabal* do que diz respeito á morphologia, onde os nossos compendios, e tambem de Diez, nos deixam em branco, ou pelo menos em duvida.
Na obra presente temos a morphologia *circumstanciadamente* tractada.
Com particular interesse acompanhará todo o conhecedor da lingua portugueza a introducção sobre a pronuncia, onde, *entre outras cousas dignas de nota*, se mostra que a pronuncia anda hoje em uso no Minho e Traz-os-Montes do *ch*, é a primitiva trazida para o Brazil pelos colonos do seculo XVI, como Diez já o pressupõe.
Bemvendo é o tratado sobre o genero: vê-se alli, contra a opinião de Diez, que *planeta, cometa* são hoje do genero masculino e eram outróra do feminino.
A formação do plural é exposta de um modo critico e etymologico.
Relações abundantes tornam a morphologia *extremamente completa.*
Quem desejar uma grammatica escripta por um filho do paiz, um compendio que comprehenda *todas as fórmas e questões* da lingua manuseará COM SUMMO PROVEITO do livro de Julio Ribeiro»
E mais ainda que eu omito por amor de brevidade.
Ora, quererá Democrito saber porque eu não dei á estampa em Portuguez este juizo tão cheio de belevolencia?
Foi porque, Reinhardstoettner não era, como não é, auctoridade de peso; porque porque a sua critica, apezar de *allemã*, não tinha, como não tem, muito valor.
Diz delle o grande romanista italiano, d'Ovidio: «*Un scrittore superficialissimo e spropositato. – Non ha fatto fare il minimo passo a nessuna questione di grammatica portoghese, e molte volte non s'é neppur ovvisto che questioni ci fossero. – I suoi primi lavori circa l'Italiano non eran buoni ad altro che ad ccitare l'ilaritá.*» (p. 106-109)

[32] Ha de facto: a delle é *ingleza*; a minha é *portugueza*.
Eu só tive conhecimento da grammatica de Bain muito depois de estar passado a limpo o manuscrito da minha: todavia entre uma e outra existe notaveis pontos de contacto, e isso eu faço sentir no *prologo* da segunda edição do meu livro que se está a imprimir em Portugal. (p. 109-110)

bradar *Iphigénia*"[33]. A questão aqui é sobretudo sobre quem é a autoridade decisiva em matéria de linguagem. Para Júlio Ribeiro, é o povo.

Demócrito não se mostra convencido pelas explicações de Júlio Ribeiro e volta a insistir sobre as acusações de plágio e de ignorância em termo de conhecimento filosófico. Na verdade, no mesmo período, um tal Diderot, cuja identidade não pôde ser revelada, escreve também uma série de cartas no mesmo jornal *A Provincia de São Paulo* para acusar igualmente Júlio Ribeiro de plágio, repetindo de certa forma os argumentos Alberto Sales, razão pela qual não o trazemos no presente trabalho. O importante dessa polêmica, como dissemos, é colher elementos para mostrar como Júlio Ribeiro produz seus textos. O que vamos mostrar no próximo capítulo é justamente como os textos de Júlio Ribeiro são construídos por meio de um elaborado trabalho de tradução, adaptação e acréscimos, um modo de apropriação de escritos de terceiros que foi encarado como plágio, mas que, a nosso ver, mostra antes de tudo uma posição de autoria que trabalha frequentemente em prol da

---

[33] Que importa a etymologia? Pergunta Democrito.
Neste caso importa pouco, respondo «*Iphig**é**nia*» e não *Iphigen**í**a*. Em grego é *Iphig**é**nia.*»
Quem brada *Iphigen**í**a* em nome do bom uso antigo portuguez é o padre Francisco José Freire, é a auctoridade de Candido Lusitano, que escreve:
«Com a mesma *viciosa liberdade*, com que estes fazem longa a penultima syllaba dos sobreditos nomes, fazem tambem breve as de outros que *constantemente a têm longa*. Taes são: *Abdolonimo, Arkhia, Arrio, Andronico, Heraclito,* **IPHIGENIA,** *Copernico, Gargáno, Cleobúlo, Cardônia, Nacèra, Thessalonica, Seleucia, Samaria, Nicomedia, Peripheria, Monomakhia, Helena* (posto que seja breve entre os gregos e latinos), *Concláve, Rubríca,* e outros muitos, *aos quaes* ERRADAMENTE *se dá a penúltima breve.*»
O uso popular em materias de linguagem é auctoridade decisiva, *jus et norma loquendi*, quando a massa indouta e sensata do povo, em obediencia inconsciente ás leis da glottica, que afinal são leis physiologicas, altera a fórma das palavras matrizes.
Por exemplo: de *ove* fez o povo romano-luso *ovelha.*
Verifica-se neste ultimo facto a observancia de cinco das leis glotticas que presidiram á transformação do Latim em Portuguez:
1) triumpho seleccional de uma fórma de mais corpo: o diminutivo *ovicula* venceu a *ove.*
2) a queda do voz atonica: *ovic'l a*de *ovicula.*
3) a persistencia do accento tonico latino: ov**é**lha.
4) o alongamento do ***i*** tonico em **e**: *ov**é**lha* de *ov**i**c'la*.
5) a transformação do grupo phonico alterante latino *cl* no grupo romano-luso *lh*: *ove***lh***a* de *ovic'***l***a* .
Quando quem legisla são os *soit-disant* eruditos, mette-se de premeiio a ignorancia pretenciosa, e ahi começa o fervilhamento de formas barbaras, pedantescamente litterarias, anti-gloticas, monstrosas.
Pois não se ouve a cada passo da boca *auctorisada* dos lentes da faculdade a exdruxula asneira *décano?*
O povo que observa sempre instinctivamente as leis da glottica, do ablativo latino *décano* fez *deão*; os verdadeiros doutos portuguezes fizeram *decáno;* a academia ingorante e parvoeira de S. Paulo fez *décano*.
E o caso é que não ha bacharel que não diga *décano.*
Razão tinha José da Silva Lisboa quando, combatendo o estabelecimento da faculdade de direito em S. Paulo, dizia, entre outras cousas, que «a pronuncia incorrecta e o dialecto desagradavel dos paulistas havia de influir para que a mocidade adquirisse o mesmo defeito»
Quem fez de *dec**á**no* faz *d**é**cano* tambem de *Iphigen**í**a* faz *Iphig**é**nia* em ambos os casos foi violada uma lei capital da glottica, a da persistencia do accento tonico. (p. 110-113)

afirmação de uma nacionalidade de um modo brasileiro de dizer sobre a língua portuguesa e também sobre a linguagem em geral e mesmo sobre a história das ciências da linguagem.

CAPÍTULO V

COMO JÚLIO RIBEIRO COMPÕE SEUS TEXTOS

Como mostra a própria acusação de plágio de que foi alvo, Júlio Ribeiro utiliza frequentemente textos de terceiros em suas obras, sem citá-los na maior parte das vezes, contudo. No entanto, deixando de lado a dimensão moral da questão, o que nos interessa é mostrar que, longe de ser uma simples cópia, existe todo um trabalho de ressignificação desse material por parte de Júlio Ribeiro. Nesse sentido, vale lembrar a afirmação de Orlandi (2004, p. 14) de que "qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade". Pensando essa colocação para o entendimento específico da composição da obra de Júlio Ribeiro no processo de gramatização brasileira no século XIX, vale igualmente recordar o que diz Orlandi sobre a vinculação dos gramáticos brasileiros com a produção internacional:

> Como vemos, e isto é comum em muitos dos nossos autores, há uma relação com a ciência da linguagem, que é feita no exterior, que não é de pura e simples recepção de uma teoria. As teorias são, por assim dizer, usadas, para falar pelos nossos autores. São trazidas como argumentos favoráveis a seus pontos de vista e isto, muitas vezes, de forma em que se misturam princípios teóricos de umas e outras. Sem esquecer que inúmeras vezes não chegamos a saber exatamente de que autor a citação se serve. (2009, p. 57)

Defendendo que "as referências a autores estrangeiros, feitos por nossos autores, são uma maneira de argumentar em relação a uma história própria", de modo a não serem "nem simples influências nem mera recepção", Orlandi (2009, p. 122) sustenta que essas referências ao que vem de fora são antes "elaboração em função de uma nossa filiação de memória intelectual de estudos da linguagem", são "formas de argumentar em função de idéias que dão a especificidade de uma filiação de memória intelectual linguística brasileira na relação com a ciência em geral". "Não há reprodução teórica mas transferência, re-significação", teoriza Orlandi (2000, p. 23) ao marcar que é preciso "considerar como nossos

autores se filiam a linhas de reflexão linguísticas para poderem formular suas idéias e constituírem o nosso pensamento gramatical assim como a idéia de uma língua nossa, no Brasil", alegando finalmente que, não havendo apenas reprodução de ideias estrangeiras no Brasil, é necessário ver "nessas filiações teóricas um processo de re-significação, de historicização, tanto da língua quanto do saber sobre ela" (p. 27). É nesse sentido que tomamos como *ressignificação* a composição dos textos de Júlio Ribeiro a partir do emprego dos escritos de autores estrangeiros. Dessa forma, refutando as simplificações das noções de *influência, reprodução*, *submissão* ou *plágio*, preferimos ficar com as palavras de Lagazzi-Rodrigues: "Filiar-se a uma teoria é reconhecer-se frente a determinadas possibilidades de perguntas e de práticas científicas e em determinadas condições de produção" (2007, p. 13).

Mostramos em outro capítulo que as modificações de Júlio Ribeiro nos textos traduzidos trabalham muitas vezes no sentido de introduzir a língua portuguesa, e mesmo as línguas indígenas brasileiras, na explicação linguística e na história da reflexão sobre a linguagem. No presente capítulo, não tomamos apenas fragmentos, mas uma obra completa para analisar detalhadamente o procedimento de utilização, tradução e reformulação operado por Júlio Ribeiro. Trata-se da *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*, publicada por Júlio Ribeiro em 1886. Além de demonstrar que a produção gramatical de Júlio Ribeiro não se restringiu à *Grammatica Portugueza*, de 1881, sendo obrigatório apontar que também faz parte dessa produção a *Nova Grammatica Latina*, de 1890, a importância dessa obra reside, como já mencionamos, no fato de ela ser um dos raros exemplos de gramática no Brasil do século XIX escrita para crianças no início do processo de escolarização, pois, sobretudo sob efeito do Programa de Português para os Exames Preparatórios, de 1887, como sabemos a partir dos vários trabalhos de Orlandi e Guimarães, as gramáticas brasileiras eram produzidas para preparar os jovens para a entrada nos cursos universitários, portanto voltadas para os anos finais da escola.

A análise dos procedimentos de Júlio Ribeiro para compor a *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia* nos permite ilustrar em detalhes como se opera uma transferência tecnológica entre línguas e, dessa forma, compreender na prática o conceito de gramatização. Essa análise nos permite igualmente mostrar como esse processo se realiza especificamente nas condições particulares do início da gramatização brasileira do português no século XIX. Nesse ponto, nosso trabalho procura lançar luz sobre um elemento pouco avaliado na história

das ideias linguísticas no Brasil, isto é, a alteridade que a gramática estadunidense representa para a gramatização brasileira, pois a *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*, como o título anuncia, é uma tradução da *A Grammar of the English Language*, lançada em 1878 por George Frederick Holmes, professor de história, literatura e retórica na Universidade de Virgínia nos Estados Unidos da América. Como explica Rodríguez-Alcalá (2011, p. 205), "as transferências tecnológicas não são processos lineares nem se efetuam por uma simples transmissão, mas sim a partir de gestos de elaboração e de reinvenção determinados pelas circunstâncias culturais, sociais e políticas", sendo, nesse sentido, importante perguntar "*quem* faz essas transferências, *em que direção*, *como*, *com que finalidade*". Respondendo a essas questões, podemos afirmar que faz a transferência é Júlio Ribeiro, um gramático brasileiro do século XIX, uma transferência feita de uma gramática do inglês dos Estados Unidos em direção ao português no Brasil, com a finalidade de fornecer material para o estudo do português para crianças das séries iniciais da escola. O *como* é justamente o que vamos mostrar em detalhes.

O último ponto que vamos abordar neste capítulo é o reaproveitamento regular que Júlio Ribeiro faz dos seus próprios escritos, que são transcritos de uma obra para outra, num procedimento que não se dá sem eventuais modificações. De forma geral, como já indicamos, muito do que Júlio Ribeiro vai tratar sobre a linguagem em seus diferentes textos já se encontra nos artigos publicados no *Diario de Campinas* na ocasião da polêmica com Augusto Freire da Silva entre 1879 e 1880. Vamos mostrar como passagens desses escritos inaugurais são integradas nos dois livros que formam o essencial do trabalho linguístico de Júlio Ribeiro, os *Traços Geraes de Linguistica*, de 1880, e a *Grammatica Portugueza*, de 1881, apontando como certas questões chegam na sua obra literária *A Carne*, de 1888.

Antes de nos debruçarmos sobre a *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*, como forma de ilustrar o modo como Júlio Ribeiro emprega os escritos de terceiros para compor seus próprios textos e o reaproveitamento que ele faz de partes de suas próprias obras, exemplifiquemos a inventividade do trabalho operado nesse procedimento de composição a partir de um único e simples trecho. No capítulo IV dos *Traços Geraes de Linguistica*, *Evolução linguística*, vimos uma passagem de Júlio Ribeiro que vai ser incorporada e se tornar célebre em sua *Grammatica Portugueza*:

> Bem como as especies organicas que povoam o mundo, as linguas, verdadeiros organismos sociologicos, estão sujeitas á grande lei da luta pela vida, á lei da selecção. E é para notar que a evolução linguistica effectua-se em prazo muito menor do que o da evolução das especies. Nenhuma lingua parece ter vivido por mais de mil annos; ao passo que muitas especies parece terem-se perpetuado por centenas de milhares de seculos (Lyell). (1880, p. 42)

Na *Grammatica Portugueza*, além de diminuir o tempo de perpetuação das espécies falando em "milhares de séculos" quando, nos *Traços,* ele havia dito "centenas de milhares de séculos", Júlio Ribeiro corta a referência feita entre parênteses a Lyell. No entanto, o mais importante é que essa passagem creditada a Charles Lyell, e que pôde ser rastreada por nós na obra *The geological evidences of the antiquity man* (1868), não corresponde integralmente à formulação de Lyell, sendo antes uma composição de Júlio Ribeiro a partir de dois textos, o de Lyell, mas também o Émile Ferrière, mais precisamente o livro *Le darwinisme*, muito embora o brasileiro não faça qualquer referência a Ferrière nesse trecho especificamente.

No capítulo intitulado *Origin and development of languages and species compared* da obra de Lyell, encontramos precisamente a seguinte frase: "No language seems ever to last for a thousand years, whereas many a species seems to have endured for hundreds of thousands" (1868, p. 457). O restante do parágrafo que abriga essa frase corresponde em parte, mas não integralmente, ao texto de Júlio Ribeiro:

> There can be no question that if we could trace back any set of cognate languages now existing to some common point of departure, they would converge and meet sooner in some era of the past than would the existing races of mankind; in other words, races chance much more slowly than languages. But, according to the doctrine of transmutation, to form a new species would take an incomparably longer period than to form a new race. **No language seems ever to last for a thousand years, whereas many a species seems to have endured for hundreds of thousands.** A philologist, therefore, who is contending that all living languages derivative and not primordial, has a great advantage over a naturalist who is endeavouring to inculcate a similar theory in regard to species. (1868, p. 456-467)

Cabe notar que Lyell fala de *raça* enquanto que Júlio Ribeiro fala de *espécie*. Da mesma forma, o primeiro descreve a "doutrina da transmutação" enquanto o segundo utiliza as expressões "grande lei da luta pela vida", "lei da evolução" e "evolução linguística".

Ferrière, por sua vez, numa formulação muito semelhante à de Lyell, mas sem qualquer referência a ele, também emprega o termo *raça:*

> Les langues se modifient bien plus promptement que les races. Aucune langue ne paraît avoir duré plus de mille ans, tandis que beaucoup d'espèces se sont perpétuées pendant des centaines de milliers d'années. Aussi est-il relativement plus facile de retrouver la filiation des langues dans le temps et dans l'espace. (1872, p.111)

O trecho que, nos *Traços Geraes de Linguistica*, é creditado por Júlio Ribeiro a Lyell é encontrado no capítulo *Variations dans les langues* do livro de Ferrière, obra que, como já mostramos, é traduzida em parte para a escrita do quarto capítulo do livro de Júlio Ribeiro. É importante reforçar que, embora cite Lyell em outras partes do seu livro, Ferrière não faz qualquer referência a ele no trecho em questão. Do mesmo modo, ainda que traduza esse fragmento do texto de Ferrière, a referência feita por Júlio Ribeiro nesse trecho específico é a Lyell e não a Ferrière. Dito de outra maneira, é Júlio Ribeiro quem, ao se apropriar do texto de Ferrière, sem, no entanto, citá-lo como fonte, inclui aí a referência a Lyell, numa intervenção muito particular no texto de Ferrière.

5.1 Da *A Grammar of the English Language* para a *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*

A *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia* de Júlio Ribeiro traz em seu título o texto de origem, a filiação com um autor e uma tradição: George Frederick Holmes e a sua gramática *A Grammar of the English Language*, uma gramática do inglês para uso nos Estados Unidos. Traz também uma modificação a partir do adjetivo "brasileiro", marcando uma diferença que é uma diferença também de autoria: é segundo um brasileiro, ou melhor, segundo um gramático brasileiro. Aponta ainda um público: as crianças, o público infantil. Como metonímia de *gramático*, a nomeação *Holmes Brazileiro* nos ecoa o título da mais antiga gramática do francês, *Donait françois*, um modo de intitular que tem a ver, como podemos analisar a partir de Auroux (1992) e de Timelli (1996), com o fato de as *Ars Minor* de Donato terem sido o principal modelo das primeiras gramáticas dos vernáculos europeus, de forma que o que está em jogo é a transmissão de um modelo de tradição gramatical.

No prefácio de sua própria gramática, Holmes coloca como objetivo inicial adaptar para o uso das escolas nos Estados Unidos o que de melhor aparecia nas várias gramáticas inglesas publicadas na época na Inglaterra:

> When this Grammar was undertaken, little more was contemplated than to adapt to the use of American schools what appeared to be best in the numerous Grammars of the English tongue recently published in England, with such additions and improvements as might be derived from other sources, including the results of private studies previously pursued. (1878, p. 1)

Num movimento que mostra os caminhos da gramatização brasileira em termos de modelos, Júlio Ribeiro adapta para falantes de português no Brasil (todos os falantes de português, mas o público é brasileiro) uma gramática dos Estados Unidos da América que, por sua vez, já foi pensada e construída como uma adaptação de uma gramática da Inglaterra. Na contracapa da obra do gramático brasileiro, pode-se ler "TRADUCCÃO DA *Introduction to English Grammar de G. F. Holmes, LL.D.* E ADAPTAÇÃO DELLA Á LÍNGUA PORTUGUEZA POR JULIO RIBEIRO".

Estamos diante de dois gramáticos do continente americano que guardam a semelhança de escreverem gramáticas de línguas que já foram gramatizadas nas ex-metrópoles europeias. Pelo menos na gramatização brasileira do português, o processo de colonização marca a identidade linguística pelo que Orlandi (2005) chama de *memória heterogênea*, que posiciona a língua portuguesa no Brasil entre o imaginário de autonomia e de unidade com Portugal. Na comparação da situação linguística nos três primeiros séculos de colonização no Brasil e nos Estados Unidos, Mariani (2004, p. 168) afirma que a "relação língua-nação constituída na metrópole inglesa e na colônia americana a partir de sua independência é distinta daquela constituída na metrópole portuguesa e na colônia brasileira", mostrando, por exemplo, que a colônia brasileira do século XVIII é herdeira de uma concepção de língua submissa ao falar e escrever corretamente, com o português brasileiro sendo apresentado a partir de rubricas como *brasileirismos* ou *provincialismos*, enquanto que, do lado norte-americano, o foco está no vínculo da norma aos usos que permitem a expressão ou comunicação dos pensamentos adequadamente, com uma narrativa histórica da língua que enfatiza o plurilinguismo e o multiculturalismo e dá pouco espaço para a designação *língua americana*. Separados por experiências particulares de historicização das línguas que

descrevem, Júlio Ribeiro e Holmes dizem procurar um modelo científico para escrever suas gramáticas. Há nesse ponto uma diferença fundamental, pois o brasileiro recusaria a princípio as teorias linguísticas dos colonizadores, algo que o estadunidense não faz, uma vez que ele invoca justamente a tradição gramatical na Inglaterra para compor uma gramática do inglês nos Estados Unidos. Na busca pelo modelo científico, como veremos, Holmes vai olhar para a Alemanha, sem deixar de considerar a Inglaterra. Júlio Ribeiro, por sua vez, como já mostramos em várias ocasiões, só olha para Portugal para se referir a autores que trabalham com o método histórico-comparativo, isto é, Adolfo Coelho e Teófilo Braga. Para Júlio Ribeiro, o científico aqui é o próprio Holmes e a tradição da gramática inglesa.

Ainda que reconheça diferenças entre o inglês dos Estados Unidos e o da Inglaterra, Holmes trabalha na ilusão de compor uma gramática da mesma língua da ex-metrópole. Pensando na afirmação de Auroux (1992, p. 74) de que o processo de gramatização corresponde a "uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas", poderíamos dizer que Júlio Ribeiro escreve sua gramática na ideia de um mesmo funcionamento gramatical entre duas línguas distintas. Na verdade, o que temos aqui é um bom exemplo do que Auroux (1992, p. 78) chama de "gramática latina extensa" quando explica que o "plano relativamente fixo das gramáticas define o quadro para se preencher por uma descrição de língua e também os termos teóricos necessários para uma primeira apreensão dos fenômenos". Dessa forma, vamos notar que, apesar das reformulações de Júlio Ribeiro, as categorias com as quais ele trabalha se mantêm mais ou menos as mesmas daquelas de Holmes e, no fundo, de toda a tradição gramatical ocidental. Nesse ponto, é importante citar a tese de Auroux (1992, p. 42) de que o "fundo latino constitui um fator de unificação teórica que não tem equivalente na história das ciências da linguagem", o que explicaria "a homogeneidade conceptual dessas disciplinas". Dessa forma, ainda segundo Auroux (1992, p. 43-44), o estabelecimento de "identidade de metalinguagem" permitiu "uma certa equivalência entre as gramáticas das diferentes línguas redigidas em qualquer dos vernáculos em uso", de forma que "as gramáticas podem ser simples traduções umas das outras", de onde a sua observação de que a "gramatização (a base do latim) de um vernáculo europeu pode igualmente servir de partida para uma outra língua e lhe transmitir sua 'latinidade'".

Quando ressalta que o projeto inicial de adaptação de uma gramática inglesa para escrever sua própria gramática foi aprimorado a partir da observação dos modernos estudos produzidos sobre a linguagem, Holmes faz referência a alguns dos mesmos nomes a que Júlio Ribeiro vai procurar constantemente se ligar, como é o caso de Grimm e Max Müller:

> But in the process of composition new views presented themselves and stimulated increased research. Such researches suggested further modifications and wider departures from the models proposed. The work thus became less of a compilation, and assumed a degree of originality not designed at first. Its character was largely affected by the steady observance of the principle, introduced by Grimm into modern philology, of settling all disputed and doubtful points by reference to the historical alterations of the language.
>
> The change of plan thus occasioned has rendered it impossible to distinguish between what is borrowed and what is original. All accessible sources, English and American, have been consulted and freely used. It is proper to express in general terms a grateful sense of obligation to many excellent school grammars, and to acknowledge the continual assistance obtained from Wallis, Horne Tooke, Taylor, Latham, Marsh, Clark, Alford, Max Müller, and many other authors whom it would be tedious as well as ostentatious to mention. The examples and exercises have been usually taken without hesitation from preceding works of a similar nature, — a procedure adopted in most school grammars. (1878, p. 1-2)

Nessa passagem, um ponto importante a guardar é a explicação de Holmes de que os exemplos usados em sua gramática são os mesmos aproveitados tradicionalmente pela maior parte das *schools grammars*. Não são, portanto, invenções do próprio Holmes, mas obra de uma tradição, o que ilustra bem a afirmação de Auroux (1992, p. 67) de que os "exemplos se beneficiam de uma espantosa estabilidade no tempo", encontrados, "por um procedimento de tradução, de língua a língua", sendo que "a constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo da gramatização". Vamos ver que, com algumas modificações, e fazendo justamente atenção a elas, são esses exemplos recuperados por Holmes da tradição da gramática inglesa que o próprio Júlio Ribeiro vai reutilizar em sua gramática, um dos elementos que vai fazer com que ele seja acusado de plagiador por Alberto Sales.

Se ainda não ficou claro, o que Júlio Ribeiro traduz para compor sua própria gramática é uma espécie de resumo gramatical que Holmes coloca no início de sua obra com o título de *Introduction do the English Grammar*, sobre o qual ele dá a seguinte explicação:

> The brevity and simplicity required in a school manual have prevented the complete introduction of the historical testimonies which sustain the views adopted, and have in many instances excluded them altogether. But the whole book rests upon an historical basis, and upon an examination of the phases through which the English has passed in the long lapse of a thousand years.
>
> The work has been so arranged as to furnish a knowledge of the principles of English grammar in a very narrow compass; to afford a fuller acquaintance with them in their applications without entering into minute details; and to provide the teacher or the advanced student with such explanations as seemed requisite, without confounding these with what sufficient for elementary instruction. The "Introduction to English Grammar", which need not be committed to memory, is designed to give a general view of the nature and subjects of English Grammar, and to secure familiarity with the leading conceptions of grammatical science. The beginner, on the first study of the body of the book, should learn and commit to memory only the large print, omitting the divisions and sections marked with an asterisk. After having accurately learnt these portions, the young scholar should go over the whole again, and should learn what is noted with an asterisk, and also all that is in print of the second size. The observations, which are in the smallest type, are intended for the use of teachers, and of such pupils as may be able to profit by them. (1878, p. 2-3)

No prólogo da primeira edição, Júlio Ribeiro comenta seu trabalho de traduzir para o português a introdução da gramática de Holmes, qualificada como "um monumento de sciencia e bom senso". É o próprio Júlio Ribeiro quem utiliza o verbo traduzir para falar do seu trabalho, justificando, no entanto, e isso é o importante para nós, que esse trabalho de tradução exige modificações impostas pela própria índole do português: "Traduzir essa «INTRODUCTION», modificando-a nos logares em que o exige a indole do Portuguez, é um relevante serviço aos que nesta lingua encetam o tirocinio das lettras" (1891, p. 3). A gramática é modificada e não apenas traduzida, algo que tem certamente a ver com o que diz Auroux (1992, p. 44) sobre o que é da ordem do próprio procedimento da gramatização enquanto uma transferência de tecnologia, quando explica que "a construção da rede supõe adaptações locais e um certo viezamento das descrições", mas que também pode ser enxergado como um gesto de autoria do gramático brasileiro. É a língua (e o procedimento de tradução) que demanda modificações, mas é o autor quem vai ter que escolher, entre outros, que exemplo em português pode substituir o exemplo em inglês para explicação dessa ou daquela proposição.

Segundo consta no prólogo, não é o simples fato de escrever uma gramática que aparece como "um relevante serviço" de Júlio Ribeiro para os falantes de português, mas escrever uma gramática diferente das que andavam sendo escritas. No mais, cabe apenas notar que, no fim do século XIX, um gramático brasileiro está se pondo numa posição de escrever uma gramática não apenas para brasileiros, mas os falantes de português em geral, aos que,

reaproveitando o texto do próprio autor, “nesta lingua encetam o tirocinio das lettras”, aos que dão os primeiros passos no estudo do português, enfim. De fato, apresentando-se como quem presta um relevante serviço para esse fim, Júlio Ribeiro marca a mesma diferença tantas vezes repetidas por ele em relação a seus pares, isto é, num meio de gramáticas metafísicas, sua gramática, por não ser justamente metafísica, prestaria uma importante contribuição aos que estudam português: “O presente livrinho constitue uma verdadeira preparação para o estudo da alta grammaticologia, e não é um dos muitos compendios soit disant elementares, que só se differençam das grammaticas metaphysicas grandes por serem impressos em typo miudo e fomato reduzido.” (1891, p. 3). Por esse trecho, vemos novamente essa especificidade de a gramática de Júlio Ribeiro ser um instrumento para um nível mais elementar de estudo gramatical. E pelo modo como formula sua crítica, aparentemente sua gramática não é a única dessa natureza, embora ainda conheçamos muito pouco a história dessas gramáticas para iniciantes nos estudos escolares, por assim dizer. Nesse conjunto, talvez possamos citar a *Primeira Grammatica da Infância* e a *Segunda Gramática da Infância*, lançadas por Francisco Ferreira de Vilhena Alves em 1897. De qualquer forma, uma diferença é marcada por Júlio Ribeiro: sua gramática não é metafísica.

No final do seu prólogo, o procedimento de adaptação do trabalho de Holmes aparece como argumento para facilitação daqueles que estão no começo do estudo do português: “Imitando o benemerito grammaticographo americano, nós sacrificamos a belleza do estylo á clareza da phrase, mais curando do proveito de quem começa a estudar, do que da gloriola de arredondar periodos rhetoricamente correctos” (1891, p. 3). A modificação serve assim a fins pedagógicos, à facilitação de um estudo. A imitação de Holmes, por seu turno, não apenas serve pela forma reduzida como é organizado o texto, prestando-se a estudos iniciais, mas também, poderíamos argumentar, para romper com as gramáticas metafísicas. Não se deve esquecer do que mostramos acima sobre a gramática de Holmes ser apresentada por Júlio Ribeiro como “um monumento de sciencia e de bom senso”. O que Júlio Ribeiro imita é a ciência, e imitando a ciência ele se diz diferenciar das gramáticas metafísicas. E aqui talvez não seja banal chamar atenção para o fato de Holmes ser chamado de “gramaticógrafo”, e não de gramático. O gramaticógrafo está para a ciência (e o bom senso). Para as gramáticas metafísicas estaria o gramático?

Seguindo Holmes, a gramática de Júlio Ribeiro é dividida em XV partes, com algarismos romanos, e cada parte é subdividida em outras, em números indo-arábicos: I. Prolegomenos; II. Palavras que significam cousas; III. Palavras que significam qualidades ou limitações de cousas; IV. Palavras empregadas para restringir a significação dos substantivos; V. Palavras que substituem os Substantivos; VI. Palavras que significam ações e condições de cousas; VII. Palavras que denotam o caracter ou qualidade de acções ou atributos; VIII; Palavras que significam a relação ou a direcção de uma cousa para outra; IX. Palavras que ligam outras palavras ou asserções; X. Palavras usadas para exprimir emoção ou sentimento; XI. Enumeração das classes de palavras; XII. Sentença; XIII. Sentença simples; XIV. Sentenças Compostas; XV. Sentenças Complexas. Diferentemente de Holmes, que apenas enumera o ponto I, Júlio Ribeiro vai chamar essa parte de Prolegômenos. Nessa parte, subdividida em 12 pontos, explica-se que 1. usamos da linguagem para explicar os pensamentos ou emoções; 2. a linguagem se compõe de palavras; 3. palavras tomadas em separado não constituem linguagem; 4. para constituir linguagem as palavras devem ser juntas de modo que exprimam um sentido completo; 5. palavras ajuntadas de um modo que exprimem um sentido completo formam sentenças; 6. uma sentença é uma coleção de palavras que encerra um sentido distinto; 7. no estudo da linguagem procura-se conhecer as palavras e o seu modo de emprego na formação das sentenças; 8. a linguagem é falada ou escrita; 9. palavras faladas constam de um ou mais sons que encerram uma significação distinta; 10. palavras escritas constam de uma ou de mais letras, usadas como sinais dos sons empregados na formação das palavras; 11. diferentes palavras servem para diferentes usos na construção das sentenças; 12. as palavras são de espécies diferentes conforme os diferentes usos para que elas servem na construção das sentenças. No texto de Júlio Ribeiro, a conclusão não é numerada, diferentemente de Holmes, em que ela constitui o número XVI. O importante, no entanto, é que Júlio Ribeiro altera a ordem do tratamento das sentenças estabelecido por Holmes, que, em sequência, fala de Sentença Simples (XII), Sentenças Complexas (XIV) e Sentenças Compostas (XV). Júlio Ribeiro vai tratar das sentenças compostas antes de falar sobre as sentenças complexas. Mais importante do que isso, contudo, são as modificações que Júlio Ribeiro faz da forma como Holmes nomeia essas partes. Esse último nomeia o item III como “Words signifying Qualities of things”, ao passo que o brasileiro vai escrever “Palavras que significam qualidades ou limitações de cousas”,

ajuntando “ou limitações”, dizendo, portanto, que, nessa categoria de palavras considerada por Holmes, elas podem significar também limitações e não apenas qualidade das coisas. Vamos voltar depois a esse ponto, mas notemos desde já que o gramático brasileiro atribui uma função a mais a um tipo de palavra descrito pelo estadunidense. E aqui poderíamos pensar que se trata de um gesto de autoria que até pode ter algo a ver com o que impõe o funcionamento da língua, mas que parece corresponder antes de tudo ao conhecimento metalinguístico. Não é que o mesmo tipo de palavra possa menos em uma língua, mas que um gramático julgue que ele pode mais, afinal essa introdução da gramática de Holmes que Júlio Ribeiro traduz, e a própria motivação para traduzi-la, é de mostrar considerações gerais sobre a língua, de qualquer língua, da linguagem, portanto. Tanto é assim que Júlio Ribeiro vai acrescentar no final de sua gramática um “aditamento” sobre os principais fatos léxicos e sintáticos da língua portuguesa, dividido em dois pontos: I. Principais fatos léxicos da Língua Portuguesa; II. Principais fatos sintáticos da Língua Portuguesa.

Para facilitar a visualização e compreensão desse trabalho de tradução e adaptação que Júlio Ribeiro faz da gramática de Holmes, inserimos um anexo ao fim desta tese, no qual colocamos lado a lado o texto dos dois gramáticos.

As modificações de Júlio Ribeiro no texto de Holmes podem ser percebidas fortemente no emprego dos exemplos, o que tem fortemente a ver com a afirmação de Auroux (1992, p. 67) de que “os exemplos testemunham sempre uma realidade linguística”, podendo ser ser utilizados para disfarçar a ausência de certas regras ou a impossibilidade do gramático de formulá-las, bem como para justificar ou questionar regras ou descrições. Na forma de testemunhas de realidades linguísticas diferentes, para guardar a formulação de Auroux (1992), os exemplos utilizados por Holmes não poderiam ser mantidos por Júlio Ribeiro em certos casos, afinal esse último trabalha com o português falado no Brasil enquanto o primeiro lida com o inglês dos Estados Unidos. Dessa maneira, em certos momentos, o gramático brasileiro é obrigado a procurar outras palavras para exemplificar o mesmo fenômeno em português. Na relação entre regra e exemplo, vemos ocasiões em que a descrição do fenômeno e a natureza do exemplo são as mesmas, por assim dizer, mas as palavras para exemplificar são diferentes, pois, se fossem usadas as mesmas palavras, elas não serviriam, por não ilustrarem o fenômeno com a justeza necessária. Assim, no item 11 dos Prolegômenos, quando se explica que diferentes palavras servem para diferentes usos na

construção das sentenças, Júlio Ribeiro repete exatamente como Holmes que palavras diversas são às vezes representadas pelo mesmo som. O exemplo de Júlio Ribeiro é: *cessão*, *secção*, *sessão-Pena*, *penna*. Em inglês, Holmes usa as palavras: *I*, *eye*, *aye*; *ale*, *ail*.

Alguém pode argumentar que há exemplos que não são significativos nem de uma diferença da língua nem de uma postura teórica do autor e que podem corresponder talvez a simples lapsos do brasileiro ou de decisões editoriais. No item 13, quando se explica que muitas palavras significam coisas que podem ser tocadas ou manejadas, Júlio Ribeiro apresenta um exemplo a menos do que Holmes, suprimindo a palavra *chair* (cadeira). Do mesmo modo, ele suprime a palavra *anger* (raiva) da lista de palavras usadas por Holmes no item 17, em que se explica que muitas palavras denotam coisas que não podem ser diretamente percebidas pelos nossos sentidos, mas podem ser reconhecidas pelas nossas mentes. Mas aí, talvez, seja possível argumentar antes de tudo em favor de um gesto de autoria que considere que um número menor de palavras seja suficiente para exemplificar uma definição, enxergando, assim, no texto de Holmes um excesso. Vemos isso em muitas passagens. No item 18, quando se explica que existem palavras que significam coisas que não têm existência própria em separado, Júlio Ribeiro corta dois exemplos dados por Holmes, que havia usado as palavras *color, heat, whiteness, warmth, length* e *truth*. Júlio Ribeiro usa apenas *cor, calor, comprimento* e *verdade*, cortando portanto *whiteness* (brancura) e *warmth* (calor). Mas aqui existe também algo da ordem da língua, pois a distinção do par *heat* e *warmth* não teria cabimento em português, reduzidas em uma única palavra, *calor*. Assim, com o corte da palavra *whiteness*, podemos argumentar pelo gesto de autoria de Júlio Ribeiro que vê um excesso na quantidade de exemplos de Holmes. Por outro lado, com a supressão da palavra *warmth,* é algo da ordem da língua que determina a adaptação e o corte de exemplos, uma vez que o par *heat* e *warmth* não teria um outro par equivalente em português. No item 19, quando se define que substantivos são palavras que são nomes de coisas, vemos esse corte do excesso uma vez mais quando Júlio Ribeiro retira a palavra *crime* (crime) da lista de palavras que exemplificam coisas que podem ser concebidas pela mente. Holmes emprega *virtue*, *vice* e *crime*; enquanto Júlio Ribeiro, apenas *virtude* e *vício*. No mesmo item, vemos a substituição de um exemplo que parece funcionar para colocar algo que se imagina mais próximo da realidade do público da gramática de Júlio Ribeiro. Holmes dá as palavras *kettle* e *andiron* como exemplo de coisas que podem ser manejadas ou tocadas. Júlio Ribeiro traduz

kettle aproximadamente como *caçarola*, e *andiron* como *formão*. O *andiron*, no entanto, tem a função específica de ser o ferro que se utiliza nas lareiras, um instrumento provavelmente pouco conhecido num país com temperaturas elevadas como o Brasil. Mais do que uma palavra, o que parece ser traduzido por Júlio é um modo de vida na medida em que ele substitui a palavra usada por Holmes por outra que evoque um objeto mais conhecido pelos brasileiros.

Retornando à mudança operada por Júlio Ribeiro na tradução do título da parte III, *Palavras que significam qualidades ou limitações de cousas*, no qual se acrescenta a limitação ao lado das qualidades como algo que as palavras significam, vemos que, para teorizar a questão, o brasileiro tem que escrever mais, completando o texto de Holmes. Assim, Júlio Ribeiro, depois de traduzir a passagem de Holmes que diz que as coisas se distinguem umas de outras por qualidades ou propriedades que lhes pertencem, dando os mesmos exemplos (*cavalo branco*, *cavalo baio*, *cavalo alasão*), adiciona: "E tambem por limitação de numero, de posição, etc., exemplos: «*Um homem-dois homens-este cavallo-aquelle cavallo*.»" (1891, p. 12). Depois de adicionar essa parte, Júlio Ribeiro retoma o texto de Holmes. No entanto, no item 22 dessa mesma parte, no qual se explica que as qualidades e propriedades podem ser consideradas à parte das coisas em que existem e podem ser nomeadas em separado, Júlio Ribeiro corta a parte final do texto de Holmes no qual ele dá o nome do tipo de palavra do qual está falando: "When the qualities are so considered and named, their names are nouns" (1878, p. 11). Diferentemente de Holmes, que encerra com essa afirmação o tratamento dessa questão, Júlio Ribeiro acrescenta dois pontos, escrevendo, portanto, a mais do que Holmes. No ponto 23, Júlio Ribeiro explica que a limitação das coisas se faz por meio de palavras que indicam a posição em relação a nós, o seu número, etc. No ponto 24, ele explica que a limitação pode ser de posição, de número, de possessão, de conjuncção e por designação apenas de grupos de classe. São dois pontos então que Júlio Ribeiro insere para poder desenvolver a sua posição de que há palavras que significam qualidades e também limitações. Por inserir esses dois pontos, o paralelismo de numeração entre os dois textos é quebrado. O item 23 da gramática de Holmes vai corresponder então ao item 25 da de Júlio Ribeiro. Nesse item, Holmes coloca: "Words which name qualities connected with things, or Attribute words, are called Adjectives" (1878, p. 11-12). Ao traduzir essa passagem, Júlio Ribeiro coloca: "Palavras que nomeiam qualidades connexas com cousas, e palavras que

indicam a limitação de cousas chamam-se Adjectivos" (1891, p. 15). Mais uma vez, Júlio Ribeiro insere a questão da limitação das coisas como função de uma classe específica de palavras. Assim, ainda nesse mesmo ponto (23 de Holmes e 25 de Júlio Ribeiro), quando se explica que os adjetivos são nomes bem como os substantivos, o brasileiro escreve: "Os substantivos nomeiam as cousas; os adjectivos nomeiam as qualidades ou propriedades das cousas, ou indicam a sua limitação" (1891, p. 15). Ao passo que o estadunidense havia posto somente: "Adjectives name qualities or properties existing in things" (1878, p.12). O fato de Júlio Ribeiro cortar a passagem em que Holmes explicava que o nome do tipo de palavra do qual está falando era o substantivo, bem como o fato de ele inserir mais dois pontos no texto para dizer como se faz a limitação das coisas, enumerando como essa limitação pode ser, leva-nos a pensar que o que Holmes trata como substantivo Júlio Ribeiro já trata como adjetivo. No mesmo item 23, Holmes dá como exemplos de adjetivos as palavras *green* (verde), *beautiful* (bonito) *red* (vermelho) e *bright* (luminoso), ao passo que Júlio Ribeiro escolhe como exemplo as palavras: *verde*, *bonito*, *este*, *esse*, *um*, *dois*, *cada*, *cada um*, *qual*, *cujo*, *um*, *algum*. São essas palavras que se encontram nos itens 23 e 24 do texto de Júlio. No item 23, por exemplo, quando ele diz: "«*Este-esse-aquelle*» são palavras que servem para indicar a limitação das cousas pela posição que ellas occupam" (1891, p. 14). No item 24, quando explica de que tipo pode ser a limitação:

> A limitação pode ser
>
> 1) de posição, exemplos: «*Este cavallo-esse cavallo-aquelle cavallo.*»
> 2) de numero, exemplos: «*Um cavallo-dois cavallos-tres cavallos*».
> 3) de distribuição, exemplos: «*Cada cavallo-cada um cavallo*».
> 4) de posessão, exemplos: «*Meu filho-teu pae-nosso amigo-seu thio*».
> 5) de conjuncção, exemplo: «*O qual cavallo*».
> 6) por designação apenas de grupos de classe, exemplos: «*Um cavallo-alguns cavallos*». (1891, p. 14-15)

Se Júlio Ribeiro modifica a parte do texto de Holmes que trata de substantivos para já tratar de adjetivos, quando o estadunidense vai definir, no item 24 da introdução de sua gramática, o que são adjetivos, Júlio Ribeiro traduz o texto, no que vai ser o número 26 da sua gramática, falando de "Adjectivos Limitativos", uma noção que não está na passagem de Holmes. Esse último diz:

> **Adjectives** are words which name qualities or properties attributed to things.
>
> When we say *a graceful lady*, the quality of *grace* is ascribed to a lady.
>
> When we say *a violent wind*, the property of *violence* is attributed to the wind.
>
> When we say *an ungainly person*, the quality of *ungainliness* is ascribed to a person.
>
> The words *graceful, violent, ungainly*, name qualities considered in connection with "a lady," "a wind," "a person," respectively, and are adjectives. (1878, p. 12)

Já o texto de Júlio Ribeiro diz o seguinte:

> ADJECTIVOS são palavras que nomeiam qualidades ou propriedades attribuidas a cousas, ou que indicam a limitação dellas.
>
> Quando dizemos «*Graciosa senhora*», a qualidade «*graça*» é adscripta a uma senhora.
>
> Quando dizemos «*Vento violento*», a qualidade «*violencia*», é attribuida ao vento.
>
> As palavras «*graciosa-violento*» nomeiam qualidades consideradas em connexão com «*senhora-vento*», e são, por conseguinte, Adjectivos Qualificativos.
>
> Quando dizemos «*Um homem*», a palavra «*um*» limita o substantivo «*homem*».
>
> Quando dizemos «*Alguns negocios*» a palavra «alguns» limita o substantivo «*negocios*».
>
> As palavras «*um-alguns*» indicam a limitação de «*homem-negocios*», e são, por conseguinte, Adjectivos Limitativos. (1891, p. 15-16)

Vemos que Júlio Ribeiro corta uma das três sequências de exemplos de Holmes. No seu lugar, ele vai colocar uma outra série em que vão aparecer as palavras: *um* e *alguns*, concluindo que elas limitam o substantivo, e, por isso, são adjetivos limitativos. Na verdade, com os exemplos que toma de Holmes, Júlio Ribeiro diz se tratar de "Adjectivos Qualificativos", e com a série de exemplos que ele próprio cria, diz se tratar de "Adjectivos Limitativos". Assim, o que é apenas adjetivo para Holmes é separado em duas categorias por Júlio Ribeiro, adjetivos qualificativos e adjetivos limitativos.

No ponto 22, vale notar ainda que Júlio Ribeiro altera a ordem dos exemplos dados por Holmes. O estadunidense põe, por ordem: *blackness*, *whiteness*, *heat*, ao passo que o brasileiro ordena da seguinte forma: *Brancura*, *negrura*, *calor*. Por que alterar a ordem dos exemplos?

Ainda sobre as modificações nos exemplos empregados, notamos que, no item 27 do texto de Júlio Ribeiro (25 de Holmes), quando se explica que os adjetivos sempre se

referem a substantivos, quer expressos, quer subentendidos, Holmes apresenta três séries de exemplos:

> When we say, "Here is a piece of *white* cloth," the adjective *white* refers to the noun *cloth*, which is expressed.
>
> When we say "*White* may be seen further than *black*," the adjectives *white* and *black* refer to a noun -color, or colors- which is understood without being expressed.
>
> In the phrase, "The *Holy One* of Israel," *Holy* refers to *One*, which is understood to mean God, the name of the Supreme Being - therefore a noun. (1878, p. 12)

Júlio Ribeiro vai apresentar apenas um exemplo, em que guarda as palavras branco e preto usadas em um dos exemplos de Holmes, mas numa frase completamente nova e, ao que parece, com usos completamente diferentes, tanto semanticamente quanto distribucionalmente: "Beba cerveja PRETA»; a BRANCA não é tão nutritiva" (1891, p. 16-17).

Um outro ponto da gramática em que notamos frequentes alterações do texto de Holmes por parte de Júlio Ribeiro são os exercícios. De forma geral, o brasileiro vai trazer os mesmos exercícios propostos pelo estadunidense. No primeiro exercício da parte III, assim como Holmes, Júlio Ribeiro pede: "Nomear as qualidades ou propriedades em connexão com cada uma das seguintes cousas" (1891, p. 17). No entanto, à diferença de Holmes, ele completa: "e depois limital-as". Esse pedir algo a mais no exercício tem a ver com as propriedades a mais que Júlio Ribeiro dá ao tipo de palavra de que está tratando, e que não foram consideradas por Holmes. Dessa forma, nesse mesmo exercício, após dada a lista de palavras, Júlio Ribeiro pergunta: "Que palavras são as que qualificam ou limitam deste modo os substantivos?", enquanto Holmes havia perguntado apenas: "What kind of words are those which denotes qualities in this way?" (1878, p. 12). Esse é um ponto que vai afetar inclusive o tamanho do exercício, o que mostra que ele não é gratuito, não se podendo argumentar portanto somente por algo da ordem de uma vontade pessoal do autor brasileiro. No exercício III, por exemplo, da mesma forma que Holmes, Júlio Ribeiro vai pedir: "Pôr os substantivos que faltam nas phrases seguintes" (1891, p. 17). Holmes escreve então 13 elementos: "Muddy___, broad___, deep___, bright___, wooden___, white___, heavy___, long___, righteous___, wise___, soft___, gentle___, true___" (1878, p. 13). Júlio Ribeiro vai aproveitar esses elementos, mas incluir 20 outros, sendo que esses elementos a mais

trabalham justamente a questão da limitação da palavra e dos adjetivos qualificativos e dos limitativos, o que não foi tratado por Holmes:

> .....lodoso; .....larga; .....fundas; .....brilhantes; .....duro; .....branco; .....pe sadas; .....compridos; .....justo; .....sabia; .....branco; .....manso; .....verdad eira; .....triste. Este.....; essa.....; aquella.....; Aquelles.....; Um.....; Uma.....; Dez.....; Vinte.....; Duzentas.....; Quinhentas.....; Cada.....; Cada um.....; O qual.....; as quaes.....; O homem cujo.....; A mulher cujo.....; O homem cuja.....; A mulher cuja.....; Algum.....; Todos.....; Quaesquer…….. (1891, p. 17-18)

Em outro caso, no exercício IV, Júlio Ribeiro pede o mesmo que Holmes: "Indicar quaes os substantivos e quaes os adjectivos nas phrases seguintes" (1891, p. 18). No entanto, dos vários elementos dados por Holmes, Júlio Ribeiro aproveita apenas dois e substitui os outros por frases que trabalham aquelas questões da limitação da palavra e dos adjetivos qualificativos e dos limitativos l: "Bons meninos–Cousas boas e más–Este cavallo–Aquelle cachorro grande–Essa linguagem desabrida–Um caminho estreito–Homens cujos chapéos pardos–Aldeia suja–Vinte e cinco casas–Oitenta e quatro lindas raparigas–Calças pretas–Gravatas azues" (1891, p. 18).

As modificações se dão igualmente no emprego da terminologia. Na parte IV, *Palavras empregadas para restringir a significação dos substantivos*, quando se explica que a maior parte dos substantivos são nomes de classes ou de espécies de coisas, Júlio Ribeiro insere uma modificação na terminologia, pois enquanto Holmes fala apenas em "*Common Nouns*", ele emprega a nomenclatura "*Substantivos Communs ou Appelativos*", adicionando, portanto, um segundo nome para esse tipo de classe de palavra. No item seguinte (28 de Holmes e 30 de Júlio Ribeiro), o que se vê, contrariamente, é que Júlio Ribeiro suprime uma palavra do texto de Holmes, mas aqui a questão já não é de terminologia, mas de caracterização das propriedades da classe de palavras, por assim dizer. Nesse item, Holmes fala de restringir "the signification or application" do nome, ao passo que Júlio Ribeiro fala apenas de restringir "a significação" do nome.

As modificações impostas pela ordem da língua são bastante claras no tratamento do artigo na parte IV, imposições essas que vão determinar a natureza dos exemplos empregados pelos dois gramáticos. No item 29 de sua gramática (31 da de Júlio Ribeiro),

Holmes explica: "*A* or *an*, and *the* are the words employed to limit the application of nouns in this way" (1878, p. 14). E em seguida, exemplifica: "We say, *a chair, an owl; the chair, the owl; the chairs, the owls*". Júlio Ribeiro, por sua vez, ao traduzir, põe da seguinte maneira: "«*–O–a–os–as*» são as palavras que empregamos para restringir deste modo a applicação dos SUBSTANTIVOS" (1891, p. 20). E exemplifica da seguinte forma: "*O mocho–a coruja–os mochos–as corujas*". Na gramática do inglês, a palavra *owl* (coruja) serve para marcar a propriedade da palavra "*an*", que introduz palavras que começam por som vocálico. É por isso que, em Holmes, o par é *chair* (cadeira) e *owl* (coruja), pois a questão é se a palavra começa por som vocálico ou consonantal. Em Júlio Ribeiro, pelo próprio funcionamento do artigo em português, o par *mocho*/*coruja* é empregado para mostrar a diferença entre masculino e feminino. Justamente para marcar essa especificidade da língua inglesa, Holmes vai escrever o item 30, que será completamente apagado por Júlio Ribeiro, pois tal explicação não cabe ao português:

> *A* or *an* is employed to signify that a single member of the class is spoken of, and that no particular individual of the class in meant.
>
> *A chair* denotes a single chair, and is applied to any chair, without indicating any chair in particular.
>
> *An owl* means a single owl, but does not mean any particular owl.
>
> *A* is use before words beginning with a consonant sounds; as, *a boat*.
>
> *An* is used before words beginning with a vowel sound; as, *an apple*. (1878, p. 14)

Da mesma forma, os itens 34, 35 e 36 da gramática de Holmes serão inteiramente apagados por Júlio Ribeiro. Nesses itens, Holmes estabelece uma diferença entre "*Indefinitive Article*" e "*Definitive Article*":

> 34. *A* or *an* is called the Indefinite Article, because it leaves undefined or undetermined the particular member of the class signified by the noun.
>
> A man is any man. No particular man is meant. The article a shows that no particular man is meant.
>
> 35. *The* is called the Definite Article, because it points out or defines the particular member or members of the class mentioned.
>
> *The man* is not any man, but a certain specified man.
>
> *The men* is not any men indifferently, but certain definite men.
>
> 36. When nouns are not limited by an article, they embrace the whole class named by them.

> *Man* embraces the whole human family. *Men* includes all men.
> *Birds* comprehends all birds without limitation.
> *Iron, silver, gold* mean everything consisting of those metals. (1878, p. 15)

Cortando toda essa parte, Júlio Ribeiro não considera em sua gramática a diferença entre artigo definido e indefinido[34]. Cortando especificamente o item 36 da gramática de Holmes, o brasileiro não leva também em consideração na escrita de sua gramática o funcionamento coletivo do substantivo que, quando não limitado por um artigo, contempla uma classe inteira nomeada por ele, tal como explica Holmes. Com o artigo, Júlio Ribeiro faz inversamente o que fez com o adjetivo. Se com esse último, ele acrescentou uma classificação que Holmes não contemplava, aqui ele desconsidera uma classificação colocada pelo estadunidense. Nesse ponto, não é algo da ordem da língua que está em jogo, mas a própria posição (teórica) do gramático que o leva a considerar ou desconsiderar uma classificação, contemplar ou não um determinado funcionamento de uma classe de palavra. De fato, a própria definição de artigo de Júlio Ribeiro não vai corresponder àquela encontrada por ele em Holmes. O brasileiro define da seguinte forma: "ARTIGO é uma palavra que restringe a significação do nome a um ou mais individuos determinados de uma classe" (1891, p. 21). E Holmes: "Articles are words employed to show the manner in which nouns are used in a sentence, and to determine their application" (1878, p. 15). De início, como diferença na definição, Holmes diz para que serve o uso da palavra artigo, enquanto Júlio Ribeiro diz o que ela é. Para Holmes, o artigo mostra a maneira como um substantivo é usado numa frase e para determinar sua aplicação. Fala-se, portanto, de forma mais geral, em uso e aplicação. A definição de Júlio Ribeiro põe acento justamente sobre a aplicação, explicando que a função que cumpre o artigo é restringir a significação do nome a um ou mais indivíduos.

Vemos mais modificações do texto de Holmes por Júlio Ribeiro nos exercícios trazidos no fim dessa parte IV da gramática. No exercício I, quando o comando é de "Apontar os Substantivos Proprios e Appellativos na seguinte lista", Júlio Ribeiro traz nomes que evocam a geografia do Brasil (*S. Paulo*) e de Portugal (*Lisboa, Portugal*), além de listar nomes correntes nos dois países (*Amelia*, *Julio*, *Gouvêa*), enquanto Holmes havia posto

---

[34] Na sua *Grammatica Portugueza,* Júlio Ribeiro trata normalmente da distinção entre artigo definido e artigo indefinio, sendo, aliás, como veremos no próximo capítulo, enaltecido pelo gramático brasileiro Maximino Maciel por "ter admitido a pluralidade de *um* indefinido" (1887, p. 93).

nomes usados nos Estados Unidos (*Macon*, *Jackson*, *Joshua*). Diferentemente de Júlio Ribeiro, os nomes de cidade listados por Holmes não evocam a geografia do seu próprio país (*Mexico*, *Pompey*, *Palestine*, *Paris*). No exercício II, a diferença se dá por Júlio Ribeiro não ter feito a distinção entre adjetivo definido e indefinido, como havia feito Holmes. Assim, enquanto Holmes pede "Use the Indefinite Article with the nouns", Júlio Ribeiro pede apenas: "Ponha artigo antes de cada um dos nomes da lista seguinte", com o brasileiro aproveitando a maior parte das palavras listadas por Holmes. Justamente por não fazer essa distinção, Júlio Ribeiro vai cortar de sua gramática o exercício III proposto por Holmes, no qual ele pede para usar o artigo definido na lista de palavras que ele dá.

Na parte V da gramática, *Palavras que substituem os Substantivos*, em que se explica que quando se menciona uma coisa mais de uma vez, pode-se tornar inconveniente repertir-lhe sempre o nome, Júlio Ribeiro aproveita apenas o tema das frases de Holmes, o *sol*, colocado em várias frases na posição de sujeito para mostrar como seria extravagante repetir a mesma palavra em toda frase. Nas frases do brasileiro, escritas com um tom bem poético (inversão da ordem direta, uso de adjetivos, imagens bucólicas e românticas) que não se encontra em Holmes (frases são mais diretas e curtas), o *sol* é repetido sempre na posição de sujeito, como em Holmes, mas uma outra palavra é repetida em todas as frases, a palavra *terra*. Júlio Ribeiro mostra assim o inconveniente da repetição em mais de uma posição sintática, o inconveniente da repetição de duas palavras:

> When a thing is mentioned more than once, it is often inconvenient to repeat its name on each occasion.
>
> It would be awkward if we were obliged to say: The sun returns every morning. The sun rises in the east. The sun ascends the sky. The sun stands at noon above our heads. The sun then descends. The sun sets in the west. The sun passes out of sight in the evening.
>
> Instead of repeating the name of the sun so often, and multiplying sentences, we say: The sun returns every morning; *it* ascends the sky; *it* stands at noon above our heads; *it* then descends; *it* sets in the west; and *it* passes out of sight in the evening.
>
> The word *it* supplies the place of the noun *sun*, and refers to it. (HOLMES, 1878, p. 16)

> Quando se menciona uma cousa mais de uma vez, pode-se tornar inconveniente repertir-lhe sempre o nome.
>
> Seria extravagante dizer-se: «Em tudo e por tudo é *o sol* o pae da vida da *terra*: *o sol* dá *á terra* os annos e os mezes; *o sol* dá *á terra* a mudança dos céos, *o sol* dá *á terra* a alternativa das estações. *Do sol* vem *á terra* a luz esplendida dos dias de verão, *do sol* vem *á terra* a meiguice feiticeira das noutes de luar. É *o sol* que *á terra* veste os

> campos, é *o sol* que *á terra* enche os rios, é *o sol* que *a terra* fecunda. Gloria ao *sol*, gloria ao pae da vida!»
>
> Em vez de repetir tanto «*terra*» e «*sol*», diz-se mais acertadamente: «Em tudo e por tudo é *o sol* o pae da vida da *terra*: *elle* dá-*lhe* os annos e os mezes; *ele* dá-*lhe* as mudanças dos céos, dá-*lhe* a alternativa das estações. *Delle lhe* vem a luz esplendida dos dias de verão, *delle lhe* vem a meiguice feiticeira das noutes de luar. *É elle* que *lhe* veste os campos, é *elle* que *lhe* enche os rios, é *elle* que *a* fecunda. Gloria ao *sol*, gloria ao pae da vida!» (RIBEIRO, 1891, p. 22-23)

Assim como Holmes, Júlio Ribeiro vai reescrever as frases mostrando que as palavras repetidas podem ser evitadas. Notamos então que *sol* é substituído pelas palavras *ele* e *dele*, dependendo da posição sintática, e que *terra* é substituída por *lhe* e *a*. Em Holmes, originalmente, as frases são reescritas com a substituição da palavra *sun* (sol), sempre em posição de sujeito, pela palavra *it*. No fim desse ponto, como transcrevemos acima, Holmes explica: "The word *it* supplies the place of the noun *sun*, and refers to it". Esse trecho é completamente cortado por Júlio Ribeiro, não sendo reaproveitado em sua gramática. É apenas pelo próprio emprego do exemplo que Júlio Ribeiro deixa entender que as palavras usadas (nas frases reescritas) substituem e se referem às palavras repetidas (nas frases com palavras repetidas). É o próprio exemplo quem funciona, portanto, como explicação gramatical. Dito de outro modo, é a própria explicação gramatical que é cortada por Júlio Ribeiro, uma vez que ela se entenderia pelo exemplo.

Ainda nessa parte V, depois de explicar que pronome é uma palavra que se põe no lugar do substantivo (na verdade, Holmes fala em "word which supplies the place of", ao passo que Júlio Ribeiro diz "palavra que se põe em lugar de"), o estadunidense diz: "Some pronouns stand for nouns. Other pronouns stand for adjectives" (1878, p. 17). Ao retomar essa passagem, Júlio Ribeiro vai cortar a explicação sobre os adjetivos. No seu lugar, ele vai expor que alguns pronomes substituem e limitam ao mesmo tempo os nomes: "Alguns pronomes substituem simplesmente os nomes: outros substituem-n-os, limitando-os ao mesmo tempo" (1891, p. 23). Em virtude disso, os exemplos de Holmes vão ser completamente substituídos por Júlio Ribeiro:

> Bring wood to the fire. *Its* is at the door. Here *it* supplies the place of *wood*. It stands for a noun.
>
> *This* tree is an oak, *that* tree is a chestnut. Here *this* supplies the place of an adjective, such as *nearest; that*, of an adjective like *furthest*. (HOLMES, 1878, p. 17)

> «Preciso muito da chave, e não sei onde *ella* está.» Aqui «*ella*» substitue simplesmente o substantivo «*chave*».
>
> «Olhe as vigas: *está* é de peroba; *aquella* é de pinheiro». Aqui «*esta*» e «*aquella*» substituem o substantivo «*viga*», e ao mesmo tempo limitam-n-o, mostrando a posição differente que occupam as duas cousas que elle representa. (RIBEIRO, 1891, p. 23-24)

Ao explicar os exemplos, Holmes vai dizer, segundo o caso, que a palavra toma o lugar do nome ou do adjetivo, chamando atenção, portanto, ao nomear, para a classe da palavra substituída, substantivo e adjetivo, no caso. Já quando Júlio Ribeiro vai explicar os seus exemplos, ele também vai dar o nome da classe a ser substituída, no caso somente o substantivo, pois ele não considera o adjetivo em sua explicação, mas acrescenta ainda a partir de um exemplo a propriedade do pronome de limitar o substantivo.

Nessa parte V, Júlio Ribeiro não segue a classificação dos pronomes dada por Holmes, propondo, em seu lugar uma divisão de menos classes, mas com subclasses. Assim, Holmes coloca: "Pronouns are divided into Personal, Relative, Interrogative, and Adjective" (1878, p. 17). Júlio Ribeiro, por sua vez, estabelece: "Ha duas classes de pronomes: Pronomes-substantivos e Pronomes-adjectivos" (1891, p. 24). Como se nota, é Júlio Ribeiro quem fala em classe, enquanto Holmes apresenta simplesmente a divisão dos pronomes. O brasileiro vai então acrescentar dois pontos em sua gramática que não estão na de Holmes: o item 40, para explicar que os pronomes substantivos são os que substituem simplesmente os substantivos, e o item 41, para explicar que os pronomes adjetivos são os que substituem os substantivos, limitando-os ao mesmo tempo. No item seguinte, 42, a numeração das duas gramáticas volta a se emparelhar.

No seu texto, Holmes explica por que os pronomes pessoais são assim chamados: "The Personal Pronouns are so called, because they distinguish between the person speaking, the person spoken to, and the person or thing spoken of" (1878, p. 17). O texto de Júlio Ribeiro vai mudar sutilmente, pois ele vai explicar por que os *principais* pronomes substantivos são chamados de pronomes pessoais, mantendo a mesma explicação de Holmes: "Os principaes pronomes-substantivos chamam-se PRONOMES PESSOAES, porque estabelecem distincção entre a pessoa que falla, a pessoa a quem se falla, e a pessoa de quem se falla" (1891, p. 24-25). Os pronomes pessoais entram na classificação de Júlio Ribeiro

enquanto uma classe dos pronomes substantivos. Ele insere, portanto, uma subclassificação que não foi contemplada por Holmes. Ele também retira completamente nesse ponto a observação de Holmes sobre como é pouco praticável substituir os pronomes pessoais *I* (eu) e *you* (você): "It is scarcely practicable to substitute nouns for the personal pronouns "*I*" and "*you*." But nouns may be easily substituted for "*it*" and "*him*." Thus we may say, "*I* wish *you* to tell *the secret* to a *friend*" (1878, p. 17). Essa observação, na verdade, vai ser deslocada por Júlio Ribeiro, sendo recolocada dois pontos à frente, após explicar, no item 44, quais sãos os pronomes pessoais da primeira, segunda e terceira pessoa. É nesse lugar, depois de listar todos os pronomes pessoais das três pessoas, portanto, que o autor brasileiro julga ser adequado fazer tal observação, e não, como Holmes, depois de simplesmente explicar por que os pronomes pessoais são assim chamados.

A quantidade de pronomes listados por Júlio Ribeiro é bem maior do que aquela listada por Holmes. Poderia se argumentar que a questão aqui é da própria ordem da língua, pois o português teria, de fato, mais pronomes pessoais que a língua inglesa. Há, no entanto, algo que tem a ver com a descrição da língua, relevando antes mais um gesto de autoria do gramático brasileiro. Júlio Ribeiro lista todos os pronomes pessoais possíveis em português. Holmes, todavia, lista apenas uma parte dos pronomes pessoais possíveis em inglês, ignorando *me*, *you*, *him*, *her*, *us* e *them*. Nesse ponto, é importante ver os cortes e a reorganização textual que Júlio Ribeiro faz na explicação de Holmes sobre o que é a primeira, a segunda e a terceira pessoa:

> The **Personal Pronouns** are–*I, We*, of the first person; *Thou, You*, of the second person; *He, She, It, They*, of the third person.
>
> The first person denotes the person or persons speaking.
>
> The second person denotes the person or persons spoken to, or addressed.
>
> The third person denotes the person or persons, thing or things spoken of. (HOLMES, 1878, p. 17-18)

> Os pronomes pessoaes são:
>
> da 1.ª pessoa: «*Eu, me, mim, migo; nós, nos, nosco*».
>
> da 2.ª pessoa: «*Tu, te, ti, tigo, vós, vos, vosco*».
>
> da 3.ª pessoa «*Elle, ella, o, a, lhe, se; elles, ellas, os, as, lhes, se*.»
>
> A primeira pessoa é aquella que falla.
>
> A segunda pessoa é aquella a quem se falla.

> A terceira pessoa é aquella de quem se falla.
>
> Qualquer das tres pessoas pode ser constituida por uma só ou por mais pessoas.
>
> OBSERVAÇÃO.– Não é quasi possivel substituir os pronomes da primeira e da segunda pessoa por substantivos. Com os pronomes da terceira pessoa a substituição é facil. (RIBEIRO, 1891, p. 25-26)

Júlio Ribeiro corta, portanto, a questão de Holmes de que a segunda pessoa é também aquela a quem se endereça e de que a terceira pessoa é também a coisa ou coisas de quem se fala. A definição de Júlio é mais enxuta, por assim dizer, e talvez mais geral, na medida em que não faz distinção entre pessoa e coisa, por exemplo.

Júlio Ribeiro corta os últimos dois itens da parte V da gramática de Holmes, justamente aqueles em que o estadunidense explica e apresenta os pronomes relativos e interrogativos. No tratamento dos pronomes adjetivos, é possível ver que até a própria classificação proposta pelos dois gramáticos é realizada de maneira diferente em virtude das modificações operadas por Júlio Ribeiro no texto de Holmes. Assim, esse último explica que os pronomes adjetivos são divididos em possessivos, demonstrativos, distributivos e indefinidos, listando os adjetivos de cada uma dessas classes:

> The **Adjective Pronouns** are divided into several classes:
>
> 1. The Possessive Pronouns; as, *my, our, thy, your, his, her, its, their.*
> 2. The Demonstrative Pronouns; as, *this, that, these, those*.
> 3. The Distributive Pronouns; as, *each, every, either.*
> 4. The Indefinite Pronouns; as, *some, other, any*. (1878, p. 18)

Júlio Ribeiro, por sua vez, vai explicar o que são os adjetivos, sem dividir classes nem listar quais são esses pronomes adjetivos. No tratamento que dá à questão, Júlio Ribeiro vai colocar ainda uma observação sobre o fato de alguns adjetivos limitativos não poderem ser empregados pronominalmente:

> Os Pronomes-adjectivos são exactamente os adjectivos limitativos empregados pronominalmente, isto é, sem substantivo claro.
>
> OBSERVAÇÃO.– Alguns adjectivos limitativos não podem ser empregados pronominalmente, isto é, sem substantivo claro. «*Cada*», por exemplo, nunca pode estar só na phrase. (1981, p. 26)

No exercício ao fim da parte V, no qual se pede para indicar quais são os pronomes, distinguindo-lhes a classe (Júlio Ribeiro fala em classes, Holmes em tipos), o brasileiro utiliza outras frases que aquelas empregadas por Holmes, como se as usadas pelo estadunidense não servissem para sua gramática:

> *Point out the Pronouns in the following sentences, distinguishing their kinds.*
>
> I went to see your father at his house. He had gone to a neighbor's. You found the axe before it was needed. Now give it to him. Every thing should be put in its place, that you may know where each thing is. This is the knife which James found. Whose knife is it? (HOLMES, 1878, p. 18)
>
> Indicar os pronomes, distinguindo-lhes as classes, nas sentenças seguintes:
>
> «*Eu comi as laranjas de José, e tu comeste as minhas.– Vós me não amais.– Olhe os cavallos: este é meu; esse é de meu pae; aquelle não sei de quem é.–Quer peras? Cada uma custa meia pataca.– Gosto muito de Maria, e não posso tolerar a Pedro: ella é uma menina intelligente e mansa, elle é um diabinho estupido e bravio*.» (RIBEIRO, 1891, p. 26)

Na parte VI, *Palavras que significam acções e condições de cousas*, Júlio Ribeiro passa uma frase de Holmes da forma passiva para a forma ativa, colocando o acento, portanto, sobre o sujeito que exprime a ação. Após explicar que quando se menciona alguma coisa, menciona-se com o fim de dizer qualquer outra coisa a respeito dela, Holmes exemplifica da seguinte forma: "If I say, '*Stars shine*', a thought is expressed, and some information conveyed" (1878, p. 19). Retomando essa passagem, Júlio Ribeiro a traduz da seguinte forma: "Si eu digo «Estrellas brilham», exprimo um pensamento, e dou uma informação" (1891, p. 27). Parece um detalhe banal, mas não é de forma alguma gratuito, na medida em que mostra justamente um ajuste de Júlio Ribeiro no texto de Holmes.

Várias modificações por alterações ou substituições de exemplos podem ser encontradas na gramática de Júlio Ribeiro. Ainda na parte VI, por exemplo, ele substitui um dos quatro exemplos dados por Holmes na definição de verbo como uma palavra que exprime existência, condição de existência, ato ou ação. Holmes usa: *I am here*; *I weep*; *I run*; *I strike a blow*. Júlio Ribeiro, por sua vez, substitui o terceiro exemplo (*I run*, eu corro) por "*Eu como*". Para o gramático brasileiro, esse exemplo é melhor do que aquele dado pelo

estadunidense. Nesse mesmo ponto, Júlio Ribeiro aproveita integralmente o texto de Holmes, mas altera a ordem das frases e substitui palavras. Holmes escreve: "No sense will be made by the other words, if the verbs are left out of the sentences" (1878, p. 20). Invertendo a ordem da frase, Júlio Ribeiro traduz: "Si tirar-se o verbo das sentenças em que elle não possa facilmente subtender-se, ficam as outras palavras sem sentido" (1891, p. 29). Imediatamente em seguida, Holmes escreve: "No sense will be made by the words, I——sick; The kind lady ——me. But the sense is complete in the sentences, I *was* sick; The kind lady *nursed* me". Júlio Ribeiro, por sua vez, aproveita os exemplos de Holmes, mas substitui a palavra *sense* por *conexão* no primeiro uso, traduzindo-a como *sentido* mais à frente: "Não ha connexão em «*Eu..... um ataque; a boa senhora..... me.*» Completa-se o sentido quando se diz: «*Eu* TIVE *um ataque; a boa senhora* SOCCORREU-*me.*»".

Num caso de substituição de exemplos motivada por algo que não é da ordem do funcionamento estrito da língua, Júlio Ribeiro exemplifica com o prolóquio "muito riso, pouco siso" a observação do item 50 de que muitas vezes arranjam-se sentenças sem verbo e que nesses casos um verbo é sempre subentendido, enquanto Holmes utiliza o provérbio "many men, many minds". Nessa mesma observação, Júlio Ribeiro retira algo da parte do texto de Holmes, pois o gramático estadunidense explica que um verbo é "understood, or implied", enquanto o brasileiro emprega uma única palavra, "subentendido". Ainda no mesmo lugar, Júlio Ribeiro reescreve o texto de Holmes quando diz: "Ha, porém, implicito um verbo que se tem de subtender, mentalmente ao menos, para que haja sentido" (1891, p. 30). O texto em inglês está escrito da seguinte maneira: "no verb is expressed, but a verb is implied, and must be supplied, in thought at least, before any meaning can be communicated by the words" (1878, p. 52). No texto de Júlio Ribeiro, "before any meaning can be communicated by the words" torna-se "para que haja sentido", sem referência à significação comunicada por palavras.

O tratamento do verbo é um lugar onde é possível encontrar modificações realizadas por Júlio Ribeiro por meio de substituição de termos. Ele explica que o verbo muitas vezes é definido como palavras de "enunciação ou de asserção", termos diferentes de Holmes, que, na mesma explicação, diz que o verbo é muitas vezes definido como palavras de "Assertion or Affirmation". Júlio Ribeiro, portanto, fala em *enunciação* e *asserção*, enquanto Holmes fala em *asserção* e *afirmação*. Na mesma passagem, Júlio Ribeiro altera ligeiramente

o exemplo dado por Holmes, que traz a formulação combater na "guerra" (*My brother fought throughout the war*), ao passo que ele fala em combater na "China" (*Meu irmão combateu na China*). Nessa parte, como exemplo de modificação de terminologia, quando toma a explicação de Holmes de que os verbos são também chamados de "Time-Words, or Tense-Words" por indicarem a época da existência, da condição ou da ação, Júlio Ribeiro usa apenas um único termo, "Palavras de Tempo".

As modificações de Júlio Ribeiro continuam nos exercícios referentes aos verbos. Quando se pede para indicar os verbos nas sentenças apresentadas e explicar por que são verbos, Júlio Ribeiro aproveita praticamente todas as frases de Holmes, mas muda algumas para trazer imagens da fauna e da geografia do Brasil (e mesmo uma provocação aos portugueses!), em substituição a imagens talvez mais típicas dos Estados Unidos. Assim, Holmes dá como exemplo "Fox live in the holes", ao passo que Júlio Ribeiro escreve "Os tatús fazem buracos". No lugar de escrever como Holmes "Pigs squeal", Júlio Ribeiro escreve "Os portugueses grunhem". Holmes escreve "The snow covers the ground", ao passo que Júlio Ribeiro escreve "Cahiu neve um dia deste no Rio de Janeiro".

É possível pontuar outras situações em que Júlio Ribeiro modifica o exemplo dado por Holmes, acrescentando mais palavras, sem que isso, no entanto, corresponda aparentemente a uma questão da língua ou da teoria. O gramático brasileiro adiciona elementos à frase do estadunidense como se o que ele havia colocado não fosse suficiente. Na parte VII, *Palavras que denotam o caracter ou qualidade de acções ou attributo*s, quando se explica que ações e atributos variam em caráter ou qualidade, em grau ou soma, Holmes usa a seguinte frase como exemplo: "A ship sails on the sea. One ship may sail *well;* another may sail *badly;* a third may sail *slowly;* a fourth may sail *very quickly*" (1878, p. 21). Júlio Ribeiro, por sua vez, vai colocar também *lagos* e *rios* como lugares por onde os navios navegam, ao passo que Holmes havia mencionado somente o *mar*: "Os navios navegam no mar, nos lagos, e nos rios. Um navio navega *bem*; outro navega *mal*; um terceiro navega *de vagar;* um quarto navega *rapidamente*" (1891, p. 32). No mesmo item (56 de Holmes e 54 de Júlio Ribeiro), recuperando as palavras destacadas nos exemplos para indicar advérbios, vemos que o brasileiro traz pelo menos uma palavra a mais do que o estadunidense, cuja lista é a seguinte: *well, badly, slowly, more, exceedingly*. A lista de Júlio Ribeiro é: *bem, mal, de vagar, rapidamente, mais, muito*. Ainda nesse mesmo ponto, Júlio Ribeiro faz também o movimento

contrário, isto é, o de cortar palavras empregadas por Holmes, uma alteração não na lista de exemplos, mas na descrição das propriedades da classe de palavras. Assim está escrito o texto de Holmes: "'*Difficult*' is an adjective expressing the character or quality of a lesson". No de Júlio Ribeiro, encontramos a seguinte formulação: "'*Difficil*' é um adjectivo que exprime o caracter da lição". Para Holmes, portanto, o adjetivo expressa o caráter ou a qualidade do verbo, enquanto que Júlio Ribeiro diz que o adjetivo exprime apenas o caráter do verbo.

Um outra ocorrência em que Júlio Ribeiro adapta o exemplo dado por Holmes com elementos mais comuns ao Brasil pode ser vista quando se explica que os advérbios podem ser empregados para limitar ou qualificar outros advérbios. O exemplo de Holmes é: "Jenny Lind sang *marvellously well.* Your friend paints *very beautifully*" (1878, p. 22). Já Júlio Ribeiro escreve: "Sarah Bernhardt finge paixões *maravilhosamente bem*, e pinta *muito correctamente*" (1891, p. 34). A atriz francesa Sarah Bernhardt era bastante famosa no Brasil, tendo visitado o país quatro vezes. A soprano sueca Jenny Lind fez uma grande turnê pelos Estados Unidos, sendo provavelmente por isso mais conhecida por lá do que por aqui. No item seguinte (60 de Holmes e 58 de Júlio Ribeiro), os exemplos usados para exemplificar a definição de advérbios como palavras que se juntam a verbos, adjetivos e a outros advérbios para qualificar-lhes a significação, giram, no estadunidense, em torno da cantora ("She sings sweetly; she is entirely helpless; she rides very gracefully"), e no brasileiro em torno da atriz ("Ella falla docemente, ella é bem linda, ella sabe-se conduzir-se muito bem"). Assim, os exemplos são alterados para se adequarem à mudança de objeto, de cantora famosa nos Estados Unidos para atriz famosa no Brasil.

Um outro caso de diminuição da quantidade de exemplos pode ser visto no exercício em que se pede para indicar os advérbios nas sentenças. Júlio Ribeiro aproveita e traduz todos os exemplos dados por Holmes, com exceção de um ("Many persons would have acted otherwise"). Num outro exercício, em que se pede para formar frases com os advérbios dados, a lista de Júlio Ribeiro (*Alli, então, rectamente, bem, mal, muito, pouco, sempre, nunca, lindamente, correctamente*) corta alguns dos advérbios da lista de Holmes (*There, then, otherwise, rightly, frequently, sometimes, quickly, soon, justly, wisely, always, never, not, sweetly, cheerfully*). Num outro exercício, em que se pede para indicar os advérbios nas frases, Júlio Ribeiro não subtrai nenhuma das frases de Holmes, mas substitui uma palavra por outra. Em Holmes, a frase a ser completada é: "The morning is —— beautiful", traduzida

por Júlio Ribeiro como: "A manhã está..... triste". Não é uma imposição da ordem da língua, não é tampouco decorrente de uma discordância teórica, mas revela um gesto de autoria. Para o gramático brasileiro, *triste* vai melhor na frase do que *linda*.

Na parte VIII, *Palavras que significam a relação ou a direcção de uma cousa para outra*, quando se explica que uma palavra ou uma frase é muitas vezes limitada pela expressão da relação que ela tem com alguma outra coisa, ou pela adição de alguma coisa a que se dirige a significação dela, Júlio Ribeiro modifica o exemplo empregado por Holmes, fazendo menção a fauna brasileira. O exemplo de Holmes é: "The farmer is ploughing in his field on the hill before us". Já Júlio Ribeiro escreve: "O macuco está pousado em um galho de canelleira". Na explicação desse exemplo, Holmes aponta qual palavra é limitada por qual palavra e a que palavra se dirige tal palavra, isto é, ele marca as conexões entre as palavras:

> *The farmer is ploughing in his field on the hill before us.*
>
> Here the phrase "*is plouhing*" is limited by expressing its relation to the farmer's own field, and the meaning of "*field*" is directed to the particular field "*on* the hill", and the meaning of "*hill*" is directed and confined to the field in sight, or "*before us.*" (1878, p. 23).

A partir do texto de Holmes, Júlio Ribeiro explicita as mesmas relações, mas vai acrescentar também a natureza da expressão que é limitada, isto é, ele não apenas aponta as ligações entre as palavras, mas também especifica a função da palavra, dizendo que a expressão limitada é de circunstância de lugar:

> «O macuco está pousado em um galho de canelleira.»
>
> Aqui a phrase «está pousado» é limitada pela expressão de circumstancia de logar «*em* um galho», e a significação de «*galho*» é dirigida a um galho *de* canelleira. (1891, p. 35)

Quando se explica que as preposições são assim chamadas porque usualmente se colocam antes das palavras às quais se dirige a significação de uma outra palavra, ou que são restringidas por essa significação, Júlio Ribeiro corta completamente a seguinte observação de Holmes: "Prepositions do not always precede the nouns dependent upon them, nor are nouns always required with them; as, *It was spoken of*" (1878, p. 24). Esse funcionamento não se

aplicaria ao português ou o brasileiro não julgou necessário falar sobre isso em sua gramática? Em outro momento, Júlio Ribeiro altera parte da definição de preposição dada por Holmes. A definição dessa classe de palavras é a seguinte em Holmes: "A Preposition is a word which expresses the relation or direction of the meaning to another word or thought" (1878, p. 24). A definição assim aparece em Júlio Ribeiro: "PREPOSIÇÃO é uma palavra que exprime a relação ou a direcção de uma palavra ou de um pensamento para outra palavra ou para outro pensamento" (1891, p. 36). Na formulação de Júlio Ribeiro, "of the meaning" vira "de uma palavra ou de um pensamento", isto é, *significado* dá lugar a *palavra* e *pensamento*.

Quando Júlio Ribeiro retoma o exercício Holmes de apontar as preposições nas sentenças, o brasileiro aproveita todas as frases do estadunidense, mas substituindo as menções a elementos dos Estados Unidos por itens brasileiros. Ele insere, assim, a partir dos exemplos, a geografia e a história do Brasil, bem como os hábitos alimentares. A frase em Holmes é: "We went from Boston to Savannah" (1878, p. 24). Em Júlio Ribeiro, por sua vez, se lê: "Elle veio da Côrte para S. Paulo" (1891, p. 37). A frase de Holmes, se traduzida sem modificações para o português, serviria perfeitamente ao propósito do exercício, isto é, apontar as preposições. O gramático brasileiro, no entanto, prefere fazer certas adaptações e trazer imagens brasileiras. Assim, nesse mesmo exercício, ele vai acrescentar duas outras sentenças, duas a mais que Holmes, portanto, e nelas se fala justamente da história e de hábitos do Brasil: "Pedro II é filho de Pedro I"; e "Como pão com manteiga". Outras modificações parecem estar aí simplesmente pelo fato de Júlio Ribeiro preferir outra palavra do que aquela usada por Holmes, mas isso também não deixa de significar um gesto de autoria. Desse modo, no exercício em que se pede para inserir preposições nas sentenças, Júlio Ribeiro traduz as frases dadas por Holmes, mas substitui a palavra *dog* (Drive the dog —— the house) pela palavra *cavalo* (Tire o cavallo ..... dentro ..... casa). Nesse caso, a tradução fornece, em português, dois ambientes para inserir a preposição, é algo, portanto, da ordem da própria língua, mas que não tem absolutamente nada a ver com o fato de Júlio Ribeiro trocar *cachorro* por *cavalo* na frase. Da mesma forma, o brasileiro troca *the street* (The regiment marched —— the street) por *cidades despovoadas* (O regimento passou ..... cidades despovoadas). Num terceiro exercício, em que o comando é formar sentenças em que entrem as preposições listadas, Júlio Ribeiro reduz o número de preposições listadas por Holmes, talvez porque algumas das preposições em inglês usadas pelo estadunidense (*About, above,*

under, below, in, into, upon, within, without, through, by, to) correspondam a uma única preposição em português na lista do brasileiro (*A–para–em–de–sobre–sob–com–ante–sem*).

Cabe marcar a decisão de Júlio Ribeiro de traduzir, em duas ocasiões, como *juízo* o termo *statement* utilizado por Holmes. No item 62 (64 de Holmes), por exemplo, ele explica que, nas frases "cão ladra E morde–O cão morder-te-á SI tu lhe bateres", "duas palavras ou dois juízos estão ligadas pelas palavras *e* e *si*". Já no item 63 (65 de Holmes), ele afirma que se empregam "certas palavras para ligar outras palavras entre si, ou para ajunctar juizos". Em Holmes, as frases estavam assim escritas: "In these examples, two words or two statements are conected together by the words "*and*" and "*if*."" e "Certain words are employed to join other words or statements together". O interessante, contudo, é notar que, em todas as outras ocasiões em que Holmes usa a palavra "*statements*", e são mais de vinte ocorrências ao longo de todo o texto, Júlio Ribeiro a traduz como *asserção* na maioria das vezes, mas duas vezes pelo menos como *asserto* e uma vez como *sentença*, e não como *juízo*. Nesses dois casos, no entanto, ele julgou melhor falar justamente em *juízo*.

Nos exercícios ao final da parte sobre as conjunções, quando se pede para apontar as conjunções nas sentenças, Júlio Ribeiro aproveita todas as frases criadas por Holmes, mas fazendo mais uma vez a substituição dos nomes próprios em inglês usados pelo estadunidense. Assim, na frase de Holmes, se diz: "Henry and Fred are good boys, but Tom and Bob are not". Júlio Ribeiro traduz essa frase, colocando, no lugar dos nomes próprios corriqueiros nos Estados Unidos, nomes comuns no Brasil: "Jorge e Joel são bons meninos, mas Arthur e Osorio não são". Também nessa série de exercícios, Júlio Ribeiro vai alterar a quantidade de itens, listando menos conjunções (*E–ou; nem–; porque–porquanto–pois–si–que–mas–porém–como*) que Holmes (*And, or, either: nor, neither: because, for, since, till, if, that, but, though, unless, lest, yet*) no momento em que pede para formar sentenças com as conjunções listadas, ou simplesmente acrescentando frases que não se encontram em Holmes, quando, naquele primeiro exercício em que pede para apontar as conjunções, ele escreve: "Si eu fosse rico, mandava-te para a Europa".

É possível apontar outros momentos em que Júlio Ribeiro insere mais elementos do que Holmes para mostrar o funcionamento de uma classe de palavra. Quando explica que algumas palavras são empregadas somente com o fim de indicar emoção, ele traduz e lista os mesmos cinco tipos de emoção descritos por Holmes (*grief, joy, disgust, surprise, fear*), mas

insere uma a mais, o *receio*. Por outro lado, o gramático brasileiro, na mesma passagem, mostra menos exemplos de palavras dessa espécie (*Ah! Oh! Ai! Ih!*) do que o estadunidense *(Ah! Hurrah! Ugh! Ha! Oh! Alas!*). Ainda no tratamento das interjeições, no item 69 (71 de Holmes), Júlio Ribeiro corta completamente os exemplos de interjeições dadas por Holmes e deixa somente a própria definição, como se os exemplos fossem desnecessários diante da definição. Assim, como Holmes, ele vai dizer: "Palavras que podem ser introduzidas em qualquer parte das sentenças chamam-se Interjecções, isto e, «palavras lançadas no meio da sentença»" (1891, p. 42). No entanto, ele vai cortar essa passagem do texto de Holmes: "*Ah! Oh! Alas!* are Interjections" (1878, p. 27). No item seguinte (70 de Júlio Ribeiro e 72 de Holmes), quando se apresenta de forma mais direta a definição de interjeição como uma palavra introduzida no corpo de uma sentença para exprimir qualquer emoção súbita da pessoa que fala, Júlio Ribeiro mais uma vez aproveita reformula o exemplo dado por Holmes, trazendo novamente menções à geografia do Brasil. A frase de Holmes é: "*Strange! that the letter should never have reached me!*". A de Júlio Ribeiro fala de *São Paulo* e da corte no *Rio de Janeiro*: "Famoso! a carta partiu de S. Paulo ha oito dias, e ainda não chegou á corte!".

Na parte XI, *Enumeração das classes de palavras*, quando são retomadas as definições de classes de palavras, temos uma nova oportunidade de notar algumas das alterações que Júlio Ribeiro faz nas definições dadas por Holmes. Quando retoma o adjetivo, vemos mais uma vez que ele introduz a limitação das coisas como uma propriedade dessa classe de palavras, algo que, como já mostramos, não está presente no texto de Holmes. Assim, Holmes escreve novamente: "Words signifying qualities of properties connected with things, commonly called Adjectives" (1878, p. 28). Já Júlio Ribeiro repete: "Palavras que significam as qualidades ou propriedades connexas com as cousas, ou que as limitam, chamadas commummente Adjectivos" (1891, p. 43-44). No caso dos artigos, o brasileiro coloca como sua propriedade individualizar e particularizar a significação dos substantivos, quando o estadunidense fala em determinar a aplicação ou acepção dos substantivos. Está desta forma a definição no texto de Holmes: "Words determining the application or acceptation of nouns, or Articles" (1878, p. 28). No de Júlio Ribeiro, a formulação se faz desta maneira: "Palavras que individualisam e particularisam a significação dos substantivos, ou Artigos" (1891, p. 44). Nos verbos, ele acrescenta como descrição que eles enunciam, dizem ou declaram: "Palavras que significam a existencia, a condição, o acto ou a acção das cousas,

ou, em outros termos, palavras que enunciam, dizem ou declaram, chamadas Verbos" (1891, p. 44). Essa segunda parte da frase de Júlio Ribeiro não se encontra na definição de Holmes: "Words signifying the existence, condition, act, or actions of things, or Verbs" (1878, p. 28).

Alguns outros casos de mudanças de exemplos operadas por Júlio Ribeiro podem ser encontrados na parte XII, *Sentença.* Holmes utiliza o seguinte exemplo de sentença complexa: "The night cometh when no man can work". A frase de Júlio Ribeiro é a seguinte: "A noute é triste por que é a ausencia do sol". Um exemplo de sentença simples para Holmes é: "The summer is pleasant, and it is adorned with flowers". O mesmo exemplo é vertido por Júlio Ribeiro da seguinte maneira: "O Verão é agradavel, e a Primavera é risonha". Em outro caso, Holmes escreve: "To die for the right is worthy of all praise". Já Júlio Ribeiro prefere: "Morrer pela patria é doce e glorioso". Nessa parte das sentenças, quando se explica que qualquer palavra ou frase pode ser substantivada e formar sujeito da sentença, Júlio Ribeiro modifica o exemplo para citar o nome de uma obra literária da língua portuguesa quando Holmes havia citado uma obra literária da língua inglesa. Holmes se refere ao *Corvo* de Poe: "*To write Poe's Raven* required high genius" (1878, p. 31). A referência de Júlio Ribeiro é aos *Lusíadas*: "ESCREVER LUSIADAS *só é dado aos genios*", dando assim publicidade à literatura em língua portuguesa enquanto Holmes dava publicidade à literatura em língua inglesa.

Quando ensina que o que se diz acerca do sujeito se chama predicativo, Júlio Ribeiro mais uma vez acrescenta palavras no texto de Holmes. A modificação de Júlio Ribeiro nomeia qual a classe de palavra para a qual se chama a atenção, enquanto Holmes somente aponta a palavra sobre a qual se chama atenção: "In the sentences, *Birds fly, fishes swim, men walk, we travel*, it is said of birds that they "*fly*;" of fishes, that the "*swim*;" of men, that they "*walk*;" of the persons represented by "we," that they "*travel*" (1878, p. 31). Para o gramático brasileiro, é importante dizer que o *nós* na frase *nós viajamos* é um pronome: "Nas sentenças «*Passaros vôam–Peixes nadam–Homens andam–Nós viajamos*», diz-se dos passaros que elles «*vôam*»; dos peixes que «*nadam*»; dos homens que «*andam*»; e das pessôas representadas pelo pronome «*nós*» que «*viajam*»" (1891, p. 49).

Em duas ocasiões (item 87 e 89 do brasileiro e 89 e 91 do estadunidense), Júlio Ribeiro vai acrescentar uma palavra no texto de Holmes para precisar o funcionamento do elemento gramatical explicado. Nos dois casos, ele vai inserir a palavra "*sempre*" no texto que

toma de Holmes. Assim, na primeira vez, Holmes diz: “The subject of a simple sentence does not necessarily consist of a single word” (1878, p. 32). E Júlio Ribeiro traduz: “O sujeito de uma sentença simples não consta sempre, forçosamente, de uma palavra só” (1891, p. 51). Na segunda ocorrência, Holmes escreve: “The predicate of a simple sentence does not necessarily consist of only a single word” (1878, p. 32). E Júlio Ribeiro coloca: “O predicado de uma sentença simples não consta, sempre forçosamente de uma só palavra” (1891, p. 52). Em um terceiro caso ainda (item 90 de Júlio Ribeiro e 92 de Holmes), o brasileiro insere outros elementos que atuariam no funcionamento gramatical de um item. Assim, Holmes, quando explica que certos verbos que exprimem ação requerem que se junte algo para completar o predicado, descreve a necessidade de adição de um *substantivo* ou *pronome*: “Certain verbs expressive of action require the addition of a noun or pronoun to complete the predicate, by showing on what the action takes effect” (1878, p. 33) Ao traduzir essa passagem, Júlio Ribeiro vai acrescentar como como necessidade uma *parte do discurso* ou uma *frase substantivada*: “Certos verbos que exprimem acção, para que fique completa a sua predicação, requerem que se lhes ajuncte um substantivo, um pronome, uma parte do discurso ou uma phrase substantivada: este additamento mostra a cousa sobre a qual se exerce acção significada pelo verbo” (1891, p. 52). Cabe ainda notar que Júlio Ribeiro fala em *predicação* enquanto Holmes fala de “*predicate*”. Na observação de que esse tipo de verbo se chama transitivo, Júlio Ribeiro volta a reformular a frase de Holmes: “Os verbos que assim requerem a addição de um substantivo ou de qualquer outra palavra ou phrase que lhe faça as vezes, chamam-se Verbos Transitivos” (1891, p. 53). No texto do estadunidense, assim estava escrito: “Verbs that thus require the addition of a noun or pronoun, are called Transitive Verbs” (1878, p. 33). A mesma estratégia será seguida no ponto seguinte (91 de Júlio Ribeiro e 93 de Holmes), quando Holmes ensina o que é o objeto do verbo: “The noun or pronoun added to complete the predicate of a transitive verb is called the Object of the verb” (1878, p. 33). Já no texto de Júlio Ribeiro, a lição aparece da seguinte maneira: “O nome, pronome, parte do discurso ou phrase substantivada, que se juncta para completar a significação de um verbo transitivo, chama-se o «objecto do verbo.»” (1891, p. 53). Cabe notar que Holmes fala em completar o *predicado* do verbo, enquanto Júlio Ribeiro fala em completar a sua *significação*. No ponto seguinte (92 de Júlio Ribeiro e 94 de Holmes), Júlio Ribeiro corta uma parte da explicação de Holmes de que tanto o sujeito quanto o predicado pode constar de uma

só ou de muitas palavras, suprimindo especificamente a parte em que ele explica que o predicado sempre contém um verbo ("The predicade always contains a verb"). Nessa passagem, Júlio Ribeiro também altera o tamanho do exemplo dado por Holmes, montando a frase com mais termos:

> A simple sentence, then, consists of one subject and one predicate; as, *Fire burns*. The subject and the predicate may each consist of one, or of several words; as, *Bees hum; The busy bee improves each shining hour*. The grammatical subject consists of a noun, or a pronoun, or of something equivalent and used as a noun. The logical subject includes all the words which describe the subject of discourse. The predicate always contains a verb. The grammatical predicate consists of the verb only. The logical predicate embraces whatever is said of the logical subject. The grammatical predicate sometimes requires to be completed by the addition of a word denoting on what the action takes effect, and this word is called the object; as, *The boys broke——the bottle.* (HOLMES, 1878, p. 33-34)

> Uma sentença simples, pois, consta de um só sujeito e de um só predicado, exemplo: –«*o fogo queima*». Tanto o sujeito como o predicado pode constar de uma só palavra ou de muitas, exemplos: *–Abelhas zumbem–As diligentes, zumbidoras abelhas colhem das flores o mel de seus favos.*» O sujeito grammatical consta de um substantivo, de um pronome, ou de qualquer palavra usada como substantivo. O sujeito logico comprehende todas as palavras que descrevem o sujeito do discurso. O predicado grammatical consta só do verbo. O predicado logico abraça tudo o que se diz do sujeito logico. Por vezes o predicado grammatical requer, para ficar completo, que se lhe addicione uma palavra designativa daquillo sobre o que se effectua a acção, e tal palavra chama-se objecto; exemplo: –«*Os meninos quebraram* A GARRAFA».(RIBEIRO, 1891, p. 53-54)

É interessante notar a oscilação nas escolhas lexicais para o tratamento da sentença complexa. Tanto Holmes quanto Júlio Ribeiro vão intercambiar os termos *sentença* e *proposição*, como se fossem equivalentes. No entanto, algumas vezes, o brasileiro vai traduzir como *proposição* quando o estadunidense escreveu *sentence* e, contrariamente, preferir *sentença* quando o outro escolheu falar de *proposition*. Assim, num primeiro momento, Holmes explica: "In a complex sentence the leading or limited proposition is called the principal sentence or clause" (1878, p. 34). E depois: "The secondary or limiting proposition is called the subordinate sentence or clause" (1878, p. 35). Em Júlio Ribeiro, por seu turno, vamos ler: "Em uma sentença complexa a sentença limitada ou mais importante chama-se «clausula ou proposição principal»" (1891, p. 56). E em seguida: "A proposição secundaria ou limitadora chama-se «clausula ou proposição subordinada»" (1891, p. 56). Nessa mesma parte, Júlio Ribeiro corta um elemento na definição de Holmes de sentença composta: "A Compound Sentence is one in which two or more simple and independent sentences are

joined together by means of a conjunction" (1878, p. 35). Na definição tal como escrita por Júlio Ribeiro, não se marca que as sentenças simples que se juntam para formar uma sentença composta são também *independentes*: "SENTENÇA COMPOSTA é uma sentença em que duas ou mais sentenças simples junctam-se por meio de uma conjunção" (1891, p. 55).

Quando traduz a conclusão escrita por Holmes no fim de sua *Introduction to the English Grammar*, Júlio Ribeiro vai retirar a parte em que ele diz que o que foi explanado foi para fornecer uma introdução ao estudo da gramática inglesa. A conclusão de Júlio Ribeiro é basicamente a mesma de Holmes, com exceção desse trecho cortado. No fim, ele vai anunciar um aditamento dos fatos essenciais léxicos e lógicos da língua portuguesa, que reproduzimos abaixo:

> ADDITAMENTO
> I Principaes factos lexicos da Lingua Portugueza
>
> A) NOMES :
> a) *Numero.*
>
> 98. Quando a cousa de que se falla é uma só, diz-se que está no Singular, exemplo: *«O cavallo é bom–O soldado chegou».*
>
> 99. Quando a cousa de que se falla é mais de uma, diz-se que está no Plural, exemplos: *«Os cavallos são bons–Os soldados chegaram».*
>
> 100. *Ha em Portuguez dous numeros: SINGULAR E PLURAL.*
>
> 101. Forma-se o plural dos nomes em Portuguez accrescentando-se um *«s»* ao singular, exemplos : *«Livro, livros; casa, casas».*
>
> 102. Para a formação do plural dos nomes observam-se as seguintes regras:
> 1.ª
> Si o nome acaba por *a, e, i, y, o, u, ã, am, an, en, on, k*, accrescenta-se o *«s»* simplesmente; exemplos:*«Casa, casas; rede, redes; nebri, nebris; tilbury, tilburis; livro, livros; tribu, tribus; galã, galãs; orpham, orphams; orphan, orphans; regimem, regimens; colon, colons; almanak, almanaks.»*
> 2.ª
> Antes de accrescentar *«s»*, os nomes terminados
> 1) por *«r»* ou *«z»* inserem-se um *«e»*; exemplos: *«Mar, mares; matiz, matizes».*
> 2) por *«al, ol, ul»* deixam cahir *«l»*, e inserem-se *«e»*; exemplos: *«Capital, capitaes; lençol, lençoes; paul, paues».*
> 3) por *«el»* deixam cahir *«l»*, e inserem-se *«i»*; exemplos: *«Painel, paineis».*
> 4) por *«il»* (breve) deixam cahir *«l»*, e inserem-se *«e»* antes de *«i»*; exemplo: *«Fossil, fosseis».*
> 5) por *«il»* (longo) deixam sómente cahir o *«l»*, exemplo: *«Ilbecíl, imbecís».*
> 6) por *«em, im, om, um»* mudam o *«m»* em *«n»*, exemplos: *«Margem, margens, fim, fins, tom, tons, atum, atuns».*
> 7) por *«x»* mudam o *«x»* final em *«ces»*, exemplo: *«Calix, Calices».*
> 8) por *«ão»* mudam *«ão»* em *«õe»*, exemplo: *«Calção, calções».*
> OBSERVAÇÃO.–Os nomes acabados em *«s»* não variam.

b) GENERO.

103. O nome da cousa de que se falla é do Genero Masculino, si designa um animal macho; é do Genero Feminino, si indica um animal femea; exemplo: *«Porco, porca; boi, vacca.»*

104. *Os nomes das cousas que não tem sexo assumem o genero masculino ou o feminino, conforme a sua terminação.*

105. *Ha em Portuguez dous GENEROS: o MASCULINO e o FEMININO.*

106. *Os nomes de homens e de outros animaes machos são do Genero Masculino; os nomes de mulheres e de outros animaes femeas são do Genero Feminino.*

107. Os nomes de cousas que não tem sexo são masculinos quando terminam
1) por *«á, e, é, i, y, o, ó, u»*, exemplos: *«Cará, valle, rapé, nebri, jury, livro, cipó, caruru».*
2) por *«au, éo, eu»*, exemplos: *«Pau, chapéo, breu».*
3) por *«ák»* exemplo: *«Almanak».*
4) por *«al, el, il, ol, ul»*, exemplos: *«Pinhal, marnel, barril, lençol, paul».*
5) por *«em, im, om, um»*, exemplos: *«Armazem, marfim, som, jejum».*
6) por *«an, en, on»*, exemplos: *«Iman, hyphen, colon».*
7) por *«ar, er, ir, or, ur»*, exemplos: *«Altar, talher, nadir, vapor, catur.»*
8) por *«is, us»*, exemplo: *«Lapis, virus».*
9) por *«az, ez, iz, oz, uz»*, exemplos: *«Matraz, revez, matiz, cadoz, chapuz».*
10) por *«ão, am»*, exemplos: *«Balão, orgam».*
OBSERVAÇÃO.–Ha numerosas excepções a todas estas regras.

108. Os nomes de cousas que não têm sexo femininos quando terminados por *«a, ã, ê»*, exemplos: *«Casa, lã, mercê».*
OBSERVAÇÃO.–Ha numerosas excepções a todas estas regras.

109. Para modificar substantivos femininos os adjectivos qualificativos terminados
1) por *«o»*, mudam *«o»* em *«a»*, exemplo: *«Bonito, bonita».*
2) por *«u»* tomam *«a»*, exemplo: *«Nu, nua»*;
3) por *«e; al, el, il, ol, ul; ar, er, or; az, ez, iz, oz; m, n, s»* não variam, exemplos: *«Leve; geral, fiel, subtil, reinol, azul; particular, esmoler, superior, efficaz, soez, feliz, feroz; ruim, joven, simples».*
OBSERVAÇÃO.–Os adjectivos que terminam em *«ol* e *ez»* quando indicam qualidade patria, e os que terminam em *«or»* derivados de verbos, tomam um *«a»* para ajuntarem-se a nomes femininos, exemplo: *«Hespanhol, hespanhola; portuguez, portugueza; defensor, defensora».*

110. Para modificar substantivos femininos os adjectivos determinativos que acabam
1) por *«e»* e *«o»* mudam *«e»* e *«o»*, em *«a»*; exmplo: *«Este, esta; quarto, quarta».*
2) por *«m»* tomam *«a»*, exemplo: *«um, uma».*
OBSERVAÇÃO N.1.– *«Meu, teu, seu»* fazem *«minha, tua, sua».*
OBSERVAÇÃO N. 2.– São invariaveis os numeraes cardinaes a partir de *«dous»* que faz *«duas»*, exemplo: *«quatro, cinco»*; o distributivo *«cada»*; os conjunctivos *«qual, que»*; os indefinidos *«mais menos, qual, só, tal».*
OBSERVAÇÃO N. 3.– Tudo que se diz sobre numero e genero dos substantivos e adjectivos qualificativos applica-se ao artigo, aos pronomes substantivos da 3.ª pessoa e a todos os pronomes adjectivos.

B) VERBOS.
111. O enunciado do verbo restringe-se por quatro fórmas:
1) Relativamente á maneira porque elle se faz, e esta restricção chama-se MODO.

2) Relativamente á epocha em que elle se faz, e esta restricção chama-se TEMPO.
3) Relativamente ao facto de ser o sujeito falla; ou e ser o sujeito o interlocutor; ou de ser o sujeito o assumpto; e esta restricção, chama-se PESSOA.
4) Relativamente ao facto de ser o sujeito um só ou mais de um, e esta restricção chama-se NUMERO.

112. Estas differentes modificações se fazem por meio de terminações que se podem classificar em quatro grupos, chamados as quatro CONJUGAÇÕES.

113. Alguns verbos affastam-se em varias fórmas das fórmas dos quatro grupos, e por isso se chamam IRREGULARES.

114. Os principaes verbos irregulares são *«Ter, Haver* e *Ser»* que, por auxiliarem os outros verbos nos tempos compostos, chamam-se AUXILIARES.

115. Cumpre advertir que muitos dos verbos irregulares são tambem defectivos, e d'entre estes carecem de todas as pessoas, cujas terminações começam por *a* ou *o*, os seguintes:
Abolir, addir, banir, brandir, carpir, colorir, compellir, delir, demolir, descomedir-se, discernir, expellir, extinguir, extorquir, fallir, florir, munir, retorquir, e *submergir.*
Dos verbos *unipessoaes* alguns ha que tambem são irregulares, como *prazer*, que faz: *praz, prouve, prouvera, praza, prouvesse, prouver*. Os verbos *unipessoaes*, que exprimem diversos phenomenos da natureza, como: *chover, nevar, trovejar, relampejar, amanhecer, anoitecer, gelar, ventar*, etc. têm sempre por sujeito uma palavra analoga á significação do mesmo verbo, como: *o tempo, o ceu, a nuvem, o dia, a atmosphera*, etc. Tambem muitas vezes se empregam como oração integrante ou um pronome demonstrativo; sendo os principaes: *bastar, convir, cumprir, importar, parecer, succeder, relevar*, etc.

II Principaes facto syntacticos da Lingua Portugueza

116. Os adjectivos, qualificativos ou determinativos, qualificam ou concordam com os substantivos que elles determinam em genero e numero, exemplos: *«Homem bom, mulher boa; homens bons, mulheres boas. Este homem, esta mulher; estes homens, estas mulheres».*

117. O verbo concorda com o sujeito em numero e pessoa, exemplos: *«Eu brinco, tu brincas, elle brinca, nós brincamos, vós brincais, elles brincam».*

118. Quando a acção do verbo transitivo recai, não sobre o objecto, mas sobre o sujeito diz-se que o verbo está na **Voz Passiva,** e, neste caso, o verbo concorda com o sujeito em numero, pessoa e genero, exemplos: *«Eu sou amado* (si é um homem quem falla); *eu sou amada* (si é uma mulher quem falla»). (RIBEIRO, 1891, p. 59-65)

5.2 Reaproveitamento que Júlio Ribeiro faz dos seus próprios textos

Para demostrar como o reaproveitamento que Júlio Ribeiro faz dos seus próprios textos é um procedimento regular em sua obra, mostramos de início que todo o segundo capítulo dos *Traços Geraes de Linguistica*, *Apparelho de phonação e sons elementares*, é a reunião de dois dos artigos de Júlio Ribeiro escritos no episódio da polêmica com Augusto

Freire da Silva, sendo que boa parte desse material vai ser novamente utilizado na *Secção Primeira* da *Grammatica Portugueza*, que trata da fonética. Notando as modificações, nos *Traços*, em comparação com a polêmica, é cortada a ressalva de que cerrar os dentes não impede a passagem do ar e a conclusão de que se pode falar com os dentes cerrados. Em comparação com essas duas produções, a *Grammatica Portugueza* reproduz exatamente a mesma definição de fonética, mas, como diferença, apresenta como referência para a definição o *Résumé d'Études d' Ontologie Générale et de Linguistique Générale*, de Bergman. É apenas na terceira vez em que registra a definição de fonética que Júlio Ribeiro exibe para ela uma fonte de referência.

Nos *Traços*, Júlio Ribeiro corta a menção aos gramáticos que é feita nos textos da polêmica no momento em que, tratando das três categorias de vozes articuladas, critica que "a velha distribuição dos elementos phonicos *em sons simples* e em *consonancias* provém da observação imperfeita dos phenomenos de vocalisação têm feito os grammaticos" (p. 1887, p. 29). No livro de linguística, essa passagem é reproduzida da seguinte maneira: "A velha distribuição dos elementos phonicos em sons simples e em articulações, em vozes e em consonancias provem da observação imperfeita dos phenomenos de vocalisação" (1880, p. 25), sem portanto uma culpabilização explícita dos "gramáticos". Já na *Grammatica Portugueza*, volta-se a falar de "gramáticos" no apontamento de uma velha distribuição dos elementos fônicos: "A velha distribuição dos elementos phonologicos em sons simples e em articulações, em vozes e em consonancias, provem da observação imperfeita que dos phenomenos de vocalisação têm feito os grammaticos" (1881, p. 5). Além disso, a gramática traz a referência, em nota de rodapé, de duas obras, como se desse um nome a esses gramáticos que tratariam equivocadamente a questão: a *Grammaire des Grammaires* de Girault-Duvivier e a *Grammatica Philosophica* de Jerónimo Soares Barbosa.

Na polêmica, Júlio Ribeiro condena "o erro dos grammaticos" na "apreciação falsa dos ruidos da boca, ou de qualquer outra parte do apparelho de phonação" (1887, p. 29-30). Nos *Traços*, o que se condena é o erro dos fisiologistas: "O erro dos physiologistas consiste na apreciação falsa dos ruídos da bocca ou de qualquer outra parte do apparelho de phonação" (1880, p. 26). Na *Grammatica Portugueza*, o erro volta a ser dos gramáticos: "O erro dos grammaticos consiste na apreciação falsa dos ruídos da bocca, ou de qualquer outra parte do apparelho de phonação" (1881, p. 5). Além disso, na gramática, essa passagem ganha

uma nota de rodapé que traz como referência as gramáticas de Burgraff e de De Bosses e ainda o texto *Coleção de Estudos e Documentos*, de Barbosa Leão. No sentido contrário, nos *Traços* corta-se uma referência bibliográfica que estava listada na polêmica e que volta a figurar na *Grammatica Portugueza*. Trata-se do livro *Nouvelles leçons sur la science du langage*, de Max Müller, que é citado para registrar o conhecimento dos gramáticos hindus sobre os sons da linguagem.

Tanto na polêmica quando nos *Traços*, Júlio Ribeiro apresenta um resumo em forma de tópicos do que "basta determinar" para distinguir as três ordens de vozes, isto é, as livres, as constritas e as explodidas. Na *Grammatica,* essa passagem ganha um diagrama em forma de triângulo com a distribuição de todas as vozes livres, apontando-se como referência o trabalho de Nordheimer *A Critical Grammar of the Hebrew Language*, de 1838. Por outro lado, tanto na polêmica quanto na *Grammatica*, Júlio Ribeiro apresenta as 32 "vozes elementares essenciaes da lingua portugueza", o que é cortado nos *Traços* e que tem a ver provavelmente com o caráter da obra de não se dedicar à análise de uma língua específica, mas antes de tratar de modo geral a questão dos sons da linguagem a partir da explicação de conceitos próprios ao tema. Como um livro de linguística, que estuda a linguagem, não caberia portanto aos *Traços* se deter no funcionamento específico da língua portuguesa, embora ela muitas vezes apareça justamente para demonstrar teses sobre a linguagem. Em outro caso, num certo momento da polêmica, Júlio Ribeiro descreve modos de falar do Brasil e em Portugal. Esse trecho, no qual se argumenta que a existência dos sons *dje* e *tche* no interior no Brasil prova que estavam em uso entre os colonos portugueses do século XVI, é reproduzido na *Grammatica* mas cortado nos *Traços*. Como outro exemplo, Júlio Ribeiro reutiliza integralmente na *Grammatica* toda a crítica que é feita na polêmica à definição que a gramática de Port-Royal dá do verbo como uma palavra que significa a afirmação. Em acréscimo, Júlio Ribeiro traz na gramática o trabalho de Whitney como referência para a boa definição de verbo: "Como exprimir a existencia de uma relação entre duas idéias é dizer, é declarar uma cousa, segue-se que é boa a definição de W. D. Whitney « *Verbo é a palavra que diz ou declara* »" (1881, p. 64).

Apontando ainda outro caso de acréscimo na *Grammatica* de uma nova referência teórica a um tema anteriormente tratado, lembremos que, na polêmica, Júlio Ribeiro abraça a tarefa de estabelecer as divisões da gramática "com methodo, com logica, com bom

senso" (1887, p. 18), fazendo referência aos trabalhos de Burgraff (*Principes de Grammaire Générale*), Allen e Cornwell (*English Grammar*), Ayer (*Grammaire Comparée de la Langue Française*), Bastin (*Étude Philologique de la Langue Française*). Na *Grammatica Portugueza*, além dessas obras, Júlio Ribeiro traz como referência teórica a *Nouvelle Grammaire Grecque* de Alexis Chassang para propor a divisão da gramática em lexeologia e sintaxe.

Algumas questões vão chegar, inclusive, na obra literária de Júlio Ribeiro *A Carne*, como a consideração da *fisiologia*. Vimos que, na polêmica com Augusto Freire da Silva, Júlio Ribeiro opõe fisiologia e metafísica, prestigiando a primeira em detrimento da última como instrumento para o tratamento correto da linguagem. Ao longo de sua obra, Júlio Ribeiro não arrefecerá as críticas ao que chama de metafísica no estudo da linguagem, recorrendo regularmente à fisiologia para tratar não apenas dos estudos linguísticos, mas também para representar um modelo de ciência e de sociedade. Assim, tanto na polêmica quanto nos *Traços* e na *Grammatica Portugueza*, a reprodução do quadro tomado da obra *Le Darwinisme*, de Émile Ferrière, no qual se faz um comparativo da seleção e classificação genealógica nas línguas e nas espécies, traz o adjetivo *fisiológico* na explicação de que as "especies têm suas variedades, obra do meio ou de causas physiologicas", de que o progresso se dá nelas "pela divisão do trabalho physiologico" e de que um parâmetro de classificação para elas é a "constancia de estructura; orgams de alta importacia physiologica; orgams de importancia variada". Nos *Traços*, ainda encontramos a afirmação de que a "grammatica comparada tem por base a phonetica comparada, a qual por seu turno funda-se na physiologia" (1880, p. 107); e na *Grammatica*, a de que a "queda de sons, bem como o seu abrandamento têm por causa capital a tendencia organica de todo o homem, como de todo o animal, a empregar « o menor esforço possivel » na realisação de actos physiologicos" (1881, p. 144). Já no romance *A Carne*, Júlio Ribeiro não deixará de falar dos "longos estudos de fisiologia" de Lenita ou do sexo como "o ato fisiológico por meio do qual a natureza viva se reproduz" (1888, p. 141), desfilando afirmações do tipo "o casamento é uma necessidade, já não digo social, mas fisiológica" e "a fisiologia genésica ensina que a hereditariedade direta do gênio e do talento é mais comum da mãe para o filho" (1888, p. 67-68).

Poderíamos dar ainda vários outros exemplos do reaproveitamento que faz Júlio Ribeiro dos seus próprios escritos. No entanto, generalizando a questão, acreditamos ter

elementos suficientes para afirmar que os textos da polêmica com Augusto Freire da Silva podem ser tomados como escritos inaugurais de Júlio Ribeiro, pois trazem teses que serão incorporadas e desenvolvidas posteriormente tanto nos *Traços Geraes de Linguística* quanto na *Grammatica Portugueza*, com temas que chegam inclusive a figurar na sua obra literária *A Carne*. Notando essa migração de estudos e formulações de uma obra à outra, podemos observar que as menções específicas ao português no Brasil que já se encontravam na polêmica vão ser cortadas nos *Traços Geraes de Linguistica* e desenvolvidas na *Grammatica Portugueza*. De forma geral, é na *Grammatica Portugueza* que muitas das passagens apresentadas pela primeira vez nessa série de artigos no *Diário de Campinas* e retomadas depois nos *Traços* vão receber uma referência.

Talvez até mesmo pelo próprio procedimento de reaproveitamento em grande quantidade dos seus próprios escritos, é possível marcar pouca variação no tratamento das questões linguísticas trabalhadas por Júlio Ribeiro. Vimos que, na polêmica com Augusto Freire da Silva, Júlio Ribeiro cita os ingleses, os alemães, os franceses e os russos como aqueles que estariam avançando os estudos da linguagem em sua época. Essa curiosa referência aos trabalhos russos, no entanto, não tem continuidade na obra de Júlio Ribeiro. Trata-se, portanto, de um caso de referência pontual e isolada, além de genérica, diferentemente do que se passa com Leibniz, por exemplo, que não apenas será relembrado em outros momentos, como também passará a ser mais bem apreciado. Nesse mesmo ponto da polêmica, mostramos que Leibniz é colocado ao lado de Manuel Alves e de Condillac como um autor preso ao atraso representado pelo dogmatismo, a utopia e a metafísica nos estudos da linguagem. No entanto, nos *Traços Geraes de Linguistica*, ele é louvado por banir a ortodoxia da linguística. A carência de exemplos desse tipo nos leva a afirmar que, quando nos perguntamos sobre eventuais mudanças de posição e sobre as questões que foram deixadas de lado ao longo do desenvolvimento do pensamento de Júlio Ribeiro sobre a linguagem e as línguas em suas diferentes obras, o que se nota é sobretudo a regularidade.

CAPÍTULO VI

O LUGAR DE JÚLIO RIBEIRO NO HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO DA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA

No presente capítulo, procuramos analisar o lugar atribuído a Júlio Ribeiro nos estudos linguísticos no Brasil nas décadas finais do século XIX e na primeira metade do século XX, observando como sua obra é incorporada no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira. Para tanto, como procedimento de análise, procuramos recensear as citações feitas ao trabalho de Júlio Ribeiro até a instituição da *Norma Gramatical Brasileira*, em 1959. Nosso objetivo é compreender os discursos que se constroem sobre o peso de Júlio Ribeiro na história da reflexão sobre a linguagem e as línguas no Brasil. Desse modo, adiantando algumas conclusões, mostramos que é basicamente entre os gramáticos do fim do século XIX que se encontra em circulação o nome de Júlio Ribeiro, sendo ele pouco lembrado ao longo da primeira metade do século XX, havendo, no entanto, um discurso historiográfico que o coloca como marco dos estudos linguísticos brasileiros, discurso esse, contudo, que não é homogêneo nem assumido ou mencionado pelo conjunto de autores desse período, mas apenas para alguns, e que apaga a maior parte de suas obras e o seu trabalho como linguista.

As obras publicadas no período em questão, e nas quais procuramos referências ao nome de Júlio Ribeiro, são frequentemente significadas como as primeiras gramáticas produzidas por autores brasileiros e para o público brasileiro na virada do século XIX para o XX, e como os primeiros tratados brasileiros de semântica, de filologia, de linguística e de história da língua portuguesa ao longo das décadas de 1920 a 1950. Essas obras são listadas logo abaixo[35]:

[35] Preparamos essa lista a partir da tabela da periodização e da cronologia dos estudos do português no Brasil elaborada por Guimarães (2004), na qual ele aponta as obras e os fatos políticos, institucionais, culturais e educacionais que marcariam cada um dos quatro períodos históricos que descreve. Tomando como marco a publicação da *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro, em 1881, e a Norma Gramatical Brasileira, em 1959, deixamos de fora dessa lista os dicionários, pelas dificuldades particulares de análise que apresentam, trazendo, por outro lado, algumas obras que não foram mencionadas por Guimarães.

1881 *Grammatica Portugueza Philosophica* de Ernesto Carneiro Ribeiro;

Estudos Philologicos de João Ribeiro.

1887 *Noções de Grammatica da Lingua Portugueza* de Pacheco da Silva e Lameira de Andrade;

Grammatica Portugueza de João Ribeiro;

Grammatica da Lingua Portugueza de Alfredo Gomes;

Grammatica Analytica de M. Maciel.

1888 *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza* de José de Noronha Napoles Massa.

1889 *Neologismos Indispensáveis e Barbarismos Dispensáveis* de Castro Lopes.

1890 *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza* de Ernesto Carneiro Ribeiro.

1894 Reedição modificada da gramática de Maximino Maciel com o título *Grammatica Descriptiva.*

1903 *Estudos da Lingua Portugueza*, de Mário Barreto;

Noções de Semântica de Pacheco da Silva.

1907 *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira;

Questões de philologia - resposta aos criticos da Grammatica expositiva de Eduardo Carlos Pereira.

1908 *Difficuldades da Lingua Portugueza* de Said Ali.

1916 *Grammatica Histórica* de Eduardo Carlos Pereira.

1919 *Manual de Análise* de José de Oiticica.

1920 *Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral;

1922 *O Linguajar Carioca* de Antenor Nascentes;

Estudos da Lingua Portuguesa de José Rizzo;

Resposta à Crítica de Affonso Costa.

1923 *Lições de Português* de Sousa da Silveira;

Gramática Elementar da Lingua Portuguesa de M. Said Ali

1924 *Gramática Secundária da Língua Portugueza* de M. Said Ali

1930 *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* de M. Said Ali.

1931 *Gramática Histórica da Língua Portugueza* de M. Said Ali;

1935 *O Idioma Nacional na Escola Secundária* de Antenor Nascentes

1939 *Estudos Filológicos* de Antenor Nascentes.

1942 *Princípios da Linguística Geral* de Joaquim Mattoso Câmara Júnior.

1944 *Gramática Normativa da Língua Portugueza* de Francisco da Silveira Bueno.

1946 *Estudos de Filologia Portuguesa* de Francisco da Silveira Bueno;

1947 *Tratado de Semântica Geral Aplicada à Língua Portuguesa do Brasil* de Francisco da Silveira Bueno.

1952 *História da Língua Portuguesa* de Serafim da Silva Neto.

1953 *Contribuição à Estilística Portuguesa* de Joaquim Mattoso Câmara Júnior.

1954 *Reedição de Princípios da Linguística Geral* de Joaquim Mattoso Câmara Júnior, revista e ampliada.

1955 *A Formação Histórica da Língua Portuguesa* de Francisco da Silveira Bueno.

1957 *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* de C.H. de Rocha Lima.

Na *Grammatica Portugueza Philosophica* de Ernesto Carneiro Ribeiro, publicada na Bahia em 1881, talvez até mesmo pela data de publicação, o mesmo ano de lançamento da *Grammatica Portugueza*, Júlio Ribeiro não é mencionado. No entanto, em outra obra gramatical de Ernesto Carneiro Ribeiro, a *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, lançada em 1890[36], Júlio Ribeiro não apenas é citado, sendo classificado como filólogo, gramático e homem de letras, como também é tratado como um marco nos estudos gramaticais no Brasil, posição essa justificada pelo argumento de que a introdução das análises gramaticais inglesas no país teria sido realizada a partir de sua *Grammatica Portugueza.* Assim, na parte sobre Lexicologia, o autor faz "um esboço histórico" "dos escriptores, prosadores e poetas brazileiros, que formam a lustrosa galeria dos espíritos selectos, que brilhantemente representam o movimento litterario do século 19 e do começo do século actual" (p. 202). Nessa posição, Júlio Ribeiro aparece entre os nomes de Francisco de Monte Alverne, Romualdo António de Seixas, João Francisco Lisboa, Junqueira Freire,

[36] Utilizamos a segunda edição, de 1915.

Sotero dos Reis, Manoel Odorico Mendes, Francisco Adolpbo de Varnhagem, António Gonçalves Dias, Domingos José Gonçalves Magalhães, José Martiniano de Alencar, António de Castro Alves, Tobias Barreto de Menezes, Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis e Arthur Azevedo. É dito o seguinte de Júlio Ribeiro:

> Júlio Ribeiro, distincto philologo e erudito grammatico (1845-1890). Escreveu uma Grammatica Portugueza, dando nova feição aos estudos grammaticaes, onde introduziu o systema de analyse ingleza, perfilhando as ideias de *Mason*. É fructo de seu engenho o romance A Carne, da escola naturalista, seguindo de perto a Aluizio Azevedo, outro eminente homem de lettras, propagador das ideias realistas na litteratura nacional, autor d'o *Mulato*, d'o *Cortiço*, da *Casa de Pensão*, d'o *Coruja*, do *Livro de uma sogra*, onde se sente a influencia do naturalismo de Zola. (p. 206)

No estudo dos Advérbios, o nome de Júlio Ribeiro recebe outra menção por parte de Ernesto Carneiro Ribeiro:

> Em sua excellente *Grammatica Portugueza* o distincto Júlio Ribeiro com muita propriedade dá ao adverbio a denominação de *adjectivo ankylosado*, recorrendo a essa expressão metaphorica para indicar a falta de flexão e a immobilidade dessa espécie de adjectivo, a que Lemare e Sicard chamaram *superadjectivo*, Julien e Morell, *attributo de attributo*, muito anteriormente já o havia appellidado o autor da *Hermes*. (p. 514).

Fora Pacheco da Silva Junior, Júlio Ribeiro parece ser o único autor brasileiro citado por João Ribeiro nos seus *Estudos Philologicos*, lançados no Rio de Janeiro também na mesma data de publicação da *Grammatica Portugueza*, 1881[37]. Nessa obra, a maior parte das poucas e pontuais referências é feita a autores estrangeiros como Bréal, Whitney, Adolfo Coelho, Diez, Littré, Ferrière, Darwin, Spencer e Schleicher. A referência de João Ribeiro a Júlio Ribeiro se dá numa nota de rodapé ligada a um trecho do texto em que explica que a etimologia da palavra *nada* "já é um facto adquirido e consignado nas nossas melhores

---

[37] A edição que utilizamos é a segunda, de 1902, que está dividida da seguinte maneira: PROLOGO. PRIMEIRA PARTE, I. Nomes proprios, II. Apherese e Artigo, III. Observações criticas (Pacheco Junior), IV. Resposta a Pacheco Junior, V. Rabiscas (Pacheco Junior), VI. Futuro romanico, VII. Resposta a Pacheco Junior, VIII. Ultimo artigo (Pacheco Junior), IX. Ponto final, X. Preposição A, XI. O clima, XII. Negação - Eia, XIII. Numeraes, XIV. Nomes de cães, XV. Imparisyllabismo, XVI. A morphologia, XVII. Patronymicos, XVIII. Modos de datar, XIX. Permuta *l-d*, XX. Etymologia do verbo *ser*. SEGUNDA PARTE, Funcções das palavras, Composição, Hybridismos, Restituição da lingua antiga, Palavras divergentes, Designativos proprios, A proposito de interjeições, As sciencias superiores. APPENDICE, Archaismo dos pronomes, Collocação de pronomes, Idem. Exame comparativo e historico, Idem. Regras de collocação, Idem. O mais antigo documento gramatical sobre a questão.

grammaticas": "Já se encontra na excellente e estimada Gramm. de Julio Ribeiro. Segunda edição" (1902, p. 62). Como se nota, a gramática de Júlio Ribeiro é reputada pela excelência e reconhecimento no meio gramatical brasileiro.

Já na sua *Grammatica Portugueza*, de 1887[38], João Ribeiro vai citar Júlio Ribeiro no tratamento da voz passiva: "— Ha infinitos que accumulam a funcção das duas vozes; Deixei comer o queijo pelo rato. (Julio Ribeiro.)" (p. 245). Como admite o próprio João Ribeiro, em uma nota de rodapé, toda a parte da sua gramática que trata da correspondência verbal (*LIÇÃO XXXV Regras de syntaxe relativas ao verbo. Do emprego dos modos e tempos. Correlação dos tempos dos verbos nas proposições coordenadas e nas proposições subordinadas*) segue a gramática de Júlio Ribeiro, empregando-a, portanto, como modelo de descrição da língua portuguesa: "Em toda esta parte seguimos mais ou menos o texto da Grammatica de Julio Ribeiro" (p. 246).

Alfredo Gomes, na sua *Grammatica Portugueza*, de 1887[39], quando escreve sobre "Noções vocabulares" da "Graphica", ao abordar os inconvenientes do sistema etimológico, observa que "Julio Ribeiro representa aquella consonancia [o χ grego] por kh (anarkhia, mekhanismo) contra o que ensina o latim, que o representava por ch (anarchia, mechanismo)" (p. 26), como se afirmasse que há a opinião de Júlio Ribeiro sobre esse assunto e que ela é importante. Mais à frente, tratando do mesmo tema, ao falar do "som i", explica que tal som "quasi sempre é graphado com a simples letra I desprovida de accento, até nos casos de homographos, apezar da opinião contraria de Julio Ribeiro" (p. 28), como se afirmasse que a opinião de Júlio Ribeiro é importante e deve ser levada em conta mesmo quando não se está de acordo com ela, isto é, tomando Júlio Ribeiro como um autor de referência.

Na *Noções de Grammatica da Lingua Portugueza* de Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, de 1887, Júlio Ribeiro aparece no tratamento do sistema ortográfico, especificamente quando se afirma que no século XVI "não havia ainda então regras fixas, mas somente *habitos graphicos*, essencialmente variaveis segundo as epocas, as provincias e ainda os escriptores" (p. 54), momento no qual, em nota de rodapé, Júlio Ribeiro é descrito como um "distincto professor" e seu trabalho como "de grande valor", mesmo quando não se está

---

[38] Utilizamos a terceira edição, de 1889.

[39] Utilizamos a décima quinta edição, de 1913.

de acordo com ele: "Com. j. F. Castilho — *Orthografia*; Boscoli — id. ; Pacheco Júnior — *A Reforma de orthographia*, 1879, e neste ponto, como em outros, a *gramm. port.* do distincto professor Júlio Ribeiro, trabalho que consideramos de grande valor, posto as nossas opiniões em alguns pontos não coincidam" (p. 54)

Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade voltam a citar Júlio Ribeiro na lição sobre regras de sintaxe relativas às formas nominais do verbo:

> O part. imper. e o aoristo (part. passado), quando não são empregados como adjunctos attributivos, nem como elementos de formação nos tempos compostos da voz activa e passiva, e nos verbos frequentativos, formam clausulas participaes absolutas, equivalentes a outras do modo Indicativo e do Subjunctivo. Taes clausulas principaes, bem como as que se formam com o participio aoristo, correspondem exactamente aos absolutos latinos (J. Rib. *Gramm. Port.*)." (p. 467)

Fechando a lista das gramáticas lançadas em 1887 imediatamente após a instauração do Programa de Português para os Exames Preparatórios, e por ele motivadas, a *Grammatica Analytica* de Maximino Maciel, publicada no Rio Janeiro, traz o nome de Júlio Ribeiro logo em sua introdução, quando aborda a transição que a ciência da linguagem estava atravessando em sua época:

> Nestas condições, depois dos renhidos e certamens travados pelos sabios europeus, elles Hovelacque e Max Muller demonstrando ser a linguistica um ramo das sciencias naturaes, é myster que, sendo a grammatica na phrase de Julio Ribeiro – «a exposição methodica dos factos da linguagem», deva, pelo menos, revestir-se de algumas das partes componentes do estudo das sciencias naturaees na sua extensão.

Júlio Ribeiro é listado ao lado de nomes como Silvio Romero, Pacheco Junior, Alfredo Gomes, Castro Lopes, João Ribeiro, Fausto Barreto, Lameira de Andrade, Adolfo Coelho e Teófilo Braga, a quem Maximino Maciel faz tributo. Maximino Maciel mostra discordância com Júlio Ribeiro quando, por exemplo, no tratamento do artigo, afirma ser "incontestavel a existencia do artigo indefinido no singular e não no plural, como irreflectidamente pensa o Sr. Julio Ribeiro" (p. 92). Na verdade, Maximino Maciel mostra surpresa pela posição de Júlio Ribeiro, tomada como incorreta: "Admiramos o Sr. Julio Ribeiro, moço de criterio scientifico observador dos factos da linguagem e conhecedor das

linguas romanas e teutonicas, ter admittido a pluralidade de *um* indefinito" (p. 93). É como fonte de exemplo que Júlio Ribeiro aparece no capítulo da sintaxologia, quando se discute a teoria da negação. Júlio Ribeiro aparece em dois pontos que exemplificam como se faz a negação dissimilar:

> A negação dissimilar faz-se:
>
> a) empregando-se as negativas – *nem* e *não*, ex.:
>
> *Nem* as cabras *não* as vi (Gil Vicente).
>
> Já *não* havia o dia *nem* hora.
>
> b) empregando as negativas – *não* e *nada*, ex.:
>
> *Não* aceitamos *nada*. Eu *nada não* quero. (Cancioneiro da Vaticana).
>
> A linguagem classica moderna repelle este ultimo typo de negação dissimilar, transformando-a em uma negação simples, ex: *Nada* quero.
>
> *c*) empregando *nem* e *ninguem*, ex:
>
> *Nem ninguem veio*. (Julio Ribeiro).
>
> *d*) empregando nem e *nenhum*, ex.:
>
> *Nem nenhum tenho*. (Julio Ribeiro) (p. 265-266)

Na verdade, o que se traz a partir de Júlio Ribeiro é um registro do modo de funcionamento de construção em língua portuguesa, ou para ser mais preciso, a regra de formação de uma construção na língua portuguesa. Folheando a *Grammatica Portugueza*, vemos que as frases de Júlio Ribeiro utilizadas acima por Maximino Maciel foram retiradas de uma lição sobre as regras de sintaxe da negação, de um ponto específico em que se ensina o emprego das palavras *nada*, *nenhum* e *ninguém*, momento em que Júlio Ribeiro argumenta estar tratando do "uso actual da lingua" (1881, p. 261).

Na reedição modificada de sua gramática em 1894, que passa a se chamar *Grammatica Descriptiva*, Maximino Maciel traz um *Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa*, no qual não deixa de falar sobre Júlio Ribeiro:

> Mais ou menos por esta época apparecera a Grammatica de Julio Ribeiro, baseada nos trabalhos dos philologos allemães, inglezes e francezes. Tão de perto se lhes abeirava, porém, que se diria antes uma adaptação á lingua vernacula do que um trabalho onde transluzissem, com a individualidade do autor, os seus processos, os seus methodos, enfim norteação propria, oriunda de um trabalho de assimilação. Até pontos havia em que o Sr. Julio Ribeiro se adscrevia a transcrever, quase ipsis verbis, para o vernaculo, as novas doutrinas dos autores estrangeiros, de Guardia, de

> Mason, de Bergmann. Além disso, resumbrava-lhe do estylo certo gráo de frouxidão e obscuridade; do methodo, certa desorientação: e, quando á syntaxe, ao envez de exemplos hauridos aos monumentos literarios, dava-lhos elle proprio, quase sempre.
>
> O que se nos afigura é que se apressurou o Sr Julio Ribeiro a de chofre quebrar rotina, fosse como fosse, embora ainda não houvesse assimilado o quanto lera nos philologos estrangeiros.
>
> Entretanto, remanesce-lhe de certo o merito de haver sido o primeiro a trasladar para compendio didactico a nova orientação, evertendo os alicerces da rotina e servindo de norma para algumas Grammaticas que se publicaram em S. Paulo. (apud GUIMARÃES, 1996b)

A importância da retrospecção histórica de Maximino Maciel está no fato de ele ser um membro do grupo de gramáticos do século XIX que dão início à gramatização brasileira do português. Como diz Guimarães (1996b), o texto de Maximino Maciel é relevante como "documento de um momento que ele presenciou", trazendo assim uma reflexão que permitiria estabelecer as condições de realização da gramatização no Brasil no fim do século XIX. Nesse que é considerado o primeiro relato sobre a história dos estudos do português no Brasil, como afirma Guimarães (1996b), Maximino Maciel apresenta a intensa produção brasileira de gramáticas nas duas últimas décadas do século XIX como resultado do Programa de Português organizado por Fausto Barreto em 1887, sendo o colégio Pedro II, ao qual estava ligado Fausto Barreto, colocado como o centro irradiador de uma nova orientação teórica representada pelo método histórico-comparativo e pela doutrina de autores como Max Müller, Bréal, Gaston Paris, Whitney, Littré, Darmesteter, Ayer, Brunot, Brachet, Diez, Bopp e Adolfo Coelho. A gramática de Júlio Ribeiro entra nessa história como aquela que, baseando-se nos trabalhos de filólogos alemães, ingleses e franceses e servindo de norma para outras gramáticas em São Paulo, teve o mérito de ter sido a primeira a transpor para o Brasil a nova orientação teórica do método histórico-comparativo, ainda que não tenha assimilado bem a produção estrangeira. Nessa história sobre os estudos do português no Brasil, Maximino Maciel coloca ao lado de Júlio Ribeiro como figura determinante o nome de Fausto Barreto. Assim, se o primeiro teria o mérito de empregar a nova orientação do método histórico-comparativo na composição de uma gramática no Brasil, o segundo teria a importância de difundi-la:

> Nestas condições, o que se averigúa é que por esta época já muitos professores que se norteavam pelos philologos estrangeiros, iam evangelizando, quer na docencia

> particular, quer em publicações esparsas, as novas doutrinas, desbravando-lhes o terreno onde se tinham de architectar os novos estudos.
>
> A este grupo se filiavam Fauto Barreto, Hemeterio dos Santos, Alfredo Gomes, Silvio de Almeida, em S. Paulo, João Ribeiro, Pacheco Junior, Lameira de Andrade, Said Ali, Ventura Boscoli, Verissimo Vieira, Vicente de Souza, Paranhos de Macedo, Aureliano Pimentel e outros.
>
> Mas no vetusto arcabouço das doutrinas de então foi Fausto Barreto quem de vez e definitivamente vibrou o golpe de morte, porphyrizando-as por incompativeis com o gráo da nova cultura philologica.
>
> Tornou-se pois Fausto Barreto o centro de onde se irradiaram os delineamentos geraes, o trabalho de synthese das novas acquisições phlilologicas, adscriptas ao ensino da língua vernácula. (apud GUIMARÃES, 1996b)

A *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*, lançada no Rio de Janeiro em 1888 pelo gramático baiano José de Noronha Napoles Massa, não faz qualquer menção a Júlio Ribeiro, sendo antes as suas referências Jeronimo Soares Barbosa, Francisco Evaristo Leoni, Constancio, Monte-Verde, Pertence, Grivet, Dilermando da Silveira, Sotero dos Reis e Antonio Coruja.

Domingos de Castro Lopes não cita Júlio Ribeiro nos seus *Neologismos Indispensáveis e Barbarismos Dispensáveis*, publicados também no Rio de Janeiro em 1889. A bem da verdade, Castro Lopes não chega a citar qualquer autor.

Passando para o século XX, Júlio Ribeiro também não figura nas *Noções de Semântica,* publicadas no Rio de Janeiro em 1903 por Pacheco da Silva Junior, que, apenas um pouco menos econômico que Castro Lopes em termos de emprego de citações, faz referências somente pontuais a nomes como Darmesteter, Bréal, Littré, Begehot, Schleicher, Corssen, Sayce, Diez, Max Bonnet, Brachet, Demoor e Massart, todos estrangeiros.

Reunião de uma série de artigos de Mário Barreto e testemunho dos seus primeiros estudos em matéria de língua portuguesa, como deseja o próprio autor e como anuncia o título, os *Estudos da Língua Portugueza* foram publicados no Rio de Janeiro em 1903, destinando-se, como sugere o prefácio de João Ribeiro, àqueles que buscam ensinamentos, ideias e fatos sobre a língua portuguesa. Na verdade, o que Mário Barreto faz

em cada um dos capítulos do seu livro[40] é mostrar o funcionamento e o emprego de determinadas palavras e construções na língua portuguesa, criticando por vezes o purismo intransigente de gramáticos como o português Cândido de Figueiredo, cujas ideias contesta em boa parte dos artigos, mas a quem reconhece como um ilustre lexicógrafo. Nesse intento, Mário Barreto recorre à autoridade de uma série de autores brasileiros, como João Ribeiro, Maximino Maciel, Alfredo Gomes, Pacheco Junior, Lameira de Andrade, Said Ali, Fausto Barreto e Rui Barbosa, apenas para ficar nos mais citados, além de vários gramáticos portugueses, caso de João de Barros, Duarte Nunes de Leão, Jerônimo Soares Barbosa e Adolfo Coelho, e mesmo dos franceses Alexis Chassang, Michel Bréal, Émile Littré e Arsène Darmesteter. Nessa lista, entram ainda escritores brasileiros como Gonçalves Dias, Aluísio Azevedo, José de Alencar e Machado de Assis e portugueses como Luís de Camões e Camilo Castelo Branco, cujas obras são empregadas para refutar ou comprovar a existência de determinada palavra ou construção na língua portuguesa. O nome de Júlio Ribeiro aparece no livro de Mário Barreto no capítulo em que aborda a validade do adjetivo *repeso* em português:

> Na lista de verbos de duplo participio passivo traz *arrepeso* o nosso grande grammatico Julio Ribeiro, o qual estudava a língua com os documentos á vista, sem embargo de que por ahi diga o contrario um grammatico de diminuta sciencia e de muita ousadia, cuidando que através dos seus oculos lê nos textos melhor do que os outros. Iludê-se: vê demais; vê as coisas quadruplicadamente. (1903, p. 42)

Mário Barreto faz um elogio de um modo de trabalho no apontamento de que Júlio Ribeiro estudava a língua com o emprego de documentos, como se dissesse que o estudo acertado da língua não é uma questão de opinião, de autoridade de quem quer que seja, mas de fundamentação documental, sendo Júlio Ribeiro assim dado como exemplar desse modo de proceder. A maneira como Mário Barreto fala de Júlio Ribeiro, tratando-o como "o nosso grande gramático", como se fosse um bem brasileiro, uma riqueza pertencente a todos os brasileiros, contrasta com a quantidade de vezes em que Júlio Ribeiro é citado como autoridade no texto, apenas uma única vez, quando outros nomes são bem mais frequentes.

---

[40] O livro está assim organizado: I. reprimenda, II. tige, III. fazer com que, IV. prevenir que ou de que, V. que, conjuncção comparativa, VI. que, nas orações optativas, VII. repêso, VIII. surpresar, IX. usar ou usar de, X. melhor conceituado, XI. custar a, XII. contar com, XIII. successo, XIV. mais infimo, XV. da melhor boa vontade, XVI. affectado, XVII. neo-latino, XVIII. fazem dois annos, XIX. ainda o verbo "fazer", XX. o verbo "dar", XXI. doucto, douctor, douctrina, XXII. artigo, XXIII. parvo, XXIV. o verbo "chamar", XXV. variações pronominaes, XXVI. regencia errada, XXVII. as mais das vezes, XXVIII. breve resposta, XXIX. uma carta, XXX. uma carta (*continuação*), XXXI. uma carta (*conclusão*).

Contrasta também com o modo como Mário Barreto se refere ao português Cândido de Figueiredo, que, nesse debate, reconhece apenas como substantivo a palavra *repeso* em português. É ele, Cândido de Figueiredo, o gramático de diminuta ciência, sendo Júlio Ribeiro, na medida em que é contraposto ao primeiro, tomado não apenas um gramático de grande ciência, mas o grande gramático de grande ciência no Brasil.

O prólogo da *Grammatica Expositiva* de Carlos Eduardo Pereira, de 1907, traz uma célebre avaliação sobre a importância de Júlio Ribeiro na história da gramática no Brasil:

> Depois que Júlio Ribeiro imprimiu nova direcção aos estudos grammaticaes, romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo conflicto entre a eschola tradicional e a nova corrente. A incerteza das theorias pede meças á variedade desorientadora do methodo expositivo e á exuberancia da tecnhologia «abstrusa e cansativa». (p. I)

Destacando a importância da *Grammatica Expositiva* como uma das mais utilizadas no ensino brasileiro durante cinquenta anos, Guimarães (2004) afirma que o relato de Eduardo Carlos Pereira não apenas estabelece um *antes* e de um *depois* de Júlio Ribeiro, como também conta o rompimento com velhos moldes e o estabelecimento de um conflito entre uma escola tradicional e a nova corrente como dois novos acontecimentos sucessivos da história da gramática do Brasil, postos justamente como posteriores a uma nova direção dada por Júlio Ribeiro. Assim, para Guimarães (2004, p. 80), a gramática de Júlio Ribeiro fica posta por Eduardo Carlos Pereira como um acontecimento que faz a "passagem de uma gramática portuguesa para uma gramática brasileira" e "ao colocar *Júlio Ribeiro* e não o nome da obra para referir o acontecimento da publicação da gramática, este relato põe a questão da autoria brasileira da gramática como próprio desta história brasileira", numa "história brasileira da gramática" na qual, na formulação do argumento do novo, "o enunciado sequer refere a gramática portuguesa, ou sequer arrola nesta pequena sequência de acontecimentos um acontecimento português". Cabe ressaltar a similaridade da formulação de Eduardo Carlos Pereira sobre como Júlio Ribeiro "imprimiu nova direcção aos estudos grammaticaes" com aquela de Ernesto Carneiro Ribeiro, que fala em "dar nova feição aos estudos gramaticais".

Dentro da gramática de Eduardo Carlos Pereira, Júlio Ribeiro aparece na posição de um gramático ilustre, mas em oposição aos escritores da modernidade e à autoridade do uso popular:

> O interrogativo – *o que?* embora condemnado por illustres grammaticos como Julio Ribeiro, Dr. Augusto Freire e outros, tem sido modernamente auctorizado por escriptores de bom quilate, como – A. Castilho, Garrett, A. Herculano, L. Coelho, Rabello da Silva. Coincide com essas auctoridades o uso popular. (p. 86)

Em uma segunda ocasião, Júlio Ribeiro é utilizado como fonte no estudo da concordância do verbo com o sujeito:

> Com os verbos ou expressões verbaes que indicam *sufficiencia*, *abastança*, *carencia*, *falta*, registram-se casos autorizados de desconcordancias, taes como: «Cinco mil libras é muito» (A. H.) – «Dois capitulos é pouco» – «Falta muitos dias para os exames» (Julio Ribeiro) – «Basta os dictos que elle atira aos filhos e aos criados» (Apud Julio Ribeiro). (p. 215)

No mesmo ano de 1907, Eduardo Carlos Pereira vai lançar como resposta aos críticos de sua *Grammatica Expositiva* o livro *Questões de Philologia*, no qual reproduz sob forma de apêndice o prólogo de sua gramática, colocando em circulação mais uma vez aqueles dizeres sobre Júlio Ribeiro. Mais do que isso, é com o apoio em Júlio Ribeiro que Eduardo Carlos Pereira responde a críticas, por exemplo, sobre o funcionamento e nomenclatura da partícula *se* como sujeito indeterminado: "Melhor é com Julio Ribeiro e outros, considerar-se *indeterminavel*; pois qualquer determinação é artificial (quando não absurda), e não corresponde aos factos historicos da lingua" (p. 31). A menção ao nome de Júlio Ribeiro pode ser vista também nos próprios textos de reação à gramática de Eduardo Carlos Pereira e por ele reproduzidos. Assim, no jornal *Diario Popular*, fazendo elogio ao trabalho de Eduardo Carlos Pereira por sua contribuição ao "estudo do pátrio idioma", H. Viotti coloca Júlio Ribeiro numa história da gramática que começa com Fernão de Oliveira em 1536:

> Assim é que, deante das incertezas em que se debaem os grammáticos, desde Fernão de Olliveira cuja Grammatica de linguagem portugueza data de 1536, até o nosso

> Julio Ribeiro, deante da variedade desorientadora do méthodo expositivo e da sua exuberante technologia, realmente abstrusa e cansativa, o autor sentiu necessidade de abrir caminho proprio, procurando a resultante das escolas em que se dividem os que se entregam á investigação e methodização dos factos da lingua – a escolha tradicional, que dá preferencia ao elemento lógica na expressão do pensamento; e a moderna, que dá emphase ao elemento histórico. (p. 50)

Júlio Ribeiro não aparece entre os subsídios utilizados por Eduardo Carlos Pereira para compor sua *Gramática Histórica*, lançada em 1916[41]. Entre os brasileiros, os nomes que se encontram são os de Ernesto Carneiro, Mário Barreto, João Ribeiro, Lameira de Andrade e Pacheco Junior. Entre os estrangeiros, os autores a quem Eduardo Carlos Pereira recorre são Diez, Meyer Lübke, Bourciez, Darmesteter, Brugmann, Whitney e Bréal.

Em *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Said Ali, de 1908[42], encontramos uma única referência a Júlio Ribeiro, num capítulo sobre o infinitivo pessoal, numa passagem que faz alusão à célebre polêmica entre Rui Barbosa e Cândido de Figueiredo em torno da redação do código civil:

> O autor da Réplica [Rui Barbosa] não admite a opinião do filólogo alemão [Diez]. Discordamos também nós. Mas daí a atribuir a Diez e a Julio Ribeiro, que lhe encampa a teoria, cousa em que nem um nem outro jamais pensou, vai uma distância enorme. Substituir um pensamento por outro, decepar períodos de modo a viciar-lhes o sentido, não me parece recurso digno de quem deseja mostrar a superioridade da sua opinião… (p. 83-84).

Aqui nos importa notar o movimento de Said Ali em ligar Júlio Ribeiro a Diez. No trecho em questão, o problema para Said Ali é o da explicação de Diez de que o infinitivo dependente de auxiliar modal se usa sem flexão, posição essa contestada por Said Ali, que acredita que o critério de Diez é muito amplo e que afirma que o autor alemão desconhece a singularidade da língua portuguesa pela qual o infinito é também desdobrável em oração de verbo finito.

Júlio Ribeiro não é lembrado em nenhuma das três gramáticas de Said Ali, quais sejam, *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza* (1923)[43], *Grammatica Secundaria da Lingua Portugueza* (1924), *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* (1931). Essa

---

[41] Utilizamos a nova edição, de 1935.

[42] A edição que utilizamos é a sétima, de 2008.

[43] A edição que utilizamos é a nona, de 1966.

ausência, no entanto, deve ser relativizada na medida em que Said Ali não cita praticamente nenhum autor nesse conjunto de obras gramaticais. Assim, na *Grammatica Secundaria da Lingua Portugueza,* por exemplo, em termos de referências, o máximo que se consegue encontrar é uma menção pontual e breve aos nomes de Darmesteter, Leite de Vasconcelos, Epiphanio Dias, Cortezão, J. J. Nunes e Bourciez. Da mesma forma, na *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*, fora uma menção de agradecimento a João Ribeiro, Silva Ramos e Capistrano de Abreu, o único nome encontrado no texto foi o de Gonçalves Viana.

Em *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, publicado no Rio de Janeiro em 1930 por Said Ali, o nome de Júlio Ribeiro mais uma vez não se faz presente. Said Ali não traz Júlio Ribeiro, mas também cita só esporadicamente e em pequeno número outros autores, como Bréal, H. Paul, Ernst Schwentner e J. B. Hofmann.

Lançado no Rio de Janeiro em 1919[44], *Manual de Análise* de José Oiticica faz referências aos trabalhos dos brasileiros Maximino Maciel, Sílvio Elia, Antônio Houaiss, Said Ali, Rui Barbosa, Alfredo Gomes e João Ribeiro, apenas para ficar nesses nomes, mas não cita Júlio Ribeiro uma única vez.

No seu *O Dialeto Caipira*, publicado em São Paulo em 1920, Amadeu Amaral traz na lista de autores citados no início do livro nomes como os brasileiros João Ribeiro, Said Ali e Teodoro Sampaio e como os portugueses Leite de Vasconcelos e Adolfo Coelho, mas não Júlio Ribeiro. É verdade que, nessa lista, não se encontra nenhuma gramática. No entanto, é no mínimo curioso esse apagamento de Júlio Ribeiro na medida em que ele, na sua *Grammatica Portugueza*, traz o registro do falar dos caipiras em várias ocasiões[45].

---

[44] A edição que utilizamos é a décima primeira, de 1955.

[45] Apenas para citar alguns exemplos, vejamos os seguintes recortes retirados da *Grammatica Portugueza*:
"Os caipiras de S. Paulo pronunciam **dj***ente*, **dj***ogo*. Os mesmos e tambem os Minhotos e Transmontanos dizem **tch***apéo*, **tch***ave*." (1881, p. 9)
"Os caipiras de S. Paulo praticam frequentemente a mesma omissão, dizendo : « *Podia* ELLE VIESSE *hoje* », etc." (1881, p. 204)
"Os *caipiras*, fieis aos usos arkhaicos da lingua, como sóe sel-o a gente do povo, exprimem-se de modo analogo ao dos francezes: põem claro um pronome que represente o sujeito neutro e impessoal dos verbos impessoaes. Dizem: « ELLE *chove muito lá*—ELLE *hai ainda alguas fruitas*—ELLE *corre por ahi que o rei vem vindo* »." (1881, p. 257)
"Os caipiras accentuam muito esta significação, dizendo: « PÓDE *que chova*—PÓDE *que elles venham* »." (1881, p. 257)
"Os *caipiras* dizem: « NÃO *deixa de* NÃO *fazer mal*—NÃO *deixa de* NÃO *atrapalhar* » em vez de « *Não deixa de fazer mal— Não deixa de atrapalhar* »." (1881, p. 261)

Nos *Estudos da língua portuguesa*, lançados em São Paulo em 1922, José Rizzo apresenta Júlio Ribeiro como um precursor dos estudos glotológicos no Brasil num capítulo em que se louva a erudição e o valor de Rui Barbosa a respeito da língua portuguesa:

> Já muito antes deste [Mário Barreto] ilustrado professor do Colégio Militar e do Ginásio de Pedro II, no Rio, Júlio Ribeiro, precursor emérito dos estudos glotológicos, no Brasil, exultara « com os louvores dos competentes, de Rui Barbosa, de Teófilo Braga, do conselheiro Viale ». (p. 305)

É, portanto, através de um lugar de destaque dado a Júlio Ribeiro que José Rizzo procura enaltecer Rui Barbosa, mostrando que esse último teve o reconhecimento do primeiro. O reconhecimento de Júlio Ribeiro pelo próprio José Rizzo não parece contudo tão grande quanto aquele que ele descreve de Rui Barbosa em relação a Júlio Ribeiro, pois, apesar de apresentá-lo como um precursor, Júlio Ribeiro não acompanha os nomes de Ernesto Carneiro Ribeiro, João Ribeiro, Mário Barreto, Eduardo Carlos Pereira, Otoniel Mota, Rágio Nóbrega, Artur Gómez, além de Rui Barbosa, apresentados como os seus "mestres do Brasil" a quem José Rizzo presta homenagem no início do seu livro. No entanto, mesmo que não figure nessa lista de nomes, Júlio Ribeiro aparece qualificado como "grande mestre" no texto de José Rizzo, num momento em que é chamado para falar de um fenômeno sintático apresentado como comum no linguajar de quase todo o território brasileiro:

> Já o grande mestre Júlio Ribeiro apostilara, na sua *Gramática Portugueza*, p. 293, segunda edição: « Os caipiras, fiéis aos usos arcaicos da língua, como sóe selo a gente do povo, exprimem-se de modo aná- logo ao dos Franceses : põem claro um pronome que represente o sujeito neutro dos verbos impessoais. Dizem: «Ele chove muito lá — Ele hai ainda alguas fruitas —Êle corre por aí que o rei vem vindo»
>
> Este fenómeno sintáctico se observa no linguajar popular de todo, ou de quasi todo o território brasileiro. (p. 179)

Como reação às críticas do seu trabalho *Questões Grammaticaes,* Affonso Costa lança em São Paulo em 1922 o livro *Língua portuguesa: Resposta à Crítica*, no qual se recorre uma dezena de vezes ao nome de Júlio Ribeiro, que é apresentado como um mestre da língua portuguesa e, nessa posição, colocado ao lado de nomes com Grivet e Adolfo Coelho:

> Dissertando a respeito de ponto tão controvertido, não nos era licito occultar as formas divergentes que muitos vocábulos terminados em —*ão*— apresentam ao soffrer a flexão do plural e, indicando as mais seguidas pelos mestres da lingua, Júlio Ribeiro, Grivet e Adolpho Coelho, não nos esquecemos, comtudo, de lembrar aos que, por ventura, nos pudessem ler que, em mtiitos casos, a forma —*ões*— é a preferida pela corrente popular, em opposição á erudita que sempre procura ater-se á origem e derivação dos termos, como guarda avançada das puras tradições da lingua.
>
> Quem conhece português sabe que a respeito da formação do plural de vários nomes terminados em —*ão* não se encontravam antigamente de accôrdo os nossos escriptores e grammaticos e, ainda hoje, com relação a muitos desses vocábulos, não se poderam harmonizar as opiniões dos competentes. Júlio Ribeiro (GRAMATICA PORTUGUEZA, pags. 98 e 99) ensina as seguintes formas: «*vulcãos*, *castellãos*, *soldãos*, *villãos* e zangões. » Grivet aconselha: «*castellãos*, *villãos*, *zangãos* » (GRAMMATICA ANALYTICA, pags. 113 e 114.) Monteiro Leite (GRAMMATICA PORTUGUEZA, pags. 28 e 29) auctoriza: *villãos*, *hortelãos*.» Pacheco e Lameira (GRAMMATICA PORTUGUEZA, pag. 166) escrevem: «*vulcãos*.» Adolpho Coelho (NOÇÕES ELEMENTARES DE GRAMMATICA PORTUGUEZA, pags. 73 diz: «*zangãos*, *truães*.» Domingos de Azevedo (GRAMMATICA NACIONAL, pag. 33, 1889) registra: «*soldãos*, *hortelãos* e *zangãos*.» (p. 36-37)

Em mais de uma ocasião, a obra de Júlio Ribeiro aparece como fonte de exemplos para demonstrar uma regra gramatical defendida por Affonso Costa. Nesses casos, não é a *Grammatica Portugueza* quem é geralmente utilizada, mas antes o livro *A Carne*:

> E exacto que os vocábulos terminados em — *agem* — são todos femininos, como — imagem, coragem, sondagem, viagem linhagem, beberagem, dosagem, camaradagem, lavagem, miragem, estalagem, voragem, visagem, criadagem, etc. mas—*personagem*—escapa, muitas vezes, á regra, não só por ter sido antigamente masculino, como porque, usado hoje em referencia a indivíduos deste ultimo género, por isso o empregamos na mesma categoria: «Pedro é *um* personagem politico de grande merecimento.»
>
> […]
>
> Outros exemplos: «*Tres* personagens; *um* dos mais antigos personagens; *aos* mais eminentes personagens.» (Latino Coelho, Obra citada, pags. 272. 358 e 396.) «*O* personagem; *o* feliz personagem.» (Júlio Ribeiro. A CARNE, pag. 121.) *Estes* personagens; *seus* personagens; *destes* personagens; *rico* personagem.» (Eça de Queiroz. CARTAS DE INGLATERRA, pags 48, 56 e 118.) «Exclamava *um* personagem do nosso Alvares. *Outro* personagem bancário » (Machado de Assis. QUINCAS BORBA. Terceira. edição. Pags. 204 e 215.) (p. 44-45)

Pela obra *A Carne*, Júlio Ribeiro é colocado por Affonso Costa na categoria dos escritores do meio literário brasileiro, a quem esse último recorre para mostrar construções indefensáveis na língua portuguesa:

> A lingua portuguesa, falada tanto aqui como em Portugal, de certo, não pôde differir da escripta sob o ponto de vista syntactico e em nenhum escriptor, dos que merecem

> este nome e vivem e florescem em nosso meio litterario, dando-se a esta expressão o sentido mais vasto que ella pôde ter, jamais deparamos variação pronominal iniciando periodo, ou pronome sujeito empregado como complemento directo de verbo activo em vez da respectiva variação ou caso objectivo.
>
> Corramos, com afinco, o livro de Teixeira Pinto, as obras de Santa Maria Jaboatão, Monte Alverne, João F. Lisboa, José Bonifácio, Macedo, Gonçalves Dias, Alencar, Visconde de Áraguaya, Santa Rita Durão, Gregório de Mattos, Frei Caneca, S. Romero, Laet, Ruy Barbosa, Machado de Assis, João Ribeiro, Júlio Ribeiro, Arthur Orlando, José Veríssimo, Aff.onso Celso, Coelho Neíto e tantos outros, todos brasileiros, e ahi não encontraremos nenhum caso dessas duas construcções indefensáveis, condemnadas sempre, e ainda agora, como um plebeismo, ou melhor, como um peccado contra a grammatica portuguesa. (p. 109-110)

É para mostrar a ausência de consenso sobre certas questões que o nome de Júlio Ribeiro é mobilizado por vezes por Affonso Costa:

> Demais, bem sabe o dr. Cândido de Figueiredo que nem todos, escriptores e grammaticos, estão de pleno accôrdo com relação á pronuncia desses nomes. E' assim que Júlio Ribeiro (obra citada, pag. 24) manda pronunciar: *espôsos*, *escôlhos*. — ao passo que Monteiro Leite (GRAMMATICA PORTUGUEZA) ensina : «*espósos*, escólhos, almóços, estórvos e pescóços.» (p. 39-40)

Em certos casos, Affonso Costa apresenta a posição de Júlio Ribeiro mesmo que não concorde com ela:

> Não fomos precipitados repetindo a regra de Júlio Ribeiro (GRAMMATICA PORTUGUEZA, pag. 90) e Pacheco e Lameira (GRAMMATICA PORTUGUEZA, pag. 150) regra que, como todos sabem, soffre grande numero de excepções, afigurando- se-nos desnecessário lembrar a mestres que os nomes de cidades, villas e aldeias que, em sua origem, foram appellativos, podem conservar o género indicado por sua desinência ou o que lhes era próprio, quando simples appeilativos, como: o *Recife*, a *Bahia*, a *Fortaleza*, a *Luz*, o *Brejo*, o *Porto*, a *Victoria*, etc... No entanto, com bastante propriedade, também se diz: a *Recife*, a *Paris*, a *Maceió*, a *Berlim*, a *Cairo*, casos em que, é claro, se deve subentender o nome — cidade.— A cidade do Recife, de Paris, de Maceió, etc.Duvida, comtudo, não teremos em admittir que assista razão ao dr. Cândido de Figueiredo, pois tantas são as excepções que talvez annullem a regra. (p. 41-42)
>
> Agora, não ser portuguesa a construcção que o mestre refuga é o que não garantimos, por nos faltar auctoridade para isso, pois, em A. Herculano (O MONGE DE CISTÉR) se encontra: «Isso tudo sumiu-*se* (pag. 60.) Não teria Herculano, ahi, procurado fugir ao som resultante da união da ssyllabas —*se*—*su*? Um caso semelhante também encontramos em Júlio Ribeiro (A. CARNE.), onde se lê á pag. l08: «... aqui, nestas alturas, sob a immensidade do céo é que sente-*se* orgulhoso o anthropoide fallante...» Ora, Júlio Ribeiro que em sua GRAMMATICA estabeleceu regras a serem seguidas na collocação dos pronomes e sempre, no correr do referido romance, usa da próclise, quando vem antes do verbo o vocábulo —*que*— conjuncção ou pronome, como se ve nestes exemplos : —«o que *se* pode chamar. . . o coronel Barbosa que *o* fez continuar. . . fortuna que *lhe* coubera. . . mandou que a

> mucama *se* afastasse. . . vejo que *me* comprehendeu. . . que *se* queime. . . » teria, por descuido, desacertado a bôa syntaxe ou, de propósito, procuroufugir á próclise, no texto trasladado, para evitar a juncção das duas sibilantes —*se*—*seu* ?
>
> Nós, embora convencido de nossa pouquidade nestes assumptos, pois antes somos discípulo do que mestre, não reputamos de bom cunho a syntaxe dos dous exemplos tanscriptos, um de Herculano e outro de Julio Ribeiro, por isso que, em lidima linguagem portuguesa raramente se encontram casos semelhantes. (p. 69-70)

Em outros momentos, o nome Júlio Ribeiro aparece como argumento decisivo para confirmar uma explicação de Affonso Costa, para confirmar, e também refutar, regras gramaticais da língua portuguesa:

> São velhas três das regras indicadas ; a 1.ª, a 2.ª e a 4.ª, pois figuram em todas as grammaticas e por ellas falam indiscutíveis razões ; a penúltima, porém, collide com a pratica, tem contra si o testemunho dos clássicos e até a sentença definitiva de Júlio Ribeiro que previu o caso e o estudou com critério. (p. 112)

Ao lado das gramáticas de Eduardo Carlos Pereira, João Ribeiro, Ernesto Carneiro Ribeiro e Antonio de Morais Silva, a décima terceira edição da *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro é listada na bibliografia no final do livro *O Linguajar Carioca*, publicado por Antenor Nascentes no Rio de Janeiro em 1922. Esse texto, que ganha uma segunda edição em 1953[46], recorre à gramática de Júlio Ribeiro em pelo menos seis ocasiões para ilustrar "o falar brasileiro", segundo expressão utilizada pelo próprio Nascentes, que analisa a fonética, a morfologia, a sintaxe e o léxico do português falado no Brasil, especificamente do falar carioca, a fim de registrar, ainda segundo uma expressão de Nascentes, "uma fotografia do estado da língua" do seu tempo que servisse aos pesquisadores futuros. É portanto como um dado documental que a gramática de Júlio Ribeiro é aproveitada por Nascentes. Na verdade, não é apenas a gramática de Júlio Ribeiro que é utilizada. Ao mesmo tempo, a obra de Júlio Ribeiro não serve apenas como registro do português falado no Brasil. De fato, Nascentes usa o livro *A Carne* de Júlio Ribeiro para ilustrar dialetos que já existiram no Brasil. Assim, abordando as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, Nascentes (1953, p. 15) traz o texto em questão em uma nota de rodapé após argumentar que o português do Brasil não corresponde ao que a filologia românica chama de dialeto criolo, "uma linguagem

---

[46] O livro está assim organizado: Prefácio, Prefácio da primeira edição, O falar brasileiro, Posição do linguajar carioca no conjunto do falar brasileiro, Fonética, Morfologia, Sintaxe, Léxico, Vocabulário.

formada por palavras europeias com gramatica de povo selvagem ou barbaro", segundo explica, e ressaltar que um espécime de tais dialetos já existiu na "linguagem dos pretos minas", mas que essa linguagem estava "quase totalmente desaparecida" em sua própria época:

> Júlio Ribeiro, em *A Carne*, apresenta o seguinte especimen de dialeto crioulo:
> – Zélomo, disse Joaquim Cambinda, ussê pensô bê nu quê ussê vai fazê, lapássi?
> – Pensô, *mganga*.
> – Intonsi, ussê qué mêsmo si rissá rímanári ri San Migué rizama?
> – Qué, *mganga*. (NASCENTES, 1953, p. 15)

O nome de Júlio Ribeiro aparece em seguida numa discussão sobre a divisão das áreas linguísticas do Brasil. Argumentando que o falar brasileiro apresenta variações bem características apesar de sua relativa uniformidade e propondo a divisão do país em seis sub-falares (amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense, sulista, além de um território incaracterístico), Nascentes comenta as divisões propostas por Júlio Ribeiro, mas também por Maximino Maciel, João Ribeiro e Rodolfo Garcia A., ressaltando o fato de ele empregar um critério exclusivamente geográfico:

> Adotando um criterio geografico exclusivamente, Julio Ribeiro em 1891 apresentou uma tentativa de divisão dialetal do Brasil, aceita por Mendes do Remedios, *Introdução à historia da literatura portuguesa*, pg. 20.
>
> Eis a divisão de Júlio Ribeiro:
>
> 1) Norte (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio grande do Norte, Paraiba e Pernambuco);
>
> 2) Leste (Alagoas, Sergipe, Baía, Espirito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo);
>
> 3) Centro (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso);
>
> 4) Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).
>
> Esta divisão tem os seguintes defeitos:
>
> Junta o Norte com o Nordeste, que é muito diferente dele.
>
> Separa Alagoas dos demais Estados do Nordeste.
>
> Coloca o Espirito Santo (sem discriminar norte e sul) e Rio de Janeiro junto da Baía, tão diferente esta.
>
> Coloca São Paulo, tão caracteristicamente sulino, junto com Alagoas (!) e junto com Sergipe e Baía e junto com Espirito Santo e Rio de Janeiro.
>
> Coloca Minas (sem descriminar) junto com Goiás e Mato Grosso.
>
> No Sul só ha que objetar a falta de S. Paulo.

> Como se vê, toda ela imperfeita. (NASCENTES, 1953, p. 20-21)

É interessante notar que o ensaio de divisão dialetal feito por Júlio Ribeiro e criticado por Nascentes teria sido aceito por outro pesquisador, o português Mendes dos Remédios, o que mostra uma circulação da gramática de Júlio Ribeiro fora do Brasil. No seu livro, quando trata das línguas românicas, Remédios (1911, p. 20) liga a gramática de Júlio Ribeiro não apenas à divisão do português em quatro variedades dialetais no Brasil, mas também à informação de que o português "além de ser usado em Portugal, ilhas adjacentes e colónias, o é também nos Estados-Unidos da América do Sul", ressaltando, no entanto, que o "cálculo feito pelo illustre grammatico sobre a extensão do português (10:277:000 kil. quadrados e 18:055:000 habitantes) é decerto muito fallivel".

Aparentemente ausente nos capítulos sobre fonética, léxico e vocabulário, o nome de Júlio Ribeiro ressurge no estudo de Nascentes sobre a morfologia e, principalmente, a sintaxe do falar carioca. Assim, quando descreve as preposições, Nascentes (1953, p. 110) observa, em nota de rodapé, que "Júlio Ribeiro, *Grammatica*, 305, dá como pouco usado em prosa" a preposição *té* (*até*). Na sintaxe, a gramática de Júlio Ribeiro é usada como fonte de exemplos para o emprego do pronomes *o*, *a* e *lhe* com o verbo *chamar* (*chamei-o mentiroso, chamar de coxo*), momento em que Nascentes ressalta que Júlio Ribeiro seria tolerante com o uso acusativo:

> Exemplos brasileiros: Este o chamava de herege... (J. F. Lisboa, *Vida*, 372). Chamei-o mentiroso. Chamar de coxo. (Exs. de Julio Ribeiro, *Gram.,* 228, 309). Mas na oficina de marceneiro aprenderam depressa a chamá-lo – o filho da caolha… (Julia Lopes de Almeida, *Ansia eterna*, 96)… a tal ponto que a chamaram de distraida. (*Idem, ibidem*, 234). Ele o chamava seu mestre. (Carneiro Ribeiro, ex. de *Serões*, 530). *Postigo* chamamos a nós a portinha ou a pequena abertura… (Rui Barbosa, *Replica*, pg. 346).
>
> Mostram-se tolerantes com o acusativo Julio Ribeiro, Carneiro Ribeiro, E. C. Pereira, *Gram. exp.,* 210, 258, *Gram. hist*., 324, 470, Francelino de Andrade, *O vernaculo*, 9-12, Alvaro Guerra, *Fragmentario classico*, 145, Rui Barbosa, *Replica*, 346, nota, Silvio de Almeida, *Rev. de Filologia Portuguesa*, V, 116, Epifanio Dias, *Gram. elementar*, 111. (NASCENTES, 1953, p. 167).

Em seguida, abordando as locuções verbais formadas com duas construções equivalentes, uma com o gerúndio (*fiquei conversando com ela*) e outra com o infinitivo regido pela preposição *a* (*fiquei a conversar com ela*) e explicando que as do primeiro tipo

são mais usadas no Brasil enquanto as do segundo tipo seriam mais recorrentes em Portugal, Nascentes (1953, p. 168) nota que o "traço diferencial entre as duas falas foi observado por Julio Ribeiro, *Gramatica*, 210)" e também por João Ribeiro e Júlio Moreira. Por fim, Júlio Ribeiro é recuperado por Nascentes (1953, p. 178) no exame da perda do sentido negativo da locução *não deixar de*: "Como observa Julio Ribeiro, *Gramatica*, 302, o velho preceito das duas negativas aí perdeu seu valor".

Lançado por uma editora de São Paulo em 1935, o livro *O Idioma Nacional na Escola Secundária* de Antenor Nascentes não traz menção ao nome do Júlio Ribeiro. Na bibliografia desse texto sobre o ensino do idioma, é possível encontrar, no entanto, obras dos brasileiros Mário Barreto, José Oiticica e Silveira Bueno, bem como a gramática de João Ribeiro.

A gramática de Júlio Ribeiro consta como marco do final do segundo e do início do terceiro dos três períodos históricos dos estudos filológicos no Brasil estabelecidos por Antenor Nascentes nos seus *Estudos Filológicos*, uma obra lançada no Rio de Janeiro em 1939 e que traz como temas[47], além de um esboço histórico da filologia portuguesa no Brasil, questões de fonética, comparações entre o espanhol e o português, a expansão da língua portuguesa no Brasil e as diferenças com Portugal, entre outros:

> Historiando os estudos filologicos no Brasil, vemos que eles se podem distribuir por tres periodos.
>
> O primeiro, a que chamemos embrionario, vai dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1835, data da publicação do "Compendio da grammatica da lingua nacional" (sic), de Antonio de Alvares Pereira Coruja.
>
> O segundo, a que podemos dar o nome de empirico, vai de 1835 a 1881, data da publicação da "Gramatica Portuguesa" de Julio Ribeiro.
>
> O terceiro, que se pode apelidar de gramatical, vai de 1881 a 1939, ano da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. (NASCENTES, 1939, p. 22).

Na avaliação de Nascentes, enquanto o chamado período embrionário seria encabeçado pela gramática de Coruja e obedeceria exclusivamente a uma orientação

[47] Os títulos dos capítulos dão uma ideia geral dos temas tratados por Antenor Nascentes: Expansão da língua portuguesa no Brasil, Independência litterária e unidade linguística, A filologia portuguesa no Brasil (esboço histórico), Nomenclatura mineralógica e geológica, Língua brasileira, Instituto de filologia, Lição inaugural da cadeira de filologia românica, O colégio Pedro II e a filologia portuguesa, Esbozo de comparación del español con el portugués, Questões de fonética, Panorama atual dos estudos filológicos no Brasil.

portuguesa, sem se deter nas diferenças que já apresentaria o falar brasileiro, o período empírico assistiria à inauguração da gramaticografia do português e da dialetologia no Brasil. Quando ao período gramatical, além de reafirmar que a gramática de Júlio Ribeiro marca o início desse terceiro período dos estudos filológicos no Brasil, Nascentes aponta o norteamento por novos métodos como um traço do autor, afirmação essa baseada nas próprias palavras de Júlio Ribeiro:

> A "Grammatica Portuguesa" de Julio Ribeiro (1881) marca o inicio do terceiro periodo.
>
> Vale a pena transcrever dois trechos do prefacio da segunda edição:
>
> "As antigas gramaticas portuguesas eram mais dissertações de metafisica do que exposições dos usos da lingua."
>
> "O sistema de sintaxe é o sistema germanico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por C. P. Mason, e adotado por Whitney, por Bain, por Holmes, por todas as sumidades da gramaticografia saxonica."
>
> Como se depreende, o autor se norteava por novos metodos. (NASCENTES, 1939, p. 28).

Nascentes transcreve o trecho em que Maximino Maciel apresenta a gramática de Júlio Ribeiro como uma obra baseada nos trabalhos dos filólogos alemães, ingleses e franceses, destacando a parte em que se afirma o mérito de Júlio Ribeiro em ter sido o primeiro a verter para um compêndio didático essa nova orientação teórica e servindo assim de norma para a publicação de várias outras gramáticas em São Paulo:

> Referindo-se a ele, assim se exprime Maximino Maciel:
>
> "Mais ou menos por esta epoca aparecera a "Grammatica" de Julio Ribeiro, baseada nos trabalhos de filologos alemães, ingleses e franceses. Tão de perto se lhes abeirava, porém, que se diria antes uma adaptação à lingua vernacula do que um trabalho onde transluzissem, com a individualidade do autor, os seus processos, o seu metodo, enfim norteação propria, oriunda de um trabalho de assimilação. Até pontos havia em que o Sr. Julio Ribeiro se adscrevia a transcrever, quasi **ipsis literis**, para o vernaculo, as novas doutrinas dos autores estrangeiros, de Guardia, de Mason, de Bergmann. Alem disso, ressumbrava-lhe do estilo certo grau de frouxidão e obscuridade; do metodo, certa desorientação; e, quanto à sintaxe, ao invés de exemplos hauridos aos monumentos literarios, dava-lhes ele proprio, quasi sempre.
>
> O que se nos afigura é que se apressou o Sr. Julio Ribeiro a de-chofre quebrar a rotina, fosse como fosse, embora ainda não houvesse assimilado o quanto lera nos filologos estrangeiros.
>
> Entretanto, remanesce-lhe de-certo o **merito de haver sido o primeiro** (o grifo é nosso) **a trasladar para o compendio didatico a nova orientação, evertendo os alicerces da rotina** e servindo de norma para algumas gramáticas que se publicaram em S. Paulo". (p. 29)

Nesse ponto, Nascentes (1939, p. 30) sustenta que vai "começar daqui por diante a proliferação de gramáticas", razão pela qual ele denomina de gramatical esse terceiro período dos estudos filológicos no Brasil. Dessa forma, como se realizados a partir do ponto originário e original que representaria a gramática de Júlio Ribeiro dentro da periodização dos estudos filológicos no Brasil, Nascentes lista uma série de obras e acontecimentos do período gramatical: as publicações de Charles Adrien Olivier Grivet, Estevão da Costa e Cunha, Tomás Galhardo, João Ribeiro, Aureliano Pimentel e Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, a incorporação do acervo de Manuel de Melo ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, a elaboração por Fausto Barreto do programa das línguas para os exames gerais preparatórios e a consequente edição das gramáticas de Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, João Ribeiro e Alfredo Gomes e da reedição da gramática de Maximino Maciel. Na verdade, é a partir do artigo de Júlio Ribeiro que Nascentes (1939, p. 32) fala do programa elaborado por Fausto Barreto, como se explica na nota de rodapé que escreve: "Este programa pode encontrar-se no livro "Procellarias" de Julio Ribeiro". É importante notar aqui, novamente, que os escritos de Júlio Ribeiro aparecem como arquivo para falar do *Programa de Português para os Exames Preparatórios.* Com efeito, considerando outras passagens em que já mostramos esse movimento, é frequentemente o artigo de Júlio Ribeiro publicado em 17 de abril de 1887 no seu jornal *A Procellaria* que serve como fonte de leitura do Programa de Fausto Barreto. É interessante notar igualmente que não apenas o Programa de Fausto Barreto é recuperado através da obra de Júlio Ribeiro mas também que ele é colocado em posterioridade a ela, ou melhor, à *Grammatica Portugueza*, uma relação retrospectiva muito semelhante à formulada pelo próprio Júlio Ribeiro justamente no artigo da *Procellaria*, no qual ele coloca sua gramática como base para o Programa de Português.

Na continuação, como elementos do terceiro período dos estudos filológicos no Brasil começado pela gramática de Júlio Ribeiro, Nascentes apresenta ainda os escritos de Guilherme de Alcantara Bellegarde, José de Noronha Nápoles Massa, Antonio Joaquim de Macedo Soares, Castro Lopes e Francisco de Castro, a fundação da Academia Brasileira de Letras, as colunas nos jornais sobre questões de língua de Cândido de Figueiredo, Cândido Lago, Heraclito Graça e Mário Barreto, a polêmica entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro sobre a redação do projeto de Código Civil, bem como os trabalhos de ortografia de

Miguel Lemos e Medeiros e Albuquerque, a gramática de Eduardo Carlos Pereira e os estudos de Said Ali, Francisco de Sá, Otoniel Mota e Amadeu Amaral, sem contar o aparecimento das primeiras revistas, prêmios e institutos de filologia no Brasil. Fechando a lista, Nascentes inclui também nessa série que começa com a gramática de Júlio Ribeiro a assinatura do acordo ortográfico com Portugal, a reforma do ensino e a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras em 1930, a fundação da Universidade de São Paulo em 1934 e da Universidade do Distrito Federal em 1937, além de outras publicações de Said Ali, Batista Caetano de Almeida Nogueira, Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues e Teodoro Sampaio. Para Nascentes, a fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1939 poria fim ao período gramatical iniciado pela gramática de Júlio Ribeiro e inauguraria um período científico dos estudos filológicos no Brasil.

Sousa da Silveira, no seu *Lições de Português*, publicado em São Paulo em 1923[48], vai fazer referência aos brasileiros Said Ali, a quem oferece a obra, Antenor Nascentes, Amadeu Amaral, Mário Barreto, João Ribeiro, Fausto Barreto, Carlos de Laet, Rui Barbosa e José Oiticica, mas sem qualquer menção a Júlio Ribeiro.

Júlio Ribeiro é esquecido por Mattoso Câmara Jr nos seus *Princípios de Linguística Geral*, obra publicada no Rio de Janeiro em 1942. Na verdade, os únicos autores brasileiros a quem Mattoso Câmara Jr faz referência são Said Ali, Sousa da Silveira, Capistrano de Abreu, Mário Barreto, Teodoro Sampaio e Antenor Nascentes, esse último através de Said Ali. De forma geral, as referências de Mattoso Câmara já não são mais aquelas empregadas por Júlio Ribeiro quando se pretende falar da linguagem de um modo tido como científico. Assim, se Júlio Ribeiro evocava regularmente os nomes de Max Müller, Whitney, Bréal, Hovelacque, Broca, entre outros conhecidos hoje como figuras dos estudos histórico-comparados, as referências de Mattoso Câmara são antes Albert Dauzat, Edward Sapir, Leonard Bloomfiel, Ernst Cassirer, Ferdinand de Saussure, Hermann Paul, N. Trubetzkoy, Otto Jespersen, Antoine Meillet, Maurice Grammont, Franz Boas, Alfredo Trombetti, Ferdinand Brunot, entre outros nomes classificados atualmente como expoentes do estruturalismo europeu e americano. Sem surpresas, Júlio Ribeiro não aparece na reedição de *Princípios da Linguística Geral,* de 1954.

---

[48] A edição que utilizamos é a quarta, de 1940.

Em outro texto de Mattoso Câmara Jr, *Contribuição à Estilística Portuguesa*, publicado em 1953[49], sem tocar no nome de Júlio Ribeiro, as poucas referências feitas a autores brasileiros se limitam a Aires Mata Machado, Antenor Nascentes, João Ribeiro, M. Rodrigues Lapa, Said Ali e Serafim da Silva Neto.

Desde a primeira edição de sua *Gramática Normativa da Língua Portugueza* em 1944[50], Francisco da Silveira Bueno traz uma apresentação, com o nome *Palavras Necessárias*, na qual faz um apanhado da história da gramática no Brasil a partir de alguns nomes tidos como chave nessa história, entre eles, Júlio Ribeiro, qualificado como um desbravador:

> Desde que Julio Ribeiro abriu caminho, nestes estudos, publicando, em 1881, a sua "Grammatica Portugueza", sòmente em 1884 o dr. Maximino Maciel conseguiu colocar, de fato, os estudos gramaticais na sua verdadeira direção científica, apoiando-se no que havia, então, de mais moderno em lingüística geral. Se Júlio Ribeiro foi o desbravador, Maximino Maciel foi o verdadeiro orientador dêstes assuntos de que tratamos. A sua "Grammatica Descriptiva", ainda hoje é a mais bem orientada que possuímos. Não teve, entretanto, a expansão que deveria ter tido, justamente, por estar muitos anos à frente do ramerrão geral do país. Por mais paradoxal que isto nos pareça, infelizmente, são êstes os fatos: os precursos nunca alcançam a compreensão da maioria do seu tempo. (p. 5)

Como explica Guimarães (2004, p. 84), Francisco da Silveira Bueno "conta uma história que se dá como sendo o conjunto de acontecimentos posteriores à gramática de Júlio Ribeiro". Na verdade, para Guimarães (2004, p. 85), "ao se dizer numa história brasileira da gramática, Silveira Bueno puxa uma linha de filiação que passa por Eduardo Carlos Pereira (para a ele se opor) e vai a Júlio Ribeiro". Na história contada por Francisco da Silveira Bueno, Júlio Ribeiro e Maximino Maciel trabalham pioneiramente para a cientificidade dos estudos gramaticais no Brasil, sendo que, nessa tarefa, a Júlio Ribeiro é dado o papel de desbravador e a Maximino Maciel o de verdadeiro orientador.

No corpo da gramática, o nome de Júlio Ribeiro aparece no estudo da ortografia, na discussão do emprego da maiúscula no nome dos meses, momento em que Silveira Bueno discorda da posição do autor sobre o tema:

---

[49] Utilizamos a terceira edição, de 1977.

[50] Utilizamos a quarta edição, de 1956.

> Júlio Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira e muitos outros querem que se escrevam tais nomes com minúscula. Nossa opinião: os nomes dos meses são verdadeiros nomes próprios; deixaram de ser meros adjetivos para assumirem a classificação de substantivos e de substantivos próprios (p. 86).

Essa é uma das únicas vezes em que Júlio Ribeiro é mencionado por Silveira Bueno, que tem preferencialmente por referência os brasileiros Eduardo Carlos Pereira, Mário Barreto, Said Ali e João Ribeiro. Em um certo momento, no entanto, na sintaxe, é o Júlio Ribeiro romancista que é empregado por Silveira Bueno, que utiliza duas passagens de *A Carne* para exemplificar o que é a coordenação e a subordinação, num registro do papel da literatura na gramatização brasileira:

> De suas espécies pode ser a *dependência* das palavras na oração e das orações no período lógico: dependência de *coordenação* e de *subordinação*. Pela *coordenação* reúnem-se palavras e frases da mesma função gramatical.
>
> EXEMPLOS:
>
> *As moendas brilhavam limpas e os eixos e endentações luziam negros de graxa* (JÚLIO RIBEIRO, *A Carne*, 68)
>
> Pela *subordinação* reúnem-se palavras e frases de funções diferentes.
>
> EXEMPLOS:
>
> *Eram os primeiros carros de cana que chegavam*. (Idem-Ibidem) (p. 277)

Lançados em São Paulo em 1946, os *Estudos de Filologia Portuguesa* de Silveira Bueno não fazem qualquer referência a Júlio Ribeiro. Num relato breve sobre os estudos de filologia portuguesa no Brasil, os únicos autores listados são Caetano de Sousa, Varnhagen e João Ribeiro, esse último apresentado como "o mais completo filólogo que o Brasil produziu, a par sempre dos métodos mais modernos da Europa" (p. 20).

Em *Tratado de Semântica Geral Aplicada à Língua Portuguesa do Brasil*, publicado em 1947[51], Francisco da Silveira Bueno não cita Júlio Ribeiro. Com referências preferencialmente internacionais, como Breál, Lefèvre, Sapir, Dauzat, Bally e Darmesteter, os poucos autores brasileiros a quem faz apelo são João Ribeiro, Pacheco da Silva Junior e Júlio Moreira.

---

[51] Utilizamos a segunda edição, de 1951.

Júlio Ribeiro não é listado por Francisco da Silveira Bueno na bibliografia de sua *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*, publicada no Rio de Janeiro em 1955. Na bibliografia da obra, no entanto, é possível encontrar listadas as gramáticas dos brasileiros Eduardo Carlos Pereira, João Ribeiro e Said Ali. É possível, contudo, encontrar uma referência a Júlio Ribeiro, no capítulo sobre a gramaticalização do idioma, quando, numa discussão sobre a luta pelo purismo da língua, Silveira Bueno (1955, p. 251) afirma que os "melhores e os mais completos estudos de gramática portuguêsa têm aparecido no Brasil e não em Portugal". Assim, integrando esse conjunto de melhores e mais completos estudos de gramática, a gramática de Júlio Ribeiro aparece colocada ao lado das de José Feliciano de Castilho e Noronha, Francisco Sotero dos Reis, Antônio Alvaro Pereira Coruja, José Maria Velho da Silva, Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, João Ribeiro, Maximino Maciel, José de Noronha Napoles Massa, Ernesto Carneiro, entre outros. Silveira Bueno (1955, p. 252) ressalta na sua descrição da gramática de Júlio Ribeiro que ela foi famosa: "Em 1882, Júlio Ribeiro dá a conhecer a sua 'Grammatica Portugueza' que foi famosa". No entanto, é à obra de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade que dá o título de primeira gramática histórica publicada no Brasil: "O ano de 1887 foi fecundo em publicações gramaticais: 'Noções de Grammatica Portugueza' por Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, talvez, a primeira gramática histórica publicada no Brasil e em Portugal, pois, a de Ribeiro de Vasconcelos só apareceria em 1900". À *Gramamtica Descriptiva* de Maximino Maciel, por sua vez, é dado o reconhecimento de ter sido "a primeira gramática publicada aqui dentro das normas linguísticas do tempo, abrindo novos rumos aos estudos da linguagem", ao passo que os *Serões Grammaticais* de Ernesto Carneiro Coelho são avaliados como "uma das obras capitais da língua portuguesa, quer aqui, quer em Portugal". Da gramática de Júlio Ribeiro, não se nota nenhum tipo de contribuição, mas tão somente o fato de ter sido famosa.

Na sua *História da Língua Portuguesa*, publicada em 1952 no Rio de Janeiro, Serafim da Silva Neto cita uma infinidade de autores, todos de origem estrangeira, não sendo assim possível encontrar o nome de Júlio Ribeiro entre as suas referências. Pela natureza de sua obra, principalmente por dedicar uma parte de seu livro sobre a expansão do português do Brasil, seria esperada a menção a algum autor brasileiro do século XIX, pois eles fizeram um sem número de registro da maneira como o português era falado no Brasil naquela época,

tendo o próprio Júlio Ribeiro feito várias observações a esse respeito. No entanto, quando Serafim da Silva Neto trata especificamente da língua portuguesa no século XIX, num capítulo sobre os grandes modelos da língua literária no século XIX, vemos que sua análise se limita a Portugal, sem abertura, portanto, para os autores brasileiros.

Possivelmente a última gramática lançada antes da instauração da NGB, a *Gramática normativa da língua portuguêsa*, publicada por Rocha Lima no Rio de Janeiro em 1957, é oferecida a Antenor Nascentes e faz referência aos trabalhos de Said Ali, Sousa da Silveira, Mattoso Câmara Jr, Mário Barreto, José Oiticica, deixando de fora a quase totalidade dos gramáticos brasileiros do século XIX e mesmo obras que tiveram uma vida longa em boa parte do século XX, caso de uma das gramáticas de Eduardo Carlos Pereira. Há na verdade cerca de quatro referências à décima edição da *Grammatica Portugueza* de João Ribeiro, de quem se diz que seja "talvez o mais inteligente dos nossos gramáticos" (p. 250), além de uma menção a Maximino Maciel e outra a Ernesto Carneiro Ribeiro. Encontramos uma referência ao nome de Júlio Ribeiro em uma nota de rodapé de uma passagem sobre o emprego do infinitivo impessoal e do pessoal em português, na qual se explica que a doutrina de Diez foi vulgarizada no Brasil justamente por Júlio Ribeiro:

> Tiveram muita voga, até relativamente pouco tempo, as regras formuladas, no século XVIII, por Jerônimo Soares Barbosa, em sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguêsa*; bem como as do alemão Frederico Diez, na *Gramática das Línguas Românicas*, da primeira metade do século XX, cuja doutrina foi entre nós vulgarizada por Júlio Ribeiro. (p. 419)

O nome de Júlio Ribeiro vai aparecer ainda três outras vezes, não como referência teórica direta, mas como fonte de exemplificação do emprego de regras gramaticais. Assim, em uma ocasião, Júlio Ribeiro é mobilizado para mostrar um caso de uso do infinitivo pessoal: "Quando tem sentido imperativo: "*Céssar* o fogo, paulistas!" (Júlio Ribeiro)" (p. 420). Em outros dois momentos, ele é trazido para exemplificar o estudo da regência dos verbos: "Lenita *ajudou o Barbosa* nos seus aprestos de viagem." (Julio Ribeiro)" (p. 429) e "Quatro velas de cêra alumiavam-se no lùgubremente, *casando os seus clarões aos últimos clarões do dia*" (Júlio Ribeiro)" (p. 437), no que se observa que a fonte não é *Grammatica Portugueza*, mas antes o romance *A Carne*.

A exposição que temos feito até aqui nos permite analisar o peso de Júlio Ribeiro no processo de gramatização brasileira do português no fim do século XIX e na primeira metade do século XX. Dessa forma, podemos marcar que o que está em jogo é justamente a consideração de sua centralidade no processo de gramatização no Brasil. Assim, analisando os discursos sobre Júlio Ribeiro em 36 obras publicadas entre 1881 e 1959, bem como apontando as questões gramaticais e linguísticas nas quais seu nome é mobilizado, podemos afirmar que o autor não passa como referência teórica absoluta nem como modelo incontornável de análise da língua portuguesa para a maior parte dos demais autores brasileiros. Em pelo menos metade das obras analisadas, o nome de Júlio Ribeiro não é sequer mencionado. Por outro lado, nas obras em que ele é citado, sua gramática é ligada ao trabalho com o método histórico comparativo e empregada como fonte de exemplos e formulação de regras da língua portuguesa.

É principalmente entre os gramáticos do fim do século XIX que se encontra em circulação o nome de Júlio Ribeiro, sendo possível apontar apenas dois autores desse período que não fazem qualquer menção a ele: Castro Lopes e José de Noronha Napoles Massa, além da *Grammatica Portugueza Philosophica* de Ernesto Carneiro Ribeiro, publicada no mesmo ano que a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro. Ao longo da primeira metade do século XX, contudo, as referências a Júlio Ribeiro são bem menos frequentes, no que parece ser uma realidade não apenas para Júlio Ribeiro, mas para os gramáticos da virada do século XIX para o XX em geral. A nosso ver, é toda uma geração que vai perdendo lugar, que vai sendo silenciada, e isso mesmo antes da instauração da N*orma Gramatical Brasileira*, que parece coroar mais do que iniciar um apagamento. A referência primeira dos autores brasileiros das primeiras décadas do século XX são seus próprios contemporâneos. Assim, lembrado por Mário Barreto, Eduardo Carlos Pereira e por Said Ali, entre 1903 e 1908, mas ignorado nesse ciclo por Pacheco da Silva, Júlio Ribeiro precisa esperar até 1922 para ser recuperado por Antenor Nascentes, José Rizzo e Affonso Costa, tendo sido antes esquecido por José de Oiticica, Amadeu Amaral e a segunda gramática de Eduardo Carlos Pereira. Uma nova referência a Júlio Ribeiro só será feita em 1939, por Antenor Nascentes, tendo sido ignorado até essa data por Sousa da Silveira e Said Ali. Desse ponto até 1955, Júlio Ribeiro é retomado apenas em duas ocasiões por Silveira Bueno, passando apagado por Mattoso Câmara Jr, Serafim da Silva Neto e outros trabalhos do próprio Silveira Bueno. Pouco antes da NGB, é

possível encontrar Júlio Ribeiro na gramática de Rocha Lima em 1957. Seu destino após a NGB é um estudo que resta a ser feito.

As referências a Júlio Ribeiro na análise das descrições gramaticais são em geral muito pontuais, aparecendo no estudo dos advérbios (Ernesto Carneiro Ribeiro), da voz passiva e da correspondência verbal (João Ribeiro), da ortografia (João Ribeiro, Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, Silveira Bueno), das regras de sintaxe relativas às formas verbais (Pacheco da Silva e Lameira de Andrade), do artigo indefinido (Maximino Maciel), da teoria da negação (Maximino Maciel, Antenor Nascentes), do adjetivo (Mário Barreto), da concordância do verbo com o sujeito (Eduardo Carlos Pereira, José Rizzo), da coordenação e da subordinação (Silveira Bueno), do infinitivo pessoal e impessoal (Said Ali, Rocha Lima), do gênero e da formação do plural dos substantivos e da colocação dos pronomes (Affonso Costa), da regência dos verbos (Antenor Nascentes, Rocha Lima), dos pronomes interrogativos e do sujeito indeterminado (Eduardo Carlos Pereira). Em alguns desses momentos, não muitos, como em Ernesto Carneiro Ribeiro, Júlio Ribeiro é estimado por realizar análises acertadas; com partes inteiras de sua *Grammatica Portugueza* sendo empregadas, como em João Ribeiro; em outros, como em Alfredo Gomes, o que se mostra é a discordância em relação a posições de Júlio Ribeiro. Alguns gramáticos ainda, como Maximino Maciel, chegam a manifestar surpresa por uma análise considerada como incorreta ter sido empregada por Júlio Ribeiro. Em certos casos, como em Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, o lugar de Júlio Ribeiro é na nota de rodapé. Em outros, como em Maximino Maciel, ele aparece logo na introdução ou no prólogo, entre os nomes a quem um autor faz tributo. Por vezes, ele é um dos poucos autores citados em um texto, como em João Ribeiro. Na maioria das obras, no entanto, Júlio Ribeiro não aparece entre os subsídios utilizados, quando outros gramáticos brasileiros e estrangeiros constam entre as referências teóricas.

Como fonte de exemplos, o romance *A Carne* é tão utilizado quanto a *Grammatica Portugueza*. Em alguns desses casos, como em Eduardo Carlos Pereira, os registros trazidos de Júlio Ribeiro são postos em oposição aos escritos da modernidade e à autoridade do uso popular. Em outros, como em José Rizzo, esses registros são trazidos para mostrar um fenômeno comum no linguajar de quase todo o território brasileiro. O nome de Júlio Ribeiro é o apoio para alguns responderem a críticas sobre a correção de suas análises gramaticais, como em Eduardo Carlos Pereira; para refutarem ou comprovarem a existência

de determinada palavra ou construção na língua portuguesa, como em Mário Barreto; para mostrarem a ausência de consenso sobre certas questões, como em Affonso Costa; para ilustrarem dialetos que já existiram no Brasil e para marcarem diferenças em relação ao português de Portugal, como em Antenor Nascentes.

Recuperando os dizeres sobre Júlio Ribeiro, de modo a compreender um discurso geral sobre ele, por assim dizer, podemos notar que, ao longo de quase um século de publicações brasileiras sobre questões de linguagem, o autor é classificado como filólogo, gramático e homem de letras, um representante da escola literária naturalista, reconhecido por Ernesto Carneiro, Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira, José Rizzo, Antenor Nascentes e Francisco da Silveira Bueno um marco nos estudos gramaticais no Brasil, segundo a ideia, não hegemônica, de que a introdução de certas análises gramaticais teria sido feita no nosso país somente a partir da publicação de sua *Grammatica Portugueza*. Em alguns momentos, Júlio Ribeiro é ainda caracterizado como um observador criterioso não apenas dos fatos da linguagem da língua portuguesa, mas também das outras línguas românicas e, para alguns, das línguas teutônicas, como em Maximino Maciel. Os reconhecimentos, quando existem, são direcionados sobretudo à gramática de 1881, tomada, por exemplo, como "excelente e estimada", como em João Ribeiro, às vezes sem explicações que justifiquem essa avaliação positiva, como se o seu valor já fosse do conhecimento de todos. A justificativa do mérito de Júlio Ribeiro é dada pelo seu trabalho com filólogos alemães, ingleses e franceses, pela vulgarização da doutrina de Diez e pela apreciação de que a sua gramática foi a primeira a transpor para o Brasil a nova orientação teórica do método histórico-comparativo, mas havendo também críticas de que ele não assimilou bem a produção estrangeira, como em Maximino Maciel. Dessa forma, a *Grammatica Portugueza* chega a ser considerada como uma das melhores e mais completas gramáticas publicadas no Brasil e em Portugal, como em Francisco da Silveira Bueno; como um modelo para outras gramáticas brasileiras, notadamente em São Paulo, com Júlio Ribeiro tomado como um dos mestres da língua portuguesa ao lado de portugueses como Adolfo Coelho, como em Affonso Costa. Em certos casos, como em Maximino Maciel, Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, o apontamento de alguns de que o trabalho de Júlio Ribeiro é de grande valor é acompanhado da ressalva de que não se está de acordo com ele, numa argumentação de que a opinião de Júlio Ribeiro tem grande importância e deve ser levada em conta ainda que não incorporada efetivamente na

análise gramatical, como se ele fosse uma referência incontornável. É possível encontrar ainda a observação do trabalho de Júlio Ribeiro com o emprego de documentos, dado, assim, como um exemplo de fundamentação documental para o estudo da língua portuguesa, como em Mário Barreto. Para alguns, como em Mário Barreto novamente, Júlio Ribeiro é "o grande gramático" no Brasil, aquele que trabalha com a ciência, consideração essa que contrasta com a quantidade de vezes em que ele é citado como autoridade no texto, perdendo lugar para outros nomes mais frequentemente referidos.

A partir desse discurso geral sobre Júlio Ribeiro, é possível apreender duas posições principais. Primeiro, a dos autores que reconhecem sua importância para os estudos gramaticais e linguísticos, inclusive trazendo seu nome mesmo que seja para dizer que não concordam com ele. Segundo, a dos autores que, mais do que reconhecer sua importância, o colocam na posição de marco na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil. Podemos situar no primeiro grupo João Ribeiro, Alfredo Gomes, Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, Mário Barreto e Affonso Costa. Podemos encaixar no segundo grupo Ernesto Carneiro Ribeiro, Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira, José Rizzo, Antenor Nascentes e Francisco da Silveira Bueno. No primeiro conjunto, o peso dado a Júlio Ribeiro não é necessariamente homogêneo, havendo aqueles que o tomam categoricamente como *o maior* gramático brasileiro, como Mário Barreto, e aqueles que o consideram como *um dos* maiores gramáticos brasileiros *ou um* dos mestres da língua portuguesa, mas não o principal, como João Ribeiro e Affonso Costa. Nesse segundo conjunto, o peso dado a Júlio Ribeiro também não é homogêneo, havendo aqueles que o tomam como marco isolado, como Ernesto Carneiro Ribeiro, Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira, José Rizzo e Antenor Nascentes, e aqueles que dividem seu protagonismo com outras figuras, caso de Maximino Maciel e Francisco da Silveira Bueno.

Ernesto Carneiro Ribeiro é o primeiro a colocar Júlio Ribeiro como responsável por dar uma nova feição aos estudos gramaticais brasileiros, pela introdução do sistema de análise inglesa e a adoção das ideias de Mason. Pouco tempo depois, quem traz novamente Júlio Ribeiro numa posição de marco é Maximino Maciel, agora numa história brasileira do ensino da língua portuguesa. Na história contada por Maximo Maciel, Júlio Ribeiro é o primeiro a trazer para o Brasil uma nova orientação teórica a partir dos trabalhos dos filólogos alemães, ingleses e franceses, demolindo o que estava em voga e servindo de norma para

outras gramáticas em São Paulo, numa narrativa em que Fausto Barreto concorre como figura determinante na história dos estudos do português, por difundir aquela nova orientação teórica. Com o peso de uma gramática que conheceu mais de cem edições ao longo de vários anos desde o seu lançamento, Eduardo Carlos Pereira conta uma história brasileira da gramática na qual Júlio Ribeiro aparece como responsável por introduzir novas direções aos estudos gramaticais, e portanto, como ponto de inflexão nessa história brasileira da gramática, mesmo como seu ponto inicial, pois é justamente Júlio Ribeiro o primeiro elemento fixado nessa historicização feita por Eduardo Carlos Pereira. Tomado como marco em mais uma síntese histórica brasileira, a dos estudos filológicos no Brasil, Antenor Nascentes fixa Júlio Ribeiro como marco do início do terceiro período histórico dos estudos filológicos no Brasil, observando que o autor se norteava por novos métodos empregados de autores como Becker, Mason, Whitney e Holmes e retomando a própria narrativa de Maximino Maciel de que ele verte para os instrumentos didáticos essa nova orientação teórica e acaba por servir de norma para a publicação de outras gramáticas. Por sua vez, José Rizzo apresenta Júlio Ribeiro como um precursor dos estudos glotológicos no Brasil, em anterioridade a Mário Barreto. Por fim, embora o deixe de lado na quase totalidade de seus estudos, Francisco da Silveira Bueno investe Júlio Ribeiro da alcunha de desbravador na história da gramática no Brasil por ter aberto o caminho da ciência para os estudos brasileiros do português, uma direção que só teria sido orientada verdadeiramente na figura de Maximino Maciel.

Embora o nome Júlio Ribeiro vá se perdendo como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas a partir do início do século XX, quando vão entrando em cena estudos que passam hoje como os primeiros tratados brasileiros de semântica, de filologia, de linguística e de história da língua portuguesa, sendo esquecido por nomes de peso como Amadeu Amaral, Sousa da Silveira e Serafim da Silva Neto – e talvez mesmo Said Ali, pois ele não o cita em nenhuma de suas três gramáticas nem em seu livro sobre semântica, fazendo uma única e breve menção indireta a ele na obra *Difficuldades da Lingua Portugueza* –, existe um discurso histórico que o coloca continuamente em posição inicial em relação aos estudos brasileiros do português. Assim, nos relatos da história da gramática brasileira, do ensino da língua portuguesa, dos estudos glotológicos e dos estudos filológicos no Brasil, Júlio Ribeiro aparece, sozinho ou acompanhado, como um autor que introduziu inovações e foi responsável por uma virada, sendo reconhecido pela alcunha de pioneiro, desbravador,

precursor e iniciador. Muitas das vezes, o próprio Júlio Ribeiro, através de sua *Grammatica Portugueza* quase que exclusivamente, é a fonte a partir do qual se fala de sua relevância numa história dos estudos linguísticos no Brasil, como se houvesse uma adesão ao seu próprio discurso de auto-reconhecimento como alguém que introduz o novo. Na verdade, é interessante notar como esses discursos sobre Júlio Ribeiro retomam praticamente a imagem que o autor projeta de si mesmo no cenário de estudos gramaticais e linguísticos no Brasil, no momento mesmo em que publica suas obras, como alguém que introduz no país as teorias linguísticas modernas e científicas da gramática histórico-comparativa. Vejamos mais uma vez que, por exemplo, Ernesto Carneiro Ribeiro fala sobre Júlio Ribeiro "dando nova feição aos estudos grammaticaes" e que Maximino Maciel lhe reconhece o "merito de haver sido o primeiro a trasladar para compendio didactico a nova orientação" enquanto que Eduardo Carlos Pereira diz que ele "imprimiu nova direcção aos estudos grammaticaes". Assim, os discursos sobre Júlio Ribeiro parecem parecem migrar de autor para autor, às vezes de forma direta, sob forma de citação. Dessa forma, Antenor Nascentes retoma Maximo Maciel para afirmar o mérito de Júlio Ribeiro em ter sido o primeiro a verter para uma gramática no Brasil a nova orientação teórica da gramática histórico-comparada e de servir de norma para a publicação de outras gramáticas. Um ponto importante é que os escritos de Júlio Ribeiro aparecem inclusive como arquivo para falar de acontecimentos importantes na história dos estudos do português do Brasil, caso do *Programa de Português para os Exames Preparatórios.* Nesse quesito, como vimos, há também retomada de Antenor Nascentes dos próprios dizeres de Júlio Ribeiro sobre sua relação de anterioridade com o Programa de Português. De forma geral, ao final de nossas análises, podemos falar de uma contradição entre um apagamento de Júlio Ribeiro como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas e um discurso histórico que o coloca a cada instante em primeiro lugar na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil, discurso esse que é sustentado por um número reduzido de autores e que não é retomado pela maioria.

Embora a *Grammatica Portugueza* receba alguma visibilidade, o livro *Traços Geraes de Linguistica*, apesar de sua importância como a primeira obra de linguística no Brasil, é completamente apagado do horizonte de retrospecção da gramatização brasileira, um apagamento que devemos procurar explicar a partir das condições de produção da própria gramatização brasileira do que em questões de divulgação, pois o livro não passou

despercebido pela imprensa, embora seus dizeres sobre o texto de Júlio Ribeiro também não tenham sido retomados posteriormente. De fato, no ano de seu lançamento, a obra ganhou pelo menos duas resenhas no jornal *A Provincia de São Paulo*. No dia 11 de maio de 1880, vem a público um texto que apresenta os *Traços Geraes de Linguistica* como uma obra completamente nova no Brasil e que abre um novo rumo no estudo da linguística:

> **Biblioteca Util** – Está publicado o volume 3º que consta de um trabalho interessantissimo do sr. Julio Ribeiro, com o título –«Traços geraes de linguistica».
>
> E' este um dos volumes mais seductores da Bibliotheca Util e com um grande merito: é obra completamente nova entre nós.
>
> O sr. Julio Ribeiro, com admirável erudição, abriu rumo novo no estudo da linguística e fê-lo de um modo encantador. Ao estudo que revela no seu trabalho reune clareza na exposição, elegancia na dicção e correcção da linguagem.
>
> Tendo estudado as obras de Bopp, Schleicher, Diez, Brachet, Grimm, Max Muller, Whitney, Renan, Bréal, Adolpho Coelho, Theophilo Braga e Pacheco Junior, acompanhado o progresso scientifico pela leitura das obras de Comte, Spencer, Darwin, Tylor, Broca, Letourneau, Topinard, Luys e Hœckel, o sr. Julio Ribeiro conseguiu formar uma synthese em materia de linguistica, que abre ao seu bello talento um futuro explendido.
>
> O trabalho que temos sob os olhos é o toque de rebate que annuncia que vamos entrar na lucta das grandes inteligencias que se applicam ao estudo das linguas, servindo-se do methodo exprimental e deixando de lado muita cousa inutil das velhas grammaticas que seguiam processos condemnados scientificamente.
>
> O sr. Julio Ribeiro, como grammatico, como philologo, é um homem de combate.
>
> O trabalho que deu-nos no 3º volume da Bibliotheca merece exame, porque compendia o que ha de moderno em linguistica, pondo aos olhos de todos muitas lições que se encontram nos mestres modernos, citados, os quaes só difficilmente se pódem conhecer.
>
> O escriptor comprehendeu bem o plano da Bibliotheca e sahiu se brilhantemente da tarefa que tomou a si: a obra vale immensamente pela vulgarisação dos preceitos scientificos que regulam o estudo da materia que elle se incumbiu de tratar confôrme o programma da referida publicação.
>
> Ao sr. Julio Ribeiro dirigimos os nossos applausos e ao editor parabens.

Em artigo de 14 de julho de 1880, do qual reproduzimos apenas alguns fragmentos em virtude de sua longuíssima extensão, Silva Jardim marca igualmente a lacuna que o livro de Júlio Ribeiro vem preencher no Brasil, afirmando que ele vulgariza conhecimentos não encontrados na gramática nacional, sem deixar de apontar o que considera como certas falhas:

> O sr. Julio Ribeiro pertence ao grupo mais avançado, e grave injustiça seria deixar passar despercebido, por entre a série dos romances corruptos, e versos que inçam de romantismo torpes a alma popular, o opusculo que sobre linguistica ha tempos

> publicou. Teve em mira despertar o gosto por estes estudos, e embora "quasi com o mesmo direito com que nos rotulos de vinhos preciosos figura a firma dos engarrafados" vá o seu nome á frente de um tal trabalho, o certo é que traduziu um bem real, necessario, uma lacuna sensível. Não perfeitamente, com imos ver; mas alguma cousa fez vulgarisando conhecimentos não encontrados na grammatica nacional, em que até hoje Sotero dos Reis disse, não a ultima, mas sim a melhor palavra. Torna-se palpavelmente necessária uma refundição, uma revolução inteira quasi no ensino d'essa materia tão desprezada, e entregue a inhabeis professores, que ensinam de *côr* por uns compendios impossiveis, em que não encherga-se um só vislumbre philosophico, racional, tendente a tirar a grammatica da triste condição de *officio*, em que a têm collocado.
>
> Segundo de mui perto, como com honestidade declara, os passos dos que matéria já se occuparam, e especialmente os de Ferrière e Abel Hovelacque, cujo nome, sem duvida por méro accidente, deixou de citar, o sr. Julio Ribeiro esclareceu-nos sobre a séde da linguagem articulada, sobre o apparelho phonetiâco, origem e desenvolvimento da linguagem, evolução porque passou, etc.; occupa-se das linguas monossylabicas, aglutinantes, flexionaes e contractas, concluindo com a tradução de um bello artigo de Léfèvre sobre a *Sciencia da Linguagem*.
>
> […]
>
> Nestas idéas, que de leve desenvolveu, é que penso, devia ter o sr. J. Ribeiro feito insistencia, de modo a tornar clara a humanisação da linguagem, e, n'uma realidade sã, desbancar os velhos sustentadores de Bonald.
>
> […]
>
> As questões relativas directamente á lingua portugueza deviam ser pelo sr. J. Ribeiro discutidas; uma, que descurou, foi a das relações da lingua portugueza com as linguas romanicas, e particularmente com a latina. Queria tivesse aventado a questão da origem da nossa lingua, não que eu a julgue insoluvel, ou irresolvida mesmo; mas tracta-se de espalhar conhecimentos pelo povo, e portanto deve-se-lhe dizer o que elle mais necessita que seja dito.
>
> […]
>
> O livro do sr. Julio Ribeiro merece que se o veja assim: tem muitas lacunas, vindo a preencher uma lacuna; tem muitos defeitos, vindo a corrigil-os. Em todo o caso presidiu á sua penna um espirito livre, positivo, audaz; é alguma cousa. Agrada a sua proba modéstia: traduziu um capítulo inteiro, paraphrazeou outros, serviu-se de observarções alheias, mas o confessou com máxima franqueza. Quiz ser util, quiz estar no plano da Bibliotheca; conseguiu-o. No Brazil, afóra uns artigos sparsiles de Pacheco Junior, Vicente de Souza, e outros, pouco, quasi nada se tem escripto sobre linguistica. Prouvera a sciencia que o ospuculo do sr. Julio Ribeiro sofresse discussão, afim de que a curiosidade publica para elle fosse attrahida, principalmente a dos moços tão apartada destes estudos.

Fortemente marcado pela instituição escolar, como explicam Orlandi e Guimarães (2001), o processo de gramatização brasileira no fim do século XIX, justamente por ter como projeto o ensino da língua portuguesa no Brasil, não parece ter apresentado as condições para a longevidade de um texto como os *Traços Geraes de Linguistica.* Embora seja possível citar, por exemplo, o Decreto no 8.051, de 24 de março de 1881, que coloca o elemento "traços geraes de linguistica" como um dos conteúdos de português para os alunos do sétimo ano do Colégio Pedro II, a verdade é que o conhecimento sobre a língua no Brasil no século XIX se dá no interior de uma escola de primeiro grau, como mostram Orlandi (2002), Silva (2002),

Fávero (2002) e Di Renzo (2002), um espaço que privilegia materiais de caráter mais normativo, ou de outra perspectiva, que coloca um peso mais normativo na construção de instrumentos como gramáticas e dicionários. Assim, como vemos no trecho que reproduzimos abaixo, os próprios sentidos da expressão "traços geraes de linguistica" no decreto sobre o Colégio Pedro II funcionam em relação a conteúdos e práticas tradicionais de estudo da língua portuguesa:

> Portuguez. - Traços geraes de linguistica: applicação da grammatica geral á lingua portugueza, phonologia, morphologia e syntaxe do portuguez desde a formação da lingua até o começo da disciplina grammatical, estudo comparativo do portuguez com as outras linguas romanicas: analyse etymologica e syntaxica e commentario philologico de trechos de escriptores do periodo archaico; conversão desses trechos em portuguez hodierno.

Júlio Ribeiro vai perder para Mattoso Câmara o posto de introdutor da linguística no Brasil. Nesse sentido, Baldini e Lagazzi-Rodrigues (2007) mostram como Mattoso Câmara vai insistir sobre o caráter objetivo e científico do seu próprio trabalho, enquadrando a reflexão sobre a língua e a linguagem a partir de princípios estruturalistas, de forma que seu livro *Princípios de Linguística Geral* será considerado por outros autores brasileiros como o responsável pelo nascimento da linguística no Brasil e mesmo no mundo da língua portuguesa. Baldini e Lagazzi-Rodrigues analisam que essa obra de Mattoso Câmara inauguraria o lugar do linguista na reflexão sobre a linguagem no Brasil. Nesse sentido, a partir da análise da obra de Mattoso Câmara, Lagazzi-Rodrigues (2007, p. 13) argumenta que "no Brasil, a cientificidade se configurou, na relação com o saber linguístico, pela descrição e análise estrutural da língua portuguesa, sendo que foi esse trabalho que constitui a posição do linguista, posição-autor-linguista", afirmando que, no percurso desse autor, "a descrição e a análise se marcaram por uma relação de filiação teórica ao estruturalismo", ressaltando ainda que "no que diz respeito à produção, expansão, circulação e representação do saber linguístico no Brasil, os espaços institucionais de ensino universitário tiveram e têm grande importância".

Guimarães (2004, p. 31) explica que o surgimento da linguística moderna no Brasil ocorre no período de fundação das Faculdades de Letras no país a partir de 1930, afirmando que os cursos de letras "passam a constituir-se um espaço de pesquisa sobre questões de linguagem, que estavam, até então, ligadas fundamentalmente à língua do Estado

(Língua Nacional), a um padrão literário e ao ensino". É nesse sentido que Guimarães (2004, p. 33) considera a "configuração do início da linguística moderna no Brasil (especificamente o estruturalismo) através da obra de Mattoso Câmara", apontando que "Mattoso colocará em cena no Rio de Janeiro a linguística moderna a partir de suas relações inicialmente com a linguística europeia", mostrando ainda que a "linguística americana, notadamente as posições de Sapir, assim como o conhecimento de Bloomfield, é também elemento importante na formação de seu pensamento". Na mesma linha, Cabral Hayashida (2010, p. 247) mostra que é preciso esperar até a segunda metade do século XX para a criação dos primeiros periódicos de linguística, observando que "as primeiras revistas de linguagem que se localizam no século XIX e nas primeiras décadas do século XX centravam-se quase sempre em temas como 'lições de português', como se estivessem ensinando a língua aos leitores".

É justamente a produção de conhecimento sobre a língua organizada no nível do ensino superior que parece ter permitido a promoção do livro *Princípios de Linguística Geral*, lançado por Mattoso Câmara seis décadas depois da publicação dos *Traços Geraes de Linguistica*. Além dessa questão, o completo apagamento dos *Traços Geraes de Linguistica* no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira poderia ser também explicado pelo próprio apagamento da materialidade da autoria dos gramáticos brasileiros do século XIX pela Norma Gramatical Brasileira, tal como descrito por Orlandi (2002, p. 160), que afirma que "a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo linguista". Em todo o caso, a despeito da ausência de condições de produção que favorecessem um espaço de pesquisa sobre questões de linguagem fora de um quadro normativo e escolar, Júlio Ribeiro escreve já em 1880 uma obra que não apenas se autonomeava como sendo de linguística, mas que tratava efetivamente das temáticas privilegiadas da pesquisa linguística no século XIX, fazendo referências a autores que passaram para a história como nomes dos estudos histórico-comparativos. Por essa razão, Júlio Ribeiro pode ser tomado como o primeiro autor a deslocar a questão da língua nacional para a linguagem em geral, uma realização creditada a Mattoso Câmara, a quem se reconhece a posição de primeiro autor-linguista no horizonte de retrospecção da história da reflexão sobre a linguagem no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comment dans cette vie brève, hâtive, qu'accompagne sans cesse un bourdonnement impatient, descendre un escalier ? C'est impossible ! Le temps qui t'est mesuré est si court qu'en perdant une seule seconde, tu as déjà perdu ta vie entière, car elle n'est pas plus longue, elle ne dure justement que le temps que tu perds ! T'es-tu ainsi engagé dans un chemin, persévère à tout prix, tu ne peux qu'y gagner, tu ne cours aucun risque ; peut-être qu'au bout t'attend la catastrophe, mais si dès les premiers pas tu avais fait demi-tour et si tu avais redescendu l'escalier, tu aurais failli dès le début, c'est plus que probable, c'est même certain. Ainsi ne trouves-tu rien derrière ces portes, rien n'est perdu, élance-toi vers d'autres escaliers ! Tant que tu ne cesseras de monter, les marches ne cesseront pas ; sous tes pieds qui montent, elles se multiplieront à l'infini !

Franz Kafka, *La Muraille de Chine*

É dentro de uma reflexão sobre a história da gramatização brasileira que Júlio Ribeiro entra no mapa dos estudos do projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, tomado como o autor fundador e referência primeira e absoluta na história da gramática no Brasil. O nome de Júlio Ribeiro é frequentemente retomado nos estudos do projeto História das Ideias Linguísticas, inserindo-se, assim, sua presença de forma regular na história de estudos sobre o português do Brasil. Na verdade, o projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil introduziu toda uma linha de reflexão sobre o conhecimento linguístico que permitiu colocar em primeiro plano a produção de autores como Júlio Ribeiro, motivando, dessa forma, pesquisas que ampliaram o conjunto de referências bibliográficas relativas ao autor nos últimos anos. São artigos, dissertações e pesquisas que, ampliando e endossando as conquistas iniciais do projeto, pela repetição de certos dizeres, fortaleceram a ideia de Júlio Ribeiro como um autor fundador na história da gramatização brasileira.

Limitando frequentemente as análises à *Grammatica Portugueza* e demostrando desconhecimento da maior parte da obra do autor, as recentes pesquisas sobre Júlio Ribeiro projetam a imagem de um gramático inovador, e mesmo fundador, por instalar algo novo no

cenário de estudos linguísticos no Brasil. Esse lugar de destaque reservado a Júlio Ribeiro na história que se conta sobre as ideias linguísticas no Brasil é fundamentado na defesa do seu protagonismo em pelo menos três pontos. Primeiro, na afirmação de que ele iniciou a gramática científica no Brasil com a introdução da gramática histórico-comparativa, mas com a ressalva de que ele não conseguiu se desvincular completamente da tradição da gramática geral e filosófica. Segundo, na asseveração de que ele foi o primeiro a explicitar as marcas próprias do português do Brasil, legitimando a forma como os brasileiros falam e escrevem em relação a Portugal. Terceiro, na consideração de que ele foi a referência primeira, sistemática e incontornável de todos os outros gramáticos brasileiros, um marco a partir do qual se organizam cronológica e epistemologicamente os demais trabalhos brasileiros sobre a língua na virada do século XIX para o XX.

A nossa tese procurou marcar um espaço de diferença, primeiro, por não argumentarmos em defesa da cientificidade atribuída aos estudos históricos-comparativos, mostrando, antes, que é justamente o caráter do que é científico que está em jogo no processo de gramatização brasileira do português no século XIX, apontando que há autores da época que reclamam a cientificidade da gramática geral. Ao mesmo tempo, não interpretamos a relação de Júlio Ribeiro, e tantos outros gramáticos brasileiros no período, com a gramática geral como uma marca de atraso e de insucesso no esforço de retirá-la do campo de reflexão gramatical. Para nós, essa presença da gramática geral no Brasil na virada para o século XX pode ser trabalhada como uma contribuição brasileira para história das ideias linguísticas no cenário internacional na medida em que contradiz justamente a posição ainda muito em voga na história da linguística de que a gramática geral morre como paradigma com a instauração do método histórico e comparado. No Brasil do fim do século XIX, ela não apenas continua a animar a reflexão sobre a linguagem, como também é tomada como modelo de cientificidade, por autores como o maranhense Augusto Freire da Silva. Por outro lado, consideramos também que a ligação de Júlio Ribeiro com a gramática histórica e comparada não se dá sem intervenções e interpretações particulares, demonstrando que ele apresenta uma leitura não ortodoxa de elementos centrais do comparativismo, tomando em conta fatores de ordem social, econômica, política e cultural como critérios para a mudança linguística.

Para nós, em outro ponto de diferença, antes de colocar a questão de saber se as descrições do português falado no Brasil feitas pelos gramáticos brasileiros na virada para o

século XX foram iniciadas por Júlio Ribeiro, nos parece mais coerente pensar que ele compõe todo um grupo de autores que observam e trazem à luz fenômenos que estavam amplamente em voga na época a ponto de serem percebidos como diferenças em relação ao português de Portugal. De qualquer forma, como mostram Pinto (1978) e Orlandi e Guimarães (2001), é possível assistir às primeiras manifestações sobre a natureza do português no Brasil desde a primeira metade do século XIX, antes, portanto, da atuação de Júlio Ribeiro.

Por fim, e este foi um dos objetos centrais da nossa tese, não apenas Júlio Ribeiro foi relativamente pouco retomado por outros autores, sobretudo ao longo da primeira metade do século XX, como a maior parte de sua produção foi completamente apagada do horizonte de retrospecção da gramatização brasileira do português, não havendo um discurso homogêneo acerca do seu peso na história da gramática no Brasil. Desse modo, Júlio Ribeiro não é a preferência primeira, sistemática ou incontornável de todos os outros gramáticos brasileiros, sejam eles contemporâneos ou posteriores a ele.

Apontando mais diretamente nosso esforço em contribuir para a história das ideias linguísticas no Brasil, buscamos lançar um novo olhar sobre o trabalho de Júlio Ribeiro com a gramática histórica e comparada, mostrando que a sua interpretação para a mudança linguística contrasta com a tese central do comparatismo, sobretudo o modelo dos neogramáticos, pois coloca em primeiro plano não os princípios explicativos das leis fonéticas, segundo os quais os sons de uma língua mudam regularmente e sem exceção, em detrimento de componentes semânticos, psicológicos e socioculturais, mas elementos como as relações comerciais, industriais, políticas e literárias, o progresso das artes e das ciências, raciocínio que atinge seu ápice na afirmação de que as mais poderosas causas da seleção natural nas línguas e nas espécies são de ordem política e literária. Estamos longe aqui, portanto, do teorema dos neogramáticos de que a língua evolui automaticamente sob a ação de leis fonéticas naturais e necessárias. Esse posicionamento de Júlio Ribeiro se dá num gesto de leitura do trabalho de Émile Ferrière, numa linha de filiação que se estende a Émile Egger. Nesse ponto, pudemos notar que, na verdade, mais do que a tradição anglo-germânica, a maior parte das principais referências de Júlio Ribeiro é composta por autores franceses. É a partir de nomes como Paul Topinard e Paul Broca que o brasileiro concebe a natureza e a sede da linguagem articulada, é com Abel Hovelacque e André Lefèvre que ele estabelece e caracteriza as famílias de línguas, é baseando-se nesse último que ele trabalha a questão da

origem das línguas e narra uma história da linguística, é de Augusto Comte que ele retoma o esquema de divisão e hierarquização das ciências.

Nossa tese mostra ao mesmo tempo, como dissemos, que a gramática geral também foi modelo de cientificidade na gramatização brasileira do português no século XIX, especialmente por autores do Maranhão, entre eles Augusto Freire da Silva e Sotero dos Reis, o que nos permite conceber a existência de todo um movimento gramatical importante além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Nesse sentido, vemos que as disputas entre a gramática geral e a gramática histórica e comparada no Brasil não se reduziam apenas a uma rixa entre São Paulo e Rio de Janeiro, mas tinham uma amplitude nacional, além de atestar que a introdução da gramática nesses dois estados não significou o fim da produção de gramáticas em outras regiões do país. A polêmica entre Augusto Freire da Silva e Júlio Ribeiro nos revela que cada uma dessas duas posições apresentava explicações divergentes para questões como a natureza da linguagem articulada, o aparelho vocal, as bases científicas do estudo da linguagem, a definição, a divisão e a orientação teórica da gramática, o registro e as descrições da língua portuguesa, sendo que ambas estavam convencidas de sua inovação e do trabalho com a ciência dentro do Brasil e em relação a Portugal, estando justamente em combate o que pode ser chamado de ciência e quem se colocaria legitimamente ao lado dela. No mais, ao inserir os dois autores como uma página na história das polêmicas no Brasil, pudemos apontar que essa polêmica tem a peculiaridade de se diferenciar das muitas outras querelas da época por trazer já como ponto de partida, e não como derivação de outras questões, uma discussão sobre a maneira como se deve falar sobre a linguagem e produzir instrumentos linguísticos.

Além de repensar a posição de Júlio Ribeiro como um autor de gramática que trabalha com o comparativismo, nossa a tese retrata também a sua posição de autor de linguística, que, a despeito da ausência de condições de produção que favorecessem um espaço de pesquisa sobre questões de linguagem fora de um quadro normativo e escolar, escreve o primeiro livro de linguística publicado no Brasil, os *Traços Geraes de Linguistica*, de 1880. Nossas análises sobre essa obra nos permitiram notar que ela não apenas se anunciava como sendo de linguística, mas que tratava efetivamente das temáticas privilegiadas da pesquisa linguística do século XIX, como a sede da linguagem articulada, o aparelho de fonação, a origem, a evolução e a tipologia das línguas e a história das ciências da

linguagem, trabalhando com autores que passaram para a história como referências dos estudos histórico-comparativos. Além disso, as análises que fizemos desse texto nos fazem ver que o gesto de autoria de Júlio Ribeiro não se dá apenas sobre o conhecimento da língua portuguesa, mas sobre a linguagem em geral e mesmo sobre a história das ciências da linguagem, razão pela qual pode ser tomado como um marco do deslocamento da questão da língua nacional para a linguagem em geral, isso seis décadas antes do lançamento de *Princípios de Linguística Geral* por Joaquim Mattoso Câmara Júnior em 1942.

Não apenas um linguista a par das questões do seu tempo, mas também um historiador das ciências da linguagem. Essa é outra posição de Júlio Ribeiro que apresentamos em nossa tese, a de um autor brasileiro que dita não apenas um conhecimento brasileiro sobre a língua e a linguagem, mas também um conhecimento brasileiro sobre a história da disciplina que se ocupa da língua e da linguagem. Nesse ponto, mostramos que Júlio Ribeiro não se limita aos preconceitos próprios de sua época em relação à história das ciências da linguagem, que desconsiderava todo o conhecimento linguístico produzido anteriormente ao século XIX. Além de reconhecer a importância da alteridade como condição para o desenvolvimento do conhecimento linguístico, o olhar de Júlio Ribeiro se estende, embora com reservas, ao Renascimento, considerado como um marco fundamental para os estudos da linguagem, por reunir e organizar um acervo de línguas a partir do qual será possível formular uma série de ideias linguísticas e mesmo operar uma revolução na linguística, garantindo as conquistas da gramática comparada, considerações essas que vão ser desenvolvidas minuciosamente por historiadores das ideias linguísticas da nossa época.

Notamos que, tanto como gramático quanto como linguista e historiador das ciências da linguagem, Júlio Ribeiro reformula as teorias linguísticas e a sua história, a partir de um trabalho autoral que não se reduz simplesmente a retomar teorias de outros autores, mas que apresenta interpretações originais. Por esse gesto, vemos que Júlio Ribeiro insere a língua portuguesa e as línguas indígenas brasileiras nas questões gerais do conhecimento linguístico no século XIX e também na história do conhecimento sobre a linguagem. Ao analisarmos o modo como Júlio Ribeiro compõe seus textos, pudemos notar todo um trabalho de utilização, tradução e reformulação de escritos de terceiros, como acréscimos, supressões, modificações, substituições e combinações de termos, exemplos, classificações, personagens e

acontecimentos. Nesse ponto, pudemos demonstrar em detalhes como se opera uma transferência tecnológica entre línguas nas condições particulares da gramatização brasileira do português no século XIX. Trazer a *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*, uma gramática publicada por Júlio Ribeiro em 1886 e até agora completamente apagada, nos permitiu lançar luz sobre dois elementos pouco avaliados na história das ideias linguísticas no Brasil. Primeiro, a produção de gramáticas brasileiras no século XIX para a escolarização das crianças nas séries iniciais no ensino de língua portuguesa. Segundo, a alteridade que a gramática estadunidense representa para a gramatização brasileira.

Analisando especificamente a maneira como Júlio Ribeiro compõe seus textos, mostramos que o reaproveitamento que ele faz dos seus próprios escritos é um procedimento regular em sua trajetória, numa operação de cópia de trechos de uma obra para outra que não se dá sem eventuais modificações. Ao procurar eventuais mudanças de posição e questões que foram deixadas de lado, o que notamos foi a pouca variação no tratamento das questões linguísticas trabalhadas por Júlio Ribeiro. Esse estudo nos permitiu tomar os textos da polêmica com Augusto Freire da Silva como escritos inaugurais de Júlio Ribeiro, pois observamos que eles trazem teses que serão incorporadas e desenvolvidas posteriormente tanto nos *Traços Gerais de Linguístic*a, de 1880, quanto na *Grammatica Portugueza*, de 1881, com temas que chegam inclusive a figurar na sua obra literária *A Carne*, de 1888.

Analisando os textos da polêmica com Augusto Freire da Silva (1879-1880), os *Traços Geraes de Linguistica* (1880), a *Grammatica Portugueza* (1881), o conjunto de suas *Cartas Sertanejas* (1885), os artigos do seu jornal *A Procellaria* (1887) e o romance *A Carne* (1888), verificamos que Júlio Ribeiro assume voluntariamente uma posição desbravadora na história das ideias linguísticas no Brasil na virada do século XIX para o XX e projeta para si um lugar de contribuição na reflexão linguística no cenário internacional. Pudemos ver que, para o autor, sua relevância está em ações como a preferência e introdução de termos gramaticais, a disponibilização de novas referências teóricas e superação da escolástica e da metafísica a partir do estudo da gramática histórico-comparativa e da linguística, a publicação de uma obra de linguística e a escrita de uma gramática científica que anteciparia o Programa de Português de Fausto Barreto e que reuniria as condições de preparação de um aluno para a prova de português e também todas as línguas ensinadas oficialmente no Brasil. Em resumo, a

posição na qual se coloca Júlio Ribeiro é a de realizar aquilo que ainda não teria sido feito e de atualizar aquilo que estaria ainda parado no passado. Nesse sentido, a sua avaliação é que, no espaço do Brasil, ele assumiria a importância de introduzir conhecimentos linguísticos de fora do país, e no espaço dos estudos linguísticos mundiais, ele teria a importância de trazer novas contribuições para a reflexão linguística em geral. Além disso, a singularidade reivindicada por Júlio Ribeiro não é apenas em relação aos trabalhos brasileiros, mas em relação ao conjunto geral de estudos sobre o português. A acusação de plágio de que foi alvo nos mostra a contestação da legitimidade desse lugar reivindicado por Júlio Ribeiro em sua época. Nesse ponto, nossas análises apontam como questões implicadas na acusação de plágio a importância dos estudos clássicos, o caráter da universalidade da educação, o modelo de organização das ciências e os modos de utilização de escritos de terceiros na composição de textos gramaticais e linguísticos.

Ao analisar os discursos sobre Júlio Ribeiro em 36 obras publicadas entre 1881 e 1959, marcando as questões gramaticais e linguísticas nas quais seu nome é mobilizado, pudemos notar as convergências entre imagem que o próprio autor projeta de si mesmo no cenário de estudos gramaticais e linguísticos no Brasil, como alguém que introduz no país as teorias linguísticas modernas e científicas da gramática histórico-comparativa, e um discurso historiográfico no processo de gramatização brasileira do português no fim do século XIX e na primeira metade do século XX que o coloca continuamente em posição inicial em relação aos estudos brasileiros do português, muito embora esse discurso seja sustentado e retomado por um número reduzido de autores e que sua obra tenha sido pouco mobilizada como modelo de descrição e análise gramatical pela maior parte dos autores brasileiros. Por essa razão, podemos afirmar uma contradição entre um apagamento de Júlio Ribeiro como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas e um discurso historiográfico que o coloca a cada instante em primeiro lugar na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil, um discurso que parece parecem migrar de autor para autor, às vezes de forma direta, sob forma de citação, e que, muitas vezes, parte dos dizeres do próprio Júlio Ribeiro em sua *Grammatica Portugueza* e também no seu jornal *A Procellaria,* como se houvesse uma adesão ao seu próprio discurso de auto-reconhecimento como alguém que introduz o novo numa história dos estudos linguísticos no Brasil.

A partir dos discursos gerais sobre Júlio Ribeiro, pudemos apreender duas posições principais, quais seja, a dos autores que reconhecem sua importância para os estudos gramaticais e linguísticos, inclusive trazendo seu nome mesmo que seja para dizer que não concordam com ele, e a dos autores que, mais do que reconhecer sua importância, o colocam na posição de marco na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil. Em nenhum desses dois grupos, no entanto, o peso dado a Júlio Ribeiro é homogêneo, havendo aqueles que o tomam categoricamente como *o maior* gramático brasileiro ou ainda como marco isolado e aqueles que o consideram como *um dos* maiores gramáticos brasileiros *ou um* dos mestres da língua portuguesa, mas não o principal, divindindo seu protagonismo com outras figuras. Nos relatos da história da gramática brasileira, do ensino da língua portuguesa, dos estudos glotológicos e dos estudos filológicos no Brasil, Júlio Ribeiro aparece, sozinho ou acompanhado, como um autor que introduziu inovações e foi responsável por uma virada, sendo, assim, marcado pela alcunha de pioneiro, desbravador, precursor e iniciador.

Em circulação principalmente entre os gramáticos do fim do século XIX e sendo bem menos frequente como referência ao longo da primeira metade do século XX, quando vão entrando em cena estudos hoje significados como os primeiros tratados brasileiros de semântica, de filologia, de linguística e de história da língua portuguesa, o nome de Júlio Ribeiro, apesar de não passar como referência teórica absoluta nem como modelo incontornável de análise da língua portuguesa para a maior parte dos demais autores brasileiros e do apagamento completo da maior parte de sua obra no horizonte de retrospecção da gramatização brasileira, atravessa quase um século de publicações brasileiras sobre questões de linguagem, em discursos que, mesmo longe de serem homogêneos nem assumidos ou retomados pelo conjunto de autores desse período, registram ainda assim um lugar marcado na história das ideias linguísticas no Brasil. Um lugar contraditório, que revela como são controversos os discursos de fundação.

REFERÊNCIAS

AQUINO, José Edicarlos de. *O que há de materno na língua?*: Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX. 2012. 204 p. Dissertação – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012a.

AUROUX, Sylvain. *Questão da origem das línguas. A historicidade das ciências*. Campinas: RG, 2008.

_____. Les avancées de notre discipline. In: GUIMARÃES, Eduardo; BARROS, D. L. P. de (Éds.). *History of Linguistics 2002*. Amsterdam : Philadelphie : John Benjamins, 2007. p. 223-234.

_____. Les modes d'historisation. *Histoire Epistémologie Langage*, Paris, v. 28, n.1. p. 104-116, 2006.

_____. Introduction : émergence et domination de la grammaire comparée. In: AUROUX, Sylvain (Dir.). *Histoire des idées linguistiques* : l'hégémonie du comparatisme. Liège : Bruxelles : Pierre Mardaga, 2000a, p. 9-22.

_____. Les langues universelles. In: AUROUX, Sylvain (Dir.). *Histoire des idées linguistiques* : l'hégémonie du comparatisme. Liège : Bruxelles : Pierre Mardaga, 2000b, p. 377-408.

_____. L'histoire des sciences du langage et le paradoxe historiographique. *Le Gré des Langues*, Paris, n. 8. p. 40-62, 1995.

_____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. Le langage et la science: une visée historique. In: REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (Dir.). *Perspectives méthodologiques et épistémologiques dans les sciences du langage.* Bern : Peter Lang : Francke, 1989. p. 51-68.

_____. Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques : les horizons de rétrospection. In : SCHMITTER, P. (Éd.). *Geschichte der Sprachtheorie.* Tübingen : G. Narr, 1987a. p. 20-42.

_____. The first uses of the French word "linguistique" (1812-1880). In: AARSLEFF, Hans ; KELLY, L.G. ; NIEDEREHE, Hans-Josef (Éds.). *Papers in the History of Linguistics* : proceedings of the Third International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS III). Amsterdam : John Benjamins, 1987b. p. 447-459.

AUROUX, Sylvain; BERNARD, G; BOULLE, J. Le développement du comparatisme indo-européen. In: AUROUX, Sylvain (Dir.). *Histoire des idées linguistiques* : l'hégémonie du comparatisme. Liège : Bruxelles : Pierre Mardaga, 2000, p. 155-172.

AUSSANT, Émilie. Présentation – La nomination des langues dans l'histoire. *Histoire Épistémologie Langage*, n. 31, p. 5-13, 2009.

BALDINI, Lauro José Siqueira ; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Mattoso Câmara Jr., linguiste brésilien. In: ORLANDI, Eni P. ; GUIMARÃES, Eduardo (Dir.). *Un dialogue atlantique* : production des sciences du langage au Brésil. Lyon : ENS Éditions, 2007. p. 63-78.

BALIBAR, Renée. *L'institution du français. Essai sur le colinguisme des Carolingiens à la République*. Paris : PUF, 1985.

BARATIN. Marc. La constitution de la grammaire et de la dialectique. In: AUROUX, Sylvain (Dir). *Histoire des idées linguistiques*: la naissance des métalangages. Liège : Bruxelles : Pierre Mardaga, 1989, p. 186-206.

BOURQUIN, Jacques. Les éléments de grammaire générale de François Perron (1847). In: BOURQUIN, Jacques (Coord.). *Les prolongements de la Grammaire Générale en France au XIXe siècle*. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2005, p. 179-198

BOUTAN, Pierre. La grammaire générale dans le dictionnaire de pédagogie de Ferdinand Buisson (1878-1887). In: BOURQUIN, Jacques (Coord.). *Les prolongements de la*

Grammaire Générale en France au XIXe siècle. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2005, p. 233-246.

BROCA, Paul. Du siège de la faculté du langage articulé. *Bulletins de la Société d'anthropologie de Paris*, Paris, I° Série. Tome 6, p. 377-393,1865.

CABRAL HAYASHIDA, Sandra Raquel de Almeida. *Periódicos científicos*: a produção e a circulação da ciência da linguagem no Brasil. 2012. 287 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris : Klincksieck, 2010.

COUDEREAU, M. L'intelligence et ses rapports avec l'instinct. *Bulletins de la Société d'anthropologie de Paris*, Paris, IIº Série. Tome 1, p. 23-43, 1866.

DELESALLE, Simone; CHEVALIER, Jean-Claude. *La linguistique, la grammaire et l'école 1750-1914*. Paris : Armand Colin, 1986.

DESBORDES. Françoise. Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifiques. In: AUROUX, Sylvain (Dir). *Histoire des idées linguistiques*: la naissance des métalangages. Liège : Bruxelles : Pierre Mardaga, 1989, p. 149-161.

DESMET, Piet. *La linguistique naturaliste en France (1867-1922)* : nature, origine et évolution du langage. Leuven : Paris : Peeters, 1996.

DIAS, Luiz Francisco. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. In: Orlandi, Eni P. (Org.) *História das ideias linguísticas*: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Mato Grosso: Pontes, 2001. p. 185-198.

DIAS, Nélia; RUPP-EISENREICH, Britta. Linguistique et anthropologie physique. In: AUROUX, Sylvain (Dir.). *Histoire des idées linguistiques* : l'hégémonie du comparatisme. Liège : Bruxelles : Pierre Mardaga, 2000, p. 279-294.

DI RENZO, Ana Maria. Liceu cuiabano: língua nacional, religião e estado. In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Institucionalização dos estudos da linguagem*: a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002. p. 101-120.

ENGLER, R. La géographie linguistique. In: AUROUX, Sylvain (Dir.). *Histoire des idées linguistiques* : l'hégémonie du comparatisme. Liège : Bruxelles : Pierre Mardaga, 2000, p. 239-252.

FÁVERO, Leonor Lopes. O ensino no Império: 1837-1867 - trinta anos do Imperial Collegio de Pedro II. In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Institucionalização dos estudos da linguagem*: a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002. p. 65-86.

FERRIÈRE, Émile. *Le darwinisme*. Paris : Librairie Germer-Baillière, 1872.

FOURNIER, Jean-Marie. *Histoire des théories du temps dans les grammaires françaises*. Lyon : ENS Éditions, 2013.

_____. Classe et Individu dans les grammaires générales tardives. In: BOURQUIN, Jacques (Coord.). *Les prolongements de la Grammaire Générale en France au XIXe siècle*. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2005, p. 105-118.

GAUSSIN, M. Sur la faculté d'expression. *Bulletins de la Société d'anthropologie de Paris*, Paris, Iº Série. Tome 6, p. 398-417, 1865.

GUIMARÃES, Eduardo. Instruments linguistiques et la langue nationale : un événement au Brésil au XIXe siècle. In: ARCHAIMBAULT, Sylvie ; FOURNIER, Jean-Marie ; RABY, Valérie (Éds.). *Penser l'histoire des savoirs linguistiques* : hommage à Sylvain Auroux. Lyon : ENS Éditions, 2014. p. 465-477.

_____. *História da semântica*: sujeito, sentido e gramática no Brasil. São Paulo: Pontes, 2004.

_____. Sinopse dos estudos do português no Brasil. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Org.). *Língua e cidadania*: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996a. p. 127-138.

_____. Apresentação: Maximino e um pouco de história. *Relatos*, Campinas, n. 3, 1996b. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_03.html#breve>. Acesso em: 24 out. 2016.

_____. Sinopses dos estudos do português no Brasil. *Relatos*, Campinas, n. 1, 1994. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html#sinopse>. Acesso em: 24 out. 2016.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni. Apresentação: identidade linguística. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Org.). *Língua e cidadania*: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-15.

HOVELACQUE, Abel. *La linguistique*. Paris : C. REINWALD ET Cie, 1877.

_____. De l'origine du langage par L. de Rosny. *Revue de linguistique et de philologie comparée*, Paris, n. 3, p. 102-107, 1869

KLIPPI, Carita. *La Vie du langage* : la linguistique dynamique en France de 1864 à 1916. Lyon : ENS Éditions, 2010.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. O político na linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In. ORLANDI, Eni P. (Org.). *Política linguística no Brasil* Campinas: Pontes, 2007, p. 11-18.

LEFÈVRE, André. *Études de linguistique et de philologie*. Paris : Ernest Leroux, 1877.

LYELL, Charles. *The geological evidences of the antiquity man*. London: John Murray, 1868.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

MARQUES, Abilio A. S. *Bibliotheca Util*. In: CELSO JR, Affonso. *Camões*. São Paulo: Abilio Marques Editor, 1980, p. 1-4.

MEDEIROS, Vanise. *Dizer a si através do outro*: do heterogêneo no identitário brasileiro. 2003. 275 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

MÜLLER, Max. *Lecture on the science of language*. London: Longmans, Green and Co., 1885.

OESTERREICHER, W. L'étude des langues romanes. In: AUROUX, Sylvain (Dir.). *Histoire des idées linguistiques* : l'hégémonie du comparatisme. Liège : Bruxelles : Pierre Mardaga, 2000, p. 183-192.

OLIVEIRA, Franklin de. Apresentação à edição brasileira: breve panorama medieval. In: LOYN, Henry R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 6-12.

ORLANDI, Eni P. *Língua brasileira e outras histórias*: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

_____. A língua brasileira. *Ciência e cultura*, n. 57. v. 2, p. 29-30, 2005.

_____. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Língua e conhecimento linguístico*: para uma história das ideias linguísticas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Apresentação. In: ORLANDI, P. Eni (Org.). *História das ideias linguísticas*: construção do saber metalinguístico e constituição da íngua nacional. Mato Grosso: Pontes, 2001. p. 7-19.

_____. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 4/5, p. 19-34, 2000.

_____. O Estado, a gramática, a autoria. *Relatos*, Campinas, n. 4, p. 1997.

_____. Prefácio. In: ORLANDI, Eni P (Org.). *Discurso fundador*: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993. p. 7-9.

ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um Espaço de Produção Linguística: a gramática no Brasil. In: Orlandi, Eni P. (Org.) *História das ideias linguísticas*: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Mato Grosso: Pontes, 2001. p. 21-38.

PINTO, E. P. *O português no Brasil*: textos críticos e teóricos. São Paulo: EDUSP, 1978.

PFEIFFER, Claudia C. L'école, la langue maternelle et la langue nationale. In : ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Un dialogue atlantique* : production des sciences langage au Brasil.Lyon : ENS Éditions, 2007. p. 115-125.

_____. Sentidos para sujeito e língua nacionais. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 7, p. 71-93, 2002.

_____. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) *História das ideias linguísticas:* construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Mato Grosso: Pontes, 2001. p. 167-183.

RABY, Valérie. Proposition et jugement dans les Annales de grammaire : le débat entre Michel de Neuville et Scott de Martinville. In: BOURQUIN, Jacques (Coord.). *Les prolongements de la Grammaire Générale en France au XIXe siècle*. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2005, p. 135-150.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes de. *Introducção à historia da literatura portuguêsa.* 3. ed. Coimbra: F. França Amado, 1911.

RENAN, Ernest. *De l'origine du langage.* 2. ed. Paris : Michel Levy, 1858.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das idéias linguísticas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 53, v. 2. p. 197-217, 2011.

SAVATOVSKY, Dan. Une grammaire générale des langues comparées. In: BOURQUIN, Jacques (Coord.). *Les prolongements de la Grammaire Générale en France au XIXe siècle*. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2005, p. 105-118.

SILVA, Mariza Vieira. Colégios do Brasil: o Caraça. In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Institucionalização dos estudos da linguagem*: a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002. p. 87-100.

SCHMITTER, Peter. Le savoir romantique. In: AUROUX, Sylvain (Dir.). *Histoire des idées linguistiques* : l'hégémonie du comparatisme. Liège : Bruxelles : Pierre Mardaga, 2000, p. 63-78.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SWIGGERS, Pierre. L'essai de grammaire générale (1826) de Nicolas Dally. In: BOURQUIN, Jacques (Coord.). *Les prolongements de la Grammaire Générale en France au XIXe siècle*. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2005, p. 247-266.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Org.). *Língua e cidadania*: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. p. 54-84.

TIMELLI, Maria Colombo. *Traductions françaises de l'Ars Minor de Donat au Moyen age (XVIIIe-XVe siècles)*. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1996.

TOPINARD, Paul. *L'Anthropologie*. Paris : C. Reinwald et Cie. Libraires-Éditeurs, 1876.

TRABANT, Jürgen. Le courant humboldtien. In: AUROUX, Sylvain (Dir.). *Histoire des idées linguistiques* : l'hégémonie du comparatisme. Liège : Bruxelles : Pierre Mardaga, 2000, p. 311-322.

SOBRE JÚLIO RIBEIRO:

Dissertações e Teses

COBRA, Eduardo Carlos Oliveira. *Júlio Ribeiro*: educação e religião no Brasil oitocentista. 2011. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2011.

EMÍDIO, Camila Lívio. *Júlio Ribeiro e a fundação de um espaço de escrita nacional*. 2013. 166 f. Dissertação - Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

GURGEL, Silvana. *O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)*. 2008. 144 f. Dissertação - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PARREIRA, Andressa Dorásio. *Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX*. 2011, 488 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filología, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011.

POLACHINI, Bruna S. *O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiros do século XIX*: estudo historiográfico. 2013. 2019 f. Dissertação - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Gleide Amaral dos. *Os efeitos de sentidos da formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas de Julio Ribeiro, Said Ali e Evanildo Bechara*. 2013. 140 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SILVEIRA, Célia Regina da. *Erudição e ciência: as Procelas de Júlio Ribeiro no Brasil oitocentista.* 2005. 240 p. (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2005.

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. A *Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro*: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil. 2010. 141 f. Dissertação - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Outros Trabalhos

AQUINO, José Edicarlos de. Os nomes da língua na Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 30, p. 71-99, 2012b.

FÁVERO, Leonor Lopes. A gramática portuguesa de Júlio Ribeiro. *Revista da Anpoll*, São Paulo, n. 13, p. 73-88, jul./dez. 2002.

MARINS, Ânderson Rodrigues. A visão sintática de Júlio Ribeiro. *SOLETRAS*, São Gonçalo, n. 21. p. 30-38, jan./jun. 2011.

SILVA, Maurício. Júlio Ribeiro, leitor de Schleicher: linguística e positivismo no Brasil do final do século XIX. *Diacrítica,* n. 26, p. 247-267, 2012.

_____. Júlio Ribeiro polemista: um capítulo da história das querelas linguísticas no Brasil. *Polifonia*, Cuiabá, n. 22, p. 109-124, 2010.

DE JÚLIO RIBEIRO

RIBEIRO, Júlio. *Traços geraes de linguistica*. São Paulo: Livraria Popular de Abilio A.S. Marques, 1880.

_____. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

_____. *Questão grammatical*. São Paulo: J. Lousada & Comp., 1887.

_____. *Padre Belchior de Pontes*. Campinas: A Gazeta de Campinas, 1877.

_____. *Uma polemica celebre.* São Paulo: Edições Cultura Brasileira, [1888] 1937.

_____. *A carne.* São Paulo: Ateliê Editorial, [1888] 2002.

_____. *Holmes brasileiro ou grammatica da puericia.* 2. ed. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1891.

GRAMÁTICAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES SOBRE A LINGUAGEM E AS LÍNGUAS

ALI, M. Said. *Dificuldades da língua portuguesa.* 7. ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008.

_____. *Grammatica historica da lingua portugueza*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931.

_____. *Gramática elementar da língua portuguesa*. 9. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1966.

_____. *Grammatica secundaria da lingua portugueza*. Companhia Melhoramentos, 1924.

_____. *Meios de expressão e alterações semânticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951.

ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena. *Primeira Grammatica da Infância*. Pará: Pinto Barbosa & Cia, 1896.

_____. *Segunda Grammatica da Infância*. Pará: Pinto Barbosa & Cia. 2 ed. 1897.

AMARAL, Amadeu. O dialecto caipira. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1920.

BARBOSA, Jerônimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822.

BARRETO, Mário. *Estudos da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria da Viuva Azevedo & C. editores, 1903.

BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguêsa.* Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

_____. *Gramática normativa da língua portuguêsa*. 4. ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1956.

_____. *Tratado de semântica geral aplicada à língua portuguêsa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1951.

_____. *Estudos de filologia portuguêsa*. São Paulo: Saraiva & Cia, 1946. I volume

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & CIA., 1942.

_____. *Princípios de linguística geral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1954.

_____. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

COSTA, Affonso. *Lingua portuguesa*: resposta à crítica. São Paulo: Livraria Magalhães, 1922

GOMES, Alfredo. *Grammatica Portugueza*. 15. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1913.

HOLMES, G. F. *A Grammar of the English Language*. New York: Baltimore: University Publishing Company, 1878.

JUNIOR, Pacheco da Silva. *Noções de semântica*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1903.

JUNIOR, Pacheco da Silva; ANDRADE, Lameira. *Noções de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguêsa*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1957.

LOPES, Castro. *Neologismos indipensáveis e barbarismos dispensáveis.* 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1909.

MACIEL, Maximino de Araujo. *Grammatica analytica*. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1887.

MASSA, José de Noronha Napoles. Grammatica analytica da lingua portugueza. Rio de Janeiro: Imprensa a vapor H. Lombaerts & Comp., 1888.

OITICICA, José. *Manual de análise* (*léxica e sintática*). 11. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1955.

NASCENTES, Antenor. Estudos filológicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

_____. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

_____. *O idioma nacional na escola secundária*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1935.

NETO, Serafim da Silva. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co., 1907.

_____. *Questões de philologia*: resposta aos críticos da "grammatica expositiva". São Paulo: Typographia Falcone, 1907.

_____. *Grammatica Historica*. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticais ou nova grammatica portugueza.* 2. ed. Bahia: Livraria Catilina, 1915.

_____. *Grammatica portugueza philosophica*. Bahia: Imprensa Econômica, 1881.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica de ALVES & C., 1889.

_____. *Estudos philologicos*. Rio de janeiro : Jacinto Ribeiro dos Santo, 1902.

RIZZO, José. *Estudos da língua portuguesa*. São Paulo: C. Teixeira & C., 1922.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de Português.* 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

WHITNEY, William Dwight. *Essentials of English grammar.* Boston: Ginn & Company, 1886.

ANEXO

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
PREFACE	PROLOGO DA PRIMEIRA EDIÇÃO
When this Grammar was undertaken, little more was contemplated than to adapt to the use of American schools what appeared to be best in the numerous Grammars of the English tongue recently published in England, with such additions and improvements as might be derived from other sources, including the results of private studies previously pursued. But in the process of composition new views presented themselves and stimulated increased research. Such researches suggested further modifications and wider departures from the models proposed. The work thus became less of a compilation, and assumed a degree of originality not designed at first. Its character was largely affected by the steady observance of the principle, introduced by Grimm into modern philology, of settling all disputed and doubtful points by reference to the historical alterations of the language. The change of plan thus occasioned has rendered it impossible to distinguish between what is borrowed and what is original. All accessible sources, English and American, have been consulted and freely used. It is proper to express in general terms a grateful sense of obligation to many excellent school grammars, and to acknowledge the continual assistance obtained from Wallis, Horne Tooke, Taylor, Latham, Marsh, Clark, Alford, Max Müller, and many other authors whom it woud be tedious as well as ostentatious to mention. The examples and exercises have been usually taken without hesitation from preceding works os a similar nature, - a procedure adopted in most school grammars. No pretension to originality is made; the only aim has been to secure correctness, clearness, and precision. There has been every desire to rob no one of his fair fame, and to appropriate nothing which could be claimed as the discovery of a predecessor.	É um monumento de sciencia e bom senso a « ENGLISH GRAMMAR» de G. F. Holmes, e sobretudo a «INTRODUCTION» que a precede. Traduzir essa «INTRODUCTION», modificando-a nos logares em que o exige a indole do Portuguez, é um relevante serviço aos que nesta lingua encetam o tirocinio das lettras. O presente livrinho constitue uma verdadeira preparação para o estudo da alta grammaticologia, e não é um dos muitos compendios *soit disant* elementares, que só se differençam das grammaticas metaphysicas grandes por serem impressos em typo miudo e fomato reduzido. Imitando o benemerito grammaticographo americano, nós sacrificamos a belleza do estylo á clareza da phrase, mais curando do proveito de quem começa a estudar, do que da gloriola de arredondar periodos rhetoricamente correctos. Oxalá que o favor do publico recompense a nossa boa vontade, e a de nossos editores. S. Paulo, 6 de Julho de 1886

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
The present usage of the language has been regarded as the sole standard of grammatical propriety; but all existing ambiguities and difficulties have been resolved by recurring to the earlier forms of the tongue. The brevity and simplicity required in a school manual have prevented the complete introduction of the historical testimonies which sutain the views adopted, and have in many instances excluded them altogether. But the whole book rests upon an historical basis, and upon an examination of the phases through which the English has passed in the long lapse of a thousand years. The work has been so arranged as to fournish a knowledge of the principles of Englis grammar in a very narrow compass; to afford a fuller acquaintance whit them in their applications without entering into minute details; and to provide the teacher or the advanced student with such explanations as seemed requisite, without confounding these with what sufficient for elementary instruction. The "Introduction to English Grammar", which need not be committed to memory, is designed to give a general view of the nature and subjects of English Grammar, and to secure familiarity with the leading conceptions of grammatical science. The beginner, on the first study of the body of the book, should learn and commit to memory only the large print, omitting the divisions and sections marked with an asterisk. After having accurately learnt these portions, the young scholar should go over the whole again, and should learn what is noted with an asterisk, and also all that is in print of the second size. The observations, which are in the smallest type, are intended for the use of teachers, and of such pupils as may be able to profit by them. Questions on the text are placed at the foot of each page for the convenience of teachers and scholars, but the practice of acquiring or imparting knowledge by means of printed questions is commended to neither teacher nor scholar. The questions may be and should be varied by the instructor whenever it is practicable.	

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
The exercises are made brief in order to prevent unnecessary delays, and to diminish the size and cost of the book. Brief manuals are most appropriate for elementary instruction. All that is requisite is sufficient practice to illustrate the rules and to secure familiarity with the principles. A few examples of parsing, whit appropriate references to the definitions and rules, and a few passages be parsed, have been introduced in order to supply whatever may be deemed requisite for elementary instruction in English Grammar. These passages exhibit the customary characteristics of the language. They consist almost entirely of extracts from writings of acknowledge reputation, but of the most diverse styles. Parsing exercises may be readily multiplied to any extent desired, by using the school reading-books as texts for this purpose. The language is then studied in its living connections. It is designed, however, to prepare a series of small exercise-books for parsing and for the fuller illustration of the idiomatic and other peculiarities of the English tongue. It also proposed, at some future time, should leisure permit and the public demand justify it, to publish either a copious and critical Grammar of the English language, or a volume of Notes on English Grammar, capable of ready use in connection with the present work, for the elucidation of the numerous difficulties of the tongue, and for the attestation of the principles laid down and applied in this book. Whit the hope that this effort to faciliate an accurate acquaintance with the grammar of the English language may prove serviceable to the young of the country, it is diffidently submitted to the favorable consideration of teachers and of the public.	
I	I Prolegomenos
1. When we talk, we use Language to express our thoughts, or feelings, or wishes. When we say, “The sun shines”, “I am cold,” “Make a fire,” we employ language.	1. Nós, quando fallamos, usamos da Linguagem para exprimir os nossos pensamentos, ou os nossos sentimentos, ou nos nossos desejos. Quando dizemos «*O sol está brilhando -Estou com frio - Faça um fogo*» empregamos linguagem.
2. **Language** is composed of Words. “The,” “sun,” “shines,” “I,” “am,” “cold,” “make,” “a,” “fire,” are words.	2. A LINGUAGEM compõe-se de palavras. «*O-sol-está-brilhando-estou-com-frio-faça-um-fogo*» são palavras.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
3. **Words** taken separately are not language. Words, when used separately, are parts of language, but they are not language, because they do not conveny any complete meaning. The wheels of a watch are not a watch, though they form a watch when properly put together. "The," "make," "cold," "am," are words, but they convey no distinct meaning when they stand alone.	3. PALAVRAS tomadas em separado não constituem linguagem. As palavras, quando tomadas em separado, são partes da linguagem, porém não são a linguagem, porque não exprimem um sentido completo. As rodas de um relogio não são relogio, si bem que constituam relogio, quando arranjadas umas com outras. «*O-faça-frio-estou*» são palavras, porém, não exprimem sentido distincto quando estão sós.
4. Words must be joined together so as to express a complete meaning, before they constitute language. "I am cold" is language, because it express a distinct and complete sense.	4. Para constituir linguagem as palavras devem ser ajunctadas de modo que exprimam um sentido completo. «*Estou com fome*» é linguagem, porque exprime um sentido completo e distincto.
5. Words joined together so as to conveny a complete meaning, form Sentences. "Then sun shines," "Make a fire," are sentences.	5. Palavras ajunctadas de modo que exprimam um sentido completo formam Sentenças. «*O sol está brilhando - Faça um fogo*» são sentenças.
6. A **sentence** is a collection of words conveying a distinct meaning, and expressing a complete thought or feeling; as, The sun shines; I am cold. OBS. - Sometimes a sentence appears to consit of a single word; as "*Go*", "*Come*," "*Here*." But, in such cases, other words are understood to complete the form of the sentence. "*Go*" means "*go thou*;" "*Come*" means "*come thou*;" "*Here*," means *"here I am*," or "*Here he is*," or "*come here*," or something else suggested by the connection in which the word is used.	6. Uma SENTENÇA é uma collecção de palavras que encerra um sentido distincto, que exprime um pensamento ou sentimento completo; exemplos: «*O sol está brilhando*» - *Estou com frio*». OBSERVAÇÃO. - Algumas vezes parece consistir a sentença em uma só palavra, como «*Vae-vem-aqui*». Em taes casos subentendem-se outras palavras para completar a fórma da sentença. «*Vae*» significa *Vae tu*»; «*Vem* significa «*Elle vem*» ou «*Vem tu*»; «*Aqui*» significa «*Eu estou aqui*» ou «*Aqui fico eu*» ou qualquer outra cousa suggerida pela connexão em que a palavra é usada.
7. In the study of language, we study words and their employment in the formation of sentences.	7. No estudo da linguagem nós procuramos conhecer as palavras e o seu modo de emprego na formação das sentenças.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
8. Language is either Spoken or Written, and the words of which language is composed are spoken or written words. When we listen to any one speaking, we hear spoken language. When we gather from a letter or a book what is communicated, we read written language. When we speak, we use spoken language; when we write, we use written language. OBS. - Printing is a substitute for writing, and is included under written language.	8. A linguagem é fallada ou escripta, e as palavras de que se compõem a linguagem são palavras falladas, ou palavras escriptas. Quando ouvimos alguem fallar, ouvimos linguagem fallada. Quando tomamos conhecimento do conteudo de uma carta ou de um livro, lemos linguagem escripta. Quando fallamos usamos da linguagem fallada; quando escrevemos usamos de linguagem escripta. OBSERVAÇÃO. - A lettra redonda ou impressa substitue a escripta de mão, e, por conseguinte, inclue-se na linguagem escripta.
9. Spoken words consist of a sound or sounds which convey a definite signification.	9. Palavras falladas constam de um ou de mais sons que encerram uma significação distincta.
10. Written words consist of a letter or letters which are used as signs of the sounds employed in the formation of spoken words. "I," "you," "he," "thunder," "lightning," when pronounced, are spoken words. When they are read, as they stand in the book here, they are written words. OBS.- Spoken language is earlier than written language. Both are regarded in the study of language, though not always at the same time.	10. Palavras escriptas constam de uma ou de mais lettras, usadas como signaes dos sons empregados na formação das palavras falladas. «*O-eu-tu-elle-trovão-raio*», quando pronunciadas, são palavras falladas; quando lidas como aqui no livro são palavras escriptas. OBSERVAÇÃO. - A linguagem fallada precede a linguagem escripta No estudo da linguagem trata-se de uma e de outra, porém nem sempre ao mesmo tempo.
11. Different words serve different uses in the construction of sentences. In the sentence, "Im am cold," the words "I," "am," "cold," serve different purposes. OBS. 1. - Different words are sometimes expressed by the same sounds; as, *I, eye, aye; ale, ail*. OBS. 2. - The same forms of words - the same words, if attention be confined to the sounds or letters composing them - are used in different ways, and thus become different words; as, *a nail*, and to *nail* up a box.	11. Differentes palavras servem para differentes usos na construcção das sentenças. Na sentença «*Eu estou com frio*» as palavras «*Eu-estou-com-frio*» servem a differentes fins. OBSERVAÇÃO 1. - Palavras diversas são ás vezes representadas pelo mesmo som, exemplos: «*Cessão, secção, sessão-Pena, penna*». OBSERVAÇÃO 2. - A mesma fórma de palavras, as mesmas palavras (si só se prestar attenção ao som das lettras que as compõem) usam-se para differentes fins, e assim tornam-se palavras differentes, exemplo: «PREGO *um* PREGO *na parede*».

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
12. Words are of different kinds, according to the different uses which they serve in the construction of sentences. The words "I," "am," "cold," signify different things, and also serve different uses in the formation of the sentence "I am cold." These words are different in kind. OBS. - The character of words must be learnt before the nature of sentences and of language can be understood.	12. As palavras são de especies differentes conforme os differentes usos para que ellas servem na construcção das sentenças. As palavras «*Eu-estou-com-frio*» significam cousas differentes, e por isso servem para differentes usos na formação da sentença «*Eu-estou-com-frio*». Estas palavras são differentes entre si na especie. OBSERVAÇÃO. - O caracter das palavras tem de ser aprendido antes de se estudar a natureza das sentenças e da linguagem.
II **Words signifying Things**	II Palavras que significam cousas
13. Many words signify things which may be touched or handled; as, knife, pen, book, chair, table, dog, horse, man.	13. Muitas palavras significam cousas que podem ser tocadas ou manejadas; exemplos: «*Faca-penna-livro-mesa-cachorro-cavallo-homem*».
14. Such words supply names for the things spoken of. We cannot describe or speak about anything, unless we give it a name.	14. Taes palavras põem nomes em logar das cousas de que se falla. Nós não podemos descrever uma cousa ou fallar della sem que lhe demos um nome.
15. Words, that are names of things, are called Nouns. *Knife, book, pen,* etc., are nouns.	15. Palavras que são nomes de cousas chamam-se Substantivos. «*Faca-livro-penna*» são substantivos.
16. Many things may be named which cannot be touched or handled, but which are perceived by some of the senses; as, *day, night, sun, moon, stars, wind*. Such words are nouns because they are names of things.	16. Nomeiam-se muitas cousas que não podem ser tocadas ou manejadas, mas que podem ser percebidas por alguns dos nossos sentidos; exemplos: *Dia-noite-sol-lua-estrella-vento*.» Taes palavras são substantivos porque são nomes de cousas.
17. Many words denote things which cannot be directly perceived by the senses, but which are recognized by the mind; as, *anger, pleasure, pain, gain, loss*. These are names of things, and, therefore, are nouns.	17. Muitas palavras denotam cousas que não podem ser directamente percebidas pelos nossos sentidos, porém que podem ser reconhecidas pela mente; exemplos: «*Alegria-tristeza-ganho-perda*»/ Taes palavras são nomes de cousas, e, por conseguinte, substantivos.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
18. Other words signify things which have no separate existence of their own. They name things which existe only in other things with which they are conected. Such words are color, heat, whiteness, warmth, length, truth. OBS. - These words denote qualities or properties belonging to things; but they name those qualities or properties, and they are, therefore, nouns.	18. Outras palavras significam cousas que não têm existencia propria em separado. Nomeiam ellas cousas que só existem em outras cousas, com as quaes são connexas. Taes são: «*Côr-calor-comprimento-verdade*». OBSERVAÇÃO. - Estas palavras denotam qualidades ou propriedades que pertencem a cousas; são, porém, nomes dessas qualidades ou propriedades, e, por consequencia, são substantivos.
19. **Nouns** are words which are names of things. OBS. 1. - The things, of which words are the names, may be touched or handled, as *a kettle, an andiron*; or may be perceived by one or more of the senses, as *sound, light, a breeze*; or by the mind aided by the senses, as *joy, grief*; or by the mind alone, as *virtue, vice, crime*. The things named by nouns may have an actual or a conceivable existence only. They may exist by themselves, or only in connection with something else. OBS. 2. - Any word used as a name is a noun while so used. In the sentence, *Come is a Verb - come* is a noun, because employed as the name of a word.	19. SUBSTANTIVOS são palavras que são nomes de cousas. OBSERVAÇÃO 1. - As cousas de que as palavras são nomes podem ser tocadas ou manejadas, como «*Caçarola-formão*»; podem ser percebidas por um ou por mais sentidos, como «*Som-luz-vento»*; podem ser percebidas pela mente auxiliada pelos sentidos, como «*Alegria-tristeza*»; podem ser concebidas pela mente só, como «*Virtude-vicio*». As cousas nomeadas por substantivos podem ter existencia effectiva, ou somente imaginaria; podem existir por si, ou sómente em connexão com qualquer outra cousa. OBSERVAÇÃO 2. - Qualquer palavra usada como nome de uma cousa é substantivo emquanto assim usada. Nesta sentença «*Vir é um verbo*» a palavra «*vir*» é substantivo porque está empregada como o nome de uma palavra.
III **Words signifying Qualities of things**	III Palavras que significam qualidades ou limitações de cousas

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
20. Things are distinguished from each other by the qualities or properties belonging to them; as, *a white horse, a bay horse, a gray horse*. There are two pieces of ribbon, alike in other respects, but the one is *red*, the other is *green*. They are distinguished by difference of color. One is marked by the color *red*, the other by the color *green*. *Red* is seen in the one ribbon. It is seen also in blood, in bricks, in vermilion; and in many other things. *Green* is seen in the other ribbon. Is is seen also in grass, in the leaves of trees, in verdigns, etc. Neither *red* nor *green* can be seen by themselves. We can only see something that is *red*, and something that is *green*. *Reed, green*, and similar words denote qualities or properties existing in things, and are perceived only in the things in which they exist.	20. As cousas distinguem-se uma de outras por qualidades ou propriedades que lhes pertencem; exemplos: «*Cavallo branco-cavallo baio-cavallo allasão.*» E tambem por limitação de numero, de posição, etc., exemplos: «*Um homem-dois homens-este cavallo-aquelle cavallo*.» Ha duas peças de fitta similhantes em tudo, excepto na côr, porque uma é *vermelha* e outra é *verde*. Distinguem-se então pela diferença de côr, Uma se faz notar pela côr vemelha, e a outra pela côr verde. O *vermelho* é visto em uma das fittas. É visto tambem no sangue, nos tijolos, nas brazas, e em muitas outras cousas. O *verde* é visto na outra fitta. É visto tambem na relva, nas folhas das arvores, no limo, e em muitas outras cousas. Nem o *vermelho* e nem o *verde* podem ser vistos em si: temos de ver alguma cousa que seja *vermelha* ou *verde*. «*verde-vermelho*» e outras palavras similhantes denotam qualidades ou propriedades que existem em cousas, e que só se podem perceber nas cousas em que existem.
21. **Qualities** or **Properties** existing in things are called Attributes of those things. When we speak of "*a bay horse*", the quality signified by *bay* is an attribute of the horse, and is regarded as conected with the horse. When we say "*a black sheep*", the quality *black* is attribute to the sheep.	21. AS QUALIDADES ou PROPRIEDADES que existem nas cousas chamam-se Attributos dessas cousas. Quando fallamos de um «*cavallo baio*», a qualidade significada pela palavra «*baio*» é um attributo do cavallo, e é considerada como connexa com o cavallo. Quando dizemos «*carneiro preto*» attribue-se ao carneiro a qualidade de ser «*preto*».
22. Qualities and properties may be considered a part from things in which they exist, and may be named separately; as, *blackness, whiteness, heat*. When the qualities are so considered and named, their names are nouns.	22. Qualidades e propriedades podem-se considerar a parte das cousas em que existem, e podem ser nomeadas em separado; exemplos «*Brancura-negrura-calor*.»

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
	23. A limitação das cousas faz-se por meio de palavras que indicam a posição dellas em relação a nós, o seu numero, etc. Quando dizemos «*Este cavallo*», indicamos o cavallo que está perto de nós; si usamos da expressão «*Esse cavallo*», apontamos o cavallo que está perto da pessoa com quem estamos fallando; com a locução «*Aquelle cavallo*», já designamos um cavallo que está longe de nós e da pessoa com quem estamos fallando. «*Este-esse-aquelle*» são palavras que servem para indicar a limitação das cousas pela posição que ellas occupam.
	24. A limitação pode ser 1) de posição, exemplos: «*Este cavallo-esse cavallo-aquelle cavallo.*» 2) de numero, exemplos: «*Um cavallo-dois cavallos-tres cavallos*». 3) de distribuição, exemplos: «*Cada cavallo-cada um cavallo*». 4) de posessão, exemplos: «*Meu filho-teu pae-nosso amigo-seu thio*». 5) de conjuncção, exemplo: «*O qual cavallo*». 6) por designação apenas de grupos de classe, exemplos: «*Um cavallo-alguns cavallos*».
23. Words which name qualities connected whit things, or Attribute words, are called Adjectives. *Green, beautiful, red, bright* are adjectives. OBS. - Adjectives, as well as nouns, are names. Nouns name things. Adjectives name qualities or properties existing in things.	25. Palavras que nomeiam qualidades connexas com cousas, e palavras que indicam a limitação de cousas chamam-se Adjectivos «*Verde-bonito; -este-esse-um-dous; -cada-cada um; -qual-cujo; -um-algum*» são adjectivos. Bem como os substantivos, os adjectivos são nomes. Os subtantivos nomeiam as cousas; os adjectivos nomeiam as qualidades ou propriedades das cousas, ou indicam a sua limitação.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
24. **Adjectives** are words which name qualities or properties attributed to things. When we say *a graceful lady*, the quality of *grace* is ascribed to a lady. When we say *a violent wind*, the property of *violence* is attributed to the wind. When we say *an ungainly person*, the quality of *ungainliness* is ascribed to a person. The words *graceful, violent, ungainly*, name qualities considered in connection with "a lady," "a wind," "a person," respectively, and are adjectives.	26. ADJECTIVOS são palavras que nomeiam qualidades ou propriedades attribuidas a cousas, ou que indicam a limitação dellas. Quando dizemos «*Graciosa senhora*», a qualidade «*graça*» é adscripta a uma senhora. Quando dizemos «*Vento violento*», a qualidade «*violencia*», é attribuida ao vento. As palavras «*graciosa-violento*» nomeiam qualidades consideradas em connexão com «*senhora-vento*», e são, por conseguinte, Adjectivos Qualificativos. Quando dizemos «*Um homem*», a palavra «*um*» limita o substantivo «*homem*». Quando dizemos «*Alguns negocios*» a palavra «alguns» limita o substantivo «*negocios*». As palavras «*um-alguns*» indicam a limitação de «*homem-negocios*», e são, por conseguinte, Adjectivos Limitativos.
25. Adjectives always refer to nouns, expressed or understood. When we say, "Here is a piece of *white* cloth," the adjective *white* refers to the noun *cloth*, which is expressed. When we say "*White* may be seen further than *black*," the adjectives *white* and *black* refer to a noun -color, or colors- which is understood without being expressed. In the phrase, "The *Holy One* of Israel," *Holy* refers to *One*, which is understood to mean God, the name of the Supreme Being - therefore a noun.	27. Adjectivos sempre se referem a substantivos, que expressos, quer subentendidos. Quando dizemos «*Beba cerveja* PRETA»; a BRANCA *não é tão nutritiva*», o adjectivo «*preta*» concorda com o substantivo «*cerveja*» expresso, e «*branca*» refere-se ao mesmo substantivo subentendido.
Exercises	EXERCICIOS
I. Name some Qualities or Properties in connection with each of the following things. Rocks, bones, coffe, trees, mice, birds, beans, water, jewels, dogs, ducks, dresses, plants, apples, oranges, houses, churches, games. What kind of words are those which denotes qualities in this way?	I. Nomear as qualidades ou propriedades em connexão com cada uma das seguintes cousas, e depois limital-as. Rochas–ossos–café–terra–arvores–ratos–feijão–agua–joias–cães–pato–roupa–planta–maçã–laranjas–casas–igreja–jogos. Que palavras são as que qualificam ou limitam deste modo os substantivos?

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	**Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia**
II. Join suitable Adjectives with the following words. Days, nights, dreams, rooms, bonnets, lessons, boys, marbles, roads, carriages, branches, streets.	II. Ajunctar adjectivos apropriados ás palavras seguintes: Dias–noutes–sonhos–quartos–barretes–lições–meninos–marmores–estadas–carroças–ramos–ruas.
III. Supply Nouns in the following phrases. Muddy___, broad___, deep___, bright___, wooden___, white___, heavy___, long___, righteous___, wise___, soft___, gentle___, true___.	III. Pôr os substantivos que faltam nas phrases seguintes: .....lodoso; .....larga; .....fundas; .....brilhantes; .....duro; .....branco; .....pesadas; .....compridos; .....justo; .....sabia; .....branco; .....manso; .....verdadeira; .....triste. Este.....; essa.....; aquella.....; Aquelles.....; Um.....; Uma.....; Dez.....; Vinte.....; Duzentas.....; Quinhentas.....; Cada.....; Cada um.....; O qual.....; as quaes.....; O homem cujo.....; A mulher cujo.....; O homem cuja.....; A mulher cuja.....; Algum.....; Todos.....; Quaesquer.....
IV Point out the Nouns and Adjectives in the following expressions. Good children, things good and bad, great industry, a wooden bucket, a heavy loss, white raiment, rainy mornings, hot bread, sweet cakes, men eager and anxious, a dangerous attempt, a dirty village, slovenly girls, bright faces.	IV. Indicar quaes os substantivos e quaes os adjectivos nas phrases seguintes: Bons meninos–Cousas boas e más–Este cavallo–Aquelle cachorro grande–Essa linguagem desabrida–Um caminho estreito–Homens cujos chapéos pardos–Aldeia suja–Vinte e cinco casas–Oitenta e quatro lindas raparigas–Calças pretas–Gravatas azues.
IV **Words employed to limit the application of nouns**	IV Palavras empregadas para restringir a significação dos substantivos
26. Some nous name individual things only; as, *John, Caesar, London, Asia*. These are called Proper Names, or Proper Nouns, because they are appropriated to individual persons, places, or things.	28. Alguns substantivos nomeiam sómente cousas individuaes, exemplos: «*João–Cesar–Londres–Asia.*» Chamam-se Nomes Proprios ou Substantivos Proprios porque são apropriados a pessoas, logares ou cousas individuaes.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
27. Most nouns are names of classes or kinds of things, and do not alone name individuals of the class or kind; as, *lion, tiger, flower, rose, river, iron, wheat, straw*. The noun *lion* is the name given to the whole class of lions. It does not by itself mean any single lion, or any particular lions: so *iron* means a kind of metal. Such names are called Common Nouns, because they are names common to a whole class, and to any or all of the members of the class.	29. A mór parte dos substantivos são nomes de classes ou de especies de cousas, e não nomeiam sómente individuos da classe ou especie, exemplos: «*Leão–tigre–flor–rosa–rio–ferro–trigo–palha*.» O substantivo «*leão*» é o nome que se dá a toda a classe dos leões. Por si só não significa um leão unico, e nem mesmo alguns leões em particular. Assim, «*ferro*» significa uma especie de metal. Taes nomes chamam-se Substantivos Communs ou Appellativos, porque pertencem á classe inteira ou a um qualquer membro, ou a todos os membros della.
28. Certain words are employed to indicate any single individual, or a particular individual, or particular individuals of a class of things. *Lion* is applied to the whole class of lions. We must use other words to limit the signification or application of the name *lion*, when we desire to speak of any single lion, or when we would indicate a particular lion, or particular lions.	30. Certas palavras empregam-se para indicar que um ou alguns individuos da classe são considerados em particular. O substantivo «*leão*» applica-se á classe inteira dos leões. Precisamos de usar de outras palavras para restringir a significação do nome «*leão*» a um individuo da classe dos leões, a um leão determinado.
29. *A* or *an*, and *the* are the words employed to limit the application of nouns in this way. We say, *a chair, an own; the chair, the owl; the chairs, the owls*.	31. «*–O–a–os–a*» são as palavras que empregamos para restringir deste modo a applicação dos substantivos. «*O mocho–a coruja–os mochos–as corujas*.»
30. *A* or *an* is employed to signify that a single member of the class is spoken of, and that no particular individual of the class in meant. *A chair* denotes a single chair, and is applied to any chair, without indicating any chair in particular. *An owl* means a single owl, but does not mean any particular owl. *A* is use before words beginning with a consonant sounds; as, *a boat*. *An* is used before words beginning with a vowel sound; as, *an apple*.	

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
31. *The* is used to signify a particular individual, or particular individuals of a class, and points out those which are meant; as, *the chair*, *the chairs*. *The chair* signifies a single chair, but indicates a particular chair. *The ox* signifies a single ox, but specifies one particular ox. *The chairs* denote several chairs, but refers to certain particular chairs.	32. «*O–a–os–a*» empregam-se para significar que um ou alguns dos individuos de uma classe tomam-se em sentido particulur, exemplos: «*A cadeira–as cadeiras*». «*A cadeira*» significa uma só cadeira, e cadeira que já se conhece, de que já se fallou, cadeira em particular. «*As cadeiras*» indica varias cadeiras, mas cadeiras que já se conhecem, de que já se fallou, cadeiras em particular.
32. The words *a, an,* and *the* are called Articles.	33. As palavras «*O–a–os–as*» chamam-se Artigos.
33. **Articles** are words employed to show the manner in which nous are used in a sentence, and to determine their application.	34. ARTIGO é uma palavra que restringe a significação do nome a um ou mais individuos determinados de uma classe.
34. *A* or *an* is called the Indefinite Article, because it leaves undefined or undetermined the particular member of the class signified by the noun. *A man* is any man. No particular man is meant. The article *a* shows that no particular man is meant.	
35. *The* is called the Definite Article, because it points out or defines the particular member or members of the class mentioned. *The man* is not any man, but a certain specified man. *The men* is not any men indifferently, but certain definite men.	
36. When nouns are not limited by an article, they embrace the whole class named by them. *Man* embraces the whole human family. *Men* includes all men. *Birds* comprehends all birds without limitation. *Iron, silver, gold* mean everything consisting of those metals.	
Exercises	EXERCICIOS

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	**Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia**
I. Point out the Proper Names and the Common Nouns in the list of words following. Death, gulf, candle, Alexander, angels, repose, Macon, dream, Amazon, Mexico, shaldows, tomb, face, palace, stream, Jackson, brass, coal, ashes, Pompey, Joshua, brain, Palestine, air, moisture, Potomac, Paris, lips, wall, dungeon.	I. Apontar os Substantivos Proprios e Appellativos na seguinte lista: «Morte–*golpho–vela–Alexandre–anjo–Amazonas–carvão–sopro–Paris–sebo–Amelia–Sena–cinza–Julio–livro–Lisboa–sé–relogio–gato–S. Paulo–espingarda–livro–Egypto–parede–França–caldo–tesoura–Portugal–nobreza–Gouvêa–cidra–pergaminho–Vaughan.*»
II. Use the Indefinite Article with the nouns Gentleman, ear, sound, stride, smile, heart, triumph, suspiction, arm, hand, bell, hair, heir, onion, union, spider, history, bed, yell, wish, floor, eye, island, plank.	II. Ponha artigo antes de cada um dos nomes da lista seguinte: «*Senhor–ovelha–sons–vozes–sorriso–cara–corações–trolhas–salto–veação–leito–ilha–duque–lei–tinteiro–rosas.*»
III. Use the Definite Article with the nouns. Lake, crystal, bank, rivers, angles, rocks, bridges, shore, fish, iron, canoes, precipices, fowls, tulip, odors, perfumes. The exercices may be varied by requiring them to be done orally in the class, or on the blackboard, or on the slate.	
V **Words which supply the place of Nouns**	V Palavras que substituem os Substantivos

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
37. When a thing is mentioned more than once, it is often inconvenient to repeat its name on each occasion. It would be awkward if we were obliged to say: The sun returns every morning. The sun rises in the east. The sun ascends the sky. The sun stands at noon above our heads. The sun then descends. The sun sets in the west. The sun passes out of sight in the evening. Instead of repeating the name of the sun so often, and multiplying sentences, we say: The sun returns every morning; *it* ascends the sky; *it* stands at noon above our heads; *it* then descends; *it* sets in the west; and *it* passes out of sight in the evening. The word it supplies the place of the noun sun, and refers to it.	35. Quando se menciona uma cousa mais de uma vez, pode-se tonar inconveniente repertir-lhe sempre o nome. Seria extravagante dizer-se: «Em tudo e por tudo é *o sol* o pae da vida da *terra*: *o sol* dá *á terra* os annos e os mezes; *o sol* dá *á terra* a mudança dos céos, *o sol* dá *á terra* a alternativa das estações. *Do sol* vem *á terra* a luz esplendida dos dias de verão, *do sol* vem *á terra* a meiguice feiticeira das noutes de luar. É *o sol* que *á terra* veste os campos, é *o sol á terra* enche os rios, é *o sol* que *a terra* fecunda. Gloria ao *sol*, gloria ao pae da vida!» Em vez de repetir tanto «*terra*» e «*sol*», diz-se mais acertadamente: «Em tudo e por tudo é *o sol* o pae da vida da *terra*: *elle* dá-*lhe* os annos e os mezes; *ele* dá-*lhe* as mudanças dos céos, dá-*lhe* a alternativa das estações. *Delle lhe* vem a luz esplendida dos dias de verão, *delle lhe* vem a meiguice feiticeira das noutes de luar. *É elle* que *lhe* veste os campos, é *elle* que *lhe* enche os rios, é *elle* que *a* fecunda. Gloria ao *sol*, gloria ao pae da vida!»
38. A distinct class of words ir employed to avoid the repetition of nouns. These words are called Pronouns. They are called pronouns because they stand in the place of nouns, and serve the same purposes.	36. Emprega-se uma classe distincta de palavras para evitar a repetição dos substantivos. Essas palavras chamam-se Pronomes. Chamam-se pronomes porque são postos em logar de nomes, e servem para os mesmos fins.
39. A **Pronoun** is a word which supplies the place of a noun.	37. PRONOME é uma palavra que se põe em logar do Substantivo.
40. Some pronouns stand for nouns. Other pronouns stand for adjectives. Bring wood to the fire. *Its* is at the door. Here *it* supplies the place of *wood*. It stands for a noun. *This* tree is an oak, *that* tree is a chestnut. Here *this* supplies the place of an adjective, such as *nearest; that*, of an adjective like *furthest*.	38. Alguns pronomes substituem simplesmente os nomes: outros substituem-n-os, limitando-os ao mesmo tempo. «Preciso muito da chave, e não sei onde *ella* está.» Aqui «*ella*» substitue simplesmente o substantivo «*chave*». «Olhe as vigas: *está* é de peroba; *aquella* é de pinheiro». Aqui «*esta*» e «*aquella*» substituem o substantivo «*viga*», e ao mesmo tempo limitam-n-o, mostrando a posição differente que occupam as duas cousas que elle representa.
41. Pronouns are divided into Personal, Relative, Interrogative, and Adjective	39. Ha duas classes de pronomes: Pronomes-substantivos e Pronomes-adjectivos.
	40. PRONOMES-SUBSTANTIVOS são os que substituem simplesmente os substantivos. «*Elle*» é um pronome-substantivo.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
	41. PRONOMES-ADJECTIVOS são os que substituem os substantivos, limitando-os ao mesmo tempo. «*Este*» quando pronome, é um pronome-adjectivo.
42. The Personal Pronouns are so called, because they distinguish between the person speaking, the person spoken to, and the person or thing spoken of. *I* wish *you* to tell *it* to *him*. "*I*," "*you*," "*him*" are personal pronouns. "*I*" means the person speaking. "*You*" means the person spoken to. "*It*" means the thing spoken of. "*Him*" means the person spoken of. OBS.– It is scarcely practicable to substitute nouns for the personal pronouns "I" and "you." But nouns may be easily substituted for "it" and "him." Thus we may say, "I wish you to tell the secret to a friend."	42. Os principaes pronomes-substantivos chamam-se PRONOMES PESSOAES, porque estabelecem distincção entre a pessoa que falla, a pessoa a quem se falla, e a pessoa de quem se falla. «*Eu* te peço que *lhe* digas que *ellas* não podem ir.» «*Eu–te–lhe–ellas*» são pronomes pessoaes. «*Eu*» significa a pessoa, que falla. «*Te*» significa a pessoa a quem se falla. «*Lhe–ellas*» referem-se ás pessoas de quem se falla.
43. There are three personal pronouns–the pronouns of the First, Second, and Third Persons.	43. Ha tres classes de pronomes pessoaes: pronomes da Primeira pessoa, da Segunda e da Terceira.
44. The **Personal Pronouns** are–*I, We*, of the first person; *Thou, You*, of the second person; *He, She, It, They*, of the third person. The first person denotes the person or persons speaking. The second person denotes the person or persons spoken to, or addressed. The third person denotes the person or persons, thing or things spoken of.	44. Os pronomes pessoaes são: da 1.ª pessoa: «*Eu, me, mim, migo; nós, nos, nosco*». da 2.ª pessoa: «*Tu, te, ti, tigo, vós, vos, vosco*». da 3.ª «*Elle, ella, o, a, lhe, se; elles, ellas, os, as, lhes, se*.» A primeira pessoa e aquella que falla. A segunda pessoa é aquella a quem se falla. A terceira pessoa é aquella de quem se falla. Qualquer das tres pessoas pode ser constituida por uma só ou por mais pessoas. OBSERVAÇÃO.– Não é quasi possivel substituir os pronomes da primeira e da segunda pessoa por substantivos. Com os pronomes da terceira pessoa a substituição é facil.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
45. The **Relative Pronoun** represents a preceding noun or pronoun and connects clauses. The Simple Relative Pronouns are *who, which, what,* and *that*.	
46. The **Interrogative Pronouns** are used in asking questions. The Interrogative Pronouns are *who, which, what*.	
47. The **Adjective Pronouns** are divided into several classes: 1. The Possessive Pronouns; as, my, our, thy, your, his, her, its, their. 2. The Demonstrative Pronouns; as, *this, that, these, those*. 3. The distributive Pronouns; as, each, every, either. 4. The Indefinite Pronouns; as, *some, other, any*.	
	45. Os Pronomes-adjectivos são exactamente os adjectivos limitativos empregados pronominalmente, isto é, sem substantivo claro. OBSERVAÇÃO.– Alguns adjectivos limitativos não podem ser empregados pronominalmente, isto é, sem substantivo claro. «*Cada*», por exemplo, nunca pode estar só na phrase.
Exercises	EXERCICIOS
Point out the Pronouns in the following sentences, distinguishing their kinds. I went to see your father at his house. He had gone to a neighbor's. You found the axe before it was needed. Now give it to him. Every thing should be put in its place, that you may know where each thing is. This is the knife which James found. Whose knife is it?	Indicar os pronomes, distinguindo-lhes as classes, nas sentenças seguintes: «*Eu comi as laranjas de José, e tu comeste as minhas.– Vós me não amais.– Olhe os cavallos: este é meu; esse é de meu pae; aquelle não sei de quem é.–Quer peras? Cada uma custa meia pataca.– Gosto muito de Maria, e não posso tolerar a Pedro: ella é uma menina intelligente e mansa, elle é um diabinho estupido e bravio.*»
VI **Words signifying the actions and conditions of things**	VI Palavras que significam acções e condições de cousas

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
48. When anything is mentioned, it is mentioned for the sake of saying something about it. If I say "*Stars*", no communication is made by this single word. Other words must be employed to signify what my thought is about "*stars.*" If I say, "*Stars shine*,", a thought is expressed, and some information conveyed. If I say, "*Robert*", or "*Good Robert*", another word or words must be added to tell something about "*Robert,*" or to say something to him. A meaning is conveyed by saying "*Robert sleeps,*" "*Speak, Robert,*" "*Good Robert died.*"	46. Quando se menciona alguma cousa, menciona-se com o fim de dizer qualquer outra cousa a respeito della. Si eu digo «*Estrellas*» não faço communicação alguma só com esta palavra: tenho de empregar outras palavras para significar o meu pensamento a respeito de «*estrellas*». Si eu digo «*Estrellas brilham*», exprimo um pensamento, e dou uma informação. Si eu digo «*Roberto*» ou «*O bom Roberto*», tenho de accrescentar uma ou mais palavras para dizer alguma cousa acerca de «*Roberto*», ou para fallar com elle. Forma-se sentido quando eu digo: «*Roberto dorme–O bom Roberto partiu–Falla, Roberto*.»
49. When a thing is mentioned, something is said about its actions or conditions. When we say, "*Stars shine,*" we declare that stars are characterized by shining, or that the property of shining belongs to stars. When we say "*Robert sleeps,*" or "*Robert died*," we an nounce the condition of Robert. When we say "*Speak, Robert,*" we command Robert to do a certain act.	47. Quando se menciona uma cousa, diz-se alguma cousa a respeito das suas acções ou condições. Quando dizemos «*Estrellas brilham*», declaramos que as «estrellas» são caracterisadas pelo brilho, ou que a propriedade de brilhar pertence ás «estrellas». Quando dizemos «*Roberto dorme*» ou «*Roberto partiu*», annunciamos a condição de «Roberto». Quando dizemos «*Falla, Roberto*», ordenamos a «Roberto» que pratique um certo acto.
50. Words which declare the acts, actions, or conditions of things are called Verbs. In the sentences, *Boys play; Birds fly; Rivers flow; Men die; Coal burns;* something is stated in regard to the acts, actions, or conditions of boys, birds, rivers, men, and coal. The words by which these statements are made–namely, *play, fly, flow, die, burns*–are Verbs.	48. Palavras que declaram actos, acções, ou condições de cousas chamam-se Verbos. Nas sentenças «*Os meninos brincam–Os passaros vôam–Os rios correm–Os homens morrem–O carvão arde*» enuncia-se alguma cousa em relação a certos actos, acções ou condições de «*meninos, passaros, rios, homens*» e «*carvão*». As palavras com que se fazem asserções, a saber, «*Brincam, vôam, correm, morrem, arde*» são Verbos.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
51. A **Verb** is a word which declares existence, a condition of existence, an act, or an action; as, I *am* here; I *weep*; I *run*; I *strike* a blow. *Verb* signifies word. It is so called because it is the indispensable word for the expression of thought or feeling. Nouns, adjectives, articles, pronouns, without verbs, cannot express any distinct meaning. It is the verb by which this is done. No sense will be made by the other words, if the verbs are left out of the sentences. No sense will be made by the words, I——sick; The kind lady ——me. But the sense is complete in the sentences, I *was* sick; The kind lady *nursed* me.	49. VERBO é uma palavra que exprime existencia, condição de existência, acto ou acção, exemplos: «*Eu estou aqui–Eu choro–Eu como–Eu dou um golpe.* «*Verbo*» quer dizer «*palavra*». Chama-se assim porque é a palavra indispensavel para a expressão de um pensamento ou de um sentimento. Substantivos, artigos, adjectivos, pronomes, sem verbos, não podem exprimir sentido distincto. É por meio do verbo que isto se faz. Si tirar-se o verbo das sentenças em que elle não possa facilmente subtender-se, ficam as outras palavras sem sentido. Não ha connexão em «*Eu..... um ataque; a boa senhora..... me.*» Completa-se o sentido quando se diz: «*Eu* TIVE *um ataque; a boa senhora* SOCCORREU-*me.*»
52. There must be a verb in every complete sentence. Words, without a verb, exhibit only some of the disconnected elementos of speech. The verb combines these elements into a distinct statement. In this sentence, "Many useful plants *grow* in the garden," the verb *grow* enables the words connected with it to express a distinct meaning, and unites them together so as to form a sentence. OBS.– Sentences are sometimes expressed without a verb; but in such cases a verb is always understood, or implied. Thus, in the proverb, *Many men, many minds*, no verb is expressed, but a verb is implied, and must be supplied, in thought at least, before any meaning can be communicated by the words. The complete sentence might be, Many men *have* many minds.	50. É de necessidade haver um verbo em cada sentença completa. Palavras sem verbo exhibem sómente alguns dos elementos desconnexos do discurso. É o verbo que combina esses elementos em uma asserção distincta. Nesta sentença «*Muitas plantas uteis crescem nas hortas*», o verbo «*crescem*» habilita as palavras com elle connexas a exprimir um sentido distincto, e une-as de modo que formam sentença. OBSERVAÇÃO.– Muitas vezes arranjam-se sentenças sem verbo: em taes casos um verbo é sempre subentendido. Assim, no proloquio «*Muito riso, pouco siso*» não se exprime verbo. Ha, porém, implicito um verbo que se tem de subtender, mentalmente ao menos, para que haja sentido. A sentença completa seria: «*Muito riso indica pouco siso.*»
53. Verbs are often defined to be words of Assertion or Affirmation, because they are required for every statement or declaration. My brother *fought* throughout the war. *Fought* is a verb. It asserts or affirms what my brother did. It expressed an act perfomed by my brother.	51. Muitas vezes define-se o Verbo –palavra de enunciação ou de asserção. Isto porque em casa asserto ou declaração requer-se um verbo. «*Meu irmão combateu na China*». «*Combateu*» é um verbo. Enuncia elle ou declara o que meu irmão fez. Exprime um acto levado a effeito por meu irmão.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
54. Verbs are also called Time-Words, or Tense-Words, because they indicate the time of existence, condition, or action. Thus the time of *going* is shown by the forms of the verb in the sentences, "*I go,*" "*I went,*" "*I shall go.*"	52. Os Verbos tambem chamam-se «Palavras de Tempo», porque indicam a epoca da existencia, da condição, da acção. Assim o tempo de «*ir*» é indicado pelas formas do verbo nas sentenças «*Eu fui–Eu vou–Eu irei.*»
55. Verbs express the existence, the condition, the acts, or the actions of persons or things: they affirm, deny, ask questions, command; and they indicate the time to which reference is made. OBS.– Wishes, imprecations, exhortations, entreaies are also made by verbs; and certain parts of verbe are also used for other purposes.	53. Os verbos exprimem a existencia, a condição, os actos ou as acções das pessoas ou cousas: elles affirmam, negam, perguntam, ordenam, e indicam o tempo a que se faz referencia. OBSERVAÇÃO.– Desejos, imprecações, exhortações, rogos exprimem-se tambem por meio de verbos: certas partes dos verbos servem ainda para outros fins.
Exercises	EXERCICIOS
Point out the Verbs in the following sentences, and tell why they are verbs The lambs play. The sky is clear. Foxes live in holes. The child sleeps. Pigs squeal. The weather is very hot. I am thirsty. Send this box to your uncle. Grapes hang on the vines. They rested near a brook. The river rises rapidly. They saw many sights, and they heard many strange things. They will sail to-morrow. Your friends desire to meet you. The snow covers the ground. The crowd ran away, and scattered. Name the other kinds of words in these sentences, so far as you know them.	Indicar os verbos nas sentenças seguintes, e dizer porque são verbos: Os cordeiros retouçam.– O céo está claro.–Os tatús fazem buracos.– A criança dorme.– Os portugueses grunhem.– O tempo está muito quente.– Eu estou com sede.– Mande esta caixa a seu thio.– Os cachos de uvas pendem das parreiras.– Elles ficaram perto de um corrego.– O rio cresce rapido.– Elles viram muita cousa, e ouviram muita historia exquisita.– Amanhã elles hãõ de levantar ferro.– Seus amigos desejam encontral-o.– A neve cobre a terra.– Cahiu neve um dia deste no Rio de Janeiro. Indique outras especies de palavras que conheça nestas sentenças:
VII **Words denoting the character or quality of actions and of attributes**	VII Palavras que denotam o caracter ou qualidade de acções ou attributos

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
56. Actions and attributes vary in character or quality, and in degree or amount. A ship sails on the sea. One ship may sail well; another may sail badly; a third may sail slowly; a fourth may sail very quickly. The words *well, badly, slowly, very quickly*, characterize or qualify the act of sailing asserted of the ship. A lesson may be difficult; or one lesson may be *more* difficult than another; or a lesson may be *exceedingly* difficult. "*Difficult*" is an adjective expressing the character or quality of a lesson. "*More*" and "*exceedingly*" express differences in the character or quality of the difficulty attributed to "a lesson." OBS.– These words, *well, badly, slowly, more, exceedingly*, express entirely different notions from those signified by nouns, adjectives, articles, pronouns, and verbs. They express the character or quality ascribed to the actions or attributes ascribed to things.	54. Acções e attributos variam em caracter ou qualidade, e em grau ou somma. «Os navios navegam no mar, nos lagos, e nos rios. Um navio navega *bem*; outro navega *mal*; um terceiro navega *de vagar;* um quarto navega *rapidamente*.» As palavras *bem, mal, de vagar, rapidamente* caracterizam ou qualificam o acto de navegar, enunciado a respeito dos diversos navios. «Uma lição pode ser difficil, ou pode ser *mais* difficil do que outra, ou pode ser *muito* difficil.» «*Difficil*» é um adjectivo que exprime o caracter da lição. «*Mais*» e «*Muito*» exprimem differenças no caracter ou qualificação da difficuldade attribuida á «lição.» OBSERVAÇÃO.– Estas palavras *bem, mal, de vagar, rapidamente, mais, muito* exprimem noções inteiramente diversas das que são significadas por substantivos, adjectivos, artigos, pronomes e verbos. Exprimem o caracter ou qualidade adscripta ás acções, ou os attributos adscriptos ás cousas.
57. A special class of words in employed to limit or qualify actions and attributes. *Splendidly* decorated; *brilliantly* illuminated; *sincerely* beloved; *sadly* disappointed; *very* bright; *extremely* ill. The actions and attributes expressed by "decorated," "illuminated," "beloved," "disappointed," "bright," and "ill," are qualified by the words, "*splendidly*," "*brilliantly*," "*sincerely*," "*sadly*," "*very*," and "*extremely*."	55. Uma classe especial de palavras é empregada para limitar ou qualificar acções ou attributos. *Esplendidamente* decorado; *brilhantemente* ornado; *sinceramente* amado; *tristemente* desapontado; *muito* brilhante; *extremamente* infermo. As acções e attributos expressos por «decorado, ornado, amado, desapontado, brilhante, enfermo» são qualificados pelas palavras «*esplendidamente, sinceramente, tristemente, muito, extremamente.*»
58. Words expressing the character or quality of an action or attribute, are called Adverbs. The words *splendidly*, *brilliantly*, *sincerely*, *sadly*, *very*, *extremely*, are adverbs.	56. Palavras que exprimem o caracter ou a qualidade de uma acção ou de um attributo chamam-se Adverbios. As palavras «*esplendidamente, brilhantemente, sinceramente, tristemente, muito, extremamente*» chamam-se Adverbios.
59. **Adverbs** may be employed to limit or qualify other adverbs; as, Jenny Lind sang marvellously well. Your friend paints very beautifully.	57. Os ADVERBIOS podem ser empregados para limitar ou qualificar outros adverbios; exemplo: «Sarah Bernhardt finge paixões *maravilhosamente bem*, e pinta *muito correctamente.*»

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
60. Adverbs are words joined to verbs, adjectives, and to other adverbs to qualify their meaning; as, She sings sweetly; she is entirely helpless; she rides very gracefully.	58. Adverbios são palavras que se junctam a verbos, adjectivos, e a outros adverbios para qualificar-lhes a significação, exemplos: «Ella falla docemente, ella é bem linda, ella sabe-se conduzir-se muito bem.
Exercises	EXERCICIOS
Point out the Adverbs in the following expressions. He looked remarkably well. The streams rose rapidly. The house was entirely open. The man was wholly unknown. The boy never saw his father. The family was in very narrow circumstances. It was strangely effected. Many persons would have acted otherwise. The alarm was certainly unreaseable.	Indique os adverbios nas seguintes setenças: Elle parecia estar muito bem.– As ribeiras correm rapidamente.– A casa estava totalmente aberta.– O homem era inteiramente desconhecido.– O menino nunca viu seu pae.– A familia estava em circumstancias bem estreitas.– Elle ficou completamente surprehendido.– O rebate foi indubitavelmente desarrazoado.
Insert Adverbs in the following phrases. The birds sing ——. The wind blows ——. The children write——. The morning is —— beautiful. The rocks were —— steep. The moon shines very——. The Well is —— deep. He —— leaves home.	Inserir adverbios nas phrases seguintes: Os passaros cantam..... O vento sopra..... Os meninos escrevem..... A manhã está..... triste. As rochas são..... arduas. A lua brilha muito..... O poço é..... fundo. Elle sai..... de casa.
Form sentences containing the followings Adverbs. There, then, otherwise, rightly, frequently, sometimes, quickly, soon, justly, wisely, always, never, not, sweetly, cheerfully.	Forme sentenças que contenham os seguintes adverbios: Alli, então, rectamente, bem, mal, muito, pouco, sempre, nunca, lindamente, correctamente.
VIII **Words signifying the relation (or direction) of one thought to another**	VIII Palavras que significam a relação ou a direcção de uma cousa para outra

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
61. A Word or phrase is often limited by the expression of its relation to something else, or by the addition of something to which its meaning is directed. The farmer is ploughing in his field on the hill before us. Here the phrase "*is plouhing*" is limited by expressing its relation to the farmer's own field, and the meaning of "*field*" is directed to the particular field "*on* the hill", and the meaning of "*hill*" is directed and confined to the field in sight, or "*before us.*" The words "*in*," "*on*," and "*before*" express the relations of "*ploughing*," "*field*," and "*hill*" to something else; and direct their meanings respectively to the words "field," "hill," and "us."	59. Uma palavra ou uma phrase é muitas vezes limitada pela expressão da relação que ella tem com alguma outra cousa, ou pela addição de alguma cousa a que dirigi-se a significação della. «O macuco está pousado em um galho de canelleira.» Aqui a phrase «está pousado» é limitada pela expressão de circumstancia de logar «*em* um galho», e a significação de «*galho*» é dirigida a um galho *de* canelleira. As palavras «*em–de*» exprimem as relações de «*pousado, galho* e *canelleira*», dirigindo a significação de «*pousado*» PARA «*galho*» e de «*galho*» PARA «*canelleira*».
62. Words employed to express the relations of words to something additional, and to give direction in this way to their meaning, are called Prepositions. "*In*," "*on*," "*before*," are prepositions. Prepositions are so called because they are usually placed before the nouns to which the meaning is directed and confined. *The wall fell upon him.* The falling of the wall was directed to "*him*." The preposition "*upon*" precedes "*him*." OBS.– Prepositions do not always precede the nouns dependet upon them, nor are nouns always required with them; as, *It was spoken of.*	60. Palavras empregadas para exprimir as relações das palavras com alguma cousa addicional, e para dar neste sentido direcção á significacão dellas chamam-se Preposições. «*Em–de»* são preposições. Chamam-se preposições porque usualmente se collocam antes das palavras, ás quaes se dirige a significação de uma outra palavra, ou que são restringidas por essa significação. «A parede cahiu sobre Pedro». A queda da parede dirigiu-se a Pedro: «sobre» propoe-se a «Pedro».
63. A **Preposition** is a word which expresses the relation or direction of the meaning to another word or thought.	61. PREPOSIÇÃO é uma palavra que exprime a relação ou a direcção de uma palavra ou de um pensamento para outra palavra ou para outro pensamento.
Exercises	EXERCICIOS
Point out the Propositions in the fellowing expressions. We went from Boston to Savannah. He was wounded in the arm. The boat is on the shore, and the ship is in the river. He regarded neither what was before hin nor what was behind him. The carriage rolled down the side of the precipe. Coffe and tea are not good without sugar.	I. Apontar as preposições nas seguintes sentenças: «Elle veio da Côrte para S. Paulo.– Pedro foi ferido em uma perna.– O bote está em logar seguro, e o navio em aguas socegadas.– Elle estava perante nós.– Pedro II é filho de Pedro I.– O carro rolou por brenhas horriveis. – Café sem assucar não presta.– Como pão com manteiga.»

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
Insert Prepositions in the following sentences. Drive the dog —— the house. The regiment marched —— the street. The tower stands —— a hill. Much discussion has arisen —— a passage —— the book —— Deuteronomy. Put your hat —— your head. The book lies —— the table. The lamp hung —— his head.	II. Inserir preposições nas seguintes sentenças: «Tire o cavallo ..... dentro ..... casa. O regimento passou ..... cidades despovoadas. – Ergueu-se a torre ..... um outeiro. Surgiu grave disputa ..... um ponto ..... seu livro. – O chapéo está ..... a cama e a roupa suja ..... um panno. – Vou cear José. Comer ..... vontade faz mal ..... todos. – Este livro é ..... ti.»
Form sentences with the following Prepositions in them. About, above, under, below, in, into, upon, within, without, through, by, to.	III. Formar sentenças em que entrem as seguintes preposições: «A–para–em–de–sobre–sob–com–ante–sem.»
IX **Words connecting other words or statements**	IX Palavras que ligam outras palavras ou asserções
64. Words and statements may be employed singly and separately, or they may be joined together so as to present compound ideas. Instead of saying, The dog is large; the dog is black; we may say, They dog is large and black. Instead of Dogs fight; Cats fight; we may say, Dogs and cats fight. *Large and black; Dogs and cats*, are compound expressions representing compound ideas. *The dog barks and bites; The dog will bite if you strike him,* are compound statements. In these examples, two words or two statements are conected together by the words "*and*" and "*if.*"	62. Palavras e asserções podem-se empregar singela o separadamente, ou podem-se ajunctar de modo que apresentem idéas compostas. Em logar de dizer «O cão é grande, o cão é preto», podemos dizer «O cão é grande e preto». Em logar de «Cães brigam; gatos brigam» podemos dizer «Cães e gatos brigam». «*Grande e preto–Cães e gatos»* são expressões compostas que representam idéas compostas. «*O cão ladra E morde–O cão morder-te-á SI tu lhe bateres»* são asserções compostas. Nestes exemplos duas palavras ou dois juizos estão ligadas pelas palavras «e» e «si».
65. Certain words are employed to join other words or statements together, such as, and, or, if, but, since, because.	63. Empregam-se certas palavras para ligar outras palavras entre si, ou para ajunctar juizos; taes são «e–ora–si–mas–pois–porquanto.»
66. Words which connect together words, clauses, or sentences are called Conjunctions. *And, if, but, since,* are conjunctions.	64. Palavras que ligam entre si outras palavras, clausulas ou sentenças, chamam-se Conjuncções. «*E–si–mas–pois»* são conjuncções.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
67. A **Conjunction** is a word which joins words, or sentences, or parts of sentences together. The battle was long *and* bloody. The sun, *and* the moon, *and* the stars are heavenly bodies. The fisherman was drowned *because* he could not swim. I must believe the wonder, *since* I saw it. OBS.– *And, but,* etc., connect words and statements together in a different manner from that in which statements are connected together by *because, since*, etc. The latter class of conjunctions indicates a relation of subordination and dependence between the propositions	65. CONJUNCÇÃO é uma palavra que juncta entre si palavras, sentenças ou partes de sentenças. «A batalha foi longa e sangrenta.–O sol e a lua e as estrellas são corpos celestes.» «O pescador afogou-se porque não sabia nadar. Tenho de crer no milagre pois o estou vendo.» OBSERVAÇÃO.–«*E–Mas»* etc. ligam entre si palavras e asserções de modo diverso daquelle porque se ligam asserções com «*porque–si»* Esta ultima classe de conjuncções indica uma relação de subordinação ou de dependencia entre as proposições.
Exercises	EXERCICIOS
Point out the Conjunctions in the sentences which follow. Henry and Fred are good boys, but Tom and Bob are not. I will either send or bring it myself. It was a kind, and generous and noble act, although it was very hazardous. I love reading, because it improves the mind. It was not the painter but the carpenter who was killed. He has done much good since he came. Point out the other kinds of words in these sentences.	I. Apontar as conjuncções nas sentenças seguintes: «Jorge e Joel são bons meninos, mas Arthur e Osorio não são.– Eu hei de mandar o dinheiro ou hei de eu mesmo leval-o.– Era um acto nobre e generoso, comquanto fosse muito arriscado.– Eu gosto da leitura porque ella aperfeiçoa a intelligencia.– Não foi o pintor, mas sim o carpinteiro que morreu.– Si eu fosse rico, mandava-te para a Europa.» Apontar as outras especies de palavras destas sentenças citadas.
Supply Conjunctions with the following sentences. The house were large, —— handsome, ——, convenient —— expensive. It must be true —— untrue. It must be —— night —— day. Chickens, —— ducks, —— turkeys, —— geese are all birds. I told you —— I could not go. He learns rapidly —— he is attentive. We shall lose our chance —— we do not go soon. Take care —— you be nurt. I remained —— he came.	II. Subentender as conjuncções nas seguintes sentenças: «As casas eram grandes.....bonitas. Isto não é verdade.....é mentira.–.....é dia.....não é noute.– Gallinhas.....patos.....perus.....gansos são aves.– Eu já lhe disse.....não podia ir.–Elle aprende depressa.....presta muita attenção ao que se lhe ensina.–Perdemos o logar.....não formos cedo.– Toma cuidade.....elle se fere. Fico.....elle veiu.»
Form sentences containing the Conjunctions following. And, or, either: nor, neither: because, for, since, till, if, that, but, though, unless, lest, yet.	III. Formar sentenças em que entrem as conjuncções seguintes: «E–ou; nem–; porque–porquanto–pois–si–que–mas–porém–como.»
X **Words used to indicate emotion or feeling**	X Palavras usadas para exprimir emoção ou sentimento

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
68. Some words are employed simply for the purpose of indicating emotion; such as grief, joy, disgust, surprise, fear. *Ah! Hurrah! Ugh! Ha! Oh! Alas!* are words of this kind.	66. Algumas palavras são empregadas sómente como o fim de indicar emoção; emoção de pezar, alegria, nojo, surpreza, receio, medo. «*Ah! Oh! Ai! Ih!*» são palavras deste especie.
69. Words simply expressive of emotion are not directly connected with any statement or sentence. *Alas!* the vessel was wrecked, and my friend was drowned. "*Alas!*" expressed the grief of the speaker, and displays his feeling, but it is not otherwise connected with the statements which follow.	67. Palavras que simplesmente exprimem emoção não são directamente connexas com qualquer asserção ou sentença. «Ai! o navio naufragou, e meu amigo afogou-se». «Ai» exprime o pezar de quem falla, e manifesta o seu sentimento; porém não se prende de outro modo com a sentença que se segue.
70. These words may be omitted altogether, or may be introduced in any part of the sentence, because they are not directly connected with the statement made. The vessel, *Alas!* was wrecked, and may friend was drowned. The vessel was wrecked, *Alas!* and may friend was drowned. The vessel was wrecked, and may friend, *Alas!* was drowned. The vessel was wrecked, and may friend was drowned, Alas!	68. Estas palavras podem ser totalmente omittidas, ou podem-se intercalar em qualquer parte das sentenças, porque não são directamente connexas com o asserto feito. «O navio naufragou, e meu amigo afogou-se». «O navio, *ai!* naufragou, e meu amigo afogou-se». «O navio naufragou, e meu amigo, *ai!* afogou-se». «O navio naufragou, e meu amigo afogou-se, ai!
71. Words which may be introduced in any part of the sentence are called Interjections–that is, words thrown in. *Ah! Oh! Alas!* are Interjections.	69. Palavras que podem ser introduzidas em qualquer parte das sentenças chamam-se Interjecções, isto e, «palavras lançadas no meio da sentença».
72. An **Interjection** is a word thrown into a sentence, to express some sudden emotion of the speaker. OBS. 1.–Any word or phrase which indicates emotion, without making any statement about it, may be used as an interjection. "*Strange! that the letter should never have reached me!*" "*Strange!*" is here used as an interjection, and the whole phrase is used interjectionally.	70. INTERJEIÇÃO é uma palavra introduzida no corpo de uma sentença para exprimir qualquer emoção subita da pessoa que falla. OBSERVAÇÃO.–Pode ser usada como interjeição qualquer palavra ou phrase que indique emoção, sem fazer asserto a respeito della. «Famoso! a carta partiu de S. Paulo ha oito dias, e ainda não chegou á corte!» «Famoso» é aqui uma interjeição, e toda sentença é usada interjectivamente.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
XI **Enumeration of the Classes of Words**	XI Enumeração das classes de palavras
73. Nine different kinds or classes of words employed in language have now been specified.	71. Têm-se especificado até agora nove differentes classes de palavras empregadas na linguagem.
74. These several kinds or words are: I. Words signifying things, usually called Nouns. II. Words signifying qualities of properties connected with things, commonly called Adjectives. III. Words determining the application or acceptation of nouns, or Articles. IV. Words which supply the place of nouns, or Pronouns. V. Words signifying the existence, condition, act, or actions of things, or Verbs. VI. Words signifying the character or quality of actions or attributes, or Adverbs. VII. Words signifying the relation of one word to another, or Prepositions. VIII. Words which connect words, clauses, or propositions together, or Conjunctions. IX. Words expressing emotion simply, or Interjections.	72. Estas diversas especies são: 1) Palavras que significam cousas, chamadas usualmente Substantivos. 2) Palavras que significam as qualidades ou propriedades connexas com as cousas, ou que as limitam, chamadas commummente Adjectivos. 3) Palavras que individualisam e particularisam a significação dos substantivos, ou Artigos. 4) Palavras que supprem os substantivos, ou Pronomes. 5) Palavras que significam a existencia, a condição, o acto ou a acção das cousas, ou, em outros termos, palavras que enunciam, dizem ou declaram, chamadas Verbos. 6) Palavras que significam o caracter ou qualidade de acções e attributos, ou Adverbios. 7) Palavras que significam a relação de uma palavra para com outra, ou Preposições. 8) Palavras que ligam palavras, clausulas ou proposições entre si, ou Conjunções. 9) Palavras que exprimem simplesmente emoção ou Interjeições.
75. These nine classes of words are called Parts of Speech, because they are the several constituent parts of all speech, and embrace all the kinds of words which compose speech.	73. Estas nove classes de palavras chamam-se «Partes do Discurso», porque ellas são as partes constituintes de todo o discurso, e porque comprehendem todas as especies de palavras que compõem o discurso.
XII **Sentences**	XII Sentença
76. Words combined so as to convey a distinct meaning form Sentences. The leaves are green. Light comes from the sun.	74. Palavras combinadas de modo que exprimam sentido distincto formam Sentenças. «*As folhas das àrvores são verdes–A luz vem do sol.*»

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
77. **Sentences** are of three kinds; simple, complex and compound. *The night cometh*, is a simple sentence. *The night cometh when no man can work*, is a complex sentence. *The night succeeds the day, and the day succeeds the night*, is a compound sentence.	75. Ha tres especies de SENTENÇAS: Simples, compostas e complexas. «*A noute vem*» é uma sentença simples. «*A noute succede ao dia e o dia succede á noute*» é uma sentença composta. «*A noute é triste por que é a ausencia do sol*» é uma sentença complexa.
78. A **Simple Sentence** makes a single statement; as, The summer is the season of flowers.	76. A SENTENÇA SIMPLES faz uma só asserção, exemplo: «*O verão é a estação das flores*».
79. A **Complex Sentence** contains two or more statements directly connected with each other– the one being limited or modified by the other; as, The swallows arrive, when the summer returns. Here are two statements, *the swallows arrive*, and *the summer returns*. They are directly connected together. The arrival of the swallows is limited in time by the return of summer. OBS.–A complex sentence is formed by the union of two or more statements dependent upon each other, through the intervention of such conjunctions as *when, because, though, that*.	78. SENTENÇA COMPLEXA é a que contém duas ou mais asserções directamente connexas entre si, sendo uma limitada ou modificada pela outra, exemplo: «*As andorinhas chegam quando volta o verão*». Ha aqui duas asserções–«*As andorinhas* e *volta o verão*»,– que são connexas entre si. A chegada das andorinhas é limitada no tempo pela volta do verão. OBSERVAÇÃO.–Forma-se uma sentença complexa unindo-se duas ou mais asserções dependentes entre si, e mostrando-se a dependencia por conjuncções, como: «quando, que, posto que, porque.»
80. A **Compound Sentence** is a sentence composed of two or more statements not dependent on each other; as, The summer is pleasant, and it is adorned with flowers Here are two distinct statements independent of each other, which are united by the conjunction and. OBS.–A compound sentence is formed by uniting two or more independent statements into one sentence by such conjunctions as and, or, but.	77. A SENTENÇA COMPOSTA é formada por duas ou mais asserções não dependentes uma de outra, exemplo «*O Verão é agradavel, e a Primavera é risonha*». Aqui estão duas asserções distinctas, independente uma de outra, unidas pela conjunção «*e*». OBSERVAÇÃO.– forma-se uma sentença composta unindo duas ou mais asserções independentes por meio de conjuncções taes como «*e*–ou–*mas*.»
XIII **Simple Sentences**	XIII Sentença simples

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
81. In every sentence there must be something spoken of, and something said about what is spoken of. *Birds fly. "Birds"* are the things spoken of, and what is said of them is, that they "*fly.*" OBS.–In the first and second persons of the verb it is not as evident as in the third that something is spoken of, and that something is said about what is spoken of. Nevertheless this is the case. In "*I speak*" – "*I*" is what is spoken of by myself; and *speaking* is what is said by me about myself. In *Go–you* is understood, and signifies the person addressed, about whom, therefore, the speech is made; and the order to "*go*", is what is said about *you*.	79. Em toda a sentença ha de haver alguma cousa da qual se falla, e alguma cousa que se diga a respeito d'ella. «*Passaros vôam*». «*Passaros*» são as cousas de que se falla, e «*vôam*» é o que se diz a respeito de «*passaros.*» OBSERVAÇÃO.– Na primeira e na segunda pêssoa do verbo não se torna tão evidente, como na terceira, que se falla de alguma cousa, e que se diz alguma cousa a respeito daquillo de que se falla. Todavia a verdade é essa. Em «*Eu durmo*–«*eu*» é aquillo de que eu mesmo fallo, e «*durmo*» é o que eu digo a respeito de mim mesmo. Em «*Vae*» subetende-se «*tu*» que significa a pessoa a quem se dá uma ordem, e, por conseguinte, a cujo respeito se falla; a ordem «*vae*» é o que se diz a respeito de «*tu*».
82. What is spoken of is termed the **Subject** of the sentence. In the sentences, *Birds fly, fishes swim, men walk, we travel*, the subjects of the several sentences are "*birds*," "*fishes*," "*men*," "*we*."	80. Aquillo de que se falla chama-se SUJEITO da sentença. Nas sentenças «*Passaros vôam*»–*Peixes nadam–Homens andam–Nós viajamos*», os sujeitos das differentes sentenças são «*Passaros, peixes, homens, nós*.
83. The subject of a sentence must be the designation or name of the thing spoken of. *Birds*, *fishes*, *men*, *we* are the designations or names of the things spoken of.	81. O sujeito de uma sentença deve ser designado pelo nome da cousa de que se falla. «*Passaros–peixes–homens–nós*» são designações ou nomes das cousas de que se fallou.
84. The subject of a sentence must be consist of a noun, a word supplying the place of a noun, or a pronoun, or a word or phrase used as a noun. *Birds*, *fishes*, *men* are nouns. *We* is a pronoun. In the sentences, *To die is the lot of all men*; and, *To die for the right is worthy of all praise*; the verb "*to die*" and the phrase "*to die for the right*" are employed as nouns, or are used substantively, and constitute the subjects of these sentences. OBS.–Any word or words may be used substantively, and form the subject of a sentence; as, *Twenty* is a number; *Red* is a color; *Under* is a preposition; *To write Poe's Raven* required high genius.	82. O sujeito de uma sentença ha de constar de um substantivo ou de uma palavra que supra o logar de um substantivo, como seja um pronome ou qualquer palavra ou phrase usada substantivamente. «*Passaros–peixes–homens*» são substantivos; *«nós»* é um pronome. Nas sentenças «*Morrer é sorte dos homens–Morrer pela patria é doce e glorioso*», o verbo «*morrer*» e a phrase «*morrer pela patria*» empregam-se como substantivos; em outros termos, são usados substantivamente, e constituem os sujeitos dessas sentenças. OBSERVAÇÃO.– Qualquer palavra ou phrase pode ser usada substantivamente e formar o sujeito da sentença, exemplo «VINTE *é um numero*–ONDE *é um adverbio*–ESCREVER LUSIADAS *só é dado aos genios*».

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
85. What is said about the subject is called the **Predicate**. Predicate means what is said or affirmed about any thing. In the sentences, *Birds fly, fishes swim, men walk, we travel*, it is said of birds that they "*fly*;" of fishes, that the "*swim*;" of men, that they "*walk*;" of the persons representend by "we," that they "*travel*." In other words, *flying* is asserted or predicated of birds; *swimming*, of fishes; *walking*, of men; and *travelling*, of the persons denoted by "we." OBS.–When the sentence is negative, the negation denies that which would otherwise be affirmed, but does not destroy the significance of the predicate as being what is said of the subject. *Men do not fly.* "*Flying*" is here predicated of men, and then denied by the negation.	83. O que se diz acerca do sujeito chama-se PREDICADO. «Predicado significa o que se diz ou affima acerca de alguma cousa. Nas sentenças «*Passaros vôam–Peixes nadam–Homens andam–Nós viajamos*», diz-se dos passaros que elles «*vôam*»; dos peixes que «*nadam*»; dos homens que «*andam*»; e das pessôas representadas pelo pronome «*nós*» que «*viajam*». Em outros termos, «*vôar*» é predicado ou enunciado a respeito de passaros; «*nadar*», a respeito de peixes; «*andar*», a respeito de homens; e «*viajar*», a respeito das pessôas designadas por «*nós*». OBSERVAÇÃO–Quando a sentença é negativa, a negação nega aquillo que por outra fórma seria affirmado, porém não destróe a significação do predicado, como sendo aquillo que se diz do sujeito. «*Homens não vôam*». Aqui «*vôam*» é predicado a respeito de homens, porém predicado negativamente.
86. Every sentence consists of a subject and a predicate. This is a consequence of the fact that a sentence is made up of something spoken of and of something said about it.	84. Toda a sentença consta de um sujeito e de um predicado. Isto é uma consequencia do facto de constar toda a sentença de uma cousa de que se falla, e de outra que a respeito della se diz.
87. The predicate must be a verb, or must contain a verb. In the sentences, *Birds fly,* and *birds are flying*; *men walk*, and *men are walking*, the predicates are verbs. The predicate consists of a verb and something else in such sentences as, *The rose smells sweet; The storm rages fearfully*, but the essential part of the predicates is the verb. OBS.–The necessity of a verb in every predicate results from the fact that nothing can be said about any thing except by means of a verb, which is the part of speech required for every assertion.	85. O predicado ha de ser um verbo, ou ha de conter um verbo. Nas sentenças «*Passaros vôam–Homens andam–Passaros estão voando–Homens estão andando*» os predicados são verbos. Os predicados compõem-se de verbos e de alguma cousa mais em sentenças como estas: «*A rosa cheira bem–A tempestade rebôa pavorosamente*» mas a parte essencial do predicado é o verbo. OBSERVAÇÃO.– A necessidade de um verbo em cada predicado resulta do facto de que nada se pode dizer a respeito de qualquer cousa, a não ser por meio do verbo, que é a parte do discurso exigida em toda a asserção.
88. A **Simple Sentence** may now be defined to be a sentence containing a single subject and a single verb (or predicate).	86. Uma SENTENÇA SIMPLES pode ser agora definida «sentença que contem um só sujeito e um só verbo (predicado)».

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
89. The subject of a simple sentence does not necessarily consist of a single word. *Beautiful colors* fade. *The most exquisite hues of the evening sky* disappear. *Beautiful colors* and *the most exquisite hues of the evening sky* constitute the subjects of these two sentences. OBS.–In these sentences, "*colors*" and "*hues*" are alone regarded as subjects in the grammatical construction: "*beautiful colors*" and "*the most exquisite hues of the evening sky*," constitute the topics of discourse, determine the meaning and extent of the things spoken of, and are called the logical subjects.	87. O sujeito de uma sentença simples não consta sempre, forçosamente, de uma palavra só. «*As mais lindas côres desbotam–Os matizes mais delicados do céo da tarde desapparecem.*» «*As mais lindas côres*» e «*Os matizes mais delicados do céo da tarde*» constituem os sujeitos destas das sentenças. OBSERVAÇÃO.–Nestas sentenças só «*côres*» e «*matizes*» é que são considerados como sujeitos na construcção grammatical: «*as mais lindas*» e «*os mais delicados do céo da tarde*» constituem os topicos do discurso, determinam a significação e a extensão das cousas de que se falla, e chamam-se os sujeitos logicos.
90. The grammatical subject is called the nominative in the sentence, because it names what is spoken about. The *house* took fire. *House* is the nominative in the sentence. It names what is spoken of. It is the name of the thing said to have taken fire.	88. O sujeito grammatical chama-se o nominativo da sentença, porque nomeia aquillo a cujo respeito se falla. «*A casa tomou fogo*». «*Casa*» é o nominativo da sentença. Nomeia aquillo de que se falla. É o nome da cousa que se diz ter tomado fogo.
91. The predicate of a simple sentence does not necessarily consist of only a single word. The birds *are singing*. The sky *is overcast*. The rain *is pouring down*. The rose *smells sweet*. The army *crossed the river*. An eagle *flew over the village*. "*Are singing*," "*is overcast*," "*is pouring down*," "*smells sweet*," "*crossed the river*," "*flew over the village*," are severally the predicates in these sentences, and each of them consists of two or more words. OBS.–The grammatical predicate is different from the logical predicate. The grammatical predicate consists of the verb alone, either in its simple form, as *sing*, or in its continued form, as *are singing*. The logical predicate includes all that is asserted of the logical subject.	89. O predicado de uma sentença simples não consta, sempre forçosamente de uma só palavra. «*Os passaros* ESTÃO CANTANDO–*O céo* ESTÁ CARRANCUDO–*A chuva* ESTÁ DESPENCANDO–*A rosa* CHEIRA BEM–*O exercito* ATRAVESSOU O RIO–*Uma aguia* PASSOU POR CIMA DA CIDADE». «*Estão cantando–está carrancudo–Está despencando–cheira bem–atravessou o rio–passou por cima da cidade*» são os predicados das diversas sentenças e cada um delles consta de duas ou de mais palavras. OBSERVAÇÃO.–O predicado grammatical é differente do predicado logico. O predicado grammatical consta do verbo só, em sua fórma simples como «*canta*», ou em sua fórma periphrastica frequentativa «*está cantando*». O predicado logico inclue tudo o que é affirmado do sujeito logico.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
92. Certain verbs expressive of action require the addition of a noun or pronoun to complete the predicate, by showing on what the action takes effect. Thus, in the sentence, *They army crossed the river*, the sense would be incomplete if we were to say, "*the army crossed,*" because we require to know what the army crossed, or in regard to what the act of crossing was performed. To satisfy this requirement, we must add the name of the thing which is the object of the action. In this case, what was *crossed* was *the river*; and, therefore, the predicate is completed by saying, The army crossed–*the river*. OBS.–Verbs that thus require the addition of a noun or pronoun, are called Transitive Verbs.	90. Certos verbos que exprimem acção, para que fique completa a sua predicação, requerem que se lhes ajuncte um substantivo, um pronome, uma parte do discurso ou uma phrase substantivada: este additamento mostra a cousa sobre a qual se exerce acção significada pelo verbo. Assim, na sentença «*O exercito atravessou o rio*» o sentido ficaria incompleto, si nós dissessemos sómente «*O exercito atravessou*»; porque não saberiamos que cousa o exercito «*atravessou*», ou, em outros termos, sobre que cousa effectuou-se a acção de «*atravessar*», executada pelo exercito. Para satisfazer esta exigencia faz-se mister ajunctar o nome da cousa que é objecto da acção. No caso vertente o que foi «*atravessado*» foi o «*rio*»: conseguintemente o predicado fica completo quando se diz: «*O exercito atravessou* O RIO.» OBSERVAÇÃO.–Os verbos que assim requerem a addição de um substantivo ou de qualquer outra palavra ou phrase que lhe faça as vezes, chamam-se Verbos Transitivos.
93. The noun or pronoun added to complete the predicate of a transitive verb is called the Object of the verb. "*River*" is the object of the verb "*crossed*" in the sentence, *The army crossed the river*.	91. O nome, pronome, parte do discurso ou phrase substantivada, que se juncta para completar a significação de um verbo transitivo, chama-se o «objecto do verbo.» «*Rio*» é o objecto do verbo «*atravessou*» na sentença «*O exercito atravessou o rio*».
94. A simple sentence, then, consists of one subject and one predicate; as, Fire burns. The subject and the predicate may each consist of one, or of several words; as, Bees hum; The busy bee improves each shining hour. The grammatical subject consists of a noun, or a pronoun, or of something equivalent and used as a noun. The logical subject includes all the words which describe the subject of discourse. The predicate always contains a verb. The grammatical predicate consists of the verb only. The logical predicate embraces whatever is said of the logical subject. The grammatical predicate sometimes requires to be completed by the addition of a word denoting on what the action takes effect, and this word is called the object; as, The boys broke——the bottle.	92. Uma sentença simples, pois, consta de um só sujeito e de um só predicado, exemplo: –«o fogo queima». Tanto o sujeito como o predicado pode constar de uma só palavra ou de muitas, exemplos: –Abelhas zumbem–As diligentes, zumbidoras abelhas colhem das flores o mel de seus favos.» O sujeito grammatical consta de um substantivo, de um pronome, ou de qualquer palavra usada como substantivo. O sujeito logico comprehende todas as palavras que descrevem o sujeito do discurso. O predicado grammatical consta só do verbo. O predicado logico abraça tudo o que se diz do sujeito logico. Por vezes o predicado grammatical requer, para ficar completo, que se lhe addicione uma palavra designativa daquillo sobre o que se effectua a acção, e tal palavra chama-se objecto; exemplo: –«Os meninos quebraram A GARRAFA».

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
95. Subject or nominative, and verb or predicate, are the essential parts of every sentence. Whit some verbs an object is required to complete the predicate. The framework of every sentence is constructed with these three parts, or with the first two of them.	93. As partes essenciais de toda a sentença são – sujeito ou nominativo, e predicado ou verbo. Com alguns verbos requer-se um objecto para completar o predicado. O arcabouço de toda a sentença se constróe com esses tres elementos ou com os dous primeiros delles.
XIV **Complex Sentences**	XV Sentenças Complexas
96. A **Complex Sentence** consists of one or more simple sentences connected together so that one sentence is limited or modified by the other, or by the others. The knowledge [that we continually trespass ourselves], should make us ready to forgive the trespasses of others. This is a complex sentence. One sentence or proposition is, "*the knowledge should make us ready to forgive*," etc. The other sentence or proposition by which this is modified is, "*we continually trespass ourselves*." This modification is shown, and the two sentences are formed into one by the conjunction "*that*." OBS.–The forms of complex sentences are very numerous, and often very complicated.	95. SENTENÇA COMPLEXA é a sentença que consta de uma ou mais sentenças simples, ligadas de modo que uma é limitada ou modificada pela outra, ou pelas outras. «*O conhecimento de que erramos continuamente nos deveria tornar faceis em perdoar os erros alheios.*» É complexa esta sentença. «*O conhecimento nos deveria tornar faceis*, etc.» e uma sentença simples ou proposição «*De que erramos continuamente*» é outra sentença ou proposição pela qual é modificada a primeira. Mostra-se essa modificação e fundem-se em uma só as duas sentenças por meio da conjuncção «*que*». OBSERVAÇÃO.– São muito numerosas, e por vezes muito complicadas as fórmas das sentenças complexas.
97. In a complex sentence the leading or limited proposition is called the principal sentence or clause. *I know a bank* whereon the wild thyme grows. In this sentence, the leading proposition is, "*I know a bank*," and this is called the principal sentence or clause.	96. Em uma sentença complexa a sentença limitada ou mais importante chama-se «clausula ou proposição principal». «*Conheço uma terra em que é abundante a quina.*» N'esta sentença a proposição mais importante ou a limitada é «*Conheço uma terra*»: conseguintemente é ella a clausula ou proposição principal.
98. The secondary or limiting proposition is called the subordinate sentence or clause. I know a bank *whereon the wild thyme grows*. Here the secondary or limiting proposition is, "*whereon the wild thyme grows*." This is called the subordinate sentence or clause. OBS.–The principal sentence does not always come first. We may say either, I will go, if you will stay; or, If you will stay, I will go.	97. A proposição secundaria ou limitadora chama-se «clausula ou proposição subordinada». «*Conheço uma terra em que é abundante a quina.*» Aqui a sentença secundaria ou limitadora é «*em que é abundante a quina.*» É ella a clausula ou proposição subordinada. OBSERVAÇÃO.– A clausula principal nem sempre vem em primeiro logar: podemos dizer «*Si tu fores eu irei*» ou «*Eu irei se tu fores*».

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
XV **Compound Sentences**	XIV Sentenças Compostas
99. A **Compound Sentence** is one in which two or more simple and independent sentences are joined together by means of a conjunction; as, *Man proposes, but God disposes*. "*Man proposes*" is one simple sentence: "*God disposes*" is another simples sentence, independent of the former. The combination of the two, by means of the conjunction "*but*," forms a compound sentence.	94. SENTENÇA COMPOSTA é uma sentença em que duas ou mais sentenças simples junctam-se por meio de uma conjunção, exemplo: «*O homem põe, e Deus dispõe*». «*O homem põe*» é uma sentença simples; «*Deus dispõe*» é outra sentença simples independente da primeira. A combinação de ambas por meio da conjuncção «*e*» fórma sentença composta.
XVI **Conclusion**	Conclusão
100. The general nature of words, their various kinds, and the manner in which they are combined into sentences, have been now explained briefly and simply, so as to furnish an introduction to the study of English Grammar. These are the subjects of grammar, but systematic grammar enters into many details which have been disregarded in the preceding sketch of the main characteristics of language.	Breve e singelamente ahi fica exposta a natureza das palavras, a sua expecificação, a maneira porque ellas se coordenam em sentenças. São estas cousas na verdade assumptos de grammatica, mas a grammatica systematizada entra em muita minudencia, que não foi possivel contemplar n'um esboço dos caracteristicos principaes da linguagem. Para contemplar este trabalho seguem-se em additamento os factos essenciaes, lexicos e syntacticos, da Lingua Portugueza.
	ADDITAMENTO
	I Principaes factos lexicos da Lingua Portugueza
	A) NOMES : a) Numero.
	98. Quando a cousa de que se falla é uma só, diz-se que está no Singular, exemplo: «O cavallo é bom–O soldado chegou».
	99. Quando a cousa de que se falla é mais de uma, diz-se que está no Plural, exemplos: «Os cavallos são bons–Os soldados chegaram».
	100. Ha em Portuguez dous numeros: SINGULAR E PLURAL.
	101. Forma-se o plural dos nomes em Portuguez accrescentando-se um «s» ao singular, exemplos : «Livro, livros; casa, casas».

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
	102. Para a formação do plural dos nomes observam-se as seguintes regras: 1.ª Si o nome acaba por a, e, i, y, o, u, ã, am, an, en, on, k, accrescenta-se o «s» simplesmente; exemplos:«Casa, casas; rede, redes; nebri, nebris; tilbury, tilburis; livro, livros; tribu, tribus; galã, galãs; orpham, orphams; orphan, orphans; regimem, regimens; colon, colons; almanak, almanaks.» 2.ª Antes de accrescentar *«s»*, os nomes terminados 1) por «r» ou «z» inserem-se um «e»; exemplos: «Mar, mares; matiz, matizes». 2) por «al, ol, ul» deixam cahir «l», e inserem-se «e»; exemplos: «Capital, capitaes; lençol, lençoes; paul, paues». 3) por «el» deixam cahir «l», e inserem-se «i»; exemplos: «Painel, paineis». 4) por «il» (breve) deixam cahir «l», e inserem-se «e» antes de «i»; exemplo: «Fossil, fosseis». 5) por «il» (longo) deixam sómente cahir o «l», exemplo: «Ilbecíl, imbecís». 6) por «em, im, om, um» mudam o «m» em «n», exemplos: «Margem, margens, fim, fins, tom, tons, atum, atuns». 7) por «x» mudam o «x» final em «ces», exemplo: «Calix, Calices». 8) por «ão» mudam «ão» em «õe», exemplo: «Calção, calções». OBSERVAÇÃO.–Os nomes acabados em *«s»* não variam.
	b) GENERO.
	103. O nome da cousa de que se falla é do Genero Masculino, si designa um animal macho; é do Genero Feminino, si indica um animal femea; exemplo: «Porco, porca; boi, vacca.»
	104. Os nomes das cousas que não tem sexo assumem o genero masculino ou o feminino, conforme a sua terminação.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
	105. Ha em Portuguez dous GENEROS: o MASCULINO e o FEMININO.
	106. Os nomes de homens e de outros animaes machos são do Genero Masculino; os nomes de mulheres e de outros animaes femeas são do Genero Feminino.
	107. Os nomes de cousas que não tem sexo são masculinos quando terminam 1) por *«á, e, é, i, y, o, ó, u»*, exemplos: *«Cará, valle, rapé, nebri, jury, livro, cipó, caruru».* 2) por «au, éo, eu», exemplos: «Pau, chapéo, breu». 3) por *«ák»* exemplo: *«Almanak»*. 4) por «al, el, il, ol, ul», exemplos: «Pinhal, marnel, barril, lençol, paul». 5) por «em, im, om, um», exemplos: «Armazem, marfim, som, jejum». 6) por «an, en, on», exemplos: «Iman, hyphen, colon». 7) por «ar, er, ir, or, ur», exemplos: «Altar, talher, nadir, vapor, catur.» 8) por «is, us», exemplo: «Lapis, virus». 9) por «az, ez, iz, oz, uz», exemplos: «Matraz, revez, matiz, cadoz, chapuz». 10) por «ão, am», exemplos: «Balão, orgam». OBSERVAÇÃO.–Ha numerosas excepções a todas estas regras.
	108. Os nomes de cousas que não têm sexo femininos quando terminados por «a, ã, ê», exemplos: «Casa, lã, mercê». OBSERVAÇÃO.–Ha numerosas excepções a todas estas regras.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
	109. Para modificar substantivos femininos os adjectivos qualificativos terminados 1) por «o», mudam «o» em «a», exemplo: «Bonito, bonita». 2) por *«u»* tomam *«a»*, exemplo: *«Nu, nua»*; 3) por *«e; al, el, il, ol, ul; ar, er, or; az, ez, iz, oz; m, n, s»* não variam, exemplos: *«Leve; geral, fiel, subtil, reinol, azul; particular, esmoler, superior, efficaz, soez, feliz, feroz; ruim, joven, simples»*. OBSERVAÇÃO.–Os adjectivos que terminam em «ol e ez» quando indicam qualidade patria, e os que terminam em «or» derivados de verbos, tomam um «a» para ajuntarem-se a nomes femininos, exemplo: «Hespanhol, hespanhola; portuguez, portugueza; defensor, defensora».
	110. Para modificar substantivos femininos os adjectivos determinativos que acabam 1) por «e» e «o» mudam «e» e «o», em «a»; exmplo: «Este, esta; quarto, quarta». 2) por «m» tomam «a», exemplo: «um, uma». OBSERVAÇÃO N.1.– «Meu, teu, seu» fazem «minha, tua, sua». OBSERVAÇÃO N. 2.– São invariaveis os numeraes cardinaes a partir de «dous» que faz «duas», exemplo: «quatro, cinco»; o distributivo «cada»; os conjunctivos «qual, que»; os indefinidos «mais menos, qual, só, tal». OBSERVAÇÃO N. 3.– Tudo que se diz sobre numero e genero dos substantivos e adjectivos qualificativos applica-se ao artigo, aos pronomes substantivos da 3.ª pessoa e a todos os pronomes adjectivos.
	B) VERBOS.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
	111. O enunciado do verbo restringe-se por quatro fórmas: 1) Relativamente á maneira porque elle se faz, e esta restricção chama-se MODO. 2) Relativamente á epocha em que elle se faz, e esta restricção chama-se TEMPO. 3) Relativamente ao facto de ser o sujeito falla; ou e ser o sujeito o interlocutor; ou de ser o sujeito o assumpto; e esta restricção, chama-se PESSOA. 4) Relativamente ao facto de ser o sujeito um só ou mais de um, e esta restricção chama-se NUMERO.
	112. Estas differentes modificações se fazem por meio de terminações que se podem classificar em quatro grupos, chamados as quatro CONJUGAÇÕES.
	113. Alguns verbos affastam-se em varias fórmas das fórmas dos quatro grupos, e por isso se chamam IRREGULARES.
	114. Os principaes verbos irregulares são *«Ter, Haver* e *Ser»* que, por auxiliarem os outros verbos nos tempos compostos, chamam-se AUXILIARES.
	115. Cumpre advertir que muitos dos verbos irregulares são tambem defectivos, e d'entre estes carecem de todas as pessoas, cujas terminações começam por *a* ou *o*, os seguintes: Abolir, addir, banir, brandir, carpir, colorir, compellir, delir, demolir, descomedir-se, discernir, expellir, extinguir, extorquir, fallir, florir, munir, retorquir, e submergir. Dos verbos *unipessoaes* alguns ha que tambem são irregulares, como *prazer*, que faz: *praz, prouve, prouvera, praza, prouvesse, prouver*. Os verbos *unipessoaes*, que exprimem diversos phenomenos da natureza, como: *chover, nevar, trovejar, relampejar, amanhecer, anoitecer, gelar, ventar*, etc. têm sempre por sujeito uma palavra analoga á significação do mesmo verbo, como: *o tempo, o ceu, a nuvem, o dia, a atmosphera*, etc. Tambem muitas vezes se empregam como oração integrante ou um pronome demonstrativo; sendo os principaes: *bastar, convir, cumprir, importar, parecer, succeder, relevar*, etc.

Introduction to the English Grammar (A Grammar to the English Language)	Holmes Brazileiro ou a Grammatica da Puericia
	II Principaes facto syntacticos da Lingua Portugueza
	116. Os adjectivos, qualificativos ou determinativos, qualificam ou concordam com os substantivos que elles determinam em genero e numero, exemplos: «Homem bom, mulher boa; homens bons, mulheres boas. Este homem, esta mulher; estes homens, estas mulheres».
	117. O verbo concorda com o sujeito em numero e pessoa, exemplos: *«Eu brinco, tu brincas, elle brinca, nós brincamos, vós brincais, elles brincam».*
	118. Quando a acção do verbo transitivo recai, não sobre o objecto, mas sobre o sujeito diz-se que o verbo está na **Voz Passiva,** e, neste caso, o verbo concorda com o sujeito em numero, pessoa e genero, exemplos: «Eu sou amado(si é um homem quem falla); eu sou amada (si é uma mulher quem falla» .

RÉSUMÉ ÉTENDU DE LA THÈSE

Présentation

Dans les enquêtes menées sur l'axe du projet Histoire des idées linguistique au Brésil c'est presque un consensus de considérer Júlio Ribeiro comme la première référence dans la grammatisation brésilienne, comme le discours fondateur de la grammaire au Brésil. La considération de Júlio Ribeiro comme le « premier grammairien » du processus de grammatisation brésilienne trouve sa source dans la reconnaissance qu'il joue un rôle fondateur dans la construction d'un lieu brésilien à dire au sujet de la langue attribuée à Júlio Ribeiro parmi les noms décisifs dans l'histoire de la grammaire au Brésil tels que, par exemple, Carlos Eduardo Pereira, dont la grammaire a connu plus de 100 éditions. Ainsi, Orlandi (2002, p. 131) fait valoir que Júlio Ribeiro « se qualifie dans l'histoire de la grammatisation, comme un lieu de référence absolue, ce qui signifie un discours fondateur de l'histoire de la grammaire brésilienne », ajoutant que « ce n'est pas l'utilisation faite de sa grammaire (à l'école, par exemple) qui lui donne son importance, mais le moteur de citation qui en fait la première référence ». Ces déclarations résument un regard sur Júlio Ribeiro dans le projet Histoire des idées linguistique au Brésil, dans lequel, pour tirer profit de l'autre formulation d'Orlandi (2002, p. 131-132), Júlio Ribeiro est signifié comme « une figure emblématique du processus de grammatisation de la langue nationale brésilienne. »

Les premières publications du projet présentent déjà Júlio Ribeiro à l'horizon de l'étude sur la construction d'un savoir métalinguistique et la construction d'une langue nationale au Brésil. Dans le premier numéro de la série des *Relatos,* lors de l'établissement d'une périodisation pour les études portugaises au Brésil, en tenant compte des faits d'ordre politique et institutionnel, Guimarães (1994) intègre Júlio Ribeiro, par sa grammaire, dans la période correspondant à la réalisation de la grammatisation portugaise au Brésil. Ainsi, c'est dans une réflexion sur l'histoire de la grammatisation brésilienne que Júlio Ribeiro rentre dans le plan d'études du projet Histoire des idées linguistiques au Brésil. Ainsi, à partir de l'idée que la grammatisation brésilienne se caractérise par le militantisme en faveur de la spécificité du portugais au Brésil au milieu d'une discussion sur les différences avec le portugais du Portugal, Guimarães (1994) rapporte que l'opposition de Júlio Ribeiro aux grammaires

portugaises et la recherche d'une autre influence théorique correspondent à une distance de l'influence directe du Portugal. Aussi dans la série *Relatos*, dans l'un des premiers textes sur le sujet, Orlandi (1997) met Júlio Ribeiro dans un mouvement grammatical brésilien du XIXe siècle qui postule qu'un savoir linguistique ne se réduit pas à refléter le savoir de la grammaire portugaise et à produire des grammaires qui fonctionnent comme un lieu dans lequel s'établit la visibilité d'un savoir légitime sur la langue pour la société brésilienne. Júlio Ribeiro apparaît dans le texte de Orlandi (1997), pour garder l'expression de l'auteur lui-même, dans la théorisation sur ce que signifie « être auteur d'une grammaire au XIXe siècle au Brésil ».

Orlandi et Guimarães (2001) enseignent que la marque de la grammatisation brésilienne est que la grammaire au Brésil se distancie de la tradition de grammaire portugaise, en particulier du modèle de grammaire philosophique de Jeronimo Soares Barbosa, un processus qui est lié à l'enseignement de la langue portugaise dans Brésil. C'est là que Júlio Ribeiro, positionné comme « l'un des initiateurs de la grammatisation brésilienne du portugais » (2001, p. 27), obtient toute son importance. Pour Orlandi et Guimarães (2001, p. 29), Júlio Ribeiro « représente la tendance de la Grammaire Philosophique dans sa filiation naturaliste » pour considérer que les études grammaticales de Jeronimo Soares Barbosa proviennent d'une métaphysique, proposant dans la citation de Whitney, une grammaire limitée à l'exposition des faits, mais en gardant une « relation très claire avec la grammaire philosophique à tendance à Port-Royal. » Ainsi, il est précisément dans le refus de Júlio Ribeiro de la tradition établie par Jerónimo Soares Barbosa, par la définition de la grammaire en tant qu'exposition méthodique des faits du langage, que Orlandi (2009, p. 54) verra un « geste fondateur qui construit une filiation à laquelle les grammairiens brésiliens font systématiquement référence », geste à travers lequel « Júlio Ribeiro affirme une notre origine, résultant d'une rupture dans le processus de colonisation ». Selon Orlandi (2009, p. 175), Júlio Ribeiro « prend la parole du grammairien pour se constituer emblématiquement comme le premier auteur de la grammaire au Brésil », position donnée par le fait qu'il « inaugure une discursivité et une attitude critique contre les grammairiens portugais ». À ce stade, Guimarães (2004) ne manque pas de donner de l'importance à l'accusation de Júlio Ribeiro que les anciennes grammaires portugaises étaient plutôt des dissertations métaphysiques que des expositions des usages de la langue, une réaction qui est interprétée à nouveau comme un

éloignement de l'influence directe du Portugal et de la recherche d'une autre influence théorique.

Le projet Histoire des idées linguistiques a ouvert tout un champ de réflexion sur les connaissances linguistiques qui a permis de mettre au premier plan la production d'auteurs tels que Júlio Ribeiro, motivant ainsi des recherches qui ont élargi les références relatives à l'auteur au cours des dernières années. Il s'agit d'articles, de dissertations et de thèses qui, en élargissant et entérinant les premières réalisations du projet, par la répétition de certaines affirmations, ont renforcé l'idée de Júlio Ribeiro comme auteur fondateur dans l'histoire de la grammatisation brésilienne. En ignorant la plupart de ses travaux, et en se cantonnant le plus souvent aux analyses de sa *Grammatica Portugueza*, les recherches récentes sur Júlio Ribeiro projettent l'image d'un grammairien innovant, voire fondateur, apportant quelque chose de nouveau sur la scène des études linguistiques au Brésil. La place éminente réservée à Júlio Ribeiro dans l'histoire qu'on raconte sur les idées linguistiques au Brésil repose sur la défense de son rôle de protagoniste dans au moins trois points : 1. avoir initié la grammaire scientifique au Brésil, brisant les modèles précédents de la grammaire générale et travaillant avec la grammaire historico-comparative ; 2. avoir été le premier à expliciter les marques propres du portugais du Brésil; 3. avoir été la première référence d'autres grammairiens brésiliens.

Les idées linguistiques inaugurales de Júlio Ribeiro et la dispute avec le grammairien Augusto Freire da Silva sur le modèle de scientificité de la grammaire au Brésil à la fin du XIXe siècle

Entre le 17 Décembre 1879 et le 16 Janvier 1880, Júlio Ribeiro a mené une discussion dans les journaux avec le grammairien Augusto Freire da Silva. Le premier écrit dans le *Diario de Campinas* et l'autre dans la *Provincia de São Paulo*. Les textes de cette controverse sont un lieu privilégié pour observer les premières positions de Júlio Ribeiro sur l'étude des langues et du langage, des positions qui seront intégrées et développées dans d'autres productions, aussi bien celles qui l'ont amené à avoir une certaine notoriété, c'est le cas de la *Grammatica Portugueza*, comme dans les œuvres qui sont désormais oubliées, c'est

le cas des *Traços Geraes de Linguistica*. Cette étude est une première contribution que nous cherchons à donner à l'histoire des idées linguistiques au Brésil. En effet, nous pouvons dire que la majeure partie des choses que Júlio Ribeiro va traiter sur le langage figurent déjà dans les articles publiés dans le *Diario de Campinas*. En fait, la réutilisation des parties entières des textes eux-mêmes est une procédure régulière dans la production de Júlio Ribeiro .

Les polémiques sont courantes dans le Brésil de la fin du XIXe siècle comme un moyen de faire le débat linguistique, posant des questions sur la façon dont les Brésiliens parlent et écrivent et sur la construction de discours métalinguistiques sur la langue nationale dans la période de grammatisation du portugais du Brésil, comme l'explique Castellanos Pfeiffer (2001). Insérer Júlio Ribeiro et Augusto Freire da Silva comme une page dans l'histoire des controverses linguistiques au Brésil est une deuxième contribution de notre étude. Cette controverse repose moins sur la façon dont les Brésiliens parlent et écrivent, mais ces problèmes apparaissent aussi, que sur la façon dont on devrait parler de la langue et produire les outils linguistiques. En fait, contrairement à d'autres conflits, les bases scientifiques d'étude du langage et les fondements théoriques de la grammaire n'apparaissent pas comme une dérivation d'autres questions, mais sont plutôt le point de départ et la base même de la dispute entre Júlio Ribeiro et Augusto Freire Silva.

Dans ce travail, on arrive à confirmer certains points soulevés par le projet Histoire des idées linguistiques au Brésil. Ainsi, on voit le problème de nommer la langue parlée par les Brésiliens et l'argument de la nouveauté pour légitimer une façon scientifique de parler à propos de la langue. A partir de la lecture des textes de la polémique, nous proposons d'analyser la façon dont ces questions apparaissent formulées et ressignifiées, produisant des changements importants dans l'ensemble des idées linguistiques établies à l'époque. De cette façon, un élément central que nous aimerions souligner est que cet argument de la nouvelle et de la scientificité n'est pas toujours synonyme de grammaire historique et comparée, car, pour Augusto Freire da Silva, ces éléments sont propres de la grammaire générale. Dans le même temps, Júlio Ribeiro est un auteur qui ressignifie la grammaire historique et comparé lorsqu'il travaille avec elle, avec la plupart de ses références étant faites par des auteurs français. Avec tout cela, nous cherchons à montrer que, en plus de la place centrale de l'axe Rio de Janeiro et São Paulo déjà travaillée par Orlandi (2000), qui explique que la plupart des grammaires

publiées à la fin du XIXe siècle ont été écrites par des professeurs des lycées à São Paulo et Rio de Janeiro, il y avait d'autres mouvements grammaticaux importants au Brésil. En fait, la participation d'Augusto Freire da Silva, auteur d'état du Maranhão, dans la controverse avec Júlio Ribeiro, un auteur de l'Etat de Minas Gerais qui a fait sa vie à São Paulo, confirme notre position que l'introduction de la production de grammaires à Rio de Janeiro et à São Paulo ne signifiait pas l'absence ou la fin de la grammaire dans l'autres régions du Brésil.

La controverse entre les deux auteurs nous permet d'observer que, parmi les idées qui étaient en circulation et en débat au Brésil de la fin du XIXe siècle, un moment décisif pour la réflexion sur la langue dans le pays et pour la construction d'une langue nationale, étaient des questions telles que la nature du langage articulé, l'appareil vocal, les base scientifiques d'étude du langage, la définition et la division de la grammaire, l'orientation théorique de la grammaire et l'enregistrement et la description de la langue portugaise.

Júlio Ribeiro comme auteur de la première œuvre de linguistique produite au Brésil et comme historien des sciences du langage

En 1880, un an avant donc la publication de sa *Grammatica Portugueza,* Júlio Ribeiro va écrire le livre *Traços Geraes de Linguistica*, qui se caractérise comme étant la première oeuvre auto-proclamée de linguistique dans l'histoire de la réflexion sur le langage au Brésil, et cela six décennies avant la parution de *Princípios de Linguística Geral* par Joaquim Mattoso Câmara Júnior en 1942. Notre objectif est de présenter une lecture détaillée de chacun des chapitres de cet ouvrage qui a été jusqu'à présent complètement effacé dans l'histoire des idées linguistiques au Brésil. Ainsi, notre objectif est de comprendre les sens du terme *linguistique* mobilisés dans le texte, notant les questions abordées et les auteurs cités, afin de déterminer comment la réflexion de Júlio Ribeiro s'insère dans le débat des auteurs de référence des sciences du langage à l'époque et ainsi favoriser une meilleure compréhension du niveau des études linguistiques à la fin du XIXe siècle dans notre pays. Nous essayons donc de montrer que, au-delà de la position d'auteur de grammaire, Júlio Ribeiro effectue le geste d'être aussi un auteur de la linguistique, qui reprend et innove la grammaire historique, et même d'historien des sciences du langage, qui présente des interprétations particulières de

l'histoire de la connaissance sur le langage et les langues. Par ce geste de reformuler les théories linguistiques et leur histoire, nous voyons que Júlio Ribeiro insère la langue portugaise et les langues indigènes brésiliennes dans les questions générales de la connaissance scientifique sur le langage au XIXe siècle.

Si l'émergence du terme *linguistique* en Occident au tournant des XVIIIe et XIXe siècles est contemporaine du développement de la grammaire historique et comparée, comme le montre Auroux (1995), et donc des siècles après la grammatisation massive des langue du monde et, en particulier, des vernaculaires européennes à la Renaissance, au Brésil, et cela est une question fondamentale, l'émergence de terme *linguistique* n'est pas seulement contemporaine du développement de la grammaire historique et comparative, mais aussi de l'installation du propre processus de grammatisation brésilienne du portugais, de sorte que le sens de *linguistique* joue dès le début avec la question de la langue nationale. En outre, au Brésil, la grammaire historique et comparée va disputer l'espace à la grammaire générale, même à l'époque où elle s'impose fortement comme un paradigme dans la représentation et la légitimité d'un dire scientifique sur le langage au pays. Ainsi, même si les travaux de Fournier (2005), Raby (2005), Swiggers (2005) Bourquin (2005), Boutan (2005) et Savatovsky (2005), entre autres, montrent des prolongements de la grammaire générale au XIXe siècle en France, la vérité est qu'il n'est pas possible de parler d'une hégémonie de la grammaire historique et comparative au Brésil au XIXe siècle comme cela se serait produit en Europe. Il existe des centres de résistance de la grammaire générale au Brésil comme l'école de Maranhão, et elle va vivre pendant une longue période, même dans les esprits les plus convaincus de son obsolescence, comme Júlio Ribeiro lui-même.

Les *Traços Geraes de Linguistica* apparaissent comme une œuvre unique en son genre sur la scène brésilienne à la fin du XIXe siècle et nous permet d'approfondir la compréhension de la portée de ce qu'Orlandi (2009, p. 172) appelle « processus de décolonisation linguistique » dans l'action des auteurs brésiliens du XIXe siècle prenant une position de savoir sur la langue portugaise. Si Orlandi (2000, 2009) nous permet d'affirmer un geste de décolonisation linguistique par les grammairiens brésiliens qui, lors de l'écriture de grammaires du portugais pour un public brésilien, proclament une connaissance brésilienne sur la langue parlée et écrite au Brésil, nous montrons que le geste d'auteur de Júlio Ribeiro

ne se produit pas seulement sur la connaissance de la langue du Brésil, mais aussi et surtout sur la langue des autres, sur toutes les langues, en bref, sur le langage en général, introduisant ainsi par-là même un geste de la langue portugaise et des langues indigènes brésiliennes dans les questions générales de la connaissance scientifique sur le langage.

Les *Traços Geraes de Linguistica* emploient le terme linguistique une dizaine de fois pour parler de quelque chose qui a des principes, des principes qui peuvent être appliqués à une langue (résultant en la philologie), à différentes langues (résultant en la philologie comparée), et même pour le traitement des religions et des philosophies (résultant en la mythologie comparée). Le terme est encore utilisé pour décrire la « première science qui a conçu et mis en œuvre la réelle méthode de classification ». Plus précisément, il est également mobilisé pour désigner un domaine dont les travaux montrent une chaîne d'affinités entre le portugais et le latin, en établissant, par exemple, « les principes de l'orthographe » de la langue portugaise. Plus largement, le terme est également conçu comme une « méthode » et comme apportant une « analyse approfondie » pour étudier le langage. Le livre de Júlio Ribeiro aborde des questions telles que le siège du langage articulé, l'appareil de la phonation, l'origine, l'évolution et la typologie des langues et l'histoire des sciences du langage, et suit donc les thèmes privilégiés de la recherche linguistique au XIXe siècle. En plus d'un avertissement au lecteur et d'une introduction, le livre se compose de 9 chapitres : 1) Siège du langage articulé; 2) appareil de phonation et sons élémentaires; 3) Origine et développement du langage articulé; 4) l'évolution linguistique; 5) langues monosyllabiques; 6) Langues agglutinantes; 7) langues flexionnelles; 8) Langues contractées; 9) La science du langage.

Júlio Ribeiro parle de lui-même et répond à des accusations de plagiat : auto-représentation et idéal de science

Júlio Ribeiro est un auteur qui parle de lui-même. Loin de chercher à en tirer une sorte de profil psychologique, ce que nous voulons dire avec cette affirmation est que, sans économie du pronom personnel de la première personne du singulier, Júlio Ribeiro se met souvent au premier plan dans ses textes, réalisant ainsi de façon très personnaliste la stratégie de tout auteur de créer pour lui-même un espace de représentation dans son travail. Dire de soi

au travers de l'autre, pour paraphraser Medeiros (2003); c'est avec des notes sur l'autre que Júlio Ribeiro marque souvent un espace de manque dans la scène de la réflexion sur le langage au Brésil, en revenant sur lui-même pour décrire le remplissage, le dépassement de ce manque, en prenant volontairement une position pionnière, voire même fondatrice, dans le débat linguistique au Brésil. Ce que nous voulons montrer avec cette étude est justement la façon dont Júlio Ribeiro s'auto-représente quand il représente l'état de la réflexion linguistique au Brésil et dans le monde.

Dans la controverse avec Augusto Freire da Silva, l'un des points de désaccord est la division de la grammaire en prosodie, l'étymologie, la syntaxe et l'orthographe. Júlio Ribeiro caractérise cette division comme vieille et irrationnelle, assurant qu'il va établir les divisions de la grammaire « avec méthode, avec la logique, avec le bon sens » (p. 18). Dans la mesure où l'auteur parle de la scène brésilienne, il signale un espace du manque, c'est-à-dire, il manque la méthode, la logique et le bon sens aux études grammaticales brésiliennes, et c'est Júlio Ribeiro lui-même qui apparait comme celui qui apporte à la scène nationale la méthode, la logique et le bon sens pour l'étude de la grammaire.

La préférence de Júlio Ribeiro par le terme *sentence* et la condamnation du terme *période* est prise par l'auteur comme une innovation, marquant ainsi sa contribution sur la scène nationale, une addition de Júlio Ribeiro aux études grammaticales au Brésil : « Dans mon dernier article j'ai utilisé le terme sentence au lieu de période. Ce fut une innovation » (p. 23). Ce ne sera pas la dernière fois que Júlio Ribeiro va se donner un lieu d'innovation dans la réflexion sur le langage au Brésil, soit pour avoir rempli un espace vide dans lequel un élément n'a pas encore été étudié, soit pour avoir corrigé, réorienté une étude déjà réalisée. Dans le cas particulier de l'utilisation du terme *sentence*, Ribeiro se justifie de suivre les grammaires anglaises, laissant entendre qu'il y a une autre innovation de sa part : l'observation des études de grammaire anglaise, la disponibilité de nouvelles références théoriques. L'innovation que Júlio Ribeiro revendique est en relation avec les études du portugais, relativement aux auteurs brésiliens et portugais.

Júlio Ribeiro caractérise ses propres articles comme « légères notes qui avaient pour seul but de démontrer que, sur la grammaire portugaise, il y a encore beaucoup à faire parmi nous » (p. 63) et déclare que la grammaire d'Augusto Freire da Silva « n'est pas au

courant des progrès du temps, et n'enseigne pas ce qu'il y a de mieux dans la science » (p. 64). Ainsi, dans la position de faire ce qui n'a pas été encore fait et de mettre à jour ce qui était encore paralysé dans le passé, Júlio Ribeiro annonce qu'il va analyser les leçons de grammaire d'Augusto Freire da Silva. Dans un autre article, Júlio Ribeiro donne de lui-même l'image de quelqu'un qui ne se plie pas à l'argument d'autorité. Dans un autre encore, il se présente comme un exégète fidèle de la linguistique, énumérant une série de noms d'auteurs (Bréal, Max Muller, Whitney, Hovelacque, Bopp, Bastin, Diez, Pacheco Junior), signifiés en tant que linguistes, et en tant que tel, associés à la science et au présent, par opposition à la routine et au passé, ces derniers éléments censés être comme le propre des grammairiens métaphysiques. Dans ce schéma, Júlio Ribeiro se représente comme celui qui popularise et met à jour la science linguistique.

Dans son évaluation, tout ce que dit Júlio Ribeiro sur l'étymologie et la morphologie sont des théories suivies par tous les linguistes modernes : « Ces théories sont plus ou moins suivies par Max Muller, Whitney, Coelho, Guardia et Wierzeyski, Bréal, Pacheco Junior, par tous les linguistes modernes » (p. 85). À une autre occasion, Júlio Ribeiro s'est présenté comme un suiveur et comme promoteur des théories linguistiques modernes, des théories scientifiques qui auraient trouvé un consensus parmi des noms comme Max Muller, Whitney, Coelho, Guardia et Wierzeyski, Bréal et Pacheco Junior. À un autre moment, Júlio Ribeiro se pose comme quelqu'un qui ne partage pas le consensus universel de son siècle autour de l'utilisation d'un terme grammatical, *l'étymologie*, ce qui suggère qu'il était donc en avance sur son temps, de son siècle, libéré du consensus universel. Dans la division de la syntaxe en syntaxe des mots et syntaxe de proposition, Júlio Ribeiro se présente, d'autre part, comme un auteur marchant avec la mode : « Vous savez que la terminologie scientifique d'aujourd'hui est toute prise du grec : je marchais avec la mode, comme Haeckel, j'ai pris de la cuisine grecque mes engrais » (p 86.). Si, à un autre moment Júlio Ribeiro se posait contre le courant du consensus universel sur l'utilisation de certains termes, il se montre ici comme quelqu'un qui a suivi la tendance de la terminologie de la science moderne, la terminologie fondée dans la langue grecque, le plaçant aux côtés de figures comme Haeckel, dans une référence vague à l'auteur. La mode, la modernité est d'emprunter les mots des anciens, les Grecs. Ce sont eux qui ont fondé la terminologie moderne de la linguistique. C'est dans cette position que se met Júlio Ribeiro .

Lorsqu'il nie la possibilité de parler en principe particulier et critique la confusion entre principe et fait, Júlio Ribeiro encore une fois se met dans la position de celui qui défend les enseignements de la science moderne.

Au début de ses *Traços Geraes de Linguistica*, plus précisément dans l'avis au lecteur, Júlio Ribeiro se présente comme un auteur de linguistique qui suit et reproduit les enquêtes d'un certain nombre d'autres auteurs, étrangers dans leur vaste majorité, eux-mêmes signifiés en tant qu'auteurs de la linguistique. Dans l'espace du Brésil, Júlio Ribeiro revendique alors l'importance d'introduire des compétences linguistiques extérieures au pays. Cependant, Júlio Ribeiro se présente également comme un auteur qui fait de nouvelles investigations. Ainsi, pour ses contributions à la réflexion linguistique en général, Júlio Ribeiro aurait une importance mondiale dans les études linguistiques.

Dans le but évident de remplir une lacune dans le domaine des publications sur la linguistique au Brésil et en critiquant vivement le travail du grammairien brésilien Francisco Sotero dos Reis pour son lien à la tradition de la grammaire générale et philosophique, le livre de Júlio Ribeiro cherche à établir une filiation avec l'étude des figures signifiées plusieurs fois dans son travail en tant qu'autorités du travail scientifique sur le langage et les langues. C'est Júlio Ribeiro, selon sa propre évaluation, qui va donc occuper une place vide dans la réflexion sur la langue au Brésil, au travers de la publication d'un livre de linguistique, et qui contribuera à de nouvelles recherches pour la recherche linguistique dans le monde.

Dans sa *Grammatica Portugueza*, Júlio Ribeiro continue à se déclarer comme un auteur qui suit les pas de la linguistique, comme un grammairien qui suit l'étude de la grammaire historique et comparative. Une phrase de Duarte Nunes de Leão utilisée par Júlio Ribeiro comme épigraphe dans sa grammaire illustre la position d'innovation dans laquelle il se place à plusieurs reprises : « J'ai essayé d'enseigner à mes naturels ce que je ne pouvais pas apprendre des autres. » Ainsi, si Júlio Ribeiro dit suivre les maîtres de la philologie et la linguistique, ce geste se donne comme une innovation dans le scénario de réflexion sur le langage au Brésil, par l'introduction des études qui n'auraient pas été menées jusqu'alors dans le pays et qui auraient été effectuées par le travail de Júlio Ribeiro lui-même. Ainsi, la répétition de ce qui a été dit au sujet de la langue en dehors du Brésil est dans le pays une innovation opérée, selon Júlio Ribeiro, par lui-même. Sur la scène internationale, la

contribution de Júlio Ribeiro serait son apport de nouvelles recherches pour la recherche linguistique. Surtout dans sa Grammaire, c'est en opposition avec les anciennes grammaires portugaises que Júlio Ribeiro montre la valeur de son propre travail. En se plaçant dans le sens opposé à la métaphysique qui caractériserait les anciennes grammaires portugaises, Júlio Ribeiro présente son travail d'analyse comme l'exposition de faits déduits du parler vernaculaire. Les noms qui apparaissent comme un guide de ce travail sont ceux de Whitney, Becker, Mason, Bain, Holmes, Adolfo Coelho et Teófilo Braga.

Júlio Ribeiro se met en évidence en relation avec un événement déterminant de la grammatisation brésilienne, le Programme de portugais pour les examens préparatoires. C'est en ce sens qui s'expriment Orlandi et Guimarães (2001) sur ce programme qui était une condition pour l'entrée dans les cours universitaires au Brésil. Pour Guimarães (2014), la mise en place du programme de portugais pour les examens préparatoires au Brésil est un catalyseur de la grammatisation brésilienne, en changeant, dans la mesure où il a ouvert la porte à l'émergence de nouvelles grammaires, l'enseignement de la langue et en créant une pression sur l'ensemble des établissements scolaires à l'époque, raisons qui le conduisent à considérer que le programme de Fausto Barreto marque le début de la grammatisation brésilienne du portugais. Selon ce mode de fonctionnement, les Examens permettent d'argumenter contre une origine unique de la grammatisation brésilienne, c'est-à-dire, contre l'idée que quelqu'un aurait été le premier à lancer ce processus de la production d'outils linguistiques au Brésil, en mettant avant en premier plan l'ensemble de travaux de toute une génération de grammairiens brésiliens. Le propre établissement du programme de portugais par Fausto Barreto n'a été possible que dans une certaine connaissance de la langue disponible à ce moment-là. Nous pouvons dire que le programme de portugais ne présente pas nécessairement de nouvelles connaissances, mais de nouvelles instructions pour travailler avec de telles connaissances, des conditions pour évaluer quelqu'un à partir d'une connaissance qui était disponible pour toute une génération et qui a permis même à quelqu'un comme Júlio Ribeiro d'écrire une grammaire basée sur des études historiques et comparatives. Júlio Ribeiro, cependant, se pose en antériorité aux examens, en faisant valoir que sa G*rammatica Portugueza* avait réalisé tout ce qui était prévu par le programme bien avant qu'il ne soit développé par Fausto Barreto. Plus que cela, pour Júlio Ribeiro, la *Grammatica Portugueza* serait la seule au Brésil à suivre l'orientation des examens préparatoires. Ainsi, sa

grammaire non seulement aurait prévu le programme de portugais comme elle serait également la seule à suivre ce qui était demandé comme connaissances linguistiques pour accéder aux universités du Brésil.

L'évaluation faite par Júlio Ribeiro sur le programme est qu'il est scientifiquement organisé sur la base de la science du langage, vantant les divisions de grammaire en lexeologie et syntaxe, et estimant qu'il n'omet aucun point grammatical – un compliment d'exhaustivité et aussi de dépassement de la scolastique et de la métaphysique. En fin de compte, l'appréciation que Júlio Ribeiro fait du programme de portugais est une appréciation de son propre travail grammatical, car il se représente comme prédécesseur de l'examen et aussi comme l'auteur de la seule grammaire qui a satisfait aux conditions pour préparer un étudiant non seulement pour l'épreuve du portugais, mais pour toutes les langues enseignées officiellement au Brésil. En fait, pour Júlio Ribeiro, ce n'est pas la *Grammatica Portugueza* qui est en accord au programme de portugais, mais le programme de portugais qui est en accord à la *Grammatica Portugueza*. Ainsi, si le programme est loué par Júlio Ribeiro pour être organisé scientifiquement sur la base de la science du langage, ce serait du fait qu'il se conforme aux principes de sa propre grammaire, une grammaire scientifique selon sa description. À la suite de cette façon de penser, si le programme de portugais est loué pour avoir divisé la grammaire en syntaxe et lexeologie, pour avoir surmonté la scolastique et la métaphysique et pour avoir répondu à toutes les questions sur la langue, c'est la grammaire de Júlio Ribeiro elle-même qui est louée par ces réalisations dans la mesure où elle est placée comme le guide du programme de portugais. En bref, Júlio Ribeiro expose sa grammaire comme une catégorie distincte dans son temps. D'un côté, les grammaires de Pacheco Junior, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, João Ribeiro, Fausto Barreto, Lameira de Andrade, monographies linguistiques inestimables en portugais. D'un autre côté, seule, la *Grammatica Portugueza*, une grammaire scientifique, seule capable de préparer les étudiants pour les tests de portugais et toutes les autres langues enseignées officiellement au Brésil. Les noms des Portugais Adolfo Coelho et Leite de Vasconcelos montrent que cette singularité revendiquée par Júlio Ribeiro ne se produit pas seulement en relation avec le travail des Brésiliens, mais par rapport à l'ensemble global des études sur le portugais, par rapport aux Brésiliens et aux Portugais.

Dans l'ensemble des *Cartas Sertanejas*, une série de dix articles publiés dans le journal *Diario Mercantil* en 1885, Júlio Ribeiro traitera, parmi beaucoup d'autres questions, d'élection de deux politiques du Parti républicain de São Paulo, discussion dans laquelle il décrit le caractère d'un homme scientifiquement préparé. Pour ses positions théoriques et, surtout, pour sa critique politique, Júlio Ribeiro attirera l'attention du rédacteur en chef du journal *A Provincia de São Paulo*, étant impliqué dans une controverse dans laquelle il a été accusé de plagiat.

Immédiatement après l'établissement de l'universalité de la connaissance comme la première exigence de l'éducation et de l'éducation elle-même comme la base de l'organisation sociale moderne, Júlio Ribeiro décrit ensuite ce que doit savoir un homme pour être scientifiquement préparé :

> L'homme scientifiquement préparé doit savoir, au moins de façon élémentaire, les mathématiques, la chimie physique, la bio-physiologie, la psychologie-morale. Il doit avoir de bonnes notions d'arithmétique, d'algèbre, de géométrie, de mécanique, de cosmologie, d'astronomie sidérale et planétaire, de géodésie, de géographie physique, de géologie, de minéralogie, de paléontologie, de botanique, de zoologie, d'anatomie, d'histologie, de pathologie, d'ethnologie, de la linguistique, de l'histoire et de la géographie, d'histoire, d'industrie, d'art, de littérature, de sociologie, de droit, de politique.
>
> En outre, il doit disposer d'études classiques solides. (P 23),

Le programme présenté par Júlio Ribeiro embrasse une dimension géante de la connaissance, qui ressemble à l'universalisme encyclopédique poursuivi par l'homme de la Renaissance, mais organisé d'une manière plus proche d'Auguste Comte et sa division des sciences. La profusion de noms de disciplines montre l'infinité de connaissances qu'il faut maîtriser pour être scientifiquement préparé. La linguistique est citée comme l'une de ces compétences qu'il faut avoir pour être un homme scientifiquement préparé, presque en fin de liste.

Pour Júlio Ribeiro, c'est la société brésilienne qui n'est pas scientifiquement préparée. La réalisation de son idéal de préparation scientifique ne semble trouver le succès que dans les personnages Lenita et Barbosa de son roman *A Carne*, personnages créés dans la littérature selon cet idéal de préparation scientifique de Júlio Ribeiro et qui se tournent vers

Júlio Ribeiro en parlant de lui comme un grammairien qui ne répète pas les vices de ses pairs. On pourrait donc dire que c'est dans un jeu de projections, dans lequel les personnages créés selon un modèle d'excellence de la connaissance scientifique parlent positivement de leur propre créateur, que Júlio Ribeiro semble réaliser, au moins à ce qui correspond à la connaissance linguistique, le niveau de préparation scientifique qu'il développe et qu'il exige des différents groupes de la société brésilienne.

En réponse aux articles de Júlio Ribeiro, Alberto Sales, sous le pseudonyme de Democrito, va écrire dans le journal *A Provincia de São Paulo* une série de longues lettres qui remettent en question la préparation scientifique de Júlio Ribeiro et l'accusent de plagiat. En plus de l'accusation de plagiat, il y a aussi pour Alberto Sales un désaccord avec Júlio Ribeiro quant à l'interprétation à donner aux idées d'Auguste Comte. Ce qui est en cause c'est le caractère de l'universalité de l'éducation et le modèle d'organisation des sciences, ainsi que l'importance des études classiques.

Alberto Sales a dénoncé la « mauvaise foi habituelle en matière littéraire » de Júlio Ribeiro quand il affirme qu'il s'agit bien de son propre exposé qu'il présente dans son livre *Traços Geraes de Linguistica*. Le plagiat serait caractérisé par l'absence de citation du nom de l'auteur de référence et par l'absence de guillemets pour indiquer les passages copiés. Avec cet argument, Alberto Sales montrera que Júlio Ribeiro a plagié la définition de la linguistique de Hovelacque. Ensuite Alberto Sales compare un passage sur le siège du langage dans l'œuvre de Júlio Ribeiro et dans celle de Hovelacque pour montrer que, même à ce moment-là, il y avait plagiat. Alberto Sales présente d'autres extraits du livre de Júlio Ribeiro qui, pour n'être pas accompagnés par des guillemets et pour ne montrer aucune référence, seraient des copies d'autres auteurs. Argumentant qu'il pourrait fournir de nombreux autres exemples de l'« extrême habilité à faire des travaux légers » de Júlio Ribeiro, mais que ce serait fastidieux car il serait obligé de «transcrire presque entièrement les 117 pages de son petit livre » Alberto Sales propose de démontrer que le mérite de Júlio Ribeiro comme philologue est aussi injustifié que son mérite en tant que linguiste. Puis il se propose de montrer des cas de plagiat aussi dans la *Grammatica Portugueza*. Dans un long passage, Alberto Sales compare des extraits de la grammaire de Júlio Ribeiro avec celle de Holmes pour montrer comment le premier plagie le second.

La réponse à Alberto Sales viendra dans deux des *Cartas Sertanejas* de Júlio Ribeiro. Dans la première, Júlio Ribeiro répondra à des accusations de « l'ignorance en matière de philosophie ». Dans la seconde, il répondra à des accusations de « plagiat littéraire».

Listant en détail en seize points chacune des attaques d'Alberto Sales, Júlio Ribeiro répond d'abord à toutes les accusations d'ignorance en matière de philosophie. Dans cette tentative, il ne reculera pas dans ses positions, sa stratégie étant la transcription d'auteurs comme Pichard, Comte, Lefèvre, Littré, Guardia, Whitney et Bréal pour renforcer ses idées présentées précédemment.

Júlio Ribeiro démonte en huit points les accusations de « plagiat littéraire » d'Alberto Sales. La première concerne le fait qu'il a fait passer comme si c'était de lui des pages copiées à partir de Pichard et Hovelacque dans les *Traços Geraes de Linguistica*. Il répond qu'il a pris effectivement plusieurs extraits des deux auteurs, mais refuse de les avoir fait passer comme s'ils étaient écrits par lui-même. Júlio Ribeiro décrit son travail en tant que regroupement des enseignements et des doctrines des maîtres étrangers dispersés dans divers ouvrages. Ainsi, selon cette façon d'argumenter, Júlio Ribeiro répétait éventuellement les idées des auteurs étrangers car il s'agit d'un travail de compilation, fait pour le bénéfice du lecteur brésilien, mais en ajoutant des recherches propres.

Sur le deuxième point, Júlio Ribeiro répond à l'accusation de Democrito de ce que de nombreuses définitions et exemples de sa *Grammatica Portugueza* sont traduits de Holmes sans qu'il ait encore mentionné une seule fois le nom de l'écrivain. Relatant l'histoire de sa grammaire en fonction de leur parcours institutionnel et son script de lectures, Júlio Ribeiro mobilise la propre histoire de développement des connaissances grammaticales pour répondre à une accusation de plagiat qui a comme critère l'exigence d'une mention explicite de la source. Son argument est que les caractéristiques d'une grammaire sont la répétition de divisions et de définitions, de procédures et de connaissances, des éléments qui sont passés au fil des siècles d'un grammairien à l'autre. Avec cette analyse, Júlio Ribeiro définit alors ce qui serait de sa propre contribution : un arbre synoptique qui résume la répartition des parties de la grammaire, une analyse en profondeur de l'étude de la phonétique et de la prosodie du Portugais, une analyse approfondie des formes et des accidents des mots. En plus de marquer

les différentes références utilisées dans la composition de sa grammaire, Júlio Ribeiro souligne un espace vide dans les études grammaticales de la langue portugaise, un vide signifié par le manque de travaux qui suivent le grammaire anglaise, l'espace qui serait rempli par Júlio Ribeiro lui-même pour l'emploi des références comme Mason, Whitney, Murray et Holmes. Dans cette opération, Júlio Ribeiro revendique le mérite d'avoir enrichi les études portugaises avec diverses règles relatives à l'utilisation des classiques. Pour nous, reste comme un point central la compréhension de Júlio Ribeiro de ce qu'une grammaire ne se fait pas n'importe comment, mais à partir d'un modèle et de connaissances qui sont disponibles pour plusieurs siècles. En bref, pour Júlio Ribeiro, si l'écriture d'une grammaire est un travail de composition selon un format et des connaissances données par une tradition, il n'y a pas de plagiat quand il ne cite aucune source, ce qui ne signifie pas qu'il n'y ait pas un espace de création dans lequel un grammairien peut apporter des innovations.

Sur le troisième point, Júlio Ribeiro répond à l'accusation du fait qu'il a pris à Whitney sa définition de la grammaire, et l'a présenté comme sienne, tout comme son examen. En fait, bien que notre préoccupation n'est pas de défendre ou d'approuver les accusations de plagiat, mais de comprendre les critères en jeu, il convient de noter des différences significatives dans les deux définitions dans la mesure où, par rapport au langage, Júlio Ribeiro parle *d'exposition des faits* et Whitney de *description des usages*.

Au point quatre, sur l'accusation de copier sans critère et littéralement un paragraphe de la grammaire de Whitney, Júlio Ribeiro affirme que son texte n'est pas compatible avec la formulation résultante de la traduction de Whitney. Donc, pour Júlio Ribeiro, bien que portant sur le même point, le traitement de la question n'est pas le même, dans ce qui semble être en jeu : l'action du grammairien dans le choix des termes, l'utilisation d'exemples et de l'ordre de la phrase, et même des différences de l'ordre de la langue, le fait de travailler avec deux langues différentes.

Les quatre derniers points ne touchent pas nécessairement à la question du plagiat. Le point important de cette controverse est de recueillir des éléments pour montrer comment Júlio Ribeiro produit ses textes. Ce que nous montrons c'est justement que les textes de Júlio Ribeiro sont construits au travers d'un travail complexe de traduction, d'adaptation et d'ajouts, un mode d'utilisation des écrits qui a été considéré comme du plagiat ; à notre avis, ce mode

de travail montre avant tout une position de création qui œuvre souvent pour l'affirmation d'une nationalité et d'un mode brésilien de dire à propos de la langue portugaise et aussi sur la langue en général, même sur l'histoire des sciences du langage.

Comment Júlio Ribeiro compose ses textes: transfert de technologie entre les langues dans la grammatisation brésilienne du portugais au XIXe siècle

Comme le montre l'accusation de plagiat qui a visé Júlio Ribeiro, il utilise souvent des textes de tiers dans ses œuvres, sans les citer dans la plupart des cas. Cependant, en laissant de côté la dimension morale de la question, ce qui nous intéresse c'est de démontrer que, loin d'être une simple copie, il y a tout un travail de ressignification de ce matériel par Júlio Ribeiro.

Les modifications de Júlio Ribeiro dans les textes traduits concourent souvent à introduire la langue portugaise et même les langues indigènes brésiliennes dans l'explication linguistique et dans l'histoire de la réflexion sur la langue. Dans ce chapitre, nous considérons non seulement des fragments, mais une œuvre complète pour analyser en détail le mode opératoire d'utilisation, de traduction et de reformulation opéré par Júlio Ribeiro. Il s'agit du *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia* publié par Júlio Ribeiro en 1886. En plus de démontrer que la production grammaticale de Júlio Ribeiro n'a pas été limitée à *Grammatica Portugueza* de 1881 – et on doit pointer que fait également partie de cette production la *Nova Grammatica Latina*, de 1890 – il importe de regarder cette œuvre car elle est l'un des rares exemples de la grammaire au XIXe siècle écrite au Brésil pour les enfants au début de la scolarité, parce que, comme nous le savons par les différentes études d'Orlandi et Guimarães, en particulier sous l'influence du programme de portugais pour les examens préparatoires, en 1887, les grammaires brésiliennes ont été produites pour préparer les jeunes à entrer dans les cours universitaires, donc concentrées sur les dernières années de l'école.

L'analyse des procédures de Júlio Ribeiro pour composer *Holmes Brazileiro Grammatica da Puericia* nous permet d'illustrer en détail comment fonctionne un transfert de technologie entre les langues et donc de comprendre en pratique le concept de grammatisation. Cette analyse nous permet également de montrer comment ce processus est

mis en œuvre dans les conditions particulières du début de la grammatisation brésilienne du portugais au XIXe siècle. À ce stade, notre travail met en lumière un élément peu observé dans l'histoire des idées linguistiques au Brésil, c'est-à-dire, l'altérité que la grammaire américaine représente pour la grammatisation brésilienne parce *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*, et le titre l'annonce, est une traduction de la *A Grammar of the English Language*, lancée en 1878 par George Frederick Holmes, professeur d'histoire, de littérature et de rhétorique à l'Université de Virginie aux Etats-Unis. Comme l'explique Rodríguez-Alcalá (2011, p. 205), « des transferts de technologie sont des processus non linéaires et ne sont pas portés par une simple transmission, mais à partir de gestes d'élaboration et de réinvention déterminés par les circonstances culturelles, sociales et politiques » et, par conséquent, il est important de se demander « qui fait de tels transferts, dans quelle direction, comment, dans quel but. » Pour répondre à ces questions, nous pouvons dire que celui qui fait le transfert c'est Júlio Ribeiro, un grammairien brésilien du XIXe siècle, ce transfert étant effectué à partir d'une grammaire de l'anglais américain vers le portugais du Brésil, afin de fournir du matériel pour l'étude de portugais pour les enfants d'école maternelle. La façon dont transfert est effectué est précisément ce que nous montrons en détail.

Dans un geste qui montre les chemins de grammatisation brésilienne en termes de modèles, Júlio Ribeiro adapte aux locuteurs du portugais au Brésil (tous les locuteurs du portugais, mais le public est brésilien) une grammaire des États-Unis d'Amérique qui, à son tour, a déjà été conçue et construite comme une adaptation d'une grammaire d'Angleterre. Tout en reconnaissant les différences entre l'anglais américain et celui d'Angleterre, Holmes travaille dans l'illusion d'écrire une grammaire de la même langue de l'ancienne métropole. En pensant à la déclaration d'Auroux (1992, p. 35) selon laquelle le processus de grammatisation correspond à un « transfert de technologie d'une langue vers d'autres langues », on pourrait dire que Júlio Ribeiro écrit sa grammaire sur l'idée d'un même fonctionnement grammatical entre deux langues différentes. En fait, ce que nous avons ici est un bon exemple de ce qu'Auroux (1992, p. 39) appelle la « grammaire latine étendue » quand il explique que le « plan relativement fixe des grammaires définit le cadre à remplir pour une description de langue et les termes théoriques nécessaires à une première appréhension des phénomènes ». Ainsi, nous constatons que, malgré les reformulations de Júlio Ribeiro, les catégories avec

lesquelles il travaille restent plus ou moins les mêmes que celles de Holmes et, au fond, de toute la tradition grammaticale occidentale. À ce stade, il est important de mentionner la thèse d'Auroux (1992, p. 18) selon laquelle le « fond latin constitue un facteur d'unification théorique qui n'a pas d'équivalent dans l'histoire des sciences du langage, » ce qui expliquerait « l'homogénéité conceptuelle de ces disciplines ». Ainsi, selon Auroux (1992, p. 18-19), la mise en place d'une « identité de métalangage » a permis « une certaine équivalence entre les grammaires des différentes langues rédigées dans n'importe lequel des vernaculaires en usage», de sorte que « les grammaires peuvent être de simples traductions les unes des autres », d'où son observation que « la grammatisation (à base latine) d'un vernaculaire européen peut également servir de départ à celle d'une autre langue et lui transmettre sa «latinité» ».

Dans le prologue de la première édition, Júlio Ribeiro lui-même utilise le verbe traduire pour parler de son travail, en expliquant, cependant, que ce travail de traduction nécessite des modifications imposées par la nature du portugais : « Traduire cette INTRODUCTION, en la modifiant dans des endroits où l'exige la nature du Portugais, est un service pertinent pour ceux qui dans cette langue se lancent dans la formation pratique des lettres » (1891, p. 3). La grammaire est modifiée et pas seulement traduite, quelque chose qui a certainement à voir avec ce que dit Auroux (1992, p. 19) sur ce qui est de l'ordre de la procédure de grammatisation elle-même comme un transfert de technologie quand il explique que « la construction du réseau suppose des adaptations locales et un certain biaisement des descriptions », mais qui peut être aussi vu comme un geste d'auteur du grammairien brésilien. C'est la langue (et la procédure de traduction) qui exige des changements, mais il est l'auteur qui aura à choisir, entre autres, quel exemple en portugais peut remplacer l'exemple en anglais pour expliquer telle ou telle proposition.

En suivant la grammaire de Holmes, la grammaire de Júlio Ribeiro est divisée en XV parties, en chiffres romains, et chaque partie est divisée en d'autres, en chiffres indo-arabes : I. Prolégomènes ; II. Les mots qui signifient des choses ; III. Les mots qui signifient des qualités ou des limitations de choses ; IV. Les mots utilisés pour restreindre le sens des noms ; V. Mots qui remplacent les noms ; VI. Les mots pour les actions et les conditions de choses ; VII. Les mots désignant le caractère ou la qualité des actions ou des attributs ; VIII. Les mots qui signifient la relation ou la direction d'une chose à une autre ; IX. Les mots qui se

lient à d'autres mots ou déclarations ; X. Mots utilisés pour exprimer une émotion ou un sentiment ; XI. Énumération des classes de mots ; XII. Sentence ; XIII. Sentences simples ; XIV. Sentences Composées ; XV. Sentences complexes. Contrairement à Holmes, qui énumère seulement "I", Júlio Ribeiro appellera cette partie "Prolégomènes". Dans le texte de Júlio Ribeiro, la conclusion n'est pas numérotée, contrairement à Holmes, où elle est le numéro XVI. L'important, cependant, est que Júlio Ribeiro modifie l'ordre du traitement des sentences établi par Holmes, qui, en séquence, parle des sentences simples (XII), des sentences complexes (XIV) et sentences composées (XV). Júlio Ribeiro abordera les sentences composées avant de parler des phrases complexes. Plus important encore, cependant, sont les changements que Júlio Ribeiro apporte à la façon dont Holmes traite ces parties. Ce dernier nomme le point III comme « mots signifiant Qualités de choses », alors que le brésilien va écrire « mots qui signifient des qualités ou des limitations de choses », ajoutant « ou limitations », en disant, par conséquent, que cette catégorie de mots considérée par Holmes peut aussi signifier des limitations et non seulement la qualité des choses. Le grammairien brésilien attribue un rôle de plus à un type de mot décrit par l'américain. Et ici, on pourrait penser qu'il s'agit d'un geste d'auteur qui peut même avoir quelque chose à voir avec l'imposition du fonctionnement de la langue, mais qui semble correspondre avant tout à la connaissance métalinguistique. Ce n'est pas que le même type de mot puisse moins dans une langue, mais le grammairien estime qu'il peut plus, si on prend en compte que cette introduction de la grammaire de Holmes traduite par Júlio Ribeiro, et la motivation même pour qu'elle soit traduite, est de développer des considérations générales sur la langue, toutes les langues, le langage, donc. C'est pour ça que Júlio Ribeiro ajoutera à la fin de sa grammaire un « supplément » sur les principaux faits lexicaux et syntaxiques de la langue portugaise, divisé en deux points : I. Principaux faits lexiques de la langue portugaise ; II. Principaux faits syntaxiques de la langue portugaise.

Les modifications de Júlio Ribeiro dans le texte de Holmes peuvent être fortement perçues dans l'utilisation des exemples. À certains moments, le grammairien brésilien est obligé de chercher d'autres mots pour illustrer le même phénomène en portugais. La description du phénomène et la nature d'exemple sont les mêmes, pour ainsi dire, mais les mots pour illustrer sont différents, parce que si les mêmes mots avaient été utilisés ils ne pourraient pas illustrer le phénomène. Ainsi, au point 11 des Prolégomènes, quand on

explique que des mots différents sont utilisés pour différents usages dans la construction de la sentence, Júlio Ribeiro répète exactement comme Holmes que plusieurs mots sont parfois représentés par le même son. L'exemple de Júlio Ribeiro est : *cessão, secção, sessão-Pena, pena*. En anglais, Holmes utilise les mots : *I, eye, aye; ale, ail*.

Quelqu'un peut argumenter qu'il y a des exemples qui ne sont significatifs ni d'une différence de langue ni d'une position théorique de l'auteur et qui peuvent correspondre peut-être à de simples manquements du brésilien ou des décisions éditoriales. Au point 13, en expliquant que beaucoup de mots signifient des choses qui peuvent être touchées ou manipulées, Júlio Ribeiro donne un exemple de moins que Holmes, en supprimant le mot *chair* (*chaise*). De même, il supprime le mot *anger* (*colère*) de la liste des mots utilisés par Holmes au point 17, où l'on explique que beaucoup de mots désignent des choses qui ne peuvent pas être directement perçues par nos sens, mais peuvent être reconnues par nos esprits. Mais ici, peut-être, il est possible d'argumenter plutôt en faveur d'un acte de l'auteur qui considère que quelques mots suffiront à illustrer une définition, voyant ainsi un excès dans le texte de Holmes. Nous constatons cela dans à de nombreux endroits. Au point 18, quand il explique qu'il y a des mots qui signifient des choses qui n'ont pas d'existence séparée, Júlio Ribeiro coupe deux exemples donnés par Holmes, qui avait utilisé les mots *color, heat, whiteness, warmth, length* et *truth*. Júlio Ribeiro utilise seulement *cor, calor, comprimento* et *verdade*, coupant ainsi *whiteness* (blancheur) et *warmth* (chaleur). Mais là aussi il y a quelque chose de l'ordre de la langue, car la distinction de la paire *heat* et *warmth* n'aurait pas de place en portugais, réduit à un seul mot, *calor* (la chaleur). Au point 19, quand on définit les substantifs comme des mots qui sont des noms de choses, nous voyons le remplacement d'un exemple qui semble travailler pour obtenir quelque chose qu'on imagine plus proche de la réalité du public de la grammaire de Júlio Ribeiro. Holmes donne les mots *kettle* et *andiron* comme un exemple de choses qui peuvent être manipulées ou touchées. Júlio Ribeiro traduit *kettle* à peu près comme *caçarola* (casserole) et *andiron* comme *formão* (ciseau). Le *andiron*, cependant, a la fonction spécifique du fer qui est utilisé dans les foyers, un instrument peu connu probablement dans un pays avec des températures élevées tel que le Brésil. Plus qu'un mot, ce qui semble être traduit par Júlio Ribeiro est un mode de vie dans le mesure où il remplace le mot utilisé par Holmes par un autre qui ressemble à un objet plus connu par les Brésiliens.

Un parmi les autres cas où Júlio Ribeiro adapte l'exemple de Holmes avec des éléments plus communs au Brésil, c'est quand il reprend les exercices de Holmes pointant des prépositions dans des phrases. Le brésilien prend toutes les phrases de l'américain, en remplaçant les références aux éléments des États-Unis par les articles brésiliens. Il insère donc, à partir des exemples, la géographie et l'histoire du Brésil, ainsi que les habitudes alimentaires. La phrase de Holmes : « We went from Boston to Savannah » (1878, p. 24). Dans Júlio Ribeiro, à son tour, se lit comme suit : « Elle veio da Côrte para S. Paulo » (1891, p. 37) (Il est allé de Rio à São Paulo). La phrase de Holmes, traduite sans modification en Portugais, servirait parfaitement à l'objectif de l'exercice, à savoir, pointer les prépositions. Le grammairien brésilien, cependant, préfère procéder à certains ajustements et présenter des images du Brésil. Donc, dans ce même exercice, il va ajouter deux autres phrases, deux de plus que Holmes, et parler de l'histoire et des habitudes du Brésil : « Pedro II é filho de Pedro I » (Pedro II est le fils de Pedro I) ; et « como pão com manteiga » (je mange du pain avec du beurre).

Un autre point de la grammaire où nous avons remarqué de fréquents changements du texte de Holmes par Júlio Ribeiro sont les exercices. En général, le brésilien apportera les mêmes exercices proposés par l'américain. Dans le premier exercice de la partie III, ainsi comme Holmes, Júlio Ribeiro demande : « Nommez les qualités ou propriétés en connexion avec chacune des choses suivantes » (1891, p. 17). Cependant, contrairement à Holmes, il ajoute : « puis limitez-les ». Cette commande de quelque chose de plus dans l'exercice a à voir avec les propriétés supplémentaires que Júlio Ribeiro donne au genre de mot qu'il analyse, et qui n'ont été pas considérées par Holmes. Ainsi, dans le même exercice, après avoir donné une liste de mots, Júlio Ribeiro demande : « Quels mots sont ceux qui qualifient ou limitent ainsi les substantifs ? », alors que Holmes avait demandé seulement : « What kind of words are those which denotes qualities in this way? » (1878, p. 12). Ceci est un point qui va même affecter la taille de l'exercice, ce qui montre qu'il n'est pas gratuit. Dans la partie III, par exemple, tout comme Holmes, Júlio Ribeiro demandera : « Mettez les noms manquants dans les phrases suivantes » (1891, p 17.). Holmes écrit alors 13 éléments : « Muddy___, broad___, deep___, bright___, wooden___, white___, heavy___, long___, righteous___, wise___, soft___, gentle___, true___ » (1878, p. 13). Júlio Ribeiro profitera de ces éléments, mais en inclura 20 autres, et ces éléments de plus travaillent précisément la

question de la limitation du mot et la question des adjectifs qualificatifs et limitatifs, qui n'a pas été traitée par Holmes :

> .....lodoso; .....larga; .....fundas; .....brilhantes; .....duro; .....branco; .....pe sadas; .....compridos; .....justo; .....sabia; .....branco; .....manso; .....verdad eira; .....triste. Este.....; essa.....; aquella.....; Aquelles.....; Um.....; Uma.....; Dez.....; Vinte.....; Duzentas.....; Quinhentas.....; Cada.....; Cada um.....; O qual.....; as quaes.....; O homem cujo.....; A mulher cujo.....; O homem cuja.....; A mulher cuja.....; Algum.....; Todos.....; Quaesquer…….. (1891, p. 17-18)

Les changements sont également perçus dans l'utilisation de la terminologie. Dans la partie IV, des mots utilisés pour restreindre le sens des substantifs, quand on explique que la plupart des substantifs sont des noms de classes ou sortes de choses, Júlio Ribeiro insère un changement de terminologie, parce que tandis que Holmes ne parle que des « Common Nouns », le brésilien emploie la nomenclature « Substantivos Communs ou Appelativos » (substantifs communs ou appellatifs), ajoutant, par conséquent, un second nom pour ce type de partie du discours. Dans un autre point (28 chez Holmes et 30 chez Júlio Ribeiro), ce que l'on voit, en revanche, c'est que Júlio Ribeiro supprime un mot du texte de Holmes, mais ici, la question n'est plus la terminologie, mais la caractérisation des propriétés de classe de mots, pour ainsi dire. Dans ce point, Holmes parle de restreindre « the signification or application » du nom, tandis que Júlio Ribeiro ne parle que de restreindre « la signification » du nom.

Les changements imposés par l'ordre de la langue sont très clairs dans le traitement de l'article dans la partie IV, ces impositions détermineront la nature des exemples utilisés par les deux grammairiens. Au point 29 de sa grammaire (31 chez Júlio Ribeiro), Holmes explique : « A or an, and the are the words employed to limit the application of nouns in this way » (1878, p. 14). Et puis il prend pour exemple : « We say, a chair, an owl; the chair, the owl; the chairs, the owls ». Júlio Ribeiro, à son tour, en traduisant ce passage, met comme suit : «–O–a–os–as são as palavras que empregamos para restringir deste modo a applicação dos substantivos » (-O-a-os-as sont des mots employés pour restreindre ainsi l'application des substantifs) (1891, p. 20). Avec comme exemple : « O mocho–a coruja–os mochos–as corujas ». Dans la grammaire anglaise, le mot *owl* sert à marquer la propriété du mot "*an*", qui introduit des mots qui commencent avec le son de la voyelle. Voilà pourquoi,

chez Holmes, la paire est *chair* et *owl*, parce que la question est de savoir si le mot commence par une voyelle ou une consonne. Chez Júlio Ribeiro, à cause du fonctionnement de l'article en portugais, la paire *mocho/coruja* est utilisée pour montrer la différence entre mâle et femelle. Justement pour marquer cette spécificité de l'anglais, Holmes va écrire l'article 30, qui sera complètement supprimé par Júlio Ribeiro, cette explication ne faisant pas sens pour le portugais :

> *A* or *an* is employed to signify that a single member of the class is spoken of, and that no particular individual of the class in meant.
>
> *A chair* denotes a single chair, and is applied to any chair, without indicating any chair in particular.
>
> *An owl* means a single owl, but does not mean any particular owl.
>
> *A* is use before words beginning with a consonant sounds; as, *a boat*.
>
> *An* is used before words beginning with a vowel sound; as, *an apple*. (1878, p. 14)

De même, les articles 34, 35 et 36 de la grammaire de Holmes seront entièrement omis par Julius Ribeiro. Dans ces articles, Holmes fait une distinction entre « Indefinitive Article » et « Definitive Article » :

> 34. *A* or *an* is called the Indefinite Article, because it leaves undefined or undetermined the particular member of the class signified by the noun.
>
> A man is any man. No particular man is meant. The article a shows that no particular man is meant.
>
> 35. *The* is called the Definite Article, because it points out or defines the particular member or members of the class mentioned.
>
> *The man* is not any man, but a certain specified man.
>
> *The men* is not any men indifferently, but certain definite men.
>
> 36. When nouns are not limited by an article, they embrace the whole class named by them.
>
> *Man* embraces the whole human family. *Men* includes all men.
>
> *Birds* comprehends all birds without limitation.
>
> *Iron, silver, gold* mean everything consisting of those metals. (1878, p. 15)

Avec l'article, Júlio Ribeiro fait l'inverse de ce qu'il a fait avec l'adjectif. Avec ce dernier, il a ajouté une classification que Holmes ne prévoyait pas, ici, il ne tient pas compte

d'une classification placée par l'américain. À ce stade, ce n'est pas quelque chose de l'ordre de la langue qui est en jeu, mais la position (théorique) du grammairien qui l'amène à considérer ou ne pas tenir compte d'une classification, à contempler ou non un fonctionnement particulier d'une classe de mot. En fait, la définition même de l'article chez Júlio Ribeiro ne correspond pas à celle trouvée par lui chez Holmes. Le brésilien le définit comme suit : « l'article est un mot qui limite la signification du nom d'un ou plusieurs individus d'une classe » (1891, p. 21). Et Holmes : « Articles are words employed to show the manner in which nouns are used in a sentence, and to determine their application » (1878, p. 15). Initialement, comme différence dans la définition, Holmes dit à quoi sert l'utilisation de l'article, alors que Júlio Ribeiro dit ce qu'elle est. Pour Holmes, l'article montre comment un substantif est utilisé dans une phrase pour déterminer son application. Ce qui est en jeu, par conséquent, plus généralement, c'est l'utilisation et l'application. La définition de Júlio Ribeiro met l'accent précisément sur l'application, en expliquant que la fonction d'article est de restreindre la signification du nom d'un ou plusieurs individus.

Le traitement du verbe est un endroit où l'on peut trouver des modifications apportées par Júlio Ribeiro par la substitution de termes. Il explique que, souvent, le verbe est défini comme mot de « énonciation ou assertion », termes différents chez Holmes, qui, dans la même explication, dit que le verbe est souvent défini comme un mot de « Assertion or Affirmation ». Júlio Ribeiro parle donc d'énonciation et d'assertion, alors que Holmes parle d'assertion et d'affirmation. Dans le même passage, Júlio Ribeiro change légèrement l'exemple donné par Holmes, qui apporte la formulation « combattre dans la guerre » (My brother fought throughout the war), alors qu'il parle de « combattre en Chine » (Meu irmão combateu na China). Dans cette partie, un autre exemple de changement terminologique, quand il reprend l'explication de Holmes que les verbes sont aussi appelés « Time-Words, or Tense-Words » en indiquant le temps de l'existence, de l'état ou de l'action, Júlio Ribeiro utilise un seul terme, « Palavras de Tempo ».

Lorsqu'il traduit la conclusion écrite par Holmes à la fin de son *Introduction to the English Grammar*, Júlio Ribeiro va supprimer la partie où il dit que ce qui a été expliqué avait pour but de fournir une introduction à l'étude de la grammaire anglaise. La conclusion de Júlio Ribeiro est fondamentalement la même que Holmes, à l'exception de cet extrait coupé. À la

fin, il présente un supplément avec des faits essentiels lexiques et syntactiques de la langue portugaise.

Le dernier point que nous avons abordé dans ce chapitre est la réutilisation constante que Júlio Ribeiro fait de ses propres écrits, copiés d'un travail à un autre, une procédure qui ne se fait pas sans modifications. En général, comme nous l'avons indiqué, une grande partie de ce que Júlio Ribeiro va traiter sur la langue dans ses différents textes figure déjà dans les articles publiés dans le *Diario de Campinas* au moment de la controverse avec Augusto Freire da Silva entre 1879 et 1880. Nous montrons comment des extraits de ces écrits inauguraux sont intégrés dans les deux livres qui composent la majeure partie du travail linguistique de Júlio Ribeiro, les *Traços Geraes de Linguistica*, de 1880, et la *Grammatica Portugueza*, de 1881, soulignant la façon dont certaines questions viennent tomber dans son œuvre littéraire *A Carne*, de 1888.

Pour démontrer comment la réutilisation que Júlio Ribeiro fait de ses propres textes est une procédure régulière dans son travail, nous avons montré dès le départ que tout le deuxième chapitre de *Traços Geraes de Linguistica*, l'appareil de phonation et les sons élémentaires, est la réunion de deux des articles de Júlio Ribeiro écrits dans l'épisode de la polémique avec Augusto Freire da Silva, et une grande partie de ce matériel sera utilisée à nouveau dans la *Grammatica Portugueza*, dans la section qui traite de la phonétique. En notant les changements dans les *Traços* par rapport à la polémique, on observe par exemple qu'on a coupé l'observation que serrer les dents ne fait pas obstacle au passage de l'air et la conclusion que l'on peut parler à travers les dents serrées. Par rapport à ces deux productions, la *Grammatica Portugueza* donne exactement la même définition de la phonétique, mais comme différence, présente comme une référence pour cette définition le livre *Résumé d'Etudes d'Ontologie Générale et Linguistique Générale*, de Bergman. C'est seulement à la troisième reprise quand Júlio Ribeiro donne la définition de la phonétique qu'il indique une source de référence.

Dans les *Traços*, Júlio Ribeiro coupe la mention aux grammairiens qui est faite dans les textes de la polémique au moment où, en expliquant les trois catégories de voix articulées, il critique que « l'ancienne distribution d'éléments de phoniques en sons simples et consonnes provient de l'observation imparfaite des phénomènes de vocalisation faite par les

grammairiens » (p. 1887, p. 29). Dans le livre de linguistique, ce passage est reproduit comme suit : « L'ancienne distribution d'éléments phoniques en sons simples et articulations, en voix et consonnes provient de l'observation imparfaite des phénomènes de vocalisation » (1880, p 25) sans donc blâmer explicitement les «grammairiens». Dans la *Grammatica Portugueza*, on en revient à parler de « grammairiens » dans la note sur une ancienne répartition des éléments phoniques : « La distribution de vieux éléments phonologiques en sons simples et articulations, en voix et en consonnes, vient de l'observation imparfaite des phénomènes de vocalisation faite par les grammairiens » (1881, p. 5). En outre, la grammaire apporte la référence, dans une note de pied de page, à deux ouvrages, comme si on donnait un nom à ces grammairiens qui traitent à tort la question : *Grammaire des Grammaires* de Girault-Duvivier et la *Grammatica Philosophica* Jerónimo Soares Barbosa.

Dans la polémique, Júlio Ribeiro condamne « l'erreur de grammairiens » dans la « fausse appréciation du bruit de la bouche, ou de toute autre partie de l'appareil de phonation » (1887, p. 29-30). Dans les *Traços Geraes*, Júlio Ribeiro condamne l'erreur des physiologistes : « L'erreur des physiologistes est la fausse appréciation du bruit de la bouche ou de toute autre partie de l'appareil de phonation » (1880, p 26.). Dans la *Grammatica Portugueza*, il crique l'erreur des grammairiens : « L'erreur des grammairiens est la fausse appréciation du bruit de la bouche, ou de toute autre partie de l'appareil de phonation » (1881, p 5.). En outre, dans la grammaire, ce passage gagne une note qui apporte comme référence les grammaires de Burgraff et de Bosses et même le texte *Coleção de Estudos e Documentos*, de Barbosa Leão. D'autre part, dans les *Traços*, Júlio Ribeiro coupe une référence qui a été inscrite dans la controverse et qui réapparait dans la *Grammatica Portugueza*. Il s'agit du livre *Nouvelles leçons sur la Science du langage*, de Max Müller, qui est cité pour enregistrer la connaissance des grammairiens hindous sur les sons du langage.

Tant dans la controverse que dans les *Traços Geraes*, Júlio Ribeiro présente un résumé sous forme de topiques sur ce qu'il faut déterminer pour distinguer les trois sortes de voix. Dans la *Grammatica*, ce passage prend un diagramme sous forme de triangle avec la distribution de toutes les voix libres, pointant comme référence le travail de Nordheimer *A Critical Grammar of the Hebrew Language*, de 1838. D'autre part, à la fois dans la controverse et dans la *Grammatica*, Júlio Ribeiro présente 32 « voix élémentaires essentielles

de la langue portugaise », explication coupée dans les *Traços Geraes*, ce qui est lié sans doute au caractère de l'œuvre de ne pas réaliser une analyse d'une langue spécifique, mais plutôt de traiter sur un mode général la question des sons du langage à partir de l'explication des concepts propres au sujet. Comme livre de linguistique, qui étudie le langage, il ne conviendrait pas aux *Traços Geraes* de traiter du fonctionnement spécifique de la langue portugaise, même si elle y apparaît souvent pour démontrer des thèses sur le langage. Dans un autre cas, dans un moment de la polémique, Júlio Ribeiro décrit les façons de parler au Brésil et au Portugal. Ce passage, dans lequel il fait valoir que l'existence de sons *dje* et *tche* à l'intérieur du Brésil prouve qu'ils étaient en usage chez les colons portugais du XVIe siècle, est reproduit dans la *Grammatica* mais coupé dans les *Traços Geraes*. Comme autre exemple, Júlio Ribeiro réutilise pleinement dans la *Grammatica* toutes les critiques faites dans la controverse sur la définition que la grammaire de Port-Royal donne du verbe comme un mot qui signifie l'affirmation. En ajout, Júlio Ribeiro y apporte le travail de Whitney comme référence pour la bonne définition du verbe : « Vu qu'exprimer l'existence d'une relation entre deux idées c'est déclarer une chose, il en résulte que la définition de Whitney 'verbe est le mot qui dit ou déclare' est la bonne » (p. 64).

Soulignant encore un autre cas d'ajout dans la *Grammatica* d'une nouvelle référence théorique à un sujet déjà traité, rappelons que, dans la controverse, Júlio Ribeiro embrasse la tâche d'établir des divisions de la grammaire « avec méthode, avec la logique, avec le bon sens » (p. 18), se référant aux travaux de Burgraff (*Principes de Grammaire Générale*), Allen et Cornwell (*English Grammar*), Ayer (*Grammaire comparée de la Langue Française*), Bastin (*Étude Philologique de la Langue Française*). Dans *Grammatica Portugueza*, à côté de ces œuvres, Júlio Ribeiro apporte comme une référence théorique la *Nouvelle Grammaire Grecque* de Alexis Chassang pour proposer la division de la grammaire en lexeologie et syntaxe.

Certaines questions vont arriver même dans l'œuvre littéraire de Júlio Ribeiro *A Carne*, tels que l'examen de la physiologie. Nous avons vu que dans la controverse avec Augusto Freire da Silva, Júlio Ribeiro a opposé la physiologie et la métaphysique, honorant la première plutôt que la seconde comme un outil pour le traitement correct du langage. Tout au long de son travail, Júlio Ribeiro ne refroidit pas la critique de ce qu'il appelle la

métaphysique dans l'étude du langage, en utilisant régulièrement la physiologie pour traiter non seulement les études linguistiques, mais aussi pour représenter un modèle de la science et de la société. Ainsi, à la fois dans la controverse et dans les *Traços* et aussi dans la *Grammatica Portugueza*, la reproduction d'un tableau pris de l'œuvre *Le darwinisme*, de Émile Ferrière, dans lequel on fait une comparaison de la sélection et classification généalogique des langues et des espèces apporte l'adjectif physiologique pour expliquer que « les espèces ont leurs variétés, grâce au milieu ou aux causes physiologiques », que les progrès les touchent « par la division du travail physiologique » et qu'un paramètre de classification pour elles est la « constance de la structure; organes de haute importance physiologique; organes d'importance variable ». Dans les *Traços*, nous trouvons encore l'affirmation selon laquelle la « grammaire comparée est basée sur la phonétique comparée, qui à son tour est basée sur la physiologie » (1880, p. 107) ; et dans la *Grammatica* nous trouvons l'affirmation selon laquelle la « chute des sons, ainsi que son ralentissement ont comme cause capitale la tendance organique de chaque homme, comme tout animal, d'utiliser le moins d'effort possible dans la réalisation des actes physiologiques » (1881, p. 144). Dans le roman *A Carne*, Júlio Ribeiro ne manquera pas de mentionner les « longues études de la physiologie » de Lenita ou du sexe comme « acte physiologique par lequel la nature vivante se reproduit elle-même » (p. 141), en lançant des déclarations comme « le mariage est une nécessité, pas plus sociale, mais physiologique » et « la reproduction physiologique enseigne que l'héritabilité directe du génie et le talent est plus fréquent de la mère à l'enfant » (1888, p. 67-68).

Nous pourrions donner plusieurs autres exemples de réutilisation que Júlio Ribeiro fait de ses propres écrits. Cependant, pour la généralisation de la question, nous croyons que nous avons suffisamment de preuves pour dire que les textes de la controverse avec Augusto Freire da Silva peuvent être pris comme des écrits inauguraux de Júlio Ribeiro, car ils apportent des thèses incorporées et développées plus tard dans les *Traços Geraes de Linguistica*, dans la *Grammatica Portugueza* et même dans son texte littéraire *A Carne*. En notant la migration et la formulation d'études d'une œuvre à l'autre, nous pouvons voir que les références spécifiques au portugais du Brésil qui sont déjà dans la controverse seront coupées dans les *Traços Geraes de Linguistica* et développées dans la *Grammatica Portugueza*. En général, c'est dans la *Grammatica Portugueza* que bon nombre des passages présentés pour la

première fois dans cette série d'articles dans le *Diario de Campinas* et puis repris plus tard dans les *Traços Geraes* recevront une référence.

Par la procédure même de réutilisation en grande quantité de ses propres écrits, on peut remarquer peu de variation dans le traitement des questions linguistiques travaillées par Júlio Ribeiro. Nous avons vu que, dans la controverse avec Augusto Freire da Silva, Júlio Ribeiro cite les Anglais, les Allemands, les Français et les Russes comme ceux qui faisaient avancer l'étude du langage en son temps. Cette curieuse référence au travail russe, cependant, n'a pas de continuité dans le travail de Júlio Ribeiro. Il est donc un cas de référence spécifique et isolé, ainsi que générique, contrairement à ce qui se passe avec Leibniz, par exemple, qui non seulement sera repris à d'autres moments, mais aussi sera mieux apprécié. Dans ce même point de la controverse, nous montrons que Leibniz est placé à côté de Manuel Alves et Condillac comme auteur prisonnier du retard représenté par le dogmatisme, l'utopie et la métaphysique dans les études du langage. Cependant, dans *Traços Geraes de Linguistica*, il est loué pour bannir l'orthodoxie de la linguistique. L'absence de tels exemples nous amène à dire que quand on a demandé des changements de position et sur les questions qui ont été laissées de côté pendant le développement de la pensée de Júlio Ribeiro sur le langage et les langues dans leurs différents travaux, ce qu'on y note est principalement la régularité.

La place de Júlio Ribeiro dans l'horizon de rétrospection de la grammatisation brésilienne

Nous cherchons à vérifier la place attribuée à Júlio Ribeiro dans les études linguistiques au Brésil entre la fin du XIXe siècle et la première moitié du XXe siècle, en observant comment son travail est incorporé dans l'horizon de rétrospection de la grammatisation brésilienne. Par conséquent, comme méthode d'analyse, nous allons chercher à recenser les citations au travail de Júlio Ribeiro jusqu'à la mise en œuvre de la *Norma Gramatical Brasileira* (*Norme Grammaticale Brésilienne*) en 1959. Les travaux publiés dans la période, et dans laquelle nous cherchons des références au nom de Júlio Ribeiro, sont souvent conçues comme les premières grammaires produites par un auteur brésilien et pour un public brésilien à la fin du XIXe siècle et début du XXe siècle, et aussi comme les premiers

traités brésiliens de sémantique, de philologie, de linguistique et sur l'histoire du portugais au cours des décennies 1920-1950:

1881 *Grammatica Portugueza Philosophica* de Ernesto Carneiro Ribeiro;

Estudos Philologicos de João Ribeiro.

1887 *Noções de Grammatica da Lingua Portugueza* de Pacheco da Silva e Lameira de Andrade;

Grammatica Portugueza de João Ribeiro;

Grammatica da Lingua Portugueza de Alfredo Gomes;

Grammatica Analytica de M. Maciel.

1888 *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza* de José de Noronha Napoles Massa.

1889 *Neologismos Indispensáveis e Barbarismos Dispensáveis* de Castro Lopes.

1890 *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza* de Ernesto Carneiro Ribeiro.

1894 Réédition modifiée de la grammaire de Maximino Maciel avec le titre *Grammatica Descriptiva.*

1903 *Estudos da Lingua Portugueza*, de Mário Barreto;

Noções de Semântica de Pacheco da Silva.

1907 *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira;

Questões de philologia - resposta aos criticos da Grammatica expositiva de Eduardo Carlos Pereira.

1908 *Difficuldades da Lingua Portugueza* de Said Ali.

1916 *Grammatica Histórica* de Eduardo Carlos Pereira.

1919 *Manual de Análise* de José de Oiticica.

1920 *Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral;

1922 *O Linguajar Carioca* de Antenor Nascentes;

Estudos da Lingua Portuguesa de José Rizzo;

Resposta à Crítica de Affonso Costa.

1923 *Lições de Português* de Sousa da Silveira;

Gramática Elementar da Lingua Portuguesa de M. Said Ali

1924 *Gramática Secundária da Língua Portugueza* de M. Said Ali

1930 *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* de M. Said Ali.

1931 *Gramática Histórica da Língua Portugueza* de M. Said Ali;

1935 *O Idioma Nacional na Escola Secundária* de Antenor Nascentes

1939 *Estudos Filológicos* de Antenor Nascentes.

1942 *Princípios da Linguística Geral* de Joaquim Mattoso Câmara Júnior.

1944 *Gramática Normativa da Língua Portugueza* de Francisco da Silveira Bueno.

1946 *Estudos de Filologia Portuguesa* de Francisco da Silveira Bueno;

1947 *Tratado de Semântica Geral Aplicada à Língua Portuguesa do Brasil* de Francisco da Silveira Bueno.

1952 *História da Língua Portuguesa* de Serafim da Silva Neto.

1953 *Contribuição à Estilística Portuguesa* de Joaquim Mattoso Câmara Júnior.

1954 Réédition de *Princípios da Linguística Geral* de Joaquim Mattoso Câmara Júnior, revista e ampliada.

1955 *A Formação Histórica da Língua Portuguesa* de Francisco da Silveira Bueno.

1957 *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* de C.H. de Rocha Lima.

L'analyse des discours sur Júlio Ribeiro dans 36 ouvrages publiés entre 1881 et 1959, ainsi que des questions grammaticales et linguistiques dans lesquels son nom est mobilisé, nous permet de dire que l'auteur n'est pas la référence théorique absolue ni le modèle incontournable d'analyse de la langue portugaise pour la plupart des autres auteurs brésiliens. Dans au moins la moitié des œuvres analysées, le nom de Júlio Ribeiro n'est même pas mentionné. D'autre part, dans les ouvrages dans lesquels il est cité, sa grammaire est liée au travail avec la méthode historique comparative et utilisée comme source d'exemples et de formulation des règles de la langue portugaise.

C'est principalement parmi les grammairiens de la fin du XIXe siècle que circule le nom de Júlio Ribeiro, et on peut indiquer seulement deux auteurs de cette période qui n'en font aucune mention : Castro Lopes et José de Noronha Napoles Massa. Tout au long de la première moitié du XXe siècle, cependant, les références à Júlio Ribeiro sont beaucoup moins fréquentes, dans ce qui semble être une réalité non seulement pour Júlio Ribeiro, mais pour les grammairiens du tournant du XIXe au XXe siècle en général. À notre avis, il y a toute une génération qui est en train de perdre sa place, qui sera réduite au silence, et cela même avant

la mise en place de la *Norma Gramatical Brasileira*, qui semble couronner plutôt que lancer cet effacement. La première référence des auteurs brésiliens des premières décennies du XXe siècle sont leurs propres contemporains. Ainsi, rappelé par Mario Barreto, Eduardo Carlos Pereira et Said Ali, entre 1903 et 1908, mais ignoré dans ce cycle par Pacheco da Silva, Júlio Ribeiro attendra jusqu'en 1922 pour être récupéré par Antenor Nascentes, José Rizzo et Affonso Costa, après avoir été oublié avant par José Oiticica, Amadeu Amaral et la seconde grammaire de Eduardo Carlos Pereira. Une nouvelle référence à Júlio Ribeiro ne sera faite qu'en 1939, par Antenor Nascentes, après avoir été ignoré jusqu'à cette date par Sousa da Silveira et Said Ali. De ce point jusqu'en 1955, Júlio Ribeiro est pris comme référence seulement deux fois par Silveira Bueno, oublié par Mattoso Camara Jr, Serafim da Silva Neto et d'autres œuvres de Silveira Bueno. Juste avant la *Norma Gramatical Brasileira*, on peut trouver le nom de Júlio Ribeiro dans la grammaire de Rocha Lima en 1957. Son destin après la NGB est une étude qui reste à faire.

Afin de comprendre un discours général sur Júlio Ribeiro, nous notons que, au long de près d'un siècle de publications brésiliennes sur des questions linguistiques, l'auteur est classé comme un philologue, grammairien et homme de lettres, un représentant de l'école littéraire naturaliste, reconnu comme un jalon dans les études grammaticales au Brésil, selon l'idée, non hégémonique, que l'introduction de certaines analyses grammaticales auraient été faites dans notre pays seulement après la publication de sa *Grammatica Portugueza*. Parfois, Júlio Ribeiro est caractérisé comme un observateur attentif non seulement des faits de la langue portugaise, mais aussi des autres langues romanes et, pour certains, des langues teutoniques. Les honneurs concernent principalement la grammaire de 1881, prise, par exemple, comme « excellente et estimée », parfois sans explication justifiant cette appréciation positive, comme si sa valeur était déjà connue de tous. La justification du mérite de Júlio Ribeiro découle de son travail avec les philologues allemands, anglais et français, par la popularisation de la doctrine Diez et l'appréciation que sa grammaire a été la première à transposer au Brésil la nouvelle orientation théorique de la méthode historique comparative, mais il y a aussi la critique qu'il n'a pas bien assimilé la production étrangère. Ainsi, la *Grammatica Portugueza* arrive à être considérée comme l'und des meilleurs et les plus complètes grammaires publiées au Brésil et au Portugal, comme un modèle pour d'autres grammaires brésiliennes, surtout à São Paulo, de sorte que Júlio Ribeiro est considéré comme

l'un des maîtres de la langue portugaise. Dans certains cas, la considération que le travail de Júlio Ribeiro est d'une grande valeur est accompagnée par l'observation qu'on n'est pas d'accord avec lui, selon une argumentation que l'avis de Júlio Ribeiro a une grande importance et doit être pris en compte même s'il n'est pas effectivement incorporé dans l'analyse grammaticale. Il est possible de trouver encore l'observation du travail de Júlio Ribeiro avec l'utilisation de documents, comme s'il était un exemple de fondement documentaire pour l'étude de la langue portugaise. Pour certains, Júlio Ribeiro est «le grand grammairien» au Brésil, celui qui travaille avec la science, une considération qui contraste avec la modicité de la citation de son nom comme autorité dans les textes.

À partir de ce discours général sur Júlio Ribeiro, il est possible d'identifier deux positions principales. Premièrement, les auteurs qui reconnaissent son importance dans les études grammaticales et linguistiques, y compris ceux qui citent son nom même pour dire qu'ils ne sont pas d'accord avec lui. Deuxièmement les auteurs qui, plus que de reconnaître son importance, le placent en position de jalon dans l'histoire des études grammaticales et linguistiques au Brésil. Nous pouvons situer dans le premier groupe João Ribeiro, Alfredo Gomes, Pacheco da Silva et Lameira de Andrade, Mário Barreto et Affonso Costa. Nous pouvons poser dans le deuxième groupe Ernesto Carneiro Ribeiro, Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira, José Rizzo, Antenor Nascentes et Francisco da Silveira Bueno. Dans la première série, le poids donné à Júlio Ribeiro n'est pas nécessairement homogène, car il y a ceux qui le prennent catégoriquement comme le plus grand grammairien brésilien, comme Mario Barreto, et ceux qui le considèrent comme un des plus grands grammairiens brésiliens ou l'un des maîtres de la langue portugaise, mais pas le principal, comme João Ribeiro et Affonso Costa. Dans la deuxième série, le poids donné à Júlio Ribeiro n'est pas homogène non plus, car il y a ceux qui le prennent comme un jalon isolé, comme Ernesto Carneiro Ribeiro, Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira, José Rizzo et Antenor Nascentes, et ceux qui partagent son rôle avec d'autres autres, comme Maximino Maciel et Francisco da Silveira Bueno.

Ernesto Carneiro Ribeiro est le premier à reconnaître Júlio Ribeiro comme celui qui donne un nouveau visage aux études grammaticales brésiliennes, par l'introduction du système d'analyse anglaise et l'adoption d'idées de Mason. Peu de temps plus tard, celui qui

pose à nouveau Júlio Ribeiro dans une position de jalon est Maximino Maciel, dans une histoire brésilienne d'enseignement de la langue portugaise. Dans l'histoire racontée par Maximo Maciel, Júlio Ribeiro est le premier à apporter au Brésil une nouvelle orientation théorique à partir des travaux des philologues allemands, anglais et français, ce qui est pris comme la démolition de ce qui était en vogue et comme norme pour la publication d'autres grammaires à Sao Paulo, un récit dans lequel Fausto Barreto est en concurrence comme figure décisive dans l'histoire des études du portugais. Avec le poids d'une grammaire qui a connu plus d'une centaine d'éditions sur plusieurs années depuis son lancement en 1907, Eduardo Carlos Pereira raconte une histoire brésilienne de la grammaire dans laquelle Júlio Ribeiro apparaît comme responsable de l'introduction de nouvelles orientations aux études grammaticales et donc comme un tournant dans cette histoire brésilienne de la grammaire, de même que son point de départ. Pris comme un jalon dans une autre synthèse historique brésilienne, celle des études philologiques au Brésil, Antenor Nascentes fixe Júlio Ribeiro comme jalon du début de la troisième période historique des études philologiques au Brésil, en notant que l'auteur se guidait par des nouvelles méthodes employées par des auteurs tels que Becker, Mason, Whitney et Holmes, et en reprenant le récit de Maximino Maciel selon lequel Júlio Ribeiro utilise pour les outils d'enseignement cette nouvelle orientation théorique et, finalement, servit comme une norme pour la publication d'autres grammaires. À son tour, José Rizzo présente Júlio Ribeiro comme un précurseur des études de glotológicos au Brésil. Enfin, bien que mis de côté dans la quasi-totalité de ses études, Francisco da Silveira Bueno investit Júlio Ribeiro comme pionnier dans l'histoire de la grammaire au Brésil pour avoir ouvert la voie de la science pour les études brésiliennes du portugais.

Bien que le nom de Júlio Ribeiro soit perdu comme référence pour composer des grammaires et pour parler de la langue à partir du début du XXe siècle, alors qu'entrent en scène des études qui passent aujourd'hui pour les premiers traités brésiliens de sémantique, de philologie, de linguistique et d'histoire de la langue portugaise, et soit oublié par des noms importants comme Amadeu do Amaral, Sousa da Silveira, Serafim da Silva Neto e Said Ali, il y a pourtant un discours historique qui le met continûment dans la position initiale dans les études brésiliennes de portugais. Nous pouvons parler ainsi d'une contradiction entre un effacement de Júlio Ribeiro comme une référence pour la réalisation d'analyses grammaticales et linguistiques et un discours historique qui le met en premier à chaque moment dans

l'histoire des études grammaticales et linguistiques au Brésil, bien que ce discours ne soit soutenu et repris que par un petit nombre d'auteurs.

Bien que la *Grammatica Portugueza* ait une certaine visibilité, le livre *Traços Geraes de Linguistica*, en dépit de son importance en tant que premier travail de linguistique au Brésil, est complètement effacé de l'horizon de rétrospection de la grammatisation brésilienne, un effacement qui dit plus sur les conditions de production de la grammatisation brésilienne que sur les questions de divulgation, car le livre de Júlio Ribeiro n'a pas échappé à la presse. En fait, dans l'année de sa sortie, le livre a été sujet d'au moins deux articles dans le journal *A Provincia de São Paulo*. Le 11 mai 1880, un article présente les *Traços Geraes de Linguistica* comme un travail tout nouveau au Brésil et qui ouvre une nouvelle direction dans l'étude de la linguistique. Dans un article du 14 Juillet 1880, Silva Jardim marque également l'écart que le livre de Júlio Ribeiro remplit au Brésil, en disant qu'il banalise des connaissances qui ne se trouvent pas dans la grammaire nationale.

Fortement marqué par l'institution scolaire, comme l'expliquent Orlandi et Guimarães (2001), le processus de grammatisation brésilienne à la fin du XIXe siècle, justement pour avoir comme projet l'enseignement de la langue portugaise au Brésil, ne semble pas avoir présenté les conditions pour la longévité d'un texte comme le *Traços Geraes de Linguistica*. Bien qu'il soit possible de citer, par exemple, le décret n ° 8051 du 24 Mars 1881, qui place l'élément «traços geraes de linguistique» comme l'un des contenus du portugais aux élèves de la septième année du Collège Pedro II, la vérité est que la connaissance de la langue au Brésil au XIXe siècle se déroule à l'intérieur d'une école primaire comme le montrent Orlandi (2002), Silva (2002), Favero (2002) et Di Renzo (2002), un espace qui privilégie des matériaux plus normatifs, ou d'une autre perspective, qui met un poids plus normatif dans la construction d'outils tels que grammaires et dictionnaires.

Ce n'est pas par hasard que Júlio Ribeiro va perdre pour Mattoso Camara la place d'introducteur de la linguistique au Brésil. Comme l'explique Guimarães (2004), l'émergence de la linguistique moderne au Brésil se produit dans la période de fondations des Facultés de Lettres dans le pays à partir de 1930. Dans la même veine, Cabral Hayashida (2010, p. 247) montre qu'il est nécessaire d'attendre jusqu'à la seconde moitié du XXe siècle pour la création des premières publications de linguistique, en notant que « les premiers magazines sur le

langage qui sont situés dans le dix-neuvième siècle et les premières décennies du XXe siècle ont porté principalement sur des questions telles que « leçons de portugais » comme si elles enseignaient la langue aux lecteurs ». C'est précisément cette production de connaissance de la langue organisée à un niveau universitaire qui a permis la promotion de l'ouvrage *Princípios de Linguística Geral*, publié par Mattoso Câmara six décennies après la publication des *Traços Geraes de Linguistica*. L'effacement complet de ce livre dans l'horizon de rétrospection de la grammatisation brésilienne pourrait également être expliqué par l'effacement lui-même de la matérialité de la position d'auteur des grammairiens brésiliens du XIXe siècle à cause de la *Norma Gramatical Brasileira*, comme le décrit Orlandi (2002). En tout cas, malgré l'absence de conditions de production favorisant un espace pour la recherche sur les questions linguistiques hors d'un cadre normatif et écolier, Júlio Ribeiro a écrit un ouvrage qui traitait effectivement des thématiques privilégiées de la recherche linguistique au XIX siècle, raison pour laquelle Júlio Ribeiro peut être considéré comme le premier auteur à déplacer la question de la langue nationale au langage en général, une réalisation créditée à Mattoso Câmara, qui est reconnu à la place de Júlio Ribeiro comme le premier auteur-linguiste dans l'horizon de rétrospection de l'histoire de la réflexion sur le langage au Brésil.

Conclusion

Júlio Ribeiro s'inscrit dans le cadre des études du projet Histoire des idées linguistiques au Brésil dans une réflexion sur l'histoire de la grammatisation brésilienne, où il est considéré comme l'auteur fondateur et référence première et absolue dans l'histoire de la grammaire au Brésil. En fait, ce projet a ouvert tout un champ de réflexion sur les connaissances linguistiques qui a permis de mettre au premier plan la production d'auteurs tels que Júlio Ribeiro, motivant ainsi des recherches qui ont élargi les références relatives à l'auteur au cours des dernières années. Il s'agit de recherches qui, en élargissant et entérinant les premières réalisations du projet, ont renforcé l'idée de Júlio Ribeiro comme auteur fondateur dans l'histoire de la grammatisation brésilienne.

Notre thèse a cherché à marquer un espace de différence, d'abord parce que nous ne plaidons pas pour le caractère scientifique des études historiques-comparatives, mais nous

démontrons en premier lieu que c'est précisément le caractère de la science qui est en jeu dans le processus de grammatisation brésilienne du portugais au XIXe siècle, et par là même qu'il existe des auteurs de l'époque qui arguent de la scientificité de la grammaire générale. Dans le même temps, nous n'interprétons pas la relation de Júlio Ribeiro, et de bien d'autres grammairiens brésiliens de la période, avec la grammaire générale en tant que marque de retard et d'efforts infructueux pour la retirer du champ de réflexion grammaticale. Pour nous, cette présence de la grammaire générale au Brésil au tournant du XXe siècle peut être interprétée comme une contribution brésilienne à l'histoire des idées linguistiques sur la scène internationale dans la mesure où elle contredit précisément la position encore très en vogue dans l'histoire de la linguistique selon laquelle la grammaire générale disparait en tant que paradigme avec l'introduction de la méthode historique et comparative. Au Brésil de la fin du XIXe siècle, non seulement la grammaire générale continue d'animer la réflexion sur le langage, mais elle est également considérée comme un modèle scientifique par un auteur comme Augusto Freire da Silva. D'autre part, nous considérons que la connexion de Júlio Ribeiro avec la grammaire historique et comparée ne se fait pas sans interventions et interprétations particulières, montrant qu'il fait une lecture peu orthodoxe d'éléments de base du comparatisme, tenant compte des facteurs d'ordre social, économique, politique et culturel comme critères du changement linguistique.

Pour nous, et c'est un autre point de différence, avant de poser la question de savoir si les descriptions du portugais parlé au Brésil faites par les grammairiens brésiliens au tournant du XIXe siècle ont été initiées ou non par Julio Ribeiro, il nous semble plus cohérent de penser qu'il s'inscrit dans un groupe d'auteurs qui observent et mettent en lumière des phénomènes qui étaient largement en vogue à l'époque, au point d'être perçus comme des différences par rapport au portugais du Portugal.

Enfin, et ce fut l'un des principaux objets de notre thèse, non seulement Júlio Ribeiro a été relativement peu repris par d'autres auteurs, en particulier au cours de la première moitié du XXe siècle, mais aussi la plupart de sa production a été complètement effacée de l'horizon de rétrospection de la grammatisation brésilienne du portugais, sans qu'il y ait eu pour autant un discours homogène à propos de son poids dans l'histoire de la grammaire au Brésil.

Pointant plus directement nos efforts pour contribuer à l'histoire des idées linguistiques au Brésil, nous cherchons à porter un nouveau regard sur le travail de Júlio Ribeiro avec la grammaire historique et comparative, en montrant que son interprétation du changement linguistique contraste avec la thèse centrale du comparatisme en particulier le modèle des néo-grammairiens car il met au premier plan, non les principes explicatifs des lois sonores, mais des composants tels que les relations commerciales, industrielles, politiques et littéraires, le progrès des sciences et des arts. Nous sommes donc ici loin du théorème des néo-grammairiens selon lequel la langue évolue automatiquement sous l'action des lois phonétiques naturelles et nécessaires. Ce positionnement de Júlio Ribeiro s'effectue dans un travail de lecture d'Émile Ferrière, dans une filiation qui s'élargit à Émile Egger. À ce stade, nous notons que, en fait, plus que de la tradition anglo-germanique, la plupart des principales références de Júlio Ribeiro est composée d'auteurs français. C'est à partir des noms comme Paul Topinard et Paul Broca que le brésilien conçoit la nature et le siège du langage articulé, c'est avec Abel Hovelacque et André Lefèvre qu'il établit et caractérise les familles de langues, c'est en se basant sur ce dernier qu'il travaille la question de l'origine des langues et raconte une histoire de la linguistique, c'est d'Auguste Comte qu'il reprend le schéma de la division et de la hiérarchie des sciences.

Notre thèse montre en même temps, comme nous l'avons dit, que la grammaire générale était aussi un modèle scientifique dans la grammatisation brésilienne du portugais au XIXe siècle, en particulier pour les auteurs de Maranhão, y compris Augusto Freire da Silva et Sotero dos Reis, ce qui nous permet de concevoir tout un mouvement grammatical important au-delà de l'axe Rio de Janeiro-São Paulo. En ce sens, nous voyons que les disputes entre la grammaire générale et la grammaire historique et comparée au Brésil ne se réduisaient pas seulement à une querelle entre Sao Paulo et Rio de Janeiro, mais avaient une portée nationale, en plus de montrer que l'introduction de la grammaire dans ces deux états ne signifie pas la fin de la production des grammaires dans les autres régions du pays. La controverse entre Augusto Freire da Silva et Júlio Ribeiro révèle que chacune de ces deux positions avaient des explications différentes pour des questions telles que la nature du langage articulé, l'appareil vocal, les bases scientifiques d'étude du langage, la définition, la division et l'orientation théorique de la grammaire, l'enregistrement et la description de la langue portugaise, de manière que tous deux étaient convaincus du caractère innovateur et scientifique de leurs

travaux au Brésil et relativement au Portugal, avec toutefois en combat ce que l'on peut appeler la science et qui en était son représentant légitime. Par ailleurs, en considérant les deux auteurs comme une page de l'histoire des polémiques au Brésil, nous pouvons souligner que cette controverse se différencie des nombreuses autres querelles de l'époque pour avoir comme point de départ, et pas comme une dérivation d'autres questions, une discussion sur la façon dont on devrait parler du langage et produire des outils linguistiques.

En plus de repenser la position de Júlio Ribeiro comme auteur de grammaire s'appuyant sur le comparatisme, notre thèse analyse également sa position d'auteur de linguistique qui, en dépit de l'absence de conditions de production favorisant un espace pour la recherche sur les questions du langage hors d'un cadre normatif et écolier, écrit le premier livre de linguistique publié au Brésil, les *Traços Geraes de Linguistica*, en 1880. Nos analyses ont permis de constater que ce livre traitait effectivement des thématiques privilégiées de la recherche linguistique du XIXe siècle, comme le siège du langage articulé, l'appareil de phonation, l'origine, l'évolution et la typologie des langues et de l'histoire des sciences du langage, travaillant à partir des auteurs qui sont passés dans l'histoire comme des références d'études historiques comparatives. En outre, le geste d'auteur de Júlio Ribeiro ne porte pas seulement sur la connaissance de la langue portugaise, mais aussi sur le langage en général et même sur l'histoire des sciences du langage, raison pour laquelle il peut être considéré comme un jalon du déplacement de la question de la langue nationale au langage en général, et cela six décennies avant la parution de *Princípios de Linguística Geral* de Joaquim Mattoso Câmara en 1942.

Non seulement un linguiste familier des questions de son temps, mais aussi un historien des sciences du langage. Voilà une autre position de Júlio Ribeiro que nous avons présentée dans notre thèse, celle d'un auteur brésilien qui a formulé non seulement une connaissance brésilienne sur la langue et le langage, mais aussi une connaissance brésilienne sur l'histoire de la discipline qui traite de la langue et du langage. À ce stade, nous montrons que Júlio Ribeiro ne se limite pas aux préjugés de son temps par rapport à l'histoire des sciences du langage, qui ne tenait pas compte de toutes les connaissances linguistiques produites avant le XIXe siècle. En plus de reconnaître l'importance de l'altérité comme condition pour le développement des connaissances linguistiques, le regard de Júlio Ribeiro s'étend, quoiqu'avec des réserves, à la Renaissance, considérée comme une étape importante

pour l'étude du langage, pour rassembler et organiser une collection de langues à partir de laquelle il sera possible de formuler une série d'idées linguistiques, voire d'opérer une révolution en linguistique, en assurant les réalisations de la grammaire comparée, autant de considérations qui seront développées en détail par les historiens des idées linguistiques de notre temps.

Nous notons que, autant comme grammairien que comme linguiste et historien des sciences du langage, Júlio Ribeiro remodèle les théories linguistiques et leur histoire, à partir d'un travail qui ne se réduit pas simplement à reprendre les théories des autres, mais présente des interprétations originales. Par ce geste, Júlio Ribeiro intègre la langue portugaise et les langues indigènes brésiliennes dans les questions générales de connaissances linguistiques au XIXe siècle et aussi dans l'histoire de la connaissance sur le langage. En analysant la manière dont Júlio Ribeiro compose ses textes, nous avons identifié tout un travail d'utilisation, de traduction et de reformulation des écrits d'autrui, tels que des ajouts, suppressions, modifications, substitutions et combinaisons de termes, des exemples, des classifications, des personnages et des événements. Nous avons ainsi pu montrer en détail comment s'opère un transfert de technologie entre les langues dans les conditions particulières de la grammatisation brésilienne au XIXe siècle. L'analyse de la *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*, grammaire publiée par Júlio Ribeiro en 1886 et jusqu'à présent totalement oubliée, nous a permis d'attirer la lumière sur deux éléments peu évalués dans l'histoire des idées linguistiques au Brésil. Premièrement, la production de grammaires brésiliennes au XIXe siècle pour l'éducation des enfants dans les premières années d'apprentissage de la langue portugaise. Deuxièmement, l'altérité que la grammaire américaine représente pour la grammatisation brésilienne.

Nous comprenons aussi que la réutilisation que Júlio Ribeiro fait de ses propres écrits est une procédure régulière de sa trajectoire, dans une opération de reprise d'extraits d'une œuvre à une autre, non sans d'éventuelles modifications. Lorsqu'on cherche des changements de position ou des questions laissées de côté, nous notons peu de variation dans le traitement des questions linguistiques travaillées par Júlio Ribeiro. Cette étude nous a permis de considérer les textes de la polémique avec Augusto Freire da Silva comme des écrits inauguraux de Júlio Ribeiro, car ils comportent des thèses qui seront incorporées et développées plus tard, à la fois dans les *Traços Gerais de Linguístic*a, de 1880, et dans la

Grammatica Portugueza de 1881, avec des sujets qui finiront par apparaître dans son œuvre littéraire *A Carne*, de 1888.

L'analyse de l'ensemble de ses oeuvres, les textes de la polémique avec Augusto Freire da Silva (1879-1880), les *Traços Geraes de Linguistica* (1880), la *Grammatica Portugueza* (1881), l'ensemble de ses *Cartas Sertanejas* (1885), les articles de son journal *A Procellaria* (1887) et le roman *A Carne* (1888), nous conduit à conclure que Júlio Ribeiro assume volontairement une position de pionnier dans l'histoire des idées linguistiques au Brésil au tournant du XXe siècle et qu'il projette pour lui-même une place de contributeur dans la réflexion linguistique sur la scène internationale. Pour l'auteur, son éminente contribution s'exprime dans des actions telles que la préférence et l'introduction de termes grammaticaux, la disponibilité de nouvelles références théoriques, le dépassement de la scolastique et de la métaphysique à partir de l'étude de la grammaire historique comparative et de la linguistique, la publication d'une œuvre de linguistique et l'écriture d'une grammaire scientifique qui aurait anticipé le Programme de portugais de Fausto Barreto et réunirait les conditions de la préparation d'un étudiant pour l'examen de portugais et aussi des toutes les langues enseignées officiellement au Brésil. En résumé, Júlio Ribeiro se pose comme celui qui réalise ce qui n'a pas encore été fait et met à jour ce qui était encore figé dans le passé. En ce sens, il considère que, dans l'espace du Brésil, son apport important est l'introduction de compétences linguistiques extérieures, tout comme l'est son apport de nouvelles contributions à la réflexion linguistique en général dans l'espace des études linguistiques mondiales. En outre, la singularité revendiquée par Júlio Ribeiro s'exprime tant relativement aux travaux brésiliens que par rapport à l'ensemble général des études sur le Portugais. L'accusation de plagiat dont il a été la cible montre la contestation de ce lieu revendiqué par Júlio Ribeiro en son temps. À ce stade, notre analyse a montré que l'accusation de plagiat portait sur l'importance des études classiques, le caractère de l'universalité de l'éducation, le modèle d'organisation de la science et des moyens d'utilisation d'écrits de tiers dans la composition des textes grammaticaux et linguistiques.

En analysant les discours sur Júlio Ribeiro dans 36 ouvrages publiés entre 1881 et 1959, soulignant les questions grammaticales et linguistiques dans lesquelles son nom est mobilisé, nous avons noté les convergences entre l'image que l'auteur projette de lui-même dans le cadre des études grammaticales et linguistiques au Brésil, comme quelqu'un qui

introduit dans le pays les théories linguistiques modernes et scientifiques de la grammaire historique comparative, et un discours historiographique dans le processus de grammatisation brésilienne du portugais à la fin du XIXe siècle et durant la première moitié du XXe siècle, qui le met continuellement en position première relativement aux études brésiliennes du portugais, bien que ce discours ne soit soutenu et repris que par un petit nombre d'auteurs et que son travail ait été peu mobilisé comme modèle de description et d'analyse grammaticale pour la plupart des auteurs brésiliens. Pour cette raison, nous pouvons affirmer qu'il y a bien une contradiction entre un effacement de Júlio Ribeiro comme référence pour la réalisation des analyses grammaticales et linguistiques et un discours historiographique qui le met à chaque moment en première place dans l'histoire des études grammaticales et linguistiques au Brésil, un discours qui semble migrer d'un auteur à l'autre, parfois directement, sous la forme de citations, et souvent à partir des affirmations de Júlio Ribeiro lui-même, comme s'il y avait une adhésion à son propre discours d'auto-reconnaissance de quelqu'un qui introduit la nouveauté dans une histoire des études linguistiques au Brésil.

Júlio Ribeiro dans l'histoire des idées linguistiques au Brésil

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse la place de Júlio Ribeiro dans l'histoire des idées linguistiques au Brésil. Dans le domaine de l'Histoire des idées linguistiques, nous essayons de comprendre comment se construit l'image de Júlio Ribeiro comme auteur fondateur dans l'histoire de l'étude du Portugais au Brésil dans trois cas de figure: 1) dans les recherches menées sur l'axe du projet Histoire des idées linguistique au Brésil et dans les mémoires et les thèses qui, à partir de ces recherches, dans ces dernières années ont eu l'auteur comme objet d'étude; 2) dans son propre travail; 3) dans l'œuvre des auteurs postérieurs jusqu'à l'introduction de la Norme grammaticale brésilienne en 1959. Dans ce cadre, nous montrons comment Júlio Ribeiro lui-même se représente dans une histoire brésilienne de réflexion sur le langage et la façon dont il est incorporé ou effacé dans l'horizon de rétrospection de la grammatisation brésilienne. L'analyse d'ensemble de l'œuvre de Júlio Ribeiro nous a permis de cartographier ses premières positions sur l'étude des langues et du langage et de faire connaître et d'analyser en détail les œuvres d'un auteur unique en son genre en son temps et jusqu'alors complètement oublié : *Traços Geraes de Linguistica*, le premier livre de linguistique produit au Brésil ; et *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*, l'un des rares exemples de grammaire destinée aux enfants dans le Brésil du XIXe siècle. En outre, nous avons pu observer comment Júlio Ribeiro compose ses textes par l'utilisation d'œuvres de tiers dans les procédures de traduction et d'adaptation, et la réutilisation de ses propres écrits, ainsi que la façon dont l'auteur a rejeté les accusations de plagiat suscitées par ces méthodes de composition de ses textes et en réaction à ses positions théoriques, mais aussi politiques. En approfondissant la connaissance des idées linguistiques en circulation au Brésil depuis la fin du XIXe siècle jusqu'au milieu du XXe siècle, notre étude vise à porter un nouveau regard sur le travail de Júlio Ribeiro comme grammairien adoptant la grammaire historique et comparative, montrant des interprétations peu orthodoxes de l'objet central du comparatisme - le changement linguistique, et à attirer l'attention sur l'existence de tout un mouvement grammatical important au Maranhão, à considérer au-delà de l'axe Rio de Janeiro-São Paulo, montrant par l'analyse de la controverse entre Júlio Ribeiro et le maranhense Augusto Freire da Silva que la grammaire générale a également été un modèle scientifique dans le grammatisation brésilienne du portugais. Par ailleurs, nous défendons que, plus qu'un grammairien, Júlio Ribeiro peut être aussi considéré comme un auteur de linguistique, qui reprend et réinvente les questions de la grammaire historique, et aussi comme un historien des sciences du langage, qui présente des interprétations particulières de l'histoire de la linguistique, en insérant la langue portugaise et les langues indigènes brésiliennes dans les questions générales de la connaissance scientifique sur le langage au XIXe siècle. En fin de compte, nous concluons qu'il existe une contradiction entre un double effacement de Júlio Ribeiro comme référence de l'analyse grammaticale et linguistique et aussi de la plupart de ses œuvres dans l'horizon de rétrospection de la grammatisation brésilienne et un discours historique, soutenu par un petit nombre d'auteurs de la fin du XIXe siècle et de la première moitié du XXe siècle, qui le mettent à chaque moment en première place dans l'histoire des études grammaticales et linguistiques au Brésil.

Mots-clefs : Histoire des idées linguistiques, Grammatisation brésilienne, Filiations théoriques, Júlio Ribeiro, Grammaire historique, Grammaire générale, Linguistique.

Júlio Ribeiro in the history of linguistic ideas in Brazil

ABSTRACT

This paper analyzes the place of Júlio Ribeiro in the history of linguistic ideas in Brazil. Situated in the field of History of Linguistic Ideas, we try to understand how the image of Júlio Ribeiro is constructed as a founding author in the history of Portuguese studies in Brazil in three instances: 1) in the research carried out in the axis of the project History of Linguistic Ideas in Brazil and in the dissertations and theses that in recent years have taken the author as object of study; 2) in his own work; 3) in the work of subsequent authors until the establishment of the Brazilian Grammatical Norm in 1959. With this, we show how Júlio Ribeiro himself is represented in a Brazilian history of reflection on language and how he is incorporated or erased in the horizon of retrospection of Brazilian grammatization. The analysis of the whole Júlio Ribeiro's work allowed us not only to map his first positions on the study of languages and language; but also to publicize and analyze in detail works of the author unique in their genre in their time and until now completely forgotten – two of them are: *Traços Geraes de Linguistica*, the first book of linguistics produced in Brazil, and *Holmes Brazileiro ou Grammatica da Puericia*, one of the rare examples of grammar directed to childhood in nineteenth-century Brazil. Besides, we have been able to verify how Júlio Ribeiro composes his texts with the use of third-party works in translation and adaptation procedures, and with the reuse of his own writings; as well as how the author countered the accusations of plagiarism aroused by these methods of composition of their texts and in reaction to their theoretical but also political positions. Deepening the knowledge about the linguistic ideas circulating in Brazil at the turn of the 19th century to the 20th century, our work seeks not only to throw a new look at Júlio Ribeiro's work as a grammarian who adopts historical and comparative grammar, pointing to unorthodox interpretations; but also to draw attention to the existence of an important grammatical movement in Maranhão to be considered beyond the Rio de Janeiro-São Paulo axis, for the analysis of the controversy between Júlio Ribeiro and Augusto Freire da Silva (from Maranhão), showing that the general grammar was also a model of scientificity in the Brazilian grammatization process of Portuguese. Furthermore, we argue that, besides being a grammarian, Júlio Ribeiro can also be taken as an author of linguistics, who takes up and innovates the questions of historical grammar, and also as a historian of the language sciences, who presents particular interpretations of the history of Linguistics, inserting the Portuguese language and the Brazilian indigenous languages in the general questions of the scientific knowledge on language in the 19th century. In the end, we could conclude that there is a contradiction between a double erasure of Júlio Ribeiro as a reference for performing grammatical and linguistic analyses and also most of his works in the horizon of retrospection of Brazilian grammatization and a historical discourse, supported by a reduced number of authors of the late 19th and first half of the 20th century, which puts Júlio Ribeiro at all times in the first place in the history of grammatical and linguistic studies in Brazil.

Keywords: History of Linguistics Ideas, Brazilian Grammatization, Theoretical Afilliations, Júlio Ribeiro, Historical Grammar, General Grammar, Linguistics.